



SCIENTIA  
instituto



**PESQUISAS E INOVAÇÕES MULTIDISCIPLINARES  
EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
NO SÉCULO XXI**

*Organizador - Daniel L. S. Braga*

DOI: 10.55232/1085002 ISBN: 978-65-85047-21-0

# ***Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI***

Copyright 2022 © Instituto Scientia

(CNPJ 43957433000142)

Todo conteúdo exposto nos capítulos é de responsabilidade dos próprios autores.

## **Organizador**

Daniel L. S. Braga

## **Corpo Editorial**

George Luiz Nérís Caetano  
Edson Da Silva De Oliveira  
Maria Daniela Vieira Da Silva  
Ediane Teles de Matos  
Adilson dos Santos  
Leonardo Souza De Oliveira  
Maria Aparecida Das Dores  
Patrícia Prudente Costa  
Isabela Monteiro Naves  
Rodrigo Gomes Xavier  
Ana Luiza Machado de Santos

[www.institutoscientia.com](http://www.institutoscientia.com)  
[conato@institutoscientia.com](mailto:conato@institutoscientia.com)

## **APRESENTAÇÃO**

O presente livro, intitulado “Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais Século XXI” trata-se de uma coletânea dos artigos científicos acadêmicos multidisciplinares das áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, com capítulos compostos por diversos autores de todo o Brasil, organizado e publicado pelo Instituto Scientia no ano de 2022 e disponibilizado na internet de forma gratuita, em prol da democratização da ciência.

**DOI 10.55232/1085002**

**ISBN 978-65-85047-21-0**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do Instituto Scientia. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega por membros do Corpo Editorial, tendo sido aprovados para a publicação.

## **SUMÁRIO**

Capítulo 1 - TRAÇANDO NOSSO CAMINHO PARA SE FAZER DOCENTE ATRAVÉS DA DISCIPLINA LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA - Página 7

Capítulo 2 - SER MULHER E SER MILITAR: CONQUISTAS E DESAFIOS DO SEGMENTO FEMININO NO EXÉRCITO BRASILEIRO NA CIDADE DE MANAUS - Página 17

Capítulo 3 - TEATRALIDADES DRAG QUEEN: CREACIÓN Y COMPRESIÓN DE UNA PRÁCTICA ESCÉNICA- ESPECTACULAR - Página 32

Capítulo 4 - EVASÃO ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID19 - Página 48

Capítulo 5 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: MEMÓRIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA - Página 56

Capítulo 6 - CONTRIBUIÇÕES DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA UMA FUTURA PROFESSORA DE FÍSICA - Página 69

Capítulo 7 - COCO: A RESISTÊNCIA E A COMUNHÃO DE UM POVO - Página 76

Capítulo 8 - SIMULAÇÃO DA OPERAÇÃO NOS PÁTIOS REGULADORES - Página 127

Capítulo 9 - EVIDÊNCIAS DE UMA CONTABILIDADE RURAL HISTÓRICA BRASILEIRA: RECONSTITUIÇÃO, LEVANTAMENTO E CORREÇÃO MONETÁRIA DE ATIVOS DE FAZENDAS CAFEEIRAS PAULISTAS NOS IDOS DE 1879 - Página 138

Capítulo 10 - PAPO DE MENINO – A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO SOBRE SEXUALIDADE COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES - Página 169

Capítulo 11 - O IDOSO E A PRÁTICA DO LAZER EM ÁREAS NATURAIS E PROTEGIDAS - Página 182

Capítulo 12 - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: EMPRESAS E COLABORADORES ALINHADOS E PRODUTIVOS - Página 198

Capítulo 13 - MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO: UM ENFOQUE RETROSPECTO NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - Página 217

Capítulo 14 - ANÁLISE DOS PPP'S DAS ESCOLAS PARCEIRAS A PARTIR DOS OLHARES DOS BOLSISTAS DO PIBID SUBPROJETO EDUCAÇÃO FÍSICA - Página 225

Capítulo 15 - A GESTÃO DA MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA NO CANAL DE ACESSO AO PORTO. - Página 235

Capítulo 16 - REPRESSÃO, VERDADE E LUTA: O TESTEMUNHO COMO MEMÓRIA NA ARGENTINA PÓS-DITATORIAL - Página 251

Capítulo 17 - AS MUDANÇAS NO TRATAMENTO CONTÁBIL DO LEASING PROPOSTA PELA IFRS 16 E SEUS REFLEXOS NOS INDICADORES FINANCEIROS DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA - Página 253

Capítulo 18 - A ARTE MARCIAL COMO ALIADA AO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES MOTORAS DA CRIANÇA, E SUA RELAÇÃO COM A ÁREA PEDAGÓGICA. - Página 255

Capítulo 19 - POR UM CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA DE ESTUDANTES IMIGRANTES - Página 258

# ***Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI***

Capítulo 20 - PROJETO DE LEI MUNICIPAL N° 026/2022 E O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE IBIRITÉ/MG - Página 261

Capítulo 21 - ARAPONGAGEM EM GARIBALDI/RS E A RESOLUÇÃO 381/2022 - Página 263

Capítulo 22 - SUPERVISÃO PEDAGÓGICA COMO APOIO AOS PROFESSORES QUE ATENDEM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS INCLUSIVAS DE ANGOLA: QUESTÕES ATUAIS - Página 265

Capítulo 23 - CONCEPÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, TÚNEIS E OBRAS SUBTERRÂNEAS - Página 268

Capítulo 24 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SUPERESTRUTURAS - Página 270

Capítulo 25 - RESOLUÇÃO 1.224/2022 E AS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES EM DIVISA ALEGRE/MG - Página 272

Capítulo 26 - AS RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NA REGIÃO DE BLUMENAU - Página 274

Capítulo 27 - A CONSCIÊNCIA E O AUTOCONHECIMENTO COMO FERRAMENTAS PARA UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA EXPRESSA PELA PEDAGOGIA - Página 296

Capítulo 28 - O ENIGMA DE PENSAR E PESQUISAR A AMAZÔNIA: A POSTURA DO PESQUISADOR - Página 307

Capítulo 29 - MATERIAIS MANIPULÁVEIS NO ENSINO DE GEOMETRIA ESPACIAL - Página 323

Capítulo 30 - ESTATUTO DO IDOSO: A REFORMA DA LEI 10.741 - Página 338

Capítulo 31 - PRÁTICAS CORPORAIS E ESCOLA: CORPO E MOVIMENTO A PARTIR DOS JOGOS ELETRÔNICOS. - Página 347

Capítulo 32 - OS DIFERENTES VALORES DA VIDA DO CÓDIGO PENAL EM DETRIMENTO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - Página 354

Capítulo 33 - COPA ARTESANAL: SUAS PARTICULARIDADES E CUIDADOS - Página 364

Capítulo 34 - A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REABILITADA NO MERCADO DE TRABALHO: DIFICULDADES E DESAFIOS - Página 375

Capítulo 35 - MODELAGEM MATEMÁTICA APLICADA À AGRICULTURA DO DISTRITO DE NOVA MATRONA (SALINAS - MG) - Página 392

Capítulo 36 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES: FOCO NA LEI 10.639/03 - ANÁLISE DE DOCUMENTOS DO NEDER/SEMED/MACEIÓ - Página 401

Capítulo 37 - PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS: REFLEXÃO NO OLHAR DA PSICOLOGIA - Página 419

Capítulo 38 - USO DA ASTRONOMIA COMO ABORDAGEM MOTIVACIONAL NO ENSINO DAS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS E FÍSICA - Página 430

Capítulo 39 - FAKE NEWS NA ERA PÓS-VERDADE: O COMBATE À DESINFORMAÇÃO EM ÉPOCA DE PANDEMIA - Página 438

Capítulo 40 - EDUCAÇÃO FÍSICA, DANÇA, PODER E RESISTÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE DE UMA PROFESSORA DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE JUIZ DE

# ***Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI***

FORA A PARTIR DE TEORIZAÇÕES FOUCAULTIANAS - Página 450

Capítulo 41 - TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NO JORNALISMO: UM OLHAR FOLKCOMUNICACIONAL PARA UMA PRÁTICA HUMANIZADA - Página 464

Capítulo 42 - PERFIL POSTURAL DE ADOLESCENTES PRATICANTES DO BALÉ CLÁSSICO - Página 481

Capítulo 43 - JUVENTUDE EM VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS - Página 499

Capítulo 44 - FOTODOCUMENTÁRIO, INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E POLUIÇÃO NO INTERIOR DO AMAZONAS: CONEXÕES METODOLÓGICAS - Página 515

Capítulo 45 - A RELEVÂNCIA DA NEUROCIÊNCIA À EDUCAÇÃO INFANTIL - Página 525

Capítulo 46 - A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - Página 539

Capítulo 47 - TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS: A GANÂNCIA HUMANA DIANTE A INOCÊNCIA INFANTIL - Página 542

Capítulo 48 - O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO MEDIADOR DOS PROCESSOS DE INCLUSÃO NA ESCOLA - Página 543

Capítulo 49 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PIBID/GEOGRAFIA/UPE/ CMN: MARACATU RURAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO 6º ANO - Página 545

Capítulo 50 - A MEDIAÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO NA ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA REGULAR - Página 546

Capítulo 51 - T.H.O.R.: UMA METODOLOGIA BASEADA EM COACHING PARA EXPANSÃO DA CONSCIÊNCIA E AUTOCONHECIMENTO DE EMPRESÁRIOS CONTÁBEIS - Página 548

Capítulo 52 - O USO DOS EXERGAMES COMO ESTRATÉGIA PARA POTENCIALIZAR A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Página 550

Capítulo 53 - O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E AS NOVAS PERSPECTIVAS ACERCA DO “PARADOXO” TEORIA X PRÁTICA - Página 553

Capítulo 54 - O USO PROJETIVO DOS DESENHOS E AS TÉCNICAS PROJETIVAS GRÁFICAS - Página 555

**Capítulo 1 - DOI:10.55232/1085002.1**

**TRAÇANDO NOSSO CAMINHO PARA SE FAZER  
DOCENTE ATRAVÉS DA DISCIPLINA LEITURA  
LITERÁRIA NA ESCOLA**

**Marlia Ferreira Ribeiro, Rute Araújo Lima**

**RESUMO:** O presente relato surgiu da necessidade de relatar e pensar sobre a experiência vivida pelas autoras na disciplina de Leitura literária na escola, mais precisamente sobre a contação de história na educação infantil como mediadora do aprendizado das crianças, contribuindo para seu desenvolvimento integral. Foi utilizado a análise de experiência de nossa vivência teórica/observativa/prática como percurso metodológico onde buscamos entender o assunto, pensar nossa prática docente, e observar como a contação de história é utilizada na educação infantil

**Palavras-chave:** Contação de história, prática docente, Educação infantil.

## **INTRODUÇÃO**

A literatura é uma descrição da sociedade, ela caracteriza fatores sociais dentro de um processo histórico, provocando o leitor a conhecer um momento histórico social e ser capaz de refletir e criticar. Para a criança, a literatura é a descoberta do mundo, um encontro entre sonhos e realidade, onde a realidade e a fantasia estão interligadas, propiciando à criança a atuar em um mundo mágico, levando-a a entender sua realidade e dando subsídios para que ela a modifique (PAÇO, 2009, p.12), assim como entender e significar suas emoções, como raiva, medo, insegurança, saudade e alegrias.

Bettelheim considera a literatura infantil como promotora da capacidade da criança encontrar sentido a sua vida, dotando-a de mais significados, o que a leva a se entender melhor, entender o outro, sua cultura, para não ficar a mercê dos acasos da vida, desenvolvendo sua imaginação, emoções e intelecto, dando força para desenvolver sua racionalidade e encontrar força interior para se sustentar nas adversidades que encontrará no percurso de sua vida. (BETTELHEIM, 2002, p.4). O que nos leva a pensar a importância da mediação da literatura infantil para a construção social e desenvolvimento integral da criança, uma atividade lúdica, do brincar, que leva a criança a interação com o professor, os colegas de turma e a história, ajudando a melhorar sua atenção, desenvolver sua linguagem oral, ampliar seu vocabulário, seus conhecimentos e através de situações trazidas pelas histórias, significar sua relação com o mundo e com suas emoções.

Rigon, Asbahr e Moretti nos falam que a atividade pedagógica tem por objetivo transformar os indivíduos no processo de apropriação de conhecimentos e saberes, materializando assim a necessidade humana de se apropriar dos bens culturais da humanidade, e referindo-se a Leontiev, os autores nos falam que todo ser humano se constituirá humano ao se apropriar da cultura produzida pelos homens.(RIGON et.all, 2010, p.24)



Frequentar as aulas teóricas e observar a prática da leitura literária na escola, e elaborar nossa própria aula nos levou a refletir sobre o papel do professor enquanto leitor e mediador no processo de formação leitora da criança, a discutir a Literatura infantil enquanto linguagem e instrumento reflexivo-crítico no processo de desenvolvimento e aprendizagem significativa da criança na escola, suas implicações no processo de alfabetização, suas possibilidades de aprendizagens e estratégias formativas, observar como projetar as atividades pedagógicas para que integrem a literatura infantil as múltiplas linguagens na escola.

Nosso trajeto teórico/observativo/prático nos levou a adentrar o universo da contação de história, tendo como início as aulas teóricas e a pesquisa bibliográfica que nos deu o embasamento para entender o assunto e nos levar a pensar sobre a prática, posteriormente adentrarmos à sala de aula, na observação da prática docente e interpretação das relações das crianças diante da atividade de contar histórias infantis no que tange às áreas cognitivas e comportamental, explorando assim, a forma lúdica de como é trabalhada a prática na educação infantil. Santos e Borges, falam sobre a importância desta prática:

O ato de contar histórias adquiriu um grande conceito e uma grande importância, com uma valiosa ferramenta no ambiente educativo, devido a sua concepção para o lúdico. Narrar uma história tornou a ser entendido como uma ótima alternativa satisfatória no ambiente escolar. (SANTOS E BORGES, 2018, pág.7)

E por fim, após nossa introdução teórica, nossa experiência de observação da prática docente, encerramos nosso trajeto pensando, planejando e executando nossa própria aula, que por conta de uma greve nas escolas municipais, apresentamos nosso planejamento para o Professor da disciplina e os colegas de turma.

## **2 A EXPERIÊNCIA TEÓRICA**

A experiência teórica se deu de maneira a provocar a discussão sobre a leitura literária na escola, iniciamos com o texto “A literatura infantil na formação da identidade da criança” de Peres, Marinheiro e Moura, que nos trouxe um pouco da história da literatura infantil, que ganhou importância com o advento da sociedade burguesa, a valorização do novo modelo familiar burguês e o interesse de educar as crianças com os

esses novos valores, o texto também nos traz a literatura infantil como modalidade artística que tem como preocupação desenvolver a criança tanto em sua personalidade, conhecer os padrões morais, e o cotidiano da sociedade, e nos faz pensar que, como a história é uma produção de uma época e conseqüentemente de suas práticas sociais, de uma experiência existencial/social/cultural devemos pensar em que livro levaremos para sala de aula, que tipo de mensagem pretendemos passar para nossas crianças, que tipo de modelo humanos apresentaremos para elas, já que essas experiências irão impactar na formação da identidade de nossas crianças.

O segundo texto de Santos e Borges, “A importância da Contação de Histórias na educação infantil”, abordou a importância da contação de história, reforçando a perspectiva do texto 1 quanto à sua importância no desenvolvimento da criança, em seu aspecto intelectual, emocional, cognitivo e psicológico, e traz um novo aspecto, o ambiente escolar como construtor e reconstrutor dos saberes, e que a contação de história na escola cria um ambiente saudável, promove o comportamento solidário e o respeito pelas diferenças, e as autoras concluem falando:

Ao finalizar este trabalho ficou constatado e validado que o método de narrar uma história influencia na ação infantil, onde através dela a criança atingirá conhecimento de valores e regras compostas nas narrativas e que auxiliam a encarar conflitos existenciais e a enfrentar os medos, revelando assim, como solucionar problemas e a entender coisas relacionadas ao cotidiano de maneira lúdica.( SANTOS E BORGES, , p.10)

No que tange a amplitude da Contação de História na Educação Infantil, pode-se afirmar a grandiosidade dessa atividade não somente como algo atrativo devido ao imaginário trazidos pelos materiais cênicos apresentados à criança, mas também na importância que há da aprendizagem através da contação de história para ela, pois assim, acontecem fatos que essa criança aprenda e possa levar por muito tempo consigo, dependendo primeiramente de como foi projetada essa atividade, se foram usados recursos lúdicos, a forma como a professora fala (timbre, tom de voz, imitações) e os gestos, tudo isso para proporcionar um imaginário elevado da criança, por pequena que seja, ela já consiga ter compreensão do sentido da história.

Desse modo, a contação de história na educação infantil traz estímulos para a oralidade, imaginário e a escrita, contribuindo para o desenvolvimento da criança no seu cognitivo por remeter sentimento e emoção auxiliando nas vivências cotidianas e a lidar com situações diversas significativas. Assim, é de grande valia a eficiência e preparação

antecipada da professora ao planejar fazer uma contação de história, pois essa atividade deve estar permanente em sua prática pedagógica a dar sentido para a intencionalidade da contação.

Com esses pressupostos, a BNCC (Brasil, 2018), afirma que contar histórias na oralidade mediante temas e recursos visuais é uma das habilidades no campo da experiência - escuta, fala, pensamento e imaginação, objetivando o desenvolvimento das crianças.

### **3 A EXPERIÊNCIA DE OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA**

A experiência prática nos levou a um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) na cidade de Teresina, para acompanhar uma professora do 1º período da educação infantil em sua prática de sala de aula utilizando a contação de história, e através de uma atividade de observação, entramos nesse território que é a sala de aula para, através dessa experiência, pensarmos em nossas próprias práticas pedagógicas.

Iniciamos com uma conversa com a Diretora do CMEI, ela nos deixou claro que o planejamento vem pronto da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, e que a professora segue esse planejamento, e assim, atendem ao projeto de leitura da Secretaria, o Alfabetiza Teresina, mas quanto a Escola, as professoras se comprometem com a implementação de um projeto de leitura próprio, que se chama “Vou te contar uma história”, que tem início no primeiro mês das aulas, mas que ainda não voltou a funcionar por conta da greve de professores, mas o projeto está retornando no dia 29 de agosto, e sua dinâmica consiste em, toda sexta feira, as crianças levam um livro para casa, com orientações para os pais e, sendo assim solicitado fazer um desenho que represente a parte favorita da história.

A conversa com a professora nos deixou claro que o planejamento e escolha das histórias que vão ser trabalhadas ocorre de acordo com o que é repassado pela SEMEC, sendo que as melhores histórias para serem escolhidas são as curtas e com poucos personagens, pois elas ajudam na oralidade, comunicação, expressão e incentivando a leitura, devido também a pouca idade das crianças do ensino infantil. Dessa forma, ainda existem desafios, e de acordo com a professora o maior desafio é a escolha dos livros, entretanto, são trabalhados métodos para manter a atenção e o interesse dos alunos, sendo eles: brinquedos, jogos, músicas, lápis de cor e papel para que os alunos criem fantasias e deixe fluir as ideias. Ressaltou ainda que seria muito interessante o uso de tecnologias

nessas aulas, porém, isso ainda é apenas uma ideia em desenvolvimento, em vista as limitações de recursos vindas da SEM.

Na sala estudam 24 alunos de 4 e 5 anos de idade, sendo 16 meninos e 8 meninas, entretanto no dia estavam presentes apenas 18 alunos, as aulas são ministradas pela professora que possui uma auxiliar. A sala é ampla e iluminada, bem arejada, pois possui duas janelas grandes de basculante, um ar condicionado e dois ventiladores. Nas paredes da sala estão afixados o alfabeto, desenhos e frases de incentivo produzidos de material EVA, crepom e papel comum coloridos.

A professora iniciou a aula com o acolhimento aos alunos cantando uma música que fala de amizade e no final pede que dê um abraço no amigo ao lado, a acolhida continua com as crianças repetindo um boa tarde cada vez mais alto, e boa tarde às árvores, aos amiguinhos, e para o papai do céu. Esse acolhimento ao nosso ver é necessário para reafirmar o afeto em sala de aula, fazendo a criança se sentir protegida, acolhida pela professora e pelos colegas. Na sequência, a professora usa a contagem dos alunos presentes para treinar com ele os números, escrevendo o total no quadro, e o dia do mês – 17, perguntando para as crianças o dia da semana, – quarta-feira, fazendo-as repetir e reforçando ludicamente com uma pequena música: “hoje é quarta-feira, dia de estudar e fazer brincadeira”. A música ajuda os alunos a prestarem atenção no que é dito, na pronúncia das palavras, e na interação entre as próprias crianças e a professora, além de deixar o ambiente descontraído, o que facilita o aprendizado, perpetuando de forma descontraída o processo de ensino e aprendizagem.

Em um segundo momento, fomos apresentados para a turma, cada uma de nós levantou-se e falou seus nomes, conseguinte a professora nos apresentou às crianças. Após as apresentações houve a preparação para a história, foi escolhida a parlenda A galinha do vizinho bota ovo amarelinho.

A galinha do vizinho

Bota ovo amarelinho

Bota um, bota dois, bota três

Bota quatro, bota cinco, bota seis

Bota sete, bota oito, bota nove

Bota dez!

(autor desconhecido)

Antes de iniciar a parlenda, a professora vai colocando sobre sua mesa, uma

cartela de ovos, uma galinha feita de EVA presa a um palito de churrasco, e um pote de vidro com ovos amarelos, e inicia a dinâmica com seus alunos mostrando a galinha e pergunta se alguém conhece aquele animal, instigando a imaginação e conhecimento prévio das crianças; todos dizem que sim, que é a galinha, a professora dá continuidade questionando se ela é de pele ou é de pena, e todos acertam ao dizerem que a galinha é de pena, e ela continua perguntando o que ela come, o que é um vizinho, e explica que é a pessoa que mora do nosso lado, e pergunta para cada aluno quem é seu vizinho. As perguntas relacionadas à parlenda seguem: de que cor é a galinha, se alguém já viu o animalzinho (galinha), onde viu, se foi em casa ou na casa da avó, e se a galinha só bota ovo amarelinho, e fala que também tem branquinho. Finda as perguntas, a professora inicia a contação, fazendo as crianças repetirem, e a cada ovo que eles contam ela tira um ovo do pote e coloca no porta ovos, ao final, pergunta quantos ovos a galinha botou. e pede para cada aluno ir ao quadro e escrever o numeral 10; uma outra dinâmica as crianças ficam em pé, e a professora pede que coloquem as mãos no chão, e fala para irem subindo as mãos, de forma crescente, enquanto citam a sequência de 1 a 10, e após chegarem com a mão acima da cabeça no 10, ela pede que eles citem a sequência de 10 a 1, de forma decrescente, e os alunos dessem as mãos até retornarem ao chão.

A professora cuida de seus educandos com zelo e cuidado, procurando acompanhar a turma enquanto dá sua aula, não deixando que os alunos se dispersam muito enquanto ela passa o conteúdo, e sempre que necessário, ela interrompe a aula para desfazer uma dupla que conversa demais, um aluno que se levanta com frequência ou um que não está prestando atenção à aula. Observar a aula não é só prestar atenção à sequência didática que a professora usa, mas também aprender como ela age com seus alunos, o modo como fala, o jeito de chamar a atenção, e até a entonação de sua voz, a música e a dinâmica que ela escolhe para o acolhimento estimulando o amor e o respeito entre suas crianças, a forma como ela pede para que nos deem boa tarde e sejam educados ao nos receber.

Vimos que a parlenda ajuda a reconhecer um animal, mostrar a diferença da galinha para o ser humano quando pergunta se ela tem pele ou pena, sua alimentação, sua cor, a cor dos ovos contemplando o campo de experiência “O eu, o outro e o nós” previsto na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), onde as crianças, na interação com os pares e com adultos vão descobrindo que existem outros modos de vida. Do mesmo modo, a parlenda ajuda a reforçar o estudo dos numerais, entender a sequência numérica,

realizar a contagem, a forma crescente e decrescente de realizar essa contagem, e entender o que significa um vizinho, contemplando assim outro campo de experiência da BNCC, o “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, sobre as crianças viverem em um mundo sociocultural tendo relações de parentesco e sociais, e ainda se deparam com conhecimentos matemáticos como a contagem, ordenação, e relações de quantidade.

Larrosa (2019) fala que a formação não diz respeito a aprender tudo, de que a princípio não sabíamos de algo e no final já o saibamos, mas se trata de uma relação interior com a matéria de estudo, quando alguém é levado para si mesmo, situação essa, que o aprender forma ou transforma o sujeito, assim, a experiência formativa é uma viagem interior, na qual o encontro com o outro, o professor, o objeto da experiência, deve ser vibrante, musical, confiável, estremecedora, e quem aprende deve estar de coração aberto, e voltar-se para si mesmo, e encontrar sua própria forma, sua própria maneira. E assim entramos nesta experiência, construímos nosso aprender de maneira coletiva, mas vivenciando a experiência de forma individual, para que nessa viagem a partir da experiência da educadora, encontremos nossa própria forma de realizar nossas práticas pedagógicas.

#### **4 A EXPERIÊNCIA PRÁTICA**

Ao final da disciplina, nos aventuramos no planejamento de nossa própria aula, sistematizando uma microaula de contação de história, ou seja, executando um tipo de encenação em sala de aula da instituição universitária no horário de aula regular, a fim de apreciação do professor e da turma, com a finalidade de nota acadêmica da disciplina *Leitura Literária na Escola*, nos articulamos com vista ao que foi solicitado pelo professor regente, organizamos os materiais e pensamos na metodologia.

Pensamos na aula para crianças de 4 a 5 anos de idade, escolhemos a história, “A Primavera da Lagarta”, de autoria de Ruth Rocha, contextualizando o enredo de superação, transformação e preconceito para o público infantil, essa história mostra situações que valorizam a independência de pensamento. Com uma linguagem usual e simples, através da contação desta história, pensamos na compreensão da criança, em que essa é capaz de ler e ver de maneira reflexiva através do que é dito e/ou escrito, por uma inteligência que na maioria das vezes os adultos não compreendem ou entendem. Utilizamos o recurso balde literário, com fantoches, o livro de história, manta para cobrir o chão, lembramos que estimular a participação, recursos esses lúdicos de forma colorida para atenuar a atenção das crianças (público da sala na universidade), incentivar e elogiar

todas as crianças é imprescindível durante a contação, e como a avaliação na educação infantil é um processo contínuo, propomos um processo avaliativo que levaria a observar a socialização da criança, sua concentração, desenvolvimento linguístico e cognitivo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Viver a experiência teórica e as discussões em sala de aula nos deu aporte para pensar o uso da contação de história na educação infantil como mediadora do aprendizado, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança, um recurso que aumenta o interesse da criança pelo objeto da aprendizagem.

Acompanhar a prática da Professora em sala de aula nos mostrou o cuidado que devemos ter com nossas crianças, tratá-las com zelo, mas com firmeza necessária para manter sua atenção à aula, o modo como fala, o jeito de chamar atenção, a entonação de sua voz, a dinâmica do acolhimento estimulando respeito e amor entre suas crianças. A utilização do texto na atividade pedagógica trazendo uma possibilidade lúdica de aprendizagem, em que a Professora percorre mais de um campo de experiência, além de nos levar a compreender como se dá o processo de contação de histórias na escola de educação infantil, a escolha do livro paradidático, o planejamento da aula, a intenção da professora na realização da aula e escolha da história, assim como a forma que a Professora utilizará na contação da história. Foram apresentadas algumas propostas para a empresa e entregue aos sócios para análise e consideração. Na figura 7 apresentou-se um resumo e escopo geral das mesmas para facilitar a compreensão. Sugere-se que a Real considere as propostas e sugestões apresentadas para sua próxima revisão do planejamento estratégico.

Futuramente, espera-se que seja feito o estudo em outras organizações de pequeno porte para analisar e comparar as práticas adotadas, bem como compreender se as práticas adotadas pela Real são comuns ou raras nas organizações de pequeno porte. Que seja possível, ainda, analisar os desdobramentos e aplicações das propostas resultantes deste estudo na empresa pesquisada.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

PERES, Fabiana Costa; MARINHEIRO, Edwilson de Lima; MOURA, Simone Moreira de.

A LITERATURA INFANTIL NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA. Revista Eletrônica Pró-Docência. UEL. ed. 1, vol. 1, jan-jun.2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>

SANTOS, Bruna Dalila dos; BORGES, Jordana Vidal Santos. A importância da contação de histórias na educação infantil. Revista Científica, Faculdade Uni Atenas. Disponível em: [http://www.atenas.edu.br/uniatenas/iniciacaoCientifica/artigos\\_cientificos/7/7/2018](http://www.atenas.edu.br/uniatenas/iniciacaoCientifica/artigos_cientificos/7/7/2018)

LARROSA, Jorge. Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas/ Jorge Larrosa - 6 ed. rev. amp; 1 reimp. - Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

BETTELHEIM, Bruno. A Psicanálise dos contos de fadas. 16.ed. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2002.

PAÇO, Glaucia Machado de Aguiar. O encanto da literatura infantil no Cemei Carmem Montes Paixão. Universidade federal rural do Rio de Janeiro - UFRRJ decanato de pesquisa e pós-graduação - DPPG MESQUITA, 2009. Disponível em: [.http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/desafios-cotidianos/arquivos/integra/integra\\_PACO.pdf](http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/desafios-cotidianos/arquivos/integra/integra_PACO.pdf) Acesso em: 26 jul. 2022

SANTOS, Bruna Dalila dos; BORGES, Jordana Vidal Santos. A importância da contação de histórias na educação infantil. Revista Científica, Faculdade Uni Atenas



**Capítulo 2 - DOI:10.55232/1085002.2**

**SER MULHER E SER MILITAR: CONQUISTAS E  
DESAFIOS DO SEGMENTO FEMININO NO EXÉRCITO  
BRASILEIRO NA CIDADE DE MANAUS**

**Aline Moysa Mesquita da Costa, Camila Bravo Fontoura**

**RESUMO:** A relação mulheres e Forças Armadas no Brasil é um fenômeno recente que merece discussões qualificadas. A participação das mulheres no front é consagrada na história como um aspecto particular, permeado por exceções e dissolvida na história dos homens combatentes. Novas perspectivas e percepções dos papéis sociais das mulheres na sociedade se colocam em evidência, dando a elas o direito de exercerem a profissão que quiserem. O objetivo geral deste trabalho foi investigar como é ser mulher militar nas guarnições militares do Exército, localizadas na cidade de Manaus, sob a perspectiva masculina. A metodologia trata-se de pesquisa de natureza básica, qualitativa, descritiva, pesquisa de campo e bibliográfica. A coleta de dados se deu por envio de 12 perguntas via google forms para os voluntários. Acerca das experiências com mulheres no trabalho e no Exército os voluntários relataram terem sido boas, pois as mulheres possuíam formações diferentes, ideias diferentes o que possibilitou uma troca muito importante para a construção de conhecimento do coletivo em que trabalhavam. Porém, a ideia de inadequação do corpo feminino ao trabalho militar ainda se faz presentes nos discursos dos homens, quando se referem às diferenças biológicas como justificativa e exclusão para determinadas atividades.

**Palavras-chave:** Gênero, Forças Armadas, Exército Brasileiro, Trabalho.

## **1 INTRODUÇÃO**

A incorporação da mulher nas Forças Armadas brasileiras é bastante complexa. Isso porque a discussão envolve direitos e garantias individuais, além da necessidade de priorizar a capacidade de combate das forças, dado o papel constitucional de defesa da pátria, salvaguarda do estado constitucional e, por sua iniciativa, da lei e da ordem (ALMEIDA, 2015).

A profissão militar foi por muito tempo considerada uma profissão exclusivamente masculina, caracterizada pela rusticidade, valentia e controle da violência. As origens da organização humana para as coisas da guerra e a institucionalização das Forças Armadas pelos Estados Modernos excluíram as mulheres como profissionais do combate armado. No entanto, os processos de democratização da sociedade contemporânea, a partir da segunda metade do século XX, levaram alguns países a tomarem medidas para incluir mulheres nas forças armadas. Entre os países que se destacam no número de mulheres em suas forças armadas estão os Estados Unidos, 14% em relação ao total de soldados do país, Canadá com 11%, Hungria com 9% e França com 8,5%, de acordo com dados da Organização do Tratado do Atlântico Norte, dados fornecidos pela OTAN, no ano 2000.

As Forças Armadas não são instituições socialmente isoladas, estão intrinsecamente ligadas aos processos sociais e aos projetos que cada sociedade estabeleceu para si mesma na defesa e construção de direitos de cidadania e soberania. A partir disso, como afirma D'Araujo (2003) pode-se dizer que essa combinação é um fato importante na definição das relações militares-civis. Isso porque, em princípio, se um país cria uma aliança de forças armadas com direitos civis democráticos, as forças armadas devem expressar a imagem da sociedade a que servem e a que obedecem.

A relação mulheres e Forças Armadas no Brasil é um fenômeno recente que merece discussões criteriosas e qualificadas. A participação das mulheres no *front* é consagrada na história como um aspecto particular, permeado por exceções e dissolvida na história dos homens combatentes. Novas perspectivas e percepções dos papéis sociais das mulheres na sociedade são colocadas em evidência, dando a elas o direito de exercerem a profissão que quiserem.

Conforme estudiosos do tema, algumas das principais questões consideradas como problemas em relação ao corpo feminino no ambiente militar são de fatores biológicos e relacionadas a clássica função social da mulher nas funções domésticas, como a gravidez, a maternidade, a separação temporária da família e a desmoralização da tropa com a morte da

mulher em combate, ocasionado pelo apelo simbólico do cuidado que a figura feminina evoca.

As Forças Armadas são instituições predominante masculinas. A violência como algo atrelado ao masculino, parece ser ponto importante na resistência à incorporação das mulheres na formação combatente e a perda da capacidade operativa das forças, o que geraria um problema institucional. O Exército brasileiro só admitiu mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras, órgão responsável pela formação dos oficiais em 2018, forçados por uma sanção presidencial, assinada pela então presidente Dilma Rousseff. Porém, do universo de 400 vagas anuais, a academia destina apenas 40 vagas às mulheres, que não podem optar pelas armas de infantaria e cavalaria (operacionais) durante a formação, podendo apenas se especializarem nos Quadros de Material Bélico ou Intendência (administrativos).

A crescente participação feminina atualmente em diversas áreas profissionais, políticas e sociais tem sido colocado em evidência e dado a elas o direito de exercerem a profissão que desejarem. Sabendo das dificuldades de ingressarem e permanecerem no campo do trabalho, e sendo o Exército uma instituição predominantemente masculina, decidimos realizar um estudo sobre a percepção dos oficiais do exército brasileiro sobre as mulheres militares na cidade de Manaus, local de realização desta pesquisa.

Dessa forma, este artigo visa apresentar os dados da pesquisa realizada sobre como é ser mulher militar nas guarnições militares do Exército, localizadas na cidade de Manaus, sob a perspectiva masculina. Os objetivos delineados foram: apresentar os aspectos sobre a inserção da mulher nas forças armadas brasileira e dados que contribuam para as discussões de gênero nas Forças Armadas; apresentaremos os relatos de experiências e percepções sobre as mulheres militares que servem em Manaus sob o ponto de vista dos oficiais do segmento masculino.

O presente trabalho torna-se relevante e visa contribuir nas discussões sobre a participação feminina no campo de trabalho em diferentes cargos e ocupações, particularmente em profissões que anteriormente eram vistas como exclusivas do sexo masculino. Cabe destacar que isso não significa que no interior dessas organizações as mudanças também ocorram em igual proporção, principalmente ao que se refere nos comportamentos dos trabalhadores em geral.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Mudanças militares sob a ótica da esfera militar**

Tardin e Lima (2015) defendem que a extensão da participação feminina nas forças armadas envolve uma série de variáveis militares, entre elas a situação da segurança nacional, tecnologia militar, apoio operacional, estrutura de forças e política de acesso. Sousa (2018), afirma que o modelo institucional das forças armadas é fundamentado e legitimado por ideias tradicionais, ou seja, a que vê o ambiente militar como um alicerce baseado na honra e no dever, e seus membros seguem um conceito de carreira.

O ensino e a formação profissional nas academias militares brasileiras ainda se baseiam em modelos tradicionais de valores conservadores e são carreiras permeadas de prerrogativas e privilégios que diferenciam os militares de boa parte dos funcionários públicos federais, já que o salário é em parte oferecido por benefícios monetários, como moradia, alimentação e uniformes que são considerados adicionais (PINTO, 2021).

Desde a redemocratização do Brasil não víamos no cenário político nacional uma influencia e participação tão intensa dos militares. No atual governo Bolsonaro foi dado destaque especial aos militares tanto na participação direta deles em ministérios, como na ocupação de cargos civis de grande importância. Novamente nos deparamos com questionamento sobre os papéis das forças armadas no Estado brasileiro e as consequências desta participação para a democracia brasileira.

Entre as etapas para a consolidação democrática nos países da América Latina está a subordinação dos militares ao controle civil, orientadas por políticas que contemplem a participação da sociedade nas questões da defesa nacional e reformas militares.

Serra (2006) traz pontos sensíveis para essas reformas, entre elas: controle da educação militar, superação do serviço militar obrigatório, redução da presença militar em campos civis da administração pública, prestação de conta das instituições militares pelos abusos cometidos nos regimes ditatoriais, prestação de contas da administração pública e eliminação de privilégios como sistema previdenciário e de pensões, justiça militar e autonomia do ensino militar.

Como vimos, no Brasil, as relações e o equilíbrio de forças e tensões entre sociedade, Estado e militares ainda estão a ser resolvidas. É importante destacar que operação militar de defesa nacional não se resume ao combate. Existe uma estrutura em torno dessa ação, que

envolve desde o preparo técnico dos soldados até políticas e diretrizes de planejamento e ações que precisam ir além dos muros da caserna. A reestruturação das Forças Armadas brasileiras está ligada diretamente às rupturas com paradigmas dominantes e a participação da mulher nessas estruturas se tornam extremamente relevantes.

## **2.2 A evolução da mulher na participação militar no exército brasileiro**

Atualmente, a habilitação legal para ingresso da mulher nas Forças Armadas Brasileiras é por meio da Lei nº 7.831, de 02 de outubro de 1989, que inseriu o Quadro Complementar de Oficiais (QCO) para o exercício de atividades complementares para quadros superiores, com possibilidade de atingir o posto de Tenente Coronel (BRASIL, 1989).

Entretanto, as mulheres só entraram na Escola de Administração do Exército (ESAEX) no ano de 1992, durante este ano as primeiras oficiais femininas do Exército Brasileiro foram formadas juntamente com os homens, com o objetivo de atender às necessidades nos campos técnico e administrativo, e promover a igualdade de competição entre homens e mulheres por superiores em diferentes formações (ROVINA; SOUZA, 2015).

Nos anos que se seguiram, os militares brasileiros tomaram uma série de medidas para permitir a expansão de oficiais femininos no exército. Com a promulgação do Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994, alterou os Regulamentos da Lei do Serviço Militar para permitir que as mulheres se voluntariem para o serviço militar (BRASIL, 1994).

Nessas perspectivas, em 1996, o exército estabeleceu um sistema de serviço militar voluntário feminino para médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários e enfermeiros altamente qualificados, e o primeiro lote de 290 voluntárias serviu temporariamente no distrito de saúde. Corroborando com este tema, Matos et al. (2012), diz que no edital de 1997, o Instituto Militar de Engenharia (IME) inscreveu no Quadro de Engenheiros Militares (QEM) os primeiros cursos superiores com 10 alunos, em plena igualdade com os homens, sem restrição de vagas masculinas ou femininas.

Nesse mesmo ano, a Escola de Saúde do Exército matriculou e formou o primeiro corpo médico pós-secundário do Serviço de Saúde do Exército, dentistas, farmacêuticos, veterinários e enfermeiros. Em 1998, o Exército estabeleceu o Programa de Estágio de Serviços Técnicos para profissionais de alto nível nas ciências humanas e de precisão para atender às necessidades de Oficial Técnico Temporário (OTT) da agência. O primeiro lote de

519 mulheres advogadas, executivas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas e outras ocupações competiu na mesma equipe sob as mesmas condições que os homens.

Para ampliar o acesso, o Exército permitiu que as mulheres fizessem dois de seus cursos de combate mais tradicionais e difíceis: o Curso Básico de Paraquedas (desde 2006) e o Curso de Guerra na Selva (desde 2010), e desde então, vários oficiais e soldados concluíram parcialmente tais cursos (ALMEIDA, 2015).

Com a implementação das alterações da Lei nº 12.786, de 11 de janeiro de 2013, os oficiais do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) poderão avançar para o posto de Coronel (BRASIL, 2013), marcando mais uma conquista feminina. Além disso, engenheiros militares formados no IME, além de médicos também da ESSEX, poderão garantir cargos de comando de divisão com as mesmas oportunidades de seus pares.

O Decreto nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, quando a então Presidente Dilma Rousseff promulgou regulamentação para mulheres militares como combatentes do exército brasileiro, participação e inclusão em áreas antes restritas à frente masculina (BRASIL, 2012).

A exemplo da Marinha e da Aeronáutica, o Exército abriu em 2018 a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) para receber mulheres da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) para cursos de material bélico e intendência. Em tese, algumas dessas mulheres conseguiriam chegar ao topo de suas carreiras, generais nas forças armadas, depois de mais de 40 anos de serviço, pois competiriam de igual para igual com oficiais homens da AMAN em promoções.

Como se pode observar pelo exposto, as políticas e práticas multiculturais que levam as mulheres ao serviço militar estão ocorrendo, mas de forma lenta e com restrições. As mulheres começam a formar seus quadros de longa duração, por exemplo, mas operações em zonas de guerra não são permitidas, o que mostra que também precisa completar outras conquistas.

### **3 METODOLOGIA**

Os dados deste estudo teve como método a abordagem da pesquisa qualitativa e descritiva, pois foi caracterizada pelo detalhamento, entendimento e esclarecimento de fenômenos e fatos. Para Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa qualitativa desenvolve uma análise de dados que é utilizada por meio da coleta de informações, e então a análise subjetiva é realizada para implementar procedimentos reflexivos metódicos, controlados e críticos, para

que novos eventos ou dados, relações ou relacionamentos possam ser descoberto, sobre qualquer campo do conhecimento.

O objetivo da pesquisa é de características descritivas no qual o pesquisador registra e descreve os fatos considerados em sua observação. Zanella (2013) sustenta que a pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever os principais aspectos de um fenômeno, população ou qualquer outra variável.

Também foi utilizado procedimentos caracterizados como pesquisa bibliográfica, onde foram utilizadas publicações já existentes para embasamento teórico do trabalho, por meio de livros, artigos, teses, dissertações que estejam ligados ao tema proposto. De acordo com Gil (2008) destaca que a pesquisa bibliográfica é construída a partir de material idealizado, residindo no fato de o investigador realizar uma cobertura sobre uma diversidade de fenômenos.

Como técnica de coleta de dados, optou-se por aplicar um questionário com 12 perguntas estruturadas enviadas pela plataforma *Google Forms* para os celulares dos 5 (cinco) participantes voluntários. Cabe destacar a dificuldade para o levantamento dos voluntários. Foram realizados 30 (trinta) convites de participação entre os oficiais que trabalham nas guarnições militares da cidade de Manaus. Todos foram convidados aleatoriamente a partir de contatos e vínculos previamente estabelecidos com a coordenação da pesquisa. Os cinco voluntários pertencem à 12ª Região Militar, Colégio Militar de Manaus e do Centro de Embarcação do Comando Militar da Amazônia.

### **3.1 Análise de dados**

Para considerar as respostas coletadas foi realizado uma análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Isso inclui um conjunto de procedimentos para análise de comunicações que utilizam métodos sistemáticos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens. Assim, foi analisada a coerência das respostas dos voluntários em termos da sua realidade, evolução e apropriação de conceitos na sua comunidade, capacidade de estabelecer relações entre conhecimentos e outras situações.

## **4 RESULTADO E DISCUSSÃO**

Em um primeiro momento foi realizado contatos com os oficiais, e foi explicado a pesquisa e a sua finalidade. Os participantes receberam o questionário por e-mail. Dos voluntários que responderam ao questionário todos são oficiais de carreira, sendo suas patentes Major (2) e Tenente-Coronel (3). As idades são entre 40 (quarenta) e 44 (quarenta e quatro) anos e atuam em áreas como: Logística, Pagamento de pessoal e Administração Pública. Um dos oficiais está servindo há 27 (vinte e sete) anos, três deles estão há 24 (vinte e quatro) anos e um está há 21 (vinte e um) anos no âmbito militar. Quatro deles são casados e possuem filhos, e um é solteiro e não possui filhos. Desses quatro que têm filhos, dois possuem uma menina e os outros dois são pais de menino e menina.

No que concerne as respostas em relação as mulheres que fazem parte da vida dos oficiais e onde elas se encontram, todos responderam a princípio acerca das relações familiares, tanto a nuclear (mãe), quanto a constituída (esposa e filha). Um dos entrevistados falou a respeito da mãe e as atividades que ela exerce com um grupo de esportes na 3ª idade, e outro citou as duas irmãs e respectivas profissões.

*“Sou filho único, porém tenho duas irmãs. Nós fomos criados com as mesmas condições, jogávamos bola juntos e as vezes soltávamos pipa, minhas irmãs seguiram a mesma carreira, a mais nova é Oficial Superior da Polícia Militar do Rio de Janeiro e a mais velha é 1º Sargento do Exército do Rio de Janeiro. Minha mãe sempre se virou em questões de trabalho, desde vender salgados à revista de cosméticos. Sempre comento com a minha esposa que pelo fato de conviver com várias mulheres lido com mais facilidade com os diferentes perfis.”*

Apenas um voluntário falou acerca das mulheres que fazem parte do seu círculo de trabalho, mesmo não aprofundando essas relações.

*“Na minha rede de contatos em geral (escola, igreja, trabalho, vizinhança). Face as constantes mudanças de domicílio, por questões profissionais, os níveis de relevância variam conforme o tempo e a intensidade do convívio mutuo, embora se busque manter a interação social (consideração) mesmo à distância.”*

Quando questionados sobre quais seriam os aspectos positivos e negativos em relação à mulher no campo de trabalho, as respostas recorrentes foram que os aspectos positivos são a meticulosidade nos trabalhos, ou seja, as mulheres são mais atentas aos detalhes na execução



dos afazeres, e o aumento da renda familiar, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida.

Já os aspectos negativos foram a sobrecarga da múltipla jornada, o prejuízo na educação dos filhos, visto que a tarefa de educar seria subdelegada à escola e o posicionamento de contestar no âmbito do trabalho.

Podemos ver que a meticulosidade e a atenção citada anteriormente é reconhecida pelos oficiais no trabalho feminino, porém a visão que os oficiais possuem das mulheres ainda é bastante ligada ao modelo patriarcal que predomina na sociedade, modelo esse que atribui às mulheres profissões vistas como inferiores da cadeia ocupacional, por exemplo as subalternas como dona de casa, e também o lugar de fala negligenciado visto que é um ponto negativo contestar no ambiente de trabalho. Por fim as atribuições de educar sendo direcionadas apenas as mães, visto que há um segundo genitor da criança não significa que a mãe tendo outras atribuições deixará de educar seus filhos.

Na questão em que os voluntários precisavam expor suas opiniões sobre o desejo das mulheres de ingressarem na carreira militar, as respostas foram retratadas como sensacional, excelente e justa. Por um lado, um dos voluntários destacou uma observação às devidas peculiaridades biológicas e demandas individuais. Por outro, foi citado a importância da presença feminina nas Forças Armadas, pois acredita-se que as mulheres ocuparão mais espaço no âmbito operacional dentro do Exército com o passar dos anos, como acontece nos países desenvolvidos.

Sobre a questão em que pedimos para os oficiais expressarem o que eles entendem sobre igualdade de gênero as respostas foram variadas. Um deles disse que não entende nada, porém acredita se tratar de uma educação oferecida de maneira igual, outro oficial respondeu acreditar que seja condições e oportunidades semelhantes de deveres e direitos em dada circunstância.

Também tivemos um comentário citando o Exército Brasileiro.

*“Entendo que é a igualdade de oportunidades para ambos os sexos. No Exército, a vaga aberta para determinado cargo (de Oficiais ou Sargentos Técnicos Temporários) é independente do sexo. A remuneração é idêntica, tanto do segmento masculino quanto do feminino. É a igualdade de direitos e deveres.”*

Acerca das experiências com mulheres no trabalho e no Exército os voluntários relataram terem sido boas, pois as mulheres possuíam formações diferentes, ideias diferentes o que possibilitou uma troca muito importante para a construção de conhecimento do coletivo

em que trabalhavam. Um dos oficiais citou que mesmo as mulheres sendo minoria em cargos superiores, a experiência foi boa, por mais que algumas não tivessem “espírito de equipe” (como os homens) e se esquivassem de missões (trabalho extra como o serviço de escala, participação em equipes diversas e trabalho burocrático), ele já tinha presenciado uma voluntária em trabalho manual resolver 50 pendências em um só dia e ser considerada excelente no atendimento ao público.

Observa-se aqui que os estereótipos dados aos gêneros estão presentes no discurso quando é falado que as mulheres não possuem espírito de equipe, que seria uma característica inerente ao segmento masculino. Porém o reconhecimento veio quando uma voluntária solucionou várias pendências em um único dia. As mulheres acabam demonstrando características referentes ao sexo masculino, visto que apenas desse modo que adquirem uma credibilidade, pois ainda existe uma diferença entre as características relacionadas ao feminino e ao masculino dentre os estereótipos de gênero (ADÃO, 2007).

Teve-se outros comentários acerca das experiências, um deles falou que sua percepção é a mais equilibrada possível, uma vez que as atribuições de todos no âmbito da Instituição são bem definidas e apresentadas logo que eles tomam parte do serviço.

No espaço que foi deixado para que os voluntários acrescentassem alguma observação ou informação, um comentário bem interessante foi escrito. É uma ideia que resume e explica de forma sucinta a percepção dos homens em relação ao trabalho feminino, principalmente no âmbito das Forças Armadas:

*“Estamos no século XXI, existem prerrogativas previstas, até mesmo na bíblia, com relação à conduta das mulheres, porém temos que nos atualizar. Vejo que o grande problema, ou melhor, a grande dificuldade dessa inserção do segmento feminino nas Forças Armadas, somos nós, os homens. Temos que estar preparados para isso, temos que entender e aceitar a igualdade de gêneros. Alguns homens, digo, a maioria, não estão preparados, para ombrearem com mulheres, na labuta diária da caserna.”*

De acordo com Magalhães e Conceição (2015), as questões problemáticas de gênero, um dos aspectos que mais se destaca na sociedade contemporânea, foram realinhados para transcender a oposição binária entre os gêneros no sentido de aceitar diferentes identidades de gênero, impensáveis em sociedades tradicionais que prescrevem papéis fixos de gênero de diferenças biológicas.

Do ponto de vista de Avila (2021), a relevância do tema para o Brasil se baseia em sua imagem na comunidade internacional e na alta valorização da mulher na sociedade brasileira,

reduzindo as disparidades de gênero e enfatizando a importância do tema na valorização da imagem do Brasil.

Na opinião de Tardin e Lima (2015), a maternidade é uma questão controversa relacionada à inserção da mulher nas Forças Armadas, pois ao mesmo tempo que o “dom” de ser mãe é considerado positivo na medida em que ela pode usar seu “instinto materno” para empreender o que é essencialmente uma pacificação assistencialista, por outro lado, a maternidade é uma barreira para as carreiras militares cujas obrigações são comprometidas pela licença maternidade e pelas obrigações da maternidade para com os filhos e a família.

De conformidade com Hryniewicz e Vianna (2018), um dos principais obstáculos à lentidão desse processo inicial de inserção são as questões culturais. Nesse sentido, acredita-se que a mulher é essencialmente uma figura materna de caráter amável e generoso. Com isso, ela não poderá ocupar determinados tipos de cargos, principalmente aqueles que exigem liderança, pois o papel natural de um líder está culturalmente associado aos homens.

Para Arno (2017), os estabelecimentos armados ainda são lugares masculinos, associados à masculinidade e à honra, mas a presença crescente das mulheres tende a desestabilizar essa hegemonia, provocando reflexões dentro e fora dos quartéis e sugerindo mudanças na forma como essas instituições constroem as relações de gênero.

Na visão de Nunes e Moreira (2019) existe um estereótipo social baseado no gênero, o processo de distinção de identidades ocupacionais, ou seja, mesmo que homens e mulheres estejam na mesma ocupação mostra inevitavelmente que nem homens e mulheres podem ter a mesma identidade.

Na visão de Celestino (2020), no entanto, à medida que a participação das mulheres na instituição cresceu, também surgiram questionamentos sobre os maiores desafios e consequências dessa conquista. Isso vale especialmente para o desenvolvimento da liderança, condição essencial do militar em treinamento e ao longo de sua carreira. Há também questionamentos sobre como a mulher exercerá a liderança necessária para comandar seus soldados e influenciá-los a cumprir suas missões, tanto em sua formação quanto ao longo de sua carreira, dentro de uma instituição majoritariamente masculina.

Do ponto de vista de Prado e Dias (2021), em um ambiente militar, a lógica da inferioridade feminina ainda é amplamente reconhecida, e é comum usar argumentos para tentar convencer as mulheres de que não é adequado ir à guerra. Nesses argumentos, são feitas referências ao suposto declínio de força, estrutura física, sensibilidade, relacionamento mais próximo com os filhos etc., cujo único objetivo é trazer a mulher de volta à esfera privada, mostrando novamente o que ela acredita que é seu destino biológico (mãe e esposa).

Por fim, o aumento do avanço tecnológico e o aumento da especialização dos militares também beneficiam as mulheres, pois o avanço tecnológico faz com que o poder físico substitua a inteligência, e o aumento da especialização torna o desempenho de cada soldado mais focado em suas habilidades técnicas, não tanto na força física (DANTAS, 2018).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho possibilitou uma análise sobre como é ser mulher militar nas guarnições militares do Exército sob a perspectiva masculina. Dessa forma o que se vê diante dessas respostas e reflexões é que alguns oficiais do segmento masculino reconhecem que as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho e que elas possuem qualidades excepcionais que contribuem para uma instituição mais igualitária em todos os seus setores, como também para o crescimento da troca de conhecimentos e experiências. Porém outros ainda necessitam aprender e entender o que é igualdade de gênero e como ela se manifesta nesses ambientes.

Conclui-se que na pesquisa as mulheres sempre participaram da história e das esferas sociais, porém a baixa adesão ao posicionamento e a falta de protagonismo contribui para que mais uma vez o lugar de fala seja ocupado pelos homens. Outro ponto é o fato de que na maioria das vezes para se ter o reconhecimento é preciso que as mulheres façam um esforço extra em seus ambientes de trabalho, tendo que trabalhar o dobro ou exercendo muitas atividades.

O fato de ser mulher demanda um esforço extra para adquirir respeito e importância no dia-a-dia nos quartéis. As mulheres também enfatizam que, nas suas percepções, as mesmas tarefas praticadas e executadas por homens também podem ser facilmente desenvolvidas pelos oficiais mulheres, desmistificando a concepção que ser militar é um trabalho apenas para homens.

Em suma, a ideia de inadequação do corpo feminino ao trabalho militar ainda se faz presentes nos discursos dos homens, quando se referem às diferenças biológicas como justificativa para a determinação das atividades.

## **REFERÊNCIAS**

ADÃO, Maria Cecília. A formação e a incorporação feminina – as dificuldades na ocupação de novos espaços. **I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED)**. São Carlos, 2007

ALMEIDA, Vitor Hugo de Araújo. **Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: situação atual e perspectivas futuras**. Brasília: Câmara dos Deputados – Consultoria Legislativa, 2015. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22600>> Acesso em: Dezembro de 2018.

ARNO, Fernanda. **Instituições armadas, gênero e poder: reflexões para a transformação**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.25, n.2, p.983-985, 2017.

ÁVILA, Júlia de Mello. **A liderança da mulher da linha combatente do Exército Brasileiro; desafios e oportunidades**. 2021. Monografia (Bacharel em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Rezende, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAL, Luana Isabelle. **O papel social e político das forças armadas: uma proposta de modelo teórico explicativo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994. Altera a redação do art. 5º do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, Regulamento da Lei do Serviço Militar, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 out. 1994. Seção 1, p. 16253

BRASIL. Lei nº 12.705, de 08 de agosto de 2012. Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 ago. 2012. Seção 1. p. 3.

BRASIL. Lei nº 12.786, de 11 de janeiro de 2013. Altera dispositivos da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, que cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2013a. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989. Cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 out. 1989. Seção 1, p. 17657.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Todavia, 2019.

CARVALHO, Maria Alice. Exército brasileiro: um retrato à aquarela. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, p. 637-651, 2020.

CELESTINO, Sabrina. Mulheres da Guerra e da Paz: Reflexões sobre a Particularidade Brasileira. **Nação e Defesa**, n.157, pp. 99-116, 2020.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras**. Resdal, 2003. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Maria-Daraujo/publication/237312341\\_Mulheres\\_e\\_questoes\\_de\\_genero\\_nas\\_Forcas\\_Armadas\\_bra](https://www.researchgate.net/profile/Maria-Daraujo/publication/237312341_Mulheres_e_questoes_de_genero_nas_Forcas_Armadas_bra)

sileiras/links/54902e150cf214269f265e6c/Mulheres-e-questoes-de-genero-nas-Forcas-Armadas-brasileiras.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

DANTAS, Stela da Rocha de Medeiros. **Mulheres e forças armadas: uma análise da participação feminina nas Forças Armadas Brasileiras**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos Ebape**. br, v. 16, p. 331-344, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, M Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAGALHÃES, Suzana Marly; DE ANDRADE CONCEIÇÃO, Ana Lídia. O corpo feminino, frágil, malsão: um estudo do habitus de gênero dos militares combatentes do Exército Brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, n. 1, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Atlas, 2010.

MATOS, Deise Justino et al. **Mulheres nas forças armadas: desenvolvimento histórico-jurídico da participação feminina na defesa nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012.

MOTA, Janine. Utilização do Google Forms na pesquisa acadêmica. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 371-373, 2019.

NUNES, Nilza Rogéria; MOREIRA, Nádia Xavier. A FARDA E A INTIMIDADE: novos desafios da feminização das Forças Armadas Brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n. 1, p. 11-26, 2019.

PINTO, Cláudia Conceição. **A formação acadêmica profissional e tecnológica da mulher no ensino militar bélico na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)**. 2021.

PRADO, Christina Luiza; DIAS, Maríndia Meller. A Inclusão feminina nas forças armadas: acolhimento e igualdade entre gêneros. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste**, v. 6, p. e27775-e27775, 2021.

ROVINA, Denise Pellegrini Maia; SOUZA, Neyde Lúcia de Freitas. **A mulher militar brasileira: conquistando mares, alçando voos e desbravando terras**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2015.

SERRA, N. El control de las fuerzas armadas em la transición democrática. In MARTINEZ, R. e TULCHIN, J. (orgs.) **La seguridad desde las orillas. Um debate entre Europa e Latioamérica**. Barcelona: CIDOB, 2006, p. 17-37.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à Ditadura Militar em Curitiba (1964-1985). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 31, p. 389-412, 2018.

TARDIN, Elaine Borges; LIMA, Lana Lage. A mulher militar brasileira no século XXI: antigos paradigmas, novos desafios. **Revista Ágora**, n. 22, p. 70-82, 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.134.

**Capítulo 3 - DOI:10.55232/1085002.3**

**TEATRALIDADES DRAG QUEEN: CREACIÓN Y  
COMPREENSIÓN DE UNA PRÁCTICA ESCÉNICA-  
ESPECTACULAR**

**Eliakins López Marín**

**RESUMO:** La práctica drag queen se ha venido manifestando en diversos contextos a lo largo de la historia de la humanidad. Como un fenómeno escénico- espectacular consiguió ganar un lugar destacado a partir de los shows que son presentados a modo de entretenimiento en los contextos sociales que envuelven a la comunidad conformada por lesbianas, gay, bisexuales, trans, Queer, intersexuales e apoyadores (LGBTQIA+), transformándose en un espacio para la construcción de poéticas que se sustentan en la realidad social y la interdisciplinariedad artística. Los constantes desplazamientos, hibridaciones, transformaciones y discusiones que estas poéticas y sus ejecutantes manifiestan permiten reconocer una escena cargada de múltiples elementos de teatralidad. En ese sentido el presente trabajo objetiva discutir la teatralidad presente en el show drag queen. Con base en los diversos aspectos que del concepto de teatralidad se desprenden y con apoyo en algunos shows registrados durante una experiencia etnográfica en Caracas- Venezuela, desenvuelvo un análisis que permite comprender puntos como la creación y construcción del personaje drag queen, algunos lenguajes escénicos usados en estos shows y los alcances que, en las esferas sociales, políticas y culturales, la práctica consigue tener. De esta forma queda en evidencia el carácter expandido que la teatralidad llega a tener en la contemporaneidad, su aplicación en la lectura de los más diversos contextos y el lugar en el cual el show drag queen se posiciona como una manifestación que llega a pertenecer al campo de las artesescénicas.

**Palavras-chave:** Show drag queen: teatralidad: personaje Drag: poéticas escénicas.



## INTRODUCCIÓN

En la actualidad la figura *drag queen* parece estar de moda. Es un fenómeno destacable que invade numerosas esferas. La *drag* ya está en el museo y entró en la academia transformándose en problema de estudio para algunos intelectuales pero sobre todo está en la calle, en la industria y en los medios de masa; alcanzando diversos núcleos sociales y problematizando el funcionamiento de la sociedad contemporánea. Sin embargo esta no es una manifestación nueva ya que a lo largo de la historia de la humanidad muchos serán los que recurran a la práctica *drag* por razones sociales, políticas, religiosas y artísticas; siempre provocando un extrañamiento a pesar de las transformaciones que, a nivel estético y funcional, esta pueda haber sufrido.

Por su extrañeza y capacidad de incomodar y fascinar a la vez, la *drag queen* puede ser ubicada dentro de la llamada categoría *queer* (LOURO, 2004) y aunque esta práctica se presenta, mayoritariamente dentro del Ambiente<sup>1</sup>, no tiene ningún tipo de relación directa y/o necesaria con las identidades de género ni la orientación sexual y si una estrecha vinculación con el universo de las artes ya que *drag queen*<sup>2</sup> (*drag king* en el caso femenino) o transformistas desenvuelven el llamado arte de la transformación por medio de técnicas temporales; usando ropas, accesorios, maquillaje y otros elementos que permiten la creación de una imagen que poetiza y performa en inúmeros contextos.

Un elemento que opera de manera clara y determinante en la codificación de la práctica *drag* es la teatralidad, un término que está abierto para propiciar, sustentar y comprender muchas acciones. Tomando lo planteado por Cornago (2009), existe un modo de teatralidad que se refleja en la realidad lo que permite tener una visión amplificadora de la práctica *drag queen* dejando en evidencia como vida y escena se funden en la creación de esta práctica escénico- espectacular.

### **DRAG: ENTRE CONCEPTOS E CONTEXTOS**

La práctica *drag queen* se sustenta en la acción de travestirse. El travestismo

---

<sup>1</sup> Término con el cual se identifican prácticas, acciones y lugares relacionados a la cultura LGBTI.

<sup>2</sup> Dependiendo del contexto y la cultura donde se estén discutiendo los términos, la *drag queen* llega a ser diferenciada del transformismo por tener una estética y características bien marcadas y determinante. Por la naturaleza de los casos que son objeto de estudio en el texto mantengo estos términos como sinónimos y uso el término *drag queen* como un concepto que engloba todas estas manifestaciones de transformación artística.

según Marcano (2006) es la costumbre de utilizar esporádica o habitualmente ropas y adornos propios del sexo contrario. Aunque el término travesti es relativamente nuevo, acuñado en 1910 por Magnus Hirschfeld, al reflexionar sobre la acción de travestirse se puede ver que universalmente esta es una conducta que siempre se ha manifestado; siendo muchos los vestigios de personajes, sociedades y culturas que se vinculan de forma directa con el hecho travesti. Por otra parte, al analizar la relación entre lo social y lo artístico, a partir del estudio de los diferentes escritos, obras de arte e inclusive manifestaciones culturales se comprobó que son muchas las que hacen referencia al tema. Un ejemplo de ello es el carnaval.

El carnaval es una fiesta en la cual la libertad y la manifestación *drag* están siempre presentes, no es raro ver en estas celebraciones a hombres vestidos de mujer o viceversa (aunque con menos frecuencia) y esto socialmente es celebrado con total normalidad. Una fiesta donde la máscara juega un papel protagónico a partir de códigos cifrados culturalmente conocidos. Como expresa Chevalier (1986) «la máscara es mediadora entre dos fuerzas e indiferente a quien la llevará en esa lucha peligrosa entre el cautivo y el cautivador» (p. 697) es decir que ella es un puente que permite el disfrute, comunicación y aceptación entre los copartícipes y bajo la cual la *drag* adquiere una notoria participación.

La *drag* también tendrá participación en algunas manifestaciones artístico-tradicionales ligadas a festividades propias de América Latina, como el caso de los “Chuntaes” en México o la Parranda de San Pedro en Venezuela, donde el travestismo juega un papel protagónico.

Una de las formas artísticas donde la práctica *drag* tendrá un papel sumamente importante es en el teatro. No solo por el hecho de que este arte implica la transformación del ejecutante en otro ser, lo que de cierto modo ya representa un travestismo; sino porque a raíz de situaciones sociales, culturales, dramáticas y estéticas, el teatro recurrió y recurre en muchas ocasiones a la práctica *drag*.

Sobre este tema son significantes los aportes que realizan Herrera (2012) y Marcano (2006) quienes abordan el travestismo teatral tomando este como una estrategia y convención a la cual este arte acude. Por otro lado, si se da una mirada sobre la historia teatral desde la antigüedad clásica todos los papeles (masculinos y femeninos) van a estar representados por hombres, quienes haciendo uso de elementos como la máscara, vestuarios, coturnos, entre otros, darán origen al milenar arte de la interpretación así como a la práctica *drag* de manera formal sobre los escenarios.

Así se pueden ir puntualizando diferentes momentos dentro de la historiateatral

donde la *drag* es clave para la manifestación y supervivencia de este arte. Un ejemplo de esto son las representaciones religiosas que en la edad media realizaban los clérigos con la finalidad de catequizar y donde estos hombres entregados al señor debían interpretar tanto a Jesús como a María entre otros tantos personajes vinculados a la religión. (BERTHOLD, 2006).

Posteriormente con la entrada de la mujer al teatro podría decirse que la manifestación se dio de forma inversa ya que la capacidad histriónica de muchas damas les permitirá desarrollar personajes masculinos, convirtiéndose esto en una tradición estético- lingüístico sobre todo en el teatro del siglo de oro español, lo que abrió los escenarios para las primeras *drag King* como propone Escalonilla (2002).

Por su parte Amanajás (2014) explica que en el teatro oriental la acción de travestirse tiene hasta el día de hoy un papel protagónico, pues en manifestaciones como el Kabuki los hombres son seleccionados y entrenados desde temprana edad para dedicarse a dicha práctica y desarrollar a la perfección el estereotipo femenino.

En la época contemporánea se dará una apertura que sin duda repercutirá en el ámbito teatral. Influenciado por los diversos movimientos sociales que lucharan por la inclusión y no discriminación de las minorías a nivel mundial, a raíz de la detonante revolución de *Stonewall*<sup>3</sup> en 1970; Sumando a esto la interdisciplinariedad artística que se generará en las últimas década del siglo XX, el arte se permitirá la comprensión de la acción de travestirse, así como sus diversas implicaciones, desde varios espacios de reflexión artística que se mantiene hasta la actualidad, siendo algunos ejemplos de ello la exposición “Noche de lentejuelas” presentada en el año 2010 en las instalaciones del Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos (CELARG) Caracas- Venezuela, el trabajo que realiza por todo el mundo el activista Daniel Arzola en su campaña viral “No soy tu chiste”, El colectivo teatral brasileño “as travestidas”, el Museo Travesti en Perú y el Museo de la Diversidad en Brasil; agregando innumerables piezas teatrales y películas que, como lugar común desde sus ramas e propuestas, buscan la reivindicación de la comunidad LGBTQIA+, haciendo que estos puedan obtener de espacios de tolerancia y reconocimiento.

## **LOS TERRITORIOS DRAG**

---

<sup>3</sup> Movimiento realizado en los Estados Unidos el 28 de junio de 1969 donde gays, lesbianas y sobre todo drag queen e trans que frecuentaban un bar llamado *Stonewall Inn* resolvieron no aguantar más las represiones a las cuales los cuerpos policiales de Nueva York los tenían sometidos. el movimiento se caracterizó por un enfrentamiento que duro varios días y con el cual los grupos reprimidos ganaron representación y visibilidad. El año siguiente se realizó una marcha para conmemorar los acontecimientos que posteriormente será conocida como *Gay Pride*.

Si bien es cierto que a partir de los años sesenta del siglo pasado se vinieron dando innumerables movimientos centrados en el activismo para el reconocimiento y valorización de las minorías donde entra la población LGBTQIA+, acompañado del crecimiento de teorías que discuten temáticas de género, la prácticas *drag* continúa siendo desalentador. Si se considera el rechazo y segregación que ellas, así como todas las apelan a la acción travesti por diversos motivos, vienen sufriendo a lo largo de la historia, en el ámbito socioeconómico e incluso en lo interpersonal, es muy posible ubicar estas prácticas en una oscuridad donde el anonimato y no reconocimiento son una característica principal.

Estas personas ante la respuesta social han tenido que buscar espacios para poder desarrollarse y estar; espacios para su reconocimiento y actuación social, siendo muestra de ello las comunidades exclusivamente para población LGBTQIA+ que existen en países como Estados Unidos y España por mencionar algunos.

En esa constante búsqueda de desarrollar sus propias zonas de convivencia y desarrollo; procurando su inclusión y el ganar espacios para la tolerancia se puede evidenciar, como dice González (2003) que «sus territorios son móviles y cambian constantemente con el tiempo» (p. 67). En esos espacios creados para el compartir y desarrollar sus potencialidades, las *drag* han logrado desenvolver una gama de oportunidades dando así apertura a su inclusión y reconocimiento dentro de su propio universo social.

Uno de los principales espacios donde las *drag* institucionalizaron su práctica es en locales, bares y guetos que atienden mayoritariamente personas pertenecientes a la comunidad LGBTQIA+ e donde los llamados Show travesti son ofrecidos a modo de entretenimiento. Herederos de diversos géneros como el *music-hall*, el cabaret y el teatro de revista solo por mencionar algunas influencias, esos espectáculos pueden considerar diversas variantes entre las que se pueden resaltar presentaciones al estilo stand up, animaciones, show fonomímico o de dobles, *drag queen* y concurso de belleza, generando una gama de posibilidades para las *drag* y convirtiéndose en una excelente forma de desenvolvimiento profesional y económico. Como lo plantea González (2003) el show *drag* como «espectáculo posee una tradición histórica que lo respalda; y permite a los travestis “empadronarse”, adquirir un prestigio y tener convocatoria» (p. 152) de este modo la *drag* va ganando y desarrollando sus potencialidades lo que podría ser el comienzo de una carrera que desarrolla un carácter netamente estético donde los cosméticos, baile, público, una jerga, entre otros se convierten en códigos que exaltan a la *drag* como en una carrera artística con todos sus elementos; carrera que dicho sea de paso está inmersa potencialmente en una teatralidad dentro y fuera de la representación

que se ejecuta.

Dentro del show de la ciudad de Caracas la variante que se puede encontrar con más frecuencia es el show fonomímico. Una presentación donde las *drag* presentan canciones de algún artista reconocido haciendo doblaje de las letras. Esta variante puede subdividirse en dos grupos: show fonomímico por imitación o show fonomímico libre. En el primero busca imitar fielmente en actitud, caracterización y puesta en escena al artista seleccionado, como explica Gisela:

Uno busca los personajes a los que uno más se asemeja... que nuestros rasgos se parezcan más a ellos, así la preparación y la investigación hacia el personaje no se hace tan difícil en el área de maquillaje y vestuario por el parecido o la similitud que tenemos con el personaje la imitación es casi perfecta. (LÓPEZ, 2014).

Se ve pues como se consideran una cantidad de elementos y se realizan estudios para alcanzar a la perfección el parecido con el personaje que fue seleccionado a interpretar. Por el lado opuesto el show fonomímico libre ofrece la música de algún artista pero brinda la libertad para desarrollar la caracterización. Al respecto Sasha apunta:

En mi persona nada influye para realizar un personaje, este solo lo veo, lo analizo y lo hago... en ese aspecto no me esfuerzo por estudiarme un personaje como tal porque me gustan más los shows libres, los trabajos libre. Allí la caracterización de un personaje determinado no se trabaja mucho. (LÓPEZ, 2014)

Otro elemento recurrente en los diversos shows y que viene ganando gran importancia es la presencia de un cuerpo de baile. En muchas ocasiones, sobre todo en las presentaciones más elaboradas a partir de personajes modernos, se pudo ver la presencia de bailarines que acompañan a las *drags* en su representación, siendo para estos un elemento clave siempre y cuando no busquen opacar a la ejecutante principal. Al respecto, Tatiana apunta que «se puede encontrar de todo y puede pasar de todo en el escenario, pero lo peor es que los bailarines te quieran robar el show» (LÓPEZ, 2014), confirmando con esto como el show se configura de la misma forma que un espectáculo donde convergen diversos elementos de las artes escénicas.

El show es tomado e influenciado por la publicidad, la cultura y la espectacularización; como en la mayoría de los casos procura un fin comercial y de entretenimiento toma como referencia los artistas, temas y características modales, teniendo protagonismo artistas que se han consagrado como iconos de la cultura gay tales como Donna Summer, Cher, Madonna y más recientemente Lady Gaga por citar algunas. Si se trata de un show libre procuran canciones con las que el público se

sienta identificado teniendo gran relevancia canciones de desamor y despecho o canciones icónicas de décadas pasadas.

La imagen juega un papel fundamental dentro de la práctica *drag*, es por ello que en todas las presentaciones convergen elementos de vestimenta, maquillaje, normas de género, tendencias artísticas y sistemas identitarios con la finalidad de alcanzar un personaje o una naturaleza femenina; de este modo se puede afirmar que:

El cuerpo y los usos que hacemos de él, así como las vestimentas, adornos, pinturas y ornamentos corporales, todo eso constituye, en las más diversas culturas, un universo en el cual se inscriben valores, significados y comportamientos cuyo estudio favorece la comprensión de la naturaleza de la vida sociocultural (OTTA, 2000, p. 19)

Es decir que esa preparación, construcción del personaje y lo que se va a representar son un elemento clave para la ejecución del show, ya que ese pasar de hombre a mujer, ese trabajo que se realiza en privado viene cargado de un sinnúmero de signos tanto para la *drag* como para los que van a asistir la presentación que se materializa en el escenario y será a partir de esa transformación y la participación en el escenario lo que permite desde ya comenzar a evidenciar elementos que se desprenden de la teatralidad.

## **LA TEATRALIDAD**

Pavis (1990) apunta que « la teatralidad sería lo que, en la representación o en el texto dramático, es específicamente teatral» (p. 468). Es decir que todo lo que rebasa la palabra podría ser considerado como un elemento o signos de la teatralidad: maquillaje, vestuario, escenografía, efectos de sonido, iluminación, entre otros; sin embargo la teatralidad es un concepto que no se limita a una especificad teatral, sino que atraviesa de forma transversal muchas otras áreas.

La teatralidad puede ser usada en cualquier disciplina, artística o no, ya que antes de que este concepto se usara para alejar al teatro de la literalidad, ya se venían desarrollando postulados a partir de su existencia y manifestación que la vinculan a diversas áreas de la vida del hombre.

Uno de los pioneros en el análisis del concepto de teatralidad será Nicolás Evreinov (1936) quien propondrá esta como un instinto pre estético presente en todos los seres humanos desde épocas inmemorables. Este autor plantea que desde la épocas de las cavernas el hombre ha desarrollado de manera inconsciente una inclinación hacia el acto teatral en su diario vivir; desde sus ritos pre caza hasta la

dramatización realizada posteriormente para contar sus proezas usando la piel del animal muerto, puede ser considerado como vestigios de una teatralidad donde la transfiguración y la creación de imágenes escénicas desempeñan un rol sumamente importante que antes de ser artísticos tienen una gran carga de valor simbólico y social.

Esa transfiguración, cambio o mudanza se va a ver materializada a lo largo de la historia y se mantendrá hasta nuestros días, convirtiendo así acciones como la moda, pircing, tatuajes, maquillajes, entre otras acciones en manifestaciones del deseo de ser o parecer otro completamente diferente y de lo cual el teatro tomara características para la creación de personajes. Así mismo muchos comportamientos y actitudes socialmente instituidas como bautizos, matrimonios, funerales y formas de estar y comportarse en diversos lugares que se mantiene hasta nuestros días pasaran a ser herencia de ese instinto de teatralidad que existe en cada ser humano.

Más, regresando al ámbito espectacular la concepción de teatralidad aparecerá al mismo momento en el cual el hombre necesita desligar y diferenciar la representación del texto dramático. Es en ese período de teorización y clarificación cuando este término comienza a ser relacionado con las características que es conocido hoy en día; desde mediado del siglo XIX la teatralidad pasará a ser conocida como un antónimo de la literalidad a la cual el teatro era constantemente vinculado desde la época renacentista en que el texto centrismo comenzó a imperar como definidor del fenómeno escénico. Esa desvinculación y diferenciación solo va a ser posible a través de los elementos que son específicamente teatrales, los cuales generaran un discurso propio de esta arte y que en diversos momentos serán considerados desde diversas visiones y estimas. En líneas generales, la teatralidad es:

Es el teatro menos el texto, es un espesor de signos y de sensaciones que se construyen en la escena a partir del argumento escrito, es esa especie de percepción ecuánime de artificios sensoriales, gestos, tonos, distancias, sustancias, luces que sumergen al texto en la plenitud de su lenguaje exterior (BARTHES, 2010, p. 41)

Todos estos elementos conforman lo que Alcántara (2002) denomina una poética teatral «que incluye una estética, una poética, propiamente dicha y una ética» (p. 28) tres elementos que son claves tanto en el teatro como en la manifestación *drag queen*.

## **LAS TEATRALIDADES DRAG QUEEN**

Para hablar de teatralidades *drag* se debe tener claro que la configuración de

esas teatralidades, que se manifiestan como un una performance escénica-espectacular, inician mucho antes de la aparición de la *drag*, nacen con una idea y se exhiben por medio de los diversos elementos que componen la escena; así tomare algunos casos observados durante una pesquisa de campo realizada en la ciudad de Caracas- Venezuela para puntualizar como es que esas teatralidades son construidas en los shows que las *drag queens* hacen en esa ciudad.

El camerino es el lugar donde se realiza la transformación, por lo general el acceso a esa transformación es restringido, es un proceso privado que sin duda genera curiosidad en la mayoría de los espectadores, el pensar cómo se construye esa fantasía que sorprende al público es sumamente atrayente y genera inquietud y curiosidad. Este espacio privado donde la temporalidad y corporalidad se conjugan para dar paso a la creación de la fantasía permitiendo hacer un apartado en ese otro lado del show *drag*, donde se evidenciara ese momento fundamental que precede a la acción del show.

El proceso de construcción y caracterización del personaje es sumamente importante. Dentro del arte teatral son muchos los directores y teóricos que dan valor a este momento. El propio Stanislavski, quien centra su trabajo en la verdad escénica y los sentimientos, dedica un apartado de su célebre libro “la construcción del personaje” a la caracterización física del personaje, al respecto apunta que «la caracterización externa explica, ilustra y así, transmite a los espectadores el trazado interior de su papel» (1989, p. 27) es decir que la imagen pasa a ser un elemento que suministra datos de la interioridad, una forma de reflejar el espíritu al espectador. Este mismo principio es aplicable en el show *drag*, ya que de algún modo esa transformación se convierte en la materialización de un deseo estético, pero que llega como un personaje a través del visual de la *drag queen* y se proyecta en su totalidad (física y energéticamente) al espectador.

En su trabajo, Maluf (2000) afirma que cuando la *drag* toma el escenario, ella presentan el carácter fabricado de su cuerpo. Esa fabricación que representa más bien una construcción, será sin duda alguna de forma gradual, un proceso que se centra en la metamorfosis, hacer y rehacer considerando cada vez elementos necesarios que aporten en la experiencia travesti, como explica Sasha al respecto de sus inicios y su evolución en el show:

Inicie hace cuatro años en un concurso donde un amigo me llevo a participar, a escondidas, porque yo no sabía nada. Cuando llegue ya estaba inscrito en el concurso y me dijo: - comienzas mañana a participar en el Divas del espectáculo. Y yo: -ah bueno, pero ¿qué es eso? -No, tienes que vestirse de mujer, es show travesti... y yo: -...ay pero no tengo nada....-



No importa, yo te ayudo. Así fue como comencé y bueno... la verdad en ese momento no me veía muy bien (risas) sin embargo allí quede de cuarto lugar, después trabaje en varios locales de ambiente y conocí varias personas influyentes dentro del ambiente que me ayudaron a comenzar a surgir en esto. (LÓPEZ, 2014)

Al igual que en la mayoría de las cosas en la vida, los inicios son duros y la práctica *drag* no hace diferencia, en este mundo también se requiere un aprender, un proceso y una experiencia, donde el deseo y constancia así como un apoyo y acompañamiento que se pueda recibir son importantes. Como relató Tatiana «el ambiente es duro. Para estar aquí hay que querer estar, sino terminas muerta, quemada... Yo gracias a dios encontré a mi madre del ambiente y ella me ayudo y enseñó todo para montarme como es y quedar divina» (LÓPEZ, 2014). Se ve como la *drag* no nace, sino que se hace montándose, para hacer uso de la propia jerga *drag queen*. Y es que por extraño que suene el término; Montar, universalmente es:

Un verbo constantemente usado en el vocabulario de las *drag queens*, que significa el acto de montar el personaje, creando todos los aspectos que irán a componerlo, desde su nombre, su indumentaria, maquillaje, comportamiento, modo de hablar, etc. Al montarse, el *drag* se transforma en su personaje (JATENE 1996: p. 9)

Montarse es algo que puede llegar a ser rutinario para algunas *drag* pero es sin duda el eje central de la convivencia en el camerino. El camerino representa un espacio de sociabilidad entre los travesti (ver imagen 1) un lugar donde comparten las experiencias del show y de la vida, allí se establecen los vínculos, las camaraderías, el apoyo y la confiabilidad. Es a través del proceso de montarse que se genera la mutación de la *drag queen*. Este acto es el medio por el cual el personaje es representado y posteriormente presentado al público.

Montarse no es un proceso rápido ni sencillo, sin embargo la experiencia y el conocimiento de algunas técnicas ayudan enormemente. Fueron varias los montajes que pude presenciar durante mi experiencia etnográfica en Caracas y fue impresionante ver como otra persona se va materializando de forma paulatina con el transcurrir de los minutos; entre cuarenta minutos y tres horas puede tardar una *drag* en montarse. Todo dependerá del tipo de show y de los efectos que deseen lograrse, así como de la experiencia que ella tenga. Al respecto Sasha, quien gusta de realizar shows libres relata un poco su proceso:

Desde mis comienzos, primero llego, tomo agua, luego me tomo un roncito y empiezo a maquillarme. Sin nada en específico, sin tener nada en la mente de lo que me vaya a hacer, sin tener nada pensado. Solo llego y lo que me vaya llegando, esa es mi creatividad

de la noche. Comienzo haciéndome el rostro, luego que ya estoy listo, maquillado y tengo pestañas puestas comienzo a hacerme el cuerpo. Como estoy gordito me entirro, el sostén, truquearme, o sea ponerme el pene para atrás y allí después de que ya tengo todo eso comienzo a escoger que me voy a poner. Luego que ya tengo listo lo que me voy a poner para el show ya salgo y bueno pues... a dar lo mejor de mí. (LÓPEZ, 2014)

**Imagen 1. Camerino. Grupo de drag preparándose para el show.**



**Fuente:** archivo del autor.

Por su parte Mr. D, una de las *drag queen* más conocida y cotizada de la escena LGBTIQI+ caraqueña, tiene una opinión opuesta, él considera que el proceso de montarse comienza mucho antes de entrar al camerino. En conversaciones informales durante el proceso de montaje en el camerino de Telos Café, señaló:

La *drag* comienza mucho antes que esto (comenta mientras se aplica base en el rostro) existe una preparación previa, un estudio de las características fisionómicas y de comportamiento del personaje que se va a interpretar. A mí me gusta cuidar cada detalle, hasta el más mínimo. Cuando hago Selena, el último

concierto, me coloco hasta la curita que ella tiene en el dedo y de la cual pocas personas en el video se dan cuenta. Con Gaga me pinto los tatuajes. Todo minuciosamente detallado. A veces me permito hacer variaciones en los vestuarios, por gusto, como cuando hice la sirena en Buscando una Estrella, o a veces por necesidad, no siempre se tiene a disposición todo lo que los artistas originales usan, uno es pobre (risas) pero trato siempre de mantener la esencia del personaje. Es un trabajo difícil pero vale la pena. Cuando uno llega aquí (refiriéndose al camerino) ya tiene todo claro y el trabajo de maquillarse, hacer algún truco que sea necesario y vestirse resulta más fácil. (LÓPEZ, 2014)

Aunque con diferencias en sus concepciones y formas de preparar el show, el testimonio de estos dos miembros de la movida *drag* en la ciudad de Caracas permite evidenciar que existe puntos coincidentes y claves dentro de la acción de montarse, un proceso que considera el maquillarse, trukearse y vestirse como columna vertebral de toda representación *drag queen*, ya que a partir de allí se crea una ilusión femenina que dará pie a las caracterizaciones particulares de cada personaje a interpretar y que estarán marcadas por locales, épocas e incluso las características y gustos de cada ejecutante *drag* o grupo dentro del cual este se desenvuelva, sabiendo que:

La indumentaria es un elemento simbólico fundamental en la definición de nuestras identidades, no solo de clase, también de género. Como consecuencia, la moda irá a manifestar patrones, límites, imposiciones tácticas de órdenes diversas, estableciendo proyecciones típicas de comportamiento para todas las categorías de individuos, fijando un conjunto de significaciones y valores de un modo sistemático (TELES, 1997: p. 147).

Son muchos los valores y significaciones que se han instituido dentro de la cultura *drag* a lo largo del tiempo, siendo este es un oficio que demanda respeto y dedicación. Desde horas antes de la presentación las *drag* comienzan a llegar para prepararse. Entre saludos y bromas inicia lo que podría ser considerado como un ritual: Abrir la maleta, colocar todos los productos, ropa y demás implementos a la mano, lavar y en algunos casos hasta afeitarse el rostro, ya que en la mayoría de los casos los ejecutantes vienen de su trabajo o de hacer otras cosas, pues del “show nadie vive” como casi todos apuntaron en las conversaciones informales; dejando con todo esto en evidencia el gran deseo y pasión que tienen por lo que hacen. Como lo explica Tatiana « La gente cree que tranfor es puro mariquear y no es así, Ser *drag* son otras cosas, compromiso preparación y ganas de echarle pierna, diría yo» (LÓPEZ. 2014).

Para continuar el proceso, una vez que todo está arreglado y el ejecutante tiene el rostro limpio comienza el trabajo de maquillaje que bien sea de forma libre o

partiendo de la caracterización de un personaje determinado, siempre tendrá como principio colocar sobre la cara, cuello y escote corrector, base, polvo, base, corrector y polvo, en ese orden y con esa alternancia. Hacerse el rostro, como ellos llaman este paso básico en todo maquillaje, y que según apuntan es fundamental para garantizar una buena imagen, colaborar en la fijación de los productos que aplicaran posteriormente y hacer que el trabajo realizado tenga mayor durabilidad.

Por medio de juegos con luz y sombra y a partir de las características que se persiguen se procede a la demarcación de los rasgos. Delicados, perfilados, fuertes o grotescos. Algunos usan solo maquillaje, otros acuden a técnicas más específicas como el uso de prótesis, latex, pegamentos, cinta adhesiva y hasta silicón caliente, todo dependiendo siempre del efecto que se desee lograr.

Atrás quedaron los trucos para tratar de cubrir las cejas. En la mayoría de los casos registrados en la experiencia etnográfica las *drag* mantienen sus cejas limpias y delgadas lo que les ahorra tiempo y trabajo en la realización de sus caracterizaciones, es cuestión solo de marcar y trabajar un poco sobre la propia ceja. Los ojos y la boca se maquillaran de acuerdo al personaje o la ropa. Muchas *drag* optan por realizar el maquillaje de sus ojos con ahumados en la gama de tonos negros o vinos; la razón de ello es que muchas veces tienen que ir a varios locales en una misma noche y hacer diversos personajes o usar diferentes ropas; usando estos colores logran manejar una cierta neutralidad que se adapta con todo. (Ver imagen 2)

**Imagen 2. Proceso de maquillaje de algunas *drag queen* de Caracas**



**Fuente: Archivo del autor.**

Una vez que el maquillaje está listo viene el trabajo corporal que comienza con “trucarse” la acción de esconder el pene y para la cual existen diversas técnicas procurando siempre dar la apariencia más plano posible; este procedimiento debe ser realizado con sumo cuidado ya que si algo falla resultaría siendo muy doloroso para la *drag*. Si se trata de una *drag* no muy delgada o con contextura fuerte, puede moldear su silueta en el área de la cintura con cinta adhesiva. Seguidamente se colocan las medias pantis, las Dolly o los muertos, como coloquialmente llaman a las piezas de goma espuma que usan para armar el cuerpo y dar una apariencia más femenina en el área de las caderas, glúteos y pantorrillas mayoritariamente; aunque no todos los acuden a este tipo de trucos, algunos porque no gustan y otros porque sus personajes no lo necesitan. Nunca estará de más una pantaleta que asegure todo, que mantenga todo en su lugar antes de colocar la ropa o atuendo y accesorios que se usara esa noche.

Otro símbolo de feminidad dentro de la caracterización *drag* y que será el último en trabajar es el cabello, aunque esa ultimidad podría llegar a ser relativa ya que para lograr fijar la peluca las *drag queen* deben colocar bandas de cinta adhesiva en su cabeza lo cual se recomienda sea hecho antes de realizar el maquillaje. Estas bandas son para colocar pegamento que fija las pelucas a su cabeza y evitara que con los fuertes movimientos que algunos show requieren las mismas caigan. Por otro lado la técnica de adhesivo en la cabeza ayuda en la definición y ampliación de algunos rasgos faciales. Una vez pegada y peinada la peluca se regresa al maquillaje para dar algunos retoques y correcciones quedando completamente listos para presentarse en el escenario. El personaje esta materializado al menos en lo que a físico e imagen concierne.

Todo lo anteriormente planteado es resumido de forma poética por Marcano (2006) al afirmar que:

La posición cosmética del travesti, la agresión esplendente de sus parpados temblorosos y metalizados como alas de insectos voraces, su voz desplazada, como si perteneciera a otro personaje, siempre en off, la boca dibujada sobre su boca, su propio sexo, más presente cuando más castrado, solo sirven a la representación obstinada de ese icono, aunque falaz omnipresente: y que el travestido dobla, aunque solo sea para simbolizar que la erección es una apariencia (p. 34).

Estar en el camerino representa una experiencia única ya que es allí donde comienza la magia de la transformación hasta el momento física; crear y creer son elementos indispensables para que pueda operar la teatralidad; Ahora la *drag* esta pronta para pasar al escenario o lugar donde comenzaran a desarrollarse otras teatralidades de esta práctica espectacular donde se conjugan un ser dispuesto a

proyectar ante un ojo abierto a recibir.

Aunque a simple vista la *drag* se constituye a partir del momento que está montada, hacer *drag* está acompañado de otros elementos que definen la práctica. Para completar la manifestación espectacular se necesita de la mirada del otro, de una mirada que lo contraste, cuestione y avale; elemento principal dentro del proceso de teatralidad; además se necesita también de un territorio donde pueda acontecer su discurso tanto corporal como verbal. Y esto es lo que acontece en el show, una vez que la caracterización está lista, la *drag* se dispone a presentarse en público ante el ojo que evaluará y ratificará su existencia a partir de lo que observa y de lo que ocurrirá a partir de ese momento.

El show *drag queen* no se trata simplemente de estar en el lugar (escenario, pista de bar, o cualquier otro que pueda recibir la manifestación) es necesario que se genere una atmósfera que en primera instancia se desprenderá de la recepción y aceptación del público presente. Y es que cada platea es diferente, algunas más exigentes que otras, lo cual exige posturas, comportamientos, discursos, shows y hasta ropas diferenciadas; dichos elementos garantizarán una aceptación y receptividad que hará que la representación *drag* circule con mayor fluidez y confianza. De la misma forma que en el teatro, para el show *drag queen* el espectador no es solo el receptor de la información presentada, sino que este se transforma en el principal juez, crítico y validador de estas presentaciones que acontecen en espacios variados, siendo la opción más común los escenarios o dentro de clubes, bares o discotecas de ambiente.

Se debe considerar la forma en que el show o performance *drag queen* se estructura; a partir de allí diversos elementos como la iluminación, música, efectos de sonido, danza, entre otros pasan a ser piezas claves en la configuración de la teatralidad. Cada uno de esos elementos se transforma en elementos comunicativos e hiladores de las diversas poéticas que las *drag queen* exponen con su presencia en los escenarios de la ciudad.

## **REFERENCIAS**

ALCÁNTARA, J. Teatralidad y Cultura: hacia una estética de la representación. México, D.F: Universidad Iberoamericana, 2002

AMANJÁS, I. Drag queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. Revista Belas Artes, São Paulo, ano 6, n. 16, p 1- 24, sep-dez 2014. Disponível em: <http://www.belasartes.br/revistabelasartes/?pagina=player&slug=drag-queen->

um-percurso-historico-pela-artedos-atores-transformistas Acesso em: 10 out.2016.

BARTHES, R. Ensaaios críticos. São Paulo: Edições 70, 2010.

BERTHOLD, M. História Mundial do Teatro. São Paulo: Perspectiva,2006.

CHEVALIER, J.Diccionario de Símbolos. Barcelona: Editorial Herder,1986

ESCALONILLA, R. Mujer y travestismo en el teatro de Calderón.[Documento em línea] Disponível em:

<http://revistadeliteratura.revistas.csic.es/index.php/revistadeliteratura/article/viewArticle/227> Acessado em: 24 jan. 2015.

EVREINOV, N. El Teatro y la Vida. Santiago de Chile: Ercilla, 1936.

GONZÁLEZ, C. Travestidos al desnudo: homosexualidad, identidades y luchas territoriales en Colina. México: CIESAS, 2003.

HERRERA, J. La Función Estética del Travestismo Escénico en la Dramaturgia de Carlos Sánchez Delgado. Del disfraz a la mutación. [tese].Caracas. Universidad Pedagógica Experimental Libertador. 2013

JATENE, I. Tribos urbanas em Belém: Drag queens – rainhas ou dragões? Pará: UFP, 1996.

LÓPEZ, E. Entrevistas [Material coletado durante la experiência etnográfica] 2014.

LOURO, G. Um corpo estranho- ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MALUF, S. Corpo e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero nas margens. Trabalho apresentado na Mesa Redonda “Corpo, cultura e textualidade”, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 4, Florianópolis,UFSC, maio 2000.

MARCANO, H. El travestismo Teatral (diccionario de una metamorfosis en el teatro venezolano) Caracas: CELCIT, 2006.

STANISLAVSKI, C. A construção da personagem. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1989.

TELES, J. Incorrigíveis, afeminados, desenfreados: indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. São Paulo: USP, 1997.

**Capítulo 4 - DOI:10.55232/1085002.4**

## **EVASÃO ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID19**

**Vitória Araújo Alves**

**RESUMO:** No Brasil, a desigualdade social é uma característica comum que permeia a nossa sociedade. a distribuição de renda desigual é um dos principais fatores para a situação de desigualdades que vem tendo uma crescente nos últimos anos, devido a essa grande proporção de desigualdade em nosso país, muitas famílias acabam sofrendo sérias consequências sociais e econômicas, este fator influencia principalmente na evasão escolar, devido ao difícil acesso as escolas. A grande causa: a desigualdade social e econômica que é o que deve ser combatido, principalmente para que este fato da evasão escolar possa começar a diminuir. Com mais educação e oportunidades, com uma distribuição melhor de renda entre o povo, a violência e o crime poderiam diminuir e os jovens poderiam receber mais instrução sobre todos os aspectos da vida.

**Palavras-chave:** Evasão escolar; Desigualdade; Educação; Família; Sociedade, Pandemia; Coronavírus.



## **INTRODUÇÃO**

Segundo o Guia sobre abandono e evasão escolar, Instituto Unibanco (2021), a evasão escolar é um fato presente em todo o Brasil, em proporções maiores do que o esperado, e com o surto pandêmico do COVID19, os números de alunos evadidos aumentou em volume alarmante, o surto pandêmico revelou com mais clareza o quanto a educação brasileira precisa ser transformada. Segundo a Pesquisa da DataFolha, apresentada em janeiro, aponta que aproximadamente 4 milhões de estudantes brasileiros entre 6 e 34 anos deixaram as aulas em 2020, o que significa 8,4% de evasão escolar. Na educação básica, a taxa é ainda maior: 10,8% dos alunos largaram a escola em 2020, sendo 4,6% no ensino fundamental. Para termos de comparação, em 2019 as taxas oficiais de evasão foram de 4,8% no ensino médio e 1,2% no fundamental. (LENCASTRE, 2021).

Quais são os determinantes para este alto índice de evasão na educação brasileira esteja ocorrendo? Os determinantes são diversificados, dentre eles estão a gravidez na infância ou adolescência, instabilidade financeira, entrada no mercado de trabalho, violência e criminalidade, exclusão social, com a pandemia surgirão outros contribuintes, a falta de estrutura escolar para se adaptar ao ensino de forma remoto, ausência de materiais para professores e alunos, ausência de aparelhos eletrônicos como tablets e computadores e acesso a internet.

O trabalho se torna um determinante da desigualdade. Nas famílias de baixa renda, os pais acabam inserindo seus filhos no mercado de trabalho, com este trabalho infantil se faz um aumento do sustento familiar, porém esta criança ou jovem sofrerá diversas consequências, que vão além do abandono escolar, causando assim problemas graves de saúde por exemplo.

Na adolescência, diversos jovens acabam sendo pais muito cedo, estes adolescentes acabam tendo relações sexuais muito cedo, em consequência acabam engravidando, com está gravidez abandonam a escola para criar seus filhos.

Outro fator principal da evasão escolar é o desinteresse das crianças e adolescentes pelo ensino que tem relação indireta com a desigualdade social e econômica. Segundo Krawczyk (2011, p. 762), o jovem perde rapidamente o entusiasmo e o interesse pelos estudos do ensino médio. No primeiro ano, de certa

forma o jovem se sente orgulhoso por ter ultrapassado a escolaridade de seus pais, mas no segundo ano já se inicia o desencanto, principalmente pela dificuldade do processo de ensino e também o processo social, o ingresso na universidade acaba se tornando impossível de certa forma para a maioria, o desejo de trabalhar ou melhorar profissionalmente também se torna difícil de concretizar.

A violência e a criminalidade estão presentes em todo o país. O jovem vê-se diante de uma oportunidade de ter uma melhoria em sua vida social e econômica, se envolvendo com o crime, estes jovens acabam abandonando seus estudos ou sendo mortos antes mesmo de concluir o ensino. Diversas famílias sofrem com o crime, muitos perdem seus filhos, ou acabam deixando de levar seus filhos para a escola por medo.

Devido a estes fatores a educação não evolui no país a muito tempo. O método de ensino é o mesmo desde anos atrás, isso prejudica a educação de um modo geral, reforçando o número de pessoas analfabetas funcionais no Brasil que não é pequeno, pois existem alunos que não retornam depois de evadirem, os alunos na maioria das instituições de ensino se sentem excluídos ou sem valor, com o método remoto, essa exclusão e desvalorização tem se intensificado em grande parte das instituições que estão despreparadas para amparar seus alunos diante do atual cenário mundial.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Sabemos que o Brasil está entre os países que enfrentam um dos maiores índices de desigualdade social e econômica, a desigualdade social está presente na vida de diversas famílias. Estas famílias com baixa formação ou nenhuma formação acadêmica, baixa renda familiar entre diversos outros aspectos que influenciam para que esta desigualdade ocorra progressivamente ao longo dos anos. Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP, 2019), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) informa que, a concentração de renda aumentou em 2018, o rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi quase 34 vezes maior que da metade mais pobre, isso quer dizer que a parcela de maior renda teve ganho médio mensal de R\$ 27.744, enquanto os 50% menos favorecidos ganharam R\$ 820,00.

O grande influenciador para que essa desigualdade social e econômica ocorra e cresça no Brasil é a distribuição de renda desigual. Segundo Barros e Mendonça (1995), o Brasil é um país com grande desigualdade de renda se comparado com outros países, tanto do nosso continente americano como de outros, nosso país é o com a maior desigualdade na distribuição da renda, com o surto de COVID19, diversas famílias perderam suas fontes de renda, por serem dispensadas de suas atividades trabalhistas, ou por perderem um familiar que era responsável pela fonte de renda, com essa brusca mudança na economia que já era instável antes da pandemia, diversas famílias tiveram que inserir-se no mercado de trabalho, colocando crianças e adolescentes no mercado de trabalho com a função de auxiliar na renda salarial.

Essa função trabalhista, que as crianças e adolescentes são inseridas antes da COVID19, eram preocupantes e desiguais, as crianças e adolescentes inseridas nessa função, recebem pouco e trabalham muito geralmente a carga horária dessas crianças é de 8 a 12 horas por dia sem pausas para descanso, além das condições de trabalho serem de extrema periculosidade, colocando em risco a vida e a saúde de diversas crianças e adolescentes que podem sofrer com os reflexos deste trabalho durante todo seu período de vida, ao serem inseridos no mercado de trabalho, eles se tornam pessoas exaustas mentalmente e fisicamente, causando um outro fator responsável pela evasão escolar, o desinteresse em aprender.

Surge então o desinteresse, muitas vezes trabalhar é mais importante para as famílias do que saber ler e escrever, pois sobreviver é o essencial. O ensino em si já era causador de desânimo nos alunos independentemente do nível que ele está inserido na escola. Os conteúdos escolares no ensino presencial é o ensino tradicional, onde o aluno é visto como um depósito de informações que a qualquer hora serão despejadas em uma folha de papel com perguntas mecânicas, com o ensino remoto a educação tem sofrido um impacto muito maior, as escolas não estão preparadas para este modelo de ensino, os professores em grande parte não tem a formação adequada para lecionar, seja no método tradicional ou remoto, quando são capacitados enfrentam a ausência de amparo das instituições governamentais que não oferecem cursos de capacitação para este método de ensino remoto, a ausência de material adequado para professores e alunos como tablets, notebooks e rede de internet móvel.

Segundo pesquisa realizada pelo estudo “Enfrentamento da cultura do fracasso escolar“, publicado em janeiro de 2021, o Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) estima que aproximadamente 4,1 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos tiveram dificuldade de acesso ao ensino remoto em 2020. E que cerca de 1,3 milhão abandonou a escola. Os dados usados no relatório são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de outubro de 2020. Com este impacto na educação é preciso citar sobre a instabilidade familiar que estes alunos enfrentam, os pais destes alunos acabam não tendo tempo para acompanhar e auxiliar o ensino dos filhos, devido a este fator e sem um professor, o desinteresse tende a aumentar independente da idade ou nível acadêmico.

A violência é um caso que mereceria um estudo individual, uma vez que é provavelmente a maior das causas da evasão. Adolescentes pobres que se veem tendo que trazer dinheiro para casa, a falta de opção de emprego para esses jovens e a falta de perspectivas os empurra para o crime, pois, o dinheiro envolvido é grande, eles pensam que ao entrar para a vida do crime, terão uma vida muito melhor, abandonam a escola para se dedicar ao crime somente, mas a maioria não consegue o que quer, acabam morrendo, em confrontos com policiais e com outros grupos criminosos ou até por se envolverem com as drogas, se tornarem dependentes químicos, com a ausência e instabilidade familiar boa parte das crianças e adolescentes entraram para o crime, com a ausência escolar e familiar, acabam se sentindo abandonados ou inúteis dentro de casa e acabam entrando para este meio, além da venda de drogas, houve em 2021 um aumento significativo do uso de drogas, para inibir sintomas de depressão, ansiedade e síndrome do pânico, entre adolescentes, além do uso de antidepressivos e outros medicamentos para doenças relacionadas como a insônia por exemplo.

Devido a este fator, as crianças e adolescentes acabam sofrendo graves consequências, algumas são mortas por traficantes ou por policiais, outras se viciam em drogas pesadas, outros acabam sofrendo com distúrbios psicológicos que acabam acarretando o uso de drogas, remédios fortes causando um impacto direto na formação acadêmica, fazendo com que o aluno se sinta excluído ou incapaz de realizar qualquer atividade escolar.

Outro dos principais motivos da evasão é a gravidez na adolescência, causada indiretamente pela desigualdade social, pois, com pais que não tiveram instruções por

não terem tido oportunidade na vida de estudarem ou manterem seus estudos, tiveram muitos filhos e seus filhos por sua vez, seguem o exemplo dos pais. Muitos não têm apenas um filho, mas dois ou mais filhos, o que dificulta ainda mais seu retorno ao campo dos estudos. Além deste fator, houve um aumento significativo de crianças e adolescentes que foram abusados sexualmente em suas casas, de acordo com a pesquisa.

A pandemia elevou em 50% a quantidade de denúncias de atos de violência contra crianças e adolescentes junto aos conselhos tutelares, e o abuso sexual é o mais comum deles. Neste 18 de maio, Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) se juntaram para alertar a população de que a denúncia é a melhor forma de combate. Em consequência deste aumento muitas crianças e jovens se tornam mães contra sua vontade e são obrigadas a deixar a escola, e não recebem amparo governamental, outras crianças e adolescentes que sofrem abusos entram para a prostituição em busca de uma liberdade familiar, de acordo com as pesquisas grande parte destes abusadores são familiares que habitam na mesma residência que a criança ou adolescente, a prostituição se torna desta forma uma válvula de escape contra a família e o abusador, e ao entrar nesta situação dificilmente a criança ou adolescente consegue sair e retornar ao campo escolar, e acabam indo parar nas ruas.

Durante a pandemia houve uma pausa das atividades escolares logo no início do ano letivo de 2020. Com as mudanças ocorridas, para medidas sanitárias de segurança, foi determinado que os alunos de todos os níveis acadêmicos iniciassem o ensino de modo remoto. Este ensino vem dividindo opiniões: alguns consideram um ensino inútil e inconsistente, outros um ensino mais prático e rápido. A pandemia e o ensino remoto embora tenham seus prós e contras, ofereceram aos educadores, alunos e pais novas possibilidades de estudar e trabalhar em situações que nos pareciam impossíveis através de telas de computador. Os professores e alunos foram obrigados a mudar suas formas de pensar e agir em aula, abandonando a ideia de que o professor é detentor único de conhecimento. O professor principalmente abriu um leque de atividades, jogos e brincadeiras com o uso de coisas existentes em casa, ou através de sites, oferecendo um ensino mais interessante, por meio de filmes, jogos online, vídeos, músicas entre diversos outros meios que podem oferecer uma diminuição do desinteresse do aluno sobre o aprender, consequentemente diminuindo a evasão em um aspecto.

## CONCLUSÃO

Devido a essa grande proporção de desigualdade em nosso país, muitas famílias acabam sofrendo sérias consequências sociais e econômicas, nos estados do nordeste, por exemplo, as famílias vivem em extrema pobreza e escassez de vida em todos os aspectos, as famílias perdem seus filhos para o crime, para a fome entre outros, este fator influencia principalmente na evasão escolar, devido ao difícil acesso as escolas, devido a condições econômicas e de locomoção já que a maioria dos, ricos por outro lado não sofrem com a desigualdade em nenhum aspecto sendo ele social ou econômico, pois estão no “topo” da “pirâmide”, fazem parte da porcentagem de pessoas com a maior renda, a pessoa de um boa condição tem acesso as melhores escolas e universidades de alto padrão, com acesso a cursos intitulados como cursos de elite, como medicina por exemplo, o que os garante que este padrão de vida seja hereditário.

A pandemia trouxe um grande impacto na sociedade brasileira, diversos aspectos que eram responsáveis para que a evasão ocorresse, como a gravidez na infância ou adolescência, instabilidade financeira, entrada no mercado de trabalho, violência e criminalidade, e a exclusão social, que foram intensificados durante a pandemia, além destes aspectos que já eram existentes em sociedade, surgiram outros, como o ensino remoto, durante este ensino remoto cada instituição de ensino aderiu a uma forma de ensino de acordo com seu corpo docente, os alunos e professores sofreram um impacto direto na educação, muitos alunos não tem acesso a redes de internet móvel ou fixa, além de não obterem computadores e celulares disponíveis para o uso contínuo, os professores sofreram com a falta de amparo das escolas e a ausência de especialização aquedada para o ensino remotos muitos professores tem dificuldades em operar e desenvolver atividades de forma remota. Desta forma chegamos a conclusão de que o nível de evasão tem aumentado em grande escala, trazendo grandes impactos em sociedade.

## REFERÊNCIAS

**ANFIP. Aumenta desigualdade social no país, revela pesquisa do IBGE.** Disponível em: <https://www.anfip.org.br/geral/aumenta-desigualdade-social-no-pais-revela-pesquisa-do-ibge/>. Acessado em: 17 de setembro de 2021.

SALGADO, J.A. Desigualdade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. **Os Determinantes da Desigualdade no Brasil**. Texto para Discussão n° 377, IPEA, Rio de Janeiro, p. 7, 1995.

KRAWCZYK, Nora. **Reflexões Sobre Alguns Desafios do Ensino Médio no Brasil Hoje**. Caderno de Pesquisa, p. 762, 2011.

**INEP. Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206). Acessado em: 08 de Dezembro de 2019.

Prefeitura do Rio de Janeiro-RJ. **Pandemia aumentou em 50% denúncias de violência contra crianças e adolescentes**. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 18 de maio de 2021. Disponível em: <https://prefeitura.rio/assistencia-social-direitos-humanos/pandemia-aumentou-em-50-denuncias-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes/>. Acessado em: 17 de setembro de 2021.

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO. **No dia internacional contra abuso e tráfico de drogas, parlamentares defendem campanhas de conscientização**. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO, Goiânia-GO, 25 de Julho de 2021. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/118223/no-dia-internacional-contra-abuso-e-trafico-de-drogas-parlamentares-defendem-campanhas-de-conscientizacao>. Acessado em: 17 de setembro de 2021.

BASILIO, Ana Paula. **Por que a pandemia pode contribuir com a evasão escolar?** Carta Capital, São Paulo-SP, 03 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-que-a-pandemia-pode-contribuir-com-a-evasao-escolar/>. Acessado em: 17 de setembro de 2021.

LENCASTRE, Carla. **'Pandemia' de abandono e evasão escolar**. Projeto Colabora, 01 de abril de 2021. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods4/pandemia-de-abandono-e-evasao-escolar/>. Acessado em: 17 de setembro de 2021.

VIANA, Nildo. **A sociedade da evasão. A terra é redonda**, 12 de agosto de 2021. Disponível em: [https://aterraeredonda.com.br/a-sociedade-da-evasao/?doing\\_wp\\_cron=1631816561.5313301086425781250000](https://aterraeredonda.com.br/a-sociedade-da-evasao/?doing_wp_cron=1631816561.5313301086425781250000). Acessado em: 17 de setembro de 2021.

Observatório da Educação, Instituto Ubibanico. **Guia sobre abandono e evasão escolar: um panorama da educação brasileira**. Observatório de Educação do Ensino Médio e Gestão, Instituto Unibanco, 2021. Disponível em: [https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?utm\\_source=google&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=11358183974&utm\\_content=110865316026&utm\\_term=causas%20do%20abandono%20escolar&gclid=CjwKCAjw7rWKBhAtEiwAJ3CWLO69IR7FZx0NV\\_gYMpj76ZfJ09km7-9-sqg1zt\\_WVOqkbMnNJDBA5BoC5FYQAvD\\_BwE](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=11358183974&utm_content=110865316026&utm_term=causas%20do%20abandono%20escolar&gclid=CjwKCAjw7rWKBhAtEiwAJ3CWLO69IR7FZx0NV_gYMpj76ZfJ09km7-9-sqg1zt_WVOqkbMnNJDBA5BoC5FYQAvD_BwE). Acessado em: 17 de setembro de 2021.

**Capítulo 5 - DOI:10.55232/1085002.5**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: MEMÓRIAS EM TEMPOS  
DE PANDEMIA**

**Roselaine de Oliveira Bisognin, Maria Medianeira Padoin**

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo de trabalhar sobre a temática da memória local, em tempos de pandemia, por meio de uma proposta de educação patrimonial, no qual buscou registrar as experiências vivenciadas pelos alunos e famílias. A fim de preservar a memória do tempo presente, e ao mesmo tempo, trazer relatos escritos e por meio de desenhos das experiências vivências em família no tempo atual. Deste modo, a experiência possui o caráter exploratório, e por meio dela buscou-se levantar informações com maior profundidade sobre os fatos sociais, com o intuito de ampliar dos estudos sobre a memória local com a finalidade de chegarmos a uma visão mais ampla das vivências e experiências da comunidade local neste momento de pandemia da Covid-19.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial, Memórias, Pandemia da Covid-19.



## **INTRODUÇÃO**

Partindo do pressuposto que a memória é um dos caminhos para a construção de conhecimentos múltiplos, compreender que as nossas memórias do presente farão parte da nossa história. E assim, promover um diálogo sobre as narrativas que foram construídas por lembranças registradoras, de um passado histórico, que ao ser materializado no papel, se torna um documento vivo, que traz consigo a memória coletiva de uma comunidade, ao mesmo tempo, agrega a expressão dos fatos vivenciados, deixando assim, o testemunho histórico para as futuras gerações.

Compreendendo que a construção da memória do tempo presente, se tornará uma memória registrada, a temporalidade explorada, com a intenção de aproximar a comunidade local da própria história. Assim, através da exploração das relações entre história e memória, por meio de um trabalho coletivo no qual os indivíduos interagem no contexto sociocultural, e expressam as suas inquietações do cotidiano, o agora e o devir que caracterizam um tempo social, múltiplo.

Nesse contexto, é importante promover a interação com o local de convivência dos alunos(em casa) possibilitando assim, práticas educacionais que identifiquem as identidades regionais e comunitárias em um espaço de gerações presentes e futuras, a possibilidade de interpretação dos bens culturais, atribuindo-lhes sentido, a responsabilidade social de compartilhamento e preservação capacitando-os para um melhor uso fruto dos bens culturais da sociedade.

## **METODOLOGIA**

A experiência foi realizada em uma escola do município de São João do Polêsine com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, a mesma possui um caráter exploratório, pois visamos levantar informações com maior profundidade sobre os fatos sociais elencadas em práticas culturais de uma comunidade em isolamento. Para isso, buscou-se ampliar dos estudos sobre a memória local, com a finalidade de chegarmos a uma visão mais ampla, referente aos tencionamentos levantados para que possamos no futuro, ler as páginas de um passado histórico que apresenta a vivência da pandemia sob um olhar coletivo.

Nesse sentido, a pesquisa exploratória foi aplicada com uma abordagem qualitativa, onde buscou-se levantar as memórias em tempos de pandemia, produzidos pelos alunos(as) e seus familiares, através de registros escritos e produções em desenho com o objetivo de preservar a memória do presente e do passado, assim a proposta de educação patrimonial em tempos de pandemia colocada em prática em São João do Polêsine vinculado ao Projeto de Extensão da UFSM - Educação Patrimonial em Tempo de Pandemia - Atividades junto as Escolas dos Municípios vinculados ao Projeto Institucional Geoparques/ Quarta Colônia.

Logo, para a construção do livro de memórias foi disponibilizada uma breve explicação com sugestões do modo de fazer o registo das vivências e experiências, bem como, foram disponibilizadas folhas de ofício semiestruturadas contendo um espaço para o registro escrito e outro em desenho. Sendo que, algumas famílias utilizaram-se também de recortes de jornais para expressar o momento que estavam vivenciando em tempos de Pandemia da Covid-19, período em que houve a suspensão das aulas presenciais.

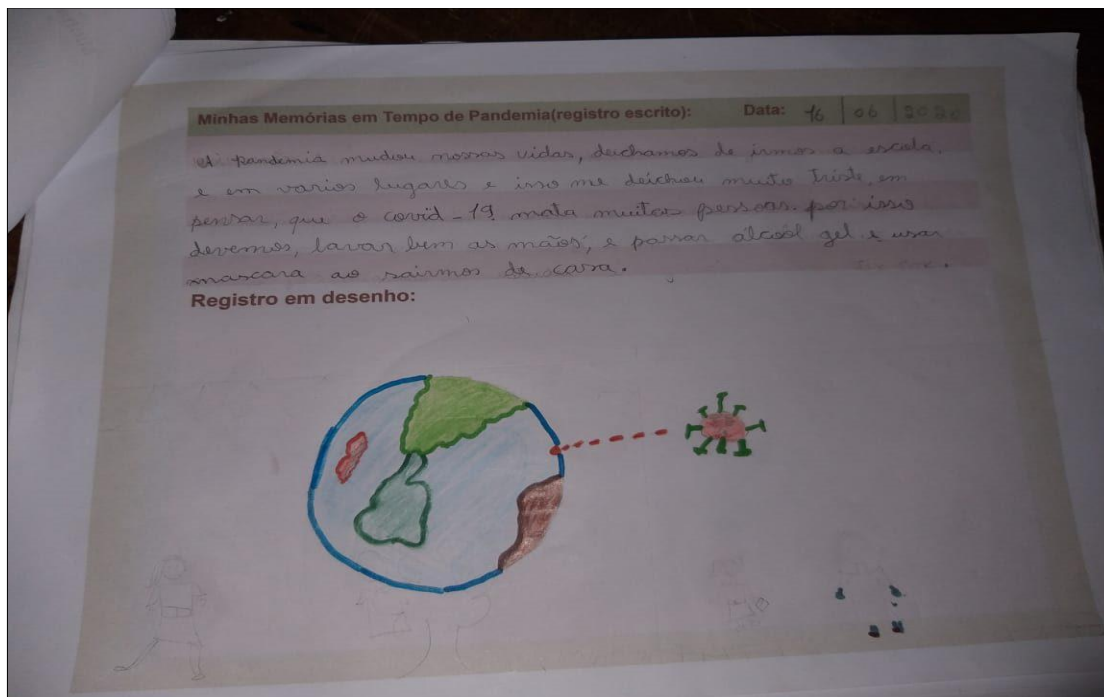
Partindo do pensamento, que a história nos rodeia, e através dos registros escritos deixados pelos nossos antepassados, desde os primórdios dos tempos antigos, conseguimos interpretá-la, é importantes considerar a sua evolução, e Le Goff (2012, p.17) menciona que a história é considerada como uma “prática social”, uma vez que ao ser apropriada pelo grupo, é capaz de influenciar as relações entre as pessoas.

Logo, o registro abaixo demonstra como a Covid-19, modificou o cotidiano das famílias, e traz ao mesmo tempo, por meio dos registros em desenho e escrito, as memórias da comunidade, que serão apresentadas abaixo, dando significado as experiências e memórias vivenciadas pelas famílias em tempos de pandemia na campo da vida de cada um.

Com isso, a Figura 1, traz a reflexão sobre a suspensão das aulas presenciais, e ao escrever “deixamos de ir à escola e em vários lugares, e isso me deixou muito triste” observa-se o seu sentimento de tristeza; e ao mesmo tempo, a aprendizagem sobre os cuidados necessários para enfrentar o vírus como: o uso da máscara, a higiene das mãos e o uso do álcool. E assim, demonstra uma nova perspectiva do cotidiano familiar, as mudanças impostas pela Pandemia da Covid-19, que afetou o convívio social, e trouxe

com ele a importância do isolamento social como uma medida preventiva de saúde (Participante 1, 2020).

**Figura 1. Registro da Covid-19**

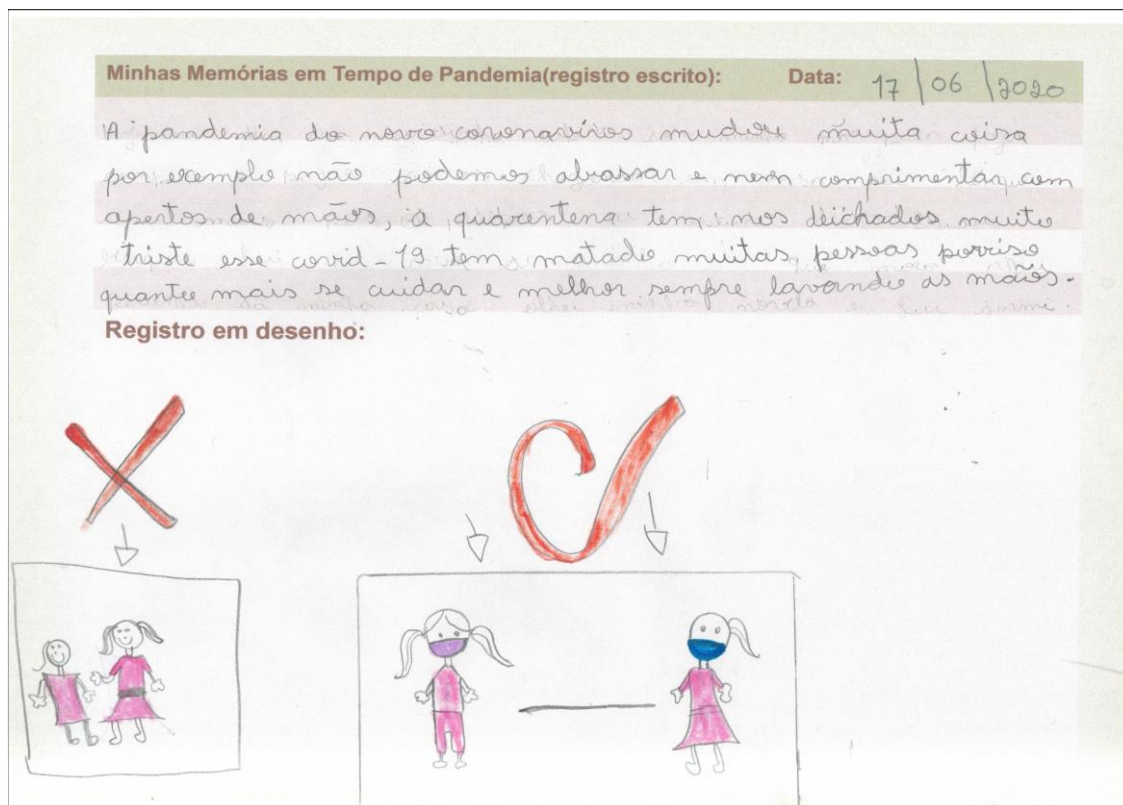


**Organizado por:** Bisognin, Roselaine O.

Assim, a partir dos registros, observa-se que a memória reconstrói fatos históricos, a partir das ressignificações individuais e coletivas, sendo importante mencionar que o ser humano possui a capacidade de conservar e relembrar as experiências e as informações relacionadas ao passado, sendo que estas, partem de processos de interação de cada indivíduo com o seu meio. Porém, para a rememoração da memória, se faz necessário o papel do testemunho, aí se dá a importância do sentido dos registros de forma material.

Já a figura 2, traz registros que apresentam noções de cuidados do cotidiano discorrendo sobre: certo e errado, ou seja, o uso da máscara e distanciamento como uma prática correta de cuidados para a prevenção da Covid-19. Em contraponto, traz o registro que pessoas que não utilizam a máscara e o descumprimento do distanciamento social, e traz a imagem que reflete sobre isso, assinalando-a como incorreta, o que demonstra uma compreensão positiva sobre os cuidados para a prevenção da Covid-19.

**Figura 2. Registro dos cuidados com a Covid-19**

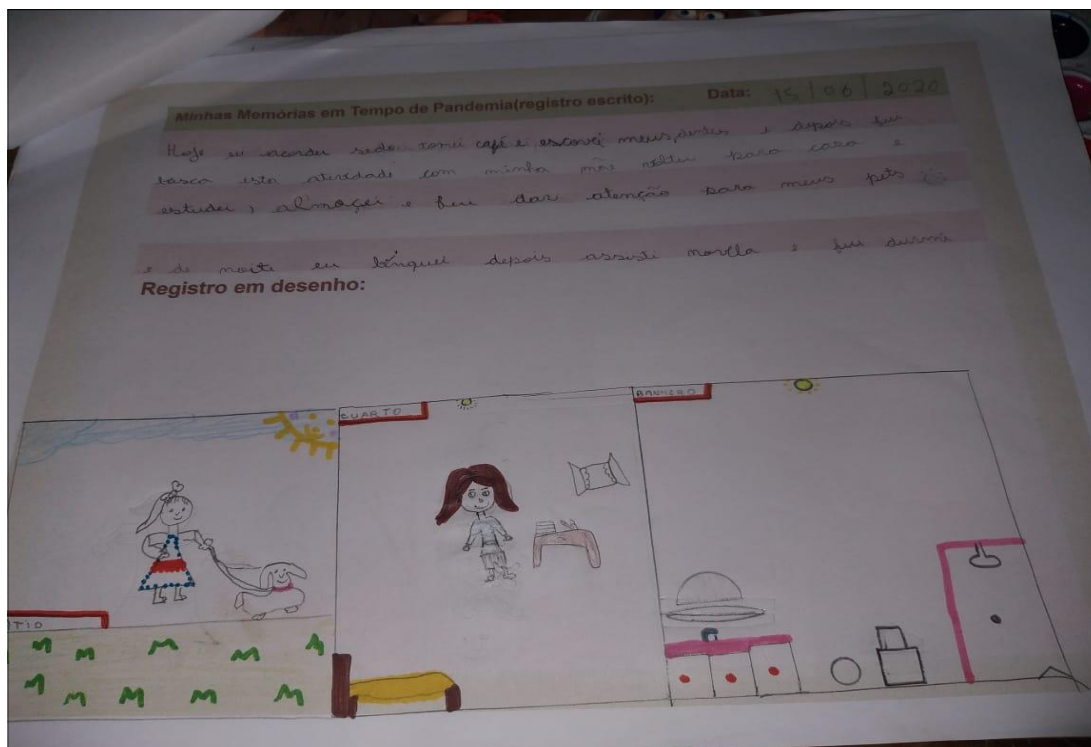


**Organizado por:** Bisognin, Roselaine O.

Na terceira figura apresentada abaixo, há uma ilustração da rotina familiar exposta em três momentos, o que nos remete a uma ideia de um período familiar de alegria, um tempo e espaço, de atenção e cuidado, mesmo durante a pandemia.

E isso, demonstra através do registro das memórias, que a família é participativa e cuidadosa. Traz ainda, uma rotina organizada, e ainda menciona o momento de estudo, hábitos de higiene (escovação dos dentes) e alimentação; apresentando assim, uma vivência familiar harmoniosa, com plenitude das necessidades básicas do ser humano.

**Figura 3. Registro do cotidiano familiar**

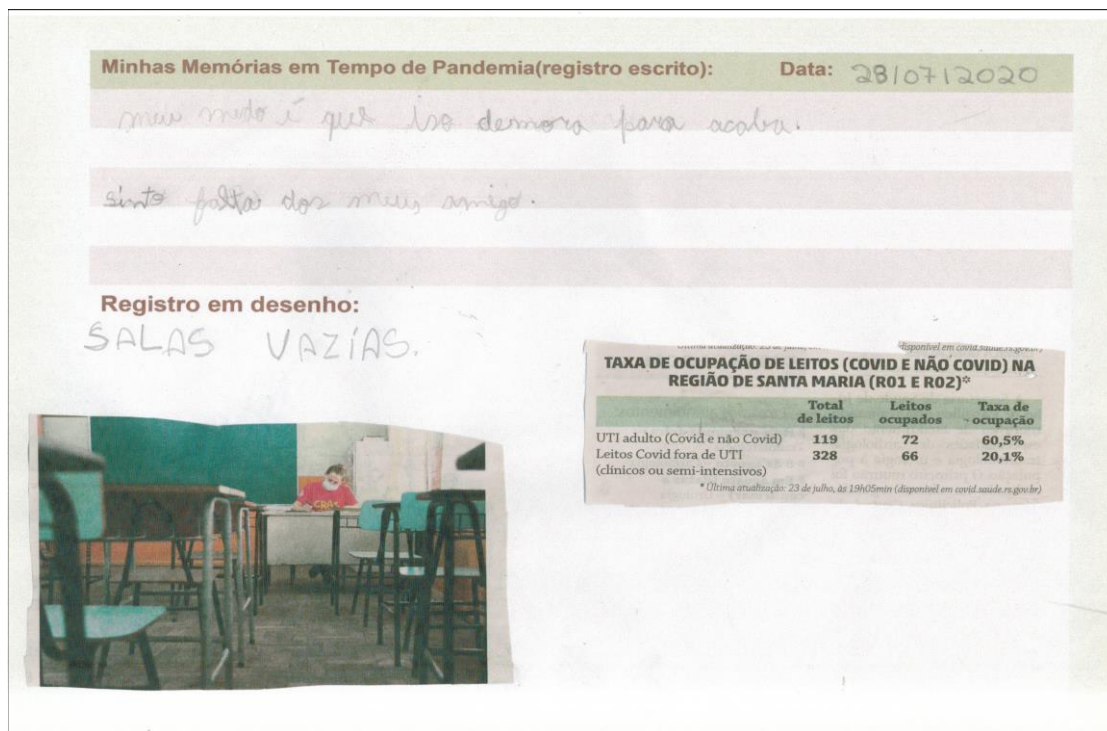


**Organizado por:** Bisognin, Roselaine O.

Na sequência, as figuras 4 e 5 trazem uma reflexão sobre as mudanças impostas durante o período da pandemia, onde as salas de aula ficaram vazias, como menciona o registro em desenho e escrito, bem como, traz ainda a ocupação dos leitos dos hospitais em virtude das internações.

Nesse sentido, o registro expõe também as angústias e o medo vivenciados no cotidiano, e conforme a figura 4, no argumento “meu medo é que isso demora para acabar”, o que causou o crescimento da insegurança e do medo na população em geral.

Figura 4. Registro dos impactos da Pandemia



Organizado por: Bisognin, Roselaine O.

Figura 5. Registro dos impactos da pandemia

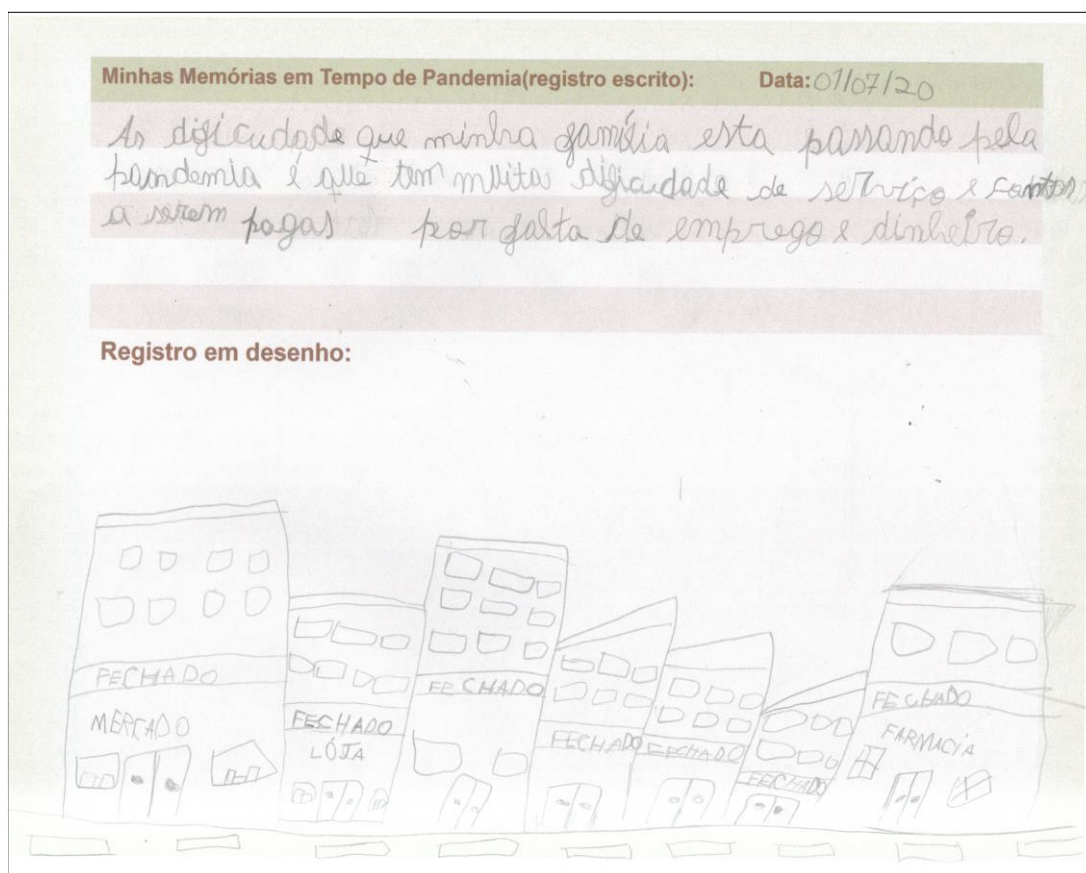


Organizado por: Bisognin, Roselaine O.

Do mesmo modo, é importante mencionar que na figura, na fala “saúde da escola”, o sentimento de saudade de um ambiente educativo acolhedor, a escola que acolhe, o barulho da escola, pois escola é, antes de tudo, movimento, é gente que aprende e ensina, é abraço, alegria, o lugar de fazer amigos, ou seja, um espaço de relações interpessoais, de socialização, pois as interações sociais são imprescindíveis para o desenvolvimento integral dos educandos (Participante 2, 2020).

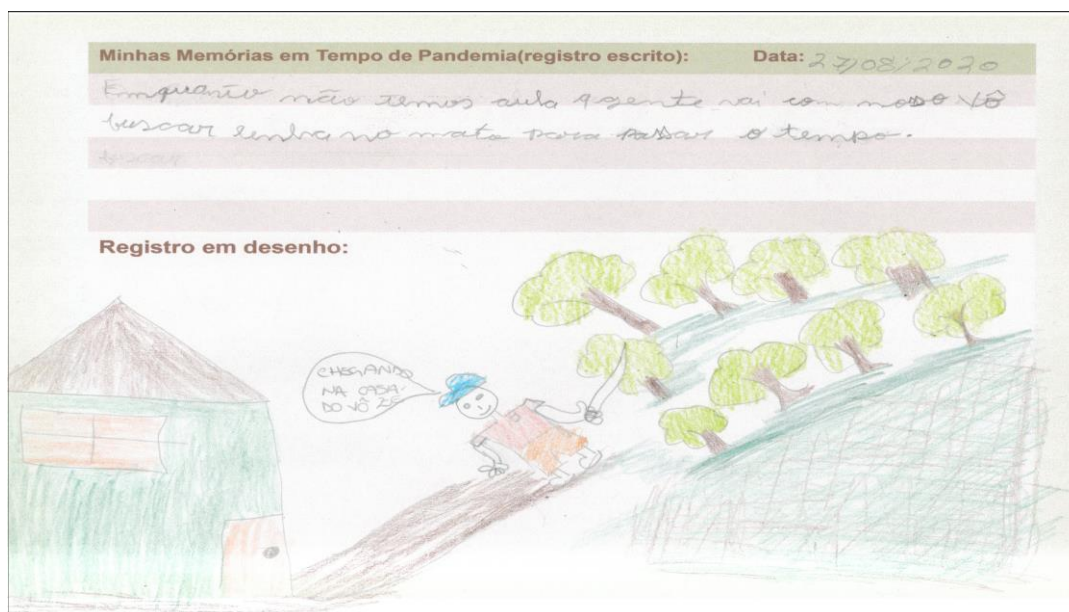
Dando prosseguimento, a figura 6, apresentada abaixo, o registro das dificuldades impostas pela pandemia: o fechamento do comércio, o que gerou muitas dificuldades, e conforme o registro da família havia a “dificuldade de serviço e contas a serem pagas, por falta de emprego e dinheiro”. E, ainda as ilustrações do comércio fechado, confirma o que estava acontecendo no comércio naquele momento.

**Figura 6. Registro das dificuldades enfrentadas pelas famílias**



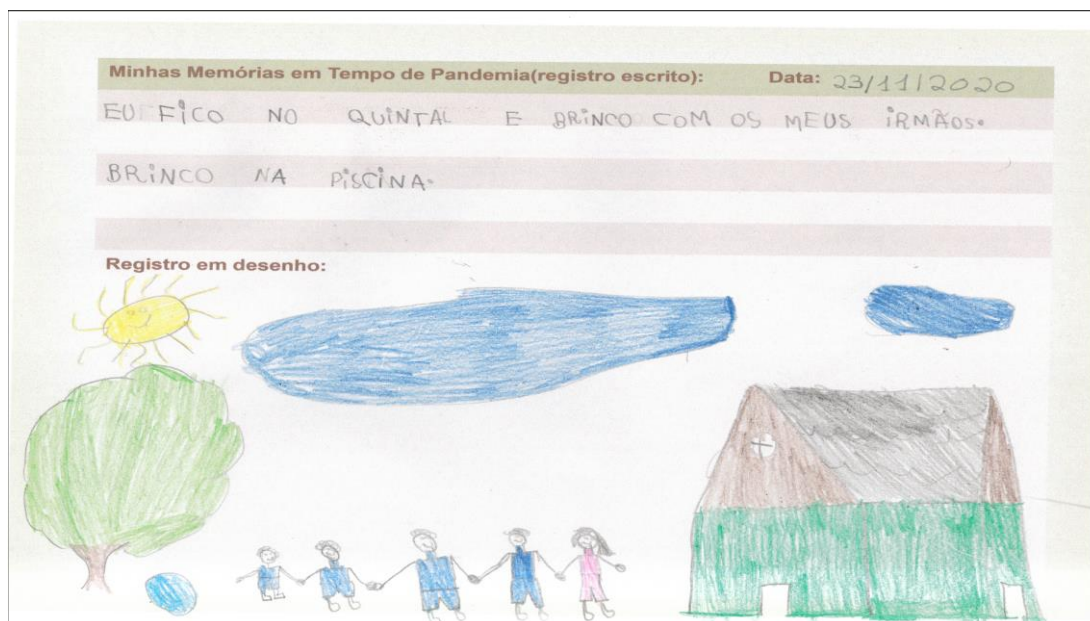
**Organizado por:** Bisognin, Roselaine O.

**Figura 7. Registro do cotidiano familiar**



Organizado por: Bisognin, Roselaine O.

**Figura 8. Registro do cotidiano familiar**



Organizado por: Bisognin, Roselaine O.

As figuras 7 e 8, expõe o cotidiano das crianças, com desenhos muito coloridos e alegres, onde na figura sete, a criança menciona na escrita que “a gente vai com nosso avô buscar lenha na mata para passar o tempo”, demonstrando a convivência familiar. Já, o registro da figura oito, traz o desenho de uma família de mãos dadas representando a



união, é possível dizer que é uma família composta pela maioria masculina, traz ainda o registro do brincar com os irmãos no quintal e na piscina, exprime ainda, uma boa convivência familiar. Contudo, é possível mencionar, que ambos os registros, demonstram atividades familiares fortalecidas por laços afetivos.

Ao refletir sobre os registros das memórias em tempos de pandemia, apresentadas acima, observa-se a própria história, as marcas simbólicas da comunidade escolar deste município, as lembranças que se constituem como uma herança carregada de significados, o que nos remete aos sujeitos sociais, e por consequência, o sentimento de pertença em um cenário multicultural.

Nesse sentido, o registro e a organização das memórias construídas pelos educandos e suas famílias durante este período de pandemia pela Covid-19, apresenta-se como uma forma de resguardar a história da comunidade local, por meio do arquivamento dos materiais coletados em forma de um Livro de Memórias em Tempos de Pandemia. E assim, garantir que a memória e a identidade cultural desta comunidade escolar contribua no sentido histórico-cultural desta cidade, e sobretudo difunda a identidade do grupo social participante do estudo exploratório.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A experiência fez parte de um trabalho de educação patrimonial, vinculado ao Projeto de Extensão da UFSM Educação Patrimonial em Tempo de Pandemia - Atividades junto as Escolas dos Municípios vinculados ao Projeto Institucional Geoparques/ Quarta Colônia (Registro 054242), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município de São João do Polêsine.

Logo, a memória é produzida na prática social, e ao ser apropriada pelo grupo, se constitui como um patrimônio material e imaterial que traz consigo conforme Pollak (...) a interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (1989,p.8).

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem

compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2013, p.435).

Com isso, a nossa própria história, as marcas simbólicas dos moradores do nosso município se constituem uma herança cheia de significados, o que nos remete ao sentimento de pertencimento. Por isso, a importância de organizar estas memórias construídas pelos educandos durante este período de pandemia da Covid-19 para serem resguardadas em um arquivo público, onde as gerações posteriores possam compreender o momento de isolamento social vivenciado neste tempo de restrição do convívio social, e assim, seja possível, produzir conhecimento sobre as vivências do período pandêmico.

Portanto, garantir que as memórias e a identidade cultural desta comunidade escolar sejam preservadas visando contribuir no sentido histórico desta comunidade escolar, a partir de experiências de educação patrimonial que rememoram dificuldades do período, uma identidade social.

## **CONCLUSÃO**

Essa experiência é agregada a pesquisa que foi realizada em 2020, e possui o caráter exploratório, pois levantamos informações sobre os fatos sociais com o intuito de compreender como as famílias estavam vivenciando o período de cancelamento das aulas presenciais na Rede Municipal de Ensino de São João do Polêsine. E assim, ampliar os estudos sobre a memória local refletindo de modo mais amplo sobre as vivências e experiências da comunidade local durante a Pandemia da Covid-19.

Nesse sentido, Le Goff (2013, p. 51) reflete que “tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica”.

A medida que, a memória reconstrói fatos históricos a partir das ressignificações individuais do ser humano, ela tem a capacidade de conservar e lembrar as experiências e informações relacionadas ao passado, sendo estas, parte de processos de interação de cada indivíduo com seu meio. Porém, para a rememoração da memória se faz necessário o papel do testemunho no sentido das palavras ou de forma material, e baseado nesta ideia podemos compreender que “a memória, a qual cresce a história, que por sua vez a

alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”(LE GOFF, 2013, p.437).

Logo, é necessário compreender a característica tanto individual quanto coletiva da memória, uma vez que existem marcos, pontos flutuante e variantes na memória; com isso, a memória é passível de mudança e transformação constante, o que nos remete a uma percepção da realidade baseada em acontecimentos subjacentes aos conceitos de identidade.

A partir do exposto, ao refletir sobre educação patrimonial de acordo com o IPHAN, através da Portaria no 137, de 28 de abril de 2016 reflete que ,

[...] entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (IPHAN, 2016, p. 1).

Embora, a construção de uma identidade local é carregada de significados que são atribuídos no espaço-tempo, como um condutor de histórias e memórias, que são apreendidas no processo social na interação entre o homem e o meio social, por meio de um processo de construção e reconstrução das vivências historicamente construídas.

Nesse sentido, tais registros foram analisados e organizados m forma de um Livro de Memórias em Tempos de Pandemia, que foi arquivado junto ao acervo/arquivo documental da Secretaria de Educação e Prefeitura do Município de São João do Polêsine. Constituindo assim, um registro da história local, de forma participativa e comunitária, em um momento de isolamento social e de enfrentamento da pandemia.

Por fim, a própria memória é um combustível da história vivida pela sociedade, e fica antes de mais nada através do arquivo, um registro oficial das lembranças em papel, através do registro material físico, e assim o documento servirá para compreender a própria história. E com isso, colaborar para preservar a memória local, conservando os registros para que o passado não seja esquecido, afim que fique registrado e guardado as vivências e experiências do período como uma memória vivida. Nesse sentido, a preservação da memória do presente e passado, enquanto práticas que norteiam as atividades pedagógicas em tempos de Pandemia, valoriza o sentimento de pertencimento do território municipal de forma integrada ao ambiente, ressignificando a cultura e a história da comunidade, a identidade local.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

IPHAN. Portaria N° 137, de 28 de abril de 2016. **Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.**

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e Memória**/ Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão,, [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_ **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1992, p.3-15.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE. **Geoparque Quarta Colônia, Projeto de Educação Patrimonial em Tempo de Pandemia, Secretaria Municipal de Educação, São João do Polêsine–RS, 2020.**

UFSM. **Educação Patrimonial em Tempo de Pandemia - Atividades junto as escolas dos municípios do Projeto Institucional Geoparque Quarta Colônia**. Coordenado por Maria Medianeira Padoin , 2020.

**Capítulo 6 - DOI:10.55232/1085002.6**

**CONTRIBUIÇÕES DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA  
UMA FUTURA PROFESSORA DE FÍSICA**

**Pamela Karen de Oliveira, Alessandra Riposati Arantes, Sérgio Ferreira**

**RESUMO:** Este relato visa abordar as reflexões e experiências de ensino adquiridas por uma residente de Física e vivenciadas no âmbito da Residência Pedagógica do Ensino de Física com alunos de Ensino Médio regular da rede pública de ensino, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, em período remoto, devido à Pandemia de covid-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2. O objetivo principal deste trabalho é apresentar as vivências desenvolvidas no programa, que visa a articulação entre teoria e prática docente de forma ativa aos alunos de rede pública, apresentando todo o desenvolvimento das aulas integradoras de Física, e a percepção visual e emocional da atual realidade no ambiente educacional nas vivências concomitantes de docente e graduanda. Apesar dos diversos desafios enfrentados que causaram específicas reflexões acerca da minha escolha profissional, a experiência foi tomada de maneira significativa, pois tive a oportunidade de constatar que ser professora é minha vocação tanto profissional quanto moral.

**Palavras-chave:** Ensino de Física; Ensino Remoto; Paulo Freire

## **INTRODUÇÃO**

O Programa Residência Pedagógica visa a articulação entre teoria e prática nos cursos de Licenciatura, estimulando e conduzindo os licenciandos a atuarem, de forma ativa, na prática profissional docente, aplicar metodologias de ensino estudadas durante o curso e também elaborar e desenvolver novas práticas didáticas durante este processo de ensino e a aprendizagem escolar, tendo por base a própria experiência, podendo realizar um ensino de qualidade nas escolas de Educação Básica. (BRASIL, 2018).

É inquestionável que a execução desta prática em modo presencial no ambiente escolar é verdadeiramente importante, pois o professor não é apenas um veículo intermediário que liga o ensino de disciplinas ao aluno. O professor é mais que isso, pois se torna uma figura presente na vida do aluno, uma vez que ambos vão construindo um vínculo durante certo tempo e “procurar conhecer a realidade em que vivem nossos alunos é um dever que a prática educativa nos impõe: sem isso não temos acesso à maneira como pensam, dificilmente então podemos perceber o que sabem e como sabem”. (FREIRE, 1997, p. 53).

Devido à pandemia de Covid-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2, o ensino foi trabalhado na modalidade remota. O ensino remoto, executado a esmo, tem propiciado um vínculo extremamente fraco entre o professor e o aluno dificultando o acesso à maneira que pensam e como pensam, transformando o aluno em uma incógnita, corroborando para uma experiência um pouco às cegas. É claro que é totalmente justificável escolher o ensino remoto uma vez que nos encontramos em um momento pandêmico, onde essa modalidade de ensino seja, praticamente, a única opção. Porém, esse modelo de ensino não é eficaz em sua totalidade, pois é afetado por diversos fatores socioeconômicos presentes no país. “Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet.” (FOLHA DE S. PAULO, 2021). Muitos alunos, que no cenário presencial já estavam desamparados devido às condições socioeconômicas, durante o ensino remoto, chegaram a ter ainda menos oportunidades devido a falta de acesso a materiais básicos dessa prática como: Internet, Smartphone, Tablet, computadores, dentre outros, resultando em um grande número de absenteísmo às aulas online. E foi diante desse cenário que muitos professores tiveram que seguir com as suas aulas, adquirindo plasticidade para lidar com as diversas ferramentas digitais que fossem capazes de diminuir de alguma maneira a distância entre o professor e o aluno, e também foi diante deste cenário que nós residentes, tivemos que iniciar nossas experiências docentes.

Os educadores progressistas precisam convencer-se de que não são puros ensinantes – isso não existe – puros especialistas da docência. Nós somos militantes políticos porque somos professores e professoras. Nossa tarefa não se esgota no ensino da matemática, da geografia, da sintaxe, da história. Implicando a seriedade e a competência com que ensinemos esses conteúdos, nossa tarefa exige o nosso compromisso e engajamento em favor da superação das injustiças sociais. (FREIRE, 1997, p.54).

A Secretaria de Estado e Educação de Minas Gerais desenvolveu uma ferramenta de Regime de Estudo não Presencial como alternativa para os alunos da rede pública, com o intuito de dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem, neste período em que as aulas estiverem suspensas por tempo indeterminado, chamado: Plano de Estudo Tutorado (PET) — disponível no site da Secretaria de educação (MINAS GERAIS, 2020). O PET é basicamente constituído por pequenos textos contendo definições e informações para que o aluno possa ter uma noção de como resolver os exercícios que constam no final de cada semana do material. O material não contém informações suficientes para o aprofundamento dos temas, dificultando a resolução dos exercícios. Nesse sentido, esse relato apresentará atividades desenvolvidas com o objetivo de complementar o material do PET para melhorar a compreensão dos conteúdos de Física. Foram diversas as atividades desenvolvidas ao longo dos 3 semestres da Residência Pedagógica, pelos residentes do subprojeto Interdisciplinar, Física, Química e Matemática da Universidade Federal de Uberlândia.

## **DESENVOLVIMENTO**

Um pouco antes de ingressar na Residência Pedagógica, fiz o estágio introdutório do curso de Física que foi realizado de modo presencial em uma escola central da cidade de Uberlândia/MG, onde pude acompanhar o desenvolvimento de uma turma do ensino médio regular. Como era um estágio introdutório, eu não podia dar aula, porém pude ajudá-los com as dúvidas durante a execução das atividades propostas pelo professor, e foi a partir daí que percebi que esses alunos tinham noções ínfimas dos conteúdos, não apenas sobre os conteúdos de Física, mas também de Matemática. Esse momento foi muito importante para que eu refletisse sobre várias questões, principalmente sobre a passividade, mesmo que de forma involuntária, que o professor adquiriu ao longo dos anos na profissão a ponto de apenas cumprir um cronograma à risca, mesmo quando tal cronograma compromete o compromisso moral que o professor deve ter com os alunos. É importante que o professor permaneça atento para não achar que a vida é assim mesmo, seguir cronogramas enquanto os alunos são prejudicados, é importante que o professor lute pelos alunos e não se entregue ao sistema, por mais cansativo que este processo seja. Apesar da minha primeira experiência não ter sido da maneira que eu esperava, concluí que gostaria de fazer diferente e algum tempo depois ingressei no Programa de Residência Pedagógica.

É necessário desmascarar a ideologia de um certo discurso neo-liberal, chamado às vezes de modernizante que, falando do tempo histórico atual, tenta convencer-nos de que a vida é assim mesmo. Os mais capazes organizam o mundo, produzem; os menos, sobrevivem. E que “essa conversa de sonho, de utopia, de mudança radical” só faz atrapalhar a labuta incansável dos que realmente produzem. Deixemo-los trabalhar em paz sem os transtornos que nossos discursos sonhadores lhes causam e um dia se terá uma grande sobra a ser distribuída. (FREIRE, 1997, p.54).

Ingressei na Residência Pedagógica no começo do módulo II, os outros residentes haviam produzido materiais no módulo anterior e já estavam acostumados à rotina do programa, porém, apesar de ter ingressado depois, me encaixei bem rápido a esse novo projeto. Um dos pensamentos frequentes que me ocorria no início, baseado na vivência não tão motivadora do primeiro estágio, era que eu não gostaria que minhas aulas não fossem tão claras a ponto dos alunos permanecerem com dificuldades e conseqüentemente não aprenderem, e pelo ensino ser em modo não presencial me deixou bastante apreensiva, pois me encontrava em papel dual de vivências, uma vez que estava no papel de discente na universidade e docente na residência. Como discente, sei o quão difícil é se deparar com aulas boas e claras em que se consiga aprender de um jeito simples e fácil. O ensino em modo remoto não se mostrou de maneira fácil para o discente, pois, mesmo diante desse novo cenário, a impressão que tive foi a de que uma leva de professores se recusaram a encarar a nova realidade e continuaram a dar as aulas conforme faziam de maneira presencial, inclusive computando faltas e atrasos às aulas sem ao menos levar em consideração os imprevistos causados pela conexão de internet ou problemas dessa alçada digital. Outro fator que contribuiu para a má fama do ensino não presencial foi a falsa sensação que os docentes tinham de que o aluno, por estar desempenhando as atividades em casa, teria mais tempo e, mesmo com horário de aula reduzido, passavam diversos trabalhos e listas extensas de exercícios como atividades assíncronas e uma matéria nova por semana, apenas para cumprirem um calendário que foi defasado por motivos sanitários. Por outro lado, entendia que para o professor também não fora fácil, pois precisara se adaptar a novas ferramentas digitais e outras artimanhas didáticas com o intuito de que os alunos conseguissem, nem que de maneira efêmera, ter aulas. Diante deste dilema em que me encontrava, só fiquei menos apreensiva ao longo do desenvolvimento dos meus afazeres, pois fui adquirindo práticas e me tornando mais confiante.

Uma das primeiras atividades propostas durante o Módulo II foi a elaboração de um texto sobre alguns softwares educacionais digitais, que foi apresentado aos demais residentes para motivar o seu uso durante a regência das aulas como recurso didático. Embora o uso de tecnologias em sala de aula tenha se tornado, gradualmente, cada vez mais presente nos últimos tempos, não estávamos preparados para encarar um ensino remoto de forma tão inesperada e sem nenhum preparo, tanto para os professores quanto para os alunos. Dessa maneira, para dar continuidade às atividades educacionais, o ensino precisou se reinventar e adotar algumas plataformas digitais como recurso didático para tornar atrativo o processo de ensino e aprendizagem via atividade remota, e por isso apresentei aos meus colegas residentes o kahoot . Essa ferramenta pode ser utilizada tanto para um levantamento diagnóstico do conhecimento prévio dos alunos sobre um determinado assunto, como verificar a aprendizagem de um conteúdo já trabalhado, de uma forma descontraída e direcionada, pois além de possibilitar feedback imediato das respostas dos alunos, mostra a pontuação e ranking com classificação instantânea dos estudantes, motivando-os a aprender mais conteúdos para alcançar uma pontuação melhor a cada jogo. O fato dessa ferramenta permitir que o professor acompanhe o desenvolvimento da atividade, verifique as respostas dos alunos, e tenha um retorno tão imediato, a deixa como uma ótima opção de ferramenta a ser usada em sala de aula, uma vez que aproxima o professor do conhecimento que o aluno vai adquirindo gradativamente.



A leitura do livro de Paulo Freire “Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar” (FREIRE,1997) foi outra atividade de formação que nos foi proposta que consistia em ler e refletir sobre as cartas que o livro traz, e em seguida relatar sobre as cartas que nos tocaram de alguma maneira. O livro é bastante importante, pois traz assuntos muito relevantes do processo de ensino, pois relata a importância da prática docente, que é um universo muito mais complexo do que apenas transmitir conteúdos e como transmiti-los, por isso me identifiquei com várias das 10 cartas, porém quero comentar a respeito da carta: “Identidade cultural e educação”.

A carta relata a importância da trajetória do aluno, pois o aluno tem uma carga de conhecimento gigantesca adquirida pelas vivências familiares e fora do ambiente escolar, porém muitas vezes levamos em consideração apenas o aprendizado adquirido na escola e não em outros ambientes. Nesta carta foi citado o exemplo do menino que conseguia fazer cálculos trigonométricos e tinha noções de distância apenas ao executar uma brincadeira que fazia parte do seu dia a dia. Outro aspecto interessante desta carta é que traz a ideia equivocada de que a sociedade tem perante o uso rigoroso da Língua Portuguesa, onde quem não a executa com maestria é visto com outros olhos, olhos esses vestidos de preconceitos e com rusticidade, porém esta carta nos diz sobre a importância de se orgulhar do que se é mesmo precisando aprender a norma culta, não é motivo nenhum de envergonhar-se de onde vem.

Após várias atividades de formação, finalmente pude ter meu momento de regência que se deu para a turma 06 do terceiro ano do Ensino Médio Regular no período noturno. O planejado seria que eu pudesse ministrar 04 aulas de Física, durante 4 semanas, uma vez na semana, durante 1h hora cada aula. O assunto das aulas seria de acordo com o PET, pois apesar de podermos montar nossas aulas de acordo com o que quiséssemos, ainda sim, teríamos que seguir os assuntos do PET, pois era através dele que os alunos estavam estudando. O assunto da minha primeira aula foi ‘Campo Elétrico’. Elaborei meu primeiro plano de aula focando na questão conceitual, pois além de ser um tema importante de definição de grandeza, também precisaria usar o conceito de Campo Elétrico durante todas as minhas 04 aulas posteriores, dessa maneira o tema teria que ser bem trabalhado. Elaborei os outros planos de aula da mesma maneira, fiz um para cada aula com os respectivos temas: Linhas de Força, Blindagem eletrostática e resoluções de exercícios do PET. Utilizei o livro “Física em contextos” — do 3º ano 1ª edição de 2016 — para as minhas longas pesquisas sobre o tema. Pesquisei quais ferramentas poderiam me auxiliar em promover uma aula não monótona. Utilizei o software Canva para a criação dos slides, pois tive acesso a alguns elementos animados que deixaram meus slides não tão monótonos. Outro recurso que foi possível ser utilizado foi o de permitir que eu fizesse uploads dos vídeos do Youtube direto na minha apresentação, assim eu não precisava esperar o vídeo carregar diretamente do youtube, diminuindo as oscilações de sinais de rede. Na primeira aula que ministrei compareceram apenas dois alunos. Um deles ligou a câmera e interagiu com perguntas no final da aula e a outra aluna que não fez perguntas, porém conversamos algumas vezes pelo microfone, ela não ligou a câmera, pois disse que era muito tímida. Ministrei uma aula expositiva dialogada onde trabalhei o conceito de campo elétrico, como é formado, descrito, calculado, como identificá-los, etc. Prosseguindo com a aula, após a minha apresentação teórica, mostrei um vídeo de um experimento caseiro do Youtube onde pudemos ver o Campo Elétrico repelir latas comuns de refrigerante causando uma certa velocidade nas latas a ponto de podermos ver

uma corrida de latas. No mesmo vídeo foi possível ver um filete de água ser repellido pelo objeto eletrizado e os alunos acharam bastante interessante.

Também, usei o simulador PHET Colorado para melhor visualizarem o campo elétrico, eles gostaram do programa e ainda pediram o link. Ao final da aula agradei aos alunos pela presença e pedi como tarefa de casa para trazerem alguns exercícios do PET da semana 05 na próxima aula para que eu pudesse ajudá-los com dúvidas. Apesar de terem ido apenas 2 alunos, gostei bastante de ministrar esta aula e encontrava-me bastante ansiosa e animada para as próximas, porém, o que eu não queria que acontecesse, aconteceu: não apareceu nenhum aluno na minha segunda e terceira aula. É estranho quando você prepara uma aula e não aparece nenhum aluno, é meio que frustrante, não é uma frustração que é voltada para o aluno, não estava frustrada com o fato dos alunos não aparecerem, mas sim frustrada com a realidade atual, porque vive-se em um contexto sócio econômico coexistente com uma crise sanitária mundial. Apesar de usar a palavra frustrada muitas vezes para evidenciar o que eu realmente estava sentindo, concluí, depois de pensar bastante, que na verdade, eu não tenho nem o direito de me sentir frustrada, perante esta triste realidade. Dessa maneira, como já discorrido anteriormente, o aluno não assiste às aulas por diversos motivos: ou não tem acesso à internet no celular, tablet, notebook, ou não tem nenhum desses dispositivos remotos, ou estão voltando do trabalho e a internet oscila, ou podem estar com o Covid-19 ou de luto por ter perdido alguém.

Na minha quarta e última aula já não estava tão esperançosa que aparecesse algum aluno, mas entrei na aula e esperei como das outras vezes, porém desta vez apareceu um aluno, que tinha comparecido na minha primeira aula. Nesta aula realizei a resolução dos exercícios do PET da última semana, como planejado no meu plano de aula. Ele aproveitou para tirar bastante dúvidas e percebi que ele se sentiu à vontade quando eu disse que eu não apenas corrigiria o exercício que ele tentou fazer, mas que faríamos juntos o que não consegui começar ainda. Dessa maneira ele foi perguntando mais e também pensava sobre o exercício que ele ainda nem tinha tentado fazer em casa. Foi uma aula muito boa e consegui seguir o plano de aula, porém queria poder ter ministrado a aula de Linhas de Força e Blindagem Eletrostática que na minha opinião eles iriam gostar bastante, pois coloquei muitos vídeos interessantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto de Residência Pedagógica tem sido importante por vários motivos, dentre eles está o fato de que aprendi a utilizar ferramentas digitais para elaborar as minhas aulas e montar apresentações mais interessantes para os alunos, como foi o caso do Canva. Pude ter também a oportunidade de concluir o quão trabalhoso é montar planos de aulas, o quão responsável você precisa ser ao passar informações para outras pessoas e também estar preparada para obter perguntas das quais você jamais esperaria e perceber o quão criativos os alunos podem ser.

Reitero que o projeto de Residência Pedagógica tem sido bastante importante para que eu me lembre constantemente que apesar da desvalorização dos professores ser algo que, aparentemente, não vai mudar tão rápido, e, é claro, que é algo

que não posso me conformar, temos um papel muito importante perante a sociedade que é o de formar cidadãos críticos. Paulo Freire fala que somos militantes políticos e não apenas alguém que ensina uma matéria específica na escola; temos o papel de lutar contra discursos que reverberam e perpetuam ideias que desvalorizam o presente e o futuro dos alunos, que não respeitam as suas culturas e nem que abracem injustiças sociais. Dessa maneira, tem sido importante, ainda mais em tempo de crise sanitária mundial, que foi um momento que deixou a desigualdade social ainda mais potente, ter o contato com o aluno e poder ajudá-lo a usufruir do direito de estudar. É claro que esse meu modo de pensar foi sendo construído ao longo do módulo, pois tive momentos que os alunos não vieram às minhas aulas e isso é potencialmente frustrante, conquanto ao refletir de maneira geral entendi que o papel do professor é tão importante e estonteantemente belo e me recuso a deixar como protagonista desse meu relato os processos de frustrações.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Programa de Residência Pedagógica, Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar: Das relações entre a educadora e os educandos. São Paulo: Olho d 'Água, 1997.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. Plano de Estudos Tutorado. Ensino Médio, 2021. Disponível em: <<https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets/ensino-m%C3%A9dio-2022>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

PAMPLONA, Nicola. Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. Folha de S. Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-aceso-a-internet.shtml>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

## **COCO: A RESISTÊNCIA E A COMUNHÃO DE UM POVO**

**Mirella Rêgo Santos**

**RESUMO:** Escrevi este trabalho buscando desenvolver um resgate das minhas raízes, mostrando não só questões que tenho dentro de mim e como eu as vejo, mas também expondo representações que influenciaram minhas sensações e sentimentos a respeito desse tema. Minha avó Francisca foi quem despertou meu interesse por diversas questões culturais. Ela, que era nordestina, me inspirou a conhecer o coco e outras manifestações artísticas. Vem dela todo o meu amor ao Nordeste, que reconheço como a região de onde vêm minhas raízes, minha semente. O Nordeste é rico em formas espetaculares que oferecem aos nordestinos e a todos os brasileiros a possibilidade de entrar em contato com nossas matrizes culturais. Acredito que é essencial que muitas coisas que às vezes não estudamos no ensino convencional sejam mais bem exploradas. Quando conhecemos o que é mais importante para um outro ser, aprendemos a reconhecer a importância daquilo que é nosso. Esse reconhecimento despertou minha sensibilidade para com o mundo e diante da vida. Quando olhamos para nossa casa pensando em onde moramos e em onde os nossos antepassados moravam, percebemos o tanto que os nossos antepassados fizeram para estarmos onde estamos hoje, e como tudo o que eles fizeram não se apaga. E quando tomamos consciência disso, entendemos nossa história. Se eu estou aqui foi porque pessoas lutaram para eu estivesse viva agora, para que eu tivesse condições sociais melhores, essas pessoas tiveram negados a voz, o canto, a cultura, a casa, e se eu estou aqui hoje foi porque essas pessoas já haviam construído essa casa. O projeto original era de estudar um grupo de cada estado nordestino para criar um esboço de panorama geral. Encontrei grupos de coco em quase todo os estados do Nordeste, com exceção do estado do Maranhão e da Bahia. E que esse trabalho foi desenvolvido para que eu pudesse adquirir um conhecimento necessário para transformar uma pesquisa em ensino, pois aquilo que ensinamos e aprendemos nos bancos escolares se origina da investigação científica, artística ou filosófica. Pretendo continuar esse movimento de pesquisa, na forma de pós-graduação ou outras, a fim de transmitir as informações e vivências que obtive sobre a espetacularidade do coco.

**Palavras-chave:** Coco ancestralidade povo

## **1 INTRODUÇÃO**

Escrevi este trabalho buscando desenvolver um resgate das minhas raízes, mostrando não só questões que tenho dentro de mim e como eu as vejo, mas também expondo representações que influenciaram minhas sensações e sentimentos a respeito desse tema. Minha avó Francisca foi quem despertou meu interesse por diversas questões culturais. Ela, que era nordestina, me inspirou a conhecer o coco e outras manifestações artísticas. Vem dela todo o meu amor ao Nordeste, que reconheço como a região de onde vêm minhas raízes, minha semente. O Nordeste é rico em formas espetaculares que oferecem aos nordestinos e a todos os brasileiros a possibilidade de entrar em contato com nossas matrizes culturais. Por isso, mesmo morando em Brasília, sinto-me como se fizesse parte daquela região, sensação que se torna ainda maior quando estou lá. Com isso, meus planos para a realização dessa pesquisa eram de vivenciar o coco na prática, nos estados nordestinos, para que eu tivesse uma vivência genuína dessa cultura. Pois o aprendizado do coco não se dá nos bancos da escola, mas no contato vivo com os mestres. Como não pude ter esse contato pessoalmente, devido à pandemia de COVID-19, tive virtualmente, realizando entrevistas e estudando registros audiovisuais dos mestres. Procurei as melhores alternativas para aproveitar tudo o que esteve ao meu alcance e o que me foi oferecido em conversas profundas sobre o coco e suas histórias com grandes mestres e com pessoas que têm o coco presente em suas vidas. Por isso esta pesquisa está baseada principalmente em falas de pessoas que carregam essa cultura de transmissão oral.

O projeto original era de estudar um grupo de cada estado nordestino para criar um esboço de panorama geral. Encontrei grupos de coco em quase todos os estados do Nordeste, com exceção do estado do Maranhão, no qual, até onde pude perceber, a cultura do coco não é tão presente devido à predominância do tambor de crioula, um ritmo parecido com o coco, influenciado por aspectos regionais maranhenses. Também não encontrei nenhum grupo dedicado exclusivamente ao coco no estado da Bahia.

Meu intuito aqui é que as pessoas que leiam esse trabalho possam conhecer um pouco mais de histórias que são importantes para o mundo do coco. Esse conhecimento específico pode ser impulsionador para a narração de outras histórias de outras vidas e comunidades que a maioria de nós não conhece.

Acredito que é essencial que muitas coisas que às vezes não estudamos no

ensino convencional sejam mais bem exploradas. Quando conhecemos o que é mais importante para um outro ser, aprendemos a reconhecer a importância daquilo que é nosso. Esse reconhecimento despertou minha sensibilidade para com o mundo e diante da vida. Com o incentivo de pessoas ao meu redor, como a professora e orientadora Lidia Olinto, que me proporcionaram acesso a informações relacionadas a minhas inquietações, percebi como nem sempre estudamos sobre assuntos que são fundamentais para nossa trajetória de formação artística e humana. Essa qualidade de um conhecimento fundamental foi vislumbrada por mim no decorrer desta pesquisa. O estudo do coco pede que eu escreva coisas que sinto. Da mesma forma, gostaria de despertar neste e em trabalhos futuros os sentimentos de cada um de meus leitores e leitoras sobre aqueles conteúdos que lhes são preciosos.

### **1.1 Memória ancestral**

Quando olhamos para nossa casa pensando em onde moramos e em onde os nossos antepassados moravam, percebemos o tanto que os nossos antepassados fizeram para estarmos onde estamos hoje, e como tudo o que eles fizeram não se apaga. E quando tomamos consciência disso, entendemos nossa história. Se eu estou aqui foi porque pessoas lutaram para eu estivesse viva agora, para que eu tivesse condições sociais melhores, essas pessoas tiveram negados a voz, o canto, a cultura, a casa, e se eu estou aqui hoje foi porque essas pessoas já haviam construído essa casa.

Percebo que herdei muitas coisas dos meus antepassados, não só características genéticas como também potências que estavam no meu corpo, prontas para reverberar. O jeito que meu corpo teve de me mostrar tudo isso é o que se chama de retomada, que é o resgate da ancestralidade. Esse resgate está ligado à “teoria espiralar” de Leda Maria Martins, professora na UFMG, estudiosa de literatura afro-brasileira, do teatro negro e da presença do negro no teatro brasileiro, que antes de ser uma acadêmica é dançarina de Congado em Minas Gerais, tendo sido iniciada por sua avó. O Congado a fez adentrar o mundo das espetacularidades e das manifestações afro e ela diz que muitas das religiões e das manifestações afro-brasileiras são permeadas por esse tempo espiralar, esse reconhecimento de que não há uma barreira que separa passado, presente e futuro. (89ª APÓS..., 2021). Nessa teoria espiralar, esses tempos coabitam, eles coexistem. Por exemplo, eu estou dançando uma coisa que a minha avó dançou, ou um sapateado que ela sapateou, com gestos e movimentos que os antepassados codificaram, então quando

eu dançoeu aciono meus ancestrais ao mesmo tempo. Eu danço para aqueles que já experimentaram a vida, para aqueles que querem experimentá-la e para os que ainda vão nascer.

No corpo, o tempo bailarina, e em seus movimentos funda o ser no tempo, inscrevendo-o como temporalidade. Dos gestos primevos é que respira a voz, inspirando nos seres o sopro divino, o hálito originário que circunscreve, em torno de si e em si mesmo, o sagrado.

Antes de uma cronologia, o tempo é uma ontologia, uma paisagem habitada pelas infâncias do corpo, uma andança anterior à progressão, um modo de predispor os seres no cosmos. O tempo os seres no próprio tempo inaugura e os inscreve em suas cinesias. Todas as manifestações culturais e artísticas exprimem de algum modo a visão de mundo que matiza a sociedade, e nestas os sujeitos que ali se constituem. Os conhecimentos culturais incorporados, saberes de várias ordens, se manifestam, sejam eles de natureza filosófica, estética, técnica, dentre outros, quer nos mais notáveis eventos socioculturais, quer nas mínimas e invisíveis ações do cotidiano, em tudo que fazemos, expressamos o que somos, o que nós pulsiona, o que nos forma, o que nos torna agregados a um grupo, a um conjunto, a uma comunidade, a uma cultura e a uma sociedade. Nossos mínimos gestos e olhares, as eleições do nosso paladar e olfato, nossa auscultação e resposta aos sons, nossa vibração corporal, nossos torneios de linguagem, nossos silêncios e arrepios, nossos modos e meios de experimentar e interrogar o Cosmos, nossa sensibilidade. Em tudo o que somos, e nos modos como somos, respondemos a cosmopercepções que nos constituem.

Respondemos também, pois, a concepções de tempo e de temporalidade. Então, neste livro, eu vou explorar essas inter-relações entre corpo, tempo, performance, memória e produção de saberes, principalmente os que se instituem por via das corporeidades. A ideia aqui é que a experiência e a compreensão filosóficas do tempo também podem ser expressas por uma inscrição não necessariamente discursiva e nem narrativa, mas não por isso menos significativa e eficaz. A linguagem constituída pelo corpo em performance, pelo corpo vivo que em si mesmo estabelece e apresenta uma noção cósmica, ontológica, teórica e também rotineira da apreensão e da compreensão temporais.

Em última instância, eu proponho como possibilidade epistemológica a ideia de que o tempo, em determinadas culturas, é sinal de inscrição de conhecimento que se grava no gesto, no movimento, na coreografia, na superfície da pele, assim como os ritmos e timbres da vocalidade, conhecimentos estes emolduradas por uma certa cosmovisão e filosofia. (89ª APÓS..., 2021)

Para Leda, estar diante de uma obra de arte é realmente encontrar os três tempos em um tempo só, fazer esses três tempos se fundirem em um instante espetacular. Mas cada corpo vai reproduzir esses gestos e movimentos com a sua singularidade, porque cada corpo é inédito em sua forma. Para ela, é esse processo que gera a sensação de costurar o tempo, ligar o tempo, espiralar o tempo.

Neste livro eu almejo investigar que concepções ou concepções de tempo informaram e constituíram as culturas e sociedades africanas, de onde provinham os africanos trazidos para as Américas e de que modos e por quais meios essas concepções se transcriam e se infiltraram como signos de formação cultural em todas as Américas. Resumindo: o que no corpo e na voz se repete é uma episteme. A concepção espiralar do tempo se trança com a primazia do ancestral e da ancestralidade na gnosis negro-africana. Em síntese, o ancestral como estrutura é presença, comunicação, irradiação concentrada da força vital ou do Axé. E se funda numa permanência e continuidade nas curvas espiraladas do tempo. A ancestralidade em muitas culturas é um conceito fundador como é nas culturas africanas e afro-americanas. (89ª APÓS..., 2021)

A morte, seguindo os passos de Leda Maria Martins, não encerra totalmente uma existência, ela é um gesto que de alguma forma tece as fronteiras entre os três tempos, Aquilo que um ser construiu em sua vida não pode ser completamente apagado. Para Leda Maria Martins, quando estamos fazendo algo sagrado, estamos acionando em nós esse tempo espiralar. Quando ela dança no Congado, ela ecoa os movimentos, os desejos e os anseios de quem está dançando, de quem vestiu antes aquelas roupas, como sua avó, voltando a esses movimentos e a essa dança.

E o que eu quero dizer neste trabalho tem uma profunda relação com o que Leda Maria diz, pois quando eu tive acesso ao coco, eu tive acesso à sensação de alento e de autoconhecimento provinda do fato de que meus movimentos reverberam tudo aquilo que eu já havia vivido e que eu ainda poderia viver. Assistindo e dançando coco, tenho a sensação de estar homenageando os antepassados, revivendo as histórias criadas por eles e contando a minha história para que outras pessoas no futuro tenham acesso ao que eu tive.

Neste trabalho estou contando sobre o que me atravessou para que, em outro tempo, isso ecoe em outras pessoas de alguma forma, o que é como um eco dessa história, que ecoa a história de cada geração que a contou no passado e incorpora as



histórias das gerações que a contam no presente.

Meu processo de retomada se deu quando eu tive contato com o coco, quando eu toquei os tambores e foi como se eu já soubesse tocá-los. Senti uma corrente de energia vindo da terra, subindo pelos meus pés e me ligando com tudo o que sou e sempre fui, apenas não sabia. Mesmo tocando com minhas mãos, senti uma vibração vinda da terra para a cabeça. Foi como se o som tivesse entrado pelos meus pés e sincronizasse meu corpo inteiro, acendendo minha luz. É como se a música e a dança tivessem acendido as cores que existem dentro de mim, dentro de minha casa, em cada parte do meu corpo.

Sempre tive muito contato com a cultura popular, graças às minhas raízes nordestinas. Mas a primeira vez que tive de fato contato com o Coco, foi através de uma matéria chamada “Práticas de conjunto” que eu realizava na UnB com o professor Alexei Alves no primeiro e segundo semestre letivo de 2019. Também tenho amigos que tocam coco aqui em Brasília, cuja banda chama-se *Kirá e a ribanceira*, e tive o privilégio de apreciar cantadores de coco de embolada em uma praia em João Pessoa, na Paraíba, em 2017, e de assistir a um grupo de forró cantando coco na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, em 2021. A cada tambor tocado, a cada instrumento riscado, sentia uma pulsação atravessando meu coração. Muitas vezes sapateei sem saber, mas parecia que minhas pernas eram controladas pelos batuques.

Encontro uma descrição parecida com minha sensação nas palavras da brincante Carmem Silva, que diz: “É um sapateado que já sai de dentro de mim aquela garra. Quanto mais eu sapateio coco, mais vontade me dá.” (COCO..., 2021).

A memória ancestral pode ser descoberta por meio de vários conhecimentos, tanto no canto, como no nado, no assobio ou em vários gestos e ações que carregamos com a gente, e muitas vezes nem sabemos que temos intimidade com aquilo. Como eu, que não sabia tocar tambor e pandeiro e desde as primeiras experiências já tocava no ritmo certo e possuía alguma habilidade com o instrumento. Sentimos, e não é muito explicável, não é uma coisa da qual temos conhecimento prévio ou que estudamos para adquiri-lo. Descobrimos que temos conhecimento sobre aquilo, mesmo sem estudo.

Conversando com minha amiga indígena Morena Pataxó, no dia 22 de junho de 2020, encontrei algo que explica o que quero dizer quando menciono a falta de noção de pertencimento desses gestos e ações que, quando encontramos, nos vêm de maneira fácil porque já nos pertencem, como, no meu caso, tocar tambor e sapatear o coco. Ela diz: “Somos semente que germina, mas às vezes a gente está ali no solo e ainda não germinamos, aí chega um determinado momento que bate um vento, um sol, e a chama

acende, e a gente germina.”<sup>1</sup> E não existe uma fonte identificável, como, por exemplo, um livro a partir do qual possamos adquirir aquele conhecimento, é uma sabedoria que temos sem ter estudado sobre aquilo, apenassabemos, muitas vezes até com uma sensação de *déjà vu*.

Esse conhecimento pré-racionalização se relaciona com o que ouvi de Diego Cosamores no dia 3 de julho de 2020. Diego é violinista, fez uma viagem para o Nordeste a fim de aprender como colocar o violino no coco e, no decorrer de sua pesquisa, prestou o máximo de atenção possível nos valores que aquela manifestação apresenta. Durante nossa conversa, ele se perguntava qual é o fator que realmentenos guia e nos motiva a participar da roda do coco. Diego me contou o que sentiu quando esteve nas rodas de coco do Nordeste: ele percebeu que se a pessoa não dança, não se entrega na roda de coco, o corpo simplesmente se joga para fora, em um movimento involuntário, e isso foi uma coisa para a qual ele não conseguia encontrar uma explicação. Diego ressaltou que, de todas as experiências de sua vida, isso foi uma das coisas que mais o intrigou. Ele se perguntava que movimentos internos são esses que acontecem nessa dança. Para ele, isso sempre foi um mistério.

Para Diego, o coco é uma linguagem complexa que muitas vezes não conseguem ser traduzida. Ele ressaltou que ainda não temos muita produção acadêmica sobre a experiência da dança e do ritmo do Coco, pois parece algo muito subjetivo. Em sua trajetória, ele sempre percebeu que essa experiência pode sim ser traduzida, pois para ele o coco é subjetivo, mas ele é específico. Quando contei mais sobre minha experiência com a memória ancestral, juntando com a teoria de um tempo espiralar, ele conseguiu explicar melhor o que ele acredita ser a linguagem do coco, pois quando estamos ali dançando, estamos abertos para outras pessoas de alguma maneira. Há uma linguagem corporal, a célula do coco, e nesse momento da dança isso tem um mimetismo próprio do coco, e dançando com movimentos básicos, conseguimos reparar essa linguagem, então essa linguagem não é só subjetiva, ela é mimética.

E esse foi o maior aprendizado e conhecimento que ele obteve para sua atividade musical a partir do coco. Ele conta que o valor que a cultura brasileira traz é um uma linguagem completamente ligada à percussividade, e a gente só precisa captar essa dança e esse ritmo para compreender melhor essa lógica, que é uma lógica afro-ameríndia, por isso é tão difícil traduzi-la para a academia, que trabalha majoritariamente com conceitos, e esse conhecimento está ligado às vivências e sensações.

As falas de Diego contribuíram muito para que eu possa tentar explicar o que acredito sobre minhas sensações, pois a transmissão do saber através da fala é muito limitada. Antes de eu falar para você, e antes de você falar para mim, sentimos tanta coisa que não se explica, então a palavra limita muito e mesmo assim tentamos explicar de uma forma que talvez um outro ser que não tenha vivido algo parecido consiga compreender. Porque a minha memória ancestral, por exemplo, está na minha sensação, ela não está contida na comunicação por meio da fala, mas sim na ação por meio da qual nos comunicamos (nos ligamos) com a natureza. Como minha amiga Morena Pataxó sempre diz: em tudo fala, nem tudo pia, nem tudo late, nem tudo mia, ou seja, nem tudo faz som — por exemplo, uma árvore não faz som, mas ela se comunica com o mundo da forma dela, produzindo oxigênio para o planeta. Então tudo se comunica, porque muita coisa é som, muita coisa é música, e essas experiências de comunicação para além do conteúdo que pode ser veiculado pela voz são compreendidas pelos sentidos, porque elas se expressam nas sensações do pertencimento de algo que muitas vezes não é explorado racionalmente.

Retomei minha história sentindo essas manifestações reverberarem no meu corpo e também conversando com os mais velhos, com a minha avó Francisca, filha de indígena, e com minha amiga indígena Morena Pataxó, que também foi ponte para a descoberta de algo que já estava dentro de mim. Sentimos uma conexão ancestral muito forte quando estamos juntas, e, em conversas e questionamentos que tivemos ao longo da nossa amizade, fui questionando minhas origens com mais profundidade. Na época, minha avó ainda era viva e me contou tudo sobre as raízes da minha família. Não conseguia se lembrar mais de sua etnia, mas contou de sua mãe indígena e dos ensinamentos que recebeu dela, entre outras coisas que eu já sabia, mas ainda não me haviam sido tão bem explicadas. Essas duas mulheres foram fundamentais para a minha retomada.

Convivi muito tempo com as minhas duas avós, pois quando era criança meus pais iam trabalhar e eu ficava com elas, então sempre reparei em seus hábitos cotidianos, e isso me despertava muitas coisas. Minha avó paterna Beatriz era irmã de benzedeira, sua irmã Laura, e as duas tinham muito conhecimento sobre as plantas. Tia Laura até já me curou com sua benza depois que tive uma bactéria da meningite quando criança. Desde pequena, quando eu acompanhava minha avó Beatriz em suas caminhadas pelo parque, colhendo manga e as frutas que encontrávamos no pé, sempre senti interesse em aprender um pouco mais sobre as plantas.

Já minha avó Francisca me contava suas histórias de quando estava no Rio Grande do Norte — “ah, quando eu era lá do Norte” —, de sua origem indígena e de como ela realizava seus afazeres cotidianos quando era criança e morava com sua mãe indígena; como sempre ir ao rio pescar o peixe para assar na fogueira dentro da folha de bananeira, fazer o bolo na pedra como ela sempre fez e esquentar a pedra para jogar na água pra água ferver sem precisar de gás, assim como ela me ensinou preparar a massa do beiju. Já presenciei o cultivo de muitos desses hábitos por parte de minha avó, como quando acabava o gás de sua casa e ela acendia uma fogueira no terreiro. Sempre me mostrou e fez parte de quem eu sou, só comprovando minhas raízes, que hoje graças ao coco eu pude descobrir e me dispor a nunca deixar ninguém apagar.

Minhas avós me ensinaram tudo isso e não vou deixar essa raiz morrer. O mestre Calixto usa a imagem das raízes no nome do seu grupo de coco *Raízes de Arcoverde* e conta o porquê sugeriu esse nome:

porque raízes é uma coisa que nunca se acaba. Sempre tem uma raiz, mesmo em um pé de planta morto, a planta morre e a raiz continua ali, brotando, e assim nasce outro pé de planta. A mesma coisa é a família: morrem e vai ficando outro. (COCO, 2016)

## **2 COMO NASCEU O COCO**

Segundo um guia turístico de Natal, no Rio Grande do Norte, que em um dia de fevereiro de 2021 me contou histórias da cidade, o fruto chamada coco teria alcançado a rota do Pacífico vindo da Ásia, chegando ao Brasil por meio de correntes oceânicas, e onde o coco para ele cresce, porque ele germina lança suas raízes. Então, quando os portugueses chegaram ao Brasil, já existiam muitos coqueiros. Assim eles escravizaram primeiro os indígenas e depois os africanos fazendo-os trabalharem nas lavouras de coco do litoral nordestino.

E enquanto trabalhavam quebrando o coco, raspando o coco, furando o coco, debulhando o coco, nasceu uma cantoria de trabalho. Assim como o sapateado do coco vem do trupé, que é um sapateado indígena, e do toré, que é a dança tradicional em forma circular e o grande ritual dos indígenas, os ritmos percussivos e os tambores vêm tanto do batuque africano quanto dos indígenas brasileiros. O percussionista do grupo SaGrana, do Conservatório Pernambucano de Música, Tarcísio Rezende, fala que o coco nasceu

na época das colheitas de coco, “então quando tava naquele processo quebrando as quengas do coco, aquele ritmo de quebrar, ‘tu-tu-tá’: ali se originou o ritmo.” (COCO, 2020)

Pouco se fala, mas como Márcia Cambeba — poeta, mulher indígena e professora de geografia — conta<sup>2</sup>, o tambor já era tocado há muito tempo entre os indígenas, havendo relatos de sua existência. E fala-se muito pouco nesses tambores anteriores àqueles que foram trazidos pelos africanos sequestrados.

A puita é uma espécie de tambor indígena, formado por um pedaço de tronco de coco, tendo uma das bases coberta por uma pele de animal, bem ressequida e furada no meio. Atravessam-na por um pequeno atilho também de couro, e atacam-lhe por dentro um pau áspero. Produzem uma espécie de troar monótono e feio, correndo pelos dedos úmidos pelo pau interior, que, assim, imprime à pele um movimento vibratório. Sobre esse tipo constroem outros instrumentos que produzem roncões mais ou menos agudos (BATALHA apud RAMOS, 1954, p. 140).

<sup>2</sup> Em palestra proferida na Universidade de Brasília no ano de 2019.

---

Milhares de africanos foram forçados a cruzar o oceano nos navios negreiros, travessia que foi descrita pela poesia de Castro Alves desse modo: “Hoje... o porão negro, fundo, / infecto, apertado, imundo, / tendo a peste por jaguar... / E o sono sempre cortado / Pelo arranco de um finado, / E o baque de um corpo ao mar...” (ALVES, [s/d]). Esses africanos foram escravizados junto aos indígenas e acredita-se também que o coco surgiu nesse momento.

Alguns pesquisadores creditam o surgimento do Coco ao estado de Alagoas no século XVII, no Quilombo dos Palmares (período colonial). Contudo, hoje vemos manifestações do coco já confirmadas em outros estados nordestinos, e, até mesmo, em outras regiões brasileiras. Sua origem está condicionada aos rituais de canto de negros, índios e caboclos na quebra do coco (GASPAR, 2009).

A narrativa do surgimento do coco é assim relatada por Carlos da Fonte Filho:

Reza a tradição que os negros, à procura dos cocos, sentavam-se ao chão e, para quebrar a dura casca do fruto, colocavam-no sobre uma pedra e nele batiam com outra, até que o coco rachasse. Como eram muitos ao mesmo tempo, o barulho das pedras batendo nos cocos e as conversas sempre animadas do grupo provocavam uma barulheira enorme. [...] Em meio à

zoeira que se formava, [havia] sempre quem se levantasse e comesse a dançar, num vibrante sapateado, ao qual todos, alegremente, procuravam unir as batidas ritmadas nos cocos e alegres cantorias, transformando tudo numa animada festa. (FONTE FILHO, 1999, p. 19-21)

O antropólogo Júlio Tavares, por sua vez, explicita o conceito de diáspora que é a tentativa de globalização das experiências de todos os descendentes africanos fora da África, aproximando as experiências que esses descendentes de africanos desenvolveram a partir das inúmeras áreas e que se mantiveram preservadas por onde eles foram alocados aqui.

É a tentativa de trazer para aquela experiência onde os africanos foram colocados, aquilo que de mais importante existia no codificando na África. Por exemplo, o mundo simbólico, a experiência religiosa, a experiência estética, o batuque, a dança, as celebrações divinas, todas vão reaparecer com características um pouco diaristas, mas com estruturas muito semelhantes, de uma maneira geral elas preservam. Aquilo que nós chamamos de estruturas básicas da experiência africana fora da África”. (MOJUBÁ, 2015).

Nilton Junior, descendente da tribo Xucuru, cantor e compositor do grupo *Coco de tarefa inteira* fala que o ritmo do coco se originou após a abolição da escravatura no Brasil, em 1888:

muitos negros foram forçados a fugir para o litoral nordestino. Nessa mudança encontraram os índios que viviam na região e dessa mistura nasceram várias manifestações da cultura popular.

Essa condição de oprimido desses dois povos tornou possível que esses dois povos se inter-relacionassem de uma forma tal, que quando finalmente os Europeus entenderam que não tinha condição de manter os indígenas naquelas condições de escravizados, começaram a liberá-los, então esses indígenas foram formando novamente suas comunidades dentro do sertão, falando basicamente da realidade nordestina, e em um processo um pouco mais à frente, quando os negros começaram a ansiar pela liberdade e começaram a fugir, encontravam-se com esses indígenas, que antes eram seus companheiros de senzalas, então eles se colocavam a uma condição de ajudá-los, escolhiam ou sugeriam determinadas localidades, onde eles encontrassem as condições ideais para poder se estabelecer, uma colônia onde havia caça, água principalmente um lugar que houvesse uma situação de visibilidade para se ouvisse a

eventualidade da chegada dos brancos e eles pudessem se defender ou até mesmo bater em retirada.

Isso foi o adversário dos primeiros quilombos e na região Nordeste principalmente se observamos o mapa e observarmos onde estão localizadas as tribos indígenas do nordeste brasileiro, descobrimos que invariavelmente, próximo dessa tribo existe um quilombo, também sabe que vem de tempos longínquos, lá atrás, essa proximidade geográfica, e isso se dá justamente por isso, porque o indígena que indicou a esse negro onde seria o melhor lugar para ele ficar. Ocorreu também situações que esses negros foram conviver com esses indígenas, como a Palmeira dos Índios que é lugar onde fica o Zumbi dos Palmares, terra do Chico Cariri e sabe-se que esses dois povos formaram uma sociedade. (NILTON, 2020)

Nilton conclui: "Tanto é que hoje quando você olha para para um índio Xucuru Cariri, você não sabe dizer se você está diante de um afro-brasileiro ou diante de um indígena". (NILTON..., 2020). Essas relações entre africanos e indígenas remontam ao início da escravidão. O pesquisador Renato Silveira conta que os escravizados de Angola foram escravizados juntos com indígenas, nos colégios e nas fazendas dos jesuítas e de certos senhores de engenho e que em um primeiro momento os angolas receberam dos indígenas os segredos das plantas da terra e criaram os primeiros candomblés, chamados de calundus. (MOJUBÁ..., 2015)

O coco, assim como o samba, o carimbó, a capoeira, tambor de crioula, entre muitos ritmos, danças, formas culinária, religiosidades e o jeito próprio brasileiro de cultivar, por exemplo, a Jurema sagrada, os orixás, os voduns, e esse sincretismo entre as religiões como a Umbanda, e as diversas manifestações afro-ameríndias são uma construção brasileira. Foram geradas no meio dessa miscigenação entre os indígenas e os negros que marcam a cultura brasileira e nos mostram: atos de resistência de uma cultura que sofreu a tentativa de apagamento epistemológico por parte dos portugueses no Brasil e mesmo assim continuou resistindo e ainda se desdobrando, pois muitas das espetacularidades realizadas no Brasil foram geradas a partir dessa mistura de povos na escravidão.

O Brasil tem um território imenso, dotado de uma riqueza e de uma diversidade culturais imensuráveis e é formado por uma vasta miscigenação. Por isso é de suma importância estudar nossa história e entendermos que somos indivíduos multiculturais. No livro *Casa-grande & Senzala*, de 1933, Gilberto Freyre diz:

No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram

desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica — a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores. (FREYRE, 2003, p. 32).

Ou seja, Gilberto Freyre conta como os portugueses se casavam com as indígenas pela escassez das mulheres brancas. Essas relações também são retratadas no filme *Desmundo*, que conta a história do início da colonização brasileira, em que podemos observar jovens órfãs portuguesas que vinham mandadas pelos Conventos ao Brasil para casar com os homens brancos e eram extremamente violentadas.

## **2.1 Francisca, minha avó**

Na minha família houve exatamente essa relação relatada por Freyre desenhores brancos com mulheres indígenas ou negras. No caso de minha avó materna, seu pai era um senhor de engenho, filho de europeu e sua mãe era uma mulher indígena.

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssima.. (FREYRE, 2003, p. 70-71).

Freyre então chama a cultura da miscigenação, que comparo com a cultura do estupro, de “democracia racial”. Penso que essa nomenclatura é equivocada. Apoio-me em exemplos da realidade como a história de minha avó, que viveu situações de desigualdade e subordinação em sua própria casa, quando seu pai se casou com uma mulher branca depois do falecimento de sua primeira mulher, que era indígena, minha bisavó. Minha avó perdeu sua mãe muito nova, no parto de seu irmão Chico Preto, aos 7 anos de idade mais ou menos. Por ser a única mulher da casa, ainda criança ela cuidou de seus irmãos. Então seu pai casou-se com outra mulher, uma mulher branca, que só por ser mais branca que minha avó, fazia com que esta trabalhasse para ela, e minha avó então criou os irmãos, realizava os afazeres domésticos, e ainda o trabalho pesado da



roça, mesmo seu pai tendo dinheiro para pagar funcionários. Quando minha avó tinha mais menos 15 anos, ela se apaixonou por meu avô, mas só conseguiu casar-se com ele fugindo de casa.

O pai de meu avô Francisco é chamado por minha mãe de Vovô Verde. Meu bisavô era o cara mais descolado da época na região: algo que hoje chamaríamos talvez de *hippie*, tocador de violão, e com fama de cachaceiro. Também por isso o pai de minha avó não aceitou de maneira alguma seu casamento com meu avô, então a saída de minha avó foi fugir e depois ir morar em um lugar de muita seca, na gameleira, no sertão do Rio Grande do Norte. Lá ela perdeu muitos filhos por morar muito longe de qualquer hospital ou farmácia. Quando seus bebês ou crianças adoeciam, meu avô tinha que ir a cavalo até uma farmácia, e demorava quase um dia para chegar. Quando ele voltava, muitas vezes o enfermo já tinha falecido. Imagino como é para uma mãe perder esse tanto de filho — ao todo foram 12. Só depois de um tempo o pai de minha avó ficou com dó e resolveu ajudá-la, aceitar o casamento e oferecer uma terra em um lugar na serra, menos longe da cidade. Quando finalmente minha avó foi morar na serra, a mãe de meu avô Francisco, que era o filho mais velho, faleceu. Minha avó Francisca foi até lá e aceitou morar na antiga casa de seu marido para cuidar de seus cunhados ainda crianças e os criou como filhos.

A história de minha avó é uma história triste e ao mesmo tempo de muita garra, muita luta e perseverança, uma história que me inspira muito em tudo. Por isso estou contando tudo o que posso dela nesse trabalho tão importante. Afinal, ela foi, é e sempre será extremamente importante para mim e seu exemplo de vida é igualmente importante para a história do Brasil.

O caminho de nossos ancestrais é muito longo, as nossas raízes não se desmancham só porque um determinado povo quer, o nosso passado nunca vai se perder porque é ele que gerou nossa história: nós, que hoje somos brasileiros, somos que nossos antepassados fizeram por nós, então não podemos deixar de estudar nossas origens, nossas questões, nossas manifestações.

## **2.2 A importância de estudarmos essas culturas**

Em uma conversa virtual por meio de áudios, no dia 21 de maio de 2020, a mestra Klevia Cardoso do *Coco de Iguape* descreve a cultura como uma ponte, ela diz:

Viver dentro desse meio de cultura pra nós é nossa própria vida, nosso cotidiano. E a gente usa essa tal cultura como uma ponte para que a gente possa introduzir uma educação melhor para nossas crianças, nossos adolescentes. Que a gente também possa trabalhar o social, porque essa tal cultura, ela é tão importante para nós, que essa palavra cultura, se a gente for destrinchar para dizer o que é a cultura para nós, é realmente a nossa vida, tá no nosso sangue mesmo, e a gente sente a força dos nossos antepassados em poder passar essa cultura uns para os outros. É nossa missão e nós somos os guardiões de uma cultura viva tradicional raiz. E assimtambém poder dar o direito das pessoas de conhecer uma cultura que também é sua....

Para mim, que moro em Brasília, ela falou o seguinte:

Você tem a sua cultura, mas essa cultura de coco, essa cultura também é sua. Somos povos brasileiros, essa cultura foi o início de tudo. O nosso formato de vida dentro dessa cultura é muito simples é de muita humildade, é de realmente comer do que se planta, do que se pesca, é a gente poder olhar para o outro e poder ver uma coisa boa no outro, gostar realmente das pessoas, viver feliz de poder está em comunhão, isso é muito forte entre nós.

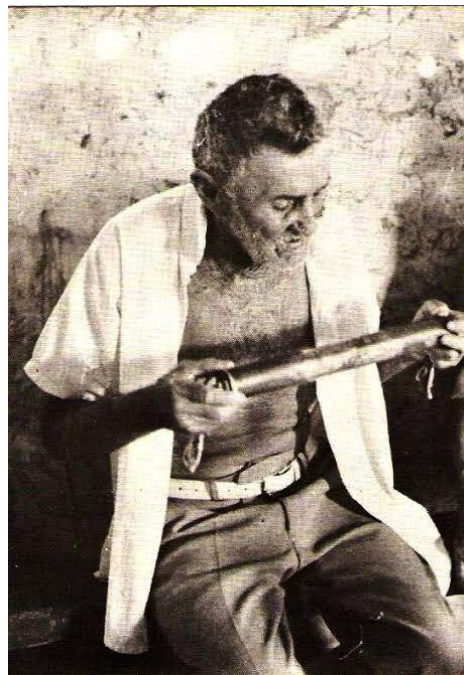
Na cultura popular as manifestações populares são ações, ou seja, qualquer manifestação em que o povo produz e participa de forma ativa. São passadas tradicionalmente de geração em geração. A cultura popular é encontrada nas tradições e nos costumes de um povo, na dança, na música, na literatura, no artesanato, nas crenças, nos sotaques, nos folguedos e nos festejos, assim como namoral e nos valores. Cultura e simbolização são próprias do humano, como diz LeslieWhite:

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e fê-los humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos .... Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano O comportamento humano é o comportamento simbólico. (WHITE, 1955 apud LARAIA, 2001, p. 29)

A cultura também nasce da adaptação do ser humano ao ambiente onde vive, é o que diferencia e classifica um povo, é o que lhe dá tom e cor. Por isso, de região para região, ela se transforma, pois o que faz um povo ser de uma terra, de um lugar é a cultura. O mais importante na arte e na cultura popular não é o objeto produzido, mas sim o artista, o grupo, as pessoas, a representatividade histórica e a resistência das tradições. Não é onde ela consegue chegar, ou seja, não necessariamente tem que virar um espetáculo para outras pessoas nem ganhar premiações ou reconhecimento da mídia, mas ela age como um modo de vida de seus participantes.

Deveríamos estudar essa cultura na escola, deveríamos conhecer mais sobre ela, mas como vivemos em uma sociedade eurocentrista o coco não tem a valorização que deveria ter, mas segue existindo com muita resistência como espetacularidade.

### **2.3 Mário de Andrade e os cocos**



Museu do Agreste Potiguar: CHICO ANTÔNIO: O MESTRE DO GANZA

Mário de Andrade foi em 1929 para o engenho do Bom Jardim, no Rio Grande do Norte, acompanhado de seu amigo Antônio Lima. Enquanto estava no engenho, conviveu com Chico Antônio, que era um cantador de coco. Mário descreveu Chico Antônio como o herói com caráter, que vem da terra e canta por cantar, por uma cachaça, por coisa nenhuma, com habilidade maravilhosa. Ele conta como Chico

Antônio foi cantador que mais o impressionou, exatamente pelo caráter meio surrealista do canto dele. Como relata Oneyda Alvarenga na introdução de *Os cocos*:

Mário de Andrade ouviu Cocos por toda parte no Nordeste. Mais de uma vez as “Notas de Viagem” e “O Turista” mostram um quase espanto de quem, vindo de uma terra pouco cantadeira, cai no meio de uma gente que vivia levando o peito numa cantoria que acompanhava tudo, trabalho e diversão. O hábito intensivo e generalizado de cantar e dançar cocos é anotado várias vezes. (ANDRADE, 2002, p. 28).

Mário acompanhou o cotidiano de Chico Antônio porque esse era o tema de seu livro. Mário escreveu sobre as letras que Chico Antônio cantava, que eram parte do cotidiano do cantador. Isso se relaciona com o que Pedro Campolina, percussionista, integrante do grupo *Coco da Gente*, de Belo Horizonte, Minas Gerais, disse em uma entrevista virtual no dia 28 de junho de 2020:

Eu lembro quando eu comecei a tentar um pouco, não saiu nada, aí meu mestre falou comigo, o mestre Pacheco: “Não adianta você querer cantar temas relacionados à praia, porque não é sua a realidade, apesar de você ir pra praia pesquisar, você não vive nela, você tem que cantar sobre o seu dia a dia, assim como a galera da religiosa canta sobre religião, tanto como o trabalhador rural canta sobre o trabalho, agora você tem que cantar a sua vida.”

Então isso abriu os horizontes para o *Coco da Gente*, e eles passaram a representar os elementos de suas vidas. Apesar de também cantarem músicas de domínio público de seus mestres e mestras, eles passaram a compor sobre suas realidades, e isso foi uma abertura tanto para eles saudarem as coisas boas, quanto para denunciarem suas inquietações. Atualmente, cantam coco contra as minerações, que são uma coisa muito forte em Minas Gerais; cantam coco saudando o bloco de Carnaval que eles criaram com o aval do mestre Pacheco.

### 3 AS DIFERENCIAÇÕES DO COCO



Ilustração criada por Mirella – 2021

Coco é a resistência e autoestima de um povo. Apesar de ser conhecido como um único ritmo, o coco varia conforme a localização geográfica:

São muitos os temas e motivos do coco. Da mesma maneira, são muitos os tipos de coco, conforme a classificação daqueles que participam da brincadeira. Denominações que surgem devido à maneira de tocar, de dançar, em uma ou em outra localidade. (AYALA, 2000, p. 34).

O coco tem tantas variantes que somos incapazes de enumerar todas. Dentre elas, podemos citar: o samba de coco, coco de roda, coco de sala, coco de visita, coco de amassar barro, coco solto, samba de coco, samba de parêlha, batuque, cocode zambê, coco alagoano, coco de lagoa, coco de praia, coco voltado, coco trocado, coco trava-língua, coco de embolada, coco de senzalas, coco de engenho, coco de litoral, coco em décima, coco sincopado...

O gênero que se destaca é o da poesia improvisada, ritmada por um instrumento de percussão, tambor ou ganzá. O Coco é o termo genérico para designar as diferentes modalidades poéticas e dançadas encontradas, sobretudo, nas comunidades tradicionais ligadas ao cultivo da cana de açúcar à pesca. Em várias localidades pesqueiras situadas na beira da praia, perto dos rios ou nas regiões de lagoas, o canto acompanha até hoje o trabalho e o lazer das populações locais”. (CASCUDO, 1972, 233).

O mestre seu Diô, do grupo *Samba de coco do mosqueiro*, de Sergipe, relata que sua avó lhe contava que desde o início já havia as variações de coco, pois quandoos escravizados iam quebrar o coco, eles cantavam o samba de coco, quando iam ralar o coco, cantavam a pareia e quando iam para casa cantavam o coco de roda, animados e agradecendo por estarem indo embora. Então o coco é um brinquedo ancestral nascido na época da formação do povo brasileiro. (DOC SAMBA..., 2013)

As diferenciações são constantes até no mesmo estado. Por exemplo, no Rio Grande do Norte existem vários tipos: o coco de Zambê, em que só dançam homens, o coco do Mestre Severino, em que só dançam mulheres, o coco de Macau, batido com a palma da mão e com os pés muito rápido e dançado com umbigada. Em cadaregião podem existir muitas variações e muitos grupos. O que vai comandar o jeito decada coco são os mestres.

O repentista e cantador de embolada Biliu de Campina diz que o coco é uma manifestação artística e literária vinda do povo, não precisa seguir nem obedecer nenhuma regra pré-estabelecida, tem que obedecer só ao compasso, ao ritmo e à batida. (AULA..., 2009)

“Embolar” significa cantar os versos numa rapidez que chega a “embolar” aspalavras. Esta denominação para os cantadores de coco do tipo dançado é usada apenas no Ceará. Pois “embolador” nos outros Estados é aquele que “embola” o coco em desafio com outro embolador, usando pandeiros ou ganzás. O termo mais usado fora do Ceará para designar o cantador de cocosdançados é “tirador” ou “atirador” de coco (AYALA & AYALA, 2000).

Mestre Verdelinho explica melhor que cada cantoria tem um momento, uma quadra, um papel de história diferente.

Esse primeiro repente que nós cantamos, a fim de anunciar a cantoria, chamamos de repente de elogio, que são as seis trilhas, depois vem o martelomiudinho, depois o quadrão embalado, também tem o oitavão arrebitado, martelo trinta por dez, tem o martelo em desafio que se parece com uma batalha de rima em que os cantadores, dois cantadores, disputam uma batalha, é como se diz um querendo arripisar o outro e essa que é a graça do martelo em desafio, mas depois saía todo mundo feliz e ficava a saudade das pessoas da casa que eles cantavam e ajudavam a pilar, depois eles voltavam a essas casas porque todo mundo virava amigo. (MESTRE..., 2020)

O mestre Verdellino também fala um pouco sobre o cantar e conta a história de seu nome:

O cantar não é fácil não, o cantar tem o seguinte: a pessoa se tiver acanhesaí ela não faz nada, por isso, temos de esquecer quem nós somos, na hora da cantoria, e vamos se ligar no trabalho que nós vamos ser no trabalho, "eusou Mário Francisco de Assis na hora que eu pego na viola e no pandeiro e não sou mais o Francisco de Assis eu sou Verdellino, não sou Mário, quer dizer no ponto da poesia, isso é abraçar poesias sendo mestre. Esse nome de Verdellino veio de quando eu tinha os meus 6 anos de idade, em São Miguel dos Campos-AL e na época todos os cantadores tinha o apelido com um nome de um passarinho, era Azulão era Xexéu da Mata, Beija-flor, Lavanderia, Patativa, Curió, Canário, Cabocolinho, Tico-Tico, Corta pau, Quebra osso, Jaburu, Padre, Rei da Mata, Galo de Campina entre outros. E o pessoal falaram "como você é barrigudinho assim todo redondinho pequenininho você vai ser o Verdellino", e assim ficou. (MESTRE..., 2020)

### **3.1 Características básicas**

"Para criar o ritmo tradicional do coco de roda os instrumentos mais utilizados são o pandeiro, o bombo e o ganzá, isso não impede que outros instrumentos sejam acrescentados, tudo vai depender da variação do tipo de coco" (COCO..., 2020). Podemos notar essa diferenciação de instrumentos por meio dos grupos apresentados de cada região.

O historiador e sacerdote da Jurema Sagrada Alexandre L'omi L'odo apresenta as variações de cada ritmo de coco:

O coco praieiro, que é um coco daqui mesmo, do nosso litoral é aquele cocode repetição, aquele coco que é sempre a mesma coisa, não tem quase improviso. E o coco brejeiro também, é aquela linha de coco que também faz parte desse universo do agreste, porque é um coco quase cavalo marinho, já muda, porque é maior, não são refrões curtos e nem respostas curtas, é bem grande. Aí vem um coco sertanejo que é um coco mais de pisada, aquele coco que a gente pode ver num Raízes de Arcoverde, uma linha melódica muito forte, porque embora que eles estejam entre o agreste e sertão, ali naquela medida, mas eles são muito mais sertanejo, até a instrumentação muda, os instrumentos saem da alfaia e não existe a presença da alfaia como tem no coco praieiro, é um bombinho, um pandeiro e ganzá no máximo. (COCO..., 2020).

Segundo Silvero Pessoa (COCO..., 2013), Câmara Cascudo acreditava que o coco foi a célula Mater de todos os outros ritmos brasileiros. Quando pensamos nisso, percebemos o quanto essa célula do coco realmente é presente em muitos outros gêneros. Jackson do Pandeiro dizia que tudo era coco, e ele tocava seu pandeiro colocando uma célula de coco dentro do samba, fazendo sempre essa mistura.

O artista Herbert Lucena diz que

o coco é composto por frases longas em um pequeno espaço de tempo, onde o cantador tem que encaixar todas as frases naquele espaço pequeno de música, naquele espaço pequeno de compasso; é um ritmo acelerado, mais acelerado do que o baião; existem várias modalidades. A diferença é que eu introduzi os sons das bandas de pífano nessa música. (COCO..., 2013).

Ele fala que o coco tem muito a ver *Rock and Roll* dos anos 50 que são aquelas frases longas no espaço pequeno de tempo também tem essa pegada mais agitada. “Eu gosto muito daquele estilo e o coco também tem essa coisinha ligeirinho, eu gosto muito de cantar coco por causa disso.” (COCO..., 2013).

Silvério Pessoa, cantor e compositor de Coco, fala de uma herança de compositores que utilizam a matriz da música como uma fonte de inspiração para criar, para improvisar e para escrever. Ele ressalta que isso é o que o cantor Lenine chama de promiscuidade cultural, ou seja, nada é puro. “Isso foi a polirritmia que Jackson do pandeiro fez com o coco, misturando o coco com o samba e coco com o rock.” (COCO..., 2013).

Jackson do Pandeiro fez muito sucesso com uma música de autoria de Gordurinha e Almira Castilho em que faz do coco um samba, que é chamado de samba-rock, tocado aceleradamente e com elementos rítmicos do rock. Em contraste com esse aparente miscigenação musical, a letra da música recusa a assimilação de elementos culturais estadunidenses até que os artistas desse país pratiquem a assimilação de elementos da cultura brasileira:

Eu só ponho be-bop no meu  
samba Quando o Tio Sam tocar  
um tamborim  
Quando ele pegar no pandeiro e no



zabumba Quando ele aprender que o  
samba não é rumbaAí eu vou  
misturar  
Miami com  
Copacabana Chiclete  
eu misturo com  
bananaE o meu  
samba vai ficar assim  
Quero ver a grande  
confusão Olha aí o  
samba-rock meu  
irmãoÉ mas em  
compensação  
Eu quero ver o boogie-woogie de  
pandeiro e violãoEu quero ver O Tio  
Sam  
De Frigideira numa batucada brasileira (JACKSON..., [s/d])

Entre os grandes nomes de artistas de coco mais famosos, cantadores e emboladores, coquistas e repentistas, estão: Jackson do Pandeiro, Marinês, Dona Selma do Coco, Dona Cila do coco, Jacinto Silva, Trio Nordestino, Luiz Gonzaga, entre outros.

A dançarina Rosana Almeida, que já fez pesquisas aprofundadas sobre o coco, dançando até com Mestre Verdinho, conta que na coreografia do Coco se demonstra aquele lado da umbigada com a relação da dança do Coco, as modalidades de dançasde umbigada são ligadas com o que cada comunidade foi adaptando a sua realidade.

A dança do Coco faz parte da família das danças de umbigada. E essas danças de umbigada são herdeiras dos rituais e das festas e celebrações ligadas à fertilidade, à colheita e ao nascimento, e essas festas estão vinculadas ao tempo e ao espaço. Quando a gente fala em tempo a gente pode pensar que são festas ligadas às estações do ano, a diferentes idades, diferentes luas. E quando a gente pensa em espaço, a gente pode pensar tanto nos nas direções leste, oeste, norte, sul, mas também, no reconhecimento de território do próprio corpo frente, atrás, direita, esquerda. Ou seja, foram todas experiências dos nossos antepassados para aprender a vida através de uma memória corporal, ou seja é quando o conceito vai se construindo a partir de experiências físicas. (BRINCANTE..., 2020).

A seguir, apresento um breve perfil de 7 grupos de coco: Coco Alagoano, Samba De Coco Do Mosqueiro, Coco de Zambê, Coco de Roda Novo Quilombo, Cocodas Irmãs Lopes, Coco Raízes de Arcoverde e Coco do Iguape. As informações a respeito dos

grupos foram reunidas por meio de entrevistas e registros audiovisuais.

### 3.2 Coco Alagoano – Alagoas



Fonte: IBGE – 2021

No documentário *Danças Brasileiras - Coco Alagoano*, a narração diz que “para alguns pesquisadores, o coco surgiu no estado de Alagoas no século XVII, no Quilombo dos Palmares, daí se espalhando para os outros estados nordestinos.” (DANÇAS..., 2020)



Foto do Acervo da Fundação Joaquim Nabuco - 1991

Conversei com Wesley Vicente Rosa via conferência virtual, no dia 1º de julho de 2020. Este guardião da cultura do coco do estado de Alagoas, neto de um grande mestre do coco, Seu Nelson Rosa, me contou sobre o coco alagoano. Inicialmente o coco era chamado de pagode, nome que vem das construções das casas de taipa, pois no século 19, naquela região de Alagoas, as casas eram todas feitas de barro e madeira e para se fazer essas casas, fazia-se primeiro o barreiro, onde os homens iam pisar aquele barro, que era a massa para fazer a parede. Depois de 24 horas da realização desse manejo, a casa ficava pronta e juntava-se o pessoal para pisar o piso, que é chamado de piso de barro batido. Essa dança no barro era chamada de pagode.



Casa de Taipa - Facebook

Até a década de 60, as pessoas faziam isso para ajudar umas às outras. Passavam uma semana ajudando uma família naquela comunhão e amizade; todo mundo se conhecia pois a comunidade era muito pequena e às vezes ia-se de uma comunidade à outra, mais distante. Muitas vezes essas pessoas passavam de 3 a 4 dias ajudando, e no final sempre preparavam uma festa, na qual tinha gente que arrumava namoro e até casamento. O coco fazia a alegria das pessoas.

O mestre Verdinho criou o passo chamado Cavalo Manco, que é a passada que se faz enquanto se reinicia o ritmo seguinte. Lá usa-se

o pagode das tapagens de casa que quando vão tapar uma casa, os donos chamam o pessoal que mora no povoado ou nas fazendas da região, para fazer o pagode e a pilar o piso da casa nos pés, tudo no Sapateado, todo mundo brincando, dançando, bebendo e ajudando. (DANÇA, 2020)

A narração do documentário informa:

O procedimento de amassar o barro, no piso das casas, é um exemplo de dança surgida a partir de uma atividade cotidiana. O coco nos mostra mais uma vez que o chão das casas é o contexto e cultural social dos brincantes. (DANÇA, 2020).

Ou seja, é no chão que as energias são adubadas e conectadas. Essa origem também é afirmada por Ayala (2000), que remete-se aos escritos de Mário de Andrade, em que este afirma que o surgimento do coco se deu também em comunidades que tinham a necessidade de conclusão dos pisos no interior das casas, pisos que antigamente eram feitos de barro. Enquanto amigos e familiares se reuniam para dançar ou brincar o coco, utilizavam as pisadas para comprimir o barro que formava o piso.

Masullo, em sua pesquisa com o grupo *Coco das mulheres da Batateira*, conversando com as integrantes, nos conta sobre a disseminação do coco no Cariri cearense, confirmando as informações de Mário de Andrade:

Ele morava na Baixa Danta, em Várzea Alegre. E tinha lá um senhor, que era meu padrinho e minha madrinha assim de fogueira, e então quando era no tempo da tapagem de casa, do aterro para aterrar casa, deixar assim como cimento. Não existia cimento nessa época, aí eles inventaram essa dança dococo, que eles já trouxeram dos avôs deles, dos pais deles, aí chamava meio mundo de gente, assim como se fosse uma festa de casamento, a sala lotada. Era homens e mulheres, criança, véi, tudo misturado. Eu tinha 10 anos de idade nessa época. Então se a gente entrava nessa dança, começava às seishoras da tarde pra parar às seis horas da manhã. Dava um intervalo assim à meia-noite, pra aguar o piso, aí nós largava o pau a dançar coco de novo (D.Socorro, coquista). (MASULLO, 2015, p. 30)

Na entrevista com Wesley Vicente Rosa, ele contou que seu avô comentava muito sobre uma senhora bem trajada, presente quando tudo começou para ele no coco. A cena aconteceu no ano de 1938. O pai de seu Nelson foi pra uma comunidade vizinha para ajudar na construção da casa de taipa de um compadre dele, e no último dia quando durante a festa, o pagode, estava todo mundo brincando tarde da noite quando chegou essa senhora diferente das outras senhoras, diferente no sentido das vestes, com uma roupa brilhosa e que se ofereceu para cantar uma música. Ela cantou música de araruna e mesmo que seu Nelson tivesse apenas 5 anos, ele guardou essa música na memória.

Antes dessa música, o costume era só pisar o coco, pisar o barro, e não se tinha formação de grupo, mas essa senhora pediu para se formar um cordão de homens e mulheres e graças à memória de seu Nelson até hoje se canta e se dança música na região.

Com relação aos passos, eles só dançavam o trupé, e com o ensinamento dessa senhora começaram a dançar o passo chamado de rodinha valsada. O neto Wesley comenta que seu Nelson Rosa foi muito inteligente quando juntou os passos de forró ao coco, para que as pessoas conseguissem aguentar mais tempo dançando sem se cansarem tanto.

Até a década de 70, Arapiraca foi conhecida como a capital do fumo e tudo o que os trabalhadores faziam era acompanhado por uma cantoria de trabalho, seja na colheita, seja no trabalho com o fumo. E no fim de semana, para desapegarem do trabalho, eram feitas as festas onde todo mundo se reunia para cantar e dançar, o que era conhecido como os pagodes, então o pessoal falava “vamos ali num pagode”.

Na cidade de Arapiraca há duas comunidades quilombolas: uma fica no povoado Carrasco e a outra fica no povoado Pau D´Arco. Os cânticos eram uma forma de diminuir o peso do trabalho dos escravizados. Isso ficou para a tradição.

O grupo chamado *Coco de Roda do mestre Nelson Rosa*, do sítio Fernandes de Arapiraca, existe há 45 anos. Foi formado em 1976, a partir de uma quadrilha de São João em que havia 22 pessoas, formada por Seu Nelson, que convidou algumas crianças para fazer uma apresentação na escola, fez os ensaios, e depois dessa apresentação o prefeito de Arapiraca convidou esse grupo para fazer uma apresentação em Maceió. Seu Nelson então convidou um senhor que havia na cidade, seu Luiz, que tocava muito bem o pandeiro e reuniu todas as pessoas em direção à capital de Alagoas. Depois esse grupo continuou e hoje já se apresentou em todos os estados brasileiros.



Coco de roda mestre Nelson Rosa – Facebook

O coco de roda de Arapiraca tem como grande diferencial a originalidade da tradição, em que os instrumentos são a pisada do pé, a entonação da voz e um pandeiro. Wesley ressalta que muitas pessoas questionam “por que vocês não fazem um coco mais estilizado, por que não colocam mais instrumentos para chamar mais atenção do público?” Wesley conta que seu avô sempre afirmava que o que é original nunca perde seu valor. O que é original nesse coco é o pé e o cântico. Ele conta que às vezes o coco fica mais parecido com uma quadrilha junina do que propriamente com o coco. Prossegue contando que o diferencial do grupo deles é manter a pisada tradicional, pois o mais importante é a pisada, é ela que dita o ritmo e por isso eles são reconhecidos como um grupo tradicional de coco alagoano.

### **3.3 Samba de Coco do Mosqueiro – Sergipe**



Fonte: IBGE

Fonte: IBGE - 2021

O grupo *Samba de coco do Mosqueiro* fica em Aracaju, capital de Sergipe, que é cortada por rios e mangues, com pouco mais de 570.000 habitantes, e o bairro do Mosqueiro fica às margens do rio Vaza Barris a mais ou menos 25 km do centro da cidade.

É no barracão do mestre seu Diô que o samba de coco é dançado e festejado pelo grupo, pois foi mestre seu Diô que deu continuidade a essa cultura que seu pai lhe ensinou. Ele conta da sua dificuldade em manter o grupo, mas ressalta que é uma pessoa teimosa e que sente prazer em ver as pessoas felizes dançando coco. Para ele, samba de coco é tudo: é música, é alegria e é esporte.

No *Samba de coco do Mosqueiro* todo mundo toca samba e dança. Gislene Lopes dos Santos, instrumentista, conta que com 15 anos começou a brincar o coco; já Hélio José dos Santos conta que está no samba de coco do mosqueiro desde a época do pai do mestre seu Diô, desde seus 13 anos de idade, olhando e aprendendo; e Cristovam, sambadeira, conta que desde pequena seus pais saíam e levavam ela e seus 7 irmãos para aprenderem o coco.

O mestre Diô, explica que em outros grupos de coco, o coco é um só, já no grupo do mosqueiro eles misturam o samba de coco com o samba de roda e o samba pareia.

Eles só usam uniforme quando vão apresentar em alguma ocasião especial. O Mestre Diô não se preocupou em padronizar um uniforme para que toda a comunidade possa se sentir bem-vinda a entrar e interagir com o grupo. Qualquer pessoa pode entrar com qualquer roupa, pode participar da roda e brincar.

Para aguentarem dançar o coco a noite toda, eles tem costume de tomar uma cachaça que é chamada de meladinha, que é feita de cravo, canela em pau, erva doce, casca de laranja lima, mel, água, açúcar e cachaça. Ela fica muito tempo no fogo e não pode passar do ponto, senão amarga. E eles tomam essa cachaça principalmente nas comemorações de São João, que é quando fazem a grande festa, oferecida para São João e para seus santos.

Eles dão início a essa celebração no dia 23 de junho, enterrando um mastro, e colocam presentes para todos perto desse mastro, e enquanto esse mastro é queimado eles realizam uma novena. Quando a novena acaba, o samba começa e não tem hora para acabar, pois o samba continua até o dia 24, até a rezadeira chamar a novena novamente e quando acaba a novena do dia 24, começa o samba novamente. Porque

eles uniram duas celebrações seguidas, o que eles chamam de São João pequeno, no dia 23, e São João grande, no dia 24. (DOC SAMBA..., 2013).



Seu Diô, patrona do samba de coco sergipano - 2009

### 3.4 O Coco de Zambê – Rio Grande do Norte



Fonte: IBGE - 2021

Mestre Geraldo conta que durante um tempo o Coco de Zambê ficou adormecido, mas que ele começou a passar para os mais novos tudo o que ele aprendeu com a velha guarda. Na dança pode-se notar criatividade, improviso, e uma movimentação, que inclui giros, agachamentos, improviso, flexões de perna e de braço, contorções, demonstrando garra, agilidade e sensualidade. Na dança cada dançador coloca sua personalidade. “Percebe-se uma gestualidade que lembra o frevo, a capoeira, o maracatu, e sobretudo as danças de transe, a movimentação é uma das mais livres de nossas danças e é dançada por homens.” (DANÇAS..., [20--])





Coco de Zambê: Foto de Pablo Pinheiro - 2018

O Coco de Zambê é uma dança que destoa das outras modalidades de Coco nordestinas. Os tambores são reverenciados como deuses que conduzem os brincantes ao êxtase e a movimentação é intensificada com agachamentos, contorções e flexão de pernas e braços. Esta modalidade era essencialmente uma dança feita de homens, com muita garra, agilidade e sensualidade. Contudo, já vemos hoje brincantes mulheres participando de rodas de Coco de Zambê. (LINS, 2009)

O Coco de Zambê vem da região de Tibau do Sul, no litoral do Rio Grande do Norte. O dançarino Jorge Come conta que o coco de Zambê tem início pelo fogo pois eles falam que o fogo é a principal raiz para a preparação da dança, o que eles chamam de esquentar o couro. E onde começa o fogo começa a brincadeira. Nessa região havia a queima de cana de açúcar, então os escravizados faziam a cotação das canas e quando acabavam o expediente, eles se reuniam e dançavam o coco. Até hoje, antes de dançar o coco de Zambê, eles acendem a fogueira para cumprimentar o seus ancestrais antes de qualquer coisa, reverenciando principalmente os escravizados africanos da região. O coco também é conhecido como Zambê do pau furado. (COCO..., 201

### 3.5 Coco de Roda Novo Quilombo – Paraíba



A mestra Ana Lúcia conta que os integrantes de grupo Coco de Roda Novo Quilombo acreditam que o coco tem a idade da criação dos quilombos, em torno de 200 anos, pois eles acreditam que o coco veio com os antepassados nos navios que chegaram da África.

Ela conta como o coco de roda parou e ficou adormecido durante um tempo naquela região, e quando ela conversava com os mais velhos dava pra ver a água nos olhos deles de tristeza por não ver mais sua comunidade brincando coco. E foi aí que eles decidiram, há 29 anos, retomar essa manifestação cultural. Ana Lúcia enfatiza que resolveu “acordar essa festa, esse toque, esse batuque”. (DOCUMENTÁRIO..., 2018).

Então juntaram-se 17 pessoas, entre elas a mãe de Ana Lúcia e alguns mestres mais velhos que ainda estavam por lá, e resolveram formar um grupo de coco. O nome do grupo veio da percepção que esse grupo teve de que os quilombos de hoje são formados de uma mistura nas suas cores e nas suas etnias, e por isso o termo “novoquilombo”, juntamente com o símbolo do grupo, duas mãos, uma negra e uma branca, simbolizando essa mistura. No início eles brincavam timidamente, mas foram descobertos por Inés Ayala, professora e historiadora que começou a estudar as características da dança e apresentação desse coco, e descobriu que eles estão entre os grupos mais tradicionais de coco da Paraíba.

O grupo então começou a se preocupar em passar essa tradição para a frente, mas a comunidade não brincava, então eles pensaram e chegaram à decisão de fazer uma festa para a comunidade. Na primeira festa, o grupo criou um uniforme e foram se apresentar com esse uniforme, dançaram a noite toda e ninguém entrou na brincadeira, nem os

mais velhos, e eles ficaram se perguntando o porquê de ninguém ter entrado na roda. Quando a mestra perguntou para as pessoas “Por que vocês não vêm brincar com a gente?”, responderam: “porque não temos farda”. Então eles se organizaram melhor e optaram por usar qualquer vestimenta, as mulheres com qualquer saia e os homens com qualquer calça, e a partir daí quando eles se apresentam todo mundo se sente à vontade para entrar na roda. (DOCUMENTÁRIO..., 2018)



Dança do Coco de Roda/ Foto: Reprodução - 2020

Ana Lúcia então começou a fazer festivais, e outros grandes mestres da cultura do estado se ofereciam para se apresentar nessas festas. Mais de 100 grupos já passaram por essas celebrações que o grupo *Novo Quilombo* organiza. A mestra conta como essa festa serve de oficina, em que todo mundo conhece a sua própria cultura, e essa cultura se espalha. Isso tem a ver com as palavras de Maia (1999, p. 204), que enfatiza que

as festas fornecem nova função às formas espaciais [...] ruas, praças, terrenos baldios transformam-se em palcos para o evento. O espaço das festas populares possui uma composição bastante complexa. Nele subsistem relações econômicas, político-ideológicas, simbólicas e afetivas extremamente ricas.

O grupo fez uma parceria com uma escola da comunidade, em que ofereceu uma aula de coco para as crianças, que aprenderam muito sobre essa cultura e hoje praticam os cantos antigos. São crianças que já apresentam em todo canto, e elas próprias tocam, cantam e dançam. Isso significa muito para os guardiões da cultura que se preocupam em não deixar essa tradição ser abandonada novamente. Esse movimento nos leva a concluir que os jovens também gostam da cultura popular e muitas vezes podem encontrar maneiras de se desenvolver na sociedade por meio do cultivo dessas manifestações. O que contradiz em alguma medida as considerações de Ayala, que parte também do grupo Novo Quilombo para afirmar:

Quando participam das atividades culturais populares como a brincadeira do coco, desenvolvidas nas comunidades onde moram, muitos jovens reagem temendo depois a ridicularizações feita por colegas da escola. Aceitam participar de apresentações públicas quando dançarinos e cantadores são caracterizados como grupo folclórico. (AYALA, 1999, p. 246).

No entanto, pelo que podemos perceber, os herdeiros no Novo Quilombo estão dispostos a continuar o legado de mestra Ana Lúcia e seu grupo.

### **3.6 O Coco das Irmãs Lopes – Pernambuco**



Fonte: IBGE - 2021

O Samba de coco da família Lopes começou em 1916, quando Arcoverde ainda era chamado de Arco Verde Olho-d'água dos Bredos. Quem conta a história desde o início, no documentário *Samba de Coco Irmãs Lopes* é Severina Lopes. Ela conta que o

coco veio de Garanhuns com seus avós, e que, quando estes chegaram à cidade, ainda não havia nem casas pela região. Ela conta que seu avô e sua avó partiram a pé de outra região trazendo quatro filhos e, chegando, construíram um barraco de taipa em um lugar que antes era uma mata virgem. Severina Lopes conta que sua mãe Joventina, que ainda era uma jovem moça, casou-se com um rapaz de uma fazenda próxima chamada Santa Rita, e então foram morar nesse barraco de taipa, e seu avô foi morar na Rua da Serra, e lá ele começou a cantar coco. Depois que seu avô morreu, seu tio Ivo Lopes deu continuidade ao coco. Severina conta que, depois da morte de Ivo Lopes, ela não poderia deixar a tradição morrer.

No início, ela pensava que por ser mulher seria mais difícil, mas mesmo assim ela juntou 5 mulheres e deu continuidade ao coco e esse ficou sendo o coco das irmãs Lopes. “Sempre com aquele preconceito: uma mulher, uma mulher passando na frente dos homens... Não, hoje as mulheres têm que passar na frente dos homens, porque a gente tem que ser forte, tem que passar.” (SAMBA..., 2021). E ela conta sobre a ajuda que recebeu de seus netos Wenner Lopes e Amanda Lopes, que são a quinta geração a receber o legado de sua família.



Coco das irmãs Lopes/fonte: página oficial do Facebook

No documentário, Wenner, que hoje está com esse legado, comenta que o cocodas

irmãs Lopes vem de uma história ancestral de muito antes dele “sonhar em nascer” e hoje ser um dos responsáveis de sua geração por dar continuidade a essa história é algo muito importante em sua vida. Ele fala: “é igual uma árvore, ela tem suas raízes, tem o tronco e tem as folhas, e pra isso é preciso ter uma base, e a basesão os ancestrais e o conhecimento, e nós somos o caule, que é a continuidade.” (SAMBA..., 2021). E conclui dizendo que ele continua essa tradição recebendo a força de seus antigos.

Em entrevista virtual com Wenner Fernando Lopes Silva de Lima, no dia 18 de junho de 2020, ele ofereceu o seguinte relato:

Nasci e me criei dentro do samba de coco. Tenho 24 anos, mas sempre foram bem vividos dentro do samba de coco. Eu costumo dizer que eu sou o coco, assim como todos que o fazem, pois o coco vai além de um ritmo, ele é uma história viva e de muita força.

Meus antepassados vieram de Correntes-PE, fica próximo a Garanhuns-PE, aqui chegaram e se arranjaram e perpetuaram o samba de coco até os dias de hoje. Ivo Lopes, meu tio-avô, é o grande responsável por dar corpo e força ao samba de coco que antes era apenas palma de mão, ele acrescentou todos os elementos e ritmo, fazem assim nascer um ritmo que seria perpetuado pelos Arcoverdenses. Após a morte dele, minha avó, a mestra Severina Lopes, junto a suas irmãs Leni e Josefa, deram continuidade ao samba de coco e depois formando novos mestres, inclusive o próprio Lula Calixto. Após anos elas voltam com Coco Irmãs Lopes e outros grupos sua carreira na cidade. Eu como neto e junto à minha irmã Amanda Lopes, defendemos o samba de coco pois é a nossa verdade histórica, é quem nós somos.

Estou atualmente como vice-presidente do meu bairro onde moramos toda a família, e coordenador da aliança nacional LGBTQIAP na cidade de Arcoverde.

Sou militante negro, ativista LGBTQIAP+, umbandista e defensor de religiões de matriz afro, indígenas e cigana.

Somos o grupo que a família criou tudo.

E ao mesmo tempo, nós, sem sairmos da tradição, temos um grupo composto por pessoas da comunidade, o único grupo em que a mestra é uma mulher, o único grupo em que uma mulher toca o instrumento percussivo chamado de surdo, e um puxador de coco com apenas 24 anos, tendo seu começo com 14 anos até os dias de hoje, é abertamente gay. Já que muitos homens do samba de coco e músicas são machistas e homofóbicos. Nós somos bem empoderados por ensinamentos da mestra Severina Lopes que sempre abre a nossa mente e cuidado. (SAMBA, 2021).

Com isso, mostro como o Coco das Irmãs Lopes atua como uma célula

revolucionária dentro de uma cultura machista. Não é idade, orientação sexual ou tempo que faz um movimento manter-se respeitoso. Wenner busca cultivar o samba de coco como realmente é por dentro, mesmo frente a todas as discriminações que já passou. Essa relação entre fenômenos da cultura popular e questões de identidade é problematizada por Barroso (2019, p. 12):

Na maioria das abordagens sobre tradições, culturas populares e festas, a maneira como estes mesmos sujeitos constituem sua subjetividade e como esta afeta a própria configuração da festa, seu *modos operandi*, não tem sido a tônica predominante. Questões relativas ao gênero, à sexualidade, à raça/etnia e aos aspectos geracionais, contudo, atravessam as celebrações festivas e seus ritos de consagração coletivos.

Wenner me contou que todos os cocos de Arcoverde foram fundados pela família Lopes, pois foram eles que levaram a cultura do coco para Arcoverde. Depois da morte de Ivo Lopes, Severina Lopes e as irmãs Lopes, que sempre estiveram comele, continuaram brincando coco com Lula Calixto e com os irmãos Calixto. Todos eles fundaram o grupo Raízes em 1993, e em 1999 aconteceu um afastamento por motivos pessoais entre a família Lopes e a família Calixto. As irmãs Lopes, então, continuaram seu grupo somente como “as irmãs Lopes”.

O grupo *Samba de Coco das Irmãs Lopes* tem um museu, que foi fundado em 2002 pelas irmãs Lopes em memória de sua família. Esse museu foi iniciado com os objetos que a família Lopes tinha guardado, como, por exemplo, o primeiro ganzá que foi de Diego Lopes, os objetos familiares como as panelas de barro com que elas cozinhavam, e os troféus, arquivos em fotos, documentos, etc. O museu não só contém arquivos da família Lopes, mas documentos e arquivos da história de Arcoverde, como a foto de Luiz Gonzaga recebendo o título de cidadão arcoverdensedas mãos de Ivo Lopes em 1972 e o chapéu de um grande forrozeiro da cidade que foi Gildo Moreno. O museu é um grande memorial por ter um extenso acervo com os primeiros instrumentos, fotos e arquivos e a história de todo início do coco de Arcoverde.



Samba de Coco Irmãs Lopes music video – Staging Brazil

### 3.7 Coco Raízes de Arcoverde – Pernambuco



Fonte: IBGE

Fonte: IBGE - 2021

O mestre Assis Calixto conta sobre a mudança de sua família para Arcoverde:

Saindo da nossa terra do Sertão, cidade do Rio da Barra no município de Sertania, sem casa, sem direção, meu pai atrás de trabalho que a vida tava muito difícil e chegando aqui em Arcoverde ele passou uns tempo trabalhando de ajudante de pedreiro, e aí mudando a vida, foi melhorando. (LIVE..., 2021).

Mestre Assis Calixto conta que, assim como sua família, alguns Alagoanos também “arribaram” de Alagoas para Arcoverde, e esses alagoanos de sobrenome Lopes, já eram coquistas. Mais especificamente Ivo Lopes foi quem levou essa cultura do coco para Arcoverde, porque era ele quem fazia a festa de coco por lá. E chegava



noite e eles convidavam o pessoal para dançar na casa deles. Mestre Assis Calixto conta que eles chamavam sua família sempre que inventavam aquelas brincadeiras em casa. Ele conclui: “pense numa pessoa que cantava bem”. (LIVE..., 2020)

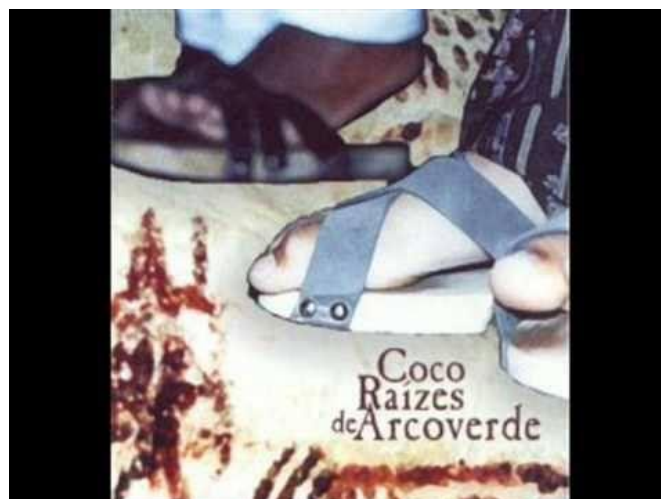
O mestre Damião Calixto conta que brinca coco desde os 8 anos; relata que naquela época ele fez um pandeiro a partir de uma lata de doce, de ferro: “Aí eu furei os buraquinho no lado, aí num tem umas fichas de garrafa, para acabar teci o aramefiz um pandeirinho comecei a tocar e aprendi com aquilo ali”. (LIVE..., 2020).



Samba de coco Raízes de Arcoverde/fonte: página oficial do Facebook

Como contam Assis Calixto e a mestra Severina Lopes, o grupo Raízes foi fundado por 3 famílias: Lopes, Calixto e Gomes. Severina Lopes conta que desde 1988 ela andava com Lula Calixto dançando coco, ensinando coco nas escolas e brincando o coco, quando em 1993 foram entrando mais integrantes como o Ciço Gomes e os outros irmãos Calixto e então eles fundaram o grupo Raízes. (COCO..., 2014).

### *3.7.1 A obra prima é a tamanca*



Coco Raizes de Arcoverde Albúm Homônimo Ano: 2000 Samba de Coco com influências de Mazurca

Assis Calixto diz que “a primeira tamanca que foi feita para dança, foi Lula Calixto quem fez”. (LIVE..., 2020) Como ele ensinava a dança do coco nas escolas, então ele achava que o sapato normal não mostrava muito bem o som do pé que ele queria mostrar, por isso ele inventou a tamanca de madeira, porque era exatamente a zoadada que ele queria que fizesse, para assim chamar atenção das crianças. E hoje quem continua produzindo essa tamanca e produz para vários lugares do mundo é Assis Calixto. Ele conta que na Europa ele deixou 60 pares.

Hoje, a fim de espalhar ainda mais essa cultura, como um ato de resistência, Assis produz essas tamancas no meio de uma praça. “Trabalho sempre por aqui porque tem muita criança, ficam assistindo, ficam por aqui olhando e quando tem muitos aqui, aí eu sorteio um par de tamanco a quem dança melhor, faz parte da coisa,né”. (LIVE..., 2020). O que eles fazem é para que o coco não tenha classificação de idade, como encontramos na fala de Ayala:

Quando os cocos são tidos como dança de velhos, fica difícil a reprodução do sistema cultural; se os jovens não participam, continuamente, de alguma forma (aprendendo a dançar, a cantar, a tocar), prejudica-se a continuidade da manifestação. (AYALA, 2000. p. 37).

Na coreografia, antes se sapateava só os passos chamados de parcela e trupé. Com o tempo, o grupo foi inventando outros passos e acrescentaram o trupé cortado e o trupé de resposta.

### 3.8 Coco do Iguape – Ceará



Fonte: IBGE - 2021

No dia 28 de maio de 2020, por meio de uma conferência virtual, Klevia Cardoso realizou uma palestra na disciplina de Etnocologia, ministrada pela professora Lidia Olinto na Faculdade Dulcina de Moraes. A mim, coube a tarefa de convidá-la. Neste dia, a mestra do Coco de praia do Iguape nos apresentou detalhadamente seu grupo. A região do Iguape fica localizada no município de Aquiraz, que se situa na costa leste do litoral cearense. Sua sede está distante 27km de Fortaleza. A palavra Aquiraz vem do tupi e significa “água logo adiante”. A vila de pescadores chamada Iguape, que na língua Tupi significa cotovelo, é muito próxima de uma comunidade indígena chamada Cacique Canindé, em que a cacique é mulher.

Klevia relata que a comunidade em peso se encontra e se identifica na cultura do coco. A Dança de praia original do sertão do povo cearense é um sapateado dançado há gerações pelos seus antepassados. Seus costumes e suas tradições são cultivados até os dias de hoje, mantendo a originalidade desse povo. A dança é envolvida pelo som do cajón, que é um caixote de madeira percutido. Klevia costumava dizer que a dança não é só uma dança, a música não é só uma música, e o cajón é como um coração que pulsa dentro de uma caixa de madeira.



Coco do Iguape/fonte: Igor de Melo - 2016

O coco de praia do Iguape, com o mestre Chico Casueira, traz, como diferencial, suas emboladas, que expressam a vida do seu povo e do seu cotidiano eo seu sapateado forte e quente. A célula do coco é mantida originalmente.

Klevia fala sobre a garra e a força que ela sente ao sapatear: “é meu alicerce da vida e é isso que me mantém saudável, sinto razão e alegria de viver, o coco metraz energia.” (palestra de 28 de maio de 2021).

A comunidade do Iguape vive diretamente da pesca, por ser uma vila de pescadores. Com isso, ela conta como o coco do Iguape se origina das cantigas e danças que surgiram enquanto se esperavam as pessoas voltarem do mar. Ou seja, por mais que a ligação com o ritual religioso não seja tão evidente, podemos notar uma ritualidade nesse sentido de uma dança-prece com essa espera, rezando e pedindo para que tudo fique bem, para que as águas do mar e Yemanjá tragam de volta os pescadores para a beira da praia. Klevia falou que o coco do Iguape começou com ela dançando coco na beira do mar esperando seu pai que era pescador, com sua mãe, que era rendeira, e com as esposas dos pescadores que se juntavam para esperar que voltassem do mar. Quando eles chegavam, todo mundo dançava coco.É assim que fazem até hoje. A mestra relata que a vida dos pescadores não é fácil: mais ou menos 6 pescadores vão para o mar em uma jangada pequena e passam o dia inteiro no sol para buscar o sustento de suas famílias. Quando vão para o mar, ficam acenando para suas famílias e para o grupo de coco, que ficam na praia rezando para que eles cheguem bem e tragam o sustento para suas famílias.

Sobre a ligação entre coco e ritual, Alexandre L’omi L’odô fala que o coco não

tem ligação direta com a religião, embora também exista o ritmo nos terreiros. A musicalidade do gênero praticada nas ruas tem uma função essencialmente cultural. Ele conta por que esse tipo de associação acontece:

o coco, ele é essencialmente não é uma tradição religiosa, mas pode e é um ritmo religioso no momento dos rituais. Coco é por excelência a tradição junina, então é natural que dentro da Jurema os mestres, as mestras, os caboclos peçam para dançar o coco ou coco seja tocado dentro do terreiro de Jurema. (COCO, 2013).

Mesmo que nos terreiros de Jurema o coco não seja considerado estritamente um ritmo religioso, no coco do Iguape podemos pontuar essa relação ritualística como religiosidade quando essas mulheres rezam por esses pescadores junto à dança do coco, que também é dançada em comemoração à volta deles.

### *3.8.1 Guardiões da cultura*

Klevia conta da missão que é passar de forma íntegra essa tradição de pai para filho, integrando toda a família no grupo, pois não são apenas os brincantes que fazem parte do grupo, mas também suas famílias. Ou seja, se um pai que recebeu a tradição não for brincante do grupo, mesmo assim deverá passar a tradição da brincadeira para seus filhos.

Na comunidade do Iguape, a população tem a cultura do coco como ponte para a educação e para a vida em sociedade. Klevia explica que a dança do Coco de praia do Iguape não é só uma dança e não é só uma música, mas sim fala da vida desse povo, fala sobre essa terra, o território em que eles vivem. O grupo de coco realiza trabalhos nas escolas da comunidade cujo público-alvo são as crianças porque é através delas que eles irão dar continuidade a essa cultura e a essa tradição. Ela conta que essa linguagem cultural de mundo, de sociedade e de comportamento é transmitida à criança desde o nascimento. A criança então já nasce e cresce dentro dessa tradição e por isso ela já aprende a respeitar os mais velhos e se desenvolve dentro de um regime de vida mais moldado para a cultura do coco.

Eles fazem esse trabalho de identificação da cultura, apresentando suas danças nas escolas, com o objetivo de passar a tradição para as crianças. Com um trabalho muito sensível, sua missão é proporcionar que as crianças absorvam a importância das

letras, por exemplo, que saibam que mesmo sem saberem ler, seus antepassados escreveram essas canções tão bonitas. Desenvolvem esse trabalho para que essas crianças saibam valorizar seus antepassados e sua cultura, se mantenham na escola, persistam nos estudos até se formarem, e resistam na culturado coco, transmitindo-a no futuro.

Faz parte da missão do grupo extrair das coisas mais simples o que é melhor para suas crianças e seus adolescentes, e que essa troca de conhecimento e informação se dê de forma construtiva, para que esses jovens consigam superar até as dificuldades, encará-las também de uma forma boa. O trabalho do grupo também serve para mostrar a importância da irmandade que há entre os membros da comunidade, para que desde pequenas essas crianças olhem para as pessoas e foquem em enxergar as coisas boas da vida e o que as pessoas têm de melhor. Comodizem Ayala & Ayala:

Em um ambiente de carência onde faltam condições financeiras, soluções para problemas de saúde, educação, moradia e emprego, paralelamente, sobra e é esbanjada uma riqueza em termos de auxílio mútuo, solidariedade, companheirismo nas horas de dor e de alegria. Esta alternância entre carência e abundância, entre o que falta e o que sobra nem sempre resulta em tensão explícita pela palavra. Esta solidariedade muito grande, fundada em vida comunitária com fortes laços de afetividade que se constrói no dia-a-dia difícil, no mutirão cotidiano da vida em que “uma mão lava a outra”, é responsável pela força que supera as dificuldades e refaz o ânimo através da alegria dos momentos festivos em que se dança, em que se ri, em que se diverte para agüentar as dificuldades de sempre (AYALA&AYALA, 2000, p. 39).

Klevia me contou que em sua comunidade, apesar da carência material, as pessoas vivem em comunhão, umas ajudando as outras, e esse grupo de coco aproxima ainda mais os integrantes da comunidade.

### 3.8.2 *A farda*



Coco de Praia do Iguape do Mestre Chico Casueira – Encontroteca

A farda é uma característica marcante do grupo. Nas falas de Klevia Cardoso, esse elemento é mencionado de forma recorrente, o que indica sua importância para o Coco do Iguape. Na conferência, a mestra explicou detalhadamente o processo de confecção dessas vestimentas:

Os tecidos de algodão cru, material que vem das velas da jangada, são tingidos em diferentes cores. Para a cor marrom, o tingimento é feito com a casca do Pau Furado e do Cajueiro; para a cor azul, é feito com azeitonas azuis; para o tom de bege claro, utiliza-se o chá de camomila.

O processo de tingimento começa desde o momento que eles vão à mata, extraem a casca do Cajueiro ou do Pau Furado, levam para casa, colocam para secar ao sol e aí sim começa o processo para extrair a tinta propriamente dita. Depois de secas, as cascas são trituradas e cozidas para se transformarem em tinta quando se solta o óleo dessa madeira na panela. O líquido é coado e despejado em uma tina. Antes de colocarem as roupas na tinta, é preciso primeiro lavá-las para tirar a goma do tecido e só depois as roupas serão tingidas.

Depois de um período de molho, as roupas são estendidas no varal até secar. Esse processo é repetido até que o tecido escureça na cor que se deseja. Cada vez que se tingir, a roupa fica escura, mais pesada e mais grossa, parecendo um couro.

Klevia diz que o grupo dança apenas com essas fardas, mesmo sob o sol escaldante e na beira do mar. Ao fim do ensaio, os integrantes pulam no mar com as roupas para se refrescarem e iniciarem a lavagem das peças para a próxima dança.

#### **4 A DISCRIMINAÇÃO QUE O COCO SOFRE**

Há um padrão de se olhar para o coco como um fenômeno marginal. Podemos dizer que ele sofre a mesma discriminação dos fenômenos religiosos de matriz africana, até porque muitas vezes é visto como “música de terreiro”.

Wenner Lopes me conta que o coco não é reconhecido como patrimônio imaterial. “Nós já tentamos, lutamos, correndo atrás, mas não deu certo do coco ser reconhecido como patrimônio tombado, a gente tem toda a documentação para que ele tenha reconhecimento, só que o governo ainda não reconhece o coco como patrimônio.” (conversa de 12 de julho de 2021).

Como membros menos favorecidos da sociedade, os coquistas alegam sofrer preconceito, seja por intolerância religiosa ou racismo, o que é relatado por Bete de Oxum do coco de umbigada no Bairro de Guadalupe, em Olinda, região metropolitana do Recife. Contesta a discriminação que acontece até os dias de hoje com a ação da polícia que violentamente chega para acabarem com o brinquedo:

Tem que entender a simbologia, o estado ele vive em função do cristianismo e pronto, os símbolos, todos os símbolos republicanos vem com uma cruz, então é uma negação do princípio, é um racismo constitucional impregnado na alma do estado brasileiro. (COCO..., 2020)

Conversando virtualmente por meio da plataforma do Instagram com Camila Dark no dia 21 de junho de 2020, a percussionista e cantora de Brasília, integrante dos grupos de coco de Brasília *Filhas de Oyá* e *Batida do Contorno* e instrumentista da mestra Martinha do coco relata. “Minha visão é que assim como o *hip hop* as culturas tradicionais do Nordeste com matrizes afro-ameríndias ainda têm uma resistência muito grande no DF. Me sinto marginalizada, mesmo fazendo cultura brasileira.” Assim como Ayala e Ayala afirmam

o que ocorre com a brincadeira do coco e com outras manifestações culturais populares, e em particular as afro-brasileiras, é que muitas vezes elas são pouco visíveis, mesmo quando realizadas nas ruas e praças; ou então são ignoradas, consciente ou inconscientemente, apesar de ocuparem locais públicos e serem bastante visíveis — e audíveis. É essa invisibilidade ou recusa a ver e ouvir que propicia, com muita frequência, o surgimento daqueles que acreditam no



desaparecimento desta ou daquela prática popular e, conseqüentemente, na urgência de se fazer o seu resgate (AYALA&AYALA, 2000, p. 14).

No estudo do coco realizado por Mário de Andrade, podemos notar espetacularidades brasileiras. A atitude de classificá-las como Folclore, porém, que estudiosos como Mário de Andrade e Câmara Cascudo tiveram, com a intenção de estudá-las mais a fundo, revela-se eurocêntrica, pois Folclore em inglês significa o que vem do campo. Assim, estabelece-se um corte profundo entre o urbano e o rural, criando a impressão de que elementos culturais de origem rural não podem ser encontrados na cidade.

Isso é problemático porque, então, o que é popular? Quando vamos a um bairro onde moram pessoas ricas, podemos ouvir várias músicas que também sofreram perseguição por serem consideradas músicas da ralé, de extratos ‘inferiores’ da sociedade. Podemos tomar como exemplo os ritmos que se tornaram populares na indústria cultural como forró, samba, sertanejo, funk, rap... que sofreram perseguições como a capoeira sofreu, o samba sofreu, etc., e o funk e o coco sofrem nos dias de hoje.

A cultura popular não é sinônimo de rural. Mas historicamente ela era chamada de folclore, depois passou a ser chamada de “manifestações populares” ou “cultura popular”. Fazer essas classificações é uma coisa eurocêntrica que vem da cultura ocidental porque na Europa o folclore vem de *folk*, que em inglês quer dizer pessoa do campo.

Ligado a isso, Silvero Pessoa diz que a transformação da música tradicional em estilos musicais das novas gerações é, hoje, algo universal. Para ele, considerar a música popular como um fenômeno regional, ligado a uma determinação geográfica, distancia essa música do grande eixo da indústria musical. Precisáramos, de acordo com seu pensamento, ver o regional como potencialmente planetário. (COCO..., 2013).

O coco pode não estar tão presente na produção musical brasileira de forma explícita, mas de alguma maneira, assim como Jackson do Pandeiro menciona, falando que “tudo tem coco”, ele pode ser considerado a célula precursora de vários ritmos brasileiros, como o samba, o frevo, o baião, o forró, talvez o maracatu, e o próprio funk, hoje um dos ritmos que domina o cenário do mercado musical em nosso país. Então, por nossa ignorância sobre esse ritmo, a gente não consegue reconhecer o coco, mas ele está presente em vários ambientes da sociedade através dos estilos gerados a partir de sua

célula básica.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o Eurocentrismo (euro = Europa, centrismo = centro, ou seja, Europa no centro), sofremos uma colonização do pensamento que resulta em nosso hábito, como brasileiros, em não enxergar o Brasil com as lentes que vêm do próprio Brasil. Nós, brasileiros, temos a mania de valorizar a cultura que vem de fora em detrimento de nossa própria riqueza cultural e deixamos por exemplo, de valorizar a cultura que temos aqui desde Pindorama. Esses hábitos refletem-se em nossos discursos e escolhas teóricas, assim como em nossa abordagem da arte e da cultura.

Penso que os agentes históricos não europeus precisam ser recuperados, pois nos livros didáticos começamos o estudo da História Brasileira só a partir de 1500. Nosso estudo da História baseia-se nos grandes eventos ocorridos na Europa e não inclui os eventos de outros continentes. Aqui na América não vivemos a Idade Média europeia, mas estudamos sobre ela. Nossa linha do tempo começa com as grandes navegações e muitas vezes não investigamos os fatos que ocorreram anteriormente. Ou seja, ignoramos os 50 mil anos de história vividos antes da chegada de Pedro Álvares Cabral em nosso litoral.

Isso não é culpa de quem agora está resistindo e visibilizando essas histórias e sim de uma colonização que acontece há séculos. Existem vertentes que vêm trabalhando para romper essas condições. Por exemplo, há a lei que exige o estudo da cultura afro-brasileira nas escolas, assim como o trabalho de pesquisadores que vêm desconstruindo termos que refletem uma visão eurocêntrica do mundo e estão — devido a esse trabalho — caindo em desuso (como a expressão ‘descobrimento’ do Brasil). Como parte desse movimento de mudança de uma mentalidade colonizada e, especialmente, eurocêntrica, temos os desenvolvimentos das várias etnociências e da Etnocenologia, que busca articular, na interseção dos vastos campos do conhecimento das ciências e das artes cênicas, as teorias e as práticas dos espetáculos, a criação e a crítica. A Etnocenologia é a ciência da cena que quer olhar para cada cultura colocando a todas em pé de igualdade e não impondo os conceitos a ótica da cultura dominante para uma cultura não hegemônica. Enquanto trabalhava nesta pesquisa, cursei a disciplina ‘Etnocenologia’ ministrada pela professora Dra. Lidia Olinto na FADM.

Pretendo continuar meus estudos nessa área porque considero que minha pesquisa pode se enriquecer grandemente a partir do olhar da etnocologia.

Concluo dizendo que escrevi esse trabalho de conclusão pensando que ele poderia ser mais um meio de combate ao eurocentrismo e ao etnocentrismo. E que esse trabalho foi desenvolvido para que eu pudesse adquirir um conhecimento necessário para transformar uma pesquisa em ensino, pois aquilo que ensinamos e aprendemos nos bancos escolares se origina da investigação científica, artística ou filosófica.

Pretendo continuar esse movimento de pesquisa, na forma de pós-graduação ou outras, a fim de transmitir as informações e vivências que obtive sobre a espetacularidade do coco. Considero ainda que essa pesquisa — tanto a que está registrada aqui como a que ainda será realizada — tem uma utilidade pública e pode contribuir grandemente com o trabalho realizado por mim e por outras licenciadas e licenciados no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

89ª APÓS Explorações - Seminário Leda Maria Martins: Performances do Tempo Espiral. Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPG-CEN). Universidade de Brasília. Brasília-DF. Mediação: Beth Lopes (USP). 2021. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=fXuXKjOU8IA&t=2415s>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ALVES, Castro. **O Navio Negroiro**. [s/l, s/d]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ANDRADE, Mário de. Os cocos. 2. ed. Organização e notas de Oneyda Alvarenga. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

AULA de coco 01 com Bilu de Campina. Produção: Programa Diversidade, 2009. Tv Itararé. Campina Grande-PB. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=QvoSOdigkyw>. Acesso em: 23 maio de 2021.

AYALA, Maria Ignez Novais. Os cocos: uma manifestação cultural em três momentos do século XX. **Revista de Estudos Avançados**. vol.13 n.35, São Paulo Jan./Apr. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000100020>>. Acesso em: 27 maio 2017.

AYALA, Maria Ignez Novais; AYALA, Marcos (Orgs.). **Cocos: alegria e devoção**. Natal: EDUFRN, 2000.

BARROSO, Hayeska. A produção do gênero na/da cultura popular. **Caminhos da História**, v. 24, n. 1, jan./jun.2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/2593/2597>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRINCANTE em casa côco de Roda 1com Rosana Almeida. Produção: Instituto Brincante, 2020. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=ivHvacx4zkw&t=88s>. Acesso em: 25 de junho de 2020.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro, 1972.

COCO é samba. Samba na Gamboa. Produção: Tv Brasil, [s/l], 2013. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=T3aD-tsblQA&t=1049s>. Acesso em: 11 de jun. 2021.

COCO não é cocada (Arcoverde) Passupreto Imageria. Documentário sobre o Côco. Direção: DJ Xandomnauta, 2016. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=mHAEFVqAEWU&t=1718s>. Acesso em: 16 mar. 2021.

COCO: a resistência e autoestima de um povo. Produção e Redação: Marcela Souza. Universidade Católica de Pernambuco, 2020. Disponível em: [https://m.youtube.com/watch?v=84GYNwVdI\\_M&t=49s](https://m.youtube.com/watch?v=84GYNwVdI_M&t=49s). Acesso em: 15 de mar. 2021.

CÔCO de Zambê. Produção: TV Belo Jardim. Belo Jardim-PE, 2017. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=cS1g1u6sBRU>. Acesso em 26 de maio de 2020.

DANÇA Brasileiras - Coco de Zambê. Canal Futura [20--] 1 vídeo [12min48s]. Postado pelo canal Fernando Cirino em 2 ago. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=whL9JxApS7Q>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DANÇA Brasileiras – Coco Alagoano - #Brincanteemcasa. Direção de Belisário Franca. Instituto Brincante, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qAPLndgxGu4>. Acesso em 10 jun. 2021.

DESMUNDO. Direção: Alain Fresnot. Brasil, 2003. Disponível em: [https://m.youtube.com/watch?v=oxQe\\_BeRba0](https://m.youtube.com/watch?v=oxQe_BeRba0). Acesso em 11 out. 2019.

DOC SAMBA de coco. Diretora: Gabriela Caldas. TV Aperipê, 2013. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=5GBmcYqn3ik&t=731s>. Acesso em: 01 maio 2020.

DOCUMENTÁRIO coco de roda novo do Quilombo. Direção: Ronny Britto, 2018. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=wBMEaLpBahU&t=37s>. Acesso em 13 de junho de 2021.

DOCUMENTÁRIO Memória do Coco de Praia do Iguape com Mestre Chico Casueira. Direção: Kelly Brown. Caldeirão das Artes, 2021. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=HThd5uj96E&t=562s>. Acesso em 17 de maio de 2021.

FONTE FILHO, Carlos da. **Espetáculos Populares de Pernambuco**. Recife: Bagaço, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 481 ed. São Paulo: Global, 2003.

GASPAR, Lúcia. J. Coco (dança). Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009.

JACKSON do Pandeiro - CHICLETE COM BANANA. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=xSaUQV5lmfg>. Acesso em: 06 de setembro de 2018.

LARAIA Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14.ed. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Ed., 2001.

LINS, Cyro H. de Almeida. **O Zambê é nossa Cultura**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

LIVE de São João. Coco Raízes de Arcoverde. Diretora: Aura Gabriela, 2020. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=aw4wUVqgEfo&t=5125s>. Acesso em 24 de julho de 2021.

MAIA, C. E. S. Ensaio Interpretativo da dimensão espacial das festas populares: proposições sobre festas brasileiras. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 191 - 218

MASULLO, Alessandra Sávia da Costa. **Na pisada feminina do coco cearense: saberes, lutas, batuques ancestrais e contemporâneos**. 2015. 101 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 2015.

MESTRE VERDELINHO. Acervo A Barca. Produção: Projeto Turista Aprendiz. Programa Petrobrás Cultural, 2005. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=jZNRq3xRYZ8>. Acesso em: 09 jun. 2021.

MOJUBÁ 1 Ep. 01: Origens. Canal Futura, 06 de julho, 2015. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=mpjxTzsQfQk&list=LLiQkOVEvLy59MtweQQey6Eg&index=136&t=979s>. Acesso em: 05 mar. 2021.

NILTON Júnior, do Coco de Toré. Pandeiro do Mestre. Direção: Renato Barros Estúdio: Skill. Recife-PE. Disponível em: <https://m.youtube.com/watch?v=uZMOgJkeLB0&t=2431s>. Acesso em 19 maio 2021.

RAMOS, Arthur. **O folclore negro do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

**Capítulo 8 - DOI:10.55232/1085002.8**

## **SIMULAÇÃO DA OPERAÇÃO NOS PÁTIOS REGULADORES**

**Murilo Tavares Palos, Bruno dos Santos Brito, Daniel Evaristo dos Santos, Wagner Bastos dos Santos, Cirillo Moreno Tavares Palos, Marcos Vinícius Henrique da Silveira**

**RESUMO:** O transporte de carga, assim como o restante dos aspectos referentes ao sistema de transporte na Região Metropolitana da Baixada Santista, é tema de muitas abordagens acadêmicas e profissionais. Muitos estudos, porém, são em questões específicas. Visam identificar, isolar e propor soluções para gargalos particulares e pontuais. Claro, há tentativas na intenção de agregar meios para elaboração de projetos que deixem de lado a visão simples dos problemas do sistema de transporte da Baixada Santista e possam tratá-los como um problema único. A dificuldade é que, a identificação do transporte de carga na Baixada Santista como único, depende diagnosticar em conjunto os aspectos econômicos, institucionais, administrativos, tecnológicos e operacionais. Uma dessas tentativas para tentar visualizar de forma mais integrada os problemas logísticos da Baixada Santista foi a implementação de um terminal regulador de caminhões na região de Cubatão, tema desse trabalho. A segunda frente tem como objetivo proporcionar ganhos territoriais ao Porto de Santos. Com a grande maioria de seus terminais com capacidade máxima, sem disponibilidade de espaço físico que possibilite uma operação logística eficiente, o Porto de Santos, em eterna e intensa luta contra o ambiente urbano dos municípios que o cercam, busca, desesperadamente por novas áreas para armazenagem. A intenção do terminal regulador é criar um “pulmão” e contribuindo com a manutenção da área contígua ao cais.

**Palavras-chave:** Simulação. Pátio. Caminhão.

## **1 INTRODUÇÃO**

Dentro dos aspectos logísticos da cadeia de suprimentos, as cargas se encontram sempre em movimento do início até o fim do ciclo produtivo. Dentro desse processo logístico, a carga se desloca envolvendo vários transportes e passa por diversas etapas documentais, com exigências legais e alfandegarias. Todo despacho que envolve essas operações, oneram com taxas, adicionais ou custos extras, de acordo com o tipo de processo e contrato de venda em que a mercadoria está designada.

Como estudado por Gobbetti e Schwenck (2017) “É notável que grande parte dos sistemas logísticos e integrados a formulação dos serviços tem como grande desafio os gargalos, que nada mais são do que falhas de processos onde estes conseguem atrasar e muito os processos como um todo”, assim prejudicando o rendimento e produtividade das empresas do setor estudado, com uma logística aplicada para melhoria do transporte rodoviário com o auxílio de sistemas informáticos e suporte de recursos como um pátio regulador para o controle do fluxo de caminhos nas rodovias o processo de transporte tende a fluir de maneira mais contínua e suave assim minimizando os gargalos e otimizando o processo como um todo para que a produtividade das empresas do setor portuário não seja comprometido e assim possa a haver um melhor índice de produção e menos recursos gastos pelas empresas consequentemente melhorando o faturamento das empresas do setor.

Segundo Gobbetti e Schwenck (2017) “Tendo em vista o estudo direcionado para a resolução dos problemas apresentados pelo artigo é visível o grande impacto que o sistema pode apresentar ao longo de um dia cheio de movimentações e funções dentro da empresa”, o impacto desses gargalos se tornam ainda mais visíveis com a utilização do *software* ARENA, onde tornasse possível um estudo mais aprofundado dos gargalos, já que tendo-se posse dos dados reais de tempo de movimentação, quantidade de entidades que serão estudados e o número exato de processos que serão abordados tornara-se visível os pontos onde existem gargalos e assim tornando possível um estudo focado nas processos chaves que precisarão ser otimizados para que o processo de transporte como um todo pare de ser afetado pelos gargalos que antes não eram visíveis ao gestores do processo.

Em algumas situações, é necessário transferir a mercadoria em um pátio regulador, assim gerando um trânsito. De acordo com o estudo envolvendo o trânsito e o *Software* ARENA em sala de aula, esse projeto visa simular uma operação de trânsito no pátio regulador de um operador portuário para um porto seco e identificar o gargalo de acordo com os dados apresentados. Não menos importante, serão brevemente analisados os principais elementos e critérios envolvidos na operação do pátio regulador. Dessa forma, as empresas conseguem administrar melhor os custos, conectando estrategicamente o nível de serviço ofertado ao cliente, tendo assim uma melhor aproveitamento dos recursos disponíveis a empresa e consequentemente obtendo um lucro mais consistente assim podendo investir em mais tecnologia e mais recursos para melhor atender os seus clientes, melhorando sua visibilidade e atratividade perante empresas que precisem fazer a utilização dos serviços prestados pelas empresas ou até mesmo pelo porto em questão.

### **1.1 OBJETIVO GERAL**

Definir e analisar os procedimentos padrões da operação dos Pátios Reguladores e identificar onde estão os possíveis gargalos do pátio regulador para reduzir congestionamento nas rodovias.



## 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar e identificar os principais órgãos e operadores envolvidos na operação de trânsito aduaneiro;

Simular no Software Arena uma operação de trânsito aduaneiro e identificar o principal gargalo no processo, de acordo com os dados estabelecidos


## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para FLEURY, WANKE e FIGUEIREDO (2003) a junção de outros cenários de excelência logística, significa desenvolver relações cooperativas com os diversos integrantes do processo. A junção externa permite eliminar duplicidades, reduzir custos, acelerar o aprendizado e customizar serviços.

Segundo Araujo (2009) " Se a meta de uma empresa é o lucro, ela é produtiva quando conquista a sua meta" e também Araujo (2009) " O aumento da produção em um recurso gargalo possibilitava aumentar o desempenho de toda cadeia de manufatura ou serviços". Sendo assim é imprescindível a argumentação sobre esses problemas que os gargalos causam e conseqüentemente por sua vez a perda de lucratividade da empresa, podendo afetar os processos futuros como um todo, pois como a lucratividade da empresa estará aos poucos sendo comprometida os processos e recursos da mesma tende a se tornar limitados e podendo conseqüentemente acarretar em mais gargalos no processo podendo chegar ao ponto de que seja inviável manter a função ou setor em funcionamento assim tornando-se imprescindível o estudo e a resolução de gargalos o mais breve possível para que os processos e recursos da empresa parem de ser gastos de maneira errônea e desnecessariamente e possam ser futuramente utilizados de modo mais logístico e focado no investimento e melhoria dos processos já existentes, visando sempre uma imagem de excelência perante o setor onde exerce suas funções assim se tornando mais competitivo e competente em seus processos.

Figura 1- Teoria das Restrições

A TEORIA DAS RESTRIÇÕES EVIDENCIAVA QUE:



- A competitividade de uma organização está associada às ações dos gestores para a realização de metas sempre com menos recursos. Com essa filosofia gerencial era possível superar os concorrentes.
- Era preciso identificar os recursos gargalos que afetavam os fluxos de fabricação ou serviços e propor soluções imediatas. Era condição "sine qua non" para a sobrevivência das organizações.
- Após a solução do problema de um recurso gargalo, os gestores deveriam identificar outro fator restritivo e propor alternativas compatíveis.

Fonte: ARAUJO (2009)

## 3 JUSTIFICATIVA

Apesar do trânsito aduaneiro ter um percurso curto entre a maioria dos terminais, ele precisa ser checado em cada ponto da operação para evitar falhas e gerar custos extras com excesso de tempo de espera.

## **4 METODOLOGIA**

Pesquisa científica, exploratória e bibliográfica, e informações em artigos e/ou sites de órgãos relevantes ao porto, a fim de realizar uma simulação no Software Arena®.

Para MARCONI (2010), a pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa

## **5 PÁTIO REGULADOR**

A utilização de pátios reguladores é apontada pela Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP) como uma saída para minimizar os impactos do deslocamento da safra agrícola pelo Porto de Santos nas cidades da Baixada Santista. A ideia é segurar o grande fluxo de caminhões que vão em direção aos terminais graneleiros antes dos veículos descerem a Serra, para evitar congestionamentos nas estradas que atendem os municípios da região (CODESP, 2016).

Conforme a regra da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), por exemplo, caminhões com grãos terão de necessariamente passar por esses bolsões de estacionamento e permanecer lá até que haja vagas para descarga nos terminais do cais santista (CODESP, 2016).

Conforme MONTEIRO (2015), os pátios reguladores são localizados na Baixada Santista (Cubatão-SP) aproximadamente 20km dos terminais do Porto de Santos Iniciativas de esforços coordenados para que o escoamento da safra sucedesse sem os transtornos ou impactos negativos na relação Porto-Cidade

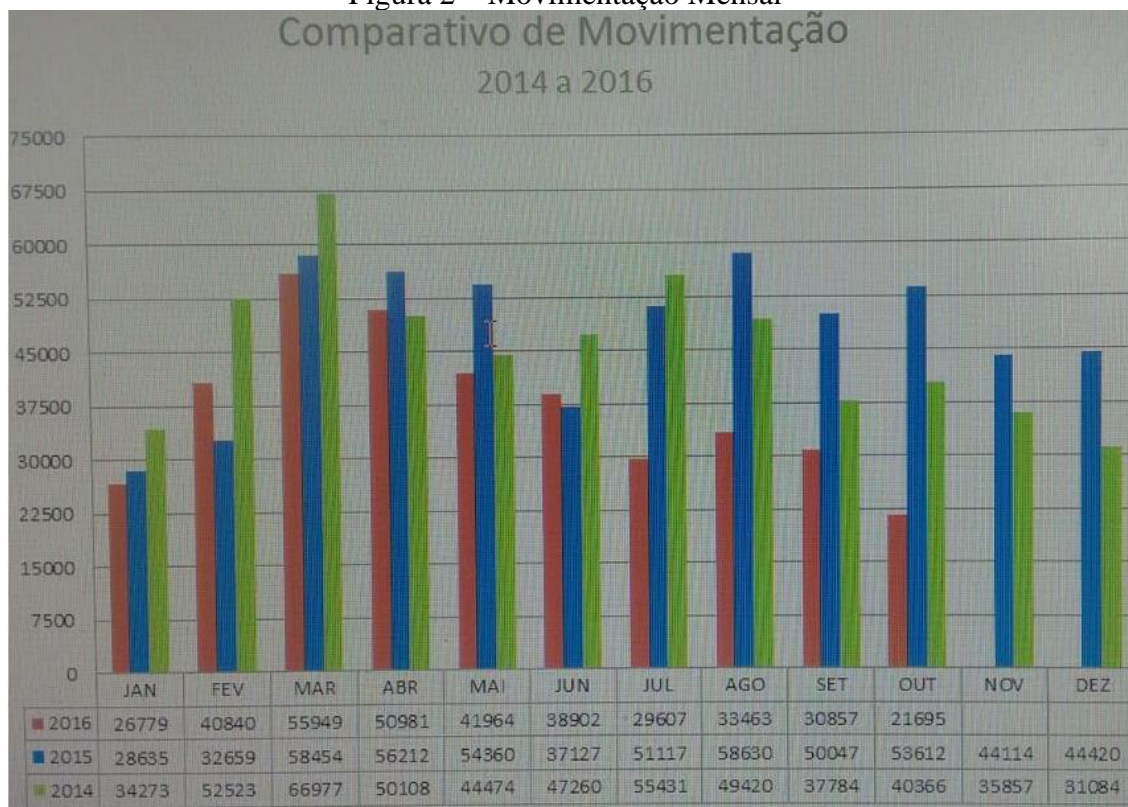
O nome Pátio Regulador não é só um estacionamento, pois não se trata somente de um ponto para estacionamento de veículos e sim um local que sirva de “pulmão” para o Porto, tirando os caminhões estacionados nas vias e mantendo a fluidez do tráfego (PEREIRA, MAIA e PEREIRA 2005)

Segundo o regimento geral do pátio regulador da CODESP (2016) dentre outros serviços mínimos que os pátios devem ter de ser murado, com altura mínima de 2 (dois) metros, ter vias de circulação com pavimentação dimensionada para tráfego pesado, com drenagem pluvial e dotado de iluminação e instalações sanitárias adequadas, comprove a posse de área superior a 50.000 (cinquenta mil) m<sup>2</sup>, com disponibilidade mínima de 400 (quatrocentas) vagas.

## **6 DESENVOLVIMENTO DA SIMULAÇÃO**

Para a simulação no software ARENA®, foi utilizada como base a operação de chegada de caminhões para o Porto de Santos com passagem obrigatória no Pátio Regulador. Nesse caso utilizamos como fonte uma pesquisa de campo no Pátio Regulador ELOG Cubatão e utilizando informações da figura 2 a seguir, colhidos entre os anos de 2014 e 2016.

Figura 2 – Movimentação Mensal



Fonte: ELOG – Cubatão, 2016

## 6.1 ROTINA DA MOVIMENTAÇÃO DO PÁTIO

Os caminhões agendados descem a serra com destino ao porto de Santos e fazem uma parada no pátio regulador Elog (Cubatão) onde esse se dá acesso pela rodovia Cônego Domênico Rangoni. A entrada é feita pelos 6 gates de entrada onde o motorista é encaminhado para o lugar reservado no pátio de acordo com a sua mercadoria. Depois o caminhão é encaminhado para as instalações do terminal onde será feito o registro e cadastro de nota, gerando presença do motorista no local ao qual iniciará o laytime com tempo de médio de 6 horas de permanência que aguardará pela liberação do cliente para assim poder se dirigir aos gates de saída com destino ao Porto de Santos.

## 6.2 O SOFTWARE ARENA®

O Software ARENA foi criado em 1993 pela empresa americana Systems Modeling e foi incorporado pela empresa Rockwell Software em 1998. O ARENA® “visualiza o sistema a ser modelado como constituído de um conjunto de estações de trabalho que contém um ou mais recursos que prestam serviços a clientes (também chamados de entidades ou transações), que se movem através do sistema” (PRADO, 2014)

Através do ARENA, é possível apontar todos os envolvidos em um processo de acordo com a situação a ser analisada, identificar em qual parte deste processo há um gargalo e assim gerar um cenário otimizado com base no relatório que o sistema gera. Para isso, é necessário inserir etapas do processo, números que expressam quantidade e tempo: funcionários,

maquinário, veículo transportador, jornada de trabalho, quantidade de produtos e processos de fabricação são alguns exemplos que podem ser inseridos no software.

Segundo Gobbetti e Schwenck (2017) “As listas de resultado que são geradas pelo Arena têm diversos fatores interessantes tais como o processo gerencial de quanto tempo cada operador leva para executar as operações e até mesmo os tipos de informações de quantidade de filas em cada uma das pontas do processo”, tendo em vista um processo de grande escala isso é muito importante já que muitas das operações contam com diversos operadores e este é um dos grandes pontos positivos do programa.

Tendo em vista a importância do processo de utilização do Arena para simulações de grande porte, podemos citar Neto & Pinto (2004) que fizeram uma análise de transporte e carregamento de uma mina de céu aberto.

Arena surgiu em 1993, da junção de dois outros programas denominados SIMAN e CINEMA. Segundo Prado (1999), o SIMAN é uma linguagem de simulação e, em 1983, deu nome ao primeiro programa de simulação para computadores pessoais (PC). O CINEMA foi o primeiro programa para animação de simulação em PC e surgiu em 1984. O Arena é um ambiente gráfico integrado de simulação, que contém todos os recursos para modelagem, animação, análise estatística e análise de resultados. O Arena usa a abordagem por processos para execução da simulação. (Neto & Pinto, 2004)

O programa tem condições de conseguir analisar a capacidade produtiva e quais operadores e recursos tem maior dificuldade de executar sua tarefa, assim terminando em uma análise de tempo que pode ser modificada para que os mesmos tenham melhor aproveitamento da produtividade de resultados dentro do processo geral, assim tendo uma visão ampla e dinâmica do processo como um todo facilitando o estudo dos processos e recursos com gargalos comprovados pelos relatórios da simulação que possui os dados de tempo de movimentação real que ocorre entre os processos, tempos reais da utilização dos recursos nos processos e sua esperar até ser “atendido” pelo sistema.

### **6.3 SIMULAÇÃO DO PÁTIO**

Foi utilizado como base de simulação as movimentações no pátio no mês de março de 2014 e mês de março de 2016.

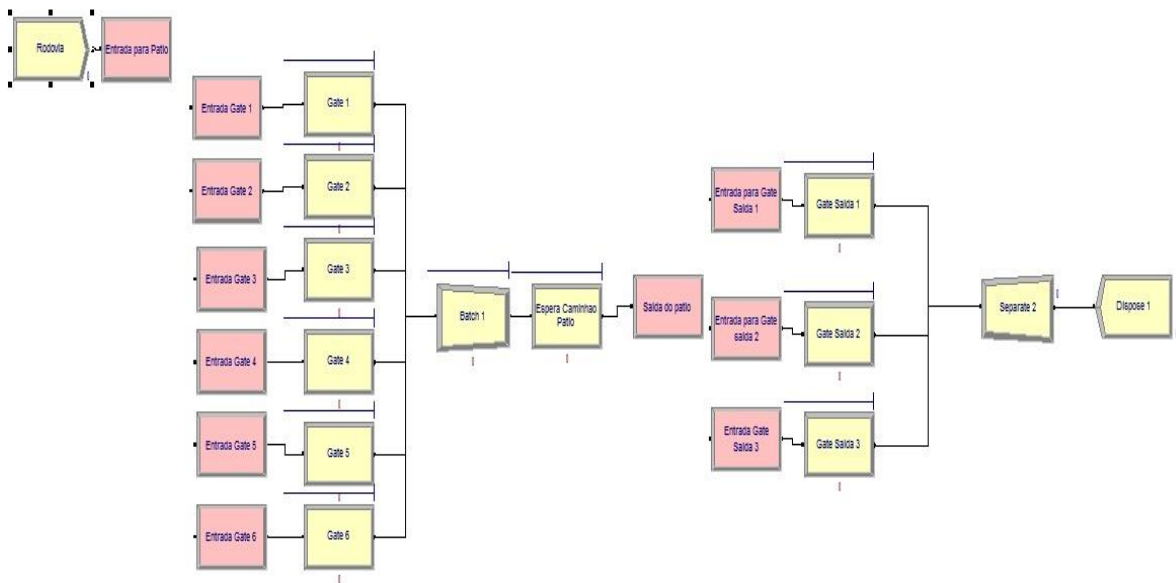
Para a simulação tivemos que trabalhar com os números reduzidos por conta do limite do software utilizando apenas 1/3 da capacidade do pátio.

Com dados da movimentação do mês de março de 2014 observamos que o terminal passou do limite da sua capacidade assim criando um gargalo no pátio e rodovia.

Com dados da movimentação do mês de março de 2016 observamos que o pátio conseguiu suprir a demanda de caminhões.

O processo do começo ao fim pode ser visualizado conforme figura abaixo, de acordo com o software:

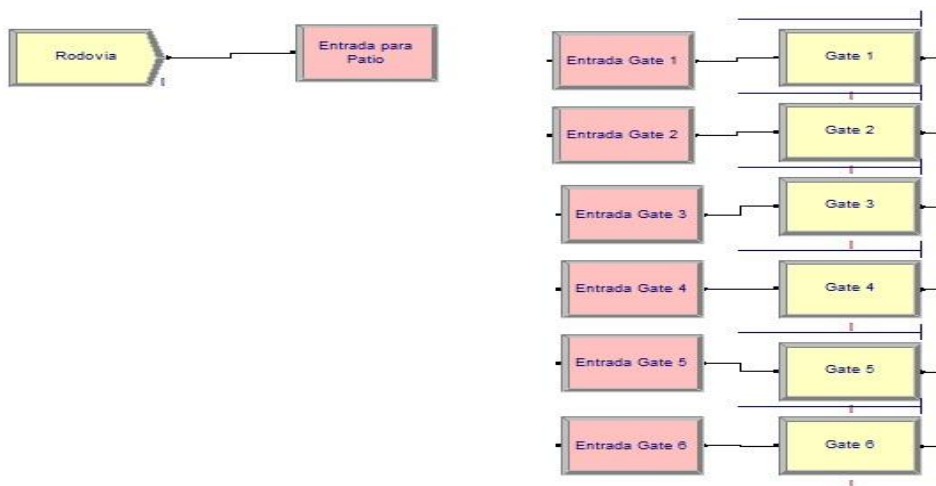
Figura 3 - Simulação do processo no Software Arena®



Fonte: Software Arena®

De acordo com os dados propostos, vemos que o possível gargalo estaria no número de *gates*.

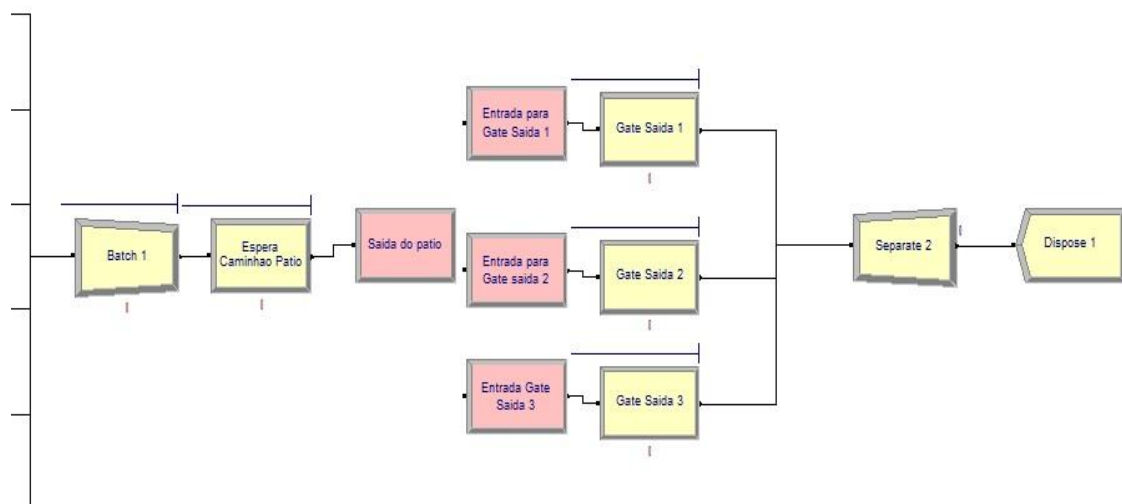
Figura 4 – Número de Gates de Entrada



Fonte: Software Arena®

Ao consultar o relatório de filas no processo, é possível observar que o maior tempo de espera na fila está nos gates de saída.

Figura 5 – Número de Gates de Saída



Fonte: Software Arena®

A seguinte imagem mostra o resultado do processo de saída dos *gates* ao fim do simulado.

Figura 6 – Relatório março de 2014



Fonte: Software Arena®

Na figura 07, observa-se um resultado menor ao anterior mostrando os efeitos desejados das novas alterações nos processos de saída dos gates.

Figura 7 – Relatório março de 2016



Fonte: Software Arena®

## **7 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com os dados fornecidos para a simulação, foi possível observar que o principal gargalo na operação era de fato o número de *gates*, conforme a ideia inicial. Com a otimização nos processos de acesso nos *gates* consegue-se ganhos em tempo e redução de custos confirmados pela simulação da operação.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com a análise feita dos principais elementos envolvidos no pátio regulador, foi possível verificar a importância desse processo em uma operação, pois facilita a movimentação de cargas, reduzindo tempo de espera em algumas situações, ou trazer benefícios ao cliente que deseja redução de custos no trânsito dessa carga. Além desses fatores, ao simular no ARENA®, fica evidente a necessidade de utilizá-lo para analisar os principais gargalos nesta operação, havendo a possibilidade de alterar os dados dentro do sistema para realizar a otimização do processo.

Com isso, conclui-se que o processo realizado no ARENA®, possuía um gargalo nos processos de entrada e saída dos Gates do terminal, conforme foi apresentado no começo, e com a simulação foi possível provar que o gargalo realmente estava nos *gates*. Ao melhorar os processos de liberação, foi possível atingir a meta estabelecida.

## REFERÊNCIAS

**ARAÚJO, M. A.** *Administração de Produção e Operações - uma abordagem prática.* Brasport. **2009**

**CODESP. Companhia Docas do Estado de São Paulo.** Estatísticas Disponível em: <<http://www.portodesantos.com.br/historia.php>>. Acessado em: **15/09/2016.**

**FIGUEIREDO, K. F.; FLEURY, P. F.; WANKE P. F.;** Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos ed. Atlas. UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Rio de Janeiro, 2003.**

**GOBBETTI, Matheus Palmieri. SCHWENCK, Viktor Doll.** Análise sobre cadeia produtiva de serviços na saída de carga solta em terminal alfandegado. **FATECLOG, 8ª ed. São Paulo/SP, 2017**

**LUDOVICO, Nelson.** Logística Internacional com enfoque no comércio exterior. 3ª ed. Saraiva. **São Paulo, 2013.**

**MARCONI, M. A.; LAKATOS E. M.** Fundamentos de Metodologia Científica 5ª ed. Atlas. **São Paulo, 2010.**

**MONTEIRO, E..** Avaliação do Processo de Agendamento de Caminhões Transportadores de Granéis Sólidos Vegetais para Acesso aos Terminais Portuários: O Caso Porto de Santos. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, **Brasília, 2015.** 70 págs.

**NETO, A. N.; PINTO, L. R.** Template do programa Arena para simulação das operações de carregamento e transporte em minas a céu aberto. **2004**

**PEREIRA, L.; MAIA, N.; PEREIRA, W.** A Importância do Investimento em Pátios Reguladores de Caminhões nos Portos Brasileiros. 15º Congresso Brasileiro de Transporte e Transito. **2005.**

**PRADO, DARCI.** Usando o Arena em simulação. Nova Lima: Falconi Vol. 03, 5ª edição, p.25-26. **2014.**

**RECEITA FEDERAL.** Manual do trânsito aduaneiro. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/transito-aduaneiro>>. Acessado em 15 de **Nov. 2016.**



**ANEXO A – INFORMAÇÃO DO PÁTIO**

Pátio Regulador ELOG- Cubatão.

Dados Técnicos e Serviços:

Total: **446.000 m<sup>2</sup>**

Área armazéns: **8.000 m<sup>2</sup>**

Área pátio pavimentado: **440.000 m<sup>2</sup>**

Principais Distâncias

**Porto de Santos | 18 km**

**Porto de Guarujá | 22 km**

**São Paulo | 50 km**

**1 – Capacidade 1500 veículos;**

**2 – Tempo de permanência no pátio média de 6 horas;**

**3 – Chegada em média de 200 a 300 veículos por hora em época de safra;**

**4 – 6 *gates* de entrada com média de 30 a 60 segundos de operação;**

**5 – 3 *gates* de saída com média de 15 a 30 segundos de operação.**

**Capítulo 9 - DOI:10.55232/1085002.9**

**EVIDÊNCIAS DE UMA CONTABILIDADE RURAL  
HISTÓRICA BRASILEIRA: RECONSTITUIÇÃO,  
LEVANTAMENTO E CORREÇÃO MONETÁRIA DE  
ATIVOS DE FAZENDAS CAFEIRAS PAULISTAS NOS  
IDOS DE 1879**

**Fabricio Fornereto Mariano, José Orcélio do Nascimento, Antônio Nunes  
Pereira, Marcus Vinicius Moreira Zittei, Marcos Takao Ozaki**

**RESUMO:** Introdução: O Brasil tem na contabilidade rural um importante elemento de resgate histórico. Por meio da contabilidade é possível reconstituir uma economia aziendal, uma sociedade e compará-las, com adequação metodológicas, aos parâmetros atuais. Objetivo: Devido a quantidades notórias de questionamentos contábeis sob a determinação do custo de produtos atuais ou passados, por meio da conversão monetária, objetiva o presente estudo a propor um resgate histórico suportado pela comparação atualizada dos ativos de fazendas do século XIX. Procedimentos Metodológicos (caso aplicável): A metodologia de pesquisa utilizada é a descritiva e exploratória. Relacionado aos procedimentos técnicos, o presente estudo utiliza-se da pesquisa documental. Para isso, analisou-se inventários completos de duas fazendas paulistas de 1879, ambas de posses do Visconde de Guaratinguetá, e, também, do controle de preço médio de escravos em Pernambuco compreendido no período de 1800 a 1887. Principais Resultados: Os achados da pesquisa indicam concordância majoritária com o entendimento do STF sobre faturamento quanto à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Considerações Finais/Conclusão: Com a conversão do preço dos ativos de fazendas cafeeiras de 1879, nota-se a forte influência para determinação dos preços da atualidade, além de demonstrar o escravo, as terras e cafezais como itens mais relevantes dos inventários de ativos analisados, outrossim, a prática contábil, de maneira desumanizada, revela a semelhança do registro de escravos comparados ao registro de animais. Contribuições do Trabalho: Em suma, é possível promover o resgate histórico, social, econômico e financeiro com auxílio da Contabilidade, não apenas para avaliar os negócios rurais no seu contexto estudado, mas também para avaliação comparativa de custos atuais.

**Palavras-chave:** Contabilidade Rural; História econômica; Atualização monetária de ativos

## **1 INTRODUÇÃO**

O valor justo, definido e acordado bilateralmente, conforme harmonia entre a linguagem de ambas as partes da transação, obtém a confirmação e registro por valores antes de sua realização. Inexoravelmente, as entidades registram seus ativos com a expectativa de rentabilidade futura, ou seja, que gerarão benefícios econômicos futuros para as demonstrações financeiras e sua definição possui influência histórica, entretanto, há questões indecifráveis, inicialmente, que transpassam de tempos em tempos.

Como mencionado, o valor justo, segundo Iudícibus et al. (2018) “define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”.

Com base no contexto apresentado, esta pesquisa buscou responder aos tais questionamentos: Por que este valor? Por que 10 mil reais e não 500 reais? Por que uma tonelada de açúcar custa este preço? A mensuração do valor dos hectares de uma fazenda foi definida com qual base? Por qual motivo uma saca de café custa em média este preço? Para responder estas questões, tem-se como objetivo geral analisar os preços de bens de fazendas cafeeiras na época do Império, além de converter os valores destes bens à moeda funcional atual.

Segundo Canavarro *et al.* (1971) “a história quantitativa está-se tornando um instrumento cada vez mais utilizado para se reconstruir de forma objetiva o passado, principalmente a partir de 1930, quando foi instituído o Comitê Internacional de História de Preços, que estabeleceu métodos e padrões para o levantamento de dados e promoveu a publicação de séries de preços para vários países”.

A questão de pesquisa demonstrará o valor de bens de fazendas convertidos à precificação da atualidade, caso ainda existissem, e, com isso, servirá como base conclusiva de precificação de mercados atuais.

Pelo fato de existirem poucos trabalhos acadêmicos sobre o tema, devido à negligência de autoridades à conservação de documentos da época Brasil-Império, há ausência de documentações legíveis para pesquisas e aprofundamentos científicos, tal fato, apaga a memória de registros importantes da história econômica e contábil brasileira.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE**

Sá (2002) ao apresentar a história da Contabilidade, afirma que, desde os primórdios da humanidade já era notória a presença de registros e controles de quantidades, o qual afirma que muitas grutas ainda conservam, em países da Europa e no Brasil, inscrições de contagens sobre objetos e animais. Ainda assim, o homem primitivo, ao obter posse de suas utilidades, registrava em desenhos deste objeto, indicando o registro de quantidade.

Por ter sido praticada desde os primórdios, a Contabilidade, como a linguagem dos negócios, sofreu mutações de modo a adequar-se aos meios em que está inserida, entretanto, não houve alteração em seu objeto empírico: o patrimônio.

Segundo Ferrari (2012), a Contabilidade é a ciência que tem por objeto o patrimônio das entidades e tem por objetivo o controle desse patrimônio, com a finalidade de fornecer informações a seus usuários.

Apesar de técnicas de registro estarem presentes nas sociedades mais primitivas, o desenvolvimento formal da prática contábil se dá no fim do século XV, com a publicação do método das partidas dobradas na Itália pelo Frei Luca Pacioli. Os acontecimentos que se seguiram, como a Era dos Descobrimentos e o surgimento de novas cidades e rotas de comércio, provocaram a expansão do método das partidas dobradas e a necessidade da contabilidade (IUDÍCIBUS, 2010).

Neste contexto, a Contabilidade possui grande força e objetividade no surgimento da prática das Partidas Dobradas por Pacioli, tal prática foi difundida e possui aplicabilidade até à atualidade. Os registros são orientados pela razão de que para cada aplicação de recurso, deve-se haver uma origem da obrigação de mesmo valor – para cada débito há um crédito de igual valor – assim como sua inversa é verdadeira, ou seja, este método preza em que cada lançamento contábil, o valor registrado nas contas de débito deve ser igual ao valor registrado às contas de crédito, não há débito sem crédito correspondente.

Costa (2016) em sua obra, demonstrou a importância do método das partidas dobradas, divulgado por Luca Pacioli, o qual se propagou na Europa e, posteriormente, globalmente. Este método, ainda utilizado atualmente na Contabilidade, demonstra a importância de Pacioli para a Ciência Contábil. Além disso, esse pensador possuiu grande evidência e respeito na época, pelo brilhantismo e, também, por contribuir, embasado em seu paradigma para a passagem da idade média para a idade moderna.

O método das partidas dobradas, divulgado por Luca Pacioli em seu tratado, ajudou a popularizar a Contabilidade na Europa e em todo o mundo. Esse método é hoje o método de escrituração contábil mais adotado. Portanto, deve-se destacar a importância que esse pensador teve para o desenvolvimento e a popularização da Contabilidade. Pacioli escreveu ainda outra obra importante publicada em 1509 e que tratava sobre proporções artísticas: *De Divina Proportioni*. Tamanho o seu reconhecimento na época, foi convidado para ensinar matemática na corte do Rei Ludovico em Milão. Também foi professor e amigo pessoal de Leonardo da Vinci, um dos maiores gênios da história da humanidade. O Frei franciscano Luca Pacioli morreu em um mosteiro de Sansepolcro, em 1517 e hoje deve ser visto não apenas como pai da Contabilidade, mas também como um dos responsáveis pelas transformações de paradigmas que contribuíram para a passagem da idade média para a idade moderna. (COSTA, 2016).

Dentre os principais fatos apresentados com o histórico da Contabilidade, de maneira geral, há a evidência de seu histórico no Brasil. No século XVIII do ano de 1770, foi formalizada a primeira regulamentação da profissão contábil, sendo expedida por Dom José, rei de Portugal, o qual exigia o registro da matrícula de todos os profissionais da área contábil. Entretanto, em 1870 foi oficializada, por meio do Decreto Imperial nº 4.475, a regulamentação no Brasil da profissão contábil, sendo denominada de Guarda-Livros.

Conforme Silva (2007), no ano de 1869 foi criada a Associação dos Guarda-Livros da Corte, sendo firmado oficialmente no ano seguinte pelo Decreto Imperial nº 4.475, tal ocorrência histórica foi fundamental, pois estava constituído o Guarda-Livros, como a primeira profissão liberal do Brasil. Desta forma, como conhecido antigamente o profissional de Contabilidade, era um profissional designado às tarefas de: elaborar contratos e distratos, registrar e controlar entradas e saídas de recursos da entidade, mediante pagamentos e recebimentos, responsável, também, por toda a escrituração mercantil e fiscal, além disso, era exigido possuir domínio das línguas portuguesa e francesa, ademais, possuir caligrafia impecável e aperfeiçoada para a profissão.

Após essa fase, em 1915 é fundado o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais, incentivando cada vez mais a profissão contábil e fortalecendo a junção criada por este instituto.

Apenas na era Vargas, especificamente em 1931, é admitido o Decreto Federal nº 20.158, regulamentado, por Getúlio Vargas, a profissão contábil e alavancando o seu ensino comercial no Brasil, deste modo, não havia apenas Guarda-Livros, mas sim os perito-contadores.

## 2.2 DEFINIÇÃO DE ATIVO

Com a técnica de conversão de bens e comparabilidade de ativos desta pesquisa, inevitavelmente, o conceito de ativo considera-se necessário para elucidação das combinações da literatura contábil e, também, correlação aos efeitos conclusivos de mensurabilidade de ativos.

Algumas literaturas básicas de Contabilidade enfatizam a definição do Ativo: “São todos os bens e direitos de propriedade (embora haja exceções) da empresa, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa” (MARION, 2012, p.45).

Este conceito permeia muitos cursos de Contabilidade, desde nível técnico até alguns, de pós-graduação, sendo fixado como “conjunto de bens e direitos de uma entidade”. Com isso, muitos estudantes e profissionais de Contabilidade aceitam de maneira natural este conceito sem maiores questionamentos e aprofundamentos. A apresentação deste termo é ensinada de tal modo que os estudantes aceitam como definição incontestável e, ainda assim, sem pressupostos de questionamentos.

Entretanto, tal conceito é raso, ou seja, insuficiente para contemplar com propriedade o conceito amplo de ativo. E, com isso, há certas deficiências na teoria contábil ao ser apresentada aos estudantes e profissionais e, muitas das vezes, os termos ensinados são vagos e sem respaldo de contestação. Mattessich (1972, p. 469 e 472) denota os problemas dos termos vagos utilizados na teoria contábil, ora, destaca uma das principais ausências no ensino da teoria contábil: “formulação e utilização de termos bem definidos e conceitos empiricamente significativos versus o emprego de expressões vagamente descritas”.

Além disso, a Contabilidade tratando-se de uma ciência social e, também, de uma linguagem, apresenta os mesmos aspectos de termos técnicos utilizados em outras ciências/linguagens. Para cada área estudada de um determinado ramo, para a linguagem ser compreendida, livre de viés classificatórios e empíricos, deve-se expressar os termos de maneira ampla, com determinada objetividade e que elimine as incertezas e hesitações dos usuários da informação desta ciência e/ou linguagem. Da mesma forma, deve-se seguir o mesmo padrão apresentado à Contabilidade e seus termos aplicados.

Segundo Iudícibus et al. (2018) “Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e pelo qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade”. Ademais, a definição do FASB em seu SFAC 6, diz: “benefícios econômicos

futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma entidade em consequência de transações ou eventos passados”.

Seguindo tal lógica, o FASB apresenta que, para um ativo ser considerado efetivo pela sua classificação, os ativos devem incorporar os benefícios econômicos futuros prováveis, sem essa característica, o ativo não será considerado de acordo com o conceito contábil apresentado.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.285), enfatizam que: “o direito deve produzir benefício positivo; os direitos com benefícios nulos ou negativos em potencial não são ativos”. Neste raciocínio, o conceito de benefício econômico futuro é de extrema relevância para a conceituação de ativo.

De maneira geral, o conceito amplo, e que será fonte de embasamento para essa pesquisa, será de Iudícibus (2010), destacando três principais pontos:

“1. O Ativo deve ser considerado à luz de sua propriedade e/ou à luz de sua posse e controle; normalmente as duas condições virão juntas;

2. Precisa estar incluído no ativo, em seu bojo, algum direito específico a benefícios futuros [...] ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros (fluxos de caixa futuros) para a entidade;

3. O direito precisa ser exclusivo da entidade; [...]”.

Iudícibus (2010) ainda afirma que: “bens incorporados por doação são ativos, da mesma forma que os adquiridos ou construídos, desde que confirmam à entidade expectativas de benefícios futuros”.

Martins (1972, p.29-30) menciona sobre a relevância da utilização de benefícios econômicos futuros para a classificação de ativos: “Consideramos o potencial de resultado econômico a verdadeira caracterização de um elemento como ativo, e não só isso, consideramo-lo como sendo ele próprio o real ativo de uma entidade”.

Em síntese, o conceito utilizado para ativo será o de bens e direitos de uma entidade, decorrentes de eventos passados e que fluirão benefícios econômicos futuros à entidade, no caso, desta pesquisa o papel da entidade será substituído pelas fazendas do Império brasileiro. Deste modo, temos ativos de uma fazenda: móveis e utensílios, terras, sítios, animais, plantações, imóveis e terrenos, exportações de cafés, escravos, além dos bens e direitos dos proprietários da fazenda.

Atrai-se este conceito ao citado anteriormente por Marion (2012, p.45) e, adicionalmente, complementa: “a empresa relatará como ativo só aquilo que for de sua propriedade, em que for de sua propriedade da empresa; portanto, não serão evidenciados no

ativo. (Na época da escravidão, os escravos constavam do ativo, pois eram propriedades da empresa.)”.

Com essa linha de raciocínio, não é novidade que na época do Brasil Império a escravidão era praticada constantemente em diversos locais do país, mesmo com a avidez de sua abolição, os escravos desempenharam papel fundamental para a história quantitativa e qualitativa do Brasil, bem como, de suas fazendas.

### 2.3 ESCRAVOS – PASSÍVEIS DE MENSURAÇÃO?

Os recursos de fazendas provenientes de eventos passados e que geram benefícios econômicos futuros são classificados como ativos. No tempo da escravidão, os escravos não eram classificados diferente disto.

Os cativos possuíam certa expectativa em relação ao seu senhor ele esperava que seu escravo gerasse benefícios econômicos, pois era considerado peça fundamental para o desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como, alavancar o lucro da fazenda e colônias por intermédio do serviço braçal do escravo.

Neste mesmo âmbito, os escravos eram registrados e transacionados por operações de compra e venda, sendo evidente de que, eram considerados, além de peça fundamental para a engrenagem de uma produção, mercadorias.

Outrossim, assim como ativos de produção de uma empresa, os senhores de escravos também registravam, contabilmente, despesas médicas incorridas com consultas médicas aos seus escravos, de modo a manter a “funcionalidade” e a visibilidade da saúde de seu cativo. Na tabela 1 apresenta, pormenorizada, mensalmente, despesas médicas incorridas aos escravos do Visconde de Guaratinguetá:

Tabela 1 Despesas médicas

\* "O Illmo Exmo Sr. Visconde de Guaratinguetá// Deve:// Honorarios medicos pelo tratamento de escravos seos, constando de vizitas durante o dia, e noute e consultas, nos mezes de:

Novembro de 1878 .....	50\$000
Dezembro de 1878 .....	30\$000
Janeiro de 1879 .....	20\$000
Fevereiro de 1879 .....	90\$000
Março de 1879 .....	100\$000
Abril de 1879 .....	150\$000

Fonte: Moura 2002.

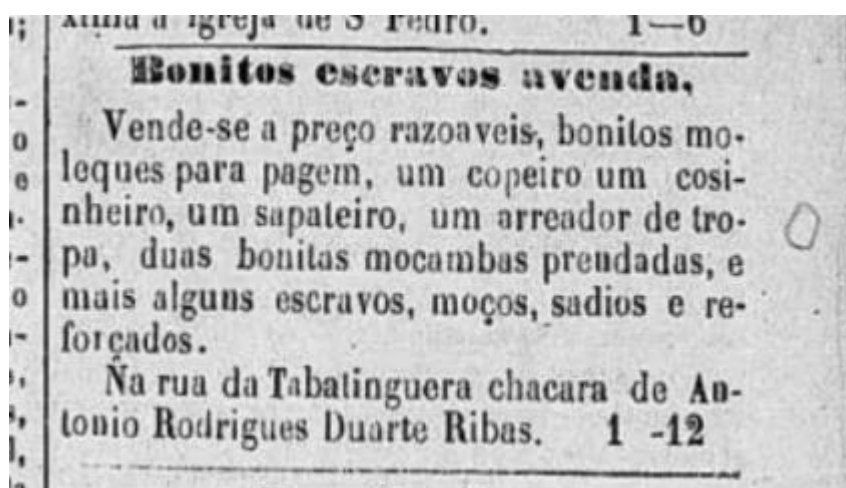


Conforme transações citadas, os escravos eram submetidos às inspeções desumanas, dessa forma, eram comprados, vendidos, trocados ou alugados, e, por isso, eram precificados. A precificação do cativo era definida pelo próprio proprietário, entretanto, baseava-se em índices de avaliações estipuladas sob os escravos, e, ainda assim, submetiam-se ao destino incerto de acordo com os interesses comerciais e financeiros dos senhores.

As transações eram definidas e incorridas com base no preço estipulado e determinado ao escravo. Os cativos eram avaliados de acordo com alguns aspectos, entre eles: idade, local de origem, robustez, cor da pele, saúde, quantidade de dentes e comportamento.

Segundo Versiani (2003) a classificação da prática contábil indicou organização de informações, sendo que, os senhores de escravos, comerciantes também, dividiam os cativos por categorias de preço, subdividindo-os em sexo, cor de pele, idade, peso, comportamento, local de nascimento. Estes seres humanos eram convertidos em mercadorias, sendo que os mesmos poderiam ser vendidos, trocados e hipotecados, obtendo êxito, portanto, no objetivo de desumanização.

Deste modo, a classificação destes seres humanos, tidos como escravos, era reduzida, única e exclusivamente à mercadoria e, com isso, as transações de compra e venda, acima descritas, eram informadas, no século XIX em jornais de circulação das cidades brasileiras, conforme os seguintes anúncios datados da época imperial:



Fonte: Correio Paulistano em 5 de julho de 1862.

25 Quem quizer comprar huma crioula, ainda rapariga com huma cria de cinco a seis mezes, e com muito bom leite, livre de vicios e muletias, sabendo muito bem cozer lizo, engomar, e coziuhar, e tambem assa de forno alguma coisa, e emçaboa, a razão por que se vende a vista do comprador se dirà, o seu ultimo preço são 3000 réis; quem a pertender, dirija-se a rua da P'rainha N. 117.

Fonte: Diário do Rio de Janeiro de 07 de março de 1826.

Além disso, os escravos além de vendidos, também eram comunicados através de jornais com os devidos anúncios:

**Compras.**

---

**AVISO.**

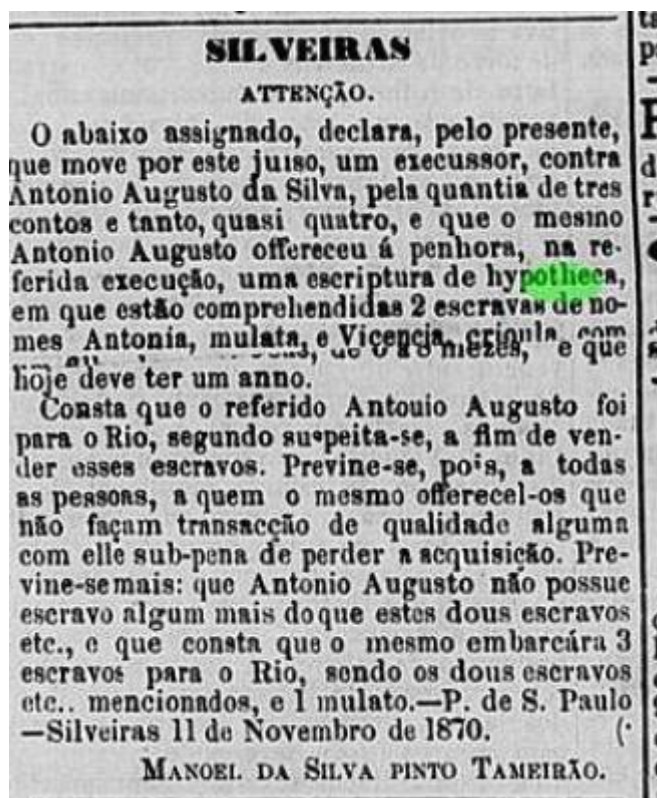
Precisa-se comprar uma mulata moça que seja perfeita costureira de agulha e tesoura, paga-se bem agradando as suas qualidades: na rua do Trapiche, Recife, n. 40, se dirá quem a pretende.

Fonte: O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX - Gilberto Freyre.

Além das transações de compra e venda, os escravos também eram alugados e hipotecados, conforme anúncios abaixo:

**ALUGAM-SE** á rua do Hospício n. 157:  
Uma preta que cosinha, lava e engomma.  
Uma dita com filho, por 25\$ para o mesmo serviço.  
Uma dita por 20\$, quitandeira e fiel.  
Um preto forte para todo o serviço.  
Um perfeito copeiro para todo o serviço.

Fonte: Correio do Brazil de 14 de março de 1872.



Fonte: Diário de Notícias de 22 de novembro de 1870.

A mensuração dos escravos, por fim, era determinada pelos aspectos fisiológicos, pois, havia relação entre os serviços que seriam prestados com a medição da força pelo escravo, sendo, deste modo, diretamente proporcional: quanto mais forte/saudável o escravo era, maior seria a exigência de sua força para desempenhar determinada tarefa. Com a mesma lógica, os escravos mais frágeis e/ou crianças, idosos e mulheres, eram encarregados de serviços menos intensos, porém, não eram amenizados de seus castigos e tratamentos desumanos.

Silva (2013, p.352) menciona anúncio do comércio escravista no jornal:

A Folha Nova: noticiosa, litteraria e agrícola” (edição 00106), uma escrava foi avaliada de acordo com seu temperamento, registrado pelos seus avaliadores e, levando-se em consideração, a aparência física como critério complementar:

‘[...] diziam que ella era uma boa escrava – tinha muito boas maneiras... não era respondona. Aturava o maior castigo sem dizer uma palavra áspera, sem fazer um gesto desabrido.

Enquanto o chicote cantava-lhe nas costas, ella apenas gemia, e deixava que as lagrimas lhe corressem silenciosamente pela face. Além disso era forte, rija para o trabalho. Poderia nesse tempo valer bem um conto de réis.

Entretanto, o pai de Amaro a comprara muito em conta. Uma verdadeira pechincha, porque o demonio da negra estava n’essa época, época que não valia duas patacas; mas Vasconcellos a metera em casa, dera-lhe algumas garrafadas de laranja da terra e a preta em breve começou a deitar corpo e endireitar que era aquillo que se podia vêr!”

A outra menção da classificação de ativo é possuir a característica de propriedade da empresa, neste caso, o escravo era possuído pelo senhor e proprietário da fazenda e/ou colônias na época imperial. Segundo Aristóteles, 385 a.C., “a produção precisa de instrumentos inanimados e outros animados”. Prosseguindo, em sua argumentação, o filósofo afirma: “Propriedade é uma palavra que deve ser entendida como se entende a palavra parte: a parte não se inclui apenas no todo, mas pertence ainda, de maneira absoluta, a uma coisa outra que ela mesma. Assim, a propriedade: o senhor é simplesmente o senhor do escravo, porém não pertence a este essencialmente; o escravo, ao contrário, não só é escravo do senhor, como ainda lhe pertence de um modo absoluto”.

Mediante tal afirmação, a propriedade sempre se sujeita ao proprietário e, nunca o contrário, pertencendo, portanto, à classificação de ativo. Além disso, se a definição de propriedade está relacionada e contida intrinsecamente ao pré-requisito de escravidão, surge outra característica que denota a relação entre escravo x proprietário, além de posse, a sujeição – outra prática muito utilizada no período escravista.

A sujeição sustenta-se, ainda, por Gorender (2019) em que apresenta a característica em que o escravo “reside na sua condição de (ser) propriedade de outro ser humano”. O senhor classifica o escravo como ativo, pois conforme evidenciado, ele relatará o cativo como sua propriedade.

Entretanto, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, e, como apresentado de que o termo deve ser avaliado em sua completude, para obter a classificação de ativo, não é essencial somente o direito de propriedade, por exemplo, um imóvel, representará um benefício econômico para a empresa, mas não necessariamente este imóvel deverá ser de propriedade da empresa, classificado desta forma como arrendamento mercantil. A mesma questão com o escravo, pode ser de propriedade, entretanto, ele será classificado como ativo se, e somente se, ele também gerar benefício econômico futuro ao senhor.

Dessa forma, atualmente, caso existisse a escravidão conforme a época do Brasil-Colônia, a essência do escravo sendo propriedade não seria suficiente para classificá-lo como ativo do seu senhor.

Diante do exposto, com as características apropriadas para indução da mensuração do preço do escravo, o registro do valor do cativo, baseado em comparações, habitualmente, era tido em livros diários, livros razões e, também, além dessas documentações de cunho contábil, havia um controle “extra contábil”, tido como auxiliar para o registro nesses documentos

mencionados. Este controle, apresentava o saldo do escravo de uma fazenda analogamente aos animais desta determinada propriedade.

A prática em que o registro de escravos era efetuado, tendia-se aos mesmos procedimentos de contabilização de animais, de tal modo, que a natureza do escravo derivava à natureza de ativo biológico/mercadoria para os senhores de fazendas.

## 2.4 ATIVOS BIOLÓGICOS

Pelo intuito científico desta pesquisa – conversão de ativos de fazendas históricas - os bens de fazendas, além de móveis e utensílios, terrenos, escravos (em épocas remotas), incluem as plantações e, também, os animais de determinada propriedade rural.

De acordo com o CPC 29, a Contabilidade aplica um tratamento especial para os ativos biológicos, deste modo, ao mensurar ativos de fazendas, atualmente, há a segregação do tratamento contábil entre ativos biológicos e ativos fixos. Antigamente, este tratamento não era realizado, devido à ausência de profissionais contábeis, de modo a interpretar tais naturezas e efetuarem a devida derivação de cada elemento, ademais, as Normas Internacionais de Contabilidade e seus órgãos de regulação, com o objetivo de uniformizar os padrões contábeis – de âmbito global – ainda não existiam.

Segundo CPC 29, ativo biológico é “um animal e/ou planta, vivos”. Deste modo, os ativos biológicos, tido como segregados dos demais ativos na Contabilidade, são ativos vivos. Entretanto, há exceções, por exemplo as plantas portadoras, pelo fato delas serem utilizadas na produção ou no fornecimento de produtos agrícolas, que produzem frutos por mais de um período, ou então, possuem probabilidade remota de serem vendidas como produto agrícola, exceto para eventual venda de sucata, conforme a norma.

Para este caso, de plantas portadoras, o CPC 29 não se aplica, visto que, por sua natureza possuir propensão à planta de produção, infere-se características fundamentais para um ativo fixo, tangível, operacional e com efetiva produção por mais de um período, deste modo, o CPC 27 – Ativo Imobilizado abrangem as plantas portadoras.

Salienta-se que, os produtos provenientes dessas plantas portadoras, após a colheita, tornam-se estoques, deste modo, o CPC 29 não se aplica para tais itens, sendo, os mesmos, requeridos pelo CPC 16 (R1) – Estoques.

Indubitavelmente, tem-se que os ativos biológicos, exceto a planta portadora, são todos os ativos vivos antes da sua devida colheita. Todas as classificações citadas são tidas pelas atividades agrícolas operadas em determinada entidade, ou seja, tais atividades possuem a

capacidade de gerenciar, controlar e mensurar os processos de transformações e mudanças biológicas de determinado ativo biológico.

Este controle e gerenciamento dos ativos biológicos, atualmente, é imprescindível nas entidades que reconhecem e mensuram tais itens em suas demonstrações contábeis, entretanto, o escopo desta pesquisa são fazendas históricas e, deste modo, a relação do registro dos escravos, para posterior lançamento, como já mencionado, era em linha com o registro dos ativos biológicos.

Os cativos, além de serem reduzidos à classificação desumana de mercadoria, eram também controlados com os mesmos macetes para o controle de bens semoventes, e, por isso, os escravos encontravam-se no mesmo nível dos animais, no que diz respeito à prática de conceitos contábeis.

Dito isto, temos como exemplo uma relação de ativos da Fazenda do Macaco, datada em 31 de dezembro de 1864:

Relação do Escravos, Gado, Burros e Carneiros existentes na Fazenda do Macaco em 31 de Dezembro de 1864.

<b>Escravos</b>	
Existião em princípio do anno.....	152
Nascerão durante o anno.....	9
Fallecerão.....	6
Vendeo-se.....	1
Existem.....	154
<b>Gado</b>	
Existião em princípio do anno.....	25
Nascerão durante o anno.....	4
Matou-se p incapar do servisso.....	1
Morrerão durante o anno.....	2
Existem.....	26
<b>Burros</b>	
Existião em princípio do anno.....	28
Comprarão-se durante o anno.....	4
Morrerão durante.....	4
Existem.....	28
<b>Carneiros</b>	
Existião em princípio do anno.....	20
Nascerão durante o anno.....	23
Vendeo-se.....	1
Morrerão.....	4
Existem.....	38

Fonte: Coleção Dona Amélia de Leuchtenberg, pasta 4, IHGB.

De tal modo, com os registros devidamente formalizados, há a devida classificação e mensuração.

## 2.5 CONVERSÃO MONETÁRIA - RÉIS PARA REAIS

Inicialmente, a conversão de uma moeda para outra, em um período considerado recente não é uma tarefa custosa, porém, a conduta de converter réis em reais influencia opiniões como algo laborioso.

A perspectiva deste trabalho científico apoia-se na conversão monetária hipotética, desconsiderando os efeitos da inflação e demais fatores como depreciação, amortização ou baixa de bens. É importante salientar que, a conversão, por mais correta e alto grau de exatidão que sua base tiver, não será exata, apenas apresentará a melhor aproximação e a visibilidade de um cenário menos distorcido da realidade.

Outrossim, o estudo apresenta fatores históricos que influenciam na determinação do custo de ativos, eliminando possíveis vies controversos do motivo da fixação de preço, entretanto, não aprofunda nos aspectos da história monetária do Brasil, sendo que sua compreensão apresentaria resultados conclusivos com maiores graus de obviedade, o que não é o foco deste artigo científico – elevar o grau de certeza quanto à conversão monetária.

Após estudos e, com base na conversão simplificada de Gomes (2007) em sua obra 1808, definiu-se que uma aproximação de um multiplicador comum para todos os ativos em réis na época imperial, para sua devida conversão para reais.

Sob este prisma, o fator multiplicador utilizado na moeda em réis para a conversão da moeda em reais (R\$) foi o seguinte:

- 1 Real (Réis): R\$ 0,123;
- 1 Mirréis (Mil Réis) – R\$ 123,00;
- 1 Conto de Réis (Mil mirréis) “1:000\$000” – R\$ 123.000,00;



Fonte: Web site – Diniz Numismática – Acesso em 15/07/2020.

Deste modo, o fator multiplicador utilizado neste artigo científico segue tal notação: para cada réis será aplicado o multiplicador de R\$ 0,123 para sua efetiva conversão em reais. Este fator multiplicador pode, de tal maneira, indicar a aplicação de derivada, segundo Cálculo. Não é o foco deste estudo, entretanto, é importante salientar o uso desta ferramenta da área de exatas “derivada”. O fator multiplicador, definido acima, indica a taxa de variação de cada custo convertido, ou seja, o custo convertido em reais é derivado do custo em réis em função do fator multiplicador R\$ 0,123.

### **3 METODOLOGIA**

Neste artigo, durante seu desenvolvimento, foi adotado o objetivo de pesquisa descritiva e exploratória. O fato desta pesquisa possui caráter descritivo, sustenta-se pelas descrições e detalhamentos de aspectos quantitativos e qualitativos de uma fazenda histórica. Já, o caráter exploratório relaciona-se ao aspecto de que existem poucos estudos correlatos às fazendas históricas, tal justificativa pode ser firmada na ausência de documentações históricas de registros contábeis de fazendas cafeeiras na época do Brasil Império, como mencionado anteriormente.

As pesquisas exploratórias, segundo Gil (2010), possuem o objetivo de apresentar uma visão geral de estudo de determinado assunto. Adicionalmente, este tipo de pesquisa é utilizado quando o assunto a ser estudado é pouco explorado, o que ocasiona na dificuldade de formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. Além da pesquisa exploratória deste artigo, temos a pesquisa descritiva que, para Gil (2010), trata-se de pesquisas com o objetivo de descrever as características de determinada população e/ou fenômeno, neste caso, há a descrição de variáveis de inventários de fazendas históricas do Brasil Império.

Os procedimentos realizados para este artigo científico foram os de estudo de caso e análise documental. O estudo de caso é justificado pela pesquisa de fazendas históricas e, após estudadas as Fazendas Fortaleza e Fazenda do Carmo, ambas de posse do Barão de Guaratinguetá, localizadas em São Paulo, foram abordados os aspectos descritivos e qualitativos das mesmas. Mediante a isso, as documentações dos inventários de fazendas, foram obtidas e analisadas com base na obra de Carlos Eugênio: O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba, com embasamentos de resultados para esta pesquisa, deste modo, sendo este procedimento o de análise documental.



O estudo de caso, de acordo com Gil (2010), consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Segundo Gil (2009) o estudo de caso pode ser considerado um delineamento em que são utilizados diversos métodos ou técnicas de coletas de dados, como, por exemplo, a observação, a entrevista e a análise de documentos.

Em suma, os dados desta pesquisa foram encontrados na obra de Moura (2002), O Visconde de Guaratinguetá, conforme inventários das fazendas estudadas, com isso, o delineamento firmado foi com a utilização da técnica de análise documental, que, segundo Gil (2009) é similar à bibliográfica, a única diferença está nas fontes, pelo fato de que a documental se vale de materiais que ainda não obtiveram tratamento analítico e que podem ser reelaborados de acordo com o objeto da pesquisa, para o desenvolvimento do estudo de caso.

## **4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1 FAZENDA FORTALEZA**

A Fazenda Fortaleza, inicialmente, era um engenho de açúcar, denominado “Engenho Conceição”, o qual foi construído na margem esquerda do Rio Paraíba – SP entre os anos 1798 e 1801, com, aproximadamente 14.400 alqueires. O primeiro proprietário foi o Capitão Mor Manoel José de Melo, que, em seu tempo, foi o homem mais rico da Vila de Guaratinguetá e considerado um dos senhores que possuía mais escravos em sua propriedade.

Sua operacionalidade como engenho de açúcar durou até meados de 1822, em que, com a economia avassaladora do café, deste modo, o Engenho Conceição foi desmembrado e vendido em diversas partes, o qual originou a Fazenda Fortaleza.

Adquirida em 1846 por Francisco de Assis de Oliveira Borges, nomeado futuramente como Visconde de Guaratinguetá, tornou-se então o sucessor de posse das terras da Fazenda Fortaleza, localizada em Piquete, São Paulo (conforme imagem abaixo). O senhor Francisco, ou Visconde de Guaratinguetá, homem influente em negócios, formou diversos cafezais pela fazenda e pela região do Vale do Paraíba, deste modo, detinha cerca de 85% da economia de café da região.

Com 300 alqueires relativos à Fazenda Fortaleza, as atividades agrícolas realizadas eram: cultivo de cana de açúcar, milho, arroz, feijão, mandioca, algodão e a principal delas, café. A Fazenda Fortaleza, além da predominância da atividade de cultivo de café, era conhecida também pelos seus invernos rigorosos, devido à região que se encontrava geograficamente.



Fazenda Fortaleza

Fonte: Fazenda Fortaleza website, acesso em: 16/05/2020.

Pelos seus invernos rígidos, dezessete carneiros forneciam lã para confecção de cobertores, mantas e diversas vestimentas para a ocasião de baixas temperaturas. Além disso, 168 escravos da fazenda realizavam os trabalhos de cultivo do café. Da totalidade de escravos, 52% eram africanos e o restante da terra. Destes, 65% eram do sexo masculino, devido à alta concentração em serviços de roça.

Deste modo, além dos ativos destinados à manutenção e desenvolvimento da atividade agrícola, eram classificados os escravos como ativos de produção da mão de obra para o efetivo desenvolvimento da operação e, conseqüentemente, a movimentação da economia da fazenda. Na imagem abaixo, demonstra um marco do trabalho escravista que ainda permanece na Fazenda Fortaleza, o calçamento de pedras construído pelos escravos:



Fonte: Fazenda Fortaleza website, acesso em: 16/05/2020.

#### 4.1.1 CONVERSÃO DE ATIVOS DA FAZENDA FORTALEZA

Após abordagem da história da Fazenda Fortaleza, apresentar-se-á a conversão de ativos detalhados em 1879 para sua valorização nos dias atuais. Para o processo de conversão em reais, como já mencionado, a cada réis, denotado no inventário da fazenda, será multiplicado pelo fator comum de R \$0,123.

Para melhor compreensão e clareza na apresentação, houve a segregação dos ativos em grupos e, após isso, a somatória para a conclusão de conversão. Manteve-se a descrição de cada ativo (com a escrita utilizada na época) de modo a não desviar a fidelidade das informações originais do inventário.

Tabela 1: Inventário em 13 de setembro de 1879 – Fazenda Fortaleza – Móveis e utensílios

<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>Em réis</b>	<b>Conversão de réis para reais</b>	<b>Em reais</b>
Treze arrobas de Cobre, Hum Alambique e Taxas de cobre	249\$600	249.600,00 x R\$ 0,123	R\$ 30.700,80
Duas duzias de cadeiras forradas de palhinha	80\$000	80.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 9.840,00
Hum Forno, Taixa, e Taxos de cobre, com 4 arrobas de pezo	75\$600	75.600,00 x R\$ 0,123	R\$ 9.298,80
Hum Paliteiro de prata, e varios talheres, com facas, com huma meia libra de pezo	49\$920	49.920,00 x R\$ 0,123	R\$ 6.140,16
Hum Copo, e corrente de prata, com 147 oitavas	36\$400	36.400,00 x R\$ 0,123	R\$ 4.477,20
Nove camas	20\$000	20.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 2.460,00
Dous apparadores de cabiúna	16\$000	16.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 1.968,00
Huma meza de hum pé de Cabiúna	12\$000	12.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 1.476,00
Huma Meza grande de jantar	12\$000	12.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 1.476,00
Huma Camma de armaçam, de óleo	10\$000	10.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 1.230,00
Duas Marquezas forradas de táboa	10\$000	10.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 1.230,00
Huma Meza de jantar, mais pequena	6\$000	6.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 738,00
Huma Meza Grande, ordinaria, de jantar	6\$000	6.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 738,00
Quatro bancos compridos	4\$000	4.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 492,00
Hum Espelho mostrador	2\$000	2.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 246,00
Huma Meza baixa	2\$000	2.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 246,00
	591\$520		R\$ 72.756,96

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2: Inventário em 13 de setembro de 1879 – Fazenda Fortaleza – Animais

<b>Animais ou Ativos Biológicos</b>	<b>Em réis</b>	<b>Conversão de réis para reais</b>	<b>Em reais</b>
Oito bois, a 80\$000 por cabeça	640\$000	640.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 78.720,00
Quatro vacas de criar com cria	200\$000	200.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 24.600,00
Cinquenta cabeças de porcos de criar, a 3 mil reis por cabeça	150\$000	150.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 18.450,00
Trinta cabeças de porcos de criar	90\$000	90.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 11.070,00
Hum cavalo cor russa, manço, de sella	60\$000	60.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 7.380,00
Hum cavalo lação, ainda bravo	50\$000	50.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 6.150,00
Dezessete carneiros, a 3\$000 a cabeça	41\$000	41.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 5.043,00
Huma vaca pintada, com cria	40\$000	40.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 4.920,00
Huma vaca mestiça	40\$000	40.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 4.920,00
Hum touro pintado	40\$000	40.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 4.920,00
Duas vacas magras, com cria	40\$000	40.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 4.920,00
Hum cavalo macho cor russo	30\$000	30.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 3.690,00
	1.421\$000		R\$ 174.783,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3: Inventário em 13 de setembro de 1879 – Fazenda Fortaleza – Edificações, terrenos e plantações

<b>Edificações, terrenos e plantações</b>	<b>Em réis</b>	<b>Conversão de réis para reais</b>	<b>Em reais</b>
A Fazenda denominada Fortaleza, composta das terras compradas ao finado Commendador Manoel Jozé de Mello, e seus Filhos, como Consta da Escripura por elles passada nas Notas desta Cidade no anno de mil oitocentos e quarenta e seis (1846); e ditas que foram de Vicente de Tal, sendo antes possuídas por Bento de Campos, e Joam Thomaz de Espinola, com todas as suas plantações, cafezais, Casas de Vivenda, Monjolos, Moinho, Ventilador, e mais benfêitorias e plantações existentes.	42:000\$000	42.000.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 5.166.000,00
	42:000\$000		R\$ 5.166.000,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 4: Inventário em 13 de setembro de 1879 – Fazenda Fortaleza – Escravos

<b>Escravos</b>	<b>Em réis</b>	<b>Conversão de réis para reais</b>	<b>Em reais</b>
168 escravos	109:200\$000	109.200.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 13.431.600,00
	109:200\$000		R\$ 13.431.600,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Para fins de esclarecimento, a precificação de um único escravo foi realizada com base em estudos de conversão do preço definido ao escravo, tratados separadamente de acordo com a sua época. No inventário da fazenda, não foi evidenciado o preço de cada

escravo e, portanto, apresentou-se uma análise segregada por época para determinação (aproximada) da precificação de escravos, conforme tópico futuro desta discussão de resultados.

De modo que o inventário foi realizado em 1879, desconsideramos os aspectos de mensuração dos senhores de escravos, de acordo com a característica individual dos mesmos (sexo, idade, altura, local de origem, comportamento e demais fatores determinantes ao preço), e, em decorrência disso, aplicou-se este fator multiplicador:

- O preço de um escravo no ano de 1879, estima-se 650\$000 (650 mil réis) e, portanto,  $650\$000 \times 168$  (quantidade de escravos da Fazenda Fortaleza) = 109:200\$000 (em réis). Com a conversão em reais, conforme tabela acima, totalizou-se 13 milhões de reais contabilizados para 168 escravos.

Em suma, após segregados os grupos de ativos, demonstrou-se a composição de cada grupo por item individual e sua real conversão para o padrão de moeda corrente. Diante disto, de modo sumarizado, unificam-se os totalizadores para a apuração final - inicialmente em réis e, posteriormente, em reais - da Fazenda Fortaleza.

Tabela 5: Inventário em 13 de setembro de 1879 – Fazenda Fortaleza – Total de Ativos

<b>Grupo de Ativos</b>	<b>Em réis</b>	<b>Conversão de réis para reais</b>	<b>Em reais</b>	<b>%</b>
Escravos	109:200\$000	109.200.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 13.431.600,00	71,27%
Edificações, terrenos e plantações	42:000\$000	42.000.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 5.166.000,00	27,41%
Animais	1.421\$000	1.421.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 174.783,00	0,93%
Móveis e Utensílios	591\$520	591.520,00 x R\$ 0,123	R\$ 72.756,96	0,39%
<b>Total Geral</b>	<b>153:212\$520</b>		<b>R\$ 18.845.139,96</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Com a tabela acima, os ativos, por ordem decrescente, são demonstrados em sua precificação, deste modo, verifica-se que, em primeiro lugar – disparadamente - de participação nos ativos, os escravos detinham 71% do total dos ativos da Fazenda Fortaleza, segue-se com edificações, terrenos e plantações com 27% e os demais percentuais divididos entre animais e móveis e utensílios.

Inexoravelmente, os ativos de fazendas, na época imperial, possuíam elevada participação pelo valor de escravos, sendo que a produção, mesmo que com o auxílio de maquinários e demais utensílios de produção, era resultante do trabalho escravo. E, em detrimento disto, para avaliação de inventários, a precificação de seus trabalhadores cativos era relevante comparado aos demais ativos.

Concluindo, os ativos totais da Fazenda Fortaleza em 1879, convertidos em reais, totalizaram R\$ 18.845.139,96. De 153 milhões de réis, tornaram-se 18 milhões de reais. Essa expressão induz uma visibilidade de solução para os questionamentos de: quanto custaria 18 milhões de reais em 1879? O equivalente seria 153 milhões de reais.

#### 4.2 FAZENDA DO CARMO

Localizada em São Paulo, no município de Lorena, vizinha da Fazenda Fortaleza, também com atividades agrícolas com predominância da cafeeira. De posse do Visconde de Guaratinguetá, com antecessores: Anna Alves e seus herdeiros, que, por sua vez, realizaram a desintegração de posses, tornando-se do aclamado Visconde.

A Fazenda do Carmo, menor em relação à Fortaleza, entretanto, também possuía o mesmo enfoque econômico: café. Assim como a primeira estudada, esta fazenda também possuía escravos que realizavam as atividades agrícolas da fazenda, entretanto, apenas 10 escravos eram os efetivos da Fazenda do Carmo, em casos de demandas excessivas, utilizava-se a mão de obra dos escravos de fazendas vizinhas. Essa fazenda possui seus ativos concentrados em terras e cafezais que, indubitavelmente, também eram distribuídos entre as fazendas vizinhas para o devido trabalho de processamento da matéria-prima e posterior venda.

Devido à ausência de registros fotográficos da Fazenda do Carmo, evidencia-se uma imagem em que retrata as fazendas vizinhas de outras, com isso, facilitava as transações de operações de uma para outra.



Fonte: Livro – O Visconde de Guaratinguetá.

##### 4.2.1 CONVERSÃO DE ATIVOS DA FAZENDA DO CARMO

Seguindo a mesma linha da Fazenda Fortaleza, para a Fazenda do Carmo, após consultados os inventários desta fazenda no ano de 1879, pontuou-se todos os ativos, por itens e, deste modo, realizou-se a segregação por grupos.

Conforme mencionado anteriormente, aplicar-se-á o mesmo critério para a Fazenda do Carmo: os ativos serão multiplicados pelo fator comum de R\$ 0,123. Outrossim, os descritivos dos ativos no inventário da Fazenda do Carmo são extensos e, para não desviar o foco de apresentação, agrupou-se os itens de ativos em grupos.

Tabela 6: Inventário em 29 de maio de 1879 – Fazenda do Carmo – Total de Ativos

<b>Ativos</b>	<b>Em réis</b>	<b>Conversão de réis para reais</b>	<b>Em reais</b>	<b>%</b>
Composição de terras e cafezais	166:156\$000	166.156.000 x R\$ 0,123	R\$ 20.437.188,00	86,24%
Benfeitorias da fazenda	20:000\$000	20.000.000 x R\$ 0,123	R\$ 2.460.000,00	10,38%
Escravos	6:500\$000	6.500.000 x R\$ 0,123	R\$ 799.500,00	3,37%
Total Geral	192:656\$000		R\$ 23.696.688,00	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Resumidamente, a Fazenda do Carmo possui ativos concentrados relevantemente em terras e cafezais, compondo 86% do total de ativos, sendo que 10% correspondem às benfeitorias da fazenda e seus quase 4% referentes aos escravos.

Deste modo, não de maneira extensiva, julga-se importante demonstrar os 5 primeiros itens da composição do grupo de contas de terras e cafezais (mantendo a descrição de acordo com a linguagem da época), o qual compete aos 38% do total da composição de terras e cafezais:

Tabela 7: Abertura de itens de terras e cafezais – Fazenda do Carmo

Posição	Bens	Em réis	Conversão de réis para reais	Em reais
1	As terras que forão do finado Capitão-mor Manoel José da Costa, devidindo de um lado com o Commendador Manoel José Bittencourt, e de outro com as que forão do Guedes, contendo 750 braças de testada, e 1750 de fundo, avaliadas em 131 alqueires, a 150 mil reis por alqueire.	19:650\$000	19.650.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 2.416.950,00
2	Sendo que parte das terras acima mencionadas que forão de Ignacio Correia, Antonio Gregorio e Joanna Cardoza achão-se occupadas com cafesaes que forão doados por avançamento de legítima pelo inventariado ao herdeiro Francisco de Assis e Oliveira Borges.	14:116\$000	14.116.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 1.736.268,00
3	As terras que forão do Guedes, começando no barranco do rio Parahyba com uma legoa de sertão.	12:000\$000	12.000.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 1.476.000,00
4	O cafésal que verte para a tapera de Joanna Theresa, começando na beirada do cafésal do Galinheiro até encontrar o que foi do Felisberto, 50 mil pés.	10:000\$000	10.000.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 1.230.000,00
5	As terras na Fazenda do Bento Lopes e Francisco Thomé que pertencem ao inventariado em meação do primeiro Inventario e as que este comprou a Manoel José da Costa e Oliveira e as que herdou de seu filho Rafael, em testamento, e as que permutou com seu filho Francisco de Assis e Oliveira Borges, 70 alqueires a 113 mil reis por alqueire.	7:910\$000	7.910.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 972.930,00
		63:676\$000		R\$ 7.832.148,00

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 4.3 PRECIFICAÇÃO DE ESCRAVOS

De modo a concluir as análises de conversões de ativos de ambas as fazendas cafeeiras no ano de 1879, aborda-se o cálculo realizado individualmente para os escravos, entretanto, não considerando as características que possam influenciar na variação de preço.

Para a realidade deste estudo, considera-se a tabela abaixo, elaborada pelos autores Versiani e Vergolini (2003), em que realizaram o exame de diversos inventários do estado de Pernambuco e computaram os preços dos escravos, considerando apenas os que possuíam padrão elevado de produção – de 15 a 40 anos – e sem agregar os que possuíam alguma doença ou deficiência, de modo a distorcer o padrão de média. Os mesmos, segregaram por quinquênios o período de 1800 a 1887 (um ano antes da Lei Áurea, em 1888).

A tabela foi realizada com base nos escravos do estado de Pernambuco, entretanto, levou-se em conta para a estimativa calculada para as fazendas de São Paulo, visto que a conversão utilizada neste artigo científico não possui a objetividade de elevada exatidão, mas sim, apoia-se em fatores hipotéticos.



Tabela 8: Pernambuco - Preço de escravos padrão – por quinquênio, 1800-1887 Em Mil Réis

<b>Períodos</b>	<b>Preços Médios - em mil réis</b>
1800 -1804	101
1805-1809	115
1810-1814	114
1815-1819	131
1820-1824	149
1825-1829	172
1830-1834	238
1835-1839	314
1840-1844	388
1845-1849	367
1850-1854	477
1855-1859	903
1860-1864	857
1865-1869	871
1870-1874	683
1875-1879	650
1880-1884	617
1885-1887	303

Fonte: Versiani e Vergolino (2003).

Mediante à tabela apresentada, de fato, o escravo era mensurado com base em suas características físicas e comportamentais, ou seja, o parâmetro de precificação era algo arbitrário entre as regiões e, também, entre os proprietários de escravos. Como mencionado anteriormente e evidenciado com base nos anúncios de jornais da época, o escravo era tido como mercadoria e, com isso, vítima das transações de compra e venda para suprir as atividades comerciais e as demandas dos proprietários de terras. Ademais, os senhores de escravos realizam a devida atualização monetário conforme o decorrer dos anos, devido desgaste físico, avanço da idade e outros fatores.

Para este artigo científico, realizou-se a devida estimativa de preços médios, considerando que Pernambuco também é um estado brasileiro e que possuía atividades escravistas, assim como São Paulo.

#### 4.3.1 CONVERSÃO DA PRECIFICAÇÃO DE ESCRAVOS

Baseado nisso, com o padrão mantido de conversibilidade, apresenta-se a tabela de preços médios em réis e sua devida conversão para reais, considerando o fator multiplicador de R \$0,123.

Tabela 9: Conversão dos preços médios de escravos – de réis para reais

Períodos	Em réis	Conversão de réis para reais	Em reais
1800 -1804	101\$000	101.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 12.423,00
1805-1809	114\$900	114.900,00 x R\$ 0,123	R\$ 14.132,70
1810-1814	114\$100	114.100,00 x R\$ 0,123	R\$ 14.034,30
1815-1819	131\$100	131.100,00 x R\$ 0,123	R\$ 16.125,30
1820-1824	148\$800	148.800,00 x R\$ 0,123	R\$ 18.302,40
1825-1829	171\$600	171.600,00 x R\$ 0,123	R\$ 21.106,80
1830-1834	238\$100	238.100,00 x R\$ 0,123	R\$ 29.286,30
1835-1839	314\$300	314.300,00 x R\$ 0,123	R\$ 38.658,90
1840-1844	387\$600	387.600,00 x R\$ 0,123	R\$ 47.674,80
1845-1849	367\$300	367.300,00 x R\$ 0,123	R\$ 45.177,90
1850-1854	476\$600	476.600,00 x R\$ 0,123	R\$ 58.621,80
1855-1859	902\$900	902.900,00 x R\$ 0,123	R\$ 111.056,70
1860-1864	856\$600	856.600,00 x R\$ 0,123	R\$ 105.361,80
1865-1869	871\$200	871.200,00 x R\$ 0,123	R\$ 107.157,60
1870-1874	682\$700	682.700,00 x R\$ 0,123	R\$ 83.972,10
1875-1879	650\$200	650.200,00 x R\$ 0,123	R\$ 79.974,60
1880-1884	617\$000	617.000,00 x R\$ 0,123	R\$ 75.891,00
1885-1887	303\$100	303.100,00 x R\$ 0,123	R\$ 37.281,30

Fonte: Dados da pesquisa.

Deste modo, para ambas as fazendas, na apuração da conversão do preço de escravos, considera-se o ano de 1879 dos inventários e, portanto, o quinquênio 1875-1879 relativos aos saldos de 650\$200 (em réis) e R\$ 79.974,60 (em reais). Para o cálculo de aproximação, foram utilizados estes valores, tanto para a Fazenda Fortaleza, quanto para a Fazenda do Carmo.

Ademais, além das análises de conversão, foi realizada uma observação da movimentação dos preços de escravos, levando em conta o quinquênio com reflexo aos fatores históricos que ocorreram nestes períodos.

Inicialmente, foi calculada a devida conversão de réis para reais, conforme acima, prosseguindo a isso, foram apurados, matematicamente, a média dos preços em reais e os desvios padrões (positivos e negativos) para cada quinquênio.

A média de preço apurada, considerando o período de 1800 a 1887, indicando a normalidade que seria a mensuração do custo de um escravo, desconsiderando os efeitos influenciadores da variação deste custo, e, também, os desvios padrões (positivos e negativos) deste mesmo período, o qual apresentam uma determinada dispersão em relação à média/normalidade da variação da população considerada na amostra total.

Tabela 10: Apuração de média e desvios padrões de preços médios de escravos

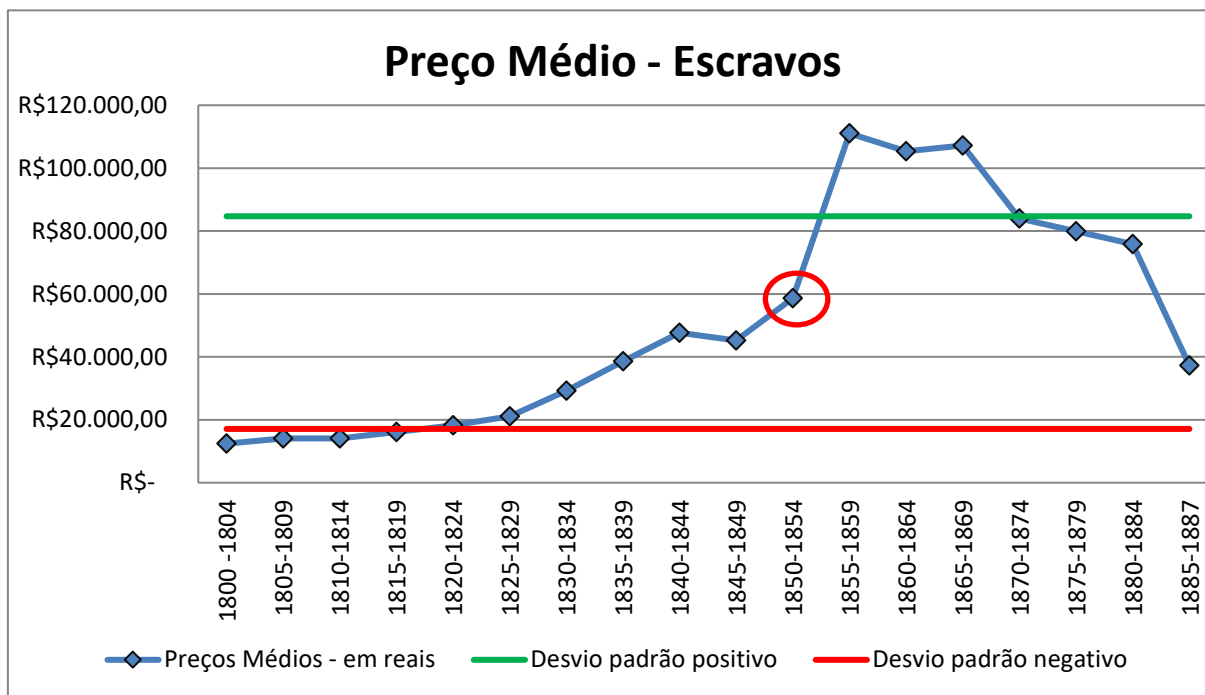
<b>Períodos</b>	<b>Preços</b>	<b>- em reais</b>	<b>Média de preços</b>	<b>Desvio padrão positivo</b>	<b>Desvio padrão negativo</b>
1800 -1804	R\$	12.423,00	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1805-1809	R\$	14.132,70	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1810-1814	R\$	14.034,30	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1815-1819	R\$	16.125,30	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1820-1824	R\$	18.302,40	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1825-1829	R\$	21.106,80	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1830-1834	R\$	29.286,30	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1835-1839	R\$	38.658,90	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1840-1844	R\$	47.674,80	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1845-1849	R\$	45.177,90	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1850-1854	R\$	58.621,80	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1855-1859	R\$	111.056,70	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1860-1864	R\$	105.361,80	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1865-1869	R\$	107.157,60	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1870-1874	R\$	83.972,10	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1875-1879	R\$	79.974,60	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1880-1884	R\$	75.891,00	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49
1885-1887	R\$	37.281,30	R\$ 50.902,18	R\$ 84.706,87	R\$ 17.097,49

Fonte: Dados da pesquisa.

Fundamentado nas apurações apresentadas, torna-se perceptível a noção das variações dos custos em cada quinquênio. A média dos preços, convertidos em reais, dos escravos no período de 1800 a 1887 em Pernambuco resulta em R\$ 50.902,18, seus respectivos desvios padrões são tidos como: desvio padrão positivo, ou seja, em casos de dispersão para mais, têm-se R\$ 84.706,87 e o seu respectivo desvio padrão negativo em R\$ 17.097,49.

Diante disto, de maneira a elevar a compreensibilidade, interpretações objetivas e livre de distorções, o gráfico a seguir indica os pontos de elevações e quedas dos preços de escravos, já convertidos em reais, atrelados aos fatos históricos incorridos nos respectivos períodos de quinquênios.

Tabela 11: Apresentação gráfica de preços médios em reais de escravos de Pernambuco – 1800-1887



Fonte: Dados da pesquisa.

Representado os resultados graficamente, nota-se um crescimento entre os primeiros quinquênios. Este fato, atrela-se ao motivo de que, com a transferência da Corte Portuguesa ao Brasil, no ano de 1808, a Inglaterra impulsionou com a pressão à Corte em favor da abolição dos serviços escravistas. Este cenário, marcado pela pressão inglesa, ocasionou um elevado aumento nos preços dos escravos.

Ademais, é possível constatar um acentuado crescimento no quinquênio 1850-1854, tal fato transcorreu pelo decreto da Lei Eusébio de Queirós na década de 1850, mais especificamente, em 4 de setembro de 1850. Essa lei, em prol do sistema abolicionista, firmou o fim do tráfico negreiro dos escravos africanos, deste modo, este elevado acréscimo no preço de escravos possui reflexo pela lei da oferta e da demanda, pois, quanto menos escravos, maiores seriam os preços dos mesmos para manter a economia e comércio em linha com a quantidade disponível no mercado.

Além disso, foi aprovada oficialmente a Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871, em que consistia a liberdade para todos os filhos de escravos nascidos no Brasil a partir de 1871. Como apresentado graficamente, neste quinquênio de 1870-1874, a curva do gráfico dá início ao decréscimo.

É notório que na década de 1880 o fortalecimento em prol do abolicionismo elevou-se inquestionavelmente. Já, na década de 1880, com a aprovação da Lei do Sexagenários, tal lei concedia a alforria de escravos com idade superior a 60 anos, além das demais cláusulas restritivas aos escravos, tal lei possui aspecto conservador, não contribuindo fortemente para o processo abolicionista.

O último “quinquênio” do gráfico – 1885-1887 – o que na realidade não representa um conjunto completo de 5 anos, visto que, com a Lei Áurea, decretada em 13 de maio de 1888 e assinada pela Princesa Isabel, fixando por definitivo a abolição imediata da escravidão, cerca de 700 mil escravos tornaram-se livres. Deste modo, pela representação gráfica, encerra-se no período em 1887, com uma considerável queda.

## **5 CONCLUSÃO**

Mediante o desenvolvimento deste trabalho, é possível admitir que a Contabilidade foi uma ferramenta de auxílio em épocas remotas, tal como Brasil Império, no qual demonstra os controles de ativos, mediante inventários de bens de fazendas cafeeiras. Antigamente, o controle de ativos, sendo esta, por fim, uma das funções da Contabilidade, tornou-se papel imprescindível para a apuração de bens de fazendas históricas e, também, para a determinação de custos de ativos na atualidade.

É notório que os escravos, terras e cafezais, no século XIX, eram os itens mais representativos de um inventário de ativos de fazendas cafeeiras no ano de 1879. Para mais, a prática contábil em que os escravos eram registrados tendiam-se à semelhança do registro de animais de fazendas, conforme controle de ativos biológicos, com isso, insistindo na imagem desumanizada do cativo.

A questão de pesquisa é respondida conforme demonstração por meio de valores de bens de duas fazendas cafeeiras de São Paulo, em 1879, apuradas em réis e convertidos à precificação atual, ou seja, padrão monetário em reais, de modo que, excluídos os fatores retificadores de ativos como depreciação, baixa de ativos e obsolescência, os custos convertidos sejam auxiliares de bases conclusivas de precificação de mercados atuais. Além disso, o controle de precificação de escravos, quantificados com base em aspectos físicos e comportamentais, julgados por senhores com interesses comerciais, foram bases determinantes para a apreciação de definições de custos aos ativos. Justificativas estas aos questionamentos voltados às dúvidas referentes à determinação do valor de produtos atuais.

Outrossim, a negligência de zelo por documentação histórica, até mesmo ausência de conservação de documentos da época Brasil-Império, tornam-se principais impedimentos para a continuidade de pesquisas síncronas ao objeto de estudo.

No que diz respeito às oportunidades de futuras investigações com o objeto de estudo apresentado neste trabalho, temas como o uso da derivada (taxa de variação), conceito utilizado na área de exatas, entretanto, de modo interdisciplinar, pode ser abordado em trabalhos futuros para a determinação da variação do custo de produtos de uma indústria, de um período para outro, e seu impacto no custo registrado na Contabilidade.

Ademais, em relação à Contabilidade como ferramenta de regimes repressores, no caso deste trabalho – a escravidão, abordar sua influência em outros sistemas desumanizadores, tais como o holocausto, ou até mesmo, de maneira positiva: o uso da Contabilidade em pandemias, como por exemplo, o papel desta ciência em contribuição à calamidade sanitária ocasionada pelo *Novo Coronavírus*, bem como seu impacto no crivo de *disclosure* das demonstrações contábeis das empresas. Para trabalhos futuros é importante salientar o ato de transdisciplinar, concretizando, desta forma, conhecimento conciso e relevante à propagação da ciência.

No âmbito acadêmico, esta pesquisa contribui no aspecto de demonstrar que os atuais custos formados foram influenciados por processos históricos e, por meio do instrumento da conversão, tornou-se facilitado o entendimento de determinação de valor. Ainda academicamente, a Contabilidade foi essencial para que os registros passados não fossem apagados da história, ainda mais na realidade brasileira que peca na ausência de conservações de documentações históricas, contribuindo, deste modo, em respostas aos questionamentos da atualidade.

Já, para o âmbito de mercado, este estudo revela fatores de contribuição para entendimento de custeio, ou seja, definição de preços sem que os mesmos recaiam na subjetividade do valor justo ou até mesmo no julgamento profissional. A variação de custos, através de conversões e/ou comparabilidades, revela aspectos que contribuem na determinação de preços justos que serão inseridos em transações comerciais e com impacto no sistema contábil das entidades.

## **REFERÊNCIAS**

CANAVARROS, O. et al. **Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares.** 1. ed. São Paulo: FGV, 1971.

COSTA, A. G. da. **Frei Luca Pacioli: o pai da contabilidade**. Escola de Contas TCM SP. 2016. Disponível em: <https://escoladecontas.tcm.sp.gov.br>. Acesso em 15 maio de 2020.

FERRARI, E. L. **Contabilidade Geral**. 12. ed. São Paulo: Impectus, 2012.

FREYRE, G. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2010.

GIL, A. C. **Estudo de Caso: Fundamentação científica – subsídios para a coleta e análise de dados - como redigir o relatório**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

HENDRIKSEN, E. S., VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

IUDÍCIBUS, S. et al. **FIPECAFI - Manual de Contabilidade Societária aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, S. MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, E. **Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível. Tese de Doutorado**. FEA-USP, São Paulo, 1972.

MATTESSICH, R. **Methodological Preconditions and Problems of a General Theory of Accounting**. In: Accounting Review. Julho de 1972.

MOURA, C. E. M. **O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SÁ, A. L. **Teoria da Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VERSIANI, F. R., & VERGOLINO, J. R. (2003). Preços de escravos em Pernambuco no século XIX. **Estudos Econômicos**, 33, 353-393.



**Capítulo 10 - DOI:10.55232/1085002.10**

**PAPO DE MENINO – A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS  
DE DISCUSSÃO SOBRE SEXUALIDADE COM  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**Weidson Leles Gomes**

**RESUMO:** O presente Artigo pretende discutir a importância da abertura de espaços de discussão referentes às questões de gênero e sexualidade com crianças e adolescentes. Para iniciar essa discussão procurarei demonstrar a origem e uma definição do conceito de gênero, por ser este conceito central no tema proposto. Para a compreensão do trabalho, também trarei alguns conceitos importantes da perspectiva pós-crítica do campo do currículo, demonstrarei a importância do alfabetismo crítico com relação à mídia e trarei os relatos de experiência das atividades promovidas. Concluo que é de extrema importância a abertura de espaços privilegiados de discussão referentes à questão de gênero e sexualidade a fim de superar lacunas e preconceitos de discursos aos quais crianças e adolescentes estão expostos e chamo a atenção para o papel central dos educadores nessa questão. Penso ainda que deve haver maior articulação destes com o fazer acadêmico.

**Palavras-chave:** Sexualidade, Masculinidade, Juventude.

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo busca discutir a importância da abertura de espaços de discussão com relação a questões de gênero e sexualidade, especificamente com crianças e adolescentes. A discussão é feita a partir da do relato de experiência no Papo de Menino; uma atividade promovida no Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte<sup>1</sup> pelo Núcleo de Atenção Social<sup>2</sup>.

Para iniciar essa discussão, procurarei demonstrar a origem e uma definição do conceito de gênero, por ser esse conceito central no tema proposto. Para isso iremos recorrer a outros conceitos importantes para essa compreensão na perspectiva pós- crítica. Serão abordadas também, de forma breve, análises de como a questão de gênero é tratada na mídia. Concluímos que as/os educadoras (es) sociais têm papel central nesse aspecto e ressaltamos a importância dos espaços de discussão.

Os espaços Criança Esperança oferecem atividades esportivas, educacionais e culturais e são integralmente mantidos com recursos do Criança Esperança e foram criados a partir de um modelo de parceria que reúne uma ONG gestora, empresa privada, poder público e uma instituição de referência internacional.

No caso específico do ECE- BH há uma parceria entre a Rede Globo, PUC Minas, UNESCO e Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Conta com o trabalho de professores, extensionistas e funcionários da PUC Minas. Há a participação e o envolvimento de vários cursos e departamentos da Universidade, entre eles a Educação Física, Pedagogia, Comunicação, Ciências Sociais, Psicologia, Serviço Social e Enfermagem. Está inserido em no Aglomerado da Serra, uma região carente e que apresenta baixo IDH e elevado Índice de Vulnerabilidade Social. A educação é a principal estratégia para reverter o quadro de “uma das áreas mais violentas da cidade. Evasão escolar, tráfico de drogas, trabalho infante-juvenil, gravidez precoce e incidências de criminalidade” (COELHO, 2007, p.61).

O Núcleo de Atenção Social tem dois eixos principais de trabalho: A Atenção

---

<sup>1</sup> Projeto executado pela PUC Minas no Aglomerado da Serra em BH, em parceria com UNESCO, Rede Globo e Prefeitura de Belo Horizonte. (COELHO)

<sup>2</sup> O Núcleo de Atenção Social (NAS) tem como frentes de trabalho o Acompanhamento Integral e a Atenção Psicossocial, no qual são oferecidos oficinas de grupo e rodas de conversa. As oficinas de grupo, denominadas de oficinas temáticas, são estruturadas e apresentam um foco para seu desenvolvimento, englobando temas como cidadania, sexualidade, cultura da paz, projetos de vida, entre outros. Para tal, algumas referências teóricas norteiam nosso trabalho, a saber: rede social, ECA, psicologia social e comunitária, oficinas de grupo, protagonismo juvenil e a intervenção psicossocial.

Psicossocial e o Acompanhamento Integral, segundo Batista e Sousa (2007, p.3), os dois eixos se caracterizam da seguinte forma:

“1. Atenção Psicossocial: oferece um espaço de aproximação e acolhimento aos jovens e suas famílias, visando não apenas encaminhar ou promover atividades para os jovens, mas também acompanhar a participação e envolvimento nas oficinas, frequência nas escolas e o cartão de saúde. Esta ação é direcionada a todos os jovens atendidos pelo ECE e compreende diversas atividades como a) rodas de conversa, b) oficinas temáticas, c) atendimentos individuais.

2. Acompanhamento Integral: promove um trabalho mais sistematizado direcionado àqueles jovens que estão se afastando do ECE ou vivenciando situações extremas de vulnerabilidade, violação de direitos ou em cumprimento de medidas sócioeducativas. Esta ação é realizada através de a) visitas domiciliares buscando criar vínculos com jovem e família, b) visitas institucionais para fortalecer a rede de atenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, c) atendimentos individuais para acolhimento e orientações, d) estudo de casos para reflexões, encaminhamentos e avaliação da inclusão na rede de atenção aos jovens) acompanhamento de jovens em cumprimento de medida sócio-educativa de Prestação de Serviços Comunitários.”

As rodas de conversa e as oficinas temáticas não se caracterizam como terapia por não ter o objetivo de analisar os sujeitos, mas têm dimensões terapêutica e educativa. Segundo Batista e Sousa (2007, p.3-4),

“As oficinas de grupo, denominadas de oficinas temáticas, são estruturadas e apresentam um foco para seu desenvolvimento, englobando temas como cidadania, sexualidade, cultura da paz, projetos de vida, inclusão digital. Já as rodas de conversa são assuntos mais livres, pontuais do cotidiano do projeto ou da comunidade e busca criar um espaço coletivo de discussão e debate em torno de questões trazidas pela equipe ou pelos jovens. Essa proposta tem uma dimensão educativa, que permite adquirir novos conhecimentos e informações e uma dimensão terapêutica que possibilita o indivíduo verbalizar dificuldades e limites do cotidiano de suas vidas, refletir e pensar sobre suas escolhas e vontades”.

O NAS tem trabalhado com uma lógica de abrir espaços de discussão de certos temas, agindo assim de forma preventiva e evitando apenas “apagar fogueiras” apontadas por educadores no caso de incidentes específicos dentro de cada oficina. Partindo de uma observação na qual algumas meninas estavam com um comportamento relativo à sexualidade bem aflorada em oficinas de esporte, surgiu a ideia da criação do Papo de Menina para discussões relacionadas à sexualidade, higiene, cuidados corporais, etc.

Com o sucesso do Papo de Menina, a equipe passou a considerar a necessidade da criação do Papo de Menino, mas não há homens na equipe do NAS, sendo assim a possibilidade de uma intervenção minha nesse sentido foi levantada. Foi feito também o convite ao educador Anísio Teles do Núcleo de Educação para contribuir com a proposta e mediar a conversa.

No Papo de Menino, procuramos partir das dúvidas dos educandos, mas também

tentamos nortear as discussões focando em temas normalmente silenciados no currículo escolar e dificilmente tratados no convívio familiar. Refletimos de forma crítica quanto às representações de homens e mulheres em revistas, novelas, comerciais de televisão; tratamos de temas como o desejo, o amor, a paixão; discutimos de forma aberta tabus, temas polêmicos com relação às relações sexuais e ainda tratamos do cuidado com o corpo e higiene pessoal.

Como será abordado abaixo, é importante que professores nas escolas e educadores em espaços não-escolares desenvolvam e estimulem o senso crítico nos alunos/educandos. Acredito que o desenvolvimento da capacidade de análise das representações na mídia de massas e em artefatos culturais é uma habilidade importante que pode ser desenvolvida, buscando superar as lacunas dos currículos e os preconceitos propagados pelos discursos aos quais crianças e adolescentes estão expostos. Sendo assim, trarei abaixo alguns conceitos que nortearam o trabalho e que acredito serem importantes para a compreensão do tema. O referencial teórico é constituído principalmente de estudos de sexualidade, gênero e currículo na perspectiva pós-crítica.

### **Gênero, sexualidade, masculinidades, heteronormatividade e homofobia**

Segundo Silva (1999, p. 91), o conceito de gênero, aparentemente, foi usado pela primeira vez para dar conta dos aspectos sociais de sexo em 1955, pelo biólogo John Money. O conceito passa a ser amplamente utilizado pelas estudiosas feministas brasileiras na década de 80. É importante lembrar que, nessa época, o conceito aparecia já dicionarizado na língua inglesa com um sentido de diferença sexual, enquanto que, os dicionários de outras línguas como português, francês e espanhol ainda não traziam essa acepção, o que prejudicava as traduções dos estudos feitos em inglês.

Como apontado por Silva (p.91), “o termo ‘gênero’ refere-se aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual.” É uma categoria relacional, não-essencialista e plural. O “conceito de gênero (...) enfoca a centralidade da linguagem (...) como lócus de produção das relações que a cultura estabelece entre o corpo, sujeito, conhecimento e poder.” (FREITAS E PARAÍSO – 2008).

Gênero é um conceito plural, pois em diferentes momentos históricos e em diferentes sociedades as idéias de masculino e feminino são vistas de forma diferenciada; como apontado por Louro (1995 - p.10). Não-essencialista, pois não haveria uma essência do masculino e do feminino, estando atitudes e comportamentos “femininos” e

“masculinos” presentes em homens e mulheres, mesmo que de forma reprimida (p.10). Haveria, portanto uma relação dialética entre feminino e masculino, onde um é oposto e complementar ao outro.

Podemos entender a sexualidade como a “forma cultural pela qual vivemos nossos desejos e prazeres corporais” (WEEKS1 apud BRITZMAN, 1996, p. 76). A sexualidade geralmente abordada no currículo escolar não leva em conta o desejo; se restringe à reprodução biológica, fortemente associada à vida adulta. Segundo Sales e Paraíso (2007) “as práticas sexuais não reprodutivas são desconsideradas ou envolvidas de ameaças e medos (cf. LOURO, 1998). Nesse sentido, “a associação da sexualidade ao prazer e ao desejo é deslocada em favor da prevenção dos perigos e das doenças (p.154).”

Para Robert Connell (1995b, pp. 188), masculinidade é “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero.” Ainda segundo o autor, existem múltiplas configurações possíveis de masculinidade em uma sociedade, essa pluralidade pode indicar que podemos falar em masculinidades.

Segundo Louro, “há um processo de masculinização que se inicia na infância, por meio da vigilância dos comportamentos, de modo a garantir a masculinidade dos rapazes.” (LOURO apud SALES E PARAÍSO, 2013, p.610). Existem padrões socialmente definidos como normais com relação à conduta, formas de agir e os sentimentos dos homens. “Os mais variados comportamentos masculinos são vigiados, avaliados e julgados o tempo todo, de modo intensivo e extensivo, em termos de sua relação com a sexualidade” (p. 613).

Outro conceito importante a ser tratado é o de heteronormatividade. Podemos entendê-la como a naturalização da heterossexualidade. Qualquer orientação ou comportamento fora do modelo que toma o sexo feminino e o sexo masculino como distintos e complementares é visto como anormal, desviante, imoral, ilegítimo e/ou patológico. A heterossexualidade, portanto é tomada como normativa na sociedade, “configura uma norma, um princípio ordenador segundo o qual a pluralidade das experiências sexuais é significada.” (LIONÇO e DINIZ, 2009, p.48). Feminino e masculino são vistos como sinônimos de macho e fêmea e desconsidera-se a dimensão social das relações; “outras formas de vivência da sexualidade são avaliadas e descritas como incorretas e monstruosas” (SALES e PARAÍSO, 2013, p. 609).

“A homofobia é uma prática de discriminação baseada na suposição da normalidade da heterossexualidade e dos estereótipos de gênero” (LIONÇO e DINIZ, 2009, p. 49). Decorre da heteronormatividade, da defesa do patriarcado, da concepção de

um modelo único de família e de que feminilidade e masculinidade são excludentes. Aparece de forma explícita nos dicionários pesquisados pelas autoras citadas e apresentam termos discriminatórios referentes à diversidade sexual.

### **Pós-modernidade, juventudes, currículos e a importância de um espaço de discussão coletivo**

O mundo contemporâneo, nomeado por alguns autores como pós-modernidade ou modernidade líquida, é marcado pelo individualismo, pela transitoriedade das relações, pelo passageiro. Bauman (2004) chama atenção para a fragilidade dos laços humanos, das relações amorosas e, dentre outros, um dos possíveis resultados que podemos imaginar nesse tipo de relação valorizada atualmente é a iniciação sexual precoce.

Devemos estar cientes que a adolescência é marcada pela turbulência das mudanças corporais, da demarcação identitária, do surgimento de novas responsabilidades. “Estas alterações juntamente com as vivências relevantes podem contribuir para a vulnerabilidade dos adolescentes” (MARTINS, VINHAS e LIMA, 2011). Estes e as famílias podem não estar preparados para tal fase e assim surgirem conflitos de relacionamento.

Dayrell (2007) atribui à dimensão simbólica e expressiva uma forma de os jovens se posicionarem diante de si e da sociedade. Os jovens aparecem não apenas como fruidores da cultura, mas como produtores de cultura, buscando suas identidades nos mais diversos grupos. As “culturas juvenis” e a adesão a grupos culturais favorecem a “construção de uma auto-estima, possibilitando-lhes identidades positivas” (p. 1110).

A escola tem um importante papel, mas não possui o monopólio da socialização dos jovens, pois a socialização ocorre nos mais diversos espaços, pelo contato com os mais diversos grupos. Nas escolas, os alunos ainda são tratados da mesma forma consagrada “por uma cultura escolar construída em outro contexto” (p. 1125) e as suas diversidades reais são reduzidas “a diferenças apreendidas sob a ótica da cognição (...) ou do comportamento” (Dayrell, 1996, p. 139). Assim, a adesão de crianças e adolescentes a atividades em ONGs é importante, pois se trata potencialmente de um lugar privilegiado para novas vivências, para a sociabilidade menos escolarizada.

Entendo a escola, a mídia, as ONGs como educadores, formadores e reguladores de sujeitos e identidades. Atribuo à educação um papel central no que toca a questão de gênero. Mesmo que o gênero não esteja presente no currículo formal, está presente no

currículo em ação. A currículo da mídia ensina formas “apropriadas”, ditas normais de ser e de se comportar, sendo um importante referencial para a juventude. Cabe aos educadores trabalharem uma educação problematizadora quanto ao gênero e desenvolverem em si e nos educandos certo “alfabetismo crítico com relação à mídia” (PARAÍSO – 2004, p.61). O educador não pode silenciar diante dessa questão e não pode adotar uma postura fatalista. “Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz” (SILVA - 1995). A trama do cotidiano nos oferece sempre a possibilidade de fazer de outro modo, nada é simplesmente imposto, o poder é uma via de mão dupla.

É importante promover análises de artefatos culturais, pois como salienta Giroux (1995, p.136), a “necessidade de uma tal análise fica demonstrada no poderoso papel que a mídia está, de forma crescente, assumindo na produção de imagens e textos que penetram em cada vez mais áreas da vida cotidiana.”

Como afirma Paraíso (2007, p.133), “a mídia atrai, seduz, mostra, expõe, descontrai, faz espetáculo, emociona, dá aspecto de novidade ao já conhecido, transforma o cotidiano e o corriqueiro em show”. Ainda sobre isso Sabat (1999, p.245) destaca que a mídia “é uma dessas instâncias sociais que produz cultura, veicula e constrói significados e representações.” Para Fischer (2007), as novas tecnologias multiplicam os corpos em linguagem digital e a novas mídias têm papel central na superexposição de corpos infantis e juvenis. “A sexualidade produzida culturalmente, na contemporaneidade, está sendo construída também no ciberespaço, em que a juventude aparece como o grande símbolo da vida hiper conectada” (SALES e PARAÍSO, 2007, p. 149).

Devido à necessidade de mostrar a importância de análises de discurso de artefatos culturais, também será importante trazer as concepções de Michel Foucault de poder, discurso e representação. Para Foucault, o poder é visto como uma relação, não como uma posse. O poder não se tem, se exerce, pressupõe a resistência. Como exposto por Machado (1993, p. 16), o poder é “produtivo, já que ele produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos, aumenta a força econômica e diminui a força política dos indivíduos.”

O discurso aparece então como uma ferramenta importante no que se refere às relações de poder. Ele ajuda a produzir e a regular os sujeitos. Os discursos possuem modos de endereçamento (quando se escreve, escreve para alguém), supõem as posições ocupadas pelos sujeitos e tem uma intencionalidade. “Esses discursos produzidos e divulgados em nossa cultura (...) contribuem para produzir modos de ver e de viver a

feminilidade e a masculinidade considerados adequados” (SALES – 2009, p.8).

Como apontado por Paraíso (2004, p.59), “o conceito de representação focaliza a linguagem. É uma forma de conhecimento e de divulgação do outro.” A representação possui uma intencionalidade e não é uma mera imagem ou reflexo daquilo que se quer representar. É a partir das noções apresentadas acima que se fazem as análises dos artefatos culturais, pois os materiais deixam “traços intencionais e não intencionais” (PARAÍSO – 2007, p.136) das “posições-de-sujeito” aos quais se dirigem e querem produzir.

Segundo Corazza (2001), todo currículo quer expressar-se, bastando indagações de como estas expressões se dão:

“O currículo possui ‘linguagem, nele identificamos significantes, significados, sons, imagens, conceitos, falas, língua, posições, discursivas, representações, metáforas, metonímias, ironias, invenções, fluxos, corte (...) Assim como o adotamos de um caráter eminentemente construcionista’.” (Corazza, 2001, p. 9)

Paraíso (1997) discute o resultado de um currículo masculinizante e machista, onde se fazem reproduzir expectativas, construções ideais de posições que normalmente sempre foram “exigidos” pelos currículos oficiais. Um “currículo masculinizante organizado contribui, centralmente, para reproduzir e reforçar o domínio masculino sobre as mulheres” (SILVA - 1995).

Carvalho (2003) defende que devemos trazer a discussão sobre masculinidade e feminilidade para o centro dos debates, tornando-a mais visível. “Começar a pensar sobre as nossas próprias concepções de gênero, criar espaços coletivos para essa reflexão me parecem ser as tarefas iniciais por meio das quais podem deslanchar mudanças na prática”. Martins, Vinhas e Lima (2011) também defendem tal proposta no campo da saúde, pois, segundo as autoras, “a criação de espaços harmoniosos nas unidades de saúde permitirá aos adolescentes, a reflexão, discussão e o esclarecimento de suas dúvidas (p.11)”.

## **RELATOS DE EXPERIÊNCIA**

### **Papo de Menino (29/05/13)**

Iniciamos o Papo de Menino com apenas três educandos, mas que desde o início se mostraram à vontade para tirar suas dúvidas. A dinâmica foi simples: uma caixa com perguntas anônimas feitas anteriormente pelos próprios educandos e alguns artigos que



poderiam remeter a temas interessantes de se trabalhar (desodorante, preservativo, fotos de revista que remetam à sexualidade/sensualização dos corpos, HQ's de super-heróis, jogos). Um balão era passado de mão em mão enquanto tocava uma música; quando esta era interrompida, aquele que estivesse com o balão era vendado e retirava uma pergunta a qual deveria responder ou um objeto do qual deveria falar sobre. A curiosidade e vontade de participar ativamente era tão grande que, às vezes, faziam questão de demorar com o balão nas mãos.

À medida que a conversa ia fluindo, outros educandos chegaram e se juntaram ao grupo de forma bem espontânea. Achei bem produtivo e senti que não houve tabus e receio de fazer perguntas; todos saíram aprendendo com a troca de dúvidas e experiências em temas que geralmente são pouco discutidos abertamente. Ao final, já com oito educandos notava-se que aqueles que chegaram depois; por um lado, se sentiram frustrados por terem aproveitado pouco a conversa, mas por outro, empolgados em relação à próxima edição do Papo de Menino.

Anísio conduziu boa parte da conversa e falou com propriedade e de forma bem natural. Nessa primeira conversa não houve tempo para trabalhar com a desnaturalização a respeito de questões de gênero; o que já era esperado, mas introduzimos a questão do respeito às opções/orientações sexuais. Em geral, a dinâmica acabou servindo como uma forma lúdica de matar a curiosidade dos educandos em relação à sexualidade; modificações do corpo, higiene e cuidado com o mesmo. O papo rendeu! Ultrapassamos a duração prevista e assunto não faltará para o próximo.

#### Papo de Menino (03/07/13)

Nessa edição do Papo de Menino contamos com a participação de 10 educandos. Estava prevista uma dinâmica quebra-gelo chamada *Emboladão*, mas devido às características da sala (sala de artes) a mesma não foi realizada. Fizemos uma dinâmica chamada *Tipos Humanos* na qual foi proposta aos educandos que recortassem em revistas imagens que relacionassem à mulher, colassem essas imagens em uma cartolina e, posteriormente, seria feita uma discussão dos motivos pelos quais eles associavam aquelas imagens às mulheres. Também foi proposto que os educandos falassem características que as mulheres consideram importantes que os homens tenham e foi feita uma discussão a respeito de tais características. Também levamos alguns papéis em

branco para que os participantes escrevessem perguntas de forma anônima, mas, como esperado, eles não usaram os papéis e ficaram à vontade para perguntar sem a necessidade do anonimato.

A abertura de um espaço de discussão com relação à sexualidade parece ser muito bem vinda a essas crianças e adolescentes. Os mesmos não demonstram preocupação na dinâmica de relação educador/educando e discutem os temas de igual para igual. Em alguns momentos, usam termos mais técnicos para se referir a partes do corpo e a outros termos ligados à relação sexual, mas sempre demonstram estar à vontade.

Procuramos falar das expectativas que homens criam em relação às mulheres e comparamos às expectativas que mulheres criam em relação aos homens. Problematicamos a questão das preferências que temos e que as mesmas são relativas. Também problematicamos o fato de algumas características geralmente valorizadas em relação a cada sexo serem um construto sócio-histórico e citamos exemplos disso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo buscou abordar a importância da abertura de espaços coletivos para discussão com relação à sexualidade e gênero com crianças e adolescentes em contraposição aos currículos da mídia e ao currículo escolar, muitas vezes perversamente silencioso com relação a esse tema.

Os currículos, sem dúvida, são artefatos de gênero e essa dimensão não pode deixar de ser analisada e problematizada. Ao mesmo tempo, não podemos olhar para o currículo de forma reducionista, ele deve ser pensado na complexidade das diversas questões ali tratadas e que também influem na questão de gênero. A forma como qualquer grupo é representado, ou não, tem implicações políticas. As questões étnicas, de classe, religiosas, dentre outras, estão presentes no currículo, mesmo em sua ausência, no silêncio.

Fica evidente a importância do Educador Social para que sejam superadas as “medidas repressivas, corretivas e assistencialistas” (Marques, 2004 - p.22) e a visão que se reproduz de que uma criança amparada pelo Estado ou ONG estaria “matando ou roubando” se não frequentasse tais locais. Todo pobre não é bandido e todo bandido não é pobre. A educação não pode ser vista apenas como um *negócio* (negação do ócio) ou mero serviço prestado. Deve-se superar a lógica de ONGs com propostas que visam

“manter as ruas limpas e seguras” (p.22) e não se preocupam de fato com quem elas deveriam ajudar, ou outras ONGs com boas intenções, mas, despreparadas e que acabam por repetir a lógica das primeiras.

O Educador social deve, portanto, fornecer condições para que os sujeitos se tornem cidadãos. Deve reconhecer e respeitar a diferença, mas, tratando para que estas crianças em vulnerabilidade social entendam que existem leis e normas e estas devem ser respeitadas (ou negociadas, no caso das normas), pois, em geral eles não possuem “limites” e tem um pensamento imediatista. Deve trabalhar para que entendam que a vida não é fácil e que “atalhos”, na maioria das vezes, conduzem a “precipícios e emboscadas” que não compensam. Deve trabalhar para que percebam que um país cheio de “espertos” se torna um país burro e que é necessário dar um jeito no “jeitinho brasileiro”. Deve ajudar estas pessoas a desconstruírem ideias e ideais prejudiciais a si mesmas e aos outros. É preciso devolver a voz aos *infantis* (in-fante: o que não fala) e dar a eles condições para que se tornem cidadãos.

As experiências e vivências proporcionadas aos educandos do Espaço Criança Esperança têm mostrado quanto as mesmas podem ser ricas e fazer a diferença na vida desses sujeitos. O cotidiano nos mostra que eles têm lutado pelos seus direitos. A exemplo, criaram um grêmio e têm feito reuniões com a equipe e solicitam melhorias.

É fundamental também que o conhecimento produzido em âmbito acadêmico seja mais articulado com os espaços educativos e que chegue a esses espaços com menores intervenções do poder governamental, criando-se espaços de trocas de saberes imediatos.

## **Referências Bibliográficas**

BATISTA, C. B. ; Leticia Sousa . Atenção psicossocial de jovens: uma experiência em psicologia comunitária. In: XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 2007, Belo Horizonte. Anais do Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica. Colóquio de Psicossociologia e Sociologia Clínica de Belo Horizonte, 2007.

BRITZMAN, Deborah. O Que é Essa Coisa Chamada Amor: identidade homossexual, educação e currículo. Educação e Realidade, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

CARVALHO, Marília Pinto, 2003. *Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero*.

COELHO, Leonardo. Os diversos olhares sobre o Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte: as imagens percebidas de seu público de relacionamento. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-

Graduação em Administração.

CONNELL, Robert W. (1995b). “Políticas da Masculinidade”. Educação & Realidade, 20 (2), pp. 185-206. [Também publicado em Connell, 1995a, capítulo 9].

CORAZZA, Sandra. O que quer um currículo? In: CORAZZA, S. O que quer um currículo?: Pesquisas pós-críticas em educação. Rio: Vozes, 2001a.p.9-21.

DAYRELL, Juarez . A escola como espaço sócio-cultural. In: Juarez Dayrell. (Org.). *Múltiplos Olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996, v. , p. 136-161.

DAYRELL, Juarez . A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização da juventude. In. Educ. Soc, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p.1105-1128, out. 2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Técnicas de si e tecnologias digitais. In: SOMMER, Luís Henrique; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs). Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens. Canoas: Ulbra, 2007.

FREITAS, D. A. S. ; PARAÍSO, Marlucy Alves . Práticas de produção do corpo de alunos e alunas nas histórias em quadrinhos do Chico Bento. In: II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina/VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM), 2008, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: REDEFEM, 2008.

GIROUX, Henry, Memória e Pedagogia no Maravilhoso Mundo da Disney. In: Silva, T. T. da (Org.) *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995, p.61-84.

LIONÇO, Tatiane e DINIZ, Débora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: LIONÇO, Tatiane; DINIZ, Débora (Orgs). *Homofobia e educação*. Um desafio ao silêncio. Brasil: Letras Livres, 2009.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. Introdução. In Foucault, M. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

MARQUES, Walter Ernesto Ude . Pedagogia Social: uma disciplina emergente. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 10, n. 59, p. 19-27, 2004.

MARTINS, Bianka; VINHAS, Carolina; LIMA, Maricélia. Formação de grupo de adolescentes em uma unidade de saúde do distrito de Feira de Santana-BA: relato de experiência. UDESC em Ação, Florianópolis , v.5, n.1, 2011.

PARAÍSO, Marlucy Alves . Contribuições dos estudos culturais para a educação. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 10, n. 55, p. 53-61, 2004.

PARAÍSO, Marlucy Alves . *Currículo e mídia educativa brasileira: poder, saber, subjetivação*. Chapecó-SC: Editora Argos, 2007. v. 1. 274 p.

SABAT, R. Quando a publicidade ensina sobre gênero e sexualidade. In SILVA, L. H. (Org.). *Século XXI: qual conhecimento? qual currículo?* Petrópolis: Vozes, 1999, p. 244-261.

SALES, Shirlei Rezende ; PARAÍSO, Marlucy Alves . Juventude Monstruosa: subjetividade e sexualidade no currículo do Orkut. *Currículo sem Fronteiras*, v. 7, p. 148-157, 2007.

SALES, Shirlei Rezende ; PARAÍSO, Marlucy Alves . O jovem MACHO e a jovem DIFÍCIL: governo da sexualidade no currículo. *Educação e Realidade*, v. 38, p. 603-625, 2013.

SALES, Shirlei. *Juventude ciborgue: transgredindo fronteiras de gênero*. 32ª reunião da ANPED. Caxambu, 2009.

SILVA, Tomaz T. As relações de gênero e a pedagogia feminista. In: SILVA, T. T. *Documentos de identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.91-98.

SILVA, Tomaz T. Currículo e Identidade Social: territórios contestados. In Tomaz T. da Silva e Antonio Flávio Moreira (org.). *Territórios Contestados: O currículo e os novos mapas políticos e culturais*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

**Capítulo 11 - DOI:10.55232/1085002.11**

## **O IDOSO E A PRÁTICA DO LAZER EM ÁREAS NATURAIS E PROTEGIDAS**

**Daniel Righi Campos, Patrícia Ortiz Monteiro, Elisa Maria Andrade Brisola**

**RESUMO:** Propõe-se uma reflexão acerca da prática do lazer pelo idoso em áreas naturais e protegidas, sua relação com o desenvolvimento humano, bem como sua contribuição para a qualidade de vida no envelhecimento. Trata-se de uma análise bibliográfica, pautada nas literaturas empírica e conceitual que abordam o tema e que revelaram progressivo aumento, no Brasil, da expectativa de vida, o que representa expressivo aumento da população idosa. Além disso, a pesquisa revelou que a prática do lazer tem importância significativa para a qualidade de vida e para o desenvolvimento humano. Percebeu-se, ainda, que existe uma busca crescente do idoso pela prática do lazer nas áreas naturais protegidas, como é o caso dos parques, o que propicia inúmeros benefícios para sua qualidade de vida e inclusão. Somando-se a esses benefícios, constata-se que as áreas naturais promovem maior contato desse público com a natureza, o que contribui para sua sensibilização e para proteção e preservação ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Lazer. Idoso.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Humano. Lazer. Idoso.

## **1 INTRODUÇÃO**

Dados estatísticos baseados em censos demográficos indicam aumento do envelhecimento da população mundial. A Organização das Nações Unidas revela que a população com 60 anos ou mais está aumentando a uma taxa de cerca de 3% a cada ano, e que, globalmente, em relação a todos os grupos etários mais jovens, esse aumento é mais rápido (ONU, 2019).

Ainda segundo a ONU, em âmbito global, o número de pessoas com 60 anos de idade ou mais, deve saltar, de 962 milhões, em 2017, para 1,4 bilhão, em 2030, e para 2,1 bilhões, em 2050. Ou seja, todas as regiões do mundo, excetuando a África, terão aproximadamente um quarto de suas populações compostas por pessoas idosas.

Tais previsões incidem diretamente nas questões voltadas ao desenvolvimento de um país em que, ao contrário do que se vem disseminando, é preciso observar que:

[...] o desenvolvimento exige outra lógica, que não a da produtividade a qualquer custo, competitividade e acumulação, encerra uma revolução de ideias e práticas sociais, que oriente pessoas e organizações para a produção e o consumo partilhado, respeitando os ciclos da natureza. Nesta perspectiva, praticamente inverte-se a ordem clássica, a economia colocando-se em função do desenvolvimento para que passe a estar centrado no ser humano, e não na acumulação do capital (CORIOLANO, 2013, p. 129).

Ainda segundo Coriolano (2013), é notório que a relação entre o desenvolvimento e o crescimento econômico de um país coexistem, mesmo que, durante muito tempo, tenha sido considerado que o crescimento econômico fosse o próprio desenvolvimento. No entanto, há que esclarecer que ambos os conceitos se diferem e que hoje há consenso mundial no que se refere à diferença entre ele, embora se possa admitir que guardam alguma relação entre si.

Apesar dos variados substantivos que acompanham o termo desenvolvimento, quando se fala em desenvolver economicamente um país, não significa pensar somente a mera multiplicação de riquezas materiais, mas, sobretudo, a possibilidade de alcançar também desenvolvimento humano, social e ambiental (MEGUIIS et al., 2015).

Com base nessa questão, busca-se compreender a importância do lazer para a qualidade de vida do idoso e sua relação com o desenvolvimento humano. Neste artigo, relata-se um estudo da prática do lazer em áreas naturais, como é o caso dos parques, dentre outras Unidades de Conservação.

Para atender aos objetivos pretendidos, foi utilizada como metodologia a revisão bibliográfica, a partir do entendimento de textos referentes aos conceitos de lazer, idoso, desenvolvimento humano e lazer em áreas naturais (Unidades de Conservação).

Nas seções subsequentes apresenta-se um paralelo entre o desenvolvimento humano e o idoso, para assim relacionar as práticas de lazer em áreas naturais.

## **2 O IDOSO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO**

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que teve início primeiramente nos países desenvolvidos, em decorrência de: da queda da mortalidade, grandes conquistas do conhecimento médico, urbanização adequada das cidades, melhoria nutricional, melhoria das condições socioeconômicas, elevação dos níveis de higiene pessoal e ambiental, tanto em residências como no trabalho, melhoramentos decorrentes dos avanços tecnológicos (CAMARANO, 2010). Em diversos países a pirâmide demográfica vem se invertendo, como já acontece na Europa.

No Brasil, a evolução da composição populacional por grupos de idade aponta para a tendência de um envelhecimento demográfico, o que corresponde ao aumento da participação percentual dos idosos na população e à consequente diminuição dos demais grupos etários (IBGE, 2015). Com base nesses dados, o Brasil será, em 2025, o país com maior número de pessoas idosas da América Latina e o sexto no ranking mundial. Prosseguindo com essa tendência, a quantidade de pessoas com 60 anos ou mais atingirá a marca de 40,5 milhões, em 2030, dentre as quais 6 milhões apresentarão mais de 80 anos de idade, de um total de 216 milhões brasileiros.

A expectativa de vida dos brasileiros vem aumentando. O IBGE divulgou que, em 2018, era de 76,3 anos. Como em 1940, por exemplo, a média era de 45,5 anos, de lá para cá o brasileiro passou a viver 30,8 anos a mais. Com relação à pessoa idosa, “Em 1940,



de cada mil pessoas que atingiam os 65 anos de idade, 259 chegariam aos 80 anos ou mais. Em 2018, de cada mil idosos com 65 anos, 637 completariam 80 anos.” (IBGE, 2019)

A expectativa de vida da população idosa teve uma elevação de 8,2 anos, no decorrer desse período (entre 1940 e 2018). Ainda, segundo o IBGE (2019) “As expectativas de vida ao atingir 80 anos, em 2018, foram de 10,4 anos para mulheres e 8,6 para homens. Em 1940, esses valores eram de 4,5 anos para as mulheres e 4,0 anos para os homens”. Tal fenômeno acontece conforme melhoram as condições de saneamento básico da população e o acesso a vacinas e atendimentos de saúde. Os dados revelam que as pessoas estão vivendo por mais tempo e a projeção é de que vivam cada vez mais.

A questão do envelhecimento no Brasil vem, ao longo dos anos, promovendo muitos debates e redirecionando olhares. A reflexão perpassa temas como a qualidade de vida da pessoa idosa, as nuances da longevidade, as políticas públicas específicas para essa etapa da vida, etc. Nesse rol infinito de considerações, incluem-se vertentes como saúde, lazer, segurança, sustento, acessibilidade, necessidades básicas e tantos outros assuntos que envolvem essa temática.

Atualmente, uma das questões que mais impactam a qualidade de vida e o desenvolvimento humano do idoso é a aposentadoria. Apesar disso, devido às necessidades financeiras muitos permanecem no mercado de trabalho (formal ou não) e acabam tendo uma redução de tempo livre para o lazer. Esse fato afeta a qualidade de vida dessas pessoas no decorrer do processo de envelhecimento, comprometendo diretamente a questão do desenvolvimento humano.

Em um momento em que a expectativa de vida está aumentando na maior parte dos países, as pessoas estão tendo um lugar mais ativo na sociedade, e por mais tempo. Devido à tecnologia, a população idosa vem procurando se manter ativa no que tange ao trabalho, seja ele remunerado ou mesmo voluntário. Muitos países vêm respondendo à essa demanda implantando ações para manter essa parcela da população no mercado de trabalho, sem, no entanto, afetar as oportunidades dos mais jovens. É imprescindível destacar que a longevidade acaba por aumentar o potencial de produção dos trabalhadores mais velhos.

Esses trabalhadores expõem-se a algumas vulnerabilidades sociais, em especial nos países em desenvolvimento, nos quais o trabalho remunerado ainda é uma necessidade para a pessoa idosa, apesar das oportunidades de emprego serem limitadas.

O fato é que as opções de trabalho disponíveis para os idosos, em sua maior parte, estão condicionadas a questões voltadas às políticas e programas de aposentadoria. Numa perspectiva global, os trabalhadores de países nos quais a cobertura de aposentadorias é reduzida tendem a permanecer no mercado de trabalho após os 65 anos, ao passo que os trabalhadores dos países onde essa cobertura é elevada tendem a aposentar-se mais cedo (PNUD, 2015).

Para Sen (1999, apud FAZITO et al., 2017), todo conceito de desenvolvimento busca a igualdade de alguma coisa, de uma utilidade – felicidade, qualidade de vida: das necessidades básicas, de direitos de acumulação e propriedade, de renda, etc.

Segundo Ploner (2012, apud RUSCHMANN; SOLHA, 2012, p. 15),

[...] nas últimas décadas, programas que propõem um envelhecimento saudável e ativo têm sido utilizados por inúmeras organizações governamentais e não governamentais, gerando diferentes repercussões na vivência do envelhecimento e na relação dos idosos com a sociedade.

Com base nessas reflexões, é possível perceber que o desenvolvimento de uma sociedade não está atrelado unicamente às questões econômicas, ligadas ao trabalho. Isso porque o desenvolvimento humano engloba questões ainda mais complexas, relacionadas também a fatores psicossociais e ambientais. Portanto, a implantação de políticas públicas voltadas a garantir direitos sociais, como saúde, habitação, segurança e lazer, são fundamentais para o desenvolvimento integral do cidadão. No entanto, não basta, criá-las, se não é dado ao idoso um amplo acesso a elas.

É preciso ponderar que qualquer crescimento que não considere as necessidades das pessoas não pode ser considerado desenvolvimento, ressalta Coriolano (2013).

Um dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, o lazer, muitas vezes é pouco debatido, visto que é frequentemente entendido como secundário para a saúde física e mental das pessoas.

O desenvolvimento social e cultural que a atividade turística e o lazer proporcionam a seus praticantes e aos destinos turísticos depende da oferta desses espaços e ambientes de uma forma mais justa e democrática. Democratizar o lazer implica democratizar o espaço (MARCELLINO, 1995).

Entende-se que ações devem ser implementadas e revistas constantemente, com a finalidade de garantir que o direito ao lazer do idoso seja atendido, considerando-se as peculiaridades dessas pessoas.

### **3 O IDOSO E A PRÁTICA DO LAZER EM ÁREAS NATURAIS**

A palavra lazer, apesar de ser tão amplamente utilizada, não tem um significado único. Pela sua etimologia, *licēre* (lazer) vem do Latim e quer dizer ser lícito, ser permitido, ter valor (HOUAISS, 2001). Muitos teóricos do assunto ainda não chegaram a um consenso sobre a extensão do significado do vocábulo, pois existem muitos entendimentos possíveis.

O campo do lazer, considerado como tempo livre, é fonte de discussões por inúmeros estudiosos do assunto. Diante deste fato, seguem, de forma breve, três ideias acerca do tema, conforme apresenta Fazito et al. (2017).

Shaw e Williams (1994) resumem as discussões sobre a definição de lazer em três momentos: 1) lazer entendido como o tempo livre das obrigações, que é criticado por não diferenciar o tempo livre do trabalho do tempo livre para o lazer; 2) lazer definido como o tempo em que as atividades de lazer acontecem (HAWORTH, VEAL, 2005), que é criticado por assumir uma falsa objetividade, já que atividades como jardinagem e artesanato podem ser entendidas como lazer ou obrigação; e 3) lazer visto como uma atitude da mente (DE GRAZIA, 1973), a forma como as pessoas percebem as atividades que dão satisfação pessoal, mas que é criticado por ser impreciso, já que há fronteiras de escolhas individuais que são construídas socialmente, baseadas em posição social, expectativas e processo de socialização. (Fazito et al., 2017, p.13)

No entanto, diante desses debates, utiliza-se aqui o conceito adotado por Dumazedier (1974), que compreende o lazer como

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (Dumazedier, 1974, p.34)

Em suma, o lazer acontece quando há tempo livre para a realização de atividades prazerosas. A prática do lazer e a experiência cultural e social que o turismo proporciona para os seus praticantes têm motivado cada vez mais as viagens e os deslocamentos para destinos que ofereçam atrativos que possibilitem a prática do lazer, entretenimento, relaxamento e contato com a natureza.

Segundo Camargo (1998), atualmente se percebe que a sociedade tem prestado atenção ao lúdico e que o lazer passou a ser um item no rol das necessidades das civilizações e dos direitos dos indivíduos.

Até meados do século XX, a pessoa idosa não poderia desfrutar de lazer na companhia de amigos, ou viajar para se divertir com autonomia e independência. Necessariamente, seria apenas um coadjuvante em seu ambiente familiar e social. Na década de 70 e no início dos anos 80, por exemplo, era inimaginável um idoso praticar atividades físicas regulares, ou mesmo frequentar academias. Hoje, não é incomum deparar idosos cheios de saúde e energia, ou seja, pessoas mais independentes, mesmo com as limitações naturais da idade. Esse público necessita de um olhar mais atento por parte dos órgãos governamentais, pois as políticas públicas devem atentar às peculiaridades dessa fase da vida, uma vez que o Brasil terá, em torno de uma década, uma população formada por mais de 40 milhões de pessoas acima de 60 anos.

É notório que, especificamente a partir das últimas décadas, teve início um movimento de desconstrução desse perfil de idoso de saúde frágil e dependente de familiares para realizar suas atividades sociais e de lazer. O antigo modelo já pode ser considerado antiquado: vovós que faziam crochês em suas cadeiras de balanço. O idoso pode ser jovem em sua essência, se assim desejar. Alguns assumem responsabilidades

com seus netos, outros ficam em uma condição de isolamento social, no ócio e no sedentarismo. Seus desejos de viver uma velhice com qualidade de vida vão além das ocupações familiares, como cuidar dos netos e realizar algumas tarefas domésticas. Seus anseios e vontades, principalmente na questão do lazer e de uma vida social ativa, estão cada vez mais possíveis de serem concretizados. Sair, divertir-se, encontrar amigos, viajar, ir ao parque, fazer atividades físicas, dançar e até voltar a estudar são desejos da maioria das pessoas que chegam à Terceira Idade, ou como muitas vezes a ela se referem, “Melhor Idade”.

Na velhice, o lazer possibilita superar limitações e reconstruir a vida de forma positiva, criativa e autônoma. Atividades lúdicas, por exemplo, têm caráter socializante, pois possibilita o desenvolvimento de hábitos saudáveis (VIANA, 1999). Essa possibilidade de reconstruir a vida, bem como o caráter socializante do lazer, favorecem a inclusão do idoso na sociedade.

Na cultura europeia, o idoso viaja mais a lazer do que os idosos de outros países. Entretanto, não se pode desconsiderar os fatores motivadores dessa característica, como a renda e a saúde, influenciadas por políticas públicas voltadas aos idosos. No Brasil, percebe-se crescente procura do idoso pelo lazer por meio da participação em grupos de convivência que são formados, muitas vezes, em associações, igrejas, clubes, bairros, etc. Uma das características marcantes dessa faixa etária, na prática do lazer, é a necessidade de integração e socialização com outras pessoas da mesma idade, ou com outros grupos que lhes proporcionem uma vida social ativa e autônoma. Viajar, como forma de lazer, é sinônimo de qualidade de vida entre os idosos, pois abre portas para o novo, para a vivência de novas emoções, para a aprendizagem, para o contato com diversas pessoas e com diversas culturas e além da apreciação de novas paisagens. Nos últimos anos, os idosos brasileiros descobriram esse novo caminho, seguindo a tendência precursora dos idosos europeus.

A procura pelo lazer longe dos centros urbanos e em áreas naturais tem ocorrido com maior frequência, em todos os segmentos da sociedade, e com mais intensidade pelo público idoso. Há uma crescente conscientização da necessidade de vivências mais espontâneas e significativas, e surge a vontade de fuga da rotina estressante e do caos urbano (MARCELLINO, 1996). Entende-se também que as atividades de lazer em áreas naturais proporcionam melhor integração entre a necessidade de fuga, de quebra da rotina,

e o prazer provenientes dos benefícios gerados a partir do lazer em contato com a natureza.

Quanto às áreas naturais,

[...] são consideradas como refúgio da vida silvestre, atraindo a curiosidade de muitas pessoas dispostas a conhecer espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção. Diante disso, o Turismo tem sido uma atividade cada vez mais praticada nas áreas naturais, por agregar não somente o lazer e o entretenimento, mas também a sensibilização dos visitantes quanto ao uso sustentável e preservação dos recursos ambientais. (SCHERER, et al., 2012, p. 2).

Nos últimos anos, constatou-se uma busca crescente acerca das práticas de lazer em áreas naturais. Essas práticas representam um importante espaço para o desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 1990; 1995).

A busca pelo lazer em contato com a natureza deve-se, principalmente, ao constante aumento da expectativa de vida. Assim, dentre os grupos sociais que configuram a demanda por lazer em áreas naturais está o dos idosos.

Muitos tipos de Unidades de Conservação, como é o caso dos parques, têm dentre os seus objetivos o uso público de suas áreas para o lazer e a recreação, bem como a preservação do patrimônio biológico existente em sua área. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável têm como objetivo básico “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (COSTA, 2002, p. 32). Ainda segundo Costa (2002), são Unidades de Conservação de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva da Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural, entre outras.

Um outro tipo de Unidades de Conservação são as de Proteção Integral, que têm como objetivo principal preservar o ecossistema e a biodiversidade. Nessas unidades é admitido exclusivamente o uso indireto dos seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico (COSTA, 2002). São exemplos de Unidades de Conservação de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Portanto, de acordo com suas

normas e finalidade, cada Unidade de Conservação apresenta permissão ou proibição do uso de suas áreas para visitação pública.

Entre as categorias de Unidades de Conservação, os parques são as mais conhecidas em todo o mundo. Isso se deve, sobretudo, pela integração entre a preservação de seus recursos naturais com o uso público para fins, não só recreativos, mas também educacionais e científicos. Costa (2002) esclarece que, no Brasil, eles representam um grande atrativo turístico e são responsáveis pelo marketing do segmento do ecoturismo.

As normas e restrições para a visitação pública nos parques são estabelecidas pelo seu Plano de Manejo, também denominado Plano de Gestão. Esse documento técnico se fundamenta nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação e orienta acerca das formas de uso de toda a área do parque, inclusive as áreas abertas ao público. Orienta também sobre manejo dos recursos naturais e sobre implantação de estruturas físicas e de recursos humanos.

As atividades de lazer em áreas naturais são um modo de conciliar diversão com preservação e educação ambiental. Ou seja, ao mesmo tempo em que entretêm o público, sensibiliza-o sobre a importância da proteção desses espaços.

Nesse contexto, o turismo e o lazer realizados em ambientes naturais podem ser concebidos como atrativos que se distinguem daqueles realizados em ambientes que turistas e visitantes estão habituados a frequentar no meio urbano. Isso porque possibilita diferentes formas de lazer.

Nas práticas de lazer em áreas naturais, a relação com o meio ambiente permite que esses espaços sejam concebidos como locais de aprendizado. Estabelecem-se diversas formas de interação entre as pessoas e a natureza, inclusive para o público que necessita de adaptações estruturais para participação em atividades de lazer nesse ambiente.

As atividades em meio à natureza são uma possibilidade de vivência prazerosa e de crescimento pessoal. São práticas de lazer muito diferentes das experiências cotidianas nas cidades brasileiras, especialmente nos grandes centros, que são implementadas exclusivamente a partir da lógica de reprodução do capital e marcadas pelo crescimento

desordenado, que não corresponde às necessidades reais da população (MARCELLINO, 1990; 1995).

Para Costa (2002), a oferta de uma infraestrutura mínima é condição fundamental para o atendimento às necessidades da demanda turística. Considerando que a visitação em áreas de uso público de parques se dá a partir de diferentes públicos, as suas trilhas devem estar aptas a atender às especificidades de grupos como crianças, pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida, entre outras. É sobretudo diante desse cenário que surgem as discussões pertinentes à promoção de acessibilidade e inclusão nas áreas naturais.

#### **4 TURISMO E LAZER INCLUSIVO PARA O IDOSO**

Para que a atividade turística e o lazer sejam de fato democráticos e igualitários, é necessário que a sociedade tenha compreensão de sua importância, que tenha responsabilidade no fomento da acessibilidade e da inclusão para todos os segmentos sociais, em especial aos idosos e pessoas com necessidades especiais.

A relação da pessoa idosa com as necessidades especiais vem do processo natural de envelhecimento. Muitas vezes, o idoso perde, de forma gradativa, o domínio dos seus principais sentidos, o que o inclui também grupo de pessoas com necessidades especiais. Portanto, é bastante comum encontrar idosos saudáveis, mas já apresentando algum tipo de dificuldade ou restrições quanto a mobilidade, audição, a visão, etc.

Sasaki (1997) afirma que, para que se possam incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, deve considerar que é ela quem precisa ser capaz de atender às necessidades de seus indivíduos, e acrescenta que a inclusão social depende do fato de que os sistemas de lazer e turismo estejam adequados às necessidades dos indivíduos.

As áreas naturais e os espaços de lazer devem, não só atrair o público idoso, mas também adequar-se às suas necessidades e condições, no sentido de promover a necessária acessibilidade para a sua inclusão na sociedade.

Conforme Sasaki (2003), hoje é ponto pacífico o direito das pessoas com deficiência às oportunidades de lazer, esporte e turismo como parte do seu



desenvolvimento e bem-estar integral. No entanto, não mais separadamente da população geral. Priorizam-se hoje as atividades que reúnam pessoas com deficiências e pessoas sem deficiências no mesmo espaço de lazer e turismo. São as chamadas Atividades Integradas e Atividades Inclusivas.

As Atividades Integradas acontecem quando uma pessoa com deficiência consegue participar das atividades de lazer mesmo que não adaptadas. Já as Atividades Inclusivas ocorrem quando os programas de lazer são alterados para que as pessoas com deficiência possam participar juntamente com as demais pessoas.

No Brasil, já existem algumas cidades que oferecem roteiros e atrativos turísticos para esse tipo de público. No entanto, apenas um pouco mais da metade do mercado de parques e atrações turísticas informou ter realizado treinamento de pessoal no sentido de receber pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Estes dados demonstram claramente que existe ainda uma demanda de turismo no Brasil pouco trabalhada e que pode representar um grande potencial para o desenvolvimento da inclusão social. Estudar a acessibilidade significa optar por um caminho diferente na conquista de melhores condições de vida em sociedade (SIOTA, ASHTON e HEIDRICH, 2015).

Sendo assim, para que a acessibilidade ocorra de forma efetiva, todos esses componentes espaciais devem ser atendidos. O indivíduo precisa ter acesso à informação, deslocar-se e utilizar equipamentos com independência, interagir com os demais e participar de atividades, o que torna possível sua inclusão na sociedade (ELY e SILVA, 2009).

A prática do ecoturismo e de atividades de aventura tem recebido mais adesão pelo público idoso, que já encontra produtos e serviços adequados à suas necessidades específicas, o que lhes garante conforto e segurança na realização dessas atividades.

Algumas Unidades de Conservação já vêm desenvolvendo programas para o planejamento de trilhas acessíveis, tanto ao público idoso, quanto às pessoas com deficiência de mobilidade, assim como já ocorre no caso de praias com acessibilidade para cadeirantes.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados acerca do envelhecimento populacional no Brasil demonstram que em alguns anos 19% da população terão acima de 60 anos de idade. O perfil do idoso, na atualidade, em quase nada se assemelha ao perfil do idoso no passado. Hoje, pode-se dizer que os idosos são mais independentes e autônomos, quando se trata de suas realizações. A necessidade de se manter por mais tempo atuando no mercado de trabalho, se por um lado o mantém produtivo, por outro lado implica, muitas vezes, menor disponibilidade de acesso e de tempo para a prática do lazer.

De um modo geral, para o desenvolvimento humano, o lazer gera melhora na qualidade de vida e leva a uma participação social mais ativa. Daí a importância de serem instituídas políticas públicas voltadas para o idoso, no que tange, não só as questões sociais, mas também ao lazer. Indo mais adiante, Parker (1978) observa que a saúde e a mobilidade têm relevante impacto, tanto na quantidade quanto na qualidade do lazer desse grupo.

A prática do lazer, especialmente aquela que acontece em áreas naturais, oferece experiências prazerosas, educativas e sensibilizadoras, além de conectar as pessoas à natureza e propiciar bem estar.

A crescente busca por prática de lazer em áreas naturais é percebida em todos os segmentos da sociedade, pois as pessoas anseiam por esse contato, para fugir da agitada vida dos centros urbanos. No entanto, quando se trata de público idoso, é preciso voltar o olhar para as questões de acessibilidade, de forma que esses espaços sejam adequados para seu atendimento e recepção.

Os gestores das Unidades de Conservação, bem como os planos de manejo, que regem a gestão dessas áreas e estabelecem as diretrizes do uso público e visitação, precisam dispensar maior atenção para as questões de acessibilidade desse público nos espaços de lazer e promover mais ações sociais nesse sentido.

Assim, o atendimento às necessidades dos idosos, quanto a acessibilidade em espaços de lazer em áreas naturais, torna-se um elemento fundamental para que a inclusão

de fato ocorra. A eliminação de barreiras e a oferta de melhor segurança e autonomia possibilitará que os idosos usufruam desse tipo de lazer tanto quanto os demais grupos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALVES JUNIOR, E.; MELO, V. Introdução ao Lazer. São Paulo: Manole, 2003.
- BRUHNS, H. Introdução aos Estudos do Lazer. Campinas: Unicamp, 1997.
- CAMARGO, L.O. de L. Educação para o lazer. São Paulo: Moderna, 1998.
- CORBIN, A. História dos tempos livres. O advento do lazer. Lisboa: Teorema, 2001.
- CORIOLOANO, L.N. Lazer e Turismo para o Desenvolvimento na Escala Humana. Revista Lusófona de Estudos Culturais. Vol. 1, n. 2, pp. 126-141, 2013.
- COSTA, P. C. Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo. Série Turismo. São Paulo: Aleph, 2002
- DUMAZEDIER, Jofre. Lazer e cultura popular – Debates. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELY, V. H. M. B.; SILVA, C. S. Unidades habitacionais hoteleiras na Ilha de Santa Catarina: um estudo sobre acessibilidade espacial. Produção, v.19, n.3, p. 489-501, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v19n3/07.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- FARIAS, P. de M.; SARAIVA, M.V.; ZANATTA, M.A.; CABRAL, B.L.F. Turismo e lazer em áreas naturais como possibilidade de conservação da cultura e da biodiversidade (2016). Anais do VII Congresso Sul brasileiro de Ciência do Esporte. Criciúma, 2016. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/8csbce/2016sul/paper/viewFile/8332/4423>>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- FAZITO, M.; RODRIGUES, B.; NASCIMENTO, E.; PENA L.C.S. O papel do turismo no desenvolvimento humano. Belém: Paper do NAEA 372, 2017.
- HAWORTH, J. T.; VEAL, A. J. (Eds.) Work and Leisure (New Ed). London: Routledge. 2005.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Em 2018, expectativa de vida era de 76,3 anos. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

KLEIBER, D. A. *Leisure Experience and Human Development: A Dialectical Interpretation*. New York: Basic Books, 1999.

MARCELLINO, N. *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus, 1990.

\_\_\_\_\_. *Lazer e Humanização*. Campinas: Papirus, 1995.

MEGUIS, T.; FARIAS, K.; VIANA, P.; HAMOY, Juliana. Do desenvolvimento global ao desenvolvimento local: novas perspectivas do desenvolvimento do turismo. 2015. *Revista de Turismo Contemporâneo*. Natal, v. 3, n. 1, p. 98-120, 2015.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Envelhecimento. Disponível em: <<https://unric.org/pt/envelhecimento/#:~:text=Estima%2Dse%20que%20o%20n%C3%BAmero,1%20mil%20milh%C3%B5es%20em%202100.&text=Em%20todo%20o%20mundo%2C%20a,os%20grupos%20et%C3%A1rios%20mais%20jovens>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Tradução de Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório Do Desenvolvimento 2015. O Trabalho como motor do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014.html>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SCHERER, L.; PESSÔA, A.S.; LANZER, R. M. Turismo em Áreas Naturais: Um Estudo de Caso no Município de Canela (RS). 2012. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Turismo e Paisagem: relação complexa. Caxias do Sul, 2012.

SIOTA, M. S.; ASHTON, M. S. G.; HEIDRICH, R. **Turismo Inclusivo**: as condições de acessibilidade em dois parques temáticos de Canela/RS, Brasil. 2015. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/ccss/2015/04/turismo-inclusivo.html>. Acesso em: 10 mai. 2020.

VIANA, M. Lazer e terceira idade: um lugar onde ninguém é velho. 1999. 131 f. Monografia (Especialização em Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1999.

**Capítulo 12 - DOI:10.55232/1085002.12**

**QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: EMPRESAS E COLABORADORES ALINHADOS E PRODUTIVOS**

**Anisio Miranda dos Santos, Fabio Machado de Oliveira, Antonio Francisco Degli Esposti de Oliveira**

**RESUMO:** Quando se fala em Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, o termo pode passar a ideia de que essa ferramenta de gestão busca apenas beneficiar os colaboradores, mas, no presente artigo aqui apresentado, buscou-se discorrer de modo pontual e específico para alguns modelos de gestão gerenciais e administrativos de multinacionais que acreditam majoritariamente que a qualidade de vida no trabalho, é capaz de tornar os colaboradores mais produtivos, rentáveis, menos adoecidos e biopsicossocialmente realizados e felizes, um conglomerado de fatores que numa sintonia fina entre empresa e colaborador, gera resultados satisfatórios para ambos. Mas, antes de apresentar discorrer sobre esses resultados positivos, o estudo perpassa pelas construções, debates e batalhas travadas entre empresa e colaboradores, referenciada pela revolução industrial e suas etapas (um processo extremamente dura, que custou a vida de muitos e categoricamente mostrava a má vontade dos patrões e o pouco apressado pela vida humana de seus empregados), até chegar nessa comprovada percepção contemporânea que justifica o investimento que as empresas dispensam em favor de seus colaboradores e agregados. Ressaltando que essa análise é sustentada pelas empresas citadas na pesquisa e não de modo generalizado. Metodologicamente a proposição baseou-se em teóricos que sustentam a ideia de que o sujeito é um ser complexo e dissociável de sua vida pessoal e profissional, além de trazer exemplos de diversas formas de intervenção que as empresas citadas utilizam para motivar seus colaboradores, e finalmente conclui de forma clara e objetiva de que apesar desses procedimentos poderem ser realizados por pequenas, medias e grandes empresas, deve-se o gestor avaliar o custo benefício caso a caso, pois cada organização tem sua particularidade.

**Palavras-chave:** Ferramenta de gestão, Qualidade de vida, Produtividade.

## **1 INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo, é mostrar que a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é uma ferramenta de gestão que veio para humanizar as organizações, onde os colaboradores sintam-se parte da empresa, participem das decisões, estejam felizes, trabalhem motivados e em contrapartida gerem o retorno esperado.

Entende-se que a eficiência desta metodologia de trabalho, pode ser facilmente mensurada se acompanhado o dia a dia dos colaboradores e o resultado apresentado na organização. Existem diversas maneiras de se aplicar esta ferramenta, como: programas de incentivos, benefícios sociais, feedbacks, encontros informais entre outros. A proposta é que estes complementos informais ou não, se transformem em resultados positivos para a organização, onde procuraremos mostrar que o contratado com suas necessidades atendidas, tende a ser mais produtivo, por diversas razões, dentre elas pode-se destacar o baixo índice de absenteísmo, a redução de atestados médicos, além da maneira satisfatória como atendem aos clientes. Acredita-se ser importante ressaltar que a ferramenta QVT não foi criada com o objetivo de aumentar a produtividade e sim produzir um bem-estar na vida do colaborador, aumento da produtividade é apenas uma satisfatória consequência, o que se torna excelente para a organização.

Apesar desta ferramenta ter surgido em meados da década de 50, na Inglaterra, pelo psicólogo Eric Trist, faz-se necessário lembrar que esta evolução da parte humanística dentro das organizações vem amadurecendo desde a revolução industrial no século XVIII, onde já se mostrava a preocupação com a gestão de pessoas, logo, este desenvolvimento e conquistas dos colaboradores dentro da organização e na sociedade como um todo foi se dando gradativamente sempre com o objetivo de preservar a qualidade de vida do ser humano e de seus agregados, e, paralelo a esta premissa de forma secundária atender às expectativas pecuniárias da organização.

Isso posto, entende-se ser de relevante colaborar com esta nova visão empresarial e empreendedora que vem transcendendo com mais força no século XXI, onde dá-se uma ênfase muito grande no colaborador que é o maior patrimônio de uma organização, quebrando paradigmas e mostrando resultados satisfatórios para ambas as partes.

Dentro desta perspectiva objetiva-se no presente trabalho compreender porque a QVT está diretamente ligada ao desempenho do colaborador e ao resultado final da

organização, tornando-a mais competitiva no mercado e, especificamente mostrar que essa ferramenta vista como um auxílio de gestão, com foco voltado para o bem estar do colaborador, tende a transformar o ambiente de trabalho, tornando-o saudável, motivador e satisfatório, de maneira que ele possa exercer suas atividades de forma efetiva, e, em contra partida aumente positivamente os resultados financeiros da organização.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica onde serão considerados para este fim, publicações de pesquisadores e “gurus” da administração. Pretende-se abordar a evolução do ser humano dentro das organizações, tendo como parâmetro a Revolução Industrial (1760), as inovações e o avanço tecnológico, que de certa forma obrigava os colaboradores a se qualificarem cada vez mais.

Propor-se-á uma reflexão sobre como a qualidade de vida e a produtividade do colaborador está diretamente ligados, uma vez que ele passa oito horas por dia ou mais, durante aproximadamente 35 anos de sua vida dentro do seu local de trabalho.

Apresentar-se-á resultados de organizações que colocaram em prática esta metodologia de trabalho, quebrando paradigmas e servindo de como referencial para que outras empresas.

## **3 DESENVOLVIMENTO**

É impossível separar o homem em duas partes, uma quando está no trabalho e outra quando está em seu momento de vida social, logo, ele precisa estar bem e ter suas necessidades atendidas. Segundo Limonge-França (2009, p. 16), "toda pessoa é um complexo biopsicossocial, ou seja, tem potencialidades biológicas, psicológicas e sociais que respondem simultaneamente às condições de vida".

Como toda organização tem suas peculiaridades, e toda máquina precisa recarregar suas baterias, somos seres humanos, e, quando se trata de desempenho profissional, produtividade e eficiência dentro de uma organização, este item se torna ainda mais importante e visível.



Conforme cita Chiavenato (1999, p. 516), "a qualidade de vida tem se tornado um fator de grande importância nas organizações e está diretamente relacionada à maximização do potencial humano, e isto depende de tão bem as pessoas se sentem trabalhando na organização".

Com o passar do tempo, e com a globalização, muitas empresas estão vendo-se obrigadas a mudar seus conceitos e quebrarem paradigmas históricos, como investir em primeiro lugar no bem-estar dos colaboradores de sua empresa e conseqüentemente aumentar a produtividade deles e o lucro da organização.

Hackman e Oldham *apud* Rodrigues (1994, p. 124-5), entendem que qualidade de vida no trabalho tem muito a ver com produtividade e também com a relação de satisfação entre o indivíduo e a organização na qual trabalha, isto fica muito claro quando estudos e compreendemos a teoria de Maslow.

Os fatores que influem, decisivamente, sobre a motivação humana são: - Trabalho em grupo; - Reconhecimento, segurança e integração ao grupo; - Necessidades fisiológicas; - Necessidade de segurança material; - Necessidades sociais; - Necessidade do ego; - Necessidade de autorrealização. (MATOS, 1997)

Partindo do princípio que a organização necessita de produtividade e retorno financeiro para sobreviver, percebe-se que esta ferramenta de gestão tem origem voltada para esse fim. Autores como Werther e Davis (1983), constatam que os esforços para melhorar a qualidade de vida do trabalhador, na verdade, devem atender às necessidades de produção da organização.

Davis e Newstrom (1996, p. 146), entendem a qualidade de vida no trabalho como os pontos favoráveis e desfavoráveis de um ambiente de trabalho para as pessoas, sem esquecer que o ambiente deve ser tão satisfatório para o indivíduo quanto para a saúde econômica da organização, portanto, ambas as partes devem ganhar neste processo, é o verdadeiro processo "ganha, ganha".

Em Werther e Davis (1983, p. 71), constata-se que fatores como: supervisão, condições de trabalho, benefícios, pagamento e projeto de cargo, são fontes motivadoras que tornam os cargos mais produtivos e satisfatórios, levando a organização a bons resultados.

Corroborando com essa teoria:

Nadler e Lawler *apud* Rodrigues (1994, p. 81), afirmam que a qualidade de vida no trabalho pode ser compreendida como um meio para melhorar o ambiente de trabalho, aumentar a produção e satisfação, bem como uma maneira de enfrentar os problemas de qualidade e produtividade.

Diante do exposto, percebe-se ficar claro segundo os autores supracitados, que a Qualidade de Vida no Trabalho é muito importante para o colaborador, mas também não menos para a organização, uma vez que esta metodologia de trabalho gera resultados satisfatórios para todos.

### **3.1 Revolução Industrial**

A Revolução Industrial foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. A principal particularidade dessa revolução foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e com o uso das máquinas.

Até o final do século XVIII a maioria da população europeia vivia no campo e produzia o que consumia. De maneira artesanal o produtor dominava todo o processo produtivo. (SOHISTORIA, 2009)

Apesar de a produção ser predominantemente artesanal, países como a França e a Inglaterra, possuíam manufaturas. As manufaturas eram grandes oficinas onde diversos artesãos realizavam as tarefas manualmente, entretanto subordinados ao proprietário da manufatura.

A Inglaterra foi precursora na Revolução Industrial devido a diversos fatores, entre eles: possuir uma rica burguesia, o fato do país possuir a mais importante zona de livre comércio da Europa, o êxodo rural e a localização privilegiada junto ao mar o que facilitava a exploração dos mercados ultramarinos. (SOHISTORIA, 2009)

Como muitos empresários ambicionavam lucrar mais, o operário era explorado sendo forçado a trabalhar até 15 horas por dia em troca de um salário baixo. Além disso, mulheres e crianças também eram obrigadas a trabalhar para sustentarem suas famílias.

Diante disso, alguns trabalhadores se revoltaram com as péssimas condições de trabalho oferecidas, e começaram a sabotar as máquinas, ficando conhecidos como “os quebradores de máquinas“. Outros movimentos também surgiram nessa época com o objetivo de defender o trabalhador. (SOHISTORIA, 2009)

O trabalhador em razão deste processo perdeu o conhecimento de toda a técnica de fabricação passando a executar apenas uma etapa.

#### **3.1.1 A Primeira etapa da Revolução Industrial**

Entre 1760 a 1860, a Revolução Industrial ficou limitada, primeiramente, à Inglaterra. Houve o aparecimento de indústrias de tecidos de algodão, com o uso do tear mecânico. Nessa época o aprimoramento das máquinas a vapor contribuiu para a continuação da Revolução. (SOHISTORIA, 2009)

### **3.1.2 A Segunda Etapa da Revolução Industrial**

A segunda etapa ocorreu no período de 1860 a 1900, ao contrário da primeira fase, países como Alemanha, França, Rússia e Itália também se industrializaram. O emprego do aço, a utilização da energia elétrica e dos combustíveis derivados do petróleo, a invenção do motor a explosão, da locomotiva a vapor e o desenvolvimento de produtos químicos foram as principais inovações desse período. (SOHISTORIA, 2009)

### **3.1.3 A Terceira Etapa da Revolução Industrial**

Alguns historiadores têm considerado os avanços tecnológicos do século XX e XXI como a terceira etapa da Revolução Industrial. O computador, o fax, a engenharia genética, o celular seriam algumas das inovações dessa época. (SOHISTORIA, 2009)

## **3.2 Proposições**

Imaginemos uma empresa em que seus colaboradores vão para o trabalho sabendo que seus vencimentos não serão suficientes para sanar suas obrigações no final do mês, que eles irão “receber hoje para pagar o que comeram ontem”, que seu filho não está na escola, sua esposa está grávida e que a empresa não oferece plano de saúde, etc... É bem provável que a auto estima deste colaborador estará em baixa, que sua produtividade no trabalho ficará prejudicada, possivelmente nesta empresa teremos um índice muito grande de absenteísmo altíssimo, porque o ser humano não é máquina, e, certamente levarão para dentro da organização seus problemas pessoais, porque é humanamente impossível separar este elo: empresa X humano. “Repetindo” Limonge-França (2009, pag. 16), "toda pessoa é um complexo biopsicossocial, ou seja, tem

potencialidades biológicas, psicológicas e sociais que respondem simultaneamente às condições de vida".

Segundo Weiss, (1991, p.32) “As pessoas trabalham por recompensas. Essas não precisam ser tangíveis, como dinheiro. Podem ser intangíveis, como no caso de deixar um funcionário ser líder de um grupo e outros”.

Nessa mesma vertente, sustenta Rodrigues:

Conforme Rodrigues (1994, p.93), “Os empregados que possuem uma vida familiar insatisfatória têm o trabalho como o único ou maior meio para obter a satisfação de muitas de suas necessidades, principalmente, as sociais”. Assim, o trabalho assume dimensões enormes na vida do homem.

Nas pontuações que seguiram abaixo, baseado em Gil (2001) que explica que a teoria de Abraham Maslow é importante no ambiente de trabalho, pois as pessoas necessitam de atenção e respeito e não apenas de recompensas financeiras. Assim sendo, apresentaremos abaixo alguns benefícios que podem ser oferecidos aos colaboradores das empresas, que, monitorado e bem elaborado, segundo o perfil e cultura de casa empresa, certamente o retorno será garantido:

**Alimentação:** Principalmente nas grandes cidades, onde não se tem tempo para fazerem suas refeições em casa, seria de grande valia, uma ala com restaurante próprio ou até mesmo terceirizado, com baixo custo, descontado diretamente na fonte. *Benefícios: uma alimentação balanceada e de boa qualidade;*

**Carreira:** Realizar convênios com instituições de ensino técnico ou superior, com desconto nas mensalidades, e quem sabe até realiza-lo dentro da própria empresa. *Benefícios: Fechar pacotes com horários flexíveis e, quando formado, aproveitar a qualificação do próprio colaborador para fazê-lo crescer dentro da empresa.*

**Educação:** Bolsa de estudo ao colaborador ou seus filhos, creche em horário integral (mesmo que desconte uma taxa mensal), cursos de idioma entre outros. *Benefícios: A qualificação profissional dos filhos e enquanto os filhos estão na creche os pais podem trabalhar tranquilamente;*

**Lazer:** Ginástica laboral em um horário pré-definido dentro do horário de trabalho (aconselhamento no início ou no final do expediente), disponibilizar uma área própria ou alugada, para os colaboradores praticarem atividades físicas, como futebol, natação, e porque não um churrasquinho no final de semana. *Benefícios: Reuniões informais certamente acontecerão nestes encontros, dali podem surgir ideias inovadoras que*

*poderão revolucionar a empresa e os seres humanos precisam estar interagindo entre si.*

**Remuneração:** *Plano de cargo e salários é muito bem-vindo, criação de metas com remuneração diferenciada, sorteios de vale brindes no final do mês, gratificação para o funcionário do mês. Benefícios: Ajudar a “engordar” o contracheque e satisfação pessoal;*

**Saúde:** Plano de saúde para os colaboradores estendido aos seus dependentes, seguro de vida, planos odontológico, assistência psicológica, psiquiátrica e nutricional dentro da organização ou conveniada (uma vez que geralmente os planos de saúde não cobrem este tipo de atendimento). *Benefícios: O colaborador trabalha muito mais tranquilo sabendo que está seguro e “não depender do SUS na atual circunstância do País é uma boa”.*

**Outras práticas,** que podem também serem adotadas, são: horários flexíveis de trabalho (dependendo do cargo), jornada reduzida no verão ou inverno, possibilidades de trabalho em locais remotos (casa, rua, casa do cliente, etc.), licença não remunerada para projetos pessoais entre outros.

**Observação:** Vale lembrar que são apenas sugestões e que cada prática deve estar ajustada com o perfil e cultura da empresa, ser bem avaliada e mensurada, para que não ocorra prejuízos com determinadas medidas.

Buono (1992), diz que o contexto organizacional é um determinante básico da motivação de administradores e subordinados. A estrutura de poder e as espécies de normas e valores que atuam simultaneamente afetam os motivos e os comportamentos dos colaboradores.

E continua:

Buono (1992), complementa afirmando que as pessoas só terão vontade de trabalhar, ter entusiasmo em relação às metas das organizações se obterem satisfação do próprio trabalho de forma eficaz dependendo primordialmente das condições básicas.

### **3.3 Empresas que deram certo no quesito Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)**

Veremos a seguir exemplos de grandes empresas que investem no bem-estar dos seus colaboradores, e dão oportunidades de participação efetiva, os resultados são

excelentes, pois obviamente que um funcionário com qualidade de vida satisfatória, com a saúde em dia, tende a produzir mais. Um funcionário feliz traz felicidade para dentro da empresa. Segundo Chiavenato (2002), as pessoas formam uma organização porque esperam que sua participação satisfaça algumas necessidades pessoais. E para obter essas satisfações, as pessoas estão dispostas a incorrer em certos custos na organização. Pois esperam que as satisfações de suas necessidades pessoais sejam maiores do que os custos e avaliam suas satisfações esperadas e por meio de sistemas de valores.

### **3.3.1 Práticas de duas das maiores empresas de tecnologia do mundo**

#### **GOOGLE**

A GOOGLE investe pesado em qualidade de vida e alguns de seus escritórios espalhados pelo mundo são verdadeiros santuários para os seus colaboradores, que de tão envolvidos pela empresa, passam muito mais tempo que o necessário trabalhando. (COMPUTERWORD, 2016):

#### **Práticas na GOOGLE:**

- ▶ Tobogã: O tobogã liga a zona de escritórios do primeiro piso com a cafeteria e o ginásio. Para descer para comer não tem que esperar pelo elevador. Aos recém-chegados a praxe é que eles desçam pelo tobogã para apresenta-los.
- ▶ Refeitório: A cafeteria serve o lanche, o almoço e o jantar preparados por cozinheiros contratados exclusivamente para o edifício. Há comida para vegetarianos, dois pratos principais, um buffet de saladas e todas as comidas se faz com ingredientes nacionais, totalmente grátis.
- ▶ Família: As crianças são sempre bem-vindas e não é estranho que os “googler” como são chamados os sortudos que ali trabalham, vão trabalhar acompanhados dos filhos.
- ▶ Exercícios: Conta com uma bem estruturada academia e cadeiras de massagens gratuitas, sala de jogos.
- ▶ Área de trabalho: Os postos de trabalho são livremente escolhidos e não é raro que os “googlers” mudem de local de trabalho frequentemente.

**Resultado:** Foi divulgado no informe de resultados da empresa, que a receita nos três últimos meses do ano subiu 22%, para US\$ 26,1 bilhões, enquanto o lucro líquido subiu 8%, para US\$ 5,3 bilhões.

"2016 foi simplesmente um grande ano para nós", disse Ruth Porat, diretor financeiro da Alphabet e do Google, em uma teleconferência com analistas.

## **FACEBOOK**

A rede social para negócios Glassdoor analisou as condições de trabalho dos funcionários da sede de Palo Alto e das outras unidades do Facebook. Os resultados mostram que trabalhar lá é tudo o que muitos de nós desejamos em nossa trajetória profissional. (EXAME/ABRIL, 2015):

“É um lugar cheio de benefícios, tem sala de música e jogos, academia, quadras, vários restaurantes e diversos jogos espalhados pelo campus. O salário é bom. Um bom lugar para trabalhar com uma política de abertura para todos os empregados”. (Estagiário de Engenharia de Software – Menlo Park, Califórnia, 2015)

### **Práticas da organização:**

- ▶ A empresa propicia plano de saúde médica, odontológica, e seguro de vida, além de reembolso de 50% da mensalidade nas academias que o colaborador frequenta;
- ▶ No caso dos funcionários que possuem filhos pequenos (até cinco anos de idade), US\$ 3 mil/ano são aplicados na conta do funcionário, para cobrir despesas com babás. Isso faz com que o funcionário trabalhe mais tranquilo, refletindo assim uma maior produtividade. Aqueles que decidirem adotar uma criança recebem US\$ 4 mil para cobrir os custos do processo de adoção, além de quatro meses de licença maternidade, uma vez que eles entendem que esse período inicial da convivência entre a criança e os pais adotivos é um dos mais importantes dessa nova fase afetiva.
- ▶ Existem outros benefícios como parcerias entre empresas como Microsoft, Dell, Apple e AT&T. Assim, os colaboradores podem utilizar descontos exclusivos e preços especiais na aquisição de seus produtos. Além disso o Facebook garante 21 dias das férias remuneradas para os seus funcionários, e dependendo da evolução do funcionário na empresa, o salário pode ser um dos melhores entre as empresas dessa categoria.

**Resultado:** O resultado financeiro do Facebook com relação à receita do segundo trimestre superou as projeções de analistas de mercado. O rendimento total aumentou 59,2%, para US\$ 6,44 bilhões contra US\$ 6,02 bilhões esperados por analistas. A

receita líquida atribuível a acionistas do Facebook subiu para US\$ 2,05 bilhões, ou US\$ 0,71 por ação, no segundo trimestre. (TECHTUDO, 2012)

### **3.3.2 Empresas que utilizam happy hour com estratégia de RH**

#### **DIAGEO**

Na Diageo, fabricante de marcas como Smirnoff e Johnnie Walker, o happy hour é uma das práticas globais da empresa. Eles são realizados em bares dentro da própria empresa, mensalmente. Todos os 500 colaboradores da empresa podem participar dos eventos, sem contribuir com nada.

**Resultado:** Diageo é a maior fabricante de bebidas destiladas do mundo, ela vende seus produtos em 180 países e tem representações em 80 países.

Foi eleita pelo Great Place to Work Institute (GPTW) como uma das cem melhores empresas para se trabalhar no Brasil. (EXAME, 2013)

#### **HEINEKEN**

Na agenda de atividades anuais da Heineken, o happy hour é um evento que sempre está presente. Esporadicamente, a empresa realiza confraternizações no seu escritório corporativo na cidade de São Paulo. Nas fábricas, a reunião acontece quando há lançamento de produtos ou embalagens novas. O happy hour sempre acontece no fim do expediente e dentro da própria companhia. No cardápio, há snacks e produtos da linha Heineken. A empresa possui 2,3 mil funcionários no Brasil, mas o happy hour ocorre com mais frequência para os 350 colaboradores corporativos.

**Resultado:** Hoje, a HEINEKEN é a cervejaria número 1 na Europa, a segunda maior do mundo em rentabilidade no setor e a terceira em volume de vendas, com mais de 250 marcas, com aproximadamente 85 mil funcionários, 165 cervejarias e atuação em mais de 70 países. (EXAME, 2013)

#### **KANUI**



A equipe da empresa de e-commerce esportivo Kanui trabalha fazendo semanalmente, às sextas-feiras. É que depois das 15h começa um happy hour, mas o expediente não é interrompido. São oferecidos refrigerantes, cervejas, energético e petiscos e cada funcionário contribui com o valor que quiser. Todos os 70 funcionários da companhia podem participar da comemoração.

**Resultado:** Idealizada e desenvolvida pelo grupo alemão Rocket GmbH para se tornar a mais completa loja online de artigos esportivos do Brasil, a Kanui saiu do anonimato e conquistou os mercados de esportes radicais e outdoor em pouco mais de dois anos. (EXAME, 2013)

### **3.3.3 Empresas que incentivam a prática de esportes**

#### **VALE**

A unidade de tubarão, em Vitória/ES (AERT – Associação Esportiva Recreativa Tubarão), durante todo o ano treina seus colaboradores, três vezes por semana, natação, futsal e tênis, além de promover campeonatos internos de natação e futebol. Onde se contribui com cerca de R\$ 40,00 por mês, dando-lhe direito à incluir seus dependentes. A adesão é satisfatória, onde aproximadamente 120 funcionários já aderiram a este grupo de atividades esportivas.

Segundo o presidente da AERT Marcos Guimarães (2015, pág. 76), "O esporte também ajuda muito a ter disciplina, o que é bom para o trabalho".

**Resultado:** O lucro líquido do grupo totalizou R\$ 1,842 bilhão no 3T16, 48,6% abaixo dos R\$ 3,585 bilhões registrados no 2T16, principalmente devido às variações cambiais (R\$ 1,072 bilhão). O lucro básico recorrente (ajuste no lucro líquido para os itens não recorrentes) foi de R\$ 3,085 bilhões no 3T16, principalmente devido aos ajustes para variação cambial (R\$ 1,072 bilhão). (VALE, 2015)

#### **ITAIPU BINACIONAL**

Semestralmente a empresa oferece aos funcionários, participar em companhia de seus familiares, uma caminhada ecológica, além de atividades lúdicas e academia para

todos. A empresa oferece também periodicamente passeios ciclísticos que também são abertos à comunidade, onde participam aproximadamente 250 pessoas, entre adultos e crianças.

Todos os gastos são custeados pela empresa, que contrata profissionais de educação física para acompanhar os eventos e orientar os participantes.

**Resultado:** A partir de 2022, quando Itaipu Binacional estiver com todos os empréstimos pagos e os países não fizerem mais aportes anuais para o pagamento dos financiamentos da construção da usina, Brasil e Paraguai também passarão a receber o lucro da geração e venda da energia. Em números atuais, isso representaria cerca de US\$ 1,6 bilhão, metade do orçamento. É o que afirmou o diretor geral de Itaipu no Brasil, Jorge Samek. (ITAIPUBINACIONAL, 2008)

## **ITAU UNIBANCO**

O torneio de futebol do Itaú Unibanco já é uma tradição na empresa. Realizado há mais de 30 anos no clube da companhia na represa de Guarapiranga, nas últimas competições a empresa reuniu 53 equipes (aproximadamente 994 funcionários). Para os funcionários com mais de 35 anos, é realizado o torneio máster, que conta com 6 equipes (uma média de 120 pessoas). O campeonato de campo é apenas masculino, mas na edição society há também as edições feminina e máster. Na última competição, as três categorias somaram 100 equipes (1600 funcionários aproximadamente). Cada um dos torneios é realizado anualmente, e tem uma taxa de adesão de 150 reais por equipe.

**Resultado:** O Itaú Unibanco anunciou em 02/08/2016 que registrou lucro líquido de R\$ 5,518 bilhões no segundo trimestre de 2016, depois de atingir R\$ 5,184 bilhões nos três primeiros meses do ano: um aumento de 6,4%. (G1.GLOBO.COM, 2016)

## **GE**

Subsidia 50% dos gastos dos funcionários com atividades físicas, além disso, oferece através da GE Runners (um grupo de monitoramento de corrida), treinamentos, uniformes e alimentação gratuita para todos os funcionários que queiram participar do evento, que são realizados trimestralmente.

Em São Paulo a empresa patrocina passeios ciclísticos e jogos de futebol para seus colaboradores em uma quadra alugada pela organização, em outras unidades a empresa possui quadras internas. Na unidade de Campinas, a empresa aluga um clube para os funcionários jogarem vôlei de praia, fazer academia, e praticar atletismo.

**Resultado:** O lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da General Electric (GE) totalizou US\$ 6,3 bilhões no quarto trimestre de 2015, alta de 22% em relação ao registrado em igual período do ano anterior, segundo informou a empresa em comunicado. (UOL, 2016)

### 3.4 Ginástica Laboral

Outra atividade que vem ganhando forma dentro das organizações e a GL (Ginástica Laboral), realizada na maioria das vezes no início ou no final dos trabalhos, tem tido bons resultados para ambos os lados.

Alguns benefícios da ginástica laboral podem ser visualizados na Tabela 1.

**Tabela 1. Benefícios atribuídos a Ginástica Laboral (GL)**

Benefícios para as empresas	Benefícios para o trabalhador
Redução do índice de absenteísmo; Maior proteção legal; Aumento dos lucros; Diminuição dos acidentes de trabalho, com prevenção de doenças profissionais; Reflexão da capacidade produção/produktividade; Integração dos trabalhadores; Baixo custo de implantação do programa; Funcionamento da ação como política do RH; Acompanhamento do médico da empresa ou RH; Reduzir acidentes de trabalho e/ ou afastamento do trabalhador da empresa.	<p><i>Fisiológicos</i></p> Prevenir a LER/DORT; Prevenir lesões; Diminuir tensões generalizadas e relaxar; Amenizar fadiga muscular; Prevenir o stress; Melhorar a postura; Melhorar a condição da saúde geral. <p><i>Psicológicos</i></p> Reforçar a autoestima; Aumento da capacidade de concentração no ambiente de trabalho; Conquista do momento destinado a ele; Valorização do funcionário. <p><i>Sociais</i></p> Melhorar o relacionamento interpessoal; Melhorar comunicação interna; Participação ativa nas palestras, debates e dinâmicas de

	grupos.
--	---------

Fonte: Albuquerque, A. M. F. C.; 2005

### **3.5 Dormir depois do almoço pode ajudar a ser mais produtivo**

Segundo o professor Leon Lack (2012), da Universidade de Flinders, o cochilo melhora o desempenho, o sentimento de alerta e a atenção aos pormenores.

Segundo estudos realizados, aquele “cochilo” depois do almoço pode fazer muito bem para o cérebro humano, o poder de concentração aumenta em 25% juntamente com a produtividade.

Um estudo realizado pela universidade da Califórnia pediu aos participantes para completarem uma tarefa desafiadora e que exigia um grande número de informações. Essa mesma tarefa foi realizada ao meio-dia. Por volta das 14 horas, metade dessas pessoas foram dormir enquanto as restantes continuaram a trabalhar. Às 18 horas os investigadores realizaram outros exercícios. Os estudos comprovaram o que já se esperava: os participantes que dormiram aprenderam mais rápido do que aqueles que tiveram acordados o dia todo.

Isto ocorreu porque, devido ao excesso de informações a que nosso cérebro é submetido, isso passa a sensação de que nosso cérebro não comporta mais informações, porém este problema pode ser resolvido com uma "dormidinha" depois do almoço. Quem confirma esta informação é a Universidade de Massachusetts:

“Vários estudantes ficaram sem dormir e depois foram obrigados a visualizarem vídeos com barras horizontais. Porém, em alguns momentos desses vídeos apareciam barras diagonais no canto esquerdo da tela. Em todos os vídeos os jovens eram obrigados a dizer quais eram as barras diagonais e as horizontais. O objetivo do estudo foi verificar quanto tempo tinha que durar cada vídeo de forma a que os estudantes respondessem corretamente a 80% das perguntas, tentando assim verificar o tempo de resposta do cérebro. Conclusão: a privação do sono levou a respostas mais lentas”. Stickgold (2002, pag. 3).

**NÃO DURMA DEMASIADAMENTE;** Segundo a médica Sara C. Mednick, (2006, pag. 35) criadora do estudo do sono, os níveis de sangue do cérebro diminuem quando você entra num ciclo do sono, portanto quando se dorme demasiadamente na “sesta” você pode cair na “inércia do sono”, e os benefícios não serão tão satisfatórios assim, por isso o tempo considerado máximo para um cochilo é de aproximadamente 45 minutos, os primeiros 15 a 20 minutos a pessoa ainda está adormecendo, dos 20 aos 45

minutos o corpo entra em um estado de sono leve (este é o ideai), a partir daí o sono já entra em estágio de sono profundo e já não se tem mais os mesmos benefícios “pós-sesta”, portanto não durma demais.

Segundo Fabiano Cândido e Camila Cechinel, (PEGN, 2014 pag. 8) Existem empresas que criam o “cantinho do sono” para os colaboradores, e outras, até fazem desta inovação seu próprio negócio, no centro da cidade de São Paulo, mais especificamente na avenida paulista, já existem muitas empresas que disponibilizam este serviço, como é o caso do negócio do empresário Marcelo Von Ancken e da filha Camila. Eles investiram R\$ 80 mil em pesquisas, projetos e montagem das cabines.

“Em questão de qualidade de vida, acho que todos hoje nessa vida corrida da cidade necessitam ter um descanso diário. Então, assim como se procura hoje se alimentar bem, também o descanso faz parte dessa qualidade de vida. Então acho que existe aí um nicho muito grande a ser explorado”, afirma o empresário Marcelo Von Ancken. (CORE-MT, 2012)

Outro fator que entra em ação durante a sesta é a digestão. Após o almoço, o fluxo sanguíneo desviado para o sistema gástrico gera certo estado de sonolência, contribuindo para a soneca.

Para facilitar o sono, alguns conselhos podem ser colocados em prática. Procure um lugar tranquilo, sem muito barulho, escuro, e se possível, com um local para deitar. Dormir sentado, além de prejudicar a postura demanda mais tempo para cair no sono. Caso isso não seja possível, utilize fones de ouvidos com músicas calmas e uma máscara para dormir.

Temos diversos gênios de nossa sociedade que eram apaixonados por uma “sonequinha” depois do almoço, como: Albert Einstein, Leonardo Da Vinci, John F. Kennedy, Napoleão, Ronald Reagan e Thomas Edison. (NAPRÁTICA.ORG, 2017)

## **4 CONCLUSÃO**

Diante de tudo que foi elencado na pesquisa e nos depoimentos dos sujeitos envolvidos nesse processo de Qualidade de Vida e os benefícios dentro e fora da organização, fica evidente que esse processo é uma via de mão dupla, ou seja, o colaborador precisa estar satisfeito e a empresa precisa estar rentável, e assim sendo, aumenta a possibilidade de sucesso.

Importante ressaltar, novamente, que essa abordagem buscou de forma individualizada a gestão de algumas empresas, o que não quer dizer que esses procedimentos darão certo em todas as organizações, pois cada qual tem suas peculiaridades e as decisões devem ser tomadas de forma a avaliar o custo benefício.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Albuquerque, A. M. F. C. e Maciel, R. H. e Melzer, A. C. e Leônidas, S. R. Quem se beneficia dos programas de ginástica laboral – *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2005, vol. 8 pp. 71-86.

BUONO, Anthony F. Elementos de Comportamento Organizacional. São Paulo ed Thomson pioneira, 1992.

CHIAVENATO, I. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. RIO DE JANEIRO: CAMPUS, 1999.

\_\_\_\_\_. Teoria Geral da Administração. Edição Compacta, 3ª Edição. RJ, Editora Campus, 2002.

COMPUTERWORD, 2016. Lucro trimestral do Google. Disponível em: <<http://computerworld.com.br/lucro-trimestral-do-google-sobe-8-em-2016-mas-fica-abaixo-das-estimativas>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CORE-MT.ORG, 2012. Empresas investem em espaços para soneca na hora do trabalho. Disponível em: <<http://www.core-mt.org.br/noticias/noticia.asp?id=2384&noticia=empresas-investem-em-espaco-para-soneca-no-horario-de-trabalho>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

DAVIS, K. e NEWSTROM, J. W. Comportamento humano no trabalho – Uma abordagem psicológica. São Paulo: Pioneira, 1992.

EXAME, 2013. Empresas que oferecem mais qualidade de vida. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/as-empresas-que-oferecem-mais-qualidade-de-vida-na-visao-dos-funcionarios/>>. Acesso em 10 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Entrevistas com estagiários. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/10-estagiarios-contam-como-e-trabalhar-no-facebook/>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

G1.GLOBO.COM, 2016. Lucro do Itaú/Unibanco. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/08/lucro-do-itaunibanco-crece-para-r-5518-bilhoes-no-2-trimestre.html>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.

HACKMAN et al. Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ITAIPUBINACIONAL, 2008. Agência de Notícias Brasil Árabe. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/itaipunamidia/lucro-de-itaipu-podera-chegar-us-16-bilhao>>. Acesso em 10 jul. 2020.

LEON, L. 2012. Cochilo melhora o desempenho. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4Eiwap0jZV0> - Prof. Leon Lack Public Lecture on Sleep Psychology>. Acesso em 10 jul. 2020.

LIMONGE-FRANÇA. Qualidade de Vida no Trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2ª ed..São Paulo:Editora Atlas S.A, 2009.

MATOS, F. G. Fator QF – Ciclo de felicidade no trabalho. São Paulo: Makron Books, 1997.

MEDNICK, S. 2006. Take a Nap. Disponível em: <<https://www.amazon.com/Take-Nap-Change-Your-Life/dp/0761142908>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

NADLER, David A. & LAWLER, Edward E. Quality of work life perspectives and directions. Organization Dynamics. 11:20-30, winter 1983

NAPRATICA.ORG, 2017. O que pessoas bem sucedidas fazem na hora do almoço? Disponível em: <[https://www.napratica.org.br/rotina-de-pessoas-de-sucesso-lazer/?fb\\_comment\\_id=1502656329810434\\_1510357855706948](https://www.napratica.org.br/rotina-de-pessoas-de-sucesso-lazer/?fb_comment_id=1502656329810434_1510357855706948)>. Acesso em: 05 dez. 2020.

PEGN, 2014. Primeiro Cochilódromo de São Paulo. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/blogs/curiosidade/o-primeiro-cochilodromo-de-sao-paulo/>>. Acesso em 05 dez. 2020.

Revista EXAME.COM, 2013. Negócios. Disponível em: <[www.exame.abril.com.br/negocios](http://www.exame.abril.com.br/negocios)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RODRIGUES, M. V. C. Qualidade de vida no trabalho – Evolução e Análise no nível gerencial. Rio: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. Ensaio de administração: organização e recursos humanos. Fortaleza: UNIFOR, 1994.

STICKGOLD, 2002. Universidade de Massachusetts. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/news/2002/05/power-napping-Stickgold>>. Acesso em 05 dez. 2020.

SÓ HISTÓRIA, 2009. "Resumo - Revolução Industrial" em *Só História*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2020. Disponível em: <<http://www.sohistoria.com.br/resumos/revolucaoindustrial.php>> Acesso em 05 dez. 2020.

TECHTUDO, 2012. Os salários e benefícios oferecidos pelo facebook. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/02/os-salarios-e-beneficios-oferecidos-pelo-facebook.html>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

UOL, 2016. Lucro Da General Electric sobe 22% no quarto trimestre. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/valor-online/2016/01/22/lucro-da-general-electric-sobe-22-no-quarto-trimestre.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

VALE, 2015. Empresas que incentivam a prática de esportes. Disponível em: <[http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/2016%203Q%20Vale%20IFRS%20BRL\\_p.pdf](http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/2016%203Q%20Vale%20IFRS%20BRL_p.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2020.

WERTHER Jr., William B. DAVIS, Keith. Administração de pessoal e Recursos Humanos. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

WEISS, D. Motivação e resultado – Como obter o melhor de sua equipe. São Paulo: Nobel, 1991.



## **MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO: UM ENFOQUE RETROSPECTO NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

**Jovina da Silva**

**RESUMO:** Este estudo propõe uma reflexão acerca da função dos Movimentos Sociais e do Estado, enfocando a efetivação de ações referentes aos Direitos Humanos, especificamente numa sociedade conflituosa e em transformação. Objetiva-se discutir os Movimentos Sociais e o papel do Estado, à luz de um retrospecto na efetivação dos direitos em prol da dignidade da pessoa humana. O percurso metodológico se caracteriza como pesquisa de caráter bibliográfica e de abordagem qualitativa fundamenta-se nos teóricos: Gohn (2011); Muller (2013); Touraine (1978). Os resultados mostram que os movimentos sociais constituem uma ferramenta em potencial capaz de ir além de reivindicar que o Estado cumpra seu dever de garantir na prática os direitos humanos assegurados na carta magna brasileira/88, também propõem reorganização social para mudar determinados aspectos sociais fragilizados em uma sociedade que apresenta diferentes formas de pensar e agir, bem como a maneira de interpretar a realidade. Portanto, urge que a sociedade civil reconheça cada vez mais o papel dos movimentos sociais e os fortaleça com sua participação, bem como o Estado precisa ouvir a voz e a dinâmica coletiva, na busca de uma sociedade mais justa e um Estado eficazmente democrático de direito.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais. Estado. Direitos Humanos

## **INTRODUÇÃO**

Os Movimentos sociais compreendem uma categoria sócio-política ampla e caracterizam-se como uma ação de grupos sociais voltados à promoção de interesses morais, éticos e legais, tendo em vista à defesa de direitos humanos e atendimento as demandas sociais de uma sociedade, em especial a atual que se encontra em transição, sustentada em uma base conflituosa e de transformações rápidas. Nesse sentido são ações que visam transformações também da ordem, incluindo: sistemas normativos, políticos e econômicos vigentes, sob a égide dos mais variados suportes ideológicos e em diferentes contextos históricos e sociais. Entretanto, o Estado é uma organização de natureza política. Portanto, corresponde a uma entidade que tem poder soberano para governar um povo pertencente a uma área territorial delimitada.

Nesse estudo discute-se ideias abstratas vivenciadas em práticas concretas, implementadas pelo Estado sob a concepção de Estado-poder e Estado de Bem-Estar, em busca de ações interventivas de efetivação de direitos sociais e cidadãos, o que implica em identificar a necessidade de superar as desigualdades econômicas e sociais que são contrapostas a argumentos que apontam o papel do Estado na defesa dos interesses privados, na outra concepção, entidade que defende a intervenção, integra as áreas econômico- política e social e assegura a democracia e o bem-estar como temas emergentes para o seu desenvolvimento.

## **METODOLOGIA**

Nesse estudo discute-se os Movimentos Sociais x Estado na concretização dos Direitos humanos. Na consecução do objetivo proposto, recorreu-se a uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico, no que se refere à pesquisa bibliográfica, Gil (2018, p. 44) reitera:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

O estudo bibliográfico foi fundamental para o levantamento do referencial teórico

supracitado no desenvolvimento do estudo em pauta. Quanto à abordagem qualitativa adotada para a leitura das informações, Minayo (2012, p. 23) aponta que ela “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

A análise e discussão dos fundamentos teóricos deu-se a partir do posicionamento crítico da pesquisadora, ponto fundamental que permite o confronto de concepções e abre possibilidades para aprofundamento de estudos e contribui para a análise dos resultados, objeto de discussão do próximo item.

## **RESULTADOS E DISCURSÃO**

O cenário atual é constituído por uma sociedade plural e dinâmica, em que os sujeitos possuem necessidades que compõem uma demanda dessa realidade, enfrentam as adversidades apresentadas pelas transformações rápidas. Demanda essa que precisa ser objeto de resolução pelas instituições que representam a sociedade, considerando o contexto político para que seja atendida. Entretanto, os interesses e necessidades de determinados grupos nem sempre são atendidos pelo Estado e pelos representantes políticos. Considerando essas tensões de interesses, torna-se necessário que os movimentos sociais assumam um papel de reivindicação junto ao Estado na implementação de ações interventivas.

A perspectiva relacional de direitos humanos (DH) com as políticas públicas prescinde de um movimento de 1989, denominado a queda do muro de Berlim, na oportunidade já existia legislação do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH). Em seguida houve a também queda do bloco socialista, portanto, a década de 90 caracteriza-se pelo advento do capitalismo neoliberal, momento em que os DH assumiram uma dupla faceta discursiva: a função de um discurso de protesto com relação aos governos, por outro lado, os governos não se opunha de forma público-discursiva as provocações, ao contrário, chegavam a apresentarem plataformas sob os fundamentos dos direitos humanos, nesse contexto ocorreu em Viena a II Conferência Mundial de Direitos Humanos, entre 14 e 25 de junho de 1993. Historicamente, século XX e XXI, dar-se a construção e desconstrução dos direitos humanos nas várias áreas do conhecimento, conforme Vázquez; Delaplece (2011)

Um dos elementos centrais da Declaração e do Programa de Ação da Convenção foi a necessidade de estabelecer programas de PP de DH. No ponto 69 recomendou-se o estabelecimento de um programa global no âmbito das Nações Unidas para dar assistência técnica e financeira aos Estados a fim de

reforçar suas estruturas nacionais para que pudessem ter um impacto direto na observância dos DH.

Percebe-se, a partir da literatura consultada, dilemas e contradições no exercício da sociedade humana e cidadã, quando se trata de direitos humanos e intervenções sociopolíticas. Nesse cenário, é preciso romper com o paradigma do tradicionalismo, da hierarquização do poder, do autoritarismo e da exclusão social mascarada, e promover o enfrentamento, que reconheça e valorize os direitos humanos. Carvalho (2015) destaca que é comum dividir a cidadania em direitos civis, políticos e sociais, acreditando-se que o cidadão integral seria aquele que possui os três direitos. No Brasil, explica esse autor que em muitos momentos houve ênfase em direitos sociais, para suprir a falta dos outros direitos políticos e civis, o que mostra uma manipulação dos recursos públicos para se promover direitos sociais como moradia, transporte, saúde, educação, previdência social e trabalho, a fim de calar a população e principalmente os grupos que poderiam se manifestar contra a redução dos direitos civis e políticos.

Nessa compreensão, o estado democrático de direito, mediador e responsável pela implementação de políticas públicas deve responder as demandas sociais e possibilitar a concessão de benefícios e serviços por um Estado legitimador e garantidor das condições de viabilização dos direitos individuais, sociais e políticos. A ação estatal perpassa pelo bem coletivo, realizada com recursos que também são públicos, pois, os objetivos são ações em atendimento as demandas da sociedade civil, mas os procedimentos são governamentais.

Dessa forma, as políticas públicas objetivam planejar e resolver problemas públicos, no sentido do alcance dos objetivos da sociedade por meio de um processo de formação integral e cidadã, onde os valores humanos precisam ser resgatados e praticados em atendimento às questões sociais, pessoais e profissionais. Nesse contexto, Touraine (1978) preleciona que os "movimentos sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica". Para o autor, nas sociedades existe movimento social que luta não apenas por mobilização, mas um projeto de mudança social. Nesse sentido, nenhum movimento social se define somente pelo conflito, mas também organização em busca de solução de questões sociais de qualidade de vida e de diminuição da desigualdade social.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais são produtos de uma sociedade que se constrói em torno da participação política por interesses coletivos e/ou individuais. Dessa forma, trata-se da organização de indivíduos para defender uma causa, é uma característica de uma sociedade politicamente ativa. Para tanto, os grupos que os implementam representam os

anseios, atuam de modo a produzir pressão direta ou indireta no corpo político do Estado. Para isso, várias formas de ações coletivas são usadas, como a denúncia, as passeatas, marchas, dentre outros. Segundo Gohn (2011, p. 04) Os movimentos sociais buscam

realizar diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas.

A autora aponta a importância dos movimentos sociais dos anos 80 e atuais como uma ferramenta indispensável. A importância da organização desses grupos de mobilização política é salutar, pois, a força da ação coletiva só é efetiva quando organizada. Portanto, o surgimento de líderes que representem as demandas da sociedade civil são os pilares e a força motriz por trás desses grupos. “os movimentos sociais sempre foram vistos como uma reação de protesto contra opiniões e ações consideradas injustas. Assim, estudar os movimentos sociais é também mergulhar nas relações sociais e históricas que os ensinaram” (MULLER, 2013, p. 02).

Nessa compreensão, verifica-se que os movimentos giram em torno de resolução de problemas sociais e, não na busca de posses de bens materiais, o que implica em o Estado e a Sociedade Civil organizada viabilizarem o cumprimento dos direitos da dignidade da pessoa humana. Entretanto, há literatura que vem discutindo esse novo tipo de participação social, que se expressa nas conferências temáticas realizadas há décadas, nas quais apontam para que o governo se capacite no sentido de compreender, respeitar e acolher as demandas que vêm do coletivo social.

A Carta Magna de 1988 concebe um Estado Democrático de Direito, o que desafia se efetivar uma prática enquanto perspectiva de uma nova relação entre sociedade e Estado, referência de um processo participativo, no qual a sociedade civil organizada incide sobre políticas públicas para diversos segmentos, tais como: educacionais, saúde, idoso, indígena, quilombola, formação profissional, assistência social, dentre outras temáticas de relevância social.

Os Movimentos Sociais no Brasil têm enfrentado desafios em função da conjuntura política. Portanto, é chegado o momento de avançar na implantação de propostas apresentadas pela sociedade e pelos movimentos sociais. Cabe ao Estado rever seu papel e governar para o

povo que o compõe, os representantes desse povo devem sair dos belos discursos, promessas irrealizáveis para efetivação de seus compromissos, assim contribuir para um Estado Democrático de Direito, previsto nos dispositivos legais.

Nesse cenário, torna-se necessário esclarecer o papel do Estado, assegurado legalmente como dever constitucional da população ter direito de acesso às políticas públicas em atendimento às demandas sociais. Essa concepção provoca a busca por uma consciência cidadã e de desconstrução das políticas assistencialistas, caritativas, em que o Estado seus órgãos tratam as pessoas como se fossem sujeitos de favor e não sujeitos de direito.

Considerando os direitos humanos como referência para efetivá-los por meio das políticas públicas significa, conforme Vázquez; Delaplace (2011, p. 41) é essencial considerar duas características principais: o empoderamento dos beneficiários da política e o cumprimento dos padrões internacionais em matéria de direitos humanos, essas características orientam-se sob a base da dignidade da pessoa humana, para a garantia da cidadania. Carvalho (2015) preleciona que em geral,

o processo de cidadania inicia com a aquisição dos direitos civis. O indivíduo de posse de seus direitos civis tem liberdade para pensar, agir e manifestar suas opiniões e escolhas, com isso o indivíduo começa a exercer seus direitos políticos e participar das decisões que impactam sua vida e de sua sociedade e, finalmente, a participação política possibilita a reivindicação dos direitos sociais, a fim de melhorar a qualidade de vida do indivíduo e da comunidade em que está inserido.

Implementar padrões de qualidade da promoção e proteção aos direitos humanos, a partir de políticas públicas continua sendo um dos desafios à consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil. Desafios que exigem renovação e fortalecimento da sociedade e do Estado. Emergiram movimentos e ações a partir de 1990, mostrando potencial para reverter tendências conservadoras. E, especialmente em relação à experiência de implantação de políticas públicas com foco na cidadania, está posta a necessidade de estudos e tomadas de decisões para uma melhor compreensão de seus impactos.

A forma de interagir dos movimentos sociais e a sociedade civil com o Estado resulta nos avanços ou retrocessos a serem obtidos pelas organizações, os quais expressam em atitudes de combate ou entendimento. Tarrow (1996) e McAdam (1996) identificam variações nos formatos e estratégias adotadas pelos movimentos sociais, a partir da abertura ou fechamento do Estado para as demandas populares, o aparecimento de aliados, as modificações nos alinhamentos políticos e o grau de coesão das elites dominantes.

Desse modo, a dinâmica de enfrentamento político dos movimentos sociais caracteriza-se por avanços e retrocessos, dentre conquistas que foram obtidas, tem-se a consolidação do conselho de direitos humanos e o reconhecimento público da importância desse espaço como mecanismo articulador do movimento, acompanhamento e avaliação das ações do Estado.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, os movimentos sociais não se restringem às reivindicações de direitos e atendimento à demanda de um grupo, um movimento pode surgir como ferramenta construtora de uma proposta de reorganização social para mudar um aspecto de uma sociedade, os quais tem um papel importante na cobrança ao Estado na realização de ações de minimização das desigualdades sociais e atendimento aos direitos humanos.

Por fim, os movimentos sociais constituem uma força em potencial, os quais ganham vigor conforme se expandem, ou seja, mais pessoas compreendem sua proposta, conseguem mostrar como uma sociedade apresenta diferentes formas de pensar e agir, bem como suas formas de interpretar a realidade. Trata-se de uma realidade dinâmica e não estática, não se organiza e intervém num dia, e necessita de seu próprio processo de evolução, desenvolvimento e transformação social, considerando o poder de um grupo unido por valores e lutas em comum. O fortalecimento dessa força torna-se imprescindível em uma sociedade mais justa e cidadã e um Estado Democrático de Direito.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MÜLLER, Cintia Beatriz. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2013.
- TARROW, S. States and opportunities: the political structuring of social movements In: McADAM, D; McCARTHY, J. D; ZALD, M. N. (Ed.) Comparative perspectives on

social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framing. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 62-92.

TOURAINÉ, Alain. Le voix et le regard. **Sociologie des mouvements sociaux**. Paris: Seuil, FolioEssais, 1978.

VÁZQUEZ, Daniel e DELAPLACE, Domitille. Políticas públicas na perspectiva de direitos humanos: um campo em construção. In: SUR – **Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo: Conectas, v. 8, n. 14, jun. 2011.



**Capítulo 14 - DOI:10.55232/1085002.14**

**ANÁLISE DOS PPP'S DAS ESCOLAS PARCEIRAS A  
PARTIR DOS OLHARES DOS BOLSISTAS DO PIBID  
SUBPROJETO EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Luenes Kelly Cabral, Lorrainy Gabriely Barbosa Silva, Eliseu Souza Silva,  
Priscila Alves de Souza Paes, Lílian Brandão Bandeira**

**RESUMO:** O presente trabalho consiste em um relato de experiência produzido por bolsistas do PIBID Subprojeto Educação Física/UEG/2020 que está sendo realizado em uma escola-campo localizada no município de Senador Canedo, região metropolitana de Goiânia. Dentre as estratégias do subprojeto para a inserção e ambientação dos bolsistas na escola-campo estão a análise de conjuntura e o debate coletivo sobre os documentos da instituição escolar, entre eles o Projeto Político Pedagógico (PPP). O objetivo foi analisar o PPP da escola parceira, conhecer o contexto sociocultural no qual a mesma está inserida, sua filosofia, sua linha de ação pedagógica e suas bases teóricas nas quais sustentam as concepções da educação e orientam a prática dos professores. Devido à suspensão das atividades presenciais, o Subprojeto PIBID Educação Física/UEG está sendo desenvolvido de forma remota. Como resultados, apontamos a importância de programas como o PIBID para os bolsistas, que contribui para uma formação ampla e favorece um melhor entendimento da relação teoria-prática. A análise do PPP mostrou que o documento possui como objetivo a formação crítica do educando, porém, não deixa claro qual a proposta pedagógica da escola.

**Palavras-chave:** Formação docente. Análise documental. Projeto Político Pedagógico.

## **INTRODUÇÃO**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) tem como objetivo principal estimular a observação participante e a reflexão crítica sobre o trabalho docente no cotidiano das escolas públicas. Também é premissa do programa contribuir para a formação inicial de futuros professores, proporcionando a oportunidade de ter um contato direto com a escola ainda na graduação.

A aproximação entre Universidade e Escola por meio do PIBID possibilita o desenvolvimento de um trabalho coletivo pautado pela pesquisa participativa, planejamento-ação-reflexão-ação (UEG, 2020) e pela crítica, contribuindo para a formação docente inicial e continuada e um melhor aprendizado para os bolsistas que atuarão na educação básica.

O subprojeto do PIBID Educação Física/UEG/2020 foi iniciado em outubro de 2020 na Escola Municipal Pastor Albino, uma escola da rede municipal de Senador Canedo, já com as aulas presenciais suspensas pela Resolução nº 02/2020 do Conselho Estadual de Educação (CEE) devido à pandemia de Covid-19. Em meados de março de 2021, a escola campo/parceira teve de ser alterada tendo em vista que a professora supervisora solicitou o desligamento do projeto. Desde então, o PIBID passou a ter como escola-campo a Escola Municipal Maria José Cândido de Oliveira, que atende estudantes do 1º ao 6º ano do ensino fundamental, também da rede municipal de Senador Canedo. Assim, nosso trabalho visa apresentar uma atividade desenvolvida pelos bolsistas do PIBID, bem como suas contribuições para a formação inicial destes futuros professores.

A primeira atividade desenvolvida no programa foi a análise de textos de produção acadêmica sobre a importância da análise de conjuntura da escola onde o projeto está sendo desenvolvido, pois, conforme afirma Muñoz Palafox (2006, p. 314), "a análise de conjuntura é um procedimento para conhecer a realidade social" de um determinado grupo, local, comunidade, em nosso caso a comunidade escolar. O conhecimento e a interpretação crítica desses dados são importantes para a compreensão de diversos fatores que influenciam a realidade e contribuem na tomada de decisões coletivas visando à mudança dessa realidade. Também foram analisados documentos pertinentes à rede municipal de Senador Canedo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de

Diretrizes e Bases (LDB nº 93.94/96) e o PPP da Escola Municipal Pastor Albino e Escola Municipal Maria José Cândido de Oliveira, o qual recebeu maior ênfase nesse trabalho.

De acordo com a LDB (BRASIL, 1996), a construção do PPP de uma escola faz parte do rol de atribuições do professor. Sendo assim, é muito importante a participação de todos os professores da escola na construção desse documento para que possam planejar as suas ações, tanto pedagógicas quanto de gestão escolar, conforme decidido coletivamente. Mesmo fazendo parte das atribuições dos professores, a construção do PPP não deve ser uma imposição, visto que sua elaboração deve ser tecida de forma coletiva e democrática. Portanto, o PPP deve ser visto como uma ferramenta que norteia todo o trabalho pedagógico da instituição escolar. Para a elaboração de um PPP, é necessário conhecer a realidade do aluno e sua história de vida, além do contexto socioeconômico que envolve o ambiente escolar, daí a importância da análise de conjuntura.

Atualmente, há um número significativo de trabalhos acadêmicos na área da educação que debruça sobre Projetos Políticos Pedagógicos. Conforme Veiga (2013, p. 11), o PPP tem se constituído como “objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino”. E um questionamento recorrente é se o PPP está presente na escola por escolha da comunidade em constituir uma identidade para a instituição, definindo o papel de cada pessoa envolvida no processo, ou se é apenas por exigência da secretaria de ensino. A mesma autora defende que

[...] o projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2013, p. 13-14).

De acordo com Silva (2003, p. 298), "Se concebido adequadamente, o projeto político-pedagógico revela quem é a comunidade escolar, quais são seus desafios com relação à boa formação, à conquista da autonomia e da gestão democrática [...]". Para Gadotti (2000, p. 35-36), “o projeto pedagógico da escola é sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola”.

Após a apropriação desse arcabouço teórico acerca da concepção de um projeto político-pedagógico, os bolsistas passaram a estudar e analisar o PPP da escola parceira.

## **MATERIAL E METODOLOGIA**

Trata-se de um relato de experiência produzido através da análise do PPP da Escola Municipal Pastor Albino, escola parceira do PIBID de outubro de 2020 a março de 2021, e do PPP da Escola Municipal Maria José Cândido de Oliveira, que passou a ser a escola parceira a partir de abril de 2021. Ambas as escolas fazem parte da rede municipal de Senador Canedo, região metropolitana de Goiânia. A primeira escola atende em média 780 alunos no ensino fundamental (SENADOR CANEDO, 2020), já a segunda atendeu em média 715 estudantes em 2020 (SENADOR CANEDO, 2021). Devido ao isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, não foi possível visitar as escolas e assim os dois PPP nos foram repassados em arquivo digital pela professora supervisora de cada escola.

O PPP da Escola Pastor Albino foi analisado em novembro de 2020 e o PPP da Escola Maria José Cândido em março de 2021. Cada bolsista do PIBID analisou de forma isolada os documentos das escolas e posteriormente ocorreram reuniões entre todos os bolsistas, professora coordenadora e professora supervisora do subprojeto para apresentação individual dos olhares que cada um teve sobre o documento. Nesse momento também ocorreu uma conversa com a professora supervisora que participou ativamente da elaboração do PPP analisado.

Sendo assim, nosso trabalho buscou, através da análise documental, conhecer o projeto político-pedagógico das escolas parceiras, descrevendo as experiências vivenciadas através da participação como bolsista do PIBID. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica porque houve necessidade de leitura de artigos, livros e documentos oficiais para a compreensão do objeto que se pretende analisar.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A análise do PPP oportunizou o conhecimento da estrutura e organização da unidade escolar parceira. As escolas foram apresentadas para os bolsistas através de

imagens (fotografias) e relatos da professora supervisora. Nesse momento, pudemos conhecer a estrutura física, e seus problemas, o material pedagógico. Em reunião pedagógica com participação dos gestores e dos professores, conhecemos o material humano da Escola Pastor Albino e da Escola Maria José Cândido de Oliveira.

Conforme determina o artigo 12 da LDB, o PPP deve ser um referencial e caracterização da identidade de qualquer instituição educacional (BRASIL, 1996). Dessa forma, devem estar contidas nesse documento as propostas de ação da escola, que devem ser atualizadas após certo período, conforme a necessidade de cada instituição. Nessas propostas, deverão estar inclusas ações com o objetivo de formar cidadãos autônomos, críticos, capazes de atuar na sociedade. No PPP, também deve constar a missão, número de alunos atendidos, dados sobre a aprendizagem, relação escola-família, recursos humanos, materiais e financeiros, diretriz pedagógica, objetivos, estratégias para se atingir os objetivos, plano de ação, estrutura organizacional da unidade escolar, entre outras informações.

Para Veiga (2004), o Projeto Político Pedagógico deve ser algo completo, porém, não fechado, estando sempre aberto a mudanças. Nessa perspectiva, o projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O PPP não deve ser um documento elaborado e após sua conclusão ser arquivado como prova do cumprimento de uma obrigação legal. Ele deve ter um rumo, uma direção, um sentido claro, com um compromisso definido coletivamente pela comunidade escolar, de forma a atender os interesses reais e coletivos da população majoritária. Nesse sentido, ambos os documentos cumprem esse papel, pois se adequaram rapidamente às aulas remotas impostas pela pandemia de Covid-19, inicialmente propondo a adoção de metodologias como o uso das redes sociais para envio das atividades aos alunos. Posteriormente, foi indicado no PPP que "professores estão fazendo vídeo aulas, aulas on-line pelos aplicativos meet e zoom, enfim estamos nos reinventando para ajudar o processo ensino-aprendizagem de nossos educandos." (SENADOR CANEDO, 2020). Também se verificou que os PPP determinam claramente quais os objetivos que cada escola quer atingir, qual sua linha pedagógica, e a participação coletiva na sua construção.

Ao analisarmos o PPP da escola parceira, vislumbramos que o mesmo foi elaborado de forma colaborativa e coletiva, conforme o próprio documento demonstra:

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria José Candido de Oliveira é pautado em grandes reflexões sobre as finalidades da escola, o seu papel social, a definição de caminhos e ações que serão executadas por toda a comunidade escolar, já que a sua construção tem apoio do Conselho Escolar, professores funcionários, alunos e comunidade. (SENADOR CANEDO, 2021, p. 5).

Após a análise e debate entre os bolsistas do PIBID sobre o PPP das escolas parceiras, também ficou marcado que eles trouxessem reflexões sobre a finalidade da escola, seu papel social e a definição de caminhos e ações que devem ser tomadas para atingir uma educação de qualidade.

Entre os objetivos da Escola Maria José Cândido, essa instituição trouxe a promoção de um processo contínuo de construção e desenvolvimento do conhecimento, formar cidadãos críticos, desenvolver a criatividade nos alunos, integrar escola e comunidade e valorizar o diálogo. Já no PPP da Escola Pastor Albino, destacamos os seguintes: trabalhar em parceria com a comunidade escolar na formação moral, ética e social dos educandos; estabelecer como foco do ensino a aprendizagem significativa, a autonomia intelectual do aluno; garantir uma gestão democrática e participativa (SENADOR CANEDO, 2020).

O PPP da escola trabalha o currículo de acordo com a BNCC, analisando criticamente os fatos sociais, culturais, políticos e históricos (SENADOR CANEDO, 2021, p. 27). O documento também traz uma série de ações que devem ser desenvolvidas ao longo do ano letivo, tais como Oficina de Artes, Festa Literária, Saúde na Escola, Festival de Dança e Semana da Criança, esses últimos com participação efetiva da professora de educação física. Nessas atividades, os bolsistas do PIBID participaram do planejamento e da execução através de aula síncrona pelo aplicativo Google Meet. No projeto Saúde na Escola, realizamos um piquenique saudável, uma discussão sobre alimentação e prática de atividade física. No Festival de Dança, cada dupla de bolsista apresentou as danças tradicionais de cada região do Brasil. Ao final, os alunos fizeram apresentações de danças. Na Semana da Criança, foi realizada uma gincana virtual e assim os bolsistas do PIBID propuseram diversas brincadeiras e jogos para serem realizados com os alunos.

Em relação à gestão da unidade escolar, os dois PPP afirmam que a mesma é

realizada de forma democrática, conforme consta no documento:

O processo de decisão da escola está firmado no desenvolvimento do trabalho coletivo, de forma que é exercida a democracia, onde todos envolvidos no processo têm a oportunidade de contribuir nas decisões de forma responsável, relevante, clara e concisa para o bom desenvolvimento da escola.

A comunidade escolar também participa ativamente das decisões, através de reuniões que acontecem bimestralmente ou de acordo com as necessidades do cotidiano escolar, reuniões de pais e equipe, conselho de classe e conselho escolar, onde os mesmos são registrados e assinados em ata. (SENADOR CANEDO, 2021, p. 42-43).

Contudo, não fica claro no PPP da Escola Maria José Cândido qual é a sua proposta pedagógica, em que base teórica se ancora. Esta definição deve ficar clara no PPP de qualquer escola, pois é ali que se define o fazer escolar. No entanto, em certos trechos, o documento se mostra na pedagogia crítica, pois se define com uma postura de escola que trabalha no sentido de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na busca da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano (SENADOR CANEDO, 2021, p. 10).

Já o documento da Escola Pastor Albino deixa bem claro que adota a proposta pedagógica sociointeracionista:

Neste sentido, acreditamos que o envolvimento dos quatro pilares da educação, da proposta pedagógica sociointeracionista e dos projetos que a escola realizará durante este ano letivo, [...].

Os quatro pilares da educação, fundamentados no aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, possibilitam o desenvolvimento das tarefas cognoscitivas do professor e das potencialidades cognoscitivas dos educandos. Já a proposta sociointeracionista visa uma educação aberta, baseada no diálogo, na autonomia intelectual, no respeito e no compromisso do professor pela aprendizagem do aluno. (SENADOR CANEDO, 2020, p. 11).

Por razões históricas e culturais, muitas vezes o professor de educação física acaba ficando à margem do processo de elaboração desse e de outros documentos. Entretanto, consideramos que a participação não só desses professores, mas de todos os outros das diferentes áreas do conhecimento, na elaboração e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, importantíssima e necessária, pois, com isso, temos a possibilidade de

reverter questões que impedem avanços do sistema escolar. Essa contribuição do professor de educação física na elaboração do PPP deve ser ativa, de forma que ele consiga realmente mostrar a importância da legitimação da educação física como componente curricular. Sua participação carece ser revestida de muita responsabilidade, uma vez que sua prática pedagógica deve ser coerente com os objetivos da escola.

Darido (2012) vem nos dizer que atualmente há diversas concepções da educação física na escola e que elas vieram para romper o modelo tradicional, mecanicista, excludente, sendo substituído por um modelo crítico, ganhando destaque a abordagem crítico-superadora. Porém, a autora afirma que na prática o professor de educação física não segue uma única abordagem para o planejamento e execução das aulas.

No PPP da escola parceira, há ações voltadas para a área da educação física, como o Projeto Saúde na Escola, Festival de Dança e a Gincana da Semana da Criança em outubro, além da participação em outros projetos com temas transversais, como a oficina de criação de brinquedos, meio ambiente, entre outros.

O PPP das Escolas Pastor Albino e Maria José Cândido de Oliveira não são capazes de oferecer argumentos sobre a concepção de educação física utilizada na escola. Apesar de a professora supervisora utilizar como concepção a abordagem crítico-superadora (CASTELLANI FILHO et al., 1992), isso não está posto claramente no documento.

## **CONCLUSÃO**

O PPP está relacionado com a organização pedagógica e as ações que norteiam a Unidade Escolar. Assim, é nesse documento que devem estar projetadas suas metas, princípios e objetivos, delineando o trabalho pedagógico de tal modo que assuma a identidade da escola e da comunidade que a compõe.

Nas ações vivenciadas pelos bolsistas durante a execução do PIBID, ficou demonstrado que os professores e a coordenação da Escola Maria José Cândido de Oliveira utilizam o PPP como documento orientador das suas ações, atendendo às necessidades de todo e qualquer aluno, independentemente da sua situação ou condição



socioeconômica e cultural.

O PPP é um documento que está sempre em construção porque precisa estar de acordo com o momento social e histórico, em contingência com o mundo em constante transformação. O PPP analisado nos afirma estas questões ao abranger tanto a história da escola e de sua comunidade quanto as particularidades implantadas para o momento pandêmico que atravessamos.

Através da articulação entre teoria e prática que o PIBID possibilita, concluímos que a participação dos bolsistas do subprojeto Educação Física/UEG está permitindo conhecer a realidade da escola pública e da educação básica, experimentar experiências e vivências práticas, contribuindo para a formação docente dos mesmos por estabelecer um contato direto, mesmo que a distância, com a realidade e a dinâmica da escola parceira e também através da análise documental do PPP da mesma.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos professores, gestores e funcionários administrativos da Escola Municipal Pastor Albino e Maria José Cândido de Oliveira por terem recebido os bolsistas do PIBID.

O presente trabalho contou com apoio financeiro da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para sua realização.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: DOU, 1996. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 4 nov. 2021.

CASTELLANI FILHO, Lino et al. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya Cristina. Diferentes concepções sobre o papel da educação física na escola. *Cadernos de Formação: Conteúdos e Didática de Educação Física*, São Paulo, v. 1, p. 34-50, 2012.

GADOTTI, Moacir. O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. In: \_\_\_\_\_. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 36-39.

GOIÁS. Secretaria Geral da Governadoria. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 02/2020. Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do Covid-19. Goiânia: Diário Oficial do Estado, 2020. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-02-2020-SEDUC.pdf>. Acesso em 18 out. 2021.

MUÑOZ PALAFOX, Gabriel Humberto. *Revista Especial de Educação Física – Edição Digital*, v. 3, n. 1, p. 314-337nov. 2006. Disponível em: [http://www.nepecc.fae.fi.ufu.br/arquivos/Simp\\_2006/outras/01\\_Art\\_anal\\_conj.pdf](http://www.nepecc.fae.fi.ufu.br/arquivos/Simp_2006/outras/01_Art_anal_conj.pdf). Acesso em: 5 nov. 2021.

SENADOR CANEDO. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Escola Municipal Pastor Albino. Projeto Político Pedagógico. Senador Canedo, 2020.

SENADOR CANEDO. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Escola Municipal Maria José Cândido de Oliveira. Projeto Político Pedagógico. Senador Canedo, 2021.

SILVA, Maria Abadia da. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Proposta do Subprojeto Educação Física para compor projeto institucional - PIBID/UEG/2020. Goiânia, 2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2004. p.11-35.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2013.

## **A GESTÃO DA MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA NO CANAL DE ACESSO AO PORTO.**

**Célio Henrique Dos Reis Silva, Carla Diógenes**

**RESUMO:** O projeto desse artigo é apresentar a importância da gestão quanto a conservação do canal de acesso ao porto, dos berços de atracções e das bacias de evolução, para haver condições favoráveis nas operações portuárias do porto organizado. Essas atividades são desenvolvidas por interferência dos dados batimétricos coletados junto aos portos, dos levantamentos de campo e dos estudos físicos e ambientais, material esse necessário e significativo para a elaboração do projeto básico, tanto eficiente quanto eficaz, assim como expor a contextualização do cuidado do canal de acesso ao porto, permitindo a segurança da navegação, estabelecidos pelos programas governamentais. Geralmente são obras de grandes dimensões e complexidade, atividades essas em locais bastante remotas subaquáticas marítimas. As pesquisas se deram em coletas de livros, manuais técnicos, artigos científicos, relatório e nota técnica do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias e nos sites governamentais. Conclui-se que a produção dos estudos expostos, possibilitará no entendimento na operacionalidade quanto a estabilidade do canal do porto organizado, demonstrando a importância na gestão de um determinado porto, para obter os resultados adequados na operação portuária, favorecendo assim uma boa movimentação de cargas, bem como o fluxo do navio-tipo específico desse porto, sem restrições de calado, tornando-se um porto mais competitivo no mercado internacional.

**Palavras-chave:** Manutenção, Infraestrutura e Aquaviária.

## **INTRODUÇÃO**

A manutenção da infraestrutura portuária é um fator fundamental e necessário para uma operacionalização mais eficiente e eficaz.

Acontece que, essas prestações de serviços portuários, vários são os segmentos produtivos que estão diretamente ligados às atividades portuárias, tornando o complexo fundamental para o desenvolvimento de um determinado país, “um porto é a “porta” de entrada para o comércio, seja do próprio país, seja do exterior” (CASADO, MELO, BEZERRA, 2022, p. 32).

Além do mais, o porto atende a demanda do comércio exterior dos estados próximos, nos quais se concentram no mercado relevante do porto, num raio de cerca de 1.000 km.

E o aumento dessa demanda mundial pelos serviços portuários, devem ser cada vez mais ágeis e exigem constantes atualizações, adequações nas instalações portuárias e nas condições de navegabilidade, intervenções essas que se verificaram a necessidade de atender os requisitos logísticos globais.

Desta forma, assegura a fluidez para o intercâmbio de mercadorias com reflexo positivo para a balança comercial brasileira e principalmente na segurança da navegação.

Importante ressaltar, que “o comércio é eminentemente internacional, considerando, principalmente, a relevância do transporte marítimo” (CASADO, MELO, BEZERRA, 2022, p. 33).

Por isso a importância da manutenção da geometria do canal de acesso aquaviário, bacia de evolução e acessos aos berços de acostagem dos portos, visto que visa garantir o acesso do navio tipo específico do porto, para o atendimento ao crescimento da demanda do comércio exterior. “No Brasil, existe uma crescente preocupação com a eficiência portuária, sendo a via marítima o principal modal de transporte de mercadorias de seu comércio exterior” (GIRELI, GARCIA, PEREIRA, 2018, P 1.185)

A realização das obras de dragagem de manutenção permite ao porto manter a sua movimentação adequada de carga, visto que a profundidade do canal viabilizará num calado suficiente para as embarcações transitarem sem interferir na quantidade de carga suficiente que o navio poderá carregar, consoante a importância do seguinte comentário:

As limitações nos acessos aquaviários nacionais aumentam os custos de frete e logística porque, ao mesmo tempo, geram maiores custos de seguro e

demurrage e impedem que o país participe das rotas dos grandes navios modernos – de preços mais competitivos no transporte global (MENEGAZZO, PETTERINI, 2017, p. 177).

Na hipótese desses serviços não serem executados, o porto não reunirá condições para atender à demanda de sua região de influência, dificultando nos seus potenciais usuários poderem fazer uso de suas instalações e ganhar competitividade.

Em razão disso, a importância de se ter o conhecimento do canal de acesso ao porto, dos berços de atracções e das bacias de evolução, assim como sabedoria na elaboração de um projeto de manutenção de dragagem e as informações necessárias dos programas de manutenções dos portos sob responsabilidade do Governo Federal.

Os tópicos que serão abordados serão sobre o significado do canal de acesso ao porto, a seriedade de um projeto básico para a realização de uma manutenção adequada e os programas governamentais. Intervenções que deverão passar para se manter competitivo, razão pelo qual os portos significarem arrecadações de impostos para a União, o Estado e o Município, gerados pela circulação de mercadorias.

O canal de acesso de um porto é um fator determinante, para se definir os navios tipo, que serão utilizados para os transportes de cargas, visto que “a navegação de navios à superfície requer um conhecimento preciso da profundidade e das estruturas/feições” (Norma OHI-S-44, 2020, p. 9). E “a infraestrutura aquaviária é composta pelos canais de acesso aos portos, bacias de evolução, quebra-mares, hidrovias e berços de atracção” (NETO, FILHO, ROMMINGER, FERREIRA, VASCONCELOS, 2009, p. 9).

Além do mais, sabe-se que servem também para se ter o acesso aos berços de atracções, é necessário transitar nas partes integrantes do canal de acesso como o canal externo e canal interno, aplicados para os portos situados dentro de um estuário, exemplo do Porto de Santos/SP, de Paranaguá/PR, de Rio Grande/RS, do Rio de Janeiro/RJ e de Itajaí/SC, diferentemente dos portos de Suape/PE, de Pecém/CE, Fortaleza/CE e de Maceió/AL, situados fora dos estuários marinho, sendo essencial também as intervenções de preservação da profundidade.

Vários são os aspectos relacionados quanto às dimensões verticais e horizontais que são encontrados nos portos, ou seja, suas particularidades, sendo elas a profundidade que estão correlacionadas com a maré, as variações das densidades, as ondas e as bandas dinâmicas, um fator bem interessante relaciona-se na magnitude da profundidade de acesso ao porto, por isso o merecimento do:

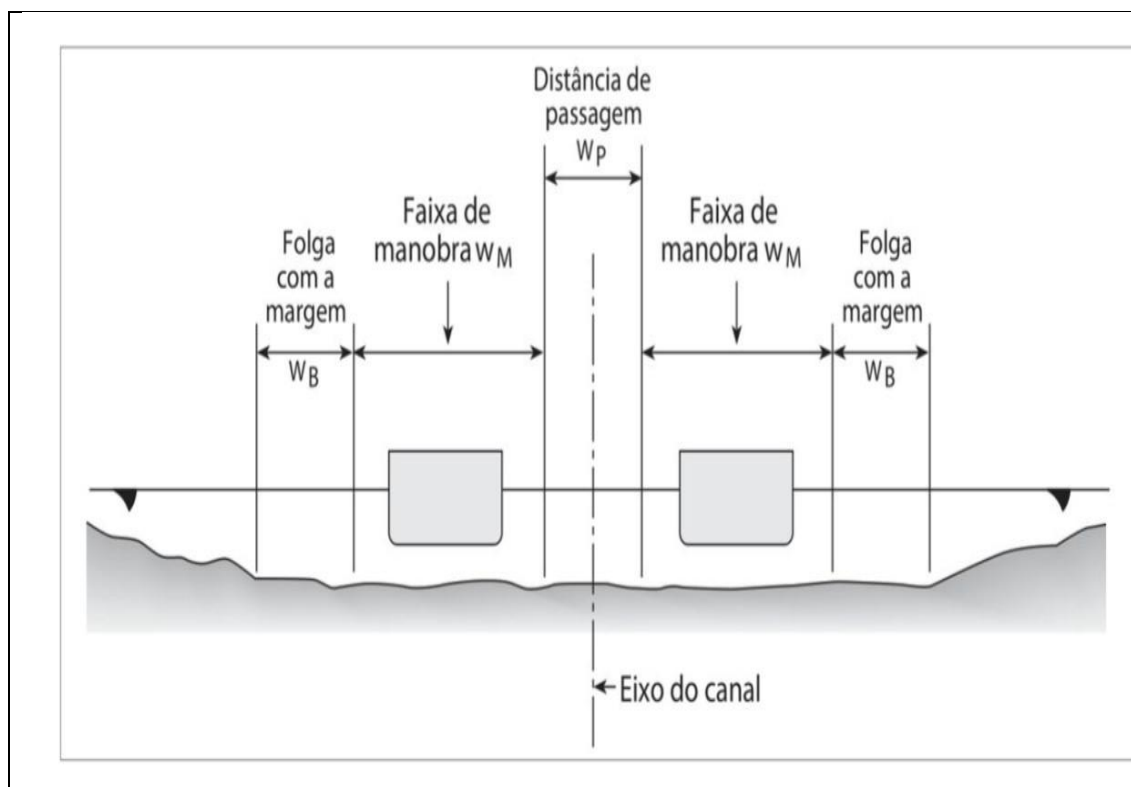
Leve-se em conta que 10 cm de redução do calado à plena carga de uma embarcação Panamax de 60.000 tpb, devido à redução correspondente de profundidade, equivale a cerca de 450 tpb a menos de carga, ou cerca de 35 contêineres a menos (ALFREDINE, ARASAKI, 2018, p. 1116).

Ainda assim, em referência à infraestrutura de acesso, da mesma forma se deve verificar quanto à largura, que na maioria das vezes seguem o alinhamento do talvegue natural, tendo suas distinções que são o canal externo, no qual há uma incidência maior de ondas e o canal interno, geralmente em área mais tranquila.

E “com respeito à infraestrutura, um porto necessita de bom acesso marítimo, o que é determinado pelas condições gerais da infraestrutura aquaviária e dos serviços de auxílio à navegação, tais como praticagem, docagem e rebocamento” (BRITTO, LUCAS, COUTINHO, CARVALHO, OLIVEIRA, LUSTOSA, ALBUQUERQUE, FONSECA, 2014, p 50).

Desta forma, demonstra-se um perfil de um canal de acesso, como forma de uma melhor visualização, na figura 1.1, nos seus aspectos importantes do calado operacional, a distância das embarcações quanto as folgas com as margens e a distancias obrigatórias de duas embarcações numa determinada via dupla e a segurança da navegação.

**Figura 1.1**



Fonte: (ALFREDINE, ARASAKI, 2018, p 476).

Em consequência disso, fica-se evidente o merecimento das estabilidades constantes na infraestrutura dos canais, das bacias de evolução e berços de atracação nos portos, condições indispensáveis de uma organização portuária, visto que dará uma segurança à navegação quanto a entrada e saída das embarcações que transitam nesse porto, do mesmo modo ao monitoramento do assoreamento de sedimentos, que é característica de uma área estuarina, rios ou canal, como é possível verificar:

O complexo Industrial Portuário Eraldo Gueiros, ou simplesmente SUAPE, é um pólo para localização de negócios industriais e portuários, que conta com um porto interno, externo, cais de múltiplos usos, terminais de granéis líquidos, além de um terminal de contêineres e agregar diversas modalidades de transportes, com rodovias e ferrovias internas e um porto de águas profundas, possuindo toda uma estrutura de comunicação e serviços (CASTRO, ALMEIDA, 2012, p. 528).

Importante ressaltar, a relevância de levar em consideração quanto as condicionantes ambientais que estão associadas a essas manutenções, e como este trabalho não se refere a questão ambiental, portanto não há de se aprofundar.

O Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária – PNDP, foi decretada por meio da Lei nº 11.610, de 12/12/2007, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, contemplando nos serviços de desassoreamento/derrocamento, escavações dos canais de acesso aos portos e a preservação da profundidade, bem como nas ações de licenciamento ambiental, como mencionado anteriormente.

Sabe-se que a malha de navegação marítima pode sofrer com adaptações em suas rotas, direções e sentidos, na finalidade de propiciar na confiança, segurança e nos prazos fixados nos contratos, em pesquisa ao manual de dragagem elaborada pela, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, explanou nas demandas que os portos precisam de investimentos necessários para o acesso de embarcações, uma vez que “na atualidade, no caso brasileiro, os principais portos têm demandado grandes investimentos em obras de dragagem para permitir o acesso de embarcações com calado superior a 14 metros” (FREITAS, ACETTA, 2017, p. 2).

O marco regulatório do setor portuário deu-se por meio da Lei nº 12.815/13, favorecendo aos portos brasileiros a sua factual modernização e eficiência. Dentre os principais gargalos encontrados naquele momento de 2013, foram no assoreamento progressivo dos canais, bacias de evolução e berços de atracação nos portos, uma vez que

não havendo os serviços de manutenção acabam sendo restringidos pela Autoridade Marítima no seu calado operacional.

“Em especial, a Lei nº 8.630/1993 (Lei de Modernização dos Portos) e o Decreto nº 6.620/2008 significaram importantes mudanças de rumo para a política do setor, especialmente no que diz respeito ao uso e à administração dos portos” (NETO, FILHO, ROMMINGER, FERREIRA, VASCONCELOS, 2009, p. 9).

O Programa Nacional de Dragagem houve dois momentos importantes a serem explorados, o PND I - 2007, houve-se a contratação dos serviços de dragagem de caráter contínuo, cujo objeto era manter as condições de profundidade estabelecidas no projeto, tendo sua medição como por resultados, tendo como investimento inicial de 1,6 bilhão e uma remoção de 73 milhões de metros cúbicos de material.

Dessa maneira, “o programa precisa ser aprimorado para galgar resultados mais efetivos, mas não pode ser abandonado porque é estratégico para se reduzir os custos de frete e logística e melhorar a inserção do Brasil no comércio internacional” (MENEZZO, PETTERINI, 2017, p. 178).

Ao suprir os entraves e/ou acrescentar as experiências bem sucedidas do PND I, a Secretaria de Portos da Presidência da República lança o PND II – 2013, pela Presidência da República por intervenção da Lei nº 12.815/2013, no qual o programa contemplavam não somente na manutenção, como também no aprofundamento do canal, bacias de evolução e berços de atracação, para atrair mais competitividade e aumento do calado operacional.

Investimentos esses previstos cerca de 3,8 bilhões em diferentes portos do país, e dentro dessas especificações dos serviços ou atividades que seriam contempladas pode-se entender na complexidade que o porto necessita:

- Obras e serviços de engenharia de dragagem para manutenção ou ampliação de áreas portuárias e de hidrovias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e berços de atracação, compreendendo a remoção do material submerso e a escavação ou derrocamento do leito;
- Serviço de sinalização e balizamento, incluindo a aquisição, instalação, reposição, manutenção e modernização de sinais náuticos e equipamentos necessários às hidrovias e ao acesso aos portos e terminais portuários;
- Gerenciamento da execução dos serviços e obras; e monitoramento ambiental. Além disso, possibilitou contratos de longo prazo (até 10 anos) e a licitações em blocos, reforçando, portanto, a definição de programas



estratégicos com prazos mais demorados. Diante do exposto, o cumprimento dos marcos legais para a elaboração de projetos de dragagem e derrocagem, por parte das empresas contratadas, passou a ser item prioritário. Como reflexo, em contrapartida, exigiu maior grau de capacitação da própria Secretaria de Portos (SEP) para efetuar o controle e acompanhamento gerencial das obras, nas diferentes situações de campo. Em suma, o PND-II surge com o intuito de suprir as deficiências e/ou de ampliar as experiências bem-sucedidas do Programa anterior (FREITAS, ACETTA, 2017, p. 2).

A elaboração do projeto básico pode-se verificar os estágios considerados primordiais, preliminarmente o projeto conceitual, nos quais apresentam as características gerais como largura, profundidade e alinhamento. Observa-se “então que esse método depende fortemente da intuição, experiência e habilidade do projetista” (BRASIL, SILVA, 2019, p. 13).

Recorrendo-se aos dados técnicos anteriores dos levantamentos hidrográficos “que são consideradas admissíveis pelos serviços hidrográficos ou autoridades competentes para gerar produtos e serviços que permitam aos navios de superfícies navegar em segurança” (NORMA OHI-S-44, 2020, p 1).

A dragagem realizada, geralmente, há de contribuir nos estudos de viabilização do empreendimento e com todos os dados necessários e pertinentes disponíveis.

Consegue-se ter uma contemplação da obra com seu quantitativos orçamentários e de volumetria, chegando-se à fase final, cabe-se informar que “a função objetivo, ou função custo, determina o mérito relativo de vários projetos para um determinado sistema. A seleção da função objetivo é uma importante tarefa, pois os projetos são melhores a partir da minimização ou maximização de seu valor” (BRASIL, SILVA, 2019, p. 16).

O projeto executivo compõe em apresentar numa etapa mais detalhada, poderá ter levantamentos físicos adicionais, para uma boa sustentação técnica na definição do plano de ataque e o desenvolvimento operacional. “Uma vez que os fatores mais importantes na computação do custo são determinados, eles podem ser calculados em função das variáveis de projeto” (BRASIL, SILVA, 2019, p. 17)

Tem-se os aspectos ambientais que são essenciais para as obras de manutenções do canal de acesso de um determinado porto, visto que tem as suas particularidades comportamentais da região em que cada porto se encontra.

Nos levantamentos nas análises de ondas, pode-se obter “as direções e as frequências, assim como as suas alturas, variações dos períodos de atuações e principalmente a sua amplitude” (ACETTA, 2019, p. 40).

Tempo em que nas marés são possíveis ser coletados as características do Preamar média de sizígia, Preamar média de quadratura, Baixamar média de sizígia e Baixamar média de quadratura, quanto as informações dos ventos podem-se obter os conceitos mais frequentes de sua atuação durante os meses, bem como nas suas maiores e menores intensidades, fatores bem relevantes e explicado pela física de canais abertos:

Com base no critério de tempo, o fluxo em canais abertos pode ser classificado em duas categorias: fluxo estável e fluxo instável. No fluxo estável, a descarga e a profundidade da água em qualquer seção do percurso não se alteram com o tempo durante o período considerado. No fluxo instável, a descarga e a profundidade da água em qualquer seção da extensão se alteram com o tempo (HOUGHTALEN, AKAN, HWANG, 2012, p. 119).

Em relação aos levantamentos das correntes são necessárias, já que irá fornecer as medições de velocidades e direções delas de superfície e fundo da área de despejo, ao longo do ciclo de maré.

Enquanto no levantamento da precipitação observa-se tanto a época de maior índice pluviométrico quanto a maior nebulosidade. Tem-se também, o levantamento hidrográfico, para adquirir as informações atuais do canal de acesso.

Além dos levantamentos apresentados, são contemplados os estudos quanto aos aspectos “morfogeológicos e geotécnicos, são responsáveis na identificação das propriedades da geologia regional e local” (ACETTA, 2019, p. 13), no qual possibilita-se obter os tipos de sedimentos que ocorrem nas áreas de atuações e camadas do solo que o projeto de dragagem contemplará, bem como quanto aos impactos ambientais que essa região possa sofrer.

Do mesmo modo, tem-se os estudos geofísicos e geológicos que certamente cabem à “Autoridade portuária concentraria as atividades de planejamento e desenvolvimento do porto, além de responder pela construção e manutenção dos acessos terrestres e aquaviários” (BRITTO, LUCAS, COUTINHO, CARVALHO, OLIVEIRA, LUSTOSA, ALBUQUERQUE, FONSECA, 2014, p 50-51).

Esses levantamentos ajudam a respaldar nas decisões do futuro projeto, são eles os levantamentos batimétricos que também podem ser extraídos de Cartas Náuticas, no

qual cabe-se “à DHN, na qualidade de Serviço Hidrográfico Brasileiro, cabe manter, por meio do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), todas as Cartas Náuticas em Águas Jurisdicionais Brasileiras atualizadas” (DHN, 1967).

E os levantamentos sísmicos, sondagens geotécnicas e jet-probe, podem-se apresentar as peculiaridades e necessidades de adequação de cada um deles e ainda com base na respectiva análise integrada dos elementos disponibilizados, visto que em se tratando da hidráulica, pode-se dizer:

A hidráulica é uma área de engenharia que aplica os princípios da mecânica de fluidos a problemas que envolvam coleta, armazenamento, controle, transporte, regulação, mensuração e uso da água. Em contrapartida, a hidrologia é a ciência que lida com propriedades, distribuição e circulação da água da terra. Assim, a hidrologia geralmente faz referência a processos naturais, enquanto a hidráulica costuma abordar processos projetados, construídos e controlados por seres humanos (HOUGHTALEN, AKAN, HWANG, 2012, p. 140)

À medida que esses estudos supramencionados são coletados, passa-se a realizar a modelagem matemática que se utilizam da batimetria, níveis d’água, dos ventos e das ondas.

Quanto a modelagem hidrodinâmica, na qual são realizadas as diferenças de maré simulada com a maré medida das coordenadas, quando as correntes geradas pela ação conjunta da maré e do vento, focando principalmente no período de maré de sizígia e “para resolver problemas de fluxo em canais abertos, precisamos buscar as relações interdependentes entre a declividade do fundo do canal, a descarga, a profundidade da água e outras características do canal” (HOUGHTALEN, AKAN, HWANG, 2012, p. 118).

Em relação a modelagem dos sedimentos da área de despejo, local esse onde serão descarregados os materiais dragados do canal que estará passando por intervenção, “modelagem essas sendo realizadas com representantes dos Órgãos como Capitânia do Portos e do Meio Ambiente” (ACETTA, 2019, p. 48).

O surpreendente é que nessa pesquisa pode-se entender a preocupação do lançamento do material dragado, no bota fora no exato momento da maré enchente de sizígia, pois as correntes tendem a ser direcionadas para costa e acaba transportando a pluma de sedimentos finos em suspensão.

Desta maneira, verifica-se a importância desses levantamentos serem acompanhados anualmente, por isso “é de extrema importância que haja levantamentos anuais ao longo do canal de acesso para que seja possível aprimorar o método de cálculo de assoreamento do canal, além de servir para calibração de modelos hidrosedimentológicos implantados na região” (ACETTA, 2019, p. 2).

No assoreamento, pode-se compreender que ocorre de forma direta e indiretamente no canal de navegação de acesso ao porto, nos cais de atracções, nas bacias de evolução devido ao transporte natural de sedimentos realizados pelos rios e mares que acabam-se acumulando em grandes volumes nestes locais especificados, e esses sedimentos interferem diretamente no calado operacional do porto.

Por isso, a Autoridade Marítima é obrigada a diminuir o calado para manter a segurança da navegação no acesso da infraestrutura portuária e a Autoridade Portuária manter a operacionalização do fluxo de navios que poderão acessar com o calado estabelecido pela Autoridade competente, uma vez que “as obras de dragagem não têm efeito permanente, ou seja, sedimentos naturalmente se depositarão mais uma vez no canal do porto” (GIRELI, GARCIA, PEREIRA, 2018, P 1186).

## **METODOLOGIA**

Neste trabalho, fez-se uso do entendimento da importância do canal de acesso, berços de atracção e bacia de evolução, assim como, na fundamentação do projeto básico e os investimentos necessários para uma manutenção portuária permanente.

No presente estudo apresentado, mereceu destaque nas manutenções da infraestrutura portuária, na finalidade da permanência do porto em condições favoráveis e competitivas, além disso, a importância dos levantamentos de dados para uma boa elaboração de um projeto básico de dragagem de manutenção. E tendo esse conhecimento geral, o tipo dessa pesquisa é importante para a realização de um estudo técnico e estabelecer fundamentos metodológicos que possam ser comprovados posteriormente.

As consultas realizadas foram por meio de artigos científicos, livros técnicos, nos quais se referem ao canal de acesso, cais e bacia de evolução, engenharia hidráulica, nota técnica do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias - na elaboração de projeto básico – e aos Órgãos Governamentais como Agência Nacional de Transportes Aquaviários,

Secretaria Nacional de Portos, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Ministério da Infraestrutura e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Desta maneira, fica-se demonstrado a relevância da conservação constante do acesso ao canal do porto organizado, visto que são necessárias e compatíveis para a permanência do seu calado operacional, uma vez que viabilizará ao fluxo de entrada e saída dos navios com sua capacidade de carga adequada, sem sofrer restrições alguma no seu carregamento.

Conseqüentemente, por isso a valia na elaboração num projeto básico e executivo robusto do canal de acesso, aos berços de atracações e bacias de evolução do porto, que são elementos fundamentais para um acompanhamento e desenvolvimento de uma obra de serviços de dragagem na obtenção de soluções para se ter essas intervenções essenciais.

E nessa elaboração do projeto básico de dragagem de conservação, após todas as análises dos elementos, já apresentados, bem como as realizações das modelagens específicas realizadas no Porto do Recife, representadas na figura 1.2, demonstrando seu traçado geométrico, com as suas respectivas áreas de intervenções.

Cita-se que este empreendimento de manutenção foi realizado no ano de 2022, pelo convênio celebrado entre o Diretoria de Infraestrutura Aquaviária/DAQ do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT e o Governo do Estado de Pernambuco.

**Figura 1.2**



Fonte: Projeto Básico do Canal de Acesso ao Porto do Recife (INPH, 2019, p 6).

Pode-se também compreender quanto são indispensáveis a questão do assoreamento que ocorre no canal de acesso ao porto, que por muitas vezes não são realizados esses serviços de manutenção e acabam-se acumulando em grandes volumes de sedimentos transportados pelas correntes.

Dificultando assim, a segurança da navegação, visto que acarretando assim, na diminuição da profundidade do canal de acesso, e por consequência restringindo o calado operacional do porto, em estudos levantados o cálculo geralmente é feito por software em resultados de duas batimetrias com variações de anos diferentes para se obter resultados mais preciso quanto a movimentação de sedimentos encontrando assim as taxas anuais de assoreamentos.

Devido ao Programa Nacional de Dragagem estabelecido pelo Governo Federal foram realizados mediante estudos, pesquisas e experiências adquiridas durante todo esse trajeto desenvolvidos pela extinta Secretaria de Portos/Presidência da República, atualmente Secretaria Nacional de Portos vinculada ao Ministério da Infraestrutura.

Notou-se à época a preocupação da gestão governamental de se obter anteprojetos, projetos básicos e executivos mais consistentes, para uma elaboração de um projeto básico, entretanto esses dados, geralmente, são coletados pelos setores responsáveis da Administração Portuária e por esta razão a relevância dos levantamentos desses dados de campo do porto organizado.

Apesar disso, pôde-se observar que entre os anos de 2019 a 2022, não houve nenhuma preocupação em função do Governo Federal, recorrendo ao Ministério da Infraestrutura no prosseguimento no Programa Nacional de Dragagem, paralisou assim, todos os trabalhos que vinham ocorrendo, como também suspendeu os investimentos destinados à Secretaria Nacional de Portos, Órgão esse específico da área portuária, uma vez que:

A Política Nacional de Transportes tem como referência atualmente o Plano Nacional de Logística (PNL), um dos principais instrumentos que o Poder Público dispõe para planejar, no longo prazo, a infraestrutura de transportes, estabelecendo a visão de futuro, as necessidades e oportunidades de infraestrutura de transporte para o Brasil até 2035” (ANTAQ, 2021, p.13).

Porém, nas pesquisas realizadas ao site do próprio ministério se confirma que a única obra de serviços de dragagem de manutenção e adequação com investimento do Órgão do Governo Federal, foi do Porto de Recife, com a finalidade no atingimento da cota do calado operacional, visto que o mesmo estava operando com calado reduzido, imposto, pela Autoridade Marítima, pela falta de preservação do traçado geométrico do porto, dessa maneira é essencial de se manter o monitoramento constante, para que se possa manter competitivo, no mundo atual.

Em se tratando dessas pesquisas realizadas e apresentadas faz-se sugestões que outros estudos possam ser continuados com outros fundamentos, dados e elementos, com intuito de novos conceitos que possam engrandecer ainda mais e culminar no aprofundamento do assunto abordado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O canal de acesso ao porto é uma infraestrutura portuária importantíssima, na qual apresentam as devidas larguras, traçados geométricos, canal interno e externo, bacias de evolução e berços de atracação, para se ter as especificações de qual navio-tipo irá frequentar a comunidade portuária de um determinado porto, portanto é preciso que a gestão tenha o conhecimento e visão de beneficiar cada vez mais, visto que os navios estão em constantes evoluções.

Quanto ao programa de dragagem, o fator principal são os serviços de manutenções, uma vez que a localizações dos principais portos do Brasil estão situados em estuários marinhos, no qual há uma grande incidência de movimentações de sedimentos.

À medida que esses sedimentos vão se acumulando nos canais de navegações, berços de atracações e bacia de evolução, acabam sofrendo com a diminuição do calado operacional, e devido a isso recomenda-se as intervenções desses serviços de manutenções.

Em relação ao projeto básico recomenda-se que haja levantamentos anuais de todos elementos citados na elaboração do projeto básico de um determinado porto, ao longo do canal de acesso para que seja possível aprimorar o método de cálculo de assoreamento do canal de acesso, bacia de evolução, berços de atracações, além de servir para calibração de modelos hidrosedimentológicos implantados na região portuária.

É de fundamental importância que essas manutenções sejam constantes, para que o porto não possa se tornar obsoleto por não ter as intervenções necessárias para uma boa operação, no entanto sugere-se aos gestores uma melhor atenção na área portuária marítima.

## **REFERÊNCIAS**

ACETTA, D. Relatório INPH nº 021/2019 Projeto Básico Dragagem de Manutenção e Readequação do Canal de Acesso Interno ao Porto de Recife/PE, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < [https://www.portodorecife.pe.gov.br/arquivos/editais/iqq7-anexo\\_b\\_projeto\\_basico\\_recife\\_inph.pdf](https://www.portodorecife.pe.gov.br/arquivos/editais/iqq7-anexo_b_projeto_basico_recife_inph.pdf)>. Acesso em 19.07.2022.

ALFREDINI, P.; ARASAKI, E. Engenharia Portuária. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2018. 467 p.

ANTAQ, 2021. Relatório de Gestão. Disponível em: < [https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/prestacao\\_de\\_contas/relatorio-de-gestao](https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/prestacao_de_contas/relatorio-de-gestao)>. Acesso em: 19.07.2022.

BRASIL. Lei nº 11.610 2007. instituiu o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2007.



BRASIL. Lei nº 12.815 (2013). Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União (2013).

BRASIL, R. M. L. R. F.; SILVA, M. A. Otimização de Projetos de Engenharia. *1. ed.* São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2019. 174 p.

BRITTO, P. A. P.; LUCAS, V. M.; COUTINHO, P.C.; CARVALHO, A. X. Y.; OLIVEIRA, A. L. R.; LUSTOSA, P.R.B.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; FONSECA, A.P. Promoção da concorrência no setor portuário: uma análise a partir dos modelos mundiais e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro, vol. 49 n. 1: 47-71, jan./fev. 2015. Disponível em: <[scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00047.pdf](http://scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00047.pdf)>. Acesso em: 28.06.2022.

CASADO, J. H. M.; MELO, M. B.; BEZERRA, N. M. Organização e Estrutura Portuária e Aeroportuária. *1ª ed. Curitiba/PR: InterSaberes.*

CASTRO, S.; ALMEIDA, J. Dragagem e conflitos ambientais em portos clássicos e modernos: uma revisão. Uberlândia, ano 24 n. 3, 519-534, ser/dez. 2012. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/sn/v24n3/v24n3a11.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sn/v24n3/v24n3a11.pdf)>. Acesso em: 28.06.2022.

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO. Cartas Náuticas. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/chm/chm/dados-do-segnav-cartas-nauticas/cartas-nauticas>. Acesso em: 19.07.2022.

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO. NORMA OHI S-44 Organização Hidrográfica Internacional Especificações para Levantamentos Hidrográficos. Niterói, set.2020, edição 6.0.0.

FREITAS, M. A. V. et al. Manual do Programa Nacional de Dragagem. Procedimentos para Gestão e Fiscalização dos Contratos de Dragagem e Apoio à Fiscalização. Rio de Janeiro: IVIG/COPPE/UFRJ & INPH, 2017.

GIRELI, T. Z.; GARCIA, P. D.; PEREIRA, A. H. S. D.G. Avaliação da Eficiência de Molhes Guia-Corrente Curvos na Baía de Santos, São Paulo: Modelagem Física. Campinas, vol. 23 n 6 1185-1198, nov/dez.2018. Disponível em: < >. Acesso em 28.06.2022.

HOUGHTALEN, R. J.; AKAN, A. O.; HWANG, N. H. C. (tradução Luciana Texeira). Engenharia Hidráulica. 4. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. 627 p.

MENEGAZZO, L.; PETTERINI, F. Maiores Navios no Mundo, mais um Desafio no Brasil: uma análise do Programa Nacional de Dragagem. São Paulo, vol. 48 n. 1, p. 175-209, jan.-mar. 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ee/a/knVL3mDmMqZBKVrpBdcwVbK/?lang=pt>>. Acesso em 28.06.2022.

NETO, C. A. S. C.; FILHO, B. P.; ROMMINGER, A. E.; FERREIRA, I. M.; VASCONCELOS, L. F. Gargalos e Demandas da Infraestrutura Portuária e os Investimentos do PAC: Mapeamento IPEA de Obras Portuárias. Texto para Discussão, IPEA, 1423. Brasília, out.2009. Disponível em: < [ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/TDs/td\\_1423.pdf](http://ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/TDs/td_1423.pdf)>. Acesso em: 06.07.2022.

**Capítulo 16 - DOI:10.55232/1085002.16**

**REPRESSÃO, VERDADE E LUTA: O TESTEMUNHO COMO MEMÓRIA NA ARGENTINA PÓS-DITATORIAL**

**Lucas Barroso Rego, Joana Josiane Andriotte Oliveira Lima Nyland, Juliana Fontes de Lima**

O desaparecimento compulsório foi a principal fórmula adotada pelos militares para aniquilar a oposição na última ditadura militar argentina (1976-1983). Seu uso serviu como modelo massificado de destruição de opositores. A violência política foi usada com fins de disciplinarização, a partir da geração de temor, apatia, imobilidade, conformismo e não questionamento. O terrorismo de Estado e a repressão estatal constituíram-se os elementos centrais do regime. Nesse cenário, destacam-se os Centros Clandestinos de Detenção (CCDs), no qual, estando presentes em 11 das 23 províncias argentinas, funcionavam como dispositivos centrais de aniquilação de pessoas e de suas identidades. Para além de uma mera busca por informação, a tortura perpetrada nesses Centros visava tanto a propagação de (auto)narrativas e memórias do regime por meio de seu próprio aparato repressivo quanto a sua própria consolidação. Em mais de 340 CCDs, estima-se a passagem de 1.500 a 20 mil pessoas, das quais 90% foram assassinadas. Os sobreviventes converteram-se em testemunhas integrais da repressão, aliados aos vizinhos dos Centros entendidos como espectadores. Os testemunhos comunicam recordações, representações, interpretações e imaginações, a partir de modalidades pessoais ou coletivas. Por sua simbologia e subjetividade, as manifestações testemunhais seriam mais representativas quanto à significação individual e social dada a uma certa lembrança do que aos acontecimentos passados em si. Nesse cenário, o presente trabalho visa apresentar o testemunho dos sobreviventes e espectadores da repressão como um pilar das políticas de memória vistas na Argentina. Para isso, analisaremos relatos, entrevistas, recordações e falas públicas ou privadas de sobreviventes de CCDs, visando, a partir de representações individuais e coletivas, retomar os testemunhos enquanto fonte e meio de aproximar-se da realidade da ditadura. A partir dessa análise, espera-se entender os relatos de testemunhas integrais e espectadores da ditadura como o motor de uma demanda civil por políticas antiditatoriais de memória na Argentina.

**Palavras-chave:** Ditadura, Argentina, Centro Clandestino de Detenção

**Referências Bibliográficas:**

AGAMBEN, Giorgio. Lo que queda de Auschwitz. El archivo y el testigo. Homo sacer III. Valência: Pre-Textos, 1999.

CALVEIRO, P. Poder y desaparición: Los campos de concentración en la Argentina. Buenos Aires: Colihue, 2001.

LEVÍN, F. P. Arqueología de la memoria: algunas reflexiones a propósito de Los vecinos del horror. Los otros testigos. *Entrepasados*, ano XIV, n. 28, p. 47-63, 2005.

ZARANKIN, A.; NIRO, C. “A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83)”. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberioni dos (Orgs.). *Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. cap. 9. p. 183-210.

ÁGUILA, G. “Testemunhas e vizinhos: a ditadura na Grande Rosário (Argentina)”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. cap. 8. p. 596-613.

**Capítulo 17 - DOI:10.55232/1085002.17**

**AS MUDANÇAS NO TRATAMENTO CONTÁBIL DO LEASING PROPOSTA PELA IFRS 16 E SEUS REFLEXOS NOS INDICADORES FINANCEIROS DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

**Suellen Arantes Pires, Lara Fabiana Morais Borges**

O Arrendamento Mercantil ou Leasing como também é conhecido, foi inicialmente instituído no Brasil através da Lei 6099/74: Considera-se arrendamento mercantil, para os efeitos desta Lei, o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta. (Brasil, 1974) Desde então houve mudanças consideráveis na forma do reconhecimento contábil das operações de Arrendamento. Nos últimos anos o que contribuiu em maior parte para essas mudanças, foi a adoção dos órgãos Normativos de Contabilidade do Brasil as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) com o objetivo de alinharem-se aos padrões mundiais. O International Financial Reporting Standards (IFRS) são as normas internacionais de contabilidade, e compreende um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo International Accounting standards Board (IASB). O objetivo desse estudo é identificar quais impactos que as mudanças propostas pela IFRS 16 irão gerar nos indicadores financeiros de liquidez, rentabilidade e endividamento das empresas da BM&FBovespa que tem operações de arrendamento mercantil operacional. De forma complementar, buscou-se também identificar se essas entidades divulgaram em suas demonstrações contábeis de 2016 a existência, vigência e abrangência da nova norma. Assim, procedeu-se com um estudo exploratório, com abordagem qualitativa, fundamentado com pesquisas bibliográficas e documentais. Para tanto foram selecionadas no Economática todas as empresas listadas na BM&FBovespa que apresentavam operações de arrendamento mercantil, foi buscado nessas demonstrações contábeis e NE's quais delas possuíam o Operacional para então identificar os índices financeiros dessas empresas no cenário atual, no ano de 2016, e simulações dos impactos da IFRS 16 nesses índices financeiros das respectivas entidades, totalizando 18 empresas, sendo analisada suas Demonstrações Financeiras, destas em apenas 5 foram encontradas as informações exigidas pela norma vigente, CPC06, e dados que possibilitassem a pesquisa. Os resultados mostram que apesar das mudanças que a IFRS 16 trará, nem todas as empresas informam em suas notas explicativas (2016) sobre a existência da mesma e os impactos que poderão gerar nos exercícios futuros, sendo tal informação relevante uma vez que poderá influenciar nas decisões dos stakeholders. Notou-se ainda que apesar da escassez ou inexistência de algumas informações, no que tange a divulgação do arrendamento operacional, os resultados mostram que os índices financeiros irão se modificar de forma relevante para aquelas empresas que utilizam o Leasing operacional com frequência e ou já possuem contratos relevantes em vigência dessas operações. Além disso, quase a

totalidade das entidades divulgou em suas notas explicativas a existência da nova norma, sua vigência e objetivos, além do que ela irá modificar, a maioria relatou também que espera impactos levantes sobre suas demonstrações contábeis e que estão analisando quais serão esses impactos. Desta forma, este trabalho espera contribuir de forma a esclarecer antecipadamente da vigência da norma, o que ela poderá trazer e provocar nos relatórios financeiros das empresas analisadas, auxiliando tanto as empresas para a adequação em suas demonstrações contábeis, bem como aos stakeholders, uma vez que os índices financeiros serão alterados. Os fatores limitativos da pesquisa foram à falta e ou escassez de informações, uma vez nem que sempre estavam completas como exige a norma, além da escassez de estudos a respeito da nova norma o que não permite a comparação dos resultados, comparação essa que contribuiria para a pesquisa. Para pesquisas futuras se sugere identificar se a partir da vigência da norma o interesse em utilizar o arrendamento operacional continuará sendo procurado pelas empresas além é claro, de identificar qual o impacto gerado de fato após a vigência da nova norma.

**Palavras-chave:** IFRS 16; Arrendamento Mercantil Operacional; Indicadores financeiro.

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL. Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento Mercantil e da outras providencias. Brasília, 1974. Disponível em: (acesso em 24-6-17).

**Capítulo 18 - DOI:10.55232/1085002.18**

**A ARTE MARCIAL COMO ALIADA AO DESENVOLVIMENTO  
DAS HABILIDADES MOTORAS DA CRIANÇA, E SUA  
RELAÇÃO COM A ÁREA PEDAGÓGICA.**

**Miguel Lemuel Vieira, Magda J. Andrade**

A pesquisa foi realizada com o intuito de mostrar os benefícios que a arte marcial proporciona para os praticantes, tanto demonstrou melhora nas habilidades físicas como nas habilidades motoras e cognitivas. Isto proporcionou ao aluno uma melhora no seu deslocamento frontal e lateral, equilíbrio, coordenação, saltos, controle do corpo, raciocínio rápido, criatividade, autonomia, socialização, entre outros. A pesquisa mostrou que a prática da arte marcial proporciona não apenas estratégias de luta, mas o desenvolvimento de valores para a criança, uma qualidade essencial para os adultos no mundo atual. Os professores das escolas afirmaram que os alunos que começaram a fazer de uso contínuo esta atividade tornaram-se pessoas mais tranquilas e calmas, o que é uma mudança da água para o vinho do seu comportamento pois estes eram os principais causadores do movimento chamado bullying este praticado com o intuito de menosprezar os seus colegas. A arte marcial é de agrado dos pais, entretanto, existe uma certa resiliência sobre a sua implantação na grade curricular. Seguindo o lema do karatê, é possível ver nas crianças o aumento da disciplina, o esforço para resolução de um problema, a preocupação com o seu caráter, respeito ao próximo e um maior controle do espírito de agressão. O estudo venho com o propósito de conscientizar a população que a arte marcial não é resumida apenas em socos, chutes, cotoveladas e joelhadas.

**Palavras-chave:** Palavras-chaves: "arte marcial", "lutas", "karatê" "pedagogia" "desenvolvimento motor".

**Referências Bibliográficas:**

BARROS, F. B. Artes marciais e Educação Física escolar: uma revisão da literatura. 2019, 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília 2019

CARVALHO, R. S. D. Lutas um conteúdo para educação física escolar: contribuições e perspectivas. 2019, 15f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à faculdade Pitágoras, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em educação física licenciatura, São Luís 2019

COELHO, P. S. R. L. e. A inserção dos esportes de combate nas aulas de educação física escolar uma visão atual em Barra do Garças-MT. 2019, 38f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, para obtenção do grau de Licenciado (a) em Educação Física, à Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Pontal do Araguaia.

DAMASCENA, G. A. Uma proposta pra inserção de lutas como recurso metodológico na aulas de educação física. 2016, 28f. Monografia apresentada ao curso de Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial a obtenção do título de licenciatura em: Trabalho de Conclusão de Curso II.

Gonçalves, P. F. A. O ensino de arte marcial na escola: inserção de jiu-jitsu nas aulas de educação física. 2017, 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil. Piritiba-BA, 2017

LEANDRO, R. B. A arte marcial como aliada no desenvolvimento comportamental das crianças. 2016, 10f. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciatura, no Curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. 2016.

PAIM, J. R. As lutas na educação física escolar: o kung fu como possibilidade pedagógica. 2016, 9f. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciatura, no Curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

SANTANA, K. R. C. MuayThai nas Escolas – Proposta de atuação da Arte Marcial na Escola Estadual da Cachoeira. 2019, 30f. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

SANTOS, A. L. As artes marciais na educação física escolar: A pedagogia do esporte no contexto da agressividade escolar. 2017, 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Piritiba-BA, 2017.

SILVA, E. I. As lutas como recurso pedagógico nas aulas de educação física. 2015, 12f. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Licenciatura no curso de Educação Física da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

HARDT, A.F. A utilização das lutas nas aulas de educação física para o ensino fundamental. 19f, 2014. Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Educação Física pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. SOUZA, F. P. Karatê como prática pedagógica. REP's – Revista Even Pedagóg. V.7, n.3, p. 1099-1116, 2016.

FERNANDES, F. F. D. A pratica pedagógica de lutas na escola: uma autoetografia pautada na proposta freireana. 17f., 2021 Trabalho de Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.



RODRIGUES, T. S. O Karatê como prática formativa: da narrativa autobiográfica aos sujeitos da escola. 49f., 2017. Trabalho de Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

ANTUNES, M. M.; ALMEIDA, J. J. G.; MENDONÇA, S.; PATATAS, J. M.; ORTEGA, BISPO, L. G. Lutas como conteúdo na educação física escolar. 19f, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso, da Faculdade CCBS/ UEPA.

COSTA, F. L. Lutas como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento motor na escola para o ensino fundamenta I e II. 27f, 2016. Trabalho de Monografia. Faculdade

**Capítulo 19 - DOI:10.55232/1085002.19**

**POR UM CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA  
DE ESTUDANTES IMIGRANTES**

**Marlene Eggert, José Marcelo Freitas de Luna**

Pode-se afirmar que junto com a mobilidade das pessoas, circulam as diferentes culturas e línguas. Segundo Oliveira e Silva (2017, p. 133), “[...] o movimento de pessoas traz consigo o movimento de línguas. Assim, o crescimento exponencial da mobilidade humana teve como resultado mudanças no cenário linguístico dos Estados-nação, [...]”. Tendo presente este cenário, sobretudo nos países que se movem através de uma única língua oficial, agora sentem o desafio de responder as necessidades das pessoas que chegam e falam outras línguas, denominado por Oliveira e Silva (2017, p. 133) de “mosaico linguístico”. Para compreender esse processo, e os desafios enfrentados pelos imigrantes, mais especificamente, estudantes imigrantes, assim como professores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, realizou-se uma pesquisa de campo, junto a esses dois grupos. A pesquisa foi realizada com treze estudantes imigrantes de cinco nacionalidades que frequentam ou frequentaram, recentemente, as escolas públicas do município de Itajaí-SC, Educação de Jovens e adultos (EJA), Universidades e/ou um dos grupos de aulas de língua portuguesa, organizados pela Pastoral dos Migrantes. Além dos estudantes imigrantes, entrevistamos treze docentes que tiveram alguma experiência com estudantes imigrantes na educação formal e/ou informal. O nosso estudo partiu de uma pergunta geral norteadora: - Que práticas curriculares de educação linguística encontram-se em desenvolvimento por professores e estudantes imigrantes em espaços educacionais de Itajaí-SC? Como objetivo geral propomos: - Compreender as práticas curriculares de educação linguística em desenvolvimento por professores e estudantes imigrantes em espaços educacionais do município de Itajaí-SC. Na análise de dados empregamos como método a Análise de Conteúdo, de Bardin (2016, p. 123). Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa de viés qualitativo, e, em relação aos objetivos, um estudo de caráter exploratório. Para fundamentar nossa discussão diversos autores contribuíram: Oliveira (2004); Grosso (2010); Maher, Rajagopalan, Altenhofen (2013); Amado (2013); Moura e Costa-Hübes (2017); Lopez (2018); São Bernardo e Barbosa (2018), Moreira e Candau (2014), Luna (2018), Silva (2020). Observamos que ainda há pouca oferta de políticas de educação linguística para estudantes imigrantes por parte das instituições educacionais de Itajaí-SC. Para amenizar essa lacuna, a sociedade civil, as igrejas, por exemplo, têm assumido o papel de organizar grupos de aulas de língua portuguesa. Essas iniciativas não são suficientes para atender a demanda dos estudantes imigrantes. A análise do material coletado oferece-nos suporte, para afirmar que o principal desafio enfrentado pelos estudantes imigrantes é o idioma. Os docentes entrevistados também confirmam que o idioma é um dos desafios enfrentados de ambos os lados, tendo presente que o Estado, apesar de ter facilitado o acesso do estudante imigrante, às vezes sem mesmo a documentação legal, por outro lado, não oferta políticas educacionais, ou políticas linguísticas voltadas a este público. Quanto às políticas linguísticas sugeridas pelos professores entrevistados, entre elas, algumas ainda se assemelham às políticas

assimilacionistas, poucos evidenciam políticas linguísticas pensadas a partir de um cenário mais amplo, isto é, na ótica da diversidade. Frente a essa nova demanda é urgente pensar em políticas de educação linguísticas mais inclusivas e da mesma forma é preciso repensar o conceito do currículo. Portanto, parece imprescindível outro olhar, ou por que não dizer, precisamos adotar um novo olhar, para reconhecer a importância de todos os atores presentes nos processos educativos e compreender as diversas necessidades e as diferenças, como riqueza pedagógica, como recursos/conteúdos a serem potencializados. Enfim, urge a necessidade de um currículo intercultural.

**Palavras-chave:** Educação Linguística de Estudantes Imigrantes. Currículo. Educação Intercultural.

#### **Referências Bibliográficas:**

ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs.). Política e políticas Linguísticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

AMADO, Rosane de Sá. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. Revista da SIPLE, Brasília, ano 4, nº2, out 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/272394920\\_O\\_ensino\\_de\\_portugues\\_como\\_lingua\\_de\\_acolhimento\\_para\\_refugiados](https://www.researchgate.net/publication/272394920_O_ensino_de_portugues_como_lingua_de_acolhimento_para_refugiados). Acesso em: 15.02.2021.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

CANDAU, Vera Maria. Educação Intercultural: entre afirmações e desafios. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). Currículos, disciplinas escolares e culturas. Petrópolis – RJ, Vozes, 2014.

GROSSO, Maria José Reis. Língua de acolhimento, língua de integração. Revista Horizontes de Linguística Aplicada. Vol. 9, nº 2. Brasília, 2010, s.p. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/viewarticle/5665>. Acesso em: 18.01.2021.

LOPEZ, Ana Paula de Araújo. A aprendizagem de português por imigrantes deslocados forçados no Brasil: uma obrigação? In: BIZON & DINIZ (Orgs.). Dossiê Especial: Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens. Revista X, Curitiba, volume 13, nº1, p. 9-34, 2018. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=GbzEPx0AAAAJ&hl=pt-BR> Acesso em: 06.08.2021.

LUNA, José Marcelo Freitas de. (Org). Internacionalização do currículo: educação, interculturalidade, cidadania global. 2ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

MAHER, Terezinha Machado. Ecos de Resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Orgs.). Política e políticas Linguísticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. (Orgs.). Currículos, disciplinas escolares e culturas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MOURA, Maria Lourdes de; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. Processo de Ensino da Língua Portuguesa para Imigrantes Haitianos. Revista Latino – Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, V.03, Ed. Especial, dez.,2017, artigo 591, p. 1-23. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/322543747\\_Processo\\_de\\_Ensino\\_da\\_Lingua\\_Portuguesa\\_para\\_Imigrantes\\_Haitianos](https://www.researchgate.net/publication/322543747_Processo_de_Ensino_da_Lingua_Portuguesa_para_Imigrantes_Haitianos). Acesso em: 30.06.2020.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política Lingüística, Política Historiográfica - Epistemologia e escrita da História da(s) Língua(s) a propósito da língua portuguesa no Brasil Meridional. Tese de doutorado em Língua. UNICAMP, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270463>. Acesso em 10.04.2021.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de; SILVA, Julia Izabelle da. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? Gragoatá, Niterói, v.42, p. 131-153, jan.-abri., 2017. Disponível: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33466> Acesso em: 10.05.2021.

RAJAPAGOPALAN, kanavillil. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf (Org). Política e políticas Linguísticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de; BARBOSA, Lúcia Maria Assunção. Ensino de Português como língua de acolhimento: experiência em um curso de português para imigrantes e refugiados no Brasil. In: Revista de Letras. Vitória da Conquista. V. 10, nº1 p. 475-493, jan./jun. 2018.

SILVA, Tomaz Tadez da. Documentos de Identidade – Uma introdução às teorias do currículo. 3ª Ed. 12. reimp., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

**Capítulo 20 - DOI:10.55232/1085002.20**

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL N° 026/2022 E O REGIMENTO  
INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE IBIRITÉ/MG**

**Paulo César de Souza**

Em Ibirité/MG, ao longo dos últimos meses, alguns moradores têm reclamado da falta de respeito com a população por parte dos secretários da prefeitura municipal em responder os ofícios e requerimentos elaborados por cidadãos, demais interessados, bem como, os vereadores. Por conta da discricionariedade de cada secretário em os ofícios e requerimentos, o vereador Vavá (PTC), é autor do PL no município que dispõe sobre os secretários, prazo de até 72 horas, para responderem, os ofícios pedidos pelos Vereadores. Como é sabido, o município é um dos mais populosos 184.030, segundo dados estatísticos do IBGE.. Em 01/08/2022, o PL deu entrada na secretaria legislativa, sendo o projeto lido em plenário em 12/09/2022, discutido durante reunião conjunta entre a Comissão de Justiça, Legislação, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Comissão de Educação e Meio Ambiente e Comissão de Direitos Humanos. A votação ocorreu durante a 16ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura realizada em 10/10/2022. Conforme redação do artigo 100 do regimento interno da Câmara de Vereadores de Ibirité, consta uma gama de direitos dos vereadores, entre eles o inciso II, apresentar proposições, discuti-las e votá-las. Assevera Alexandre de Moraes (2020, p. 696) inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do município. Em outras circunstâncias, o projeto seria desnecessário se os secretários da prefeitura fossem solícitos com os ofícios dos vereadores. Noutro giro, para quem conhece e vivencia a realidade de Ibirité, nem todos os secretários são atenciosos em responder ofícios dos vereadores e munícipes. Nessa senda, o projeto de lei do Vereador Vavá (PTC), tem por objetivo regulamentar o lapso temporal da resposta dos secretários. Entretanto, o projeto foi rejeitado. Nessa linha de raciocínio, uma das principais maneiras do Legislativo local contribuir com a sociedade é a união dos representantes. O Poder Legislativo de Ibirité é representado pela Câmara Municipal composta por quinze membros, escolhidos pelos eleitores, devidamente regularizados, perante à Justiça Eleitoral (SOUZA, 2022, p. 369). A redação do art. 2º do PL 69/2022 estabelece ao Executivo fiscalizar se os Secretários de governo estão respondendo os ofícios feitos pelos Vereadores, trazendo assim mais transparência Um projeto como esse deveria ser votado por unanimidade porém foi rejeitado por nove votos, sendo apenas cinco favoráveis.

**Palavras-chave:** Ibirité, Prefeitura, Secretário,

**Referências Bibliográficas:**

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

IBIRITÉ. Projeto de Lei nº 026/2022. Autor: Vereador Gleison Eloi Lopes (PTC) Disponível em: < <https://www.camaraibirite.mg.gov.br/atividade-legislativa/proposicoes/materia/1569> > acesso em: 15 de novembro de 2022

SOUZA, Paulo César de. Ciências do Estado: Liberdade de Expressão e Pluralismo de Ideias Paulo César de Souza. Caderno de Resumos do I Encontro Internacional da Revista de Ciências do Estado. Os desafios na produção e difusão do conhecimento científico 26 a 28 de julho de 2021. Belo Horizonte: Revista de Ciências do Estado, 2021.

SOUZA, Paulo César de. O poder legislativo em Ibirité e o seu papel na implementação de políticas públicas. Reflexões e inovações nacionais no século XXI em ciências humanas e sociais, volume II. organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis : Instituto Scientia, 2022.

SOUZA, Paulo César de. Três meia nove: Discussão política sob a perspectiva da PEC 18/2020 no Brasil. I Congresso Internacional de Ciências do Estado. A vida em Risco e o Estado em Reação?. 1ª ed. Belo Horizonte: João Pedro Braga de Carvalho (UFMG/CACE), 2020.

**Capítulo 21 - DOI:10.55232/1085002.21**

**ARAPONGAGEM EM GARIBALDI/RS E A RESOLUÇÃO 381/2022**

**Paulo César de Souza**

A justiça eleitoral tem determinado a realização de eleições suplementares em diversos municípios brasileiros. Em breve consulta no site da Corte eleitoral em vinte e sete municípios, os eleitores foram advertidos em escolhas fora de época. Conforme publicação da Resolução 381/2022, no DJE do TRE/RS, nº 21, p.78, de 10/02/2022, consta normas para a renovação das eleições majoritárias no município de Garibaldi/RS, agendada para 03/04/2022. O motivo da realização das eleições suplementares em Garibaldi/RS, foi a arapongagem, prática de fraude, captação e gastos ilícitos de recursos, abuso de poder político e meios de comunicação social no pleito de 2020. Assevera o parquet, que o prefeito e o chefe de gabinete estavam sendo monitorados por dispositivos eletrônicos em que realizavam captura de áudio nos veículos. Nesse contexto, os adversários realizaram gravações de vídeos sem o conhecimento da vítima que foram editadas e divulgadas contendo ataques à administração municipal. Em 2016, Antonio Cettolin (PMDB), coligação Garibaldi no caminho certo, foi eleito com 12.083 votos; o segundo, Alex Carniel (PP), coligação Garibaldi no caminho certo, com 8.585 votos. Em 2020, Alex Carniel (PP), coligação Garibaldi mais feliz (PP,PSL,PSB) derrotou o candidato Antônio Fachinelli (MDB), coligação Garibaldi no caminho certo (PDT,PTB,MDB,PL,DEM,PSD,PCdoB), em uma eleição disputadíssima, 10.681 x 9.217, diferença de 1.464 votos. Após inúmeras denúncias, a coligação integrada por Alex Carniel (PP) foi acusada de usar equipamento de escuta e rastreamento no carro de Antonio Cettolin (MDB), apoiador da oposição ao pleito de 2020. Após a cassação do chefe do executivo, o vereador José Bortolini (PDT), conhecido como Zé da Patrola, foi o menos votado entre os oito vereadores eleitos, porém por ser o presidente da Câmara de Vereadores, tornou-se prefeito interino. Aponta a literatura pátria que a sanção de cassação, cabe demonstrar ainda as consequências decorrentes da sanção de cassação do registro ou do diploma das eleições majoritárias ou proporcionais. Nessa linha de pensamento preleciona Alexandre de Moraes (2020, p. 511) o voto é um direito público subjetivo, sem, contudo, deixar de ser uma função política e social de soberania popular na democracia representativa. Discorre Paulo César de Souza (2022, p. 725) às normas eleitorais, como visto, surgem a partir da elaboração das fontes formais pelo órgão competente, as limitações ao direito de votar e ser votado embasa nos princípios norteadores da CR/88 da moralidade e probidade considerada a vida pregressa do indivíduo.

**Palavras-chave:** Cassação, Garibaldi, Prefeito

**Referências Bibliográficas:**

MORAES, Alexandre. Direito constitucional. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020

SOUZA, Paulo César de. Cassação de William Parreira e Paulo Telles: Breves Considerações. Reflexões e inovações multidisciplinares em saúde no século XXI organizador Daniel L. S. Braga. Florianópolis: Instituto Scientia, 2022

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 e a resolução 23669/2021. Diálogos em direito. São Paulo: Opção, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 em Itatiaia/RJ e a resolução n° 1201/2021. O Direito nas intersecções entre o fático e o normativo Ponta Grossa: Aya, 2022.

SOUZA, Paulo César de. Três meia nove: Discussão política sob a perspectiva da PEC 18/2020 no Brasil. I Congresso Internacional de Ciências do Estado. A vida em Risco e o Estado em Reação?. 1ª ed. Belo Horizonte: João Pedro Braga de Carvalho, (UFMG/CACE) 2020.



**Capítulo 22 - DOI:10.55232/1085002.22**

**SUPERVISÃO PEDAGÓGICA COMO APOIO AOS PROFESSORES QUE ATENDEM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS INCLUSIVAS DE ANGOLA: QUESTÕES ATUAIS**

**Antonieta dos Milagres da Cruz Fuakatinua Gonçalves**

O presente trabalho, surge no âmbito do projecto de tese do curso de Doutoramento em formação de professores e supervisão, no tema educação especial, com o título “A função da supervisão pedagógica no apoio aos professores que atendem alunos com deficiência nas escolas inclusivas” pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Em Angola crescem os esforços a nível político, administrativo e técnico no sentido de viabilizar condições para que todas as crianças em idade escolar tenham acesso ao sistema de ensino e educação independentemente da sua condição. Uma das questões mais levantadas quando se fala da inclusão escolar em Angola, é como será materializada em escolas onde os professores na sua formação inicial, não receberam as bases necessárias para atender os alunos da educação especial. Professores que nunca tiveram nem formação nem alguma aula prática ou estágio com alunos público-alvo da educação especial terão necessariamente dificuldades em trabalhar de forma inclusiva. Quanto a esta questão, entendemos que o professor necessita de assessoria para poder enfrentar o novo paradigma. Impõe-se o acompanhamento, a orientação e o diálogo permanente entre o professor e profissionais mais experientes e melhor treinados para o efeito. Logo, a existência de uma supervisão pedagógica eficaz se faz necessária para dar o suporte necessário ao professor. O objectivo geral do nosso trabalho é compreender a influência da supervisão pedagógica no trabalho dos professores que atendem os alunos com deficiência nas escolas inclusivas do ensino primário.

O projecto contempla seis fases, onde na primeira fizemos a apresentação do problema, onde descrevemos o assunto sobre o qual o estudo recai, assim como as questões fundamentais e as razões que o motivam a realização do mesmo, na segunda fase, apresentamos os objectivos que pretendemos atingir com este trabalho, e o foco principal do estudo. Na terceira fase fizemos o enquadramento teórico-científico. O referencial teórico para o nosso estudo é criado a partir da obra de vários autores que se destacam nas matérias de supervisão e formação de professores, desempenho profissional docente, inclusão escolar e diferenciação pedagógica. Contamos com a contribuição de Isabel Alarcão, Maria do Céu Roldão, Maria João Amaral, Maria Alfredo Moreira, Deolinda Ribeiro, Luís de Miranda Correia, Isabel Pizarro Madureira, Teresa Santos Leite, Ana Sofia Freire, Bernardo Canha, António Novoa e demais autores assim como documentos legais que nos permitem uma melhor compreensão das questões levantadas. A quarta fase refere-se a contextualização social, frisamos a importância do tema na formação dos professores, na realização das actividades lectivas nas escolas inclusivas, a influencia da supervisão pedagógica na melhoria da pratica diária do professor , diferenciação pedagógica, o desempenho profissional desenvolvimento de competências dos professores, e o papel

fundamental do orientador para melhorar a qualidade do trabalho. Na quinta fase abordamos a metodologia seleccionada para o estudo que se consistiu numa investigação qualitativa, abordando a problemática de forma naturalista e interpretativa, as técnicas e instrumentos, bem como os participantes que são os agentes educativos que exercem a função de supervisão pedagógica (os directores gerais e pedagógicos das escolas, coordenadores, professores e supervisores externos seleccionados), na sexta fase, indicamos o cronograma de actividades a bibliografia consultada, para elaboração do trabalho. A investigação foi desenvolvida em 2 escolas denominadas inclusivas, situadas na centralidade do Kilamba, município de Belas, província de Luanda. A nossa pesquisa concluiu que não existem orientações específicas dos supervisores para os professores que atendem os alunos com deficiência. Os supervisores externos embora deixem recomendações não apoiam na resolução das dificuldades. Os professores têm dificuldades de planificar estratégias para trabalhar com alunos com deficiência

**Palavras-chave:** Agentes educativos, supervisão pedagógica, alunos com deficiência, escolas inclusivas, desenvolvimento profissional docente.

**Referências Bibliográficas:**

Alarcão I. & Roldão, M.C. (2010) Supervisão um contexto de desenvolvimento profissional dos professores. Mangualde Edições. Pedago.

Alarcão I. (2002). Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva. São Paulo: Cortez Editora.

Alarcão I. & Tavares J. (2003). Supervisão da Prática Pedagógica. Uma perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem. Coimbra: Livraria Almedina. (2ªed.revista e desenvolvida 1ª ed.1987).

Almeida. B. & Gonçalves. D.(2016). Perfil do Supervisor do 1º ciclo do ensino básico: Um alicerce para o desenvolvimento organizacional numa instituição de ensino particular. Centro de Estudos em desenvolvimento humano, Universidade Católica portuguesa, Portugal.

Almeida, L.R. Freitas, A. L. S. Gestão pedagógica e acompanhamento docente: Entre Expectativa, Praticas e Possibilidades. IVSIPASE. Seminário Internacional Pessoa Adulta, Saúde e educação. “A construção da profissionalidade docente: A pessoa em formação”.

Armstrong, F.& Rodrigues, D.(2014). A Inclusão nas escolas. Edição: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Balduíno M.M.de M. (2006) Inclusão escolar de alunos portadores de deficiência mental: Com a palavra os professores. Dissertação para obtenção do grau de mestre em psicologia, Universidade de Brasília.

Barry Abdoulaye. Différenciation et diversification: clarification conceptuelle et enjeux. *Vie Pédagogique*. 2004. n°130, p.20-24.

Belato, J. J. F. Neves, C.C. O olhar do coordenador pedagógico no processo de Inclusão dos alunos com deficiência. Colóquio internacional de educação especial inclusiva. 2019. Borges, F. I. B. S. Neves, C. A Supervisão Pedagógica: Significados e operacionalizações. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional* Dezembro 2012.

Bogdan R. & Biklen S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Booth, T. & Ainscow, M. (2002). *Índice para Inclusão. Desenvolvendo a aprendizagem e participação na escola*. Edição inglesa, revista e publicada exclusivamente pelo CSIE. Campos C., J., G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista. Bras. Enfermagem*. Brasília(DF). 2004.

Caron, J.. *Apprivoiser les différences: Guide Sur la différenciation des apprentissages et la gestion des cycles*. Montréal: Chenelière Éducation. 2003.

Castro, A. T. K. A. Bruscato, A. C. M. Menegais, D. A. F. N. e Krahe, E. A Formação continuada de professores e a prática da sala de aula. *Educação Unisinos*. 18(3): 271-279, setembro/dezembro 2014.

Correia, L. (2010) *Necessidades educativas especiais. Um guia para educadores e professores*. Porto: Porto Editora.

Cohen, L., e Manion, L. (1994). *Research methods in education*. London: Routledge. Conferência, (2007) “Desenvolvimento profissional dos professores. Para a qualidade e para a equidade da aprendizagem ao longo da vida”. Lisboa, quadro da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

**Capítulo 23 - DOI:10.55232/1085002.23**

**CONCEPÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTE  
ESPECIAIS, TÚNEIS E OBRAS SUBTERRÂNEAS**

**Célio Henrique Dos Reis Silva**

A proposição desse artigo é apresentar as concepções e manutenções de obras de artes especiais existentes em todo o Brasil, especificamente as obras de artes especiais que cruzam as malhas ferroviárias de toda federação, conhecidas como OEAs, dentro da ótica de seus projetos de obras de artes especiais, das análises de inspeções, recuperações de pontes e viadutos e o Programa Nacional de Obras de Artes Especiais – PROARTE de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. As análises elaboradas demonstraram as atividades desenvolvidas por esse Órgão quanto situação atual das pontes, túneis, viadutos, passarelas e estruturas de contenção, estruturas essas tão importante no cenário como o todo numa rodovia e ferrovia. Outro aspecto da pesquisa foi à analogia das características estruturais das determinadas pontes e viadutos quanto aos aspectos atuais, visto que este programa tende verificar o estado crítico da estrutura para que não ocorra o colapso dessa estrutura. O procedimento utilizado nesse trabalho foi expor a contextualização no entendimento dos manuais de inspeções, de recuperações e projetos de obra de artes especiais de pontes e viadutos publicados pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias do DNIT. Preliminarmente, foram coletados manuais de inspeções, manuais de recuperação de pontes e viadutos, manuais de projeto de obras de artes especiais, livros específicos da área, instruções normativas, bem como instruções de serviços de jurisdição do DNIT, relatórios técnicos da área técnica de obras de artes especiais, sites de empresas executoras e com grandes atuações no mercado nacional, sites dos grandes empreendedores e executores dessas obras de estruturas de pontes e viadutos. Os dados foram obtidos por meio dos relatórios técnicos da Auditoria Interna do DNIT, das práticas desempenhadas pelas maiores empresas de obras de artes especiais do mundo e no Brasil por meio do Programa Nacional de Obras de Artes Especiais – PROARTE. Conclui-se que a produção dos estudos expostos, possibilitará o melhor acompanhamento das intervenções ocorridas nas estruturas de pontes e viadutos sob jurisdição do DNIT quanto ao cruzamentos das malhas rodoviárias e ferroviárias de toda federação brasileira, assim como os monitoramentos dessas estruturas dos seus aspectos atuais e críticos apresentados.

**Palavras-chave:** Manutenção e Inspeção de Obras de Artes Especiais (OEAs).

**Referências Bibliográficas:**

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: resumo: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: citações: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2002.

ANDRIOLO, Francisco Rodrigues. Construções de concreto. São Paulo: PINI, 1984. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6118: projeto de estruturas de concreto: procedimento. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico. Manual de construção de obras-de-arte especiais. 2. ed. Rio de Janeiro, 1995. (IPR. Publ., 602).

Manual de projeto de obras-de-arte especiais. Rio de Janeiro, 1996. (IPR. Publ. 698). Serviço de desenvolvimento e teste de sistema de gerenciamento de obras de artes especiais, relatório final. Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Diretoria de Planejamento e Pesquisa. Coordenação do Instituto de Pesquisas Rodoviárias. Manual de inspeção de pontes rodoviárias. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004. (IPR. Publ. 709).

ESTADOS UNIDOS. Federal Highway Administration. Bridge inspector's training manual 90. Washington, D.C., 1995.

GENTIL, Vicente. Corrosão. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1983.

HELENE, Paulo R. L. Contribuição ao estudo da corrosão em armaduras para concreto armado. 1993. Tese (Livre docência) - Departamento de Engenharia e Construção Civil, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

Manual para reparo, reforço e proteção de estruturas de concreto. São Paulo: PINI, 1993.

RIPPER, Thomaz; SOUZA, Vicente C. M. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: PINI, 1998.

THOMAZ, Eduardo C. S. Fissuração: casos reais. Rio de Janeiro: IME, 2003.

MEHTA, P. K.; MONTEIRO, Paulo J. M. Concreto, estrutura, propriedades e materiais. São Paulo: PINI, 1994.

RADOMSKI, Wojciech. Bridge rehabilitation. London: Imperial College Press, 2002.

## **MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SUPERESTRUTURAS**

**Célio Henrique Dos Reis Silva**

A proposta desse artigo é apresentar as megas dragas existentes, em específico dragas do tipo Autotransportadoras (TDSH), conhecidas como Hopper, dentro da ótica de suas dimensões, das análises de custos e de suas produtividade em funções de grandes obras e atividades onde se aplica esse tipo de equipamento no mundo e no Brasil. As análises elaboradas demonstraram as atividades desenvolvidas por esses grandes equipamentos fazendo uma comparação entre diversos tamanho de dragas. Outro aspecto da pesquisa foi a analogia das características operacionais como potências instaladas, consumo de combustível, produtividade nos canais (externo e interno), custo mensal e critérios e valores de mobilização e desmobilização. O procedimento utilizado nesse trabalho foi expor a contextualização no entendimento da utilização desses equipamentos tão gigantescos em determinadas obras de grandes dimensões, atividades essas em locais bastante remota subaquáticas marítimas. Preliminarmente foram coletados artigos científicos, relatórios técnicos do INPH, notas técnicas da área técnica de dragagem marítima, sites de empresas executoras e com grandes atuações no mercado internacional, sites dos grandes estaleiros que fabricam essas megas máquinas. Os dados foram obtidos por meio dos relatórios técnicos do INPH, das práticas desempenhadas pelas maiores empresas de dragagem do mundo e no Brasil por meio do Programa Nacional de Dragagem – PND I e II. Conclui-se que a produção dos estudos expostos, possibilitará o melhor entendimento da operacionalidade dessas megas dragas Autotransportadoras (TSHD/HOPPER), assim como as capacidades de armazenamentos de suas cisternas, nos custos de obras de dragagem com as suas características dos materiais a serem removidos, volumes estimados de assoreamentos, distâncias de transportes e as demais especificidades de cada projeto com interferências locais, impostos, preço de combustível e câmbio.

**Palavras-chave:** Draga Autotransportadora (HOPPER).

### **Referências Bibliográficas:**

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

Bray, Bates and Land. Dredging a Handbook for Engineers. Arnold, U.K, 1997.

ALFREDINI, Paolo. Obras e gestão de portos e costas. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS HIDROVIÁRIAS - INPH; Relatório INPH nº 041 / 2012 - Projeto Executivo de engenharia da dragagem dos berços, da área de acesso aos berços

e bacia de evolução de navios da Brasil Terminal Portuário S/A – Santos/SP, Rio de Janeiro 2015.

([http://www.dredging.org/media/ceda/org/documents/resources/otheronline/rabobank-outlook\\_dredging\\_september\\_2013.pdf](http://www.dredging.org/media/ceda/org/documents/resources/otheronline/rabobank-outlook_dredging_september_2013.pdf));

(<https://www.dredgingtoday.com/2011/07/11/deme-christens-new-mega-trailing-suctionhopper-dredger-and-fall-pipe-vessel-belgium/>);

(<https://www.portosmercados.com.br/superdragas-mega-maquinas-maritimas/>

(<https://www.deme-group.com/news/worlds-most-powerful-cutter-suction-dredger-spartacus-set-join-deme-fleet>

(What is WEDA? WEDA is a member of The World Organization of Dredging Associations (WODA). The Western Dredging Association (WEDA) region covers North, Central and South America. The Central Dredging Association (CEDA) covers most of Europe, Africa, and the Mid and Near East. The Eastern Dredging Association (EADA) covers the Far East and Pacific region. The three organizations constitute the World Organization of Dredging Association (WODA) with equal representation on the WODA Board of Directors. The goals and objectives are common for each of the three organizations, however operations to attain these are independently carried out);

(<https://www.westerndredging.org/index.php>

([http://www.china.org.cn/china/2017-11/03/content\\_41841586.htm](http://www.china.org.cn/china/2017-11/03/content_41841586.htm)

(<https://www.youtube.com/watch?v=VBOJfdVQWps>

(<https://www.royalihc.com/en/news/royal-ihc-to-build-worlds-largest-cutter-suction-dredger-for-deme>

(<https://www.youtube.com/watch?v=ZqdBf8pr2og>

([https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=22&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjdpKX1preAhUQ0FMKHbgWDtAQFjAVegQICRAC&url=httpswww.westerndredging.orgindex.phpinformationpresentationscategory280-session-6b-innovative-dredging-equipment-iidownload15026b-2-development-of-mega-cutter-suction-and-trailer-suction-hopper-dredgers-related-projects-in-canada&usg=AOvVaw2o\\_49Dm5XOkzUrDkHND9qV](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=22&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjdpKX1preAhUQ0FMKHbgWDtAQFjAVegQICRAC&url=httpswww.westerndredging.orgindex.phpinformationpresentationscategory280-session-6b-innovative-dredging-equipment-iidownload15026b-2-development-of-mega-cutter-suction-and-trailer-suction-hopper-dredgers-related-projects-in-canada&usg=AOvVaw2o_49Dm5XOkzUrDkHND9qV)).

**Capítulo 25 - DOI:10.55232/1085002.25**

**RESOLUÇÃO 1.224/2022 E AS ELEIÇÕES  
SUPLEMENTARES EM DIVISA ALEGRE/MG**

**Paulo César de Souza**

Divisa Alegre/MG, terá novas eleições para prefeito e vice-prefeito. Conforme decisão do Tribunal Superior Eleitoral, no Recurso Especial Eleitoral nº 0600737-27.2020.6.13.0213, que julgou improcedente o registro de candidata com maior votação para o cargo de prefeito no pleito de 2020 (213ª Zona Eleitoral), Pedra Azul. Em conformidade com a publicação no DJE do TRE, nº 145/2022, Belo Horizonte/MG, 11/08/2022. Os eleitores do município de Divisa Alegre, no norte de Minas Gerais, retornarão às urnas no mês de dezembro/2022 para escolher o prefeito e vice-prefeito. As eleições suplementares serão realizadas no dia 11/12/2022. A decisão foi prolatada em 09/08/2022, após a aprovação da Resolução nº 1.224/2022, apontando o cronograma e as demais regras. Conforme calendário, do dia 1º a 6º de novembro, os órgãos partidários poderão se reunir em convenções para deliberar sobre a escolha dos candidatos. Após a escolha em convenção, o candidato que será registrado, caso ocupe cargo gerador de inelegibilidade, deve afastar-se no prazo de 24 horas.. No dia 09 de novembro, previsão para encerramento o prazo para entrega dos pedidos de registros de candidaturas à Justiça Eleitoral, sendo que o encaminhamento pode ser feito por transmissão pela internet, em sistema próprio da Justiça Eleitoral (CANDex), mediante entrega em mídia ao cartório eleitoral. Após 10 de novembro, os candidatos podem iniciar a propaganda eleitoral, regulamentada pela Resolução TSE nº 23.610/2019, que cuidou das regras relativas à propaganda nas Eleições de 2020, e pela Lei nº 9.504/1997. Para Paulo César de Souza (2022, p. 1476) O cargo não é absoluto, possui lapso temporal e regras para ingressar e desligar do serviço público eletivo. Em situações relacionadas a realização de eleições suplementares, se dá por trâmites na justiça. O Estado Democrático de Direito, caracterizador do Estado Constitucional pressupõe que o Estado se organiza por regras democráticas eleições periódicas, livres e pelo povo, bem como, respeito das autoridades aos direitos e garantias fundamentais. Nesta continuidade, o Código Eleitoral estabelece casos específicos que apontam a realização de novas eleições. Em demandas judiciais na especializada refere-se a realização de eleições suplementares em caso de nulidade de voto que seja mais da metade para os cargos majoritários de Presidente da República, governador das Unidades Federadas e prefeito municipal. Noutro giro, poderão ser convocados quando decisão da especializada apontar no indeferimento do registro, a cassação do mandato de candidato eleito em pleito, não sendo levado em consideração o número de votos anulados. Preleciona Alexandre de Moraes (2021, p. 509) O direito de voto é o ato fundamental para o exercício do direito de sufrágio e manifesta-se tanto em eleições quanto em plebiscitos e referendos. A aquisição dos direitos políticos faz-se mediante alistamento, que é condição de elegibilidade, assim, a qualificação de uma pessoa, perante o órgão da Justiça Eleitoral, inscrevendo-se como eleitor, garante-lhe o direito de votar. A capacidade eleitoral ativa consiste em forma de participação da pessoa na democracia representativa



**Palavras-chave:** Eleições Suplementares. Justiça Eleitoral. Voto.

**Referências Bibliográficas:**

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

SOUZA, Paulo César de. Política, saúde pública e as eleições de 2022. Estudos avançados em Direito Público e Direito Privado. Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 em Itatiaia/RJ e a resolução n° 1201/2021. O Direito nas intersecções entre o fático e o normativo. Ponta Grossa: Aya, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 e a resolução 23669/2021. Diálogos em direito. São Paulo: Opção, 2022.

## **AS RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NA REGIÃO DE BLUMENAU**

**Valdir da Silva, Valmor Schiochet, Claudia Sombrio Fronza**

**RESUMO:** O mundo do trabalho acumula em toda a sua história, reconfigurações impostas pelo capital na região de Blumenau desde o período colonial. Enquanto que a sociedade colonial ingressou no capitalismo após a divisão social do trabalho, o processo de urbanização acelerado fez com que ocorresse a formação de uma sociedade salarial altamente industrializada. Para compreensão das dinâmicas que promoveram as reconfigurações do trabalho, utilizou-se de um ferramental metodológico exploratório na literatura, assim como, buscas nas bases sociais para análise salarial por meio de econometria. Desse modo, essa pesquisa discute as reconfigurações do trabalho sob o ponto de vista do desenvolvimento desigual. Por fim, buscou-se entender as novas morfologias do trabalho e as opções das pessoas que não conseguem inserção no mercado de trabalho formal.

**Palavras-chave:** Reconfigurações do trabalho; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Desigual; Força de Trabalho.

## **AS RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NA REGIÃO DE BLUMENAU<sup>1</sup>**

**Valdir da Silva<sup>2</sup>; Valmor Schiochet<sup>3</sup>; Claudia Sombrio Fronza<sup>4</sup>;**

**RESUMO:** O mundo do trabalho acumula em toda a sua história, reconfigurações impostas pelo capital na região de Blumenau desde o período colonial. Enquanto que a sociedade colonial ingressou no capitalismo após a divisão social do trabalho, o processo de urbanização acelerado fez com que ocorresse a formação de uma sociedade salarial altamente industrializada. Para compreensão das dinâmicas que promoveram as reconfigurações do trabalho, utilizou-se de um ferramental metodológico exploratório na literatura, assim como, buscas nas bases sociais para análise salarial por meio de econometria. Desse modo, essa pesquisa discute as reconfigurações do trabalho sob o ponto de vista do desenvolvimento desigual. Por fim, buscou-se entender as novas morfologias do trabalho e as opções das pessoas que não conseguem inserção no mercado de trabalho formal.

**Palavras-chave:** Reconfigurações do trabalho; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Desigual; Força de Trabalho.

### **1 INTRODUÇÃO**

Quem foi e quem é a classe trabalhadora na região geográfica imediata de Blumenau? O objetivo dessa pesquisa é discutir as reconfigurações do trabalho entre 1850 e 2020 com vistas para o desenvolvimento regional. Para tal aspiração, primeiro utilizou-se de concepções teóricas dispostas na hipótese do desenvolvimento desigual

---

<sup>1</sup> Artigo original publicado em: 2022 - XV Encontro de Economia Catarinense, 2022, Rio do Sul. Bicentenário da Independência - ISSN 2175-7313.

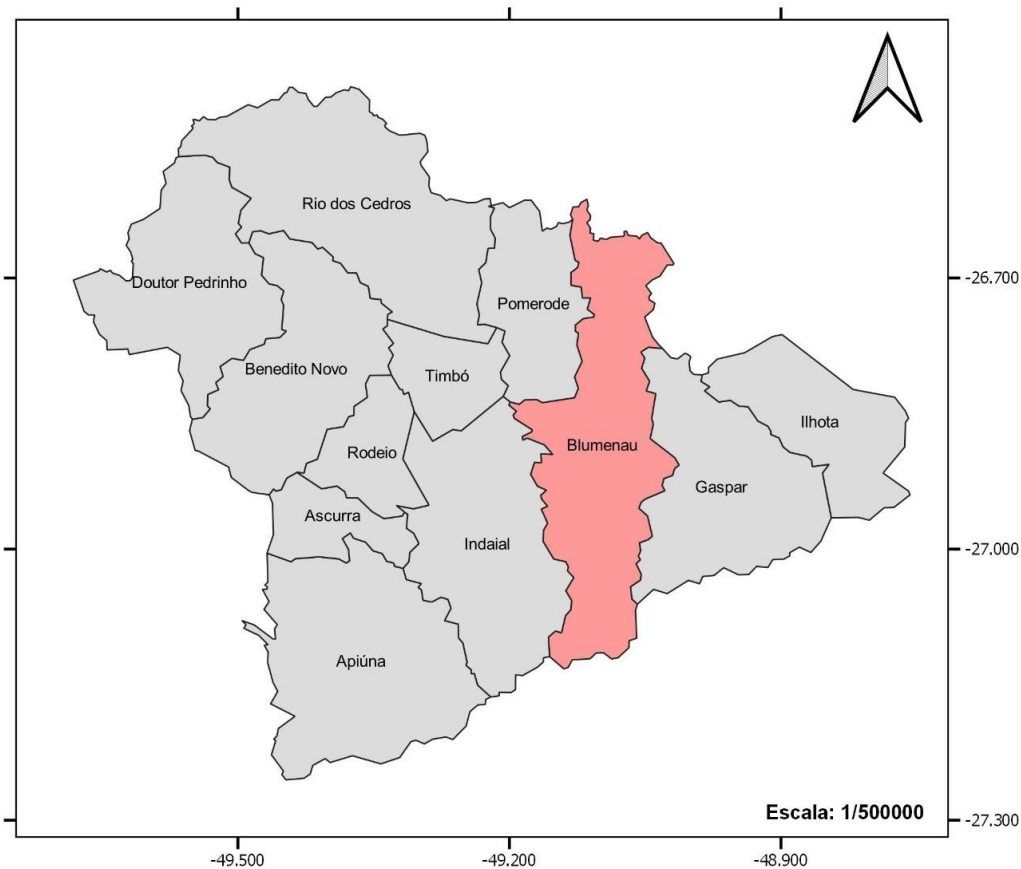
<sup>2</sup>Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Regional, FURB. Integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional. E-mail: valsilva@furb.br

<sup>3</sup>Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998). Professor do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Foi Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico em Blumenau/SC (1997/1998) e Diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (2003-2007). E-mail: valmor@furb.br

<sup>4</sup>Doutora em Serviço Social – UFSC; docente do Departamento de Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB; Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: cfronza@furb.br

fundamentadas em algumas ferramentas metodológicas: para que se possa compreender as reconfigurações do trabalho da região de Blumenau desde a colônia até a consolidação da sociedade salarial fez-se uso de uma revisão analítica da literatura. Em uma segunda abordagem, com base dos indicadores da Rais<sup>5</sup> fez-se uma análise das condições de trabalho da massa de trabalhadores e trabalhadoras do emprego formal. Nessa parte, também se utilizou de uma análise econométrica para avaliar a evolução dos salários e da massa salarial com base na Rais e no Dieese, especialmente, com abordagem nos períodos políticos neodesenvolvimentista e ultraneoliberal.

Figura 1: Mapa da Região Geográfica Imediata de Blumenau.



Fonte: Elaboração própria.

O terceiro modelo de análise trata das reconfigurações do trabalho nas duas últimas décadas. O surgimento e evolução dos Microempreendedores Individuais (MEI<sup>6</sup>)

<sup>5</sup> A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) é um relatório de informações socioeconômicas solicitado pelo Ministério da Economia a partir de 2019, sendo que antes era solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente. Foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75 (ME, 2019).

<sup>6</sup>No ano de 2008, foi sancionada a LC 128/08, que entrou em vigor em 2009. Com essa lei, os pequenos trabalhadores autônomos podem se tornar os empresários individuais a que se refere o artigo 966 do Código

com base nas informações do Portal do Empreendedor. Em quarto lugar fez-se uma abordagem que permitiu avaliar a massa de pessoas uberizadas da força de trabalho, para isso, recorreu-se as bases literárias contemporâneas, porque, ainda não existem microdados regionais sobre pessoas que exercem o trabalho por aplicativo.

Na quinta abordagem, fez-se a avaliação da atuação do Estado nesse contexto de reconfiguração do trabalho com base em alguns autores. Finalmente, com base nos dados do Ministério da Cidadania fez-se o debate sobre a parte da força de trabalho potencial que não consegue inclusão nos modelos produtivos.

Theis *et al*, (2022) se propuseram a discutir o desenvolvimento regional como um possível campo do saber. De acordo com os autores, a sociedade vista como produtora de mercadorias estão sujeitas as intempéries do desenvolvimento geográfico desigual. Por isso, as assimetrias regionais são reproduzidas de modo contínuo. Desse modo, a atuação do Estado na correção das desigualdades com as políticas de desenvolvimento regional é o que se espera. Mas, será que o Estado atua para o desenvolvimento regional auxiliando as pessoas que precisam do trabalho para sobreviver? Quais foram as políticas para a manutenção da sociedade salarial? As reconfigurações do trabalho vistas no século XXI contam com o apoio do Estado? Essas reconfigurações contribuem para o desenvolvimento regional?

## **2 O SURGIMENTO DA FORÇA DE TRABALHO NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE BLUMENAU**

Singer (1977) analisou a evolução urbana da região de Blumenau sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico, fazendo uso do contexto histórico. Para o autor, Blumenau se destacou há muitos anos como a “capital do Vale do Itajaí”, uma vez que este era o principal município no desenvolvimento econômico da região. A região do vale era, na década de 1960 (período do estudo), a que possuía maior concentração urbana relativa, embora que ainda naquele tempo a agricultura tinha maior predominância.

A urbanização no período colonial iniciou com a chegada da força de trabalho excedente da Alemanha por causa da Revolução Industrial que não gerava mais emprego e renda, visto que o ingresso no sistema capitalista dispensava artesãos e, além disso, não

---

Civil Brasileiro. A quantidade de Microempreendedores Individuais – MEI pode ser acessada em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoimei/private/pages/relatorios/relatorioMunicipio.jsf>

gerava vagas de trabalho para parte do proletariado que se constituía nos filhos e filhas de agricultores das pequenas propriedades, pessoas que trabalhavam na indústria doméstica. Essa situação era oportuna para as companhias de imigração e o projeto de colonização organizado por Hermann Bruno Otto Blumenau, conhecido historicamente como Dr. Blumenau. Naquela época, a Alemanha estava em crise, com excedente de pessoas para as vagas de trabalho disponíveis numa industrialização altamente mecanizada e forçada em curso. Outra questão é que o Dr. Blumenau era terminantemente contrário a introdução de trabalho escravo na colônia (SINGER, 1977).

No início da colônia de Blumenau a meta era se consolidar como região agrícola, já que no país a agricultura era a principal atividade. Contudo, existia o receio de que ocorresse essa dualidade entre atividades de lavoura para a subsistência ou para o mercado. Como o Brasil era essencialmente agrícola, as pessoas que tinham outras profissões no país de origem trabalhavam na produção agrícola em Blumenau. Mas, existia uma exceção, pois o desenvolvimento da colônia dependia de investimentos em obras públicas como casas, edifícios públicos, estradas, pontes etc., ou seja, atividades não mercantis que serviam de apoio para a evolução da colônia (SINGER, 1977). Em um relatório encaminhado para o governo imperial o Dr. Blumenau escreveu que se não pagasse bons salários, os colonos não aceitavam trabalhar na infraestrutura da colônia: “Sempre que eu quis baixar os salários, não havia trabalhadores, preferindo os colonos trabalhar nas suas próprias terras” (SINGER, 1977, p.101).

Após a venda da colônia para o governo imperial, Dr. Blumenau assumiu o cargo de diretor da mesma. Foi nesse período que houve maior desenvolvimento econômico, porque a região recebeu o incremento de muitos investimentos e de imigrantes, do mesmo modo, a colônia passou a receber muitos brasileiros. Foi o início de um processo de urbanização mais acelerado, com novos loteamentos, estradas carroçáveis, escolas, igrejas etc. Ao mesmo tempo, surgiram pequenas produções coloniais, como: serrarias, descascadores de arroz, engenhos, fabrica de charutos e alambiques, dando início a expansão do mercado interno para o nacional e, ainda, a uma pequena exportação de parte da produção. Foi por causa da produção industrial que a região ingressou na economia nacional, da mesma maneira, a divisão do trabalho entre cidade e campo foram fatores impulsionadores da industrialização dessa região. A primeira separação de classes ocorreu quando os vendeiros, deram início a comercialização dos produtos dos colonos da região. Com esse processo se iniciou a primeira divisão social do trabalho (SINGER, 1977).

O desenvolvimento industrial de Blumenau se deu através de distintas fases: a fase do artesanato entre 1850 e 1880, depois, inicia a pequena indústria de 1880 até 1914 e com o desenvolvimento dessas indústrias ocorreu a inserção no mercado nacional. Foi a partir da Primeira Guerra Mundial que houve a transição do porte das empresas, que passaram a assumir o porte de grande indústria. Nesse período, se intensifica a divisão social do trabalho e o processo de urbanização. No ano de 1950, a população que trabalhava nas fábricas era 40% da força de trabalho e na década de 1960 aumentou para 87%. Depois de cem anos de história, Blumenau se torna um centro industrial e urbano (SINGER, 1977). Portanto, a partir desse momento que a força de trabalho da região passa de pequenos agricultores para a condição de assalariados, ou seja, a sociedade essencialmente rural se reconfigura em uma sociedade salarial.

### **3 A SOCIEDADE SALARIAL DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE BLUMENAU**

Como podemos compreender a sociedade salarial? Robert Castel (2008) contribui para que se possa compreender a formação histórica e consolidação da sociedade salarial. Mesmo se referindo aos países da Europa, sobretudo, a França, a análise do autor se torna mundial em função da dinâmica capitalista que se repetiu no processo de industrialização. De acordo com o autor, a sociedade salarial é aquela em que a condição de assalariado se torna o eixo das relações sociais no que tange a identidade cultural e simbólica das pessoas que compõem a força de trabalho. Contudo, para o autor as relações de trabalho na sociedade industrial assumem formas dominantes do que ele chama de cristalização: condição proletária, condição operária e condição salarial.

A condição proletária se constitui na quase eliminação na rede de relacionamentos sociais. Nas relações sociais os proletários são marcados por condições de vulnerabilidade e pauperismo. Já para a condição operária, inserida no contexto do emprego formal surge uma nova relação salarial; a qualidade de direitos assegurados (aposentadoria, auxílio doença, seguro contra acidentes etc.); a participação social no consumo, instrução e habitação; mas também, a condição operária é uma relação de subordinação. Contudo, a base da escala social é ocupada pela condição operária. Na condição salarial, surgem as oportunidades de inserção em novas posições (como o ingresso a estratos de classe), o acréscimo das garantias e direitos, a aquisição de proteções e seguridades (CASTEL, 2008).

Nessa nova relação salarial, quais são as mudanças presenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras? Com o intenso processo de industrialização e a condição de assalariado, surge o novo perfil do operariado das fábricas. Para quem se encontra na condição proletária existe uma grande dificuldade de ingressar nas garantias legais e de investir no consumo, por causa da baixa renda. Por isso, as condições que promovem o acesso ao consumo e as melhorias nas condições de vida da classe operária e de suas famílias estão no imperativo da condição de assalariado com emprego formal (CASTEL, 2008).

Para Castel (2008), dos primórdios da industrialização ao advento da produção fordista, a relação salarial assume diferentes formas e dessas pode-se destacar cinco condições:

1. Separação entre as pessoas consideradas ativas para a ingressar na força de trabalho de outras pessoas considerados semiativas e inativas;
2. A administração científica;
3. O acesso às condições de consumo;
4. A propriedade social dos serviços públicos;
5. A inscrição da classe trabalhadora como membro coletivo dotado de um estatuto social.

As semiativas são inseridas no exército de reserva e/ou no trabalho intermitente. A divisão entre ativas, semiativas e inativas é executada pela agência de empregos. Das estratégias de contratação, as pessoas são cooptadas por coerção ou são seduzidas. O processo de industrialização forçada, aliada ao declínio da atividade agrícola condicionou as pessoas a ingressarem no imperativo da condição operária, sob ameaça de viverem na miséria. Já, o mecanismo de sedução envolve estratégias de “vantagens sociais” como seguridade social, seguro contra acidentes, acesso ao consumo (CASTEL, 2008). Mais recentemente, pode-se incluir o prêmio assiduidade e o programa de participação dos resultados entre outros benefícios oferecidos pelas empresas.

A racionalização do processo de trabalho através da administração científica trouxe condições de igualdade de gênero para execução das atividades laborais, mas também, trouxe a perda da autonomia operária. Apesar disso, mesmo com esse processo de homogeneização da força de trabalho ainda existem operários e operárias especializados e pessoas com habilidades técnicas e científicas para o controle a manutenção das ferramentas de produção (CASTEL, 2008).



A respeito do acesso às condições de consumo promovido pela condição de assalariado, tanto Taylor, quanto Ford eram a favor do aumento dos salários como recompensa pelo aumento da produção. Em contra partida, a “lei do bronze” transformou parte dos salários em auxílios para a seguridade social. Porém, esses auxílios interferem no consumo das pessoas, porque, as contribuições são retidas no pagamento dos salários. Outra questão, é que existe a o argumento preconceituoso de que o aumento da possibilidade de consumo deve ser suprimido, por causa do absenteísmo, da bebedeira e dos vícios (CASTEL, 2008).

A propriedade social dos serviços públicos incorpora a classe operária em uma rede mínima de seguridades para os casos de acidente, doença e aposentadoria. Entretanto, “Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas.”<sup>7</sup> (MARX; ENGELS, 2015, p. 15-16), ou seja, tudo o que se tinha como certo se transformou em fumaça. Em razão disso, a classe trabalhadora muitas vezes é forçada a enfrentar as suas reais condições de vida, após o modo imperativo capitalista agir nas reconfigurações do trabalho.

Uma conquista revolucionária foi a inscrição da classe trabalhadora como membro coletivo dotado de um estatuto social. Um exemplo que passou a ser relevante após muitos e muitos anos do seu surgimento foi a construção dos primeiros sindicatos em Blumenau. A pesquisa de mestrado da professora Vilma Margarete Simão avaliou o desenvolvimento econômico, cultural e político de Blumenau, especialmente, com base na relação dos vínculos entre o poder econômico e as representações de interesses no governo local. Nessa pesquisa a autora descreve o nascimento dos sindicatos sob controle rígido da classe patronal:

Os movimentos específicos de trabalhadores começaram a acontecer com frequência e com repercussão na economia local, começando a se evidenciar as contradições locais. Foi quando o empresariado passou a controlar as organizações sindicais, que começam a surgir a partir de 1940. De 1949 a 1950, foram deflagradas três greves de trabalhadores têxteis, limitadas, no entanto, a reivindicações salariais. Se antes da última grande Guerra Mundial e durante o conflito a indústria têxtil se expandiu, após a Guerra entra num período de crise por ter perdido os seus mercados externos (SIMÃO, 1995, p.70).

---

<sup>7</sup> No livro Manifesto do Partido Comunista Marx e Engels afirmam que as crises sucessivas fazem com o capitalismo entre em colapso e, em outro ponto, escrevem que essas crises só fazem fortalecer a ordem burguesa, já que a impulsiona a se reinventar através das reconfigurações do trabalho. No entanto, esse se reinventar da burguesia é sempre em detrimento das condições de trabalho da classe trabalhadora.

A partir da greve de 1989 que o Movimento Sindical de Blumenau passou a lutar pelo interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras. Antes disso, a classe trabalhadora de Blumenau não carregava consigo uma total consciência de classe, de tal modo que existia uma relação de solidariedade com a classe patronal. Um exemplo disso, é que os líderes sindicais estavam a serviço do patronato. Por causa disso, na década de 1990 o Partido dos Trabalhadores começa a ganhar notoriedade (SIMÃO, 1995).

Quem se encontra na condição operária? De acordo com Castel (2008), historicamente a classe trabalhadora se encontra em uma condição de subordinação e alienação. De fato, existe uma relação do desenvolvimento científico e tecnológico na determinação dos estratos de classe, já que de um lado estão os operários e operárias especializados e pessoas com habilidades técnicas e científicas, de outro, os que executam o trabalho braçal, mais grosseiro, com inferioridade técnica e, por conta disso, tido como o socialmente menos digno. Nada obstante, quem comanda esse processo é a organização científica do trabalho (CASTEL, 2008). No entanto, se o aumento da produção e, conseqüentemente, do lucro foram as conquistas da classe patronal, as lutas sociais da classe trabalhadora, também suscitaram conquistas.

Quais foram as conquistas da classe trabalhadora? A respeito das conquistas da classe trabalhadora o artigo de Silva (2020) analisa a construção das leis trabalhistas no Brasil, desde a transição do período imperial para o republicano. Para tal desiderato, o autor fez uso de várias pesquisas de autores que se preocuparam com as transformações do mundo do trabalho. Uma questão importante constatada pelo autor é que os avanços conquistados foram resultado das lutas sociais. “Portanto, desde os seus primórdios, no século XIX, a legislação trabalhista brasileira foi conquistada pela ação organizada dos trabalhadores em defesa de melhores condições de vida e trabalho” (SILVA, 2020, p.130).

Para se ter ideia, a conquista da jornada de 8 horas de trabalho, por exemplo, surgiu das atividades combativas da organização coletiva da classe trabalhadora a partir do I Congresso Operário Brasileiro no ano de 1906. Entre as formas de luta, destaca-se: a manifestação política, a greve parcial ou geral, a sabotagem, o boicote, denúncias públicas entre outras coisas. No ano de 1943, ocorreu o grande marco na história do operariado brasileiro com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na Constituição de 1946 foram corrigidas outras assimetrias do mundo do trabalho, pois foi incluída a jornada de trabalho de 8 horas, a proibição do trabalho dos menores de 14 anos, a participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, a assistência aos

que perdiam o emprego, a inclusão da classe trabalhadora no seguro contra acidentes de trabalho, o auxílio maternidade, e ainda, o direito à greve (SILVA, 2020).

Foi em 1961, mediante a uma greve geral coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) que a classe trabalhadora conquistou o 13<sup>o</sup> salário, apesar da prisão de milhares de pessoas deste movimento. No auge dessas lutas, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que representava os interesses das Confederações sindicais do operariado industrial, do transporte, dos bancários e agrícolas. As lutas eram pela maior presença do Estado na economia, na promoção da reforma agrária, no controle sobre a intervenção do capital estrangeiro e pela democratização do poder. No entanto, os conflitos sociais do período levaram o Brasil para uma ditadura civil-militar no ano de 1964 (SILVA, 2020).

Com o golpe ditatorial civil-militar do ano de 1964, o Estado interviu impetuosamente na repressão do movimento sindical e o direito à estabilidade após dez anos de emprego foi anulado. Entretanto, mesmo com o fato de o patronato ter o auxílio do regime militar para que não houvesse nenhum movimento grevista, as lutas do movimento sindical nunca cessaram. As lutas da classe trabalhadora foram marcadas pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e as greves na região do ABC paulista serviram para assegurar a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas por semana na Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2020). Porém, conquistas revolucionárias, historicamente, sempre foram alvo de contrarrevoluções fazendo com que a classe que vive do trabalho padeça mediante as destituições.

Mas, do que a classe operária foi destituída? Ao escrever sobre a precarização do trabalho como regra, Antunes (2018) relata um turbulento período para a classe trabalhadora no processo de desmonte da sociedade salarial. De acordo com o autor, da década de 1990 em diante, nos governos de Fernando Collor (PRN) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) houve o aumento das formas de superexploração da força de trabalho sob a hegemonia do pensamento neoliberal. Em suma, a inclusão da composição fundamental das técnicas de gestão do toyotismo, o novo modelo econômico neoliberal e o incremento de novas tecnologias no processo produtivo é o que conhecemos como reestruturação produtiva. Antunes explica que o método de destituição dos direitos da classe que precisa do trabalho para sobreviver:

Assim, em plena *era da informatização do trabalho* no mundo maquinal digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pela *informalização do trabalho* (trabalhadores sem direitos), presente na ampliação dos terceirizados/subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial,

teletrabalhadores, potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado (ANTUNES, 2018, p.136).

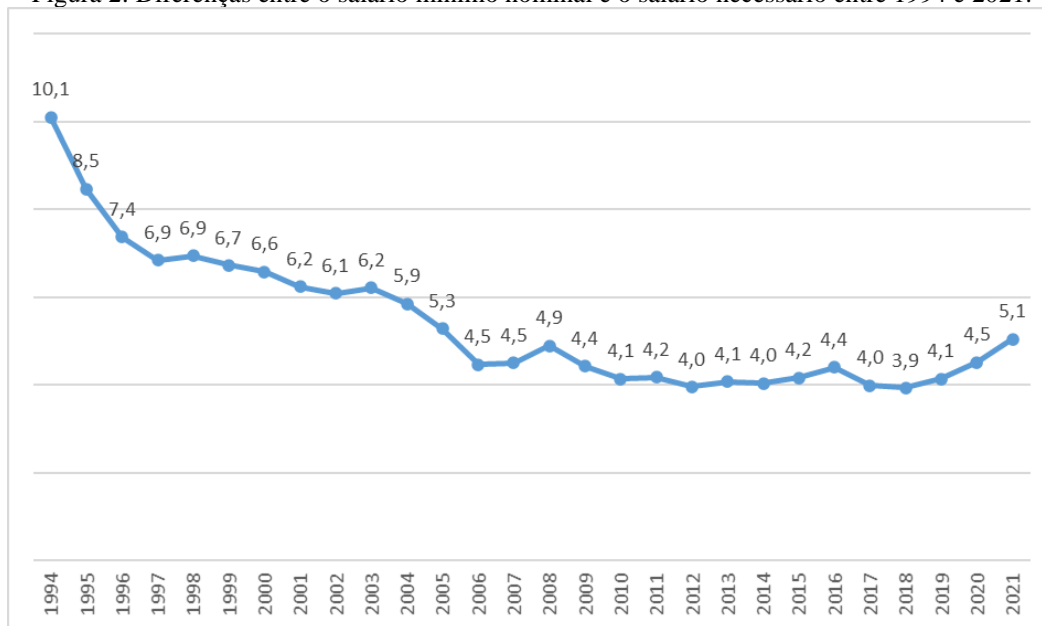
No capítulo em que trata sobre a nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil recente, Antunes (2018) analisa os governos do período neodesenvolvimentista. Entre outras questões desse capítulo, o autor comenta que nos governos Lula e Dilma do Partido dos Trabalhadores, houve aumento da população economicamente ativa, uma vez que, foi ampliada a oferta de empregos formais por causa da valorização das atividades do mercado interno. De fato, em todo o Brasil ocorreu um rearranjo na oferta de empregos que sofreu muitas alterações na década de 1990. Apesar disso, a política neodesenvolvimentista não rompeu com o modelo neoliberal e continuou no estímulo à produção de *commodities* para exportação; com as políticas financeiras vigentes e implantando a redução de tributos para beneficiar a indústria automobilística, a construção civil etc. No entanto, períodos em que ocorreu diminuição dos empregos como o ciclo neoliberal e períodos com maior oferta de empregos as condições de renda da classe trabalhadora se altera como de entrasse em uma senoide.

Mas, como analisar os salários em diferentes períodos? As condições de renda proporcionadas pelo salário mínimo nacional com base na sexta básica é acompanhada desde 1994 pelo Dieese<sup>8</sup>. Existem diferenças entre o período neoliberal e neodesenvolvimentista, já que a maior a valorização do salário mínimo nacional foi proporcionada nos governos petistas quando se compara com o governo Fernando Henrique Cardoso (ANTUNES, 2018). Ainda, a partir de 2019, já no contexto ultraneoliberal os salários começam a passar por uma desvalorização, uma vez que os altos índices de inflação contribuem para o aumento do preço dos alimentos da sexta básica.

---

<sup>8</sup>O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - Dieese é uma instituição de pesquisa, assessoria e educação do movimento sindical brasileiro. A metodologia para avaliar os salários pode ser vista no endereço: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

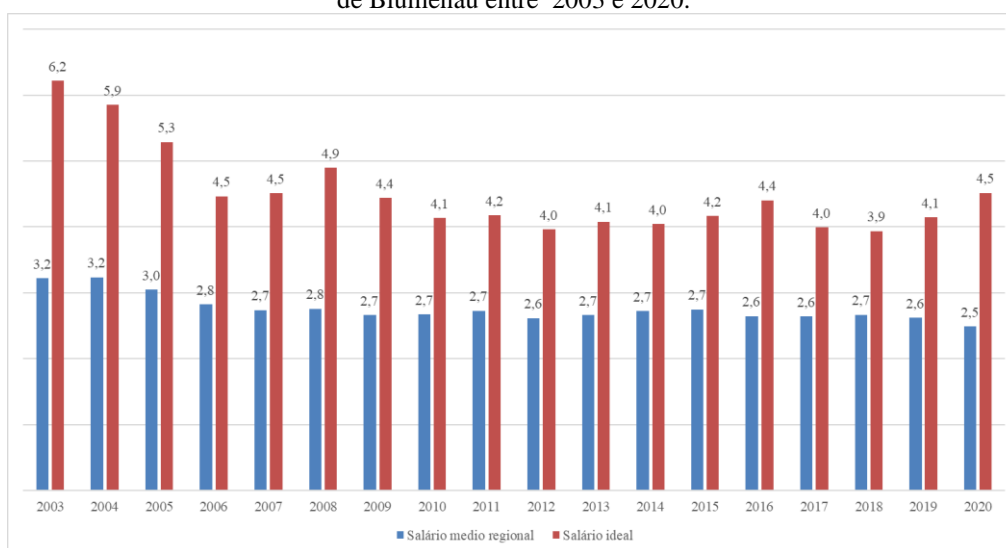
Figura 2: Diferenças entre o salário mínimo nominal e o salário necessário entre 1994 e 2021.



Fonte: Dieese. Elaboração própria.

Nos cálculos apresentados pelo Dieese em 1994, o salário ideal deveria ser composto de 10,1 salários mínimos, entretanto, com as políticas de valorização do mínimo nacional a diferença passou a ser 4,6 vezes. Com a política de valorização do salário mínimo o salário médio da Região Geográfica Imediata de Blumenau se aproxima do salário ideal calculado pelo Dieese. Entretanto, para analisar as perdas nos salários dos trabalhadores e trabalhadoras, também é preciso saber o quanto que a alta dos preços incide sobre as remunerações.

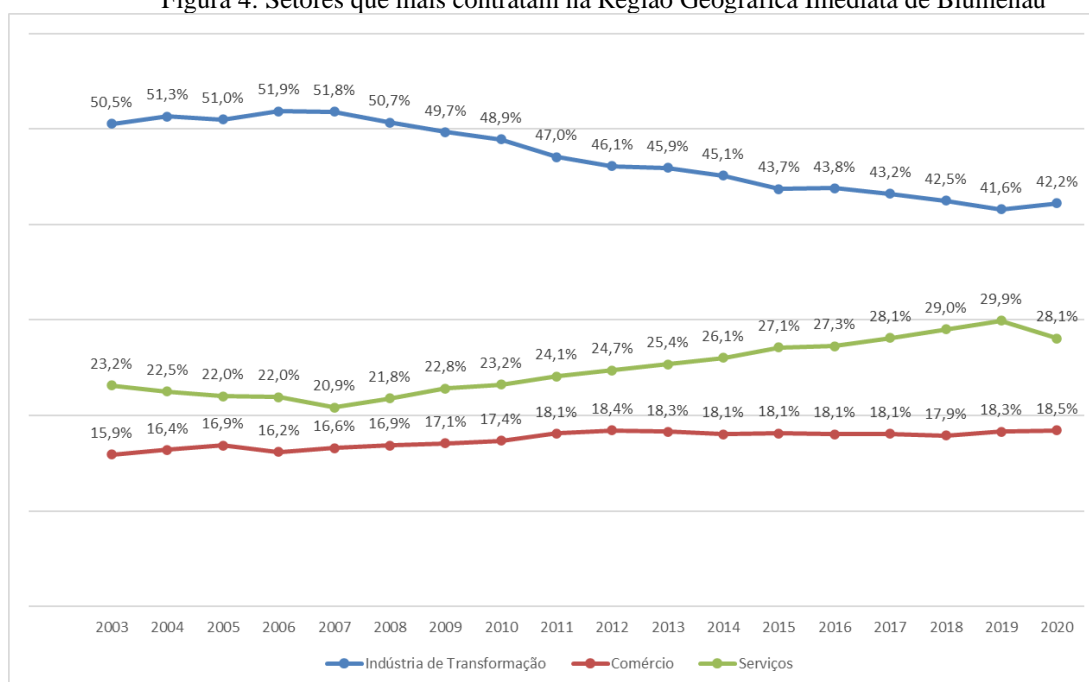
Figura 3: Salário médio versus salário ideal em salários mínimos na Região Geográfica Imediata de Blumenau entre 2003 e 2020.



Fontes: Fonte: Dieese e Rais. Elaboração própria.

Para se analisar o quanto que a alta dos preços influenciou na corrosão das remunerações, optou-se por considerar para aplicação econométrica o INPC<sup>9</sup> nos períodos neodesenvolvimentista entre 2003 e 2015; período ultraneoliberal de 2016 até os dias atuais (estamos em um período liberal ortodoxo ou ultraneoliberal). Para Antunes (2018) após o golpe parlamentar que depôs a Dilma o governo terceirizado de Michel Temer (MDB) entre 2016 e 2018 foi responsável pela nova fase da contrarrevolução ultraneoliberal e o desmonte da legislação social do trabalho. Outra questão importante é que a maior parta da sociedade salarial da Região Geográfica Imediata de Blumenau estão nos setores: Indústria de Transformação, Comércio e Serviços.

Figura 4: Setores que mais contratam na Região Geográfica Imediata de Blumenau



Fonte: Rais. Elaboração própria.

Principalmente, após o ano de 2007, a Indústria de Transformação diminui a participação na contratação da força de trabalho e o setor de Serviços amplia a sua participação. Essa explosão no proletariado de Serviços é composta também dos serviços de apoio às empresas, especialmente, por causa do intenso processo de terceirização da força de trabalho iniciado na década de 1990. Essa explosão no proletariado de Serviços

<sup>9</sup> De acordo com o Banco Central do Brasil o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC “é um índice de preços de abrangência nacional que pesquisa famílias com rendimento mensal entre 1 e 8 salários mínimos qualquer que seja a fonte de rendimento”. Os valores de INPC para avaliar os salários podem ser vistos no endereço: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>

foi observada por Antunes (2008) quando trata de seus novos significados. Independente do setor, ao passar das décadas, ocorreu perda no crescimento nominal e real nas remunerações e na região de Blumenau não foi diferente.

Tabela 1: Crescimento nominal e real dos salários médios por seção de atividade econômica na Região Geográfica Imediata de Blumenau entre 2003 e 2020.

Seções de atividades econômicas	2003/2015		2016/2020	
	Nominal	Real	Nominal	Real
Agricultura, pecuária	-0,7%	-55,0%	2,0%	-17,7%
Pesca	-17,5%	-62,7%	-12,9%	-29,7%
Indústrias extrativas	-9,3%	-58,9%	-6,1%	-24,2%
Indústria transformação	-13,7%	-60,9%	-7,5%	-25,4%
Eletricidade, gás e água	-15,4%	-61,7%	-22,6%	-37,6%
Construção	-14,0%	-61,1%	-6,5%	-24,6%
Comércio, reparações	-10,5%	-59,5%	-7,0%	-25,0%
Alojamento e alimentação	-7,7%	-58,2%	-12,5%	-29,4%
Transporte, comunicações	-25,2%	-66,1%	-12,7%	-29,5%
Intermediação financeira	-44,6%	-74,9%	-8,3%	-26,1%
Serviços às empresas	-8,4%	-58,5%	-3,9%	-22,5%
Administração pública	-5,9%	-57,4%	20,5%	-2,8%
Educação	-34,6%	-70,4%	-44,7%	-55,4%
Saúde e serviços sociais	-10,0%	-59,2%	-9,0%	-26,6%
Outros serviços coletivos	-19,2%	-63,4%	-1,2%	-20,3%
Serviços domésticos	36,0%	-38,4%	-30,6%	-44,0%
<b>TOTAL</b>	<b>-14,7%</b>	<b>-61,3%</b>	<b>-5,9%</b>	<b>-24,1%</b>

Fonte: RAIS, 2003, 2015, 2016, 2020. Elaboração própria.

Nos 12 anos do período neodesenvolvimentista a classe trabalhadora da região acumulou perdas de 5,1% ao ano, enquanto que no período ultraneoliberal as perdas anuais foram de 6,1% em cada ano. Mesmo com o crescimento nominal, a força de trabalho das atividades de Serviço Doméstico teve suas remunerações corroídas pela inflação, tanto no período de 2003 a 2015, quanto no período de 2016 a 2020, essas pessoas sobrevivem com as menores médias salariais da região. Entretanto, no primeiro período referido, as perdas foram de 3,2% ao ano e, no segundo período 11% ao ano. Não existe atividade econômica sem perdas nas remunerações. Nesse sentido, existe uma proletarização de todas as atividades econômicas. Destaca-se aqui que as atividades com maior desvalorização salarial foram a Intermediação Financeira com 6,2% ao ano no primeiro período e 6,5% em cada ano no segundo período; na Educação os trabalhadores e trabalhadoras acumularam 5,9% ao ano de perda no período neodesenvolvimentista e 9,2% no período ultraneoliberal. As perdas salariais são um pouco mais acentuadas após 2016, mas também, não se trata só de diminuição das remunerações.

Silva (2020) explicou em sua pesquisa que a partir do ano de 2016 as classes dominantes descaracterizaram a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 quase por

completo em meio a uma crise econômica, política e social. Por isso, a reforma trabalhista aprofundou as desigualdades no mundo do trabalho com redução nas remunerações e descarte da classe trabalhadora em seus postos de trabalho, mas ainda, com a ampliação da intensificação das formas de trabalho. A privação dos direitos no contexto das contrarreformas trabalhistas nesse período ultraliberal foi comentada na pesquisa de Silva (2020):

Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, que foram criticadas pela classe empresarial brasileira como atrasada e inadequada à reestruturação produtiva do capitalismo mundial, para que conseguissem a aprovação da reforma trabalhista, em 2017, que destruiu mais de 120 artigos da CLT e flexibilizou dispositivos constitucionais (SILVA, 2020, p.127).

Não é um exagero afirmar que a classe formada pela sociedade salarial foi destituída das melhores faixas de remuneração, das condições de igualdade nas segregações entre os estratos de classe. Os indicadores sociais revelam que os salários vêm diminuindo e se desvalorizando a cada ano que passa, enquanto que as segregações entre trabalhadores e trabalhadoras braçais e assalariados burgueses, também é evidente. Existe um discurso político que busca exorcizar os conflitos sociais, uma ideia de que o fim das ideologias é a condição ideal, porém, isso também é uma ideologia. Trata-se de um discurso que desmerece as forças políticas e sindicais, enaltece o acesso ao consumo e a chance de inserção na nebulosa das classes médias (CASTEL, 2008). O que a classe que vive do trabalho não observa muitas vezes é que fazem parte de um fluxo de desvalorização das remunerações comprometendo esse sonho de participar da classe média. Por conseguinte, a grande vantagem para a classe patronal da Região Geográfica Imediata de Blumenau é a redução nominal na massa salarial em todas as atividades econômicas.

Tabela 2: Crescimento nominal e real da massa salarial por seção de atividade econômica na Região Geográfica Imediata de Blumenau Entre 2003 e 2020.

Seções de atividades econômicas	2003/2015		2016/2020	
	Nominal	Real	Nominal	Real
Agricultura, pecuária	24,8%	-43,5%	-12,2%	-29,2%
Pesca	118,9%	-0,8%	-35,6%	-48,0%
Indústrias extrativas	10,4%	-50,0%	5,6%	-14,8%
Indústria transformação	14,1%	-48,3%	-1,6%	-20,6%
Eletricidade, gás e água	-6,4%	-57,6%	-19,5%	-35,1%
Construção	150,4%	13,4%	-5,2%	-23,6%
Comércio, reparações	58,7%	-28,1%	3,8%	-16,3%
Alojamento e alimentação	102,0%	-8,5%	-5,7%	-23,9%
Transporte, comunicações	25,9%	-43,0%	-1,0%	-20,1%
Intermediação financeira	14,3%	-48,2%	2,5%	-17,3%
Serviços às empresas	55,7%	-29,5%	16,4%	-6,1%



Administração pública	31,5%	-40,5%	2,2%	-17,6%
Educação	79,5%	-18,7%	14,8%	-7,4%
Saúde e serviços sociais	69,8%	-23,1%	6,8%	-13,8%
Outros serviços coletivos	13,3%	-48,7%	-1,6%	-20,6%
Serviços domésticos	-37,7%	-71,8%	-42,6%	-53,7%
<b>TOTAL</b>	<b>33,0%</b>	<b>-39,7%</b>	<b>2,5%</b>	<b>-17,3%</b>

Fonte: RAIS, 2003, 2015, 2016, 2020. Elaboração própria.

Com a diminuição real da massa salarial corrida pela inflação quem perde é a classe que depende do trabalho, entretanto, com os pequenos e menos expressivos aumentos anuais na massa salarial nos reajustes nominais a classe patronal ganha muito por causa do rebaixamento dos salários. Existe um aumento nominal médio da massa salarial entre 2003 e 2015 de 2,75% ao ano e no período posterior da análise o aumento regional foi de 0,6% em cada ano. Nos três setores que mais contratam na região de Blumenau a diminuição da massa salarial é mais significativa no período ultraneoliberal para o contentamento do empresariado.

Qual foi a participação do Estado no desenvolvimento com a centralidade do trabalho? Enquanto existiam incentivos para criação e ampliação da sociedade salarial houve desenvolvimento econômico e crescimento do Estado social. Nesse período, havia preocupação com um futuro melhor, principalmente, com a instauração da seguridade social (mesmo que tenha sido em regime desigual); no papel do Estado na regulação da economia; assim como, no papel do Estado na regulação do relacionamento entre a classe patronal e a classe trabalhadora (CASTEL, 2008).

Essa nova atuação do Estado em detrimento das conquistas da classe trabalhadora foi discutida por Antunes (2018). A rigor, o Estado foi um grande facilitador das reconfigurações do trabalho. Essas reconfigurações promovem alterações na oferta de empregos e na diminuição dos salários, especialmente, com o intenso processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1990. Foi nesse período, que cresceu exponencialmente a informalidade. Mas, após o golpe parlamentar em 2016, o período ultraneoliberal trouxe novas formas de precarização, e isso aumenta o número de respostas para a pergunta: quem é a classe trabalhadora hoje na região geográfica imediata de Blumenau?

#### **4 QUEM É A CLASSE TRABALHADORA DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE BLUMENAU HOJE?**

Apesar do fato de Santa Catarina ser a Unidade Federativa com maior oferta de empregos formais no Brasil, a classe que vive do trabalho não está em situação diferenciada quando se compara com o restante do país. Por isso, na Região Geográfica Imediata de Blumenau existem outras modalidades que vão além do emprego formal, como: pessoas informais, as formalizadas por sob forma de MEI e as uberizadas. Esses, MEI e uberizados formam o burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo e compõem parte da massa de “empreendedores”. Até mesmo, porque não existe emprego formal para todas as pessoas que fazem parte da região.

Tabela 3: Análise evolução dos empregos e população entre 2003 e 2020.

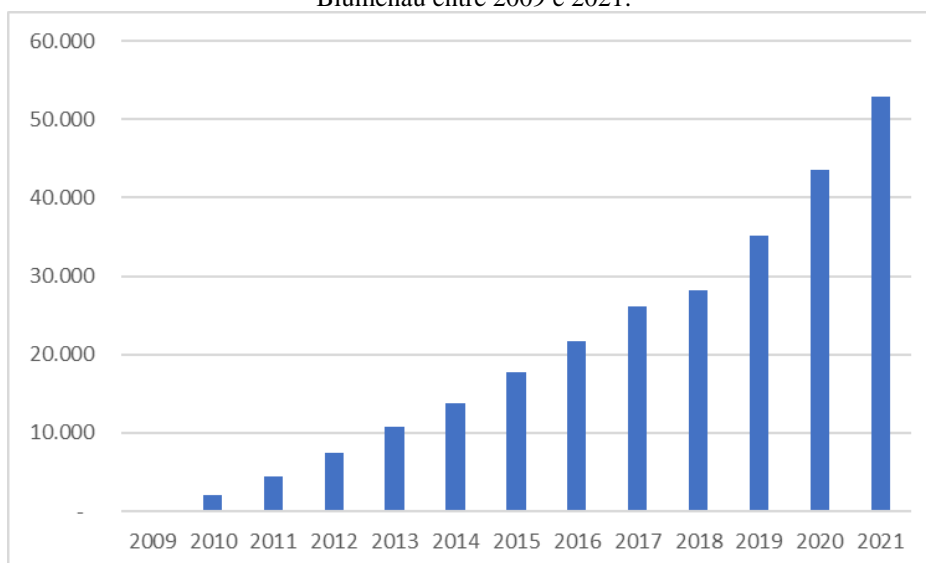
Empregos / Habitantes	Períodos	
	2003-2015	2016-2020
Empregos gerados no período	81.082	7.322
Crescimento habitantes no período	125.724	36.332
Média geração empregos ao ano	6.757	1.831
Média do crescimento dos habitantes ao ano	10.477	9.083
Varição empregos no período (%)	26,0%	5,9%
Varição média empregos ao ano (%)	-0,11	-0,51

Fonte: RAIS, 2003, 2015, 2016, 2018; IBGE<sup>10</sup>. Elaboração própria.

Nos 12 anos do período neodesenvolvimentista houve acréscimo de 26% na geração de empregos formais, mesmo com diminuição de 0,11% em cada ano, mas a população da região aumentou 125.724. Já nos 4 anos do período ultraneoliberal foram 5,9% com decréscimo de 0,51% em cada ano, todavia, a densidade populacional recebeu um acréscimo de 36.332 pessoas. Por isso, a oferta de empregos formais não acompanha o aumento da população fazendo com que as pessoas que precisam do trabalho para sobreviver tenham que recorrer a outras estratégias de sobrevivência.

<sup>10</sup> A contagem da população pode ser vista no site do IBGE através do endereço: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6579>

Figura 5: Número de pessoas cadastradas como MEI na região Geográfica Imediata de Blumenau entre 2009 e 2021.



Fonte: Portal do empreendedor. Elaboração própria.

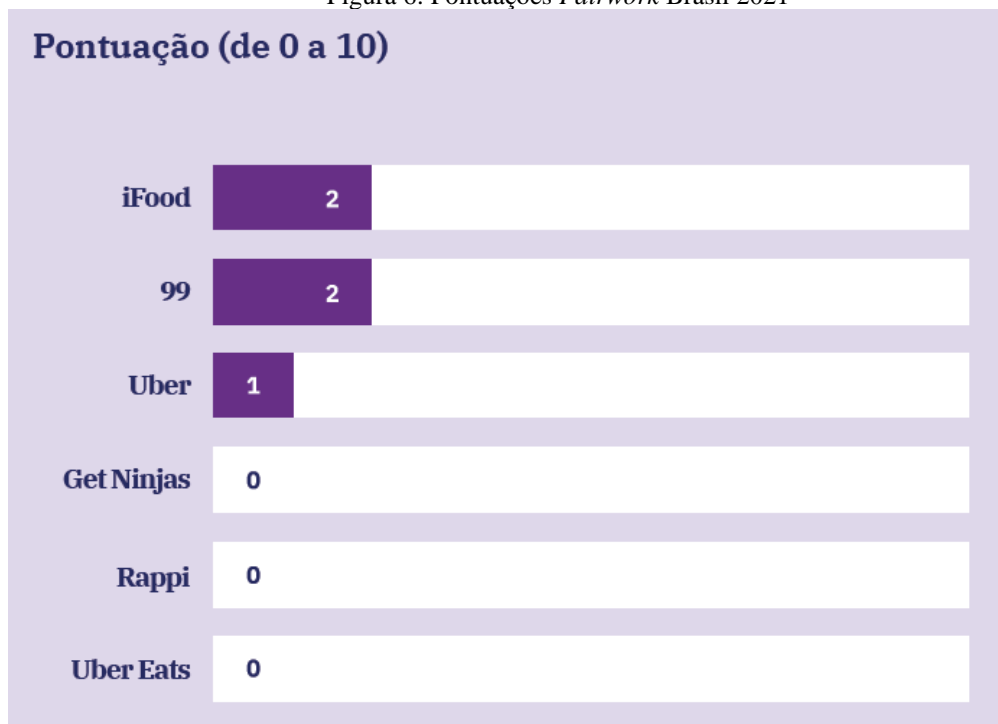
Por tudo isso, existe um crescimento exponencial da massa de pessoas que começam a trabalhar como MEI na região de Blumenau. Parte dessas pessoas trabalham como faccionistas da Indústria Têxtil transformando pelo menos uma ou duas pessoas de cada um desses estabelecimentos em trabalhadores e trabalhadoras formais, porque, todo MEI tem direito a contratar uma pessoa. Outra hipótese é que a responsabilidade do processo de informalização deixa de ser obrigação das indústrias têxteis que contratam essas facções e passa a ser de cada um microempreendedor individual.

Outra parcela do contingente de pessoas que “se viram como podem”, prestam serviço para as formas uberizadas de trabalho. Essas pessoas, inseridas no capitalismo de plataforma, estão sujeitas a realizar trabalho intermitente para os aplicativos, principalmente, os aplicativos de transporte e de entrega de refeições. Ainda não é possível mensurar em bases quantitativas o número de pessoas que se obrigam a trabalhar para aplicativos na região de Blumenau, pois, isso ainda depende da divulgação do próximo senso que está atrasado desde 2020. No entanto, a *Fairwork* Brasil (2021)<sup>11</sup> avaliou a atuação dos principais aplicativos do capitalismo de plataforma. Dos critérios de avaliação estão: remuneração justa, condições justas, contratos justos, gestão justa e representação justa.

---

<sup>11</sup> *Fairwork* é um projeto liderado pela Universidade de Oxford e presente em 27 países com a finalidade de pressionar as plataformas digitais por melhores condições de trabalho, a partir da noção de trabalho decente, ligada à Organização Internacional do Trabalho. O relatório pode ser baixado no site: <https://fair.work/en/fw/blog/politicas-publicas-para-trabalho-por-plataformas-no-brasil/>

Figura 6: Pontuações *Fairwork* Brasil 2021



Fonte: *Fairwork* Brasil 2022.

Atualmente, mais precisamente no mês de abril de 2022 existem 289 estabelecimentos que oferecem entregas pelo aplicativo *iFood*<sup>12</sup> na região de Blumenau. Este aplicativo por exemplo, não se limita a entrega de refeições, mas, oferece várias formas de entrega. Outra questão, é que ele não é único, pois também, existem vários entregadores como mochilas de identificação de vários outros aplicativos.

De acordo com a *Fairwork* Brasil (2022) o *iFood* não oferece uma remuneração justa, porque, as remunerações não atingem o salário mínimo regional após os custos de trabalho e os lucros não atingem um salário mínimo ideal; o aplicativo ainda não oferece condições justas, uma vez que os riscos da tarefa são atenuados, o que não contribui para melhorar as condições de trabalho; quanto ao contrato justo, as condições de trabalho são claras e transparentes, mas, existe a imposição de cláusulas contratuais abusivas; o aplicativo não atende o princípio de gestão justa, assim como, não fornece condições de decisão e não há equidade no processo de gestão; quanto a representação justa, os trabalhadores e trabalhadoras exercem voz ativa e conseguem liberdade de associação, contudo, não existe nenhum órgão coletivo que representa essa parte da força de trabalho.

---

<sup>12</sup> A ocupação do aplicativo *iFood* no território pode ser investigado pelo site: <https://www.iFood.com.br/restaurantes>

Ou seja, trabalhar para os aplicativos do capitalismo de plataforma é uma verdadeira enrascada.

Ao pesquisar sobre trabalho intermitente, Antunes (2020) descreve como a classe trabalhadora é produto de reconfigurações das formas de trabalho por causa do imperativo do capital. Para o autor, terceirização, informalidade e flexibilidade são impulsionadas pela expansão das formas uberizadas de trabalho. Por isso, essa parte da massa de pessoas se submete a “escravidão digital”. No discurso empresarial as pessoas condicionadas a esta categoria assumem uma condição que vai além de ser “colaboradoras”, uma vez que as pessoas passam a ser “parceiras” de negócios das empresas. Essa condição de “empreendedor” oferecida, traz novas significações para as relações de trabalho. Tais mecanismos de sedução, conduzem as pessoas a ingressar nas condições uberizadas, informais, flexíveis e precárias de trabalho, realizando jornadas que ultrapassam as horas no mercado de trabalho formal. Essas pessoas se submetem a trabalhos sem ter dias de descanso, com salários baixos e tendo que arcar com a manutenção de seus bens que se tornaram ferramentas de trabalho. As justificativas contemporâneas passam pela crise pandêmica iniciada em 2020, porque, encontra-se em andamento um laboratório de experimentos do trabalho uberizado. E desse modo, existem assimetrias consistentes no mundo do trabalho na região de Blumenau e ainda, tem os que nem acesso ao trabalho conseguem. Então, como ficam as pessoas que não conseguem acesso ao trabalho?

Tabela 4: Parcela da população beneficiada pela política de assistência.

Unidade Territorial	Pessoas elegíveis	Pessoas assistidas	População	Participação da população assistida pelos benefícios sociais sobre a população dos municípios	Total de recursos destinados (R\$)
Apiúna	1.145	2.238	10.951	20,4%	1.592.100
Ascurra	957	1.912	8.021	23,8%	1.327.200
Benedito Novo	872	1.726	11.896	14,5%	1.206.900
Blumenau	37.730	67.204	366.418	18,3%	50.427.850
Doutor Pedrinho	367	708	4.164	17,0%	502.475
Gaspar	8.818	16.358	71.925	22,7%	12.524.825
Ilhota	2.214	4.168	14.531	28,7%	3.119.625
Indaial	6.967	13.012	72.346	18,0%	9.468.975
Pomerode	2.319	4.342	34.561	12,6%	3.098.100
Rio Dos Cedros	962	1.782	11.937	14,9%	1.294.300
Rodeio	1.285	2.337	11.647	20,1%	1.699.875
Timbó	3.773	6.843	45.703	15,0%	5.026.275
<b>Total</b>	<b>67.409</b>	<b>122.630</b>	<b>664.100</b>	<b>18,5%</b>	<b>91.288.500</b>

Fonte: Ministério da Cidadania<sup>13</sup>; IBGE. Elaboração própria.

Do mesmo modo que não existem vagas de empregos para muitas pessoas que precisam na região de Blumenau, há também, uma ampliação das pessoas que recorrem às políticas de assistência, porque, se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade. Na região geográfica imediata de Blumenau existem 67.409 pessoas que recorreram as políticas assistenciais e, somando os dependentes são 122.630 pessoas em situação de pobreza, isso corresponde a 18.5% da população da região. Devida a maior densidade demográfica, a maior quantidade está em Blumenau. Dentre os municípios com maior proporção de pessoas nessa situação, está Ilhota, uma vez que são 28,7% da população e isso representa 4.168 pessoas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como propósito apresentar e discutir as reconfigurações do trabalho na região geográfica imediata de Blumenau desde o período colonial, passando pela sociedade salarial e ingressando nas novas formas de trabalho no século XXI. Também fez parte da análise, a intervenção do Estado no mundo do trabalho em períodos distintos, sendo eles neodesenvolvimentista e ultraneoliberal.

Os dados quantitativos mostram que existe uma perda histórica dos níveis salariais da força de trabalho, mesmo quando os níveis de emprego eram mais favoráveis para a classe trabalhadora. Porém, no período ultraneoliberal essa situação é intensificada por causa da atuação do Estado para destituir as pessoas dos direitos conquistados, dos melhores salários, das condições favoráveis à manutenção da vida, fazendo com que parte das pessoas tenham que se inserir em condições precárias ou nem isso, uma vez que parte das pessoas estão no empobrecimento e vulnerabilidade, e por isso, precisando recorrer as políticas de assistência.

O que fica é a compreensão de como a precarização reproduz desigualdades e insere as pessoas na situação de perda de direitos e no empobrecimento. As reconfigurações da força de trabalho não contribuem para o desenvolvimento, mas sim, são uma forma para assegurar o processo de exploração e acumulação de capital. O que fica na verdade é um processo de desenvolvimento desigual que combina precarização,

---

<sup>13</sup> As políticas de assistência podem ser vistas no site do Ministério da Cidadania no endereço: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/view.php?d=176>

perda de direitos e a ausência de um Estado protetivo e interventor como principal estratégia de desenvolvimento territorial, responsabilizando as pessoas pela manutenção da sobrevivência e a qualidade de vida que acessam.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. v. 1. 328p.

CASTEL, Robert; POLETI, Iraci D. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. In: **As Metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. 2008. p. 611-611.

SILVA, Mauri Antônio da. Aporte histórico sobre os direitos trabalhistas no Brasil. *Revista Ser Social*. Brasília, v. 22, n. 46, janeiro a junho de 2020.

SIMÃO, Vilma Margarete. Blumenau: da indiferenciação étnica a diferenciação de classe. **São Paulo: Dissertação de Mestrado em Serviço Social–PUC/SP**, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

THEIS, Ivo Marcos *et al.* DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE SABER?. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, 2022.

**Capítulo 27 - DOI:10.55232/1085002.27**

**A CONSCIÊNCIA E O AUTOCONHECIMENTO COMO  
FERRAMENTAS PARA UMA EDUCAÇÃO DE  
EXCELÊNCIA EXPRESSA PELA PEDAGOGIA**

**Alaya Ornelas Freire de Jesus, Ilana Suany Alves de Souza, Islana Suely  
Alves Maximo**

**RESUMO:** A educação é a base para a formação dos seres humanos, portanto, a mesma precisa ter um olhar integral do gênero humano, isto porque, a educação necessita contemplar os âmbitos físico, psíquico e moral para que a mesma seja eficaz. O Autoconhecimento e a Consciência devem ser para a pedagogia como instrumentos atenuantes do caos individual e social. Nesta perspectiva, levanta-se a questão “De que forma a Consciência e o Autoconhecimento auxiliam no desenvolvimento de uma educação de excelência?”.

**Palavras-chave:** Educação. Consciência. Autoconhecimento. Pedagogia.



## **INTRODUÇÃO**

A educação é a base para a formação dos seres humanos, portanto, a mesma precisa ter um olhar integral do gênero humano, contemplando os âmbitos físico, psíquico e moral do indivíduo, para que então ela seja verdadeiramente eficaz. Neste sentido, o Autoconhecimento e a Consciência devem ser instrumentos para a pedagogia, ou melhor, as chaves para a ordem do sistema educacional, por meio da atenuação do caos individual e social.

Em geral, a pedagogia é a área da ciência que estuda e aplica os métodos para a formação do ser humano, ou seja, a educação, esta que atualmente se encontra em crise. Assim, podemos refletir de que forma a Consciência e o Autoconhecimento auxiliam no desenvolvimento de uma educação de excelência? O despertar, a construção e o desenvolvimento da Consciência são de suma importância para o Autoconhecimento, tanto do educador, quanto do educando, para uma educação que visa não apenas a parte cognitiva, mas também a moral.

Conseqüentemente, a Consciência e o Autoconhecimento são fundamentais para dissolver-se o caos individual que gera o caos social, isto é, o caos no sistema educacional. A Consciência é uma potência inata do ser humano que precisa ser despertada para ser construída e desenvolvida. Logo, reconhecemos que a Consciência e o Autoconhecimento são os recursos para uma educação de excelência expressa pela pedagogia.

Destarte, esta pesquisa tem como objetivo demonstrar o processo de desenvolvimento da Consciência e do Autoconhecimento através da educação. Para isto, serão apresentados estudos sobre tais assuntos, como também acerca da pedagogia, com a finalidade de se visualizar um trabalho educativo nobre com a proposta de implantação destes dois temas nas instituições de ensino.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo sobre a temática da Consciência e do Autoconhecimento como ferramentas para serem implantadas nas escolas, com o fim de se concretizar uma educação de qualidade ímpar.

Segundo Ander-Egg (*apud* LAKATOS, 2005, p. 28), a pesquisa científica é definida como o processo de interpretação, análise crítica e técnica de novidades, com a finalidade de constatar novos aspectos verdadeiros que já estão disponíveis nos diversos âmbitos do conhecimento e que só precisam ser desvendados. Tais objetos de estudo, em sua perspectiva, são como verdades parciais conceituadas como fatos fragmentados do todo de uma verdade totalmente integrada. Assim, este instrumento de investigação também é um método para a percepção e o saber acerca da realidade que cerca o ser humano.

A importância da pesquisa na educação contempla a necessidade de uma reprogramação do contexto social que se encontra em defasagem, através do despertar de cientistas conscientes para haver uma investigação fundamentada na observação e na produção de soluções para o equilíbrio de cada região do país. Nesse sentido, a pesquisa científica encontra certos obstáculos nas esferas: política, social e econômica para o seu desenvolvimento e efetivação. Portanto, evidenciamos uma ausência na quantificação e na qualificação de pesquisadores produtores, por conta de uma escassez no seu investimento e formação.

A pesquisa qualitativa é conceituada como o procedimento de análise subjetiva do objeto de estudo, onde o mesmo é o centro exaltado e o ambiente natural que o cerca é o meio para a absorção de informações e dados para a solidificação do alicerce de tal investigação. A descrição é uma característica predominante em tal modalidade, utilizando da linguística para pontuar o meio e os corpos observados de forma completa. Deste modo, os estudiosos dessa área se preocupam com o comportamento e com a compreensão vital e total do instrumento observado.

Considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. (GODOY, 1995, p. 23).

Por este ângulo, a pesquisa qualitativa deixa os estudiosos livres para analisar e perceber a vida como um objeto de estudo, possibilitando o exercício de sua capacidade de criar e inventar algo novo, baseando-se na realidade. Nesta direção, podemos notar a sua relevância em germinar a partícula, constituinte da visão científica, que tem o poder de saber pensar. Assim, a sua importância nas áreas social, política e econômica é evidente para as suas transformações. Porém, enquanto utilizada de maneira errônea, por

ditos exploradores que refletem sobre corpos sem um embasamento científico, tal ferramenta perde sua credibilidade.

A pesquisa bibliográfica é a união organizada de estratégias que visam resoluções, a partir da análise crítica acerca do conhecimento acumulado, gerando a síntese do aporte teórico e científico. A mesma ocorre por meio de oito etapas, sendo a primeira a escolha do tema, a segunda a elaboração do plano de trabalho, a terceira a formulação do problema, a quarta o levantamento bibliográfico, a quinta a busca de fontes, a sexta a realização de fichamentos, a sétima a análise e a interpretação e a oitava a produção. A procura por referências pode ser em livros, teses, artigos, na internet e em materiais impressos que seguem o critério de relevância na área de pesquisa.

[...] reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

Esta variedade de investigação traz consigo a faculdade de formular teses e teorias que fundamentarão outros trabalhos criados em sequência, validando a metodologia da ciência de haver sempre a complementação de conhecimentos anteriores com a descoberta de novos. Portanto, a pesquisa bibliográfica revela a importância factual da localização de dados, conceitos, informações, teses, hipóteses, notícias e dentre outros, para a formação de um material original, entretanto baseado em diversas partes constituintes do total do assunto levantado, para o seu desenvolvimento qualitativo cientificamente.

## **DISCUSSÃO**

As discussões sobre o valor inestimável da educação no atual contexto social caótico são de extrema importância para a transformação da humanidade. A carência de estudos e de práticas referentes aos valores morais intensificam tal problemática, logo, percebemos que o Autoconhecimento e a Consciência possuem valor significativo na construção de uma educação de excelência. Vejamos a seguir as contribuições das discussões nos âmbitos: pessoal, científico e profissional.

No âmbito pessoal, existe a reflexão sobre o conhecimento acerca de quem somos, de onde viemos e para onde vamos, proveniente do autoconhecimento, que nos dá a

possibilidade de reconhecer nossos vícios e transformá-los em virtudes, proporcionando uma integração física, psíquica e moral, ou seja, o bem para o indivíduo, que ocasiona o bem social.

No campo profissional, ocorre o desenvolvimento integral do educador, sendo ele um formador de indivíduos com suas Consciências despertadas, construídas e em pleno processo de desenvolvimento, gerando assim, o Autoconhecimento dele e dos educandos, exercendo influência para a consolidação de uma sociedade menos caótica, ou melhor, uma sociedade que vive baseada em valores morais para a harmonia do todo.

No âmbito moral, a educação exerce um papel de oportunizar o autoconhecimento, o conhecimento e a autorrealização dos indivíduos. A construção consciente dos educandos é resultado de práticas pedagógicas, fazendo assim com que a formação dos mesmos seja imprescindível para a concretização de uma educação de excelência, esta que tem como finalidade um ser humano mais que humano.

Ao adentrarmos no estudo da educação e, portanto, de sua área principal de graduação, a pedagogia, vemos que a etimologia desta palavra vem da Grécia Antiga, *paidós* - criança e *agogé* - condução, o “paidagogo” era o escravo que conduzia a criança à escola.

Segundo Durkheim (*apud* GHIRALDELLI JUNIOR, 2006, p.8), a pedagogia é vista como o saber que contesta a educação em veemência caracterizando-a assim como uma corrente utópica. Ao contrário de Durkheim, Herbart (*apud* GHIRALDELLI JUNIOR, 2006, p.9) considera que a pedagogia é uma ciência da educação, contribuindo para o que entendemos por “pedagogia na contemporaneidade”, área do conhecimento científico que se ocupa em compreender a relação ensino-aprendizagem, o processo de educação dos seres humanos.

Ao longo da história, a pedagogia passar a ter como base os fundamentos da educação, sendo que o pedagogo começa a ser o detentor de um conhecimento que, através dele, tem a capacidade de intervir intencionalmente no processo de educação do indivíduo.

No decorrer do processo de conceitualização de um estudo relativo ao que vem a ser a prática pedagógica, surgem problemáticas acerca do encadeamento ensino-

aprendizagem. Segundo Freire (1996), o ensino não existe sem a aprendizagem. Para ele, educar consiste em uma troca recíproca onde o formador não é detentor de todo o conhecimento, assim como, o objeto edificado por ele não é um papel em branco. A pedagogia deve promover a formação de pesquisadores críticos, o que Freire chamou de “curiosidade epistemológica”, o oposto do ensino “bancário”, onde o ser humano não vai além do que foi condicionado.

A educação deve certificar-se da formação física, psíquica e moral dos indivíduos. “[...] o conhecimento que o ser humano não pode desprezar é o conhecimento de si mesmo. Eis a senda da educação.” (BARRETO, 2005, p. 65). Isto é, a educação deve ter um olhar integral na construção do gênero humano, esta que promove o equilíbrio dinâmico individual e social, trazendo o autoconhecimento como um meio para desenvolver as potencialidades dos seres humanos. “[...] a prática educativa como um exercício constante de um favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos.” (FREIRE, 1996, p.145). Por conseguinte, a Pedagogia deve ter como base uma educação que visa a formação integral (física, psíquica e moral) dos educadores e educandos, assim como a formação da autonomia dos mesmos, ou melhor, deve ter como objetivo a libertação do gênero humano.

O autoconhecimento é o olhar para dentro de si para conhecer aquilo que realmente somos. De acordo com Jung (1982, p.28): “O si mesmo, em sua totalidade, se situa além dos limites pessoais.”, revelando que o todo do ser vai além das fronteiras do ego. De maneira similar, Luckesi (1998) afirma que todo ser humano, para se autoconhecer, precisa querer estar em constante desenvolvimento, ou seja, ao longo da sua evolução ele reconhece que existe um princípio criador e que a sua essência é divina.

O vazio interior, que consciente ou inconscientemente atinge todos os seres humanos no seu processo evolutivo, vem demonstrar, conforme Frank (2006) que a busca de sentido é algo imanente aos seres humanos. Portanto distintamente dos animais, o ser humano já tem capacidade de procurar algo superior a si mesmo, de agir baseado cada vez mais nos seus sentimentos, integrando os seus instintos a razão e está a intuição, em prol do despertar da consciência de que não é só um ser a gente e pensante, mas sentiste, capaz ainda de ser presciente e ciente no viver. (TORRES, 2007, p. 6)

O processo de autoconhecer nos impulsiona quanto à compreensão do sentido da nossa existência. Tudo o que fazemos é para encontrar o princípio criador, este que é o fim tanto da evolução natural, aquela que evoluímos pela dor, decepção e sofrimento, quanto da evolução abreviada, quando o ser humano utiliza da razão para evoluir.

Diferente dos animais, o ser humano tem a capacidade de saber pensar, de entender, ou seja, estamos sujeitos a preencher o vazio interior, buscando a nossa essência que não está no mundo exterior, mas sim no interior, por isso a necessidade do autoconhecimento.

Autoconhecer exige a percepção de que é nas relações que nós evoluímos e que o outro, nesta dinâmica, funciona como um espelho que nos revela o que ainda temos de vícios. No processo de autoconhecimento, o ser humano percebe seus vícios para transformá-los em virtudes, ou seja, ele passa a basear a sua vida em condutas morais estabelecidas por Leis naturais que regem o universo. Partindo desse ponto, ele compreende que é uma trindade: corpo, alma e espírito, sendo que a essência divina que o mesmo tanto procura fora está, na verdade, dentro, existindo assim a necessidade de introspecção, para isto consciência.

A consciência é uma das, mais importantes faculdades inatas capitais do ser humano [...] que favorece a conceber o valor significativo das relações humanas. Entende que quanto mais o homem desperta ou constrói esse potencial latente, mais suas ações aproximam-se de princípios universais ou daquilo que estabelece a moralidade universal que a conduta dos corpos celestes denuncia. (BARRETO, 2005, p. 49)

A referente faculdade é inerente e intrínseca a todo ser que tem a finalidade de estabelecer o protocolo entre o criador e o criado, para que este último cumpra com o seu destino fadado de alcançar a sua Origem Causal. Porém, para o ser humano chegar ao absoluto de si deverá enfrentar primeiro a correnteza do relativo que ainda o compõe, eliminando todos os dramas, traumas e tragédias presentes notoriamente no âmbito social derivados de vicissitudes humanas.

A sociedade é um reflexo do ser humano, onde os seus membros constituintes geram a sua realidade. Assim, para haver a transformação da humanidade deve-se haver a autotransformação do ser humano.

De acordo com Barreto (2005, p. 8): “[...] é verificável o fato de que seres humanos sem princípios, no mínimo, racionais, profissionais sem caráter e sociedades sem moral, ética e estética elevadas, não são inúteis, porquanto toda atividade é contributiva, mas são tão fúteis quanto perigosos.”

Neste sentido, o ser humano que ainda não labora em si a busca elevada e significativa pela sua Consciência, traz consigo a manifestação inevitável daquilo que a

necessidade se nega a ditar para a instalação do equilíbrio dinâmico. Daí valida-se a teoria inegável da imprescindibilidade do indivíduo em acessar a sua virtuosidade inata para fomentar o seu legado, auxiliando na evolução da raça humana.

Em virtude do nosso cenário atual de uma crise humana, observamos a importância em pesquisarmos acerca da Consciência na educação que é a solução para o desenvolvimento integral do ser humano, contemplando todas as suas trindades constituintes.

Temos convivido com três problemas que entendemos serem centrais na educação, conforme anunciou a educadora Maribel Barreto, em 2012, para o *ibahia*:

1 - Na Educação Infantil, e no 1º ano do Ensino Fundamental, a qualidade de ensino tem sido considerada, por muitas famílias carentes, como precária. É observável o fato do desconforto das famílias em confiar seus filhos à Escola Pública e matriculá-las em escolas particulares, no seu próprio bairro, ainda que para tanto retirem parte significativa de sua renda mensal;

2 - Problemas vinculados à família que, em sua nova estrutura, resultam numa dificuldade a mais para se educar o Ente Humano no que respeita, por exemplo, a construção de valores morais, éticos e estéticos elevados. Prioridade da família, embora hoje absorvida pela escola que, sobrecarregada, senão não consegue, diminui sua capacidade de realizar o todo de sua função pedagógica;

3 - A Educação Infantil, que é a base de construção do indivíduo - pois todo princípio é fundamental e direciona as construções vindouras - está, senão negligenciada, pouco observada, acarretando na construção de indivíduos sem noções de valores importantes para o Ser em relações. (BARRETO, 2012, p.1)

Diante disto, confirmamos a necessidade essencial de centrar a base da formação do ser humano na aquisição de valores morais, éticos e estéticos elevados a partir do despertar, construção e desenvolvimento da Consciência das nossas crianças.

Portanto, devemos proporcionar com a urgência que cabe o estudo da consciência, através de uma disciplina no currículo das escolas de educação básica, abordando os valores citados acima, tomando como referência as Leis Naturais que regem o Universo.

Assim, através da disciplina Iniciação à Consciência, na educação infantil e nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, as crianças poderão estudar os valores de Leis Universais; e no ensino médio, com a disciplina Consciência, os estudantes poderão estudar e desvendar estas mesmas Leis, a exemplo de Lei de Amizade, Lei de Solidariedade, Lei de Causa e Efeito, Lei de Equilíbrio, Lei de Moral, Lei de Amor, Lei

de Liberdade, dentre outras. No total são 42 Leis, em que cada uma deve ser trabalhada semanalmente.

Além disto, propomos também o autoconhecimento como disciplina curricular, desde a educação infantil até o ensino médio, com o estudo do ser humano em sua ótica integral (estrutura física, psíquica e moral, como também as suas dimensões do sentir, do pensar e do agir), bem como, de suas virtudes.

Para isto, sugerimos que haja a implementação de Núcleos de Estudos regulares sobre a Consciência e o Autoconhecimento, como meio de capacitar os educadores a trabalharem com as referidas disciplinas.

Sobre a importância do referido estudo acerca da Consciência, a Educadora Luana Oliveira afirma ser a consciência o meio e o fim da educação, pois, ao mesmo tempo em que o seu desvendamento conduz ao despertar do potencial humano, ela é em si uma potencialidade, uma faculdade inata a todos nós, que pode ser desenvolvida através da educação. (OLIVEIRA, 2011).

Em função de tudo que foi exposto, acreditamos que a Consciência e o Autoconhecimento são eixos fundamentais para o desenvolvimento de uma prática educativa que favoreça a formação integral dos educandos. E como pedagogas em construção nos sentimos implicadas e comprometidas com esta causa, afinal, a Consciência é muito mais do que ela diz; ela se pratica e revoluciona.

## **CONCLUSÃO**

Por fim conseguimos atingir o objetivo do presente artigo ao demonstrar o processo de desenvolvimento da Consciência e do Autoconhecimento através da educação, a partir do estudo sobre esses dois temas como recursos para serem implantados nas instituições de ensino, apresentando inclusive uma forma de serem inseridas nos projetos pedagógicos, por meio de disciplinas.

Deste modo, podemos afirmar que educar é o ato de tornar-se integrado, ou seja, tornar o ser humano um em todos os seus aspectos, fazendo assim com que os mesmos compreendam que suas ações precisam gerar o bem individual e social. Até porque, quando o ser humano começa a questionar-se acerca do sentido da sua vida e compreende



que todos somos um e que as ações de um refletem no todo, o mesmo inicia o seu processo de autoconhecimento, ou seja, o conhecimento de si mesmo. Por isso, a educação deve contemplar, tanto o conhecimento quanto o autoconhecimento, para que haja não só o desenvolvimento cognitivo, mas também o despertar, construir e desenvolver da Consciência.

Portanto, esperamos que este trabalho motive futuras pesquisas e pesquisadores nesta área, com o intuito de aprofundar o movimento de transformação da educação, em sua totalidade, a ponto dela favorecer o marco de uma nova humanidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARRETO, Maribel Oliveira. Consciência e educação. In: Biase, Francisco Di (org..). Dimensões da consciência. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

BARRETO, Maribel Oliveira. Educação é o tema do Raio X desta quarta (28) em homenagem a Salvador. Disponível em: <<https://www.ibahia.com/noticias/educacao-e-o-tema-do-raio-x-desta-quarta-28-em-homenagem-a-salvador>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BARRETO, Maribel Oliveira. O Papel da Consciência em face dos desafios atuais da educação. Salvador: Sathyarte, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. O que é Pedagogia. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018

JUNG, C. G. Estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, v. 10, n. Rev. katálysis, 2007 10(spe), 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Desenvolvimento dos estados da consciência e ludicidade. In: Cadernos de pesquisa /Núcleo de filosofia e história da educação – Salvador: UFBA/FACED. programa de Pós-graduação e pesquisa,1998.

OLIVEIRA, Luana; BARRETO, Maribel Oliveira. Consciência e Moral: Aspectos educativos da responsabilidade social. In: Os Ditames da Consciência. Salvador: Sathyarte, 2011.

TORRES, Clérisson. A vida e os desejos humanos. Presciência humana. Lauro de Freitas: Ned- Ead/Unime, 2007.

## **O ENIGMA DE PENSAR E PESQUISAR A AMAZÔNIA: A POSTURA DO PESQUISADOR**

**Selomi Bermeguy Porto, Salaniza Bermeguy da Cruz Sales, Heloísa  
Helena Corrêa da Silva**

**RESUMO:** O estudo evoca a discussão da temática da Amazônia na perspectiva da interdisciplinaridade como instrumento de pesquisa. A reflexão sobre a Amazônia no sentido de compreender seus traços que a configuram como uma região heterogênea é realizada a partir das contribuições teóricas de Silva (2004), Hardman (2009) e Pizarro (2012) que promovem uma riqueza de diálogo e informações que direcionam para novas pistas de pesquisa e produção de conhecimento amazônico que com as contribuições de Ribeiro (1999) e Ingold (2015) despertam o pensar da postura do pesquisador e os novos caminhos para a pesquisa, numa contextualização do estudo na Amazônia. A leitura combinada destes teóricos mostra que o compreender e interpretar a Amazônia estão abertos para todos os campos de conhecimento, tendo como única restrição o desprender do olhar preconceituoso e prepotente de elitizar o conhecimento amazônico como homogêneo.

**Palavras-chave:** Amazônia; pesquisa; conhecimento

## **INTRODUÇÃO**

Para estudar a Amazônia é preciso estar aberto a considerar os múltiplos campos do conhecimento que contribuem para refletir sobre os processos socioculturais responsáveis pela formação civilizatória desta região. Para tanto, um olhar interdisciplinar se faz necessário uma vez que a Amazônia comporta em sua conjuntura traços históricos, literários, geográficos, antropológicos e sociológicos. É em harmonia com esta luz integrativa dos vários ramos do saber que se faz uma reflexão da Amazônia representada por uma região heterogênea quando comparada com outras regiões, assim como rica em diversidade em seus vários espaços amazônicos, distinguindo-se entre si.

É possível pensar numa Amazônia constituída por sujeitos sociais que ora se apresentam como protagonistas ora como figurantes na história da Amazônia. Neste processo de formação da Amazônia o homem interage de diversas formas com ela, moldando sua forma de existência e produção de vida, revelando sua capacidade de se adaptar as várias realidades que configuram o contexto amazônico. Assim, estudar ou até mesmo falar sobre a Amazônia não é uma tarefa fácil, uma vez que diante de suas singularidades registra-se a sua complexidade, requerendo um olhar múltiplo e um pensar complexo para então propor um diálogo com esta grande esfinge que é a Amazônia, requer, portanto, uma conduta orientada pelo olhar exploratório do novo.

Na produção de pesquisas Amazônica a postura do pesquisador tem grande influencia sobre os tipos de conhecimentos produzidos e disseminados sobre a região. É preciso termos cuidados com pesquisas direcionadas por uma visão fragmentada da Amazônia que desconsideram sua heterogeneidade e sacrificam a pesquisa em razão de métodos e técnicas usadas de forma desconexas que ofuscam o olhar crítico do pesquisador.

### **Vozes teóricas que refletem os traços da Amazônia de ontem e de hoje**

Ao refletir sobre os processos socioculturais da formação da Amazônia encontramos contribuições teóricas de vários autores que falam sobre a temática partindo de diferentes concepções teóricas que enriquecem o arcabouço teórico amazônico. Muitos desses olhares são visualizadas por lentes diferentes, mas não conflitantes e que

contribuem para a história da Amazônia. Neste primeiro momento a Amazônia é discutida a partir de uma tessitura teórica intermediada pelas contribuições de Silva (2004), Hardman (2009) e Pizarro (2012).

Silva (2004) seguindo uma abordagem sociológica apresenta três Amazônia – a Amazônia Portuguesa, a Amazônia Indígena e a Amazônia Brasileira – que por meio desta segmentação da Amazônia nos ajuda a entender sobre o processo de ocupação, formação sociocultural e o caminhar da Amazônia.

Hardman (2009) ao examinar os ensaios de Euclides da Cunha, referente sua experiência com a Amazônia, mostra o forte desejo de Euclides de conhecer e representar literariamente a Amazônia. Assim, é possível visualizar ou pensar a Amazônia sob outra ótica, através da representação literária que Euclides da Cunha fez sobre a região amazônica.

Pizarro (2012) em sua visão literária antropológica apresenta uma Amazônia por meio de discursos dos sujeitos que tiveram experiência na região o que chama de vozes da Amazônia. Segue uma linha cronológica de acontecimentos e mostra a passagem de um pensamento hegemônico que apresentava somente uma forma de ver a Amazônia para uma forma heterogênea considerando as outras vozes que soam da Amazônia. Estas vozes estão em consonância com os períodos históricos do caminhar da Amazônia, em que os sujeitos sociais inseridos no contexto amazônico apresentavam diferentes papéis e vivências.

Os três autores expõem traços da Amazônia que estão integrado ao seu processo de colonização pelos europeus, o seu desenvolvimento e o direcionamento que a Amazônia tomou como resultado das ações passadas. Ponderando ainda sobre seus passos para o futuro.

Sobre os aspectos que influenciou a colonização da Amazônia pelos europeus, Silva (2004, p. 22-23) afirma que a “Amazônia é um dos lugares dos reajustes econômicos e políticos da Europa dos séculos XVI e XVII”, fruto da crise que os países europeus estavam vivenciando. Pontua ainda que,

“os séculos XVI e XVII correspondem, na Amazônia, a dois momentos da participação ibérica na história europeia. No primeiro, as explorações de reconhecimento físico, a

busca da riqueza fácil. É o período das expedições, dos primeiros viajantes, dos primeiros missionários. No segundo, a conquista e a colonização dão-se num quadro de disputa interna (com as populações locais, com os demais estrangeiros envolvidos) e externa (com outras nações constituídas, via equilíbrio diplomático, nas concessões de exploração de mercados)” (SILVA, 2004, p. 22-23).

A Amazônia é apreciada pela Europa como caminho para a conquista de riquezas, talismã de novas oportunidades de expansão territorial e econômica. Esse imaginário da terra de abundância de riqueza e de fácil penetração ganha o imaginário europeu que ao se lançar no desbravamento da região é surpreendido com os mistérios da selva amazônica.

O início da colonização é marcado pela luta por conquista de território, tanto entre as nações estrangeiras entre si, quanto entre europeus e povos nativos da região, sendo os verdadeiros donos da terra que já habitavam antes da descoberta europeia.

Se por um lado, o interesse europeu pela conquista de territórios amazônicos estava relacionado a interesses econômicos e políticos, por outro lado, o povo nativo apenas lutava para garantir aquilo já era seu por direito: o seu lar, sua cultura, sua liberdade, que agora estava sendo roubada por invasores que reivindicavam suas terras, sua força de trabalho, sua liberdade, suas vidas. O que se buscava nesse período era silenciar e tornar invisível os hospedeiros por meio da escravização e até mesmo do derramamento de sangue.

Sobre esse episódio da história da Amazônia Pizarro (2012) explica que o imaginário dos viajantes conquistadores e viajantes cientistas nortearam a forma de conceber a Amazônia. Neste período a Amazônia era explicada apenas na voz do discurso europeu através dos relatos de suas viagens, que era fortemente influenciado pela sua imaginação sobre a região.

A voz do outro que pertence a terra e detém do conhecimento e vivência amazônica é silenciada, negligenciada e ignorada. As vozes das populações locais não é possível encontrar no discurso hegemônico que enaltece o descobrimento e entendimento da Amazônia com olhar europeu.

A Amazônia é inventada pelo europeu que não dar espaço para o outro fazer registro de sua própria história. Ela é interpretada e disseminada sob o olhar do europeu cheio de fantasias e imaginários que distorciam a realidade da Amazônia.

Existe uma denúncia na fala de Pizarro (2012) de que a falsa Amazônia vendida pelos europeus escondia fatos significantes, mas que não eram revelados, por trás do brilho e exuberância da biodiversidade da fauna e flora, das riquezas e espaços imensuráveis, estava o sofrimento, a brutalidade, a violência com que os indígenas eram tratados, escravos em sua própria terra, eram maltratados e sujeitos às terríveis condições para sobreviver, para não morrer, precisavam se sujeitar.

Este período da Amazônia comporta o que Silva (2004) chamou de Amazônia Portuguesa que mostra o domínio político, econômico, social e cultural que era exercido sobre os povos locais da região. A voz que soava era a voz do poder (PIZARRO, 2012), os indígenas que passaram a ter contato com os brancos já estavam direta e regularmente inseridos nas relações sociais da dominação lusitana (SILVA, 2004).

Para a Amazônia, a reordenação da política colonial portuguesa traria profundas alterações ao seu espaço físico e à sua configuração histórica. É o momento da transformação da região, de unidade territorial em unidade política da metrópole, processo que encontraria seu sentido mais visível no advento da Independência (SILVA, 2004, p. 70).

Esse marco histórico de reordenação da política colonial portuguesa, dentre outros aspectos, deu início para a ocupação produtiva das terras em que a força de trabalho principal era a indígena que revela uma inversão de papéis onde os donos das terras se tornam escravos dos visitantes, não havendo alternativa já que isso era condicional para sua sobrevivência.

Registra-se a dominação europeia que busca em todos os sentidos condicionar a vida dos povos nativos dentro do seu sistema de escravização. Esse processo sempre existiu desde os primeiros contatos, mas que ganha nova conjuntura com a conquista da Amazônia.

Conquistada a Amazônia, o processo de colonização não considerou as vicissitudes da região, em especial em consideração aos povos nativos, mas buscaram a

todo custo apropria-se do espaço, dos recursos, da força de trabalho indígena, exercendo poder e domínio que não lhes pertencia.

É diante dessa vivência de imposição de poder que os primeiros habitantes da Amazônia, tiveram que enfrentar e se adaptar a vários ataques e estratégias europeias que iam desde ações políticas-econômicas à religiosa.

É preciso enfatizar que a Amazônia nunca foi uma selva vazia, já era ocupada muito antes da chegada dos europeus. Hardman (2009) contribui que “Euclides nunca acreditou na representação fácil do “vazio na selva”, com que certa ideologia colonialista e, depois, nacional-brasileira, tentou pensar na região, afastando, ao mesmo tempo, o fantasma dos genocídios ali praticados desde as primeiras entradas de europeus” (HARDMAN, 2009, p. 57).

O pensamento de Euclides leva-nos a uma reflexão das lutas que os primeiros habitantes enfrentaram ao terem de lidar com as diversas tentativas de extermínio promovida pelos europeus visando eliminar da história da Amazônia seus verdadeiros habitantes e donos da terra. Mesmo diante das atrocidades sofridas por esse povo, a perseverança e estratégias de resistência e adaptação possibilitou sobreviverem às artimanhas do intruso.

Aqui vale citar a Amazônia Indígena explicada por Silva (2004), que representa os pré-colonos, indígenas que habitavam na região muito antes da chegada dos colonizadores europeus. Que tiveram suas vidas transformadas pela ganância e egoísmo dos invasores. Que passam a se relacionar com o estranho, o desconhecido. Forçados a mudarem suas culturas, enfim seu modo de vida. Para os que não estavam dispostos a tamanho sacrifício tiveram que viver escondido e isolados em seu próprio lar, ou pagar com a vida a ter de perder sua liberdade.

No pensamento de Euclides é possível ouvir a voz dos oprimidos pelo processo da colonização. Numa narrativa dramática e poética nos impressiona com suas palavras.

[...] o tempo da luta não se marcava na cronologia de uma guerra, mas no esvaír batalhas ancestrais contínuas, sem ninguém que as reportasse; no amontoar de mortos presente, cuja duvidosa humanidade se dissipava na vida nua e crua dos seringais e na rapidez dos eventos orgânicos com que a selva encobria, de exuberância e silêncio, os seres que a noite extinguiu” (HARDMAN, 2009, p. 58).



Registra assim, o viver dos povos na Amazônia desprovidos de direito e liberdade, escravos do sistema econômico-político que os direcionava para uma vida de miséria e sofrimento.

A intensificação da exploração na Amazônia atraiu muitos imigrantes para a região principalmente no auge do seringal. Neste período, surgem outras vozes que narram a Amazônia de diferentes óticas. Para Pizarro (2012, p. 123) “o discurso da borracha, definidor da história amazônica tem na realidade várias vozes”. Aqui o período da exploração da borracha é citado para expor novos discursos que dão vida a novas vozes na Amazônia.

[...], tanto no discurso dos viajantes da conquista, como no dos viajantes ilustrados, a voz do outro somente seria passível de reconstrução, ainda assim fragmentariamente, a partir do discurso do poder, aquele que nomeia a realidade amazônica [...] estabelecendo com ela e sobre ela o poder da cidade letrada. É o caso dos conquistadores e também dos viajantes cientistas. Eles representam o poder letrado, do sistema de conhecimento dominante. Porém a partir da segunda metade do século 19, as vozes plurais podem ser rastreadas (PIZARRO, 2012, p. 157-158).

O período da borracha marca o surgimento de uma pluralidade de vozes que saem da Amazônia encontrada nos personagens amazônicos que marcam esse período histórico como os barões do caucho (voz de poder), os intelectuais (voz de denúncia), aviados e indígenas (voz do trabalhador amazônico). São vozes que falam dos mesmos acontecimentos, mas por percepções de vivências diferentes. É o que Pizarro (2012, p. 157) explica que “se antes tínhamos apenas a voz hegemônica, hoje é possível recuperar, com certa consistência, as outras vozes que narram os mesmos acontecimentos a partir de outro lugar”.

O preconceito que o espaço amazônico e seus habitantes sofrem até hoje, são heranças de sua constituição. Desde sua colonização pelos europeus a Amazônia serviu a interesses externos, hoje não tem sido muito diferente. Em escala internacional e nacional querem conduzir e direcionar o futuro da Amazônia, desconsiderando muitas vezes o homem amazônico. Projetos de integração da Amazônia e planos de desenvolvimentos criado pelo próprio Estado tem contribuído para reproduzir em muitos casos o que a

Amazônia sofreu no processo de colonização europeia, no período da borracha e tantos outros sustos ou enclaves econômicos.

Silva (2004) caracteriza esta Amazônia como Amazônia Brasileira, que representa no que ela se transformou com as iniciativas do Estado através de seus planos de desenvolvimento para a região buscando assim promover sua modernização, sem considerar sua heterogeneidade.

Para Pizarro (2012, p. 25) a Amazônia está longe de ser uma unidade homogênea, trata-se de um território de “grande heterogeneidade geomorfológica, de solos, clima e certamente de flora e fauna”, assim como compreende uma “heterogeneidade social, econômica e política”.

Pensar a Amazônia sob a ótica desta heterogeneidade citada por Pizarro (2012) é fundamental para o processo de desenvolvimento Amazônico, é nesse aspecto que consiste a crítica de Silva (2004) as iniciativas do Estado voltado para os programas de desenvolvimento da Amazônia que não consideraram as suas peculiaridades regionais.

Essa heterogeneidade citada pelas autoras vai além de seus aspectos ligados a biodiversidade fortemente reconhecida universalmente, mas refere-se também aos traços sociais, culturais, econômicos, políticos e geográficos que tornam a região tão diferente de tantas outras.

Contribuindo nesta discussão da Amazônia Brasileira, que Pizarro (2012) chama de Amazônia de hoje, explica que:

[...] o novo e complexo discurso atual, que se arma a partir da modernização resoluto dos anos 1960 e 1970, bem como da exploração do petróleo, da energia hidráulica, da industrialização das madeiras. Em sua complexidade, é patente a cicatriz da violência ostentada pela Amazônia de hoje, a superposição de interesses que espreitam com avidez sua riqueza no presente e desenham o perfil dos problemas do futuro (PIZARRO, 2012, p. 164).

A Amazônia de hoje ainda padece de exploração movido pelo egoísmo, ganância e interesse econômico. São discursos e ações disfarçadas tendo centro de interesse a busca desenfreada por riqueza. Projetos de desenvolvimento de modernização que por vezes sacrificam o viver dos povos tradicionais amazônicos movidos por visões egocêntricas e

de quem está de fora do processo e que não conhece a realidade amazônica em sua conjuntura heterogênea.

A Amazônia ainda hoje sofre intervenção externa de intrusos que insistem em dizer o que é melhor para a região, querendo nortear a vida do povo amazônico. Buscam reproduzir projetos de outras regiões nacionais e internacionais sem considerar as singularidades que tornam seus traços físicos e simbólicos distintos das outras regiões.

Sobre este pensar, Euclides já atentava ao considerar a Amazônia, como “várias terras entrecortadas e separadas pela sinuosidade labiríntica das águas, ilhas de solicitude inominadas; que forma uma multitude de raças, línguas, dialetos fronteiriços, restos de povos, arremedos de Judas, humanos que se autodestruíam vingando-se de si mesmos; [...]” (HARDMAN, 2009, p. 57 e 58).

A multitude de crenças, raças, línguas e dialetos de herança de povos tradicionais observado por Euclides da Cunha, são o que Pizarro (2012, p. 164) atribui as “vozes dos novos sujeitos sociais, que falam por si mesmos – remanescentes (descendentes) de quilombolas, grupos de sem-terra – frente a outros, que procuram definir o futuro das populações amazônicas e da região, a partir das grandes metrópoles e do exterior”.

Os tempos são outros, mas o homem amazônico continua a ter de lidar com os invasores que insistem em delinear a vida na Amazônia. Num contexto moderno, precisam lidar com outras ameaças que representam a tentativa de hegemonizar o contexto amazônico a outras realidades de espaços estranhos a sua vivência. A Amazônia ainda é vista como região frágil, atrasada, o que contribui para um pensamento interpretativo fantasioso da Amazônia por outras regiões.

Silva (2004) defende que a nacionalidade da Amazônia ainda está em marcha, apesar da Amazônia brasileira e de todos os mecanismos de integração promovidos pelo Estado nacional. O que significa dizer que existem expectativas, forças e movimentos que não estão acoplados ou totalmente subordinados na articulação dominante que mantém a região como parte do Brasil.

Pode-se dizer que tais forças e movimentos que buscam resistir ao pensamento de dominação da Amazônia, representam as vozes do inconformismo e da indignação fonte essencial para uma teoria crítica, mas que devido a tendência de um pensamento de

conhecimento de regulação e não de emancipação, essas vozes acabam sendo silenciadas (SANTOS, 2002).

É por isso que se faz tão necessário pensar na Amazônia com base na crítica pós-moderno emancipatória (SANTOS, 2002), considerando o multiculturalismo essencial para fazer emergir possibilidades de conhecimento para além da ciência moderna. Isso significa considerar a Amazônia sem tentar mascarar as culturas existentes, seus povos, modo de vida, mas sim promover o reconhecimento e valorização em sua totalidade, sem desconsiderar suas partes. Para tanto, é preciso políticas arraigadas ao multiculturalismo para reconhecimento e valorização das diferenças étnicas, raciais, culturais, sociais, econômicas e políticas existentes na Amazônia.

A imensidão e exuberância da Amazônia nos dá a escala de sua complexidade, assim, falar da Amazônia sempre será um desafio da reflexão exigente que requer um olhar multidisciplinar na reflexão sobre a contribuição das diversas áreas na busca de compreender esse “enigma verde”.

Mesmo diante de vários estudos de renomados autores, ainda fica perceptível que é insuficiente o conhecimento sobre a Amazônia, sendo ainda um campo que merece atenção e interesse para ser explorado.

Sob essa ótica, a integração das ciências, torna-se fundamental na busca de tentar olhar o passado, entender o presente e vislumbrar o futuro da Amazônia. Obras como de Silva (2004), Hardman (2009), Pizarro (2012) contribuem para a compreensão dos acontecimentos que influenciaram o processo civilizatório da Amazônia tornando-se imprescindível atentar a forma como esses teóricos realizaram suas pesquisas partindo de reflexões da antropologia, da sociologia, da literatura bem como de outros campos do conhecimento. A união multidisciplinar dessas ciências apresentam leituras dinâmicas do que é a Amazônia.

### **Caminhos para um novo pensar e pesquisar na ciência, com foco na Amazônia**

Pode uma semente germinar em um solo endurecido? As condições necessárias para que uma semente consiga germinar e tornar uma árvore frutífera dependerá em parte

do tipo de solo onde foi plantada e dos cuidados que recebera. Um solo endurecido impedirá a germinação da semente uma vez que devido a terra está compacta não fornece espaço suficiente para o seu crescimento. Fazendo uma analogia, a semente representa o conhecimento, sendo o solo a representação do pesquisador.

O pesquisador se depara com vários obstáculos no ato de pesquisar que vai desde as questões técnicas da própria pesquisa que iremos discutir com a contribuição de RIBEIRO (1999) as questões do pensar inovador de forma a se desprender de um pensar dominante e buscar novas pistas de conhecimento, para esta reflexão traçamos um diálogo com INGOLD (2015).

Vamos começar com o que Ribeiro (1999) considera o pior inimigo do conhecimento a “terra firme”. A terra firme que se refere tem sido a forma como a pesquisa tem sido realizada por muitos pesquisadores desenvolvida numa exaustão de métodos mecanizados que funcionam como fronteira do inovar científico, do pensar instigante, do encantamento pelo novo, ficando inertes nos modelos instituídos pelo meio acadêmico.

Na produção do campo do conhecimento se desprender das sombras científicas são necessárias, elas surgem no excessivo uso de bibliografia sem conexão usadas em retalhos, em referências e teorias sem tessituras que apenas reproduzem o conhecimento já existente, sem gerar luminosidade no conhecimento.

É nesse sentido que Ribeiro (1999) faz uma crítica a esta postura do pesquisador afirmando que não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme. As bibliografias e procedimentos metodológicos tem seu espaço na pesquisa que precisa ser dosado e utilizado de forma coerente, sem exagero ao ponto de ofuscar a pesquisa. “É claro que não se espera de ninguém que se reinvente a roda: os autores que nos precederam deram passos formidáveis, e deles nós devemos valer para avançar. Mas é preciso que eles sejam ajudas, e não muletas” (RIBEIRO, 1999, p.190).

Para avançarmos enquanto pesquisadores é preciso inovar nos temas e na forma da escrita, ter um olhar que nos conduza a uma postura de vencer o pensamento tímido, limitado e mecânico que nos impedem a exposição ao objeto e a disposição de vivenciar novos caminhos.

É preciso esvaziar-se do conhecimento arraigado a métodos e técnicas rígidas que limitam o olhar do pesquisador ao passo que se torna necessário despertar a vontade pela busca do novo, do diferente. Nisto consiste o desafio do pesquisador de sair da zona de conforto e aguçar suas faculdades cognitivas através do exercício da inquietude do conhecimento.

Devemos alimentar um espírito aberto para o mundo. “A abertura ao mundo revela-se pela curiosidade, pelo questionamento, pela exploração, pela investigação, pela paixão de conhecer” (MORIN, 2007, p.40). Não podemos nos amedrontar diante do novo, Ribeiro (1999) diz que o susto, o pavor diante da novidade tem que despertar a vontade de inovar, de nos fazer sair do conformismo, da terra firme, do terreno conhecido que nos impede de galgar novos voos na pesquisa.

A vivência do pesquisador deve ser fonte de inspiração para o ato pesquisar, seja no deleite de uma música, na plateia do teatro, no admirar do nascer ou pôr-do-sol, no caminhar das ruas da cidade, no sentir da chuva, nos encontros casuais com amigos, no conhecer de novos lugares, na apreciação de uma comida, no vagar de seus pensamentos são experiências e vivências que podem provocar novas pistas de conhecimento.

Para inovar na forma de pesquisar e promover luz científica é preciso deixar de navegar pelo Dédalo e vagar pelo Labirinto (INGOLD, 2015). Tim Ingold em seu artigo “Dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção” propõe uma nova forma de construção do conhecimento. Por meio da reflexão realizada pela autora somos convidados a abandonarmos a quietude e buscarmos a inquietude do conhecimento.

Enquanto estivermos alienados a navegar pelo Dédalo seremos incapazes de enxergar o novo. O Dédalo é para a caminhada do pesquisador como a terra firme é para o conhecimento, inimigo do pensar criativo, da imaginação construtora de conhecimento.

O Dédalo conduz o pesquisador numa caminhada programada, sem espaço para erros e novas descobertas, “o Dédalo coloca toda a ênfase nas intenções do viajante. Ele possui um objetivo em mente, uma destinação projetada ou horizonte de expectativas, uma perspectiva a realizar, e está determinado a alcançá-la [...]. No Dédalo, a intenção é a causa, e a ação, o efeito” (INGOLD, 2015, p. 26).

Por vezes esse caminhar intencional e prescritivo é conduzido pelos procedimentos metodológicos que inibem a postura do pesquisador, ou ainda alimentado pelo medo do pesquisador de se aventurar no novo insistindo em continuar em terra conhecida. Isso porque “não obstante, o viajante intencionado, envolto no espaço de suas próprias deliberações, encontra-se ausente do mundo em si. Ele deve decidir para onde ir, mas, uma vez tendo estabelecido uma trajetória, não precisa mais olhar para onde está indo” (INGOLD, 2015, p. 26-27).

Por vezes nos encontramos assim em nossa caminhada de pesquisador, cegos em meio ao conhecimento, envolvido numa visão viciada programada para enxergar apenas aquilo que se quer. Pela prepotência de julgarmos saber o caminho perdermos preciosas pistas que poderiam enriquecer nossa pesquisa, conduzindo-nos para novos conhecimentos.

É necessário valorizarmos mais a atenção, o olhar observador, pois o processo de criação é um processo de imaginação. Nisto consiste a importância de vagarmos no caminho do labirinto, quem segue este caminho “não tem outro objetivo senão continuar, seguir em frente. Mas para fazê-lo, sua ação deve estar acoplada de modo próximo e retido com sua percepção – ou seja, um monitoramento sempre vigilante do caminho, à medida que ele vai se desdobrando” (INGOLD, 2015, p. 27).

É uma caminhada em que a atenção mais do que a intenção é primordial. O perceber, o ouvir e o sentir devem fazer parte da vida do pesquisador. A sensibilidade do pesquisador para esses aspectos possibilita enriquecer a pesquisa e fugir do Dédalo que nos prende em nosso mundo em si. A pesquisa deve ser conduzida de forma flexível, pois é sensível às mudanças à sua volta. O errar, o parar, o recomeçar e o avançar, não necessariamente nesta ordem, faz parte deste processo.

O caminhar pelo labirinto nos possibilita mergulhar na imensidão do desconhecido nos fazendo romper com práticas de domesticar o conhecimento que acabam embaçando a visão, tornando-a viciada para enxergar somente o que a mente já está programada para ver. Desenvolver um olhar de pesquisa mais sensível, curioso, inquieto ajuda a pensar em temas de pesquisas que produzem conhecimento mais abertos e ricos, só assim será possível ousar no ato de pesquisar.

Ao invés de uma mente dominante que já conhece sua vontade conduzindo um corpo subserviente, na frente vai uma imaginação que sente o caminho adiante, tentando passar por um mundo ainda não formado, trazendo a reboque uma percepção já educada nos modos do mundo e habilidosa na observação e reação as suas propiciações (INGOLD, 2015, p.32).

Quando consideramos a pesquisa na Amazônia percebemos a urgente necessidade de repensar a pesquisa nos moldes indicados por Ribeiro (1999) e Ingold (2015). É preciso deixar de sermos conduzidos por uma mente dominante para uma imaginação liberta que nos impulse a desbravar novos conhecimentos.

Por vezes estamos fechados em nosso mundo, tentando fazer pesquisa numa bolha de regras e manuais de conhecimentos disciplinares que nos condiciona a uma postura de restrição com outras áreas do conhecimento promovendo o que Morin (2007) denomina de hiperespecialização que condiciona o pensamento do homem impossibilitando o olhar para novas possibilidades.

A história da Amazônia ainda está em construção e o homem tem papel fundamental na escrita desta história. Nesta escrita continuada da história da Amazônia é preciso romper com o conhecimento em campos restritos, nisto consiste a base para estudar a Amazônia. Somos convidados a participar do tecer da teia do conhecimento amazônico formada pelas contribuições dos vários campos do conhecimento que no campo da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade afloram a riqueza do pesquisar na Amazônia.

A Amazônia é um bem que precisa ser defendida, valorizada e respeitada não apenas pelos amazônicos, mas por toda a humanidade uma vez que sua contribuição e influencia transcende seus espaços fronteiriços, trata-se de uma questão planetária ligada à vida.

Nisto afirmamos que a principal arma de defesa da Amazônia é o conhecimento em suas variadas formas. O poder está sob o domínio dos intelectuais. A seu tempo Euclides já tinha a visão de que o destino do planeta estava relacionado à região amazônica (HARDMAN, 2009). Pizarro (2012) também atribui que a região assume uma área fundamental nas perspectivas futuras para a humanidade uma vez que guarda maior biodiversidade do planeta e os recursos minerais essenciais para o desenvolvimento energético e ressalta que se trata de um território que ainda está por ser conhecido.



Assim, a Amazônia representa hoje um grande enigma que desperta o interesse de muitos pesquisadores na tentativa de desvendá-la. Na verdade, estudar a Amazônia é se desprender de preconceitos, é estar aberto a aprender, pois trata-se de uma esfinge a ser desvendada, descoberta e interpretada. Se é que isso é possível em sua plenitude.

O seu estudo não pode se limitar a um campo isolado do conhecimento, ela está aberta para todas as ciências, conhecimentos e saberes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa na Amazônia precisa considerar sua heterogeneidade tanto no que se refere sua biodiversidade que revela sua riqueza de fauna, flora, minerais e espaços geográficos quanto em seus traços étnicos, culturais, racial, sociais e econômicos.

Um olhar disposto a conhecer a região, despreendido de preconceitos e de um pensamento hegemônico guiado por uma mente bitolada precisa incorporar a postura dos novos pesquisadores. Se não, o resultado é a camuflagem da realidade e a produção de conhecimentos fragmentados e medíocres fruto de pesquisa guiada por uma mente preconceituosa, fechada e disciplinar.

O caminhar da pesquisa na Amazônia não pode ser restrito de um campo de conhecimento exclusivo e nem direcionado por uma rigidez de métodos e técnicas que estreitam o pensar do pesquisador. É necessário um olhar que ultrapasse as lentes dos modelos instituídos que permita buscar o novo, o desconhecido que direcione para novas pistas do conhecimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança de Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: UNESP, 2009.

INGOLD, Tim. **O Dédalo e o Labirinto**: caminhar, imaginar e educar a atenção. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, jul./dez. 2015.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. 4ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

RIBEIRO, Renato Janine. **Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme**. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 11 (1):189-195, maio de 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz da Amazonas**. Manaus: Valer, 2004.

## **MATERIAIS MANIPULÁVEIS NO ENSINO DE GEOMETRIA ESPACIAL**

**Marcella Alves da Silva, Eilson Santiago**

**RESUMO:** Diante das dificuldades observadas no ensino da Geometria Espacial, os materiais manipuláveis são apresentados como uma opção para trabalhar em sala de aula. Estudos relatam que existe uma ausência na utilização de métodos, que incentivem o aluno a estudar e compreender melhor o conteúdo, como os sólidos geométricos, que oferecem aos alunos estratégias didáticas para entender a Geometria. Assim, este estudo tem como principal objetivo analisar as contribuições do uso dos materiais manipuláveis com os sólidos geométricos no ensino de Geometria Espacial. A presente pesquisa apresenta uma abordagem quanti-qualitativa, tendo como característica exploratória e os procedimentos técnicos pesquisa-ação, contando com a participação de duas turmas do 2º Ano do Curso Técnico em Informática, ambas do IFNMG - Campus Salinas. O objeto utilizado para esta pesquisa são os sólidos geométricos. As turmas participaram de um questionário diagnóstico, uma oficina com materiais manipuláveis, os sólidos geométricos: Prisma e Pirâmide, e, para finalizar, um questionário avaliativo. No primeiro questionário, o objetivo principal foi verificar a afinidade dos alunos com materiais manipuláveis, mais especificamente com os sólidos geométricos, e obter informações sobre Prisma e Pirâmide. Já na oficina, o objetivo foi analisar a capacidade do aluno em utilizar os materiais manipuláveis para encontrar o número de faces, arestas, vértices, e calcular a área superficial e o volume do Prisma e da Pirâmide. No questionário avaliativo, foram avaliados: o interesse na utilização de uma metodologia diversificada, se o uso dos materiais manipuláveis ofereceu um suporte no aprendizado de geometria espacial e se os alunos gostariam de continuar utilizando materiais manipuláveis no ensino da matemática. Este estudo demonstrou que alunos consideram importante o uso de materiais manipuláveis no ensino de Geometria Espacial, e também se percebeu que as contribuições dos materiais manipuláveis são relevantes para o ensino e aprendizagem da Geometria Espacial. Portanto, o uso de materiais concretos será uma ferramenta que proporcionará aos alunos uma melhor visualização e conseqüentemente uma aprendizagem à medida que eles manuseiam os materiais, permitindo assim entender o seu uso por meios de diferentes áreas e representações geométricas.

**Palavras-chave:** Geometria espacial, Materiais manipuláveis, Sólidos geométricos

## **INTRODUÇÃO**

A Geometria é uma área da Matemática que surgiu no antigo Egito com as necessidades da época. As primeiras estruturações ocorridas nessa área foram realizadas pelos gregos, o que ocasionou as principais contribuições desse povo no campo da Matemática.

O ensino de Geometria é considerada uma importante ferramenta para compreensão, representação e visualização do espaço em que vivemos. Percebe-se que a Geometria desenvolve uma ligação envolvendo o espaço e a forma, assim direcionando para a Geometria Plana e Espacial.

Diante da sua importância, este trabalho irá abordar em particular a Geometria Espacial, que é uma parte integrante da Matemática. Nesse conteúdo, os alunos apresentam dificuldades na parte da visualização dos sólidos geométricos. Segundo Becker (2009), um indivíduo que tem dificuldades em visualização apresentará problemas em entender os conteúdos e para expressar suas próprias ideias.

Para obter uma boa visualização, uma opção é o uso de materiais manipuláveis como instrumento mediador para o ensino de Geometria Espacial. De acordo com Turrioni, Perez (2009), o material manipulável representa uma parte importante na aprendizagem dos alunos, facilita a visualização e o raciocínio lógico, que é fundamental para a construção do conhecimento.

Diante das dificuldades observadas no ensino da Geometria Espacial, os materiais manipuláveis são apresentados como uma opção para trabalhar em sala de aula. Estudos relatam que existe uma ausência na utilização de métodos, que incentivem o aluno a estudar e compreender melhor o conteúdo, como os sólidos geométricos, que oferecem aos alunos estratégias didáticas para entender a Geometria. Segundo Lorenzato (2009), a ausência e obstáculos no uso de materiais didáticos são por causa da própria política educacional, que geralmente não orienta os educadores para o uso. Em decorrência desse fato, muitos professores não sentem falta ou não acreditam nas influências positivas do uso dos materiais didáticos.

O uso de materiais concretos será uma ferramenta que proporcionará aos alunos uma melhor visualização e conseqüentemente uma aprendizagem, à medida que eles manuseiam os materiais, permitindo assim entender por meios de diferentes áreas e

representações geométricas, e também facilitará o cálculo da área e do volume dos sólidos.

Partindo dessa concepção, este trabalho propõe o uso dos materiais manipuláveis no ensino de Geometria Espacial de forma criativa, prática e cognitiva na aprendizagem, para uma melhor visualização e compreensão do conteúdo. Pretende-se observar quais contribuições que o uso de materiais manipuláveis pode trazer no ensino de Geometria Espacial.

Assim, este estudo tem como principal objetivo analisar as contribuições no uso dos materiais manipuláveis dos sólidos geométricos no ensino de Geometria Espacial. No uso destes materiais, pretende-se:

- desenvolver uma oficina utilizando materiais manipuláveis;
- identificar o desempenho e o interesse dos alunos na oficina com o uso dos sólidos geométricos;
- mostrar a influência da utilização dos materiais didáticos no ensino de Geometria Espacial; e
- observar as contribuições do uso do material manipulável em sala de aula.

As dificuldades encontradas no ensino de Geometria espacial vêm sendo abordadas em várias pesquisas científicas no âmbito da aprendizagem. Salin (2013) relata a importância da resolução de problemas para o ensino da Geometria espacial, e seu propósito é oferecer aos alunos maneiras diferentes para trabalhar com a resolução de problemas, a fim de melhorar as dificuldades encontradas.

A Geometria no ensino médio, apresentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN –, aborda e afirma que a Geometria é de suma importância para o desenvolvimento dos alunos em todas as áreas de estudo. A partir da análise deste núcleo de pensamento, constata-se, de acordo com BRASIL (2000, p.96), que a Geometria vem para “identificar, representar e utilizar o conhecimento geométrico para o aperfeiçoamento da leitura, da compreensão e da ação sobre a realidade”.

Outro detalhe importante relativo à Geometria, e que é bem ressaltado por BRASIL (2006, p.75), é que “o estudo da *Geometria* deve possibilitar aos alunos o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas práticos do cotidiano”, ou seja, o aluno terá eficiência em reconhecer o espaço onde vive. Tais espaços, como: “ler

mapas, estimar e comparar distâncias percorridas, reconhecer propriedades de formas geométricas básicas, saber usar diferentes unidades de medida”. Portanto, a Geometria é um conteúdo muito importante no ensino médio.

Para melhorar o ensino de Geometria, muitas vezes é necessário buscar novos métodos que estimulem os alunos a estudar. Um dos recursos didáticos para serem trabalhados em sala de aula é o manuseio de material manipulável. Os PCN’s recomendam que é importante o uso de recurso didático para o ensino de geometria. Brasil (1998) destaca que o domínio em manusear um objeto é de suma importância para o desenvolvimento do raciocínio do aluno, e esse é um dos objetivos do próprio PNC’s.

No ensino da Matemática, o uso de materiais manipuláveis é uma ferramenta importante para auxiliar na aprendizagem e no prosseguimento do raciocínio lógico dos alunos. Nesse âmbito, os autores Lima, Moura e Costa (2012, p.2) acreditam que os materiais manipuláveis para o ensino de Matemática constituem “um importante auxílio na compreensão dos conteúdos e conceitos matemáticos nos seus diversos níveis, potencializando as atividades propostas a partir de sua utilização”. Porém, esse material pode apresentar desvantagens e vantagens no ensino, mas cabe ao professor decidir onde e quando utilizá-lo.

Lorenzato (2009, p.27) conclui que o uso dos materiais manipuláveis em uma aula trará benefícios à formação dos alunos, “as observações e reflexões deles serão mais profícuas”. Assim, cada aluno terá seu ritmo de aprender e realizar novas descobertas, e também facilitará a memorização dos conteúdos sobre a Geometria espacial. Portanto, uso de materiais manipuláveis no ensino de Geometria espacial é de grande importância para a aprendizagem e compreensão do aluno.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa tem uma abordagem quanti-qualitativa. Segundo Gil (1991), uma pesquisa com o caráter quantitativo se refere a tudo o que é quantificável, ou seja, interpretar em números, opiniões e dados para relacioná-las e analisá-las. Propõe a utilização de recursos e de ferramentas estatísticas. E a pesquisa qualitativa, de acordo com Gil (1991), é uma ligação entre o mundo real e o sujeito, onde há um elo entre eles

que não são contáveis, ou seja, seus dados não requerem de técnicas estatísticas. A coleta de dados é a principal fonte natural para o instrumento do pesquisador.

Neste sentido, esta pesquisa verificou as contribuições do uso de materiais manipuláveis. Foi aplicado um questionário diagnóstico, com o objetivo de observar as pré-concepções dos alunos sobre o estudo da matemática, especialmente sobre materiais manipuláveis e a aptidão do aluno com os sólidos geométricos e o acesso aos mesmos, além do interesse na disciplina e facilidade no estudo de Geometria espacial.

Posteriormente, foi desenvolvida uma oficina, onde os alunos desenvolveram atividades usando os sólidos geométricos: Prismas e Pirâmides como ferramenta para melhorar a visualização.

Para finalizar, foi aplicado um questionário avaliativo, com o intuito de avaliar o uso dos sólidos geométricos, classificando sua eficácia no ensino de Geometria espacial.

Este estudo tem uma característica exploratória. Será aplicada uma pequena amostra de sólidos geométricos, em uma oficina sobre materiais didáticos no ensino de geometria espacial. Após, será analisada a importância do uso de materiais didáticos no ensino-aprendizagem. De acordo com Gil (2002), todas as pesquisas deste caráter têm como objetivo ocasionar maior familiaridade com o problema, e assim torná-lo mais claro nas hipóteses. As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial o aprimoramento de ideias e também a descoberta de intuições.

Os procedimentos técnicos desta pesquisa foram de uma pesquisa ação, na qual se buscou caracterizar o instrumento de coleta de dados a serem usados, e teve participação do observador e dos integrantes da pesquisa.

A pesquisa ação é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la. [...] realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação, a pesquisa ação propõe ao conjunto de sujeitos envolvendo mudanças que levam a um aprimoramento das práticas analisadas. (SEVERINO 2007, p. 304)

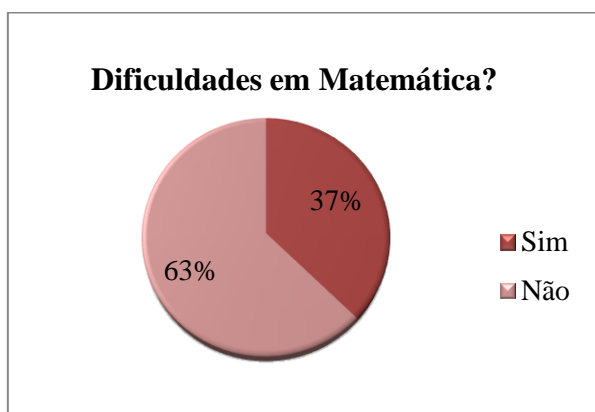
Esta pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Salinas, no Ensino Médio, nas aulas de Matemática do 2º ano.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

No questionário diagnóstico o objetivo principal foi verificar a afinidade dos alunos com Materiais Manipuláveis, mais especificamente com os sólidos geométricos, e obter informações sobre o perfil da turma. Constatou-se a participação de 59 alunos dos 60 matriculados, com 29 alunos da Informática A, e 30 alunos da Informática B. Suas idades variam de 15 a 18 anos.

O Gráfico 1 mostra o resultado da segunda pergunta, referente às porcentagens dos alunos que possuem dificuldades em Matemática, e os que não possuem.

**Gráfico 1- Dificuldade em Matemática**



**Fonte: Questionário Diagnóstico**

Percebe-se que a grande maioria apresentam dificuldades em Matemática. Segundo Brasil (1998, p.95), “[...] os professores constatam que uma das maiores dificuldades dos alunos está em relacionar a situação-problema com a operação que permite obter a resposta”. Sendo assim, sempre haverá indícios de dificuldades em Matemática.

Na sequência, percebe-se que a grande maioria dos alunos, 73%, não tem dificuldade em visualizar as figuras geométricas.

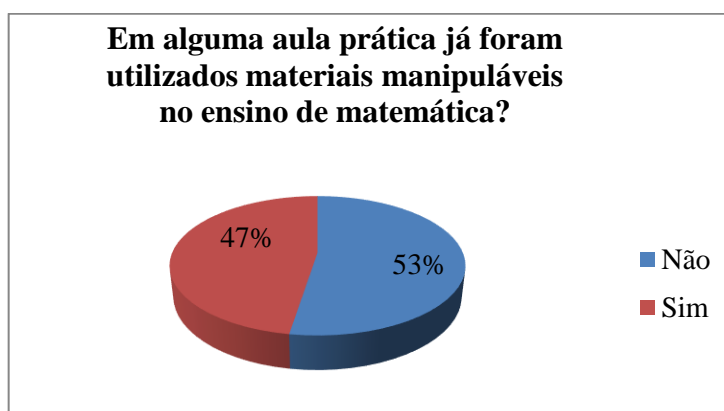
Na quarta pergunta, foi questionado se os alunos conhecem materiais manipuláveis e sua importância em usá-los no ensino de Geometria. Ao responderem a esse questionamento, percebe-se que os alunos não conhecem os materiais manipuláveis e consideram sua importância no aprendizado da Geometria. De acordo com Lorenzato (2009), a ausência do uso dos materiais manipuláveis é consequência da política educacional, pois são poucas as instituições que incentivam o uso ou têm esses



materiais na escola. E estes são instrumentos úteis no processo de ensino-aprendizagem e são uma alternativa metodológica.

Na sequência, é questionado se já foram utilizados os materiais manipuláveis nas aulas de Matemática. Percebe-se que nas aulas práticas de Matemática são pouco utilizados os materiais manipuláveis, e os alunos sentem falta de novos métodos, como se mostra no Gráfico 2.

**Gráfico 2- O uso de materiais manipuláveis nas aulas de matemática**



Fonte: Questionário Diagnóstico

Nas perguntas 4 e 5, mostra-se um controvérsia: 75% dos alunos disseram que conheciam os materiais manipuláveis, e 53 % relataram que não, nunca foi utilizado material manipulável nas aulas de Matemática. Logo, percebe-se que, mesmo não sendo apresentado a eles na aula, consideram-no [o material manipulável] importante.

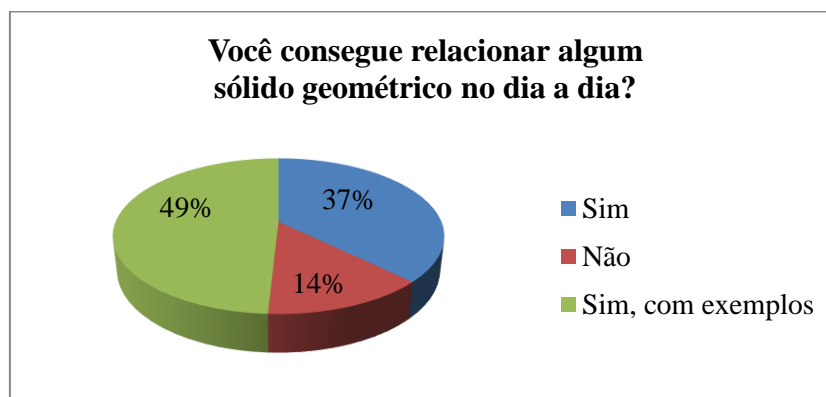
Na questão 6, foi questionado se os alunos conseguem visualizar e compreender as propriedades dos sólidos Prisma e Pirâmide, e se são capazes de compreender somente com as aulas tradicionais. A grande maioria tem dificuldades na visualização e compreensão dos mesmos, com as aulas tradicionais.

Na sequência, verificou-se que a maioria dos alunos que possuem dificuldades em compreender materiais manipuláveis: sólidos geométricos.

Na questão 8, foi indagado se os alunos conseguem identificar os sólidos geométricos prisma e pirâmide, e 88% responderam que conseguem e a minoria, 12%, não.

Por fim, foi questionado sobre a contextualização da geometria no dia-a-dia dos alunos e no Gráfico 3, está relatado as porcentagens dos que conseguem contextualizar a geometria.

**Gráfico 3 – Consegue relacionar algum sólido geométrico no dia-a-dia?**



**Fonte: Questionário Diagnóstico**

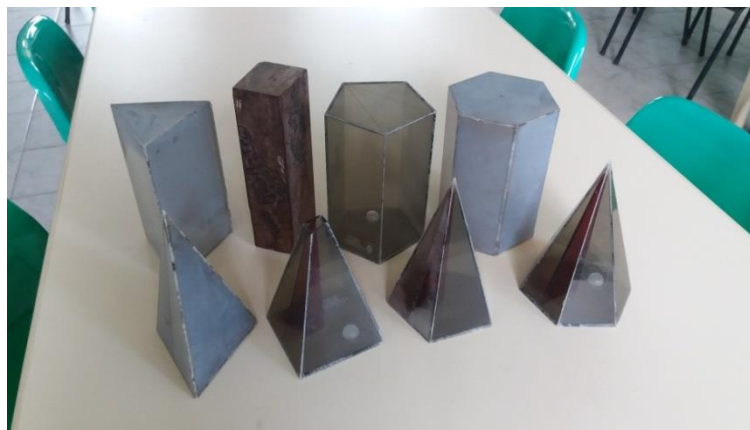
Neste questionário, percebe-se que 50% dos alunos conhecem e já utilizaram os materiais manipuláveis, mais especificamente os sólidos geométricos, e os outros que não têm afinidade com os sólidos, ou seja, não conhecem ou nunca utilizaram nas aulas de Matemática, mas consideram importante o uso dos materiais manipuláveis no ensino de geometria espacial e na Matemática em si, pois [o uso] auxilia na compreensão e visualização dos mesmos.

A oficina foi realizada nas duas turmas, com 49 alunos, ambas desenvolvidas em momentos diferentes.

Primeiramente, foi informado aos alunos que eles iriam participar de uma oficina utilizando materiais manipuláveis, para resolver as atividades com os sólidos geométricos. Segundo Lorenzato (2009, p. 29), “o uso do MD planejado para atingir um determinado objetivo, frequentemente, possibilita ao aluno a realização de observações, constatações, descobertas [...]”. O objetivo desta atividade era que os alunos observassem os sólidos e encontrassem o número de faces, arestas, vértices, e calculassem área e o volume.

Após a informação, foi solicitado que os alunos se dividissem em oito grupos. Em seguida, foram distribuídos os sólidos geométricos (Figura 1), sendo quatro Prismas com bases (triangular, quadrangular, pentagonal e hexagonal) e quatro Pirâmides de bases (triangular, quadrangular, pentagonal e hexagonal).

**Figura 1 – Sólidos Geométricos Prismas e Pirâmides**



**Fonte: Foto tirada no LEM do IFNMG-Salinas (2018)**

A atividade 1 possui duas questões. Na primeira, foi proposto aos grupos que eles observassem e manipulassem os Prismas, para determinar o número de faces, arestas e vértices, sendo que cada grupo estava com Prismas de bases diferentes. De acordo com Lorenzato (2009, p. 27), [...], “as observações e reflexões deles serão mais profícuas”. Ou seja, através da observação, o aluno irá memorizar mais facilmente.

Enquanto quatro grupos estavam com Prismas, os outros quatro manipulavam as Pirâmides, da atividade 2, com o mesmo objetivo da primeira questão da atividade 1, ou seja, os alunos iriam encontrar o número de faces, arestas e vértices, das Pirâmides com bases diferentes.

Foi observado que os grupos discutiam, movimentavam os sólidos, contavam e apontavam com os dedos os números de faces, arestas e vértices, e resolviam a questão 1. Nesta, todos os grupos participaram e acertaram a quantidade de faces, arestas e vértices, tanto do Prisma como da Pirâmide.

A questão 2 da atividade 1 pedia que os alunos observassem o Prisma e calculassem a área da superfície e o volume, na questão já se informava que o lado da base media 5 cm e a altura 15 cm. Nesta questão, eles calcularam, ou seja, utilizaram as fórmulas necessárias para calcular a área e o volume, somente com seus conhecimentos, sendo que o professor da turma, nas últimas aulas, havia explicado o conteúdo sobre o Prisma e a Pirâmide.

A questão 2 da atividade 2 refere-se à Pirâmide, também pedindo aos grupos que observassem a Pirâmide e calculassem a área da superfície e o volume, sabendo que o lado da base mede 3 cm, a altura 9 cm e a apótema da base 1,5cm. Neste, acrescentou-se

a apótema, sendo que para calcular a área é necessário utilizar a apótema da base e da face.

Nesta questão, foi observado que alguns alunos apresentavam dificuldades. Segundo Lorenzato (2009), essas dificuldades podem estar ligadas à não utilização de materiais e por não conhecê-los. Assim, foi necessário pedir a eles para observar a Pirâmide, perguntando a eles sobre os lados da pirâmide: são semelhantes a quê? Eles respondiam: a um triângulo. Assim, aconselhava-se que calculassem a área de um triângulo, depois multiplicassem pelos lados; assim, eles encontrariam a área lateral. Para encontrar a base, também dei a mesma orientação.

Diante dos cálculos que os grupos fizeram para encontrar as áreas e volumes dos Prismas e das Pirâmides, 80% dos grupos encontram corretamente as áreas e volumes, os outros 20% não erraram totalmente, apenas não chegaram aos resultados adequados.

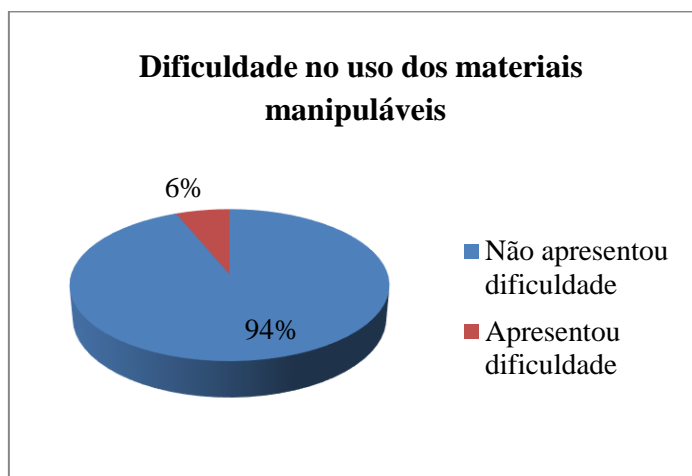
Quando os grupos terminavam de resolver a atividade 1, eles passavam a responder a atividade 2 e assim sucessivamente. Sendo assim, todos os grupos participaram das atividades 1 e 2 e interagindo entre si.

De acordo com Nacarato (2005, p. 10), é importante que os professores utilizem materiais no ensino de geometria, tais como “conjunto de sólidos geométricos”; ele considera também os materiais manipuláveis “fundamentais em todas as séries e níveis de ensino, uma vez que podem contribuir para o desenvolvimento da visualização. Estudos na área da Geometria apontam a importância dos processos de visualização”.

Nesta oficina foi possível analisar e perceber a importância de se utilizar os sólidos geométricos. Percebe-se que os alunos são capazes de utilizar materiais manipuláveis, os sólidos geométricos, para encontrar o número de faces, arestas, vértices, e calcular a área e o volume do Prisma e da Pirâmide, possibilitando-lhes uma melhor visualização para a resolução dessas questões.

O questionário avaliativo foi aplicado após a realização da oficina, para avaliar o interesse na utilização dos sólidos geométricos e se oferece suporte no aprendizado de geometria espacial. No primeiro questionamento, somente três alunos tiveram dificuldades no manuseio dos sólidos geométricos, como mostra Gráfico 4. Segundo Lorenzato (2009, p. 25-26), “a manipulação propriamente dita MD pelos alunos, convém lembrar que, num primeiro momento, o MD pode gerar alguma estranheza ou dificuldade”, portanto, essa dificuldade encontrada por esses alunos é por ser uma novidade para eles.

**Gráfico 4 - Apresenta alguma dificuldade no uso dos materiais manipuláveis?**



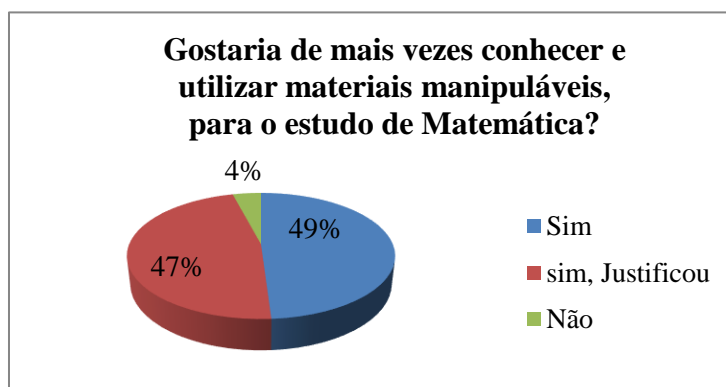
Fonte: Questionário Avaliativo

Diante das questões 2 e 3 do questionário diagnóstico, todos os alunos consideram que o uso de materiais manipuláveis contribuiu para aprendizagem da geometria, e também o uso dos sólidos geométricos ajudou na visualização da geometria espacial. Segundo Turrioni, Perez (2009, p.61),

O material concreto exerce um papel importante na aprendizagem. Facilita a observação e a análise, desenvolve o raciocínio lógico, crítico e científico, é fundamental para o ensino experimental e é excelente para auxiliar o aluno na construção de seus conhecimentos.

Na última questão, foi perguntado aos alunos se gostariam de mais vezes conhecer e utilizar materiais manipuláveis, para o ensino de Matemática. 47 alunos disseram sim, como se mostra no Gráfico 5.

**Gráfico 5 - Alunos que gostariam de conhecer e utilizar mais vezes os materiais manipuláveis no ensino de Matemática.**



**Fonte: Questionário Avaliativo**

Diante das respostas dos alunos, percebe-se o interesse que eles têm em utilizar materiais no ensino de Matemática. De acordo com Passos (2009, p.78),

Os recursos didáticos nas aulas de Matemática envolvem uma diversidade de elementos utilizados principalmente como suporte experimental na organização do processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, considero que esses materiais devem servir como mediadores para facilitar a relação professor/aluno/conhecimento no momento em que um saber está sendo construído.

Neste questionário, observou-se que os alunos consideram importante utilizar uma metodologia diversificada. Também foi possível perceber que os usos dos materiais manipuláveis oferecem um suporte no aprendizado de geometria espacial. Os alunos relataram que gostariam de continuar utilizando materiais manipuláveis no ensino da Matemática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições no uso dos materiais manipuláveis, os sólidos geométricos, no ensino de Geometria Espacial.

Em relação aos objetivos específicos, são eles: Desenvolver uma oficina utilizando materiais manipuláveis; identificar o desempenho e o interesse dos alunos na oficina com o uso dos sólidos geométricos; mostrar a influência da utilização dos materiais didáticos no ensino de Geometria Espacial; e observar as contribuições do uso do material manipulável em sala de aula. Diante dos objetivos, foi observado o interesse dos alunos na oficina com o uso dos sólidos geométricos, as influências e contribuições do uso dos materiais didáticos no ensino de Geometria Espacial.

O questionário diagnóstico aplicado nas duas turmas do 2º ano do Ensino Médio do curso Técnico em Informática, possibilitou perceber que 60% dos alunos não possuem dificuldades em Matemática, 25% têm dificuldades em visualizar e compreender figuras geométricas, 53% nunca utilizaram materiais manipuláveis nas

aulas de Matemática, e 60% disseram que sua aprendizagem é regular sobre os sólidos geométricos.

Nas atividades com os sólidos geométricos (oficina didática desenvolvida nas duas turmas), utilizando materiais manipuláveis, ou seja, os sólidos geométricos: Prismas e Pirâmides de bases triangular, quadrangular, pentagonal e heptagonal. Segundo Vale (2002), os materiais manipuláveis são um auxílio importante para a aprendizagem em qualquer das etapas. E também possibilitou afirmar que os alunos que veem e manipulam vários tipos de objetos têm ideias intelectuais distintas e representam princípios abstratos. Percebe-se que os alunos manipularam, observaram os MD e, sendo assim, este MD proporcionou uma melhor visualização e compreensão sobre os sólidos geométricos.

Já no questionário avaliativo, 94% não demonstraram dificuldades no uso dos sólidos geométricos, 96% gostaram de utilizar os Prismas e Pirâmides para resolver as atividades e também acham importante o uso deles e gostariam de utilizar mais vezes materiais manipuláveis nas aulas de Matemática.

Acreditamos que o objetivo geral e os específicos foram atingidos, pois desenvolvemos uma oficina com o uso dos materiais manipuláveis e nos resultados foi possível perceber o desempenho e o interesse dos alunos na oficina com o uso dos sólidos geométricos. Diante disso, foi observado que os materiais manipuláveis, no ensino de Geometria, têm grande influência e contribuem significativamente.

Portanto, o uso de materiais manipuláveis no ensino de Geometria Espacial contribui de forma significativa, proporcionando uma melhor visualização, e será uma ferramenta que auxilia na aprendizagem.

## **REFERÊNCIAS**

BECKER, Marcelo. **Uma alternativa para o ensino de Geometria: Visualização Geométrica e representações de sólidos no plano**. Dissertação. Porto Alegre - RS. 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17161/000712216.pdf?sequence=1>> Acesso em: 18. Out.2017.

BOYER, Carl B. **História da Matemática**. -ver.por Uta C. Merzabach; trad. de Elza F.Gomide, 3 ed. BlucherLtda, São Paulo, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Matemática**. Brasília, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais. PCN+ Ensino Médio**. Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC, SEMTEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Elon Lages. **Medida e Forma em Geometria: comprimento, área, volume e semelhança**. Editora: SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 4º ed. Rio de Janeiro, 2009.

LIMA I. N.; MOURA M. J. N. A; COSTA M. L. C. **Materiais Didáticos Manipuláveis: Investigações Sobre Seu Uso Nas Aulas De Matemática**. 2012. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_M D1\\_SA8\\_ID8213\\_15082016164626.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_M D1_SA8_ID8213_15082016164626.pdf)>. Acesso em: 05. Mai.2018.

LORENZATO, Sérgio. **O Laboratório de Ensino de Matemática na Formação de Professores**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

LORENZATO, Sérgio. Laboratório de ensino de matemática e materiais didáticos manipuláveis. In: LORENZATO, Sérgio (org.). **O Laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. Campinas: Autores associados, 2009.

LORENZATO, Sérgio. **Por que não ensinar geometria?** A Educação matemática em Revista-Geometria, Blumenau, SC: SBEM – Sociedade Brasileira de Educação Matemática, ano III, p.3-13, 1º sem.1995.

NACARATO, Adair Mendes. **Eu Trabalho primeiro no concreto**. Revista de Educação Matemática. Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Ano 9, n.9-10, (2004-2005), p.1-6. Disponível em: <<https://pactuando.files.wordpress.com/2014/08/eu-trabalho-primeiro-no-concreto.pdf>> Acesso em: 18. Set. 2017.

PASSOS, Carmem Lucia Brancaglioni. Materiais manipuláveis como recursos didáticos na formação de professores de matemática. In: LORENZATO, Sérgio (org.). **O Laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. Campinas: Autores associados, 2009.



SALIN, Eliana Bevilacqua. **Geometria Espacial: A aprendizagem através da construção de sólidos geométricos e da resolução de problemas**. Florianópolis-SC, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1981-1322.2013v8n2p261>> Acesso em: 24 set.2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TURRIONI, Ana Maria Silveira; PEREZ, Geraldo. Implementando um laboratório de educação matemática. In: LORENZATO, Sérgio (org.). **O Laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. Campinas: Autores associados, 2009.

VALE, Isabel. **Materiais Manipuláveis**. Viana do Castelo, 2002. Disponível em: <[http://www.academia.edu/download/33146967/materiais\\_manipulaveis.pdf](http://www.academia.edu/download/33146967/materiais_manipulaveis.pdf)> Acesso em: 20 set.2017.

## **ESTATUTO DO IDOSO: A REFORMA DA LEI 10.741**

**Marisa Maria Ribeiro Irineu, Ana Pillar Moreira Moura, Antônio Emanuel Viana Gomes, Wictor Antônio Carvalho Pereira**

**RESUMO:** A presente pesquisa traz os seguintes objetivos: analisar os impactos que ocorreram na Previdência Social e no Estatuto do Idoso; a necessidade de se aprofundar no assunto das reformas da Previdência Social culminou a formulação dos seguintes objetivos específicos: compreender a história dos direitos do idoso no Brasil, apresentar a taxa de envelhecimento da população brasileira e analisar as reformas evidenciadas na lei 10.741. A pesquisa está organizada em três seções. A primeira abordará os direitos do idoso no Brasil. A segunda seção apresentará a taxa de envelhecimento da população brasileira. Já a terceira seção será analisada as novas reformas evidenciadas da previdência quanto ao estatuto do idoso. A relevância do estudo é visibilizar os efeitos causados na reformulação das normas do Estatuto do Idoso, destacando que o cidadão terá que trabalhar mais para chegar a se aposentar, e aumentando o tempo de contribuição, visto que, esse fenômeno vai prejudicar os mais pobres, pois as populações ainda jovens que serão os idosos no futuro só chegaram se a ter direito ao benefício a partir dos oitenta anos. O Estatuto do Idoso foi um marco importante na política pública brasileira como instrumento legal posto que antes de ser sancionado, no ano de 2003, a legislação referente aos idosos era fragmentada.

**Palavras-chave:** Lei 10.741. Reforma Do Estatuto Do Idoso. Previdência Social

## **1. INTRODUÇÃO**

A Previdência Social é um direito social, previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988, entre os Direitos e Garantias Fundamentais, tem como finalidade a seguridade social visando trazer equilíbrio na sociedade. Entretanto houve uma reformulação na Previdência Social e também na lei 10.741/2003 que foi alterada nos artigos, 3º, 15 e 71 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências para a lei 13.466/2017. De acordo com presidente Michel Temer, a reforma seria necessária devido aos problemas enfrentados no Brasil. As mudanças ocorridas nas normas vigentes foram cabidas com a aprovação da PEC 287/2016 proposta pelo Governo Federal, incluindo a reforma previdenciária no Estatuto do Idoso. Os impactos que sucederam na reforma, foi na alteração, a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição, a elevação da idade mínima de aposentadoria para 65 anos e do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos. O art. 1º da Lei 10.741 disciplina in verbis “Art. 1º Esta Lei altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, a fim de estabelecer a prioridade especial das pessoas maiores de oitenta anos”. (BRASIL, 2003).

A presente pesquisa traz os seguintes objetivos: analisar os impactos que ocorreram na Previdência Social e no Estatuto do Idoso; a necessidade de se aprofundar no assunto das reformas da Previdência Social culminou a formulação dos seguintes objetivos específicos: compreender a história dos direitos do idoso no Brasil, apresentar a taxa de envelhecimento da população brasileira e analisar as reformas evidenciadas na lei 10.741.

A relevância do estudo é visibilizar os efeitos causados na reformulação das normas do Estatuto do Idoso, destacando que o cidadão terá que trabalhar mais para chegar a se aposentar, e aumentando o tempo de contribuição, visto que, esse fenômeno vai prejudicar os mais pobres, pois as populações ainda jovens que serão os idosos no futuro só chegaram se a ter direito ao benefício a partir dos oitenta anos.

A elaboração desse artigo foi embasado como cunho descritivo, livros bibliográficos, contemplando uma abordagem qualitativa, para a construção e análise do presente trabalho foram selecionados artigos científicos, periódicos, leis, dissertações de mestrado, dentre outros instrumentos que abordassem a temática do envelhecimento, do Estatuto do Idoso, material encontrado em revistas científicas, bibliotecas e internet, em sites como Scielo.

A presente está organizada em três secções. A primeira abordará os direitos do idoso no Brasil. A segunda secção apresentará a taxa de envelhecimento da população brasileira. Já a terceira secção será analisada as novas reformas evidenciadas da previdência quanto ao estatuto do idoso.

## **2. OS DIREITOS DO IDOSO NO BRASIL**

Os direitos dos idosos no Brasil, estão reunidos no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741), aprovado em 2003, após quase uma década de tramitação no Congresso Nacional. O Estatuto, que regula os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, reúne 118 artigos. Em linhas gerais, ele estabelece a obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público em assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Os principais pontos do Estatuto do Idoso Brasileiro, historicamente garante, os seguintes direitos:

**TRANSPORTE** – Nos veículos de transporte coletivo, serão reservados 10% dos assentos para idosos, assim como é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados.

**EDUCAÇÃO E CULTURA** – O idoso tem direito a 50% de desconto nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer. O estatuto estabelece que os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, com objetivo de assegurar a transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais. Nesse sentido, o documento também determina que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal sejam inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

**TRABALHO NA TERCEIRA IDADE** – É proibida a discriminação e a fixação de limite máximo de idade na contratação de empregados, sendo passível de punição quem o fizer, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada. O estatuto determina que o Poder Público criará e estimulará

programas de profissionalização especializada para idosos, preparação dos trabalhadores para aposentaria e o estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

**VIOLÊNCIA** – O Estatuto do Idoso determina também que nenhum idoso poderá ser objeto de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. A lei considera como violência praticada contra idosos qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico. A discriminação de uma pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade resulta em pena de reclusão de seis meses a um ano e multa.

**ABANDONO** – Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, conforme o artigo 98 do Estatuto do Idoso, gera pena de detenção de seis meses a três anos e multa. Pena de detenção de dois meses a um ano e multa para quem expuser a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes. Fica sujeito à mesma pena quem privar o idoso de alimentos e cuidados indispensáveis, ou quando sujeitá-lo a trabalho excessivo ou inadequado. A pena pode ser aumentada de um a quatro anos se houver lesão corporal de natureza grave, e reclusão de quatro a doze anos se o fato resultou em morte.

**PENSÃO ALIMENTÍCIA** – Os idosos que, a partir de 60 anos, não têm condições de se sustentar nem contam com auxílio de parentes próximos têm direito a pensão alimentícia. O benefício funciona nos mesmos moldes que a pensão paga pelos pais aos filhos. O artigo 12 do Estatuto do Idoso determina que a obrigação alimentar é solidária, ou seja, apesar de todos os filhos terem a obrigação, a ação pode ser promovida somente contra um deles que tenha melhor condição financeira. Caso a pensão alimentícia já esteja fixada judicialmente ou por acordo, o idoso pode ingressar com ação de execução de pensão alimentícia contra o devedor. A medida pode resultar na prisão do parente inadimplente, caso não pague os atrasados.

Caso os filhos não tenham condições financeiras de pagar o benefício, o idoso pode pleitear o benefício assistencial oferecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). De acordo com informações do Governo Federal, disponibilizadas no Portal Brasil, para solicitar o Benefício Assistencial ao Idoso é preciso agendar o atendimento

por meio da Central de Atendimento 135. O valor do benefício corresponde à garantia de um salário mínimo, na forma de benefício assistencial de prestação continuada mensal, devido à pessoa idosa com 65 anos ou mais que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção e também não possa ser provida por sua família.

### **3 . A TAXA DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**

O Brasil está em verdadeiro processo de envelhecimento, tendo já atravessado as etapas iniciais do processo de transição epidemiológica e mesmo (no caso de algumas áreas localizadas de regiões metropolitanas mais desenvolvidas) atingido seu estágio final. Até a década de 50 ou mesmo 60, as características demográficas do país indicavam uma população bastante jovem, com altas taxas de fertilidade e taxas de mortalidade que apenas começavam a diminuir. A partir de então, teve início um processo de redução das taxas de fertilidade que, nos últimos anos, vem se acelerando. Para o País, como um todo, as taxas de fertilidade diminuíram em cerca de 30%, entre 1970 e 1980, diminuição esta, que se verificou em todas as regiões do Brasil, tanto nas zonas urbanas como nas rurais. Dados mais recentes, para algumas áreas do país, mostram que a redução das taxas de fertilidade, provavelmente, se acentuou deste então; a taxa de fecundidade total para o Estado de São Paulo, em 1980, era de 3.4 (número médio de filhos, por mulher em idade reprodutiva) passando a 2.6 em 1985, ou seja, uma diminuição de 20%, em apenas 5 anos.

Paralelamente, tem havido uma diminuição nas taxas brutas de mortalidade para o País, como um todo, desde o início deste século, particularmente, a partir da década de 40. Como consequência, a expectativa de vida, ao nascer que era de apenas 33.7 anos em 1900 — havia alcançado 43.2 anos em 1950, 55.0 em 1960, 57.1 em 1970 e 63.5 anos em 1980. As estimativas indicam que, atualmente, ela deve ser da ordem de 66 anos, devendo alcançar 68.6 anos no ano 2000 e ultrapassar 72 no ano de 2020.

Este processo de rápido envelhecimento populacional não é, naturalmente, uma característica única do Brasil, sendo compartilhado, de modo mais ou menos acentuado, por diversos outros países em desenvolvimento. Desta maneira, o envelhecimento populacional, que caracteriza, hoje, as populações dos países industrializados, passará, em futuro breve, a ser uma característica também nossa. Na verdade, já hoje, a maioria das pessoas idosas vive em países não-desenvolvidos e dentro de poucos anos, na passagem do século, mais de três quartos daqueles, com mais de 60 anos, serão habitantes do Terceiro Mundo.

O envelhecimento da população brasileira é um fato irreversível, e que deverá se acentuar, no futuro próximo imediato. O impacto desta nova "ordem demográfica" é imenso — sobretudo, quando se observa que os fatores associados ao subdesenvolvimento continuarão se manifestando por um tempo difícil de ser definido. Não estamos, portanto, diante de uma situação como a europeia quando o envelhecimento de suas populações ocorreu, a maioria dos países europeus já apresentava níveis sócio-econômicos que proporcionavam, a grande parte de suas populações, condições de vida satisfatórias. Com isso, os problemas consequentes ao envelhecimento populacional puderam ser encarados como prioritários. Nem por isso tem sido fácil resolvê-los. O desafio para nós é, portanto, considerável. O envelhecimento de nossa população está se processando em meio a condições de vida, para parcelas imensas da população, ainda muito desfavoráveis. O idoso não é uma prioridade, como pode ser visto nos países industrializados. No entanto, eles estão aí para ficar e em proporções crescentes, passando de 6% da população, em 1980, para mais de 13% previstos para o início do Século XXI.

#### **4 AS NOVAS REFORMAS EVIDENCIADAS DA PREVIDÊNCIA QUANTO AO ESTATUTO DO IDOSO**

A ampla reforma da Previdência Social brasileira, proposta pelo Governo Federal em dezembro do ano passado e inscrita na PEC 287/20161 traz, entre vários elementos, a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição, a elevação da idade mínima de aposentadoria para 65 anos e do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos. Esta nota técnica investiga a possibilidade de as regras proposta na PEC 287 virem a ampliar a parcela da população idosa excluída da proteção previdenciária. Essa possível exclusão decorre da forma de cobertura do sistema previdenciário brasileiro, cuja exigência contributiva coloca como fatores chave a duração e a qualidade dos vínculos de emprego estabelecidos ao longo da vida ativa dos trabalhadores. O requisito de tempo de contribuição mínimo torna decisivo para o trabalhador a permanência em emprego com carteira assinada ou protegida por regime previdenciário, inclusive na fase mais avançada da vida laboral. No entanto, as condições do mercado de trabalho brasileiro, estruturalmente flexível, são amplamente desfavoráveis a acumulação de um número muito elevado de contribuições mensais. Essas condições se tornam mais desfavoráveis na juventude e na fase madura da vida, a partir dos 50 anos de idade, quando a capacidade

contributiva individual cai significativamente, em decorrência das maiores dificuldades de manutenção de vínculos de empregos regulados e protegidos. Por esse motivo inclusive, já se observa atualmente elevado contingente de brasileiros desprotegidos tanto pela legislação trabalhista quanto pelo sistema previdenciário. Portanto, a desproteção social na velhice pode ser ampliada a partir de maiores carências contributivas para homens e mulheres. Esta nota técnica, apresenta duas seções ,na primeira, são apresentados os traços estruturais do mercado de trabalho brasileiro, ao mesmo tempo em que se argumenta que a dinâmica de funcionamento deste mercado cria grandes obstáculos para que os trabalhadores atinjam longos períodos de contribuições previdenciárias, conforme se pretende requerer a partir da PEC 287/2016. Em seguida, na seção 2, será demonstrado que as dificuldades do mercado de trabalho se tornam ainda maiores a medida que o trabalhador avança a fase madura da vida, ou seja, 50 anos de idade.

### **Cálculo da aposentadoria**

Tempo de contribuição	Regime geral (iniciativa privada)	Servidor público
15 anos	60% da média salarial	Não aposenta
20 anos	65% da média salarial	Não aposenta
25 anos	70% da média salarial	70% da média
30 anos	77,5% da média salarial	77,5% da média
35 anos	87,5% da média salarial	87,5% da média
40 anos	100% da média salarial	100% da média

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Estatuto do Idoso foi um marco importante na política pública brasileira como instrumento legal posto que antes de ser sancionado, no ano de 2003, a legislação referente aos idosos era fragmentada. Dessa forma, o papel do Estatuto do Idoso foi de grande relevância, pois aglutinou políticas existentes e incorporou novos elementos, de forma igualitária e personalizada. Durante muito tempo, os idosos ficaram desamparados pelos governos e pela sociedade, e, muitas vezes, estiveram entregues à própria sorte.



O crescimento dos idosos em nível mundial fez com que governos iniciassem, ainda que timidamente, políticas públicas em favor dessa população. Com essas iniciativas, o idoso está sendo trazido para a cena social, exigindo atenção e cuidados anteriormente inexistentes, acabando por receber um reconhecimento simbólico referente ao lugar social e cultural que não lhes tem sido atribuído.

O prolongamento da vida apresenta-se como uma grande conquista para a humanidade. O envelhecimento da população do Brasil deve se acelerar, aponta IBGE. Na prática, os dados do instituto mostram que, se continuar a crescer da forma que avançou até 2015, a população de idosos no Brasil dobraria em ritmo bem mais rápido do que a fatia de idosos dentro da população mundial. Portanto, esse Estatuto tem um papel fundamental para a sociedade, visto que determina inúmeros benefícios e garantias à terceira idade, além de instituir penas severas para quem desrespeitar ou abandonar cidadãos idosos, sejam masculinos ou femininos.

Percebe-se que houve avanços na trajetória das políticas públicas para os idosos, pois, a partir de legislações foram implementados direitos, acessos exclusivos e preferenciais em repartições públicas e privadas diversas, bem como a implantação de políticas compensatórias. É fato que sempre há necessidade de se buscar mais para atender as demandas atuais, uma vez que a sociedade está em constante movimento e o direito deve se adequar a ela. O caminho a percorrer ainda é longo, pois, em alguns casos, a aplicação da lei é diferente da realidade. Tem-se como exemplo o artigo 15 do Estatuto do Idoso, o qual proíbe a cobrança de valores diferenciados pelos planos de saúde em razão da idade. Mas essa lei não é respeitada, e os planos de saúde cobram valores abusivos em razão da idade elevada dos clientes.

Ainda que essas políticas compensatórias estejam cada vez mais proliferando na sociedade brasileira, ainda se torna necessária a sensibilização da população e do poder político para o problema da velhice que hoje está subordinado a outros problemas sociais e que, de certa forma, a poucos interessa.

Por fim, cabe a toda a sociedade o dever de fiscalizar as leis e as normas vigentes, podendo sugerir mudanças na legislação existente ou propor a criação de novas leis quando necessário; atentando para questões mais graves que devem ser denunciadas aos órgãos competentes.

**REFERÊNCIAS**

ERMINDA, J. G. **Processo de envelhecimento**. In: COSTA, M. A. M. et al. (Org.). O idoso: problemas e realidade. Coimbra: Formasau, 1999. p. 45-59

BRASIL. **Estatuto do Idoso**: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2003.

FORTES, Simone B. **Previdência Social no Estado Democrático de Direito: Uma visão à luz da Teoria da Justiça**. São Paulo, LTR, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Do Contrato Social**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SANTOS, G. A.; VAZ, C. E. **O significado das experiências culturais da infância no processo de envelhecimento bem-sucedido**. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 23-37, jan./jun. 2004.

## **PRÁTICAS CORPORAIS E ESCOLA: CORPO E MOVIMENTO A PARTIR DOS JOGOS ELETRÔNICOS.**

**Adriã Tainã Magno de Souza**

**RESUMO:** Os videogames têm também influenciado a área da Educação Física através de novos dispositivos digitais que possibilitam a interação corporal (FINCO; FRAGA, 2012) e de acordo com a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é preciso experimentar e fruir dos jogos eletrônicos (EF67EF01) para realizar a identificação das transformações nas funções dos jogos em função dos avanços tecnológicos (EF67EF02), porém o uso desse objeto permanece raso, por conta da relação do sedentarismo com os videogames. A proposta inicial é identificar os impactos dos jogos eletrônicos, principalmente os de movimentação, na comunidade escolar e no cotidiano dos estudantes, objetivando meios mais qualificados para aplicação, de modo que o professor de Educação Física tenha domínio do assunto. A construção desta pesquisa foi realizada em escolas da rede pública e particular, por meio de entrevista com professores de educação física e foi realizada as seguintes etapas, sendo: análise de produções e a esquematização dos resultados de leituras com a constatação do uso dos videogames na educação básica. Em nenhum momento foram realizados experimentos, focando essencialmente na base referencial e na investigação do uso dos videogames. Houve necessidade de questionar professores de Educação Física as características das aulas sobre jogos eletrônicos de movimento, em conformidade com Silveira e Torres (2007), compreendendo como direito dos estudantes possuir acesso a um conhecimento organizado e sistematizado sobre os jogos eletrônicos. Cerca de 80% dos entrevistados possuem experiência com os videogames de movimento e apoiam a utilização dos jogos eletrônicos nas aulas. A metodologia mais utilizada é a coleta das experiências, onde os estudantes compartilham suas vivências, promovendo uma visão crítica e superadora.

**Palavras-chave:** Educação Física, Tecnologia, Videogames.

## **INTRODUÇÃO**

Os videogames, uma das mais fortes correntes da indústria do entretenimento, têm também influenciado a área da Educação Física através de novos dispositivos digitais que possibilitam a interação corporal (FINCO; FRAGA, 2012) e tal ferramenta chegou ao ponto de captar movimentos sem a necessidade de aparelhos conectados por meio de cabos.

Com lançamento na década de 1970, os videogames causaram grande impacto na sociedade por converter jogos, brincadeiras e esportes em uma tela no modo *árcade* com a possibilidade de partidas individuais e partidas “multijogador”, onde jogam duas pessoas – geralmente oponentes. Hoje os jogos eletrônicos já utilizam controles sem fio das mais variadas formas e sensores de movimento – os quais deixaram os controles físicos em um dilema de comodidade – assim como os modos de jogos também foram inovados, uma vez que as partidas “*multiplayer*” passaram, também, a ser realizadas na rede virtual (*on-line*).

De acordo com a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é preciso experimentar e fruir dos jogos eletrônicos (EF67EF01) para realizar a identificação das transformações nas funções dos jogos em função dos avanços tecnológicos (EF67EF02), porém o uso desse objeto permanece raso, por conta do fortalecimento de estereótipos criados no final do século XX e início do século XXI, os quais relatavam que videogames eram os principais propagadores do sedentarismo na juventude, mas pesquisadores da educação física vêm lutando pela afirmação da cultura eletrônica nas aulas.

A proposta inicial é identificar os impactos dos jogos eletrônicos, principalmente os de movimentação, na comunidade escolar e no cotidiano dos estudantes, objetivando meios mais qualificados para aplicação, sem que o professor de educação física pareça leigo, tomando domínio do assunto.

## **MÉTODOS**

A construção desta pesquisa foi realizada em escolas da rede pública e particular, por meio de entrevista com professores regulares e de educação física e foi dividida em três etapas, sendo: (1) Análise de textos que se referiam ao objeto de estudo ocasionando a quebra de paradigmas curriculares; (2) Análise de textos metodológicos

em vista da inclusão dos jogos eletrônicos nas aulas de educação física; e (3) Relação das leituras com a constatação do uso dos videogames na educação básica.

Foram analisados quatro jogos de movimentos mais executados no console Xbox 360 de desenvolvedores distintos, os quais foram divididos em duas categorias, sendo: (1)Esporte: Kinect Adventures! e Kinect Sports; e (2) Dança: Dance Central e Just Dance.

Visando um aspecto qualitativo, é válido ressaltar que em nenhum momento foram realizados experimentos, focando essencialmente na base referencial e na investigação do uso dos videogames.

## **RESULTADOS**

Os jogos eletrônicos se encaixam no método indireto da ação cooperativa da metodologia global e participativa de La Nieta (2012), que relata que a ação quando “[...] osalunos e alunas procuram e executam movimentos ou exercícios com um objeto ou elemento e observam-se mutuamente ‘copiando’ ou apropriando-se dos movimentos que tenham visto outros realizarem”. Mas também apresenta o método indireto por realizar o trabalho cooperativo em grupos, mesmo que em competições, como podemos ver no jogo Just Dance que, mesmo tratando-se de uma competição entre até 4 jogadores (ou até 6 jogadores dependendo da canção), procura trabalhar a harmonização dos movimentos coletivos.

Os jogos eletrônicos, hodiernamente, apesar do entretenimento, também apresentam mecanismos que buscam realizar a avaliação da saúde de seus usuários, já que este objeto por muito tempo foi associado ao sedentarismo, tal como relata Lourenço et al. (2016). Mediante a análise dos componentes dos jogos de movimentos, constatou-se a presença de artefatos que procuram estimular a prática saudável de atividades físicas, tanto por parte do jogo, o qual contabiliza as quilocalorias (kcal) queimadas por partida/música, quanto pelo console, que habitualmente gera avisos que buscam alertar a não exceder os limites do corpo (elasticidade, ritmo, raciocínio e agilidade) e, também, sobre necessidades fisiológicas, como a ingestão de água e pausa para descanso depois de 1 hora de jogo.

Com base nos parâmetros estabelecidos no item 8 do parágrafo1º do artigo 6º do Parecer 07/2004, o qual regia a formação do professor de Educação Física, é necessário “utilizar recursos da tecnologia da informação [...] de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir

com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos [...] da Educação Física [...]”, porém a prática do uso das tecnologias ainda é falha.

Em instituições de ensino fundamental II e ensino médio raramente é visto a utilização dos jogos eletrônicos. Nos anos finais do ensino fundamental os videogames são utilizados de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, mas ainda com enfoque nos jogos arcade tradicionais, ou seja, aqueles conduzidos por controles remotos e no ensino médio a situação é mais carente, uma vez que até a própria disciplina de Educação Física se torna opcional por conta dos períodos de preparação para as provas de vestibular.

## **DISCUSSÃO**

Nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil, os jogos eletrônicos de movimentos são utilizados mais como recurso auxiliar da prática docente, excepcionalmente quando os professores esgotam seus planejamentos, pois, a partir da escassez de atividades, os videogames tornam-se um refúgio do trabalho, transferindo a atenção das crianças para o aparelho e criando um momento de ócio, o qual pode tornar-se rotineiro.

Também não podem ser excluídos os fatores econômicos, visto que o valor da posse do aparelho e dos jogos é muito alto (aproximadamente R\$1.550,00 reais, neste ano). Para escolas da rede pública de ensino, o cenário é dificultoso, uma vez que, por conta do alto custo, torna-se inviável cada instituição possuir um aparelho de videogame, cabendo aos professores buscarem meios de oferecer para os discentes a experiência dos jogos eletrônicos.

Nas instituições particulares não se encontra muito empecilho para a prática dos jogos eletrônicos de movimentos, por haver certo acúmulo de capital, o qual pode garantir a presença de mais de um console. Porém nas escolas particulares investigadas percebeu-se que o professor ainda é o provedor deste material e, na maioria dos casos, é utilizado um material de terceiros por meio de aluguel de produto.

Conforme Silveira e Torres (2007) compreende-se como direito dos estudantes ter acesso a um conhecimento organizado e sistematizado sobre os jogos eletrônicos, contudo é preciso ter conhecimento dos jogos eletrônicos no cotidiano do professor e quais recursos ele utiliza para ministrar um campo tão pouco explorado.

Quando questionado aos professores entrevistados sobre o histórico deles quanto aos videogames constatou-se que 75% dos participantes possuem experiência com o objeto e apoiam a utilização dos jogos eletrônicos, por trazer um objeto de diversão casual e aplicar nele aspectos didáticos. Também se percebe que a metodologia mais utilizada é a captação das experiências, em que os estudantes compartilham suas vivências com os colegas, oportunizando uma prévia àqueles que nunca tiveram contato com tal ferramenta. Mas também uma aula de jogos eletrônicos promove a interação social, o raciocínio lógico- abstrato e a coordenação motora, visto que os jogos são trabalhados em uma visão crítica e superadora por todos os entrevistados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar das desavenças ainda existentes sobre a Educação Física e jogos eletrônicos, foi possível perceber a existência de profissionais que ainda são comprometidos com a inovação da disciplina, buscando sair do contexto da “quadra e bola”. Os jogos eletrônicos, atualmente, têm muito a oferecer, como diversos modos de execução (modo *sweat*, *playlists*, treinamento, partida casual, entre outros), e a Educação Física deve intervir nos aspectos cinesiológicos, fisiológicos, biomecânicos e anátomo-funcionais, visando movimentações mais adequadas, evitando ao máximo a promoção de lesões decorridas de má execução.

Os fatores sociais incluem também esta área, devido à interação social expandida por meio das novas tecnologias, as quais permitem que o sujeito executor da atividade possa contatar outras pessoas das mais variadas localidades do mundo. A ética e moral também são trabalhadas, em muitos casos por conta das regras que os jogos estabelecem para uma melhor experiência da comunidade virtual.

Por fim, cabe analisar a prática de jogos corporais como elemento concreto da educação física, pois esta ferramenta hoje pode auxiliar muito na preparação física de alunos e atletas sem prejudicar a saúde, pois devem ser trabalhados, neste contexto, a agilidade, cognição, flexibilidade, ritmos e os limites de cada corpo.

## **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Claudio Luis de Alvarenga. Educação Física e Didática: um diálogo possível enecessário. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 7 jan. 2020.

BRASIL. Resolução nº 6 de 18 de outubro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, [2018]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2018-pdf-1/99961-pces584-18/file>. Acesso em: 2 dez. 2019.

BRASIL. Resolução nº 7 de 31 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, [2004]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfísica.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2019

FINCO Mateus David; FRAGA, Alex Branco. Rompendo Fronteiras na Educação Física através dos Videogames com Interação Corporal. *Motriz: Revista de Educação Física*, v. 18, p. 533-541, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v18n3/a14v18n3>. Acesso em: 29 dez. 2019.

LA NIETA, Manuel López de. Educação Física: metodologia global e participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOURENÇO et al. Comportamento sedentário em estudantes Universitários. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, v. 21, p. 67-77, 2016. Disponível em: <http://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/6771/5530>. acesso em: 27 jan. 2020.

SAE, 7 ano. Ensino Fundamental: 7. ano: Livro 1 / SAE DIGITAL S/A – 1. ed. – Curitiba,PR: SAE DIGITAL S/A, 2019.

SILVA, Tiago Aquino da Costa e; PINES JUNIOR, Alípio Rodrigues. Jogos e brincadeiras: ações lúdicas nas escolas, ruas, hotéis, festas, parques e em família. 1. ed. Petrópolis: Vozes,2017.

SILVEIRA, Guilherme Carvalho Franco; TORRES, Livia Maria Zahra Barud. Educação Física Escolar: um olhar sobre os jogos eletrônicos. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio*



Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007. RECIFE: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/157.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2019.

## **OS DIFERENTES VALORES DA VIDA DO CÓDIGO PENAL EM DETRIMENTO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

**Pedro Vinícius Lopes Ribeiro**

**RESUMO:** A proposta deste presente artigo consiste em interpretar sistematicamente os crimes contra a vida dispostos no Código Penal Brasileiro, em consonância com a Constituição Federal de 1988, a fim de analisar e criticar quais critérios foram utilizados pelo legislador para estabelecer tais tipos penais, posto a existência de diferentes valores de vida entre tal código e o aspecto constitucional e internacional. Foram realizadas pesquisas bibliográficas que exploram o tema acerca conceito de vida e a grande necessidade de analisar-se todo o ordenamento jurídico para estabelecer sua valoração. Pelo trabalho realizado restou clara a inobservância do legislador a aspectos essenciais para a criação de tais tipos penais, causando divergências no ordenamento jurídico, o que pressupõe a necessidade de reconsideração da existência e conseqüente validade, bem como a eficácia dos mesmos.

**Palavras-chave:** Vida, Diferentes Valorações, Inobservância do Legislador

## INTRODUÇÃO

É indispensável pensar na vida como sendo um bem jurídico de grande importância para todos os indivíduos, seja no seu aspecto biológico ou no seu aspecto imaterial. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no *caput* do seu artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a **inviolabilidade do direito à vida** (...).

Veja-se a importância dada pelo constituinte, ao enumerar a vida como um direito fundamental e, ademais, inviolável, assegurando-o a todos os indivíduos de maneira quase absoluta e indistinta.

No entanto, a legislação infraconstitucional trata tal dispositivo normativo de maneira diversa (e conseqüentemente desigual), como se observa nos crimes contra a vida no Código Penal Brasileiro, dispostos nos artigos 121 a 128, tornando-se, a primeiro plano, incoerente à seara constitucional e até mesmo internacional, tendo em vista que o Brasil é signatário de diversos Acordos e Convenções internacionais que reconheçam e reiterem o direito à vida, como o Pacto de São José da Costa Rica, positivado no ordenamento jurídico Brasileiro por intermédio do Decreto de número 678, de 6 de novembro de 1992.

Como consequência, pode-se perceber de antemão um grande risco à vida em todos os seus sentidos, uma vez que esta é um dos mais relevantes objetos da tutela jurisdicional, e o bem jurídico indispensável para a existência e usufruto de todos os outros assegurados pela lei.

Dessarte, é conveniente inquirir quais foram os critérios adotados pelo legislador que o fizeram valorar de maneira diferente a vida no âmbito do Direito Penal Brasileiro, a fim de realizar reflexões sobre até onde vai a inviolabilidade da vida; como deve ser feita a interpretação no que concerne a onde esta começa, e até onde o ser humano pode dispor dela (no caso de suicídio e aborto), e por conseguinte estabelecer possíveis inadequações no ordenamento normativo Brasileiro.

## **A ETIMOLOGIA E A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE VIDA**

A vida, como qualquer outro bem jurídico, tem recebido diferentes valores com o passar dos tempos. Portanto, faz-se necessário a análise do conceito de vida para os mais diversos campos da ciência ao decorrer dos anos, com o propósito de melhor alcançar o seu sentido moderno.

O primeiro valor de vida a ser positivado que se tem registro se encontra implicitamente na Bíblia Sagrada, onde enfatiza-se o corpo como mero recipiente, e onde a vida faria morada através de um espírito, de uma alma individual que ali residiria. Portanto, para a religião, a vida seria um bem imaterial e metafísico, que independe do corpo e da matéria para a sua existência.

Por outro lado, no conceito gramatical, a vida se reflete em um substantivo feminino, proveniente da palavra *vita*, em latim, que constitui, de acordo com o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010):

(...) período de tempo que decorre desde o nascimento até à morte dos seres. Modo de viver. Comportamento. Alimentação e necessidade da vida. Ocupação, profissão ou carreira. Princípio de existência, de força, de entusiasmo, de atividade. Fundamento, essência, causa, origem. Biografia.(...)

Perceba-se o caráter material da vida que dispõe o sentido gramatical, que faz com que esta passe a ser entendida como objeto ou bem material, constituindo um sentido biológico e natural, mas também um sentido subjetivista de se sentir e de se conviver com o ambiente que o rodeia. Neste entendimento, a vida deve ser conceituada como bem material e imaterial.

Neste sentido, reforçando esta compreensão, muito bem explana o Célebre Doutrinador José Afonso da Silva (SILVA, 1994):

É mais um processo (processo vital), que se instaura com a concepção (ou germinação vegetal), transforma-se, progride, mantendo sua identidade, até que muda de qualidade, deixando, então, de ser vida para ser morte.

Ainda de acordo com o doutrinador, “A vida é intimidade conosco mesmo, saber-se e dar-se conta de si mesmo, um assistir de si mesmo e um tomar posição de si mesmo.” (2009, pág.198).

Consoante a tal, é possível se vislumbrar um conceito que rompe as barreiras do mero materialismo biológico da vida, e adentra em um sentido imaterial, espiritual, que corresponde à subjetividade do indivíduo enquanto ser humano e enquanto pessoa, convivendo em sociedade e entrando em harmonia com o que o cerca.

Em um entendimento Constitucional do que seria tal bem, pode-se frisar que a vida é objeto jurídico indivisível, indisponível, irrenunciável e intangível e inerente à pessoa, além de constituir pressuposto para a personalidade jurídica. Veja-se também que a própria Constituição assegura os direitos do nascituro, que de fato, não possui a materialidade, isto é, o corpo físico, mas já é dotado de pressupostos imaterias que ensejam o respaldo do seu direito à vida.

Por último, cumpre salientar o disposto no art. 4º do Pacto de São José da Costa Rica, ao qual o Brasil é signatário:

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

Por conseguinte, é evidente visualizar a importância do respaldo legal do direito à vida, uma vez que dispõe de instrumentos normativos supraconstitucionais que regulam e limitam a interferência de sua plenitude.

## **A DESPROPORCIONALIDADE DO VALOR DA VIDA NO CÓDIGO PENAL**

Os crimes contra a vida estão tipificados no título I dos Crimes contra a Pessoa, previstos nos artigos 121 a 128 do Código Penal Brasileiro, sendo o primeiro destes o Homicídio, que segue:

Art. 121. Matar alguém:  
Pena – reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

Este primeiro tipo penal se trata de uma conduta bastante genérica, onde se descreve não só uma conduta específica, mas um parâmetro a ser adotado pelas demais que dela possam surgir. Consoante ao comentário, diz Hungria (HUNGRIA, 1955):

O homicídio é o tipo central dos crimes contra a vida e é o ponto culminante na orografia dos crimes. É *o crime* por excelência. É o padrão da delinquência *violenta* ou *sanguinária*, que representa como que uma reversão atávica às eras primevas, em que a luta pela vida, presumivelmente, se operava com o uso normal dos meios brutais e animais. É a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada.

Observe-se a pena estabelecida pelo legislador como parâmetro para a conduta genérica, que vai de 6 (seis) a 20 (vinte) anos, se for cometido de maneira simples dolosa; de 12 (doze) a 30 (trinta), se for cometida de forma qualificada dolosa (parágrafo 2º e ss.); e de 1 (um) a 3 (três) anos se for cometida de forma culposa, por meio de imperícia, imprudência ou negligência. Desde já é notório a presença de três penas relativamente distintas, que penalizam tal conduta.

No artigo 122 do Código Penal, temos outra conduta atentatória à vida, qual seja o Induzimento, Instigação e auxílio ao suicídio, que versa:

Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:  
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Neste dispositivo, encontramos um dos maiores equívocos do legislador ao elaborar o presente Código. Isto porque a pessoa da vítima é a pessoa dominante do fato, e a consumação desta depende ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE da vítima, uma vez que, em não ocorrendo suicídio, ou pelo menos a tentativa deste em que resulte lesão corporal de natureza grave (art. 129, parágrafo 1º), a conduta passa a ser ATÍPICA.

Diante deste raciocínio, explana Emiliano Borja Jiménez (2003):

O suicídio, que pode ser definido como a morte voluntária, querida e desejada, de uma pessoa com capacidade de agir, é uma conduta propriamente humana, e praticamente desconhecida pelo resto dos seres vivos. Quando uma pessoa chega à convicção de que sua existência já não tem sentido, de que o sofrimento apaga todos os seus projetos, desejos e prazeres, e decide quitar a sua própria vida, o Direito não pode intervir

proibindo esse comportamento, e menos ainda sancioná-lo. Pois se o suicida conseguiu seu objetivo, nada nem ninguém pode atuar juridicamente contra ele. E se não logrou seu propósito, o único que poderia conseguir a imposição de uma sanção era justamente um efeito contrário ao que se persegue: que o sujeito volte a tentar acabar com sua vida por conta do sofrimento adicional que deriva de seus novos problemas com a administração da justiça.

Portanto, note-se que o legislador não poderia sobre nenhuma hipótese estipular este tipo penal, uma vez que a consumação depende principalmente da pessoa da vítima, e o Direito Penal, ao funcionar como uma forma de Intervenção Mínima, priva direitos e liberdades do indivíduo, funcionando assim como *ultima ratio*; não pode, conseqüentemente, limitar a liberdade de uma pessoa que sequer tem a responsabilidade objetiva do resultado que possa vir a ocorrer.

Além disto, existem mais duas valorações diferentes para sancionar o crime, que é reclusão de dois a seis anos se resulta o suicídio; ou reclusão de um a três anos se da tentativa, resultar lesão corporal grave. Então, perceba-se não tão somente a inobservância do legislador a tais pontos acima elencados, mas também à exacerbação da pena para este tipo, e a possibilidade de resolução da punição por tal conduta no âmbito de outros ramos do direito, como o Direito Civil. Ou seja, em apenas dois tipos penais, tem-se 5 tipos de valoração da vida totalmente desproporcionais.

No Artigo 123 do Código Penal, por sua vez, está tipificado o crime de Infanticídio:

Art. 123 - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:  
Pena - detenção, de dois a seis anos.

Vislumbra-se neste dispositivo uma modalidade de homicídio privilegiado, onde a vida se trona relativizada à condição subjetiva da mãe. Isto porque a mãe que, estando em estado puerperal, comete o infanticídio (mata seu filho durante o parto ou logo após), responde por sanção mais leve à geral prevista do crime de homicídio. Mas, o que vem a ser o Estado Puerperal?

Jorge de Rezende nos dá tal conceito:

Puerpério, sobreparto ou pós-parto, é o período cronologicamente variável, de âmbito impreciso, durante o qual se desenrolam todas as manifestações involutivas e de recuperação da genitália materna havidas após o parto. Há, contemporaneamente, importantes modificações gerais, que perduram até o

retorno do organismo às condições vigentes antes da prenhez. A relevância e a extensão desses processos são proporcionais ao vulto das transformações gestativas experimentadas, isto é, diretamente subordinadas à duração da gravidez. (REZENDE, 1998).

Neste caso, o crime contra a vida do recém-nascido, para o legislador, tem culpabilidade e reprovabilidade menor, uma vez que o Estado Puerperal é uma condução natural à mãe, que conseqüentemente independe desta, e que, por consciência ou não, pode vir a levá-la à prática de tal conduta. Assim ocorrendo, é compreensível a ideia de que a pena será menor, pois entendeu-se que as conseqüências resultantes do crime cometido podem igualmente atingir gravemente o agente ativo (a mãe).

No que concerne ao Aborto, tem-se os artigos 124 a 128 do Código Penal, que seguem:

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena - detenção, de um a três anos

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou debil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em conseqüência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico:

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

É importante salientar que o legislador elaborou três condutas criminalizantes para condutas similares do aborto. A primeira conduta (art. 124) tipifica a figura do *autoaborto*, ou seja, provocar em si mesmo, ou consentir que alguém o provoque. Este tipo é uma exceção à teoria monista adotada pelo Código Penal, que afirma que autores, coautores e partícipes responderão pelo mesmo crime, prevista em seu artigo 29, pois é crime próprio e pune tão somente a gestante que permite que lhe seja provocado o aborto, ou esta o realize. O terceiro que a auxilie responderá pelo crime do artigo 126.

No seguinte artigo, temos o aborto provocado por terceiro sem o consentimento da vítima. Esta é a conduta mais reprovável de acordo com o legislador, levando em consideração que este tipo penal não protege tão somente o nascituro, mas também a



integridade física ou até a vida da gestante. Veja-se o “Consentir” da gestante como separador de águas para o Direito Penal, uma vez que não havendo devida concordância, ou esta sendo inválida (no caso de vício de consentimento), a pena será notavelmente exacerbada.

O próximo tipo se refere ao aborto provocado por terceiro com o consentimento da vítima. Esta conduta pune o terceiro que auxilia, ou provoca, com a concordância da gestante, o aborto. É de se frisar que o “consentir”, no presente tipo penal, faz com que a reprovabilidade da conduta.

Inobservante, no entanto, foi o legislador ao estabelecer três tipos penais distintos para tal conduta, e em especial, ao estabelecer o consentimento da vítima como circunstância de menor reprovabilidade. Isto porque a gestante nunca poderia consentir com a retirada da vida do nascituro, uma vez que é um bem indisponível, ou seja, não se pode dispor, e muito menos pelo direito alheio. O próprio Código Civil estabelece os direitos do nascituro:

Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Cabe analisar-se, dessarte, quando o Direito Penal entende que se começa a vida. Para este ramo do direito, é adotada a teoria da *nidação*, que estabelece que pode-se considerar vida após à implantação do óvulo fecundado nas paredes do útero, que ocorre em média quatorze dias após a fecundação. Neste lapso temporal, portanto, enquanto não acontecer tal fato, não pode ser considerada a existência de vida.

Consoante a tal, a previsão de três tipos penais para conduta bastante semelhantes ensejam tal crítica, uma vez que poderiam fazer parte do mesmo tipo penal (como qualificadoras, agravantes específicas ou causas de aumento e diminuição de pena), e apresentam inadequações, em especial, à maneira em que se faz referência ao consentimento da gestante em todos os tipos penais, como se esta pudesse consentir de livre e espontânea vontade para dispor da vida de outrem, que inclusive é assegurada pelo ordenamento jurídico brasileiro, sendo que tal ato repercutirá em uma pena de menor quantidade por mero subjetivismo egoístico, sem qualquer fundamento jurídico ou sequer doutrinário, o que se faz relativizar o valor da vida como sendo mais um bem a que se pode dispor, entrando em desarmonia com o ordenamento jurídico como um todo.

Observe-se também que a pena do homicídio é imensamente desproporcional à pena do aborto, em quaisquer das suas modalidades, sem nenhuma justificativa plausível e relevante juridicamente, o que pressupõe tão somente o descuido e desatenção do legislador ao elaborá-los, uma vez que ambos tutelam a vida (que deveria ser interpretada como uma só), e a vida extrauterina deve ser diferenciada da vida intrauterina somente no seu aspecto material, corpóreo, não se fazendo um juízo de valor diferenciado baseando-se neste sentido.

Por fim, é importante enfatizar que tais dispositivos criminalizadores do aborto dispõem de institutos descriminalizadores, quais sejam, o aborto profilático, em caso de estado de necessidade da mãe, quando não há outro meio de salvar a sua vida; no caso de gravidez resultante de estupro, pois a doutrina entende que o estupro produz um dano de tamanha proporção à pessoa da gestante, que seria inviável exigir desta que suporte o fruto de sua desonra; e no caso de feto anencefálico, nas hipóteses em que o feto é desprovido de cérebro, ou tem o desenvolvimento deste comprometido, pois a doutrina entende que estaria tão somente prolongando o sofrimento do feto, bem como o da mãe deste.

No entanto, no que diz respeito ao aborto resultante de estupro, vemos o valor da vida ser inferiorizada à dignidade da pessoa da mãe, uma vez que o feto resultante do estupro pode ser abortado sem que seja antijurídico, e sem que a mãe possa ser responsabilizada penalmente por isso. Vemos, conseqüentemente, o descaso do legislador ao estabelecer a possibilidade de tal aborto legal, sem a observância do Código Civil, que reitera e garante os direitos do nascituro, como no caso do direito à vida.

## **PROCEDIMENTOS DE PESQUISA**

Para elaboração de tal artigo científico, houve a necessidade de pesquisas bibliográficas, com o intuito de identificar e distinguir o que está contido nos termos legais com a sua devida aplicabilidade, verificando a eficiência material que possui a legislação vigente sobre tal assunto, realizando uma interpretação hermenêutica sistemática, a fim de verificar possíveis desarmonias no ordenamento jurídico Brasileiro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Evidente fica que a vida possui juízo de valores totalmente distintos na medida em que se dá o caso em concreto, subjetivizando-a a critérios desprovidos de fundamentação adequada que justifiquem a sua desproporção, o que faz com que a vida se apresente com diferentes e desiguais valores.

Por conseguinte, consoante à fragilidade e possível violação ao direito mais importante do indivíduo por parte do Código Penal Brasileiro, pressupõe-se a necessidade de uma reavaliação e possível reconceituação de valores protegidos pelo presente código, a fim de melhor regular a vida em sociedade e assegurar os direitos fundamentais inerentes a todos os indivíduos.

## **REFERÊNCIAS**

BÍBLIA. Português. A Bíblia de Jerusalém. Nova edição revisada e ampliada. São Paulo: Paulus, 1985.

BORJA JIMÉNEZ, Emiliano. Curso de política criminal. Valencia: Tirant lo Blanch, 2003.

BRASIL. Código de Direito Penal (1940). Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo. 5ª edição. 2010.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal. Parte geral, Rio de Janeiro: Impetus, 2002.

HUNGRIA, Néilson. Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense. 3ª edição. 1955.

REZENDE, Jorge de. O puerpério Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 8ª edição. 1998.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros Editores, 9ª edição. 1994.

## **COPA ARTESANAL: SUAS PARTICULARIDADES E CUIDADOS**

**Elenilson da Silva Santos, Mayara Ávila**

**RESUMO:** As Carnes e seus métodos de conservação estão presentes em nosso dia a dia, seja no consumo ou em preparações das mais diversas. Como futuros gastrônomos devemos estudar, praticar e experimentar as mais diversas nuances da gastronomia. Este artigo tem como objetivo, falar sobre a Copa. Receita da charcutaria italiana, feita com carne de porco. Aqui, tratamos de discutir sobre os métodos de conservação utilizados, os cuidados a serem tomados durante o processo de produção, no que diz respeito a higiene e segurança alimentar, dificuldades de encontrar determinados ingredientes e por fim falar um pouco da história da receita, e compartilhar resultados na nossa produção doméstica.

**Palavras-chave:** Charcutaria; Copa; Higiene; Segurança; Gastronomia.

## **INTRODUÇÃO**

Os primeiros alimentos conservados foram descobertos a milhares de anos. Por acaso ou através das inúmeras observações, vivências e experiências. Com o decorrer do tempo, e a descoberta de novas técnicas ingredientes e muito estudo, a conservação de alimentos ganhou um novo patamar, para além das questões da sobrevivência. Se difundiu pelo mundo, não tão somente através dos ensinamentos, costumes e tradições, mas também do comércio e da arte culinária, fazendo desta um dos vários traços da nossa gastronomia.

Com a insistente e constante luta do homem para dominar a natureza, veio a domesticação de animais, principalmente de Bovinos e Suínos. A partir disso, temos como resultado, um maior consumo de carne pelas populações que cresciam em todo o planeta. O progresso, o desbravamento de novos territórios, as oportunidades de expansão, das nações, dos negócios e as guerras, levam os homens a buscar cada vez mais, meios de transformação e conservação dos alimentos. Seja através da salga, defumação, secagem, salmoura ou conservar em gordura, houve a transformação das carnes e assim, a prolongação da sua utilidade. Aliando o uso de novas técnicas, as inovações tecnológicas e difusão socioeconômica e cultural, a Charcutaria através dos séculos, ressoando sensações gustativas e sabores.

Os franceses, denominaram esta arte de Charcutaria que é uma palavra que de origem francesa “*Charcuterie*“, que oriunda de carne (*chair*) e cozido (*cuit*) e denominava, no século XV, as lojas de produtos de porco e miúdos de diferentes animais (Instituto Americano de Culinária, 2014). Frequentemente, e erroneamente, a charcutaria é ligada exclusivamente à produção de linguiças e/ou ao trato da carne de porco, mas a contextualização correta remete ao preparo, originalmente para fins de preservação, seja por métodos de salga, conservação, cura, fermentação, cozimento, desidratação, defumação ou até mesmo vários desses métodos juntos, de qualquer tipo de carne, como aves, peixes, bovinos, suínos e carnes de caça. Apesar da palavra e a tradição da arte da charcutaria serem de origem francesa, vários países do mundo, inclusive o Brasil, possuem seus próprios modos operante e receitas para a arte da charcutaria.

Este breve texto, irá abordar sobre a coppa, uma arte da charcutaria, de origem italiana, feita de um corte de suíno localizado entre o encaixe da cabeça e a quarta vértebra, em outras palavras, a nuca do porco, também conhecido no Brasil como pescoço ou sobrepaleta.

O trabalho explanará sobre a produção de uma copa, seus ingredientes e algumas de suas funções, técnicas de preparação, as questões higiênico sanitárias durante o processo de

produção, cura, secagem e maturação da peça. Assim também como as dificuldades encontradas para encontrar os ingredientes necessários para a produção da mesma em Salvador.

### **MÉTODOS DE CONSERVAÇÃO**

O principal agente de conservação e agregador de sabor na charcutaria é o sal. Fácil de encontrar e praticamente usado em todas as cozinhas e mesas, é ele quem dá início aos quatro principais processos que o alimento passa para ser preservado: *a osmose; a desidratação; a fermentação e a desnaturação de proteínas*. O livro *Garde Manger (2014)* e *o ofício da cozinha fria*, descreve bem cada um desses elementos na preservação de alimentos.

A osmose acontece quando fluidos celulares vão dissolver o sal no organismo. Quando há mais fluidos internos que externos na célula, esses fluidos retornam levando o sal e conseqüentemente, as células iniciam um processo de eliminação de patógenos, contribuindo assim para evitar o processo de putrefação (Instituto Americano de Culinária, 2014). Essa é a essência da cura com sal.

Em uma definição simples, osmose é o movimento de um solvente, (geralmente água) através de uma membrana semipermeável (as paredes da célula) a fim de equalizar a concentração de um soluto (geralmente sal) nos dois lados da membrana. Em outras palavras, quando o sal é aplicado em um pedaço de carne, os fluidos do interior da célula atravessam a membrana da célula para diluir o sal. Se houver mais fluido no exterior do que no interior da célula, eles retornam com o sal dissolvido. Levar o sal para dentro da célula onde ele mata patógenos e a essência da cura com sal. (Instituto Americano de Culinária 2014. P. 203 e 204)

Na desidratação retira-se o máximo possível de água, uma das principais condições para formação de micro-organismos. Para que isso não aconteça é necessário retirar a água, e o sal exerce bem esse papel.

A aplicação de sal ao alimento pode secá-lo de maneira efetiva e torná-lo inacessível a micróbios, já que o sal tenta atrair o excesso de água. Por sua vez, a exposição ao ar, ou calor por períodos controlados, permite que água evapore, reduzindo o volume e o peso total da comida. (Instituto Americano de Culinária 2014. P. 203 e 204)

Além desses processos o sal estimula também a fermentação e a desnaturação de proteínas. O sal transforma os alimentos ao retirar deles a água, o sangue e demais impurezas, tornando-os os produtos cárneos menos suscetíveis a putrefação. Percebe-se que o sal é o elemento básico para conservação de alimentos, no qual desempenha papéis importantes. Com o passar do tempo outros elementos foram adicionados ao processo, como ervas, especiarias,

temperos dos mais variados, açúcares entre outras substâncias industrializadas ou não. A mais importante delas, principalmente se o alimento não passar por qualquer tipo de cocção durante o processo de conservação é o sal de cura: nitratos e nitritos (Rocco, 1996). Eles são mais utilizados em curas secas, como no caso da copa. Os nitritos e nitratos servem para evitar o Botulismo, doença provocada por bactérias, presentes durante o processo de cura.

### **Utilização e cuidados no uso do sal de cura**

Em todas as receitas de copa pesquisadas, sejam em sites ou literaturas, e se faz necessário à utilização do sal de cura. Um item de preço um tanto barato para importância no processo de fabricação da copa. Porém difícil de ser encontrado em Salvador, por exemplo, tendo que ser encomendado de outros estados. Apesar de ser vendido sem menores problemas, existem regulações para o uso do sal de cura, para preservar a saúde das pessoas que consomem produtos cujo mesmo é empregado.

O papel do sal de cura (Nitrito e Nitrato) além de preservar a cor rosada da carne, serve também como prevenção do Botulismo. O botulismo é uma doença rara, produzida pela bactéria *Clostridium botulinum*, que se encontra no solo e nos alimentos mal conservados. A intoxicação alimentar por esta bactéria pode produzir danos graves nos nervos e músculos, o que chamamos de botulismo. É, ainda, potencialmente fatal. Esse tipo de bactéria é um pequeno bacilo Gram-positivos flagelado, medindo cerca de 8 micrômetros por 3 e produz esporos e neurotoxinas, relacionados com o gênero *Bacillus*. Seu *habitat* natural é o solo e a água não tratada. A neurotoxina produzida funciona como uma enzima metaloprotease, a qual destrói as proteínas envolvidas na exocitose do neurotransmissor acetilcolina na placa nervosa motora. Sua ação provoca a paralisia dos músculos e, quando extensa, pode ocasionar a paralisia do diafragma impedindo a respiração normal. (Brasil, 2017)

O papel do sal de cura nesse sentido é evitar a produção de toxinas e a reprodução acelerada do *Clostridium botulinum*.

Contudo, a um controle rigoroso por parte do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA/DIPOA), responsável pela inspeção SIF, estipula na IN 51/06, quantidades seguras para o uso do sal de cura, entre outros aditivos, correspondentes ao peso do corte de carne. A intenção desta

resolução é também, além de proteger do botulismo, proteger consumidores de possíveis intoxicações e doenças provocadas pelo excesso de nitritos e nitratos no organismo.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, regulamentada pelo Decreto nº 30.691, de 29 de março 1952, que dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal,

Considerando Resolução MERCOSUL GMC nº 73/97, que aprovou o Regulamento Técnico Mercosul de Atribuição Aditivos, e seus Limites das seguintes categorias de Alimentos 8: Carne e Produtos Cárneos;

Considerando, ainda, a necessidade de padronizar o uso de aditivos e seus limites nos processos tecnológicos de elaboração de Carne, Produtos Cárneos Industrializados, Produtos Cárneos Salgados, Conservas Cárneas, Conservas Mistas e Semiconserva Carne, e o que consta do Processo nº 21000.013502/2005-93, resolve:

**Art. 1º** Adotar o Regulamento Técnico de Atribuição de Aditivos, e seus Limites das seguintes Categorias de Alimentos 8: Carne e Produtos Cárneos, na forma do anexo à presente Instrução Normativa.

**Art. 2º** As empresas terão um prazo 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Instrução Normativa, para providenciarem adequação dos registros dos produtos, promovendo as alterações necessárias nos respectivos memoriais descritivos. (BRASIL, Instrução Normativa MAPA nº 51 de 29/12/2006)

Contudo, o efeito colateral provocado por estas substâncias (Nitrito e Nitrato de Sódio) é a formação de nitrosamina e isso divide as opiniões no meio científico. Até hoje várias substâncias foram testadas, porém, nenhuma conseguiu suprir a eficácia do nitrito e do nitrato no papel de conservação dos alimentos curados.

A presença de nitrosamina em produtos curados tem sido a preocupação desde 1956, quando se descobriu que são cancerígenas. A quantidade de nitrosamina em qualquer indivíduo, assim como o nível de colesterol, é influenciada não só pelos alimentos que se come, mas também pela quantidade de nitrosamina produzida pelas glândulas salivares e no seu trato intestinal.

Embora mais de setecentas substâncias tenham sido testadas como possíveis substitutos do para o nitrato, nenhuma foi considerada eficaz. Embora os nitritos representem uma séria ameaça quando formam, nitrosaminas, não a dúvida de que, com sua ausência, as mortes por botulismo iram aumentar significativamente e representar um risco mais sério do que os perigos associados às nitrosaminas. O uso de nitrito e nitrato é severamente controlado. (Instituto Americano de Culinária, P. 204, 2014)

Estas normas e regulações não servem apenas para a produção industrial, referenciando também as produções em pequena escala, artesanal ou mesmo a doméstica.

### **Sobre Higiene segurança na produção de copa**



Por ser um elemento perecível, a carne deve ser tratada com máximo de zelo e cuidado durante as preparações, sejam elas salgadas, defumadas ou curadas, como no caso da copa. A peça tem que estar limpa, sem sangue aparente, nem presença de crostas. É importante tomar cuidado ao adquirir estes produtos, comprando somente com fornecedores confiáveis e que as peças apresentem Selo de Inspeção Federal (SIF). É necessário que o local de produção seja limpo e respeite o máximo possível aos critérios de segurança e higiene. É importante o local de trabalho esteja protegido contra insetos, poeiras e demais intempéries. Sendo imprescindível que, o manipulador, tome todos os cuidados com a higiene e faça uso dos EPIs<sup>1</sup> necessários para uma produção segura, seja ela doméstica ou industrial.

Todos os utensílios necessitam estar limpos antes e após o seu uso. A copa deve ser acondicionada em câmaras de resfriamento à uma temperatura entre 13°C 15°C. No caso de produções domésticas podem ser usadas geladeiras, com o produto bem acondicionado, embalado e com monitoramento constante de temperatura.

Por se tratar de uma receita que usa envoltório bovino (tripas), esses envoltórios devem ser tratados com muito cuidado. A tripa bovina é utilizada na copa para acondicioná-la durante o processo de maturação, devendo estar bem lavadas, limpas e sem presença de quaisquer substâncias ou sal, quando vendidas salgadas.

O envoltório varia conforme o tipo de embutido, podendo ser natural (tripa) ou artificial (colágeno). O tipo de envoltório mais comum é a tripa natural, comumente utilizada na elaboração de chouriças, linguiças e salsichas. Podem ter vários calibres, sendo que a mais utilizada é a de origem suína. Já a bovina é a de maior calibre, sendo esta a mais utilizada para a copa. Geralmente são conservadas em sal e vendidas em maços. De manuseio fácil, e de simples conservação (podem ser conservadas em geladeira por até um ano em média) (Rocco, 1996. P.33)

## **A copa**

Para a resolução normativa número 22 de 31 de julho de 2000, copa é:

Entende-se por Copa, o produto cárneo industrializado, obtido do corte íntegro da carcaça suína, denominado de nuca ou sobrepaleta, adicionado de ingredientes, maturado, dessecado, defumado ou não. Nota: A presença de "mofos" característicos é consequência natural do seu processo tecnológico de fabricação. (Brasil, Resolução Normativa N°22 MAPA, 2000)

A Copa ou Coppa é uma abreviação do italiano *Capocollo*, que por sua vez provém do latim “*caput collum*” e significa pescoço, pois tradicionalmente é utilizada a carne do pescoço

---

<sup>1</sup> Equipamento de Proteção Individual

do porco para fazer esta iguaria da charcutaria. São muitas as receitas tradicionais, mas no geral elas compartilham alguns passos, que inicialmente passa por uma salga intensa da carne, com temperos ou sem. Posteriormente a carne é enxaguada, massageada com vinho, pimenta do reino e outros temperos, envolvida em tripa bovina, amarrada com trama de barbante e maturada/dessecada por longo período, que pode variar de 2 a 6 meses dependendo do tamanho da peça. (Estado de São Paulo, 2017)

As receitas são das mais diversas. Os ingredientes mais comuns em todas as receitas, pesquisadas tanto na web como em literaturas diversas, foram: o sal, a pimenta do reino e o sal de cura. Para quem não dispõe de uma câmara de maturação, algumas receitas sugerem a maturação na geladeira, onde, supostamente, os resultados são semelhantes.

Para a reportagem do caderno paladar, publicada em junho de 2014, no jornal Folha de São Paulo, uma boa copa dever ser:

**Por fora.** A parte externa deve ser seca, sem manchas de gordura, e coberta por uma fina camada de mofo esbranquiçado e benigno. **Aroma.** Perfume suave da carne em que se sentem os temperos.

**Sabor.** Varia de acordo com o tempo de cura: quanto mais curada, mais se notam os temperos e a carne apresenta um sabor quase defumado. Menos tempo de cura significa um gosto de carne mais presente. Seja como for, não deve ser muito salgada. **Por dentro.** Clara distinção entre a parte magra, de um vermelho-vivo, e os raios de gordura, que não devem ser brancos, mas rosados. (Jornal, Estado de São Paulo, 2017) (Grifo do Autor)

Encontrar o corte de carne ideal para produção de copa não é fácil numa cidade como Salvador. Os açougues trabalham somente com cortes como a Bisteca e a Costelinha de porco. Nem mesmo as butiques de carne vendem o pescoço ou sobrepaleta. Ainda é possível encontrar nas feiras livres, correndo certos riscos por não possuir SIF. Além do mais, se você não conhecer o produto em particular, podem ser que lhe seja vendido qualquer outro corte.

Outra dificuldade é encontrar o sal de cura. Este precisa ser encomendado, geralmente do estado de São Paulo, assim também como o envoltório bovino. Para quem quer iniciar no ramo da charcutaria artesanal e doméstica, encontra-se esses percalços.

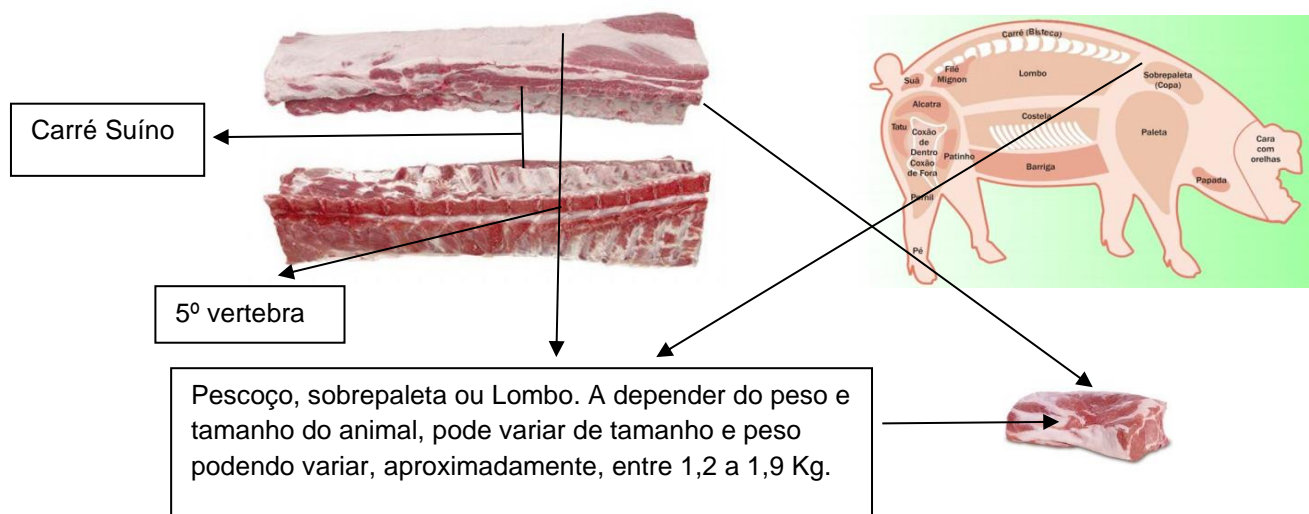
A copa é uma iguaria, de fácil preparo, mas requer paciência, em suas etapas. Que inicia na procura dos ingredientes chegando à maturação, que pode durar até 6 meses. A fina camada de mofo relatada na reportagem do jornal Folha de São Paulo é a utilização de fungos e bactérias específicos para produtos curados e fermentados. Estes podem ser comprados em casas de produtos especializados em charcutaria. É necessário estar atento ao manejo e utilização destes micro-organismos na produção de copa e demais produtos maturados. Os mais utilizados são a

*Staphylococcus xylosus* e *caseolyticus*. Estes micro-organismos também são responsáveis por dar sabores característicos a copa. (Mcgee, 2014)

### **Descritivo da produção:**

Foram visitados açougues à procura da peça da carne suína denominada sobrepaleta, pescoço ou lombo. Alguns ingredientes precisaram ser encomendados de São Paulo (Envoltório Bovino e Sal de Cura). Os demais são facilmente encontrados aqui na Bahia. Foram pesquisadas, receitas e modos de preparo, na internet, em literaturas gastronômicas, artigos científicos e manuais de instituições federais, como a Embrapa.

O pescoço ou sobrepaleta nada mais é do que a carne localizada na coluna vertebral do porco. Esta peça é caracterizada também por ter maior concentração de gordura na parte interior da carne, diferente do carré onde a gordura se concentra por fora da peça.



### **Ingredientes:** Para uma peça de 1296 Kg<sup>2</sup>

- 2.5% Sal refinado = 32 gr.;
- 0.25% de Sal de Cura#2 = 3,2 gr.;
- 0.50% de Pimenta do reino= 6,5 gr.;

<sup>2</sup> Calcula-se o percentual de cada ingrediente de acordo com o peso da peça a se preparar a copa

- 0.15% de Zimbro (Substituído por Louro em pó) = 2 gr.;
- 0.10% de Alecrim= 1,5 gr.;
- 0.50% de Açúcar Mascavo= 6,5 gr.;

**Para ensacar:**

- Páprica Defumada 0.40% 5 gr.;
- Açúcar Mascavo 0.40% 5 gr.

A peça foi desossada, lavada e seca com um pano limpo e papel toalha. Após esse processo foi deixada nos dois sais (Sal de cura e sal de cozinha) junto com as demais especiarias, por cerca de 14 dias em cura seca. Sendo necessário estar atento aos níveis de utilização de sal de cura. É perceptível que o método da cura seca agrega mais sabor que a salmoura. Mcgee (2014) descreve bem os efeitos da cura seca na carne utilizando como exemplo o presunto temperado com cura seca. Vale salientar que o uso do açúcar mascavo nos dois métodos (cura seca e salmoura) servem para equilibrar sabor.

As gorduras insaturadas dos músculos suínos de decompõem e reagem para formar centenas de compostos voláteis, alguns deles característicos do aroma do melão (acompanhamento tradicional do presunto, e bem apropriado do ponto de vista químico!), maça, cítricos, flores, grama recém cortada e manteiga. Outros compostos reagem com os produtos da decomposição das proteínas e liberam sabores acastanhados e de caramelo, que em regra se encontram somente em carnes cozidas (a concentração compensa a temperatura inferior a dá cocção). Em resumo o sabor do presunto curado a seco é extraordinariamente complexo e evocativo. (Mcgee, p.194-195, 2014)

Após os 14 dias a peça foi lavada para tirar o excesso de sal e demais temperos, e acondicionada em envoltório bovino, colocada na geladeira por 40 dias, tempo mínimo de maturação. Sendo necessário verificar constantemente a temperatura e peso, pois a carne deve perder aproximadamente entre 30% e 40% do seu peso. A copa desenvolvida nesse trabalho, perdeu 26% do seu peso, o que é considerado satisfatório devido ao seu tempo de maturação, tendo como peso inicial 1296Kg e o peso final 988 gramas.

Após a maturação de 40 dias os sabores do louro, do alecrim e da pimenta do reino ficaram bem pronunciados, além do sabor da carne em si. Maciez evidente e de fácil mastigação, o sabor é bastante prolongado em boca, tornando a experiência de paladar muito agradável por se tratar de um produto cárneo.



- 1- A Peça da Carne antes de ser temperada. Peso 1296 kg.
- 2- Cloreto de Sódio (Sal de Cozinha)
- 3- Sal de cura 2# (Nitrito e Nitrato de Sódio)
- 4- Alecrim
- 5- Loro em Pó
- 6- Peça da carne após o tempero e conservação em geladeira por 14 dias.
- 7- Tempero para ensacar (Páprica defumada e açúcar mascavo)
- 8- Peça com o segundo tempero
- 9-Envoltório bovino, hidratado, sem sal e devidamente lavado e higienizado.
- 10- Carne ensacada e com nós característicos da charcutaria
- 11- Carne após a primeira secagem de 6 horas e temperatura ambiente.
- 12- Peça no 38º dia de maturação com peso de 1018.

### Considerações Finais

Dentro da media de tempo para maturação, o produto teve sabor agradável, e perda de peso considerável. Cada etapa do processo deve ser seguida criteriosamente, para produzir um produto seguro e com qualidade. Nesta produção não foi utilizado o micro-organismo *Staphylococcus xylosus*, contudo não foi comprometida a experiência gustativa, ao experimentar a coppa.

Considerando as dificuldades aqui destacada, foi satisfatório o processo de produção da coppa. Cada etapa, desde o referencial teórico científico físico e biológico, ao referencial teórico científico gastronômico, contribuíram para o processo da produção deste produto cárneo.

A produção da coppa é um exercício que requer a união de conhecimentos em segurança alimentar, comportamento físico-químico dos ingredientes, conhecimento de aspectos socioculturais do país de origem da coppa, a Itália. Salientamos que isso comprova que a gastronomia tem seu espaço como ciência e devemos trabalhar cada vez mais para fortalecer e difundir este campo do conhecimento.

### REFERENCIAS

BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa, N° 22, de 31 de julho de 2000.** Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=2239>  
Acesso em: 30/06/2017

BRASIL, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa MAPA nº 51 de 29/12/2006**. Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=17560> . Acesso em 03/07/2017

BRASIL, Ministério da saúde. **Botulismo**. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/oministerio/principal/secretarias/svs/botulismo> . Acesso em: 08/07/2017

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, Caderno Paladar de 12/06/2014. **Hoje tem Copa**. Disponível em: <http://paladar.estadao.com.br/noticias/comida,hoje-tem-copa,10000008822>. Acesso em: 02/07/2017

INSTITUTO AMERICANO DE CULINÁRIA. **Garde Manger: arte e o ofício da cozinha fria**. Ed. Senac. São Paulo 2014

MCGEE, H. **Comida e Cozinha: Ciência e Cultura da Culinária**. Ed. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2014.

PERUFO, N. B.; HOEHN, L. Artigo: **Análise de sais de cura em salames tipo colônias comercializados na Serra do Rio Grande do Sul**. Disponível em: [www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/download/512/504](http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/download/512/504) Acesso em: 01/07/2017

ROCCO, S. C. **Embutidos, frios e defumados**. Embrapa, São Paulo, 1996.

Imagens: [www.google.com](http://www.google.com) – Acesso em 02/07/2017

**Capítulo 34 - DOI:10.55232/1085002.34**

## **A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REABILITADA NO MERCADO DE TRABALHO: DIFICULDADES E DESAFIOS**

**Kyccia Emmanuele Costa Oliveira, Marília Carnaúba Barbosa**

**RESUMO:** No Brasil existem leis que asseguram os direitos da pessoa com deficiência como a Lei nº 8.213/91 ou Lei de cotas para contratação e inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho; Decreto nº 3.048/99 referindo-se aos direitos do trabalhador afastado por doença ou acidente que são encaminhados a reabilitação profissional e indicados à reinserção ao mercado de trabalho e a Lei Brasileira de inclusão. Este trabalho tem como objetivo verificar as dificuldades e direitos encontrados pelas pessoas com deficiência no momento da inserção e reinserção (após reabilitação) ao mercado de trabalho. Foi utilizada para realização deste trabalho à revisão integrativa da literatura, buscando conceitos, dificuldades e direitos sobre o tema abordado, publicados no período dos 10 últimos anos, seguindo o modelo de construção exposto em Vasconcelos & Ruiz, 2015. No Brasil a Constituição Federal de 1988, assegura direitos iguais aos trabalhadores com e sem deficiência e estabelece a proibição da discriminação o que diz respeito a salários ou critérios de contratação do trabalhador com deficiência. Apesar de toda a legislação voltada à proteção e inclusão das pessoas com deficiência à sociedade na execução desses direitos, gera dificuldades no que se refere ao âmbito biopsicossocial do indivíduo com alguma deficiência. As dificuldades enfrentadas pelas PCDs devem ser tema de reflexão na sociedade como um todo e não somente entre governo, empresa contratante e escola, pois a valorização e seu reconhecimento devem ser evidenciados através da necessidade urgente de escolas regulares com as adaptações corretas e profissionais da educação empenhados na educação inclusiva; a fomentação empresas parceiras no processo de inclusão dos PCDs ao mercado de trabalho e a sociedade modificando sua maneira de pensar com relação às pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** inserção ao trabalho; reabilitação profissional; deficientes no mercado de trabalho.

## **INTRODUÇÃO**

A sociedade atual e suas mudanças geradas politicamente ou ambientalmente afetam a população como um todo e em especial as pessoas com algum tipo de deficiência, que muitas vezes não são respeitadas, sofrendo preconceito ou tendo seu direito violado.

No Brasil existem leis que asseguram os direitos da pessoa com deficiência como a Lei nº 8.213/91 ou Lei de cotas para contratação e inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho; Decreto nº 3.048/99 referindo-se aos direitos do trabalhador afastado por doença ou acidente que são encaminhados a reabilitação profissional e indicados à reinserção ao mercado de trabalho e a lei 13.146/15 conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que promove condições de igualdade para sua inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência.

Deficiências são caracterizadas como incapacidade física ou mental congênita ou adquirida por enfermidades e acidentes de trânsito ou de trabalho que levam ao comprometimento parcial ou total de suas funções, conforme definição de (RODRIGUES et. al, 2019, p.03).

Existem dificuldades e desafios que são encontrados pelas pessoas com deficiência no âmbito escolar e empresarial referente ao acesso devido ao preconceito e desinformação da sociedade e muitas vezes não compreendido pela própria pessoa com deficiência.

O mercado de trabalho atual exige um nível maior de qualificação profissional, criando assim uma desigualdade social e um alto índice de desemprego devido a pouca escolarização da população e de poucas oportunidades de aquisições de experiências, dificultando também a reinserção ao mercado de trabalho por pessoas com deficiência.

A maioria dos relatos encontrados nos artigos analisados nos da uma visão mais clara dessas dificuldades como os simples acesso a utilização de banheiros ou locais públicos sem adaptações de segurança para a utilização plena pela pessoa com deficiência.



Este trabalho tem como objetivo verificar as dificuldades e desafios encontrados pelas pessoas com deficiência no momento de inserção e reinserção (após reabilitação) ao mercado de trabalho.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi à revisão integrativa da literatura que envolve a organização e a discussão de um assunto de pesquisa, utilizando-se de fontes coletadas nas bases de dados de arquivos disponíveis na internet. Seu objetivo é buscar a partir de descritores artigos para obtenção de informações como: os conceitos, dificuldades e desafios sobre o tema abordado, publicados no período dos 10 últimos anos, para uma maior compreensão abrangente sobre o tema, seguindo o modelo de construção exposto em Vasconcelos & Ruiz, 2015.

### **1ª Fase: elaboração da questão norteadora**

A questão norteadora serve de planejamento e definição com delimitação para efetivação e foco da pesquisa, constituída muitas vezes pelos objetivos específicos do trabalho. A questão utilizada: Quais as dificuldades e desafios encontrados pela pessoa com deficiência na inserção e (re)inserção ao mercado de trabalho?

### **2ª Fase: busca ou amostragem na literatura**

A busca de artigos foi realizada nas bases de dados **LILACS** (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), **SciELO** (Scientific Electronic Library Online), **MEDLINE** (Literatura Internacional em Ciências da Saúde) e **CAPES** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A busca foi realizada nos meses de agosto a novembro de 2019. Após análise preliminar dos resumos, foram totalizados 17 artigos para análise na íntegra.

Segundo os seguintes critérios de inclusão:

- Artigos disponibilizados na íntegra nas bases de dados pesquisadas;
- Artigos escritos na língua portuguesa e estrangeira (inglês e espanhol);
- Artigos que respondessem a temática pesquisada e a pergunta norteadora;

- Artigos publicados entre os anos de 2009 a 2019.

Critérios de exclusão:

- Artigos de revisão integrativa ou bibliográfica;
- Artigos que não responderam a pergunta norteadora;
- Artigos publicados fora da linha de tempo determinada na pesquisa;

### **3ª Fase: definição das informações extraídas dos estudos selecionados**

Para análise dos dados contidos nos artigos selecionados, foi realizado inicialmente um fichamento com transcrição dos textos que contemplavam o tema deste estudo e posteriormente realizou-se a criação e o preenchimento de um quadro com as características pré-selecionadas: título, autores, ano de publicação, periódico e classificação Qualis Capes, resultando na elaboração final da revisão integrativa.

### **4ª Fase: avaliação dos estudos incluídos**

Esta etapa ocorreu conforme a leitura criteriosa dos artigos selecionados após a conclusão das etapas anteriores. Essa fase é muito importante, pois após a leitura houve uma evolução nas concepções do quão são reais as dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência como acesso a locais de lazer e órgãos públicos para efetivações de seus direitos e a importância do trabalho como um fator biopsicossocial e cultural na vida da pessoa com deficiência.

### **5ª Fase: discussão dos resultados**

Da análise do conteúdo duas categorias temáticas foram as mais abordadas durante as leituras: (I) Legislação no Brasil e a Reabilitação Profissional; (II) Dificuldades e direitos na inserção e reinserção ao mercado de trabalho.

#### **I – Legislação no Brasil e a Reabilitação Profissional**

No Brasil a Constituição Federal de 1988, assegura direitos iguais aos trabalhadores com e sem deficiência e estabelece a proibição da discriminação o que diz respeito a salários ou critérios de contratação do trabalhador com deficiência.

A Lei nº 8.213/91 ou Lei de cotas (BRASIL, 1991), dispõe sobre os benefícios da Previdência Social e a contratação de pessoas com deficiência para empresas com mais de 100 funcionários, devendo reservar e preencher de 2% a 5% dos cargos da empresa para pessoas com deficiência, assegurando a possibilidade de inclusão destas ao mercado de trabalho.

Com o objetivo de proporcionar “os meios para (re) educar e (re) adaptar o profissional” A lei nº 8.213/91 também assegura as pessoas com deficiência através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o gozo a aposentadoria especial ou por invalidez e o direito a reabilitação profissional.

A Reabilitação profissional é um processo de estabilização e solidificação, cujos procedimentos são voltados para recuperação física e mental da pessoa com algum tipo de deficiência (congenita ou adquirida através de acidentes) para fins terapêuticos de abrangência multidisciplinar com o objetivo de reinserir o trabalhador com deficiência para o mercado de trabalho.

Durante o período de reabilitação o segurado afastado do trabalho deve se recuperar ou readaptar visando sempre o retorno ao trabalho. Conforme (VARGAS et al, 2017, p. 04) quanto menor for o período de afastamento, maiores são as chances dos PCDs serem reinseridos ao mercado de trabalho ou retornarem a sua empresa de origem antes do afastamento.

As pessoas com deficiência afastadas do trabalho por motivos de doença ou acidente têm o direito constitucional de ser acompanhado através da reabilitação profissional, serviço este disponibilizado pelo INSS e que é regulamentado pelo Decreto nº 3.048/99 (Brasil, 1999a) seguindo alguns critérios contidos nos art. 77, 78 e 79:

- O segurado em gozo de auxílio-doença está obrigado, independentemente de sua idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da previdência social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos;
- O auxílio-doença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho, pela transformação em aposentadoria por invalidez ou auxílio-acidente de qualquer natureza, neste caso se resultar sequela que implique redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para exercício de outra atividade, não cessando o benefício

até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez;

Entretanto a mesma legislação que dá direito a reabilitação do trabalhador com deficiência desobriga o INSS garantir a sua efetivação após o retorno ao trabalho ou a fixação no mercado de trabalho após a reabilitação para nova função, apenas certificando que o trabalhador está apto para o retorno ao trabalho ou de execução da função.

Apesar de toda a legislação voltada à proteção e inclusão das pessoas com deficiência à sociedade na execução desses direitos, gera dificuldades no que se refere ao âmbito biopsicossocial do indivíduo com alguma deficiência.

## **II - Dificuldades e direitos na inserção e reinserção ao mercado de trabalho**

A lei 13.146/15 conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) “assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

A inclusão social torna-se um mecanismo de fundamental importância para execução dos direitos das pessoas com deficiência efetivando as ações de direito a acessibilidade a bens e serviços e de combate à exclusão, sem diferenciar gênero, idade ou classe social.

Alguns princípios básicos da cidadania são o direito a liberdade de ir e vir (acessibilidade), do respeito (combate ao preconceito) e da dignidade humana e valores sociais do trabalho.

Conforme (COUTINHO et al, 2017, p. 569) as dificuldades encontradas pelas PCDs (pessoas com deficiência) no mercado de trabalho geram desvantagens muitas vezes provenientes da falta de acesso à educação, devido ao preconceito acerca da deficiência e as péssimas condições das estruturas físicas das instituições.

Outra dificuldade é o acesso a treinamentos para aprimoramento profissional onde muitos possuem restrição financeira para este investimento. Segundo o Decreto nº

3.298/99, art. 49 (BRASIL, 1999b) diz que os órgãos administrativos federais devem tomar medida que viabilizam a qualificação de profissionais para educação especial:

- I - formação e qualificação de professores de nível médio e superior para a educação especial, de técnicos de nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional;
- II - formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e de recursos humanos que atendam às demandas da pessoa portadora de deficiência;
- III - incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência.

Atualmente existem as instituições especializadas em habilitação e apoio aos PCDs como: APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), Pestalozzi (Associação Pestalozzi de Maceió), ADEFAL (Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas), AACD (Associação de Assistência à criança com deficiência), Adaptsurf, entre outras, que visam também à inclusão das pessoas com deficiência a exercerem seus direitos de cidadão há acessibilidade aos ambientes de trabalho e lazer.

O mercado de trabalho para os PCDs ainda é repleto de expectativas e frustrações, pois enquanto de um lado encontra-se a empresa que busca profissionais capacitados para realização das tarefas, do lado contrario encontram-se os PCDs tentando mostrar sua capacidade de atingir as expectativas do mercado como podemos ver nas falas dos autores: VARGAS et al, 2017, p. 04; BREGALDA & LOPES, 2016, p. 487.

[...] O trabalhador doente e afastado do trabalho vivencia intensa culpa fracasso e exclusão. [...] por estar afastado do trabalho, ficando numa situação social marginal não podendo corresponder ao lugar ou desempenhar seu papel esperado.

As relações que os indivíduos estabelecem com e no seu trabalho são elementos constitutivos fundamentais do seu caráter, visto que possibilitam a vivência de experiências de sentirem-se pertencentes e de poderem estabelecer metas ao longo prazo [...]

As contratações ocorrem quase sempre devido a obrigatoriedade da Lei nº 8.213/91 ou Lei de Cotas, marginalizando os trabalhadores PCDs e dificultando sua inclusão ao mercado de trabalho, não havendo credibilidade referente às capacidades reais das pessoas com deficiência, devido ao pouco esclarecimento das pessoas responsáveis pelas seleções e contratações nas empresas.

As PCDs são pessoas que possuem limitações significativas no funcionamento motor (paraplegia, amputação), intelectual ou físico (auditivo e visual), afetando comportamentos e habilidades, (TOLDRÁ, et al, 2010, p. 159) “participação, interação e papéis sociais; saúde física e mental e contextos relacionados há ambientes pessoais e socioculturais”.

Portanto é importante conhecer e saber identificar os tipos de deficiência para garantir a esses indivíduos um suporte e orientações adequadas, entendendo que a pessoa com deficiência pode produzir e apresentar potencialidades na execução de atividades laborais.

### **6ª Fase: Apresentação da revisão integrativa**

A revisão integrativa foi apresentada em categorias temáticas que emergiram das leituras aprofundadas, mostrando os principais resultados evidenciados na análise dos artigos incluídos conforme discussão abaixo:

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Com a utilização das palavras chaves (inserção ao trabalho, reabilitação profissional e deficientes no mercado de trabalho) selecionados para responder ao problema da pesquisa (dificuldades e direitos na inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho), foram encontrados 1123 artigos na base de dados Lilacs e 1699 na Scielo, totalizando 2822 artigos. As base de dados Medline e Capes não foram utilizadas, pois contiam apenas os resumos sem a liberação gratuita dos artigos na intrega, impossibilitando à analise dos mesmos.

Após utilização de filtros para diminuição da quantidade de artigos na base **Lilacs** utilizando dos descritores (inserção ao trabalho [664], reabilitação profissional [447] e deficientes no mercado de trabalho [12]) restaram 25 artigos para analise dos resumos e dos criterios de inclusão e exclusão. Entre estes, 2 eram artigo de revisão, 8 não respondiam a questão norteadora, 1 apresentava-se apenas como resumo e 2 estavam repetidos na base analisada .

Já na base de dados **Scielo** foram utilizados os mesmos descritores (inserção ao trabalho [1498], reabilitação profissional [191] e deficientes no mercado de trabalho [10])

restaram 26 artigos para análise dos resumos e dos criterios de inclusão e exclusão. Entre estes, 19 não respondiam às questões norteadoras e 3 estavam repetidos na base analisada.

Ao final, foram inseridos no estudo **17 artigos**, cujos resultados foram analisados e discutidos na íntegra. Estes foram publicados em **15 periódicos**, sendo **14 nacionais e 1 internacional**, disponíveis na íntegra nas bases de dados pesquisadas e com classificação no Qualis Capes em **B3** (Revista Acta Fisiátrica), **B1** (Revista Brasileira de saúde ocupacional, Revista de Terapia Ocupacional, Revista de Salud Publica, Revista Saúde e Sociedade, Revista CoDAS, Revista Fisioterapia e movimento, Revista Brasileira de Fisioterapia e Revista Trabalho, Educação e Saúde), **A2** (Revista Psicologia: ciência e profissão, Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Revista Psicologia e Sociedade, Revista Estdos e pesquisas em Psicologia e Arquivos brasileiros de psicologia) e **A1** (Revista Paidéia).

O Quadro 1 apresenta os artigos selecionados conforme título, autores, ano de publicação, periódico e classificação Qualis Capes.

<b>Quadro 1</b>					
<b>Artigos selecionados LILACS</b>					
<b>Periódico Ano/País /Base/ Qualis</b>	<b>Título</b>	<b>Autoria/ Tipo de estudo</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>	<b>Conclusão</b>
Revista Terapia Ocupacional  2010 – Brasil  Lilacs (T1)  Qualis B1	Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção.	Toldrá, R. C; De Marque, C. B; Brunello, M. I. B.  Investigação qualitativa do tipo exploratória	Refletir sobre as experiências voltadas à preparação e inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual, desenvolvidas por instituições especializadas.	As principais dificuldades para inclusão no mercado de trabalho são decorrentes da desinformação e desconhecimento da sociedade a cerca da deficiência intelectual, da defasagem entre as exigências das empresas e o nível de escolarização dos indivíduos.	Verificaram-se alguns avanços em direção à profissionalização e inclusão das pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho, apesar de muitas vagas ainda serem incompatíveis com as possibilidades dos indivíduos.
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional  2012 – Brasil  Lilacs (T2)	Vivências de trabalhadores com deficiência: uma análise à luz da Psicodinâmica do trabalho.	Leão, M. A. B. G; Silva, L. S.  Pesquisa Qualitativa	Investigar as vivências subjetivas de deficientes auditivos e físicos de uma empresa de grande porte no Vale do Paraíba Paulista em 2010.	Os resultados apontaram aspectos de sofrimento no trabalho, oriundos de desgaste físico ou psíquico e da falta de reconhecimento no trabalho.	As vivencias de sofrimento desses deficientes sobrepõem-se as de prazer no trabalho e que a visão de deficiência prevalece dificulta seu crescimento profissional e uma legítima inclusão ao trabalho.

## Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI

Qualis B1					
Revista De Salud Publica 2012 – Colombia Lilacs (T3) Qualis B1	Programa de orientación vocacional laboral para personas con discapacidad de la fundación de adaptación laboral – IDEAL.	Arango-Soler, J. M; Santander, J. M; Correa-Moreno, Y. A.  Descritivo Transversal	Otimizar o programa de Orientação Vocacional da Fundação IDEAL, destinado aos beneficiarios em condições de incapacidade, a fim de favorecer um desempenho satisfatório no trabalho produtivo da oficina institucional e no cotidiano de suas vidas para reintegração futura ao trabalho .	A maioria dos beneficiarios possuem bom desempenho nas atividades da oficina, respondendo aos requisitos de percepção sensorial, habilidades motoras e processos mentais, mas assumem praticas ruins de assistencia a saude.	A diversificação de atividades as quais os beneficiarios tem acesso deve ser favorecida, prevalecendo seu desempenho com opções que transcendam o trabalho. O sucesso das ações propostas nos planos individuais de orientação profissional depende em grande parte de sua implementação, além do ambiente institucional nos contextos cotidianos.
Psicologia: Ciência e Profissão 2015 – Brasil Lilacs (T4) Qualis A2	A inclusão de pessoas com deficiência no contexto do trabalho em Florianópolis: Relato de experiência no sistema nacional de emprego.	Hammes, I. C; Nuernberg, A. H.  Relato de experiência	Mostrar a experiência vivida pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE), na grande Florianópolis, por meio do desenvolvimento de ações específicas para inclusão das PcD no mundo do trabalho.	Principais dificuldades encontradas no desenvolvimento dessas ações foram o preconceito e o desconhecimento das pessoas acerca da deficiência, falta de rotina de fiscalização do cumprimento das cotas nas empresas e da presença de barreiras programáticas relativas ao BPC (benefício da prestação continuada).	Cabe as profissionais da area de RH a tarefa de atuar não apenas no processo de seleção e recrutamento de pessoas com deficiência mas também no acompanhamento efetivo de sua inserção e na promoção das mudanças culturais e organizacionais que demandam a presença das pessoas com deficiência nos ambientes de trabalho.
Psicologia: Ciência e Profissão 2015 – Brasil Lilacs (T5) Qualis A2	Valores Organizacionais e Concepções de deficiência: A percepção de pessoas incluídas	Ávila-Vitor, M. R. C; Carvalho-Freitas, M. N.  Pesquisa quantitativa	Verificar do ponto de vista das pessoas com deficiência inseridas no trabalho, se havia relação entre a percepção e as formas dos valores organizacionais e as formas como viam a deficiência no trabalho.	Foi possível identificar aspectos considerados importantes no processo de inserção de PcD, como o reconhecimento da inclusão, valor organizacional e a importância da convivência com PcD em um cenário favorável ao seu desempenho.	A importância de se tratar a inserção de PcD como um valor compartilhado pela organização, que se reflete em suas estratégias e políticas concretizando em ações e adequações práticas dos recursos humanos, oferecendo referências de atuação e impulsionando as reflexões e pesquisas sobre o tema.
Revista Brasileira de Estudos Populacionais 2014 – Brasil	Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro.	Garcia, V. G; Maia, A. G;  Pesquisa quantitativa	Análise da inserção no mercado de trabalho brasileiro das pessoas com deficiência, com base nos dados do Censo demográfico de	Os resultados destacam como os PcD enfrentam situações adversas em termos de formação escolar e acesso ao trabalho,	Maior reflexão sobre a realidade das pessoas com deficiência, buscando maior acesso à escolarização e a disponibilização de informações sobre as



## Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI

Lilacs (T6)  Qualis A2			2010.	decorrentes de barreiras e obstáculos existentes na sociedade como a relação socioeconômica e a limitação funcional da deficiência.	deficiências com uma maior qualidade, sugerindo também mudanças nas legislações previdenciárias do deficientes aposentados precocemente .
Acta Fisiátrica 2011 – Brasil  Lilacs (T7)  Qualis B3	Desempenho dos segurados no serviço de reabilitação do Instituto Nacional de Seguridade Social	Vacaro, J. E; Pedroso, F. S.  Pesquisa quantitativa	Verificar o desempenho dos segurados que participaram do programa de reabilitação profissional junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Porto Alegre/ SC.	Após um ano de término do programa apenas 40% dos segurados retornaram ao trabalho. Obtiveram maior eficiência os segurados que permaneceram um ano no programa comparados aos que permaneceram mais de cinco anos.	Os segurados com benefício de acidente tiveram melhores resultados após serem reabilitados dentro da própria empresa, com adequação e apoio como melhor realocação dentro da empresa.
Paidéia 2011 – Brasil  Lilacs (T8)  Qualis A1	Percepção de pessoas com baixa visão sobre seu retorno ao mercado de trabalho.	Ávila-Vitor, M. R. C; Carvalho-Freitas, M. N.  Descritivo transversal	Investigar as características de pessoas com baixa visão afastadas do trabalho e encaminhadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social para programa de reabilitação, bem como identificar suas expectativas quanto ao possível retorno ao mercado de trabalho.	Os participantes deprimem pouco conhecimento sobre a deficiência visual e os direitos da pessoa deficiente.	A despeito das políticas afirmativas para pessoas com deficiência, a desvantagem social é significativa quando se observa a baixa escolaridade e a pouca qualificação profissional, dificultando sua inclusão no mercado de trabalho.
Psicologia & Sociedade 2015 – Brasil  Lilacs (T9)  Qualis A2	Reabilitação profissional e retorno ao trabalho: uma aposta de intervenção	Poersch, A. L; Merlo, A. R. C.  Pesquisa qualitativa	Conhecer e se aproximar das experiências do retorno ao trabalho e as implicações na produção de subjetividade em trabalhadores da área hospitalar em Porto Alegre/RS.	Os resultados apontam dificuldades limitações e a problematização dos modelos de trabalho no trabalho vigente. Apontam também a criação de novos modos de trabalhar e viver e para construção de estratégias de inventividade.	As transformações no trabalho só conseguem se manter de forma duradoura, se a ação coletiva do trabalho seja realizada por ambas as partes compartilhadas por trabalhadores e empresa.
Estudos e Pesquisa em Psicologia 2012 – Brasil  Lilacs (T10)  Qualis A2	Reabilitação profissional: o que pensa o trabalhador sobre a reinserção	Cestari E.; Carlotto M. S.  Pesquisa qualitativa	Conhecer a vivência do trabalhador segurado em seu processo de reinserção laboral na empresa de vínculo, procurando avaliar aspectos do trabalhador e do programa de	Observou-se falta de integração entre os objetivos do programa e as empresas. Sendo o trabalhador encaminhado para a mesma função com restrição de atividades.	A reabilitação é considerada uma alternativa de retorno ao trabalho e um espaço de reflexão e construção de novos caminhos para serem trilhados em busca de um novo significado para suas vidas.

## Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI

			reabilitação profissional que contribui para readequação ao trabalho e ao contexto social e familiar.		
Saúde e Sociedade  2016 – Brasil  Lilacs (T11)  Qualis B1	A reabilitação profissional no INSS: caminhos da terapia ocupacional	Bregalda M. M.; Lopes, R. E.  Pesquisa qualitativa	Identificar e compreender práticas e concepções delineadas pela terapia ocupacional no Serviço Nacional de Seguro Social (INSS) no estado de São Paulo.	Foi apontado varios fatores que implicaram uma avaliação mais negativa da atuação do Inatituto, os quais estariam vinculados a questões estruturais do serviço.	A melhoria dessa estrutura requer uma participação e responsabilização maior das empresas, empenhadas na construção de um trabalho articulado entre governo , sociedade civil e demais setores além de ampliação e reformulação da legislação ue trata da reabilitação profissional no Brasil.
Arquivos Brasileiros de Psicologia  2018 – Brasil  Lilacs (T12)  Qualis A2	Reinserção profissional: o trabalho após a aquisição de uma deficiência.	Santos, J. C.; Carvalho-Freitas, M. N.  Pesquisa Qualitativa	Observar a vivencia do retorno ao trabalho por trabalhadores com deficiência visual ou fisica adquirida.	O retorno ao trabalho assumiu um maior valor individual, quando os impactos produzidos pela deficiência foram maiores, em comparação as que exigiram menos alterações do cotidiano	Tais resultados são relevantes ao propor que formas de (re) inserção no contexto organizacional, contribuem para um mercado de trabalho inclusivo e uma sociedade mais participativa.
Revista CoDAS  2018 – Brasil  Scielo (T13)  Qualis B1	Contribuição da Fonoaudiologia na inserção se pessoas com Síndrome de Down no mercado de trabalho	Barbosa, T. M. M. F; Lima, I. L. B; Alves, G. A. S; Delgado, I. C.  Pesquisa quantitativa	Analisar as contribuições da Fonoaudiologia no processo de inserção no ambiente laboral de jovens com Síndrome de Down, endo em vista sua profissionalização.	Após a inserção no mercado de trabalho houve mudanças significativas na comunicação e autonomia dos sujeitos do estudo.	Mudanças no comportamento social, maior uso da autonomia e comunicação, contribuindo no empoderamento dos jovens com Síndrome de Down.
Revista CoDas  2019 – Brasil  Scielo (T14)  Qualis B1	Functional independence profile of people with physical disabilities.	Rodrigues, C. V. C; Leffer, A; Chesani, F. H; Mezadri, T; Lacerda, L. L. V.  Pesquisa Qualitativa	Analisar os itens motores do nível da independência funcional das pessoas com deficiência adquirida, residentes no município de Itajaí/SC.	Os resultados indicaram que pessoas com deficiência são mais independentes em autocuidade e que o maior indice de deficiencia são as de nivel neurologicos e com amputações.	É importante que os serviços de saúde e as políticas publicas priorizem ações que reduzam sua influência no cotidiano e na autonomia dessas pessoas, aumentando a realização pessoal e a interação social na inserção ao mercado de trabalho.
Revista Brasileira de Fisioterapia  2010 – Brasil  Scielo (T15)  Qualis B1	Fatores associados ao retorno ao trabalho após um trauma de mão: uma abordagem qualiquantitativa.	Hammes, I. C; Nuernberg, A. H.  Pesquisa Quali quantitativa	Descrever os trabalhadores que retornam ao trabalho após um trauma de mão e analisar os fatores que se associaram a esse desfecho após três anos de alta da reabilitação.	Maioria dos trabalhadores o sexo masculino, com baixa escolaridade e na faixa dos 37 anos, com vários níveis de desempenho necessitando de	Encontrou-se evidência de uma complexidade do retorno ao trabalho de trabalhadores com lesão mão, através de fatores associados ao desfecho e a importância de uma avaliação individualizada centrada em cada

## Pesquisas e Inovações Multidisciplinares em Ciências Humanas e Sociais no Século XXI

				acompanhamento profissional e ajustes de horário, função para uma melhor continuidade do tratamento em busca do sucesso do retorno.	trabalhador.
Revista Trabalho, Educação e Saúde 2017 – Brasil  Sscielo (T16)  Qualis B1	Qualidade de vida no trabalho de pessoas com deficiência física	Coutinho, B. G; França, I. S. X; Coura, A. S; Medeiros, K. K. A. S; Aragão, J. S.  Estudo Transversal com abordagem qualitativa	Avaliar a qualidade de vida no trabalho e os principais fatores correlacionados em pessoas com deficiências físicas.	Os resultados mostraram que os fatores mais correlacionados foram salário, capacidade de ascensão profissional, oportunidades de expressar suas opiniões, carga horária e quantidade de trabalho,	Será necessário maior incentivo a implementação de uma cultura de fomento que objetivamente compreenda a inserção das PcDs no mercado de trabalho, visando uma melhor adaptação dos fatores determinantes dessa realidade.
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional 2017 – Brasil  Sscielo (T17)  Qualis B1	Percepção dos usuários a respeito de um serviço de reabilitação profissional	Vargas, A. C; Santos, A. C. T; Souza, R. M; Silveira-Monteiro, C. A.  Pesquisa quantitativa descritiva	Identificar a percepção e os sentimentos dos trabalhadores reabilitados ou em reabilitação a respeito do processo de RP bem como descrever o perfil de saúde e afastamento desses trabalhadores.	Identificaram-se alguns problemas como: impacto da doença e do afastamento do trabalho, inefetividade do programa de reabilitação, percepção quanto ao retorno do trabalho e relacionamentos com chefias e colegas.	A reabilitação profissional é um passo importante para a saúde do trabalhador no contexto físico, psíquico e social e pessoal, mas que necessita também de uma ação multiprofissional, ampliando a percepção do trabalhador e da sociedade.

**Fonte: Artigos estudados após a execução da busca citada no artigo (2019).**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sociedade brasileira ainda tem marcas profundas de desigualdade e preconceitos para com as pessoas com deficiência sendo elas físicas, intelectuais, auditivas, visuais ou múltiplas, e a inclusão por si só é apenas uma forma de romper com os paradigmas e contribuir para que eles sejam agentes participativos do seu próprio desenvolvimento pessoal e social.

As dificuldades enfrentadas pelas PCDs devem ser tema de reflexão na sociedade como um todo e não somente entre governo, empresa contratante e escola, pois a valorização e seu reconhecimento devem ser evidenciados através da necessidade urgente de escolas regulares com as adaptações corretas e profissionais da educação empenhados na educação inclusiva; a fomentação empresas parceiras no processo de inclusão dos PCDs ao mercado de trabalho e a sociedade modificando sua maneira de pensar com relação às pessoas com deficiência.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ARANGO-SOLER, J. M. et al. Programa de orientación vocacional laboral para personas com discapacidad de La fundación de adaptación laboral-IDEAL. Rev. Salud publica Bogotá - Colombia v.14(5), p. 842-851, Outubro 2012.

ÁVILA-VITOR, M. R. C. & CARVALHO-FREITAS, M. N. Valores Organizacionais e Concepções de deficiência: a percepção d pessoas incluídas. Psicologia: Ciência e profissão, v. 32 (4), p. 792-807, 2012.

BARBOSA, T. M. M. F. et al. Contribuições da Fonoaudiologia na inserção de pessoas com Síndrome de Down no mercado de trabalho. Revista CoDAS. São Paulo, v 30(1), p. 1-8, junho 2017.

BRASIL. Lei nº 8.213/91, de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1991. Disponível em: <[http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm)>. Acesso em: 18 nov.2019.

BRASIL. Decreto nº 3.048/99, de 06 de maio de 1999. (a) Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm)>. Acesso em: 20 nov.2019.

BRASIL. Decreto nº 3.298/99, de 06 de dezembro de 1999. (b) Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)>. Acesso em: 25 nov.2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 20 nov.2019.

BREGALDA, M. M. & LOPES, R. E. Reabilitação profissional no INSS: caminhos da terapia ocupacional. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 479-493, 2016.

BITTENEOURT, Z. Z. L. C. & FONSECA, A. M. R. Percepções de pessoas com baixa visão sobre seu retorno ao mercado de trabalho. Revista Paidéia. São Paulo, v. 21, n. 49, p. 187-195, mai/ago 2011.

CABRAL, L. H. A. et al. Fatores associados ao retorno ao trabalho após um trauma de mão: uma abordagem qualiquantitativa. Revista Bras. Fisioterapia. São Carlos, v. 14, n. 2, p. 149-157, mar/abr 2010.

CESTARI, E. & CARLOTTO, M. S. Reabilitação profissional: o eu pensa o trabalhador sobre sua reinserção. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 93-115, 2012.

COUTINHO, B. G. Et e al. Qualidade de vida no trabalho de pessoas com deficiência física. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 561-573, mai/ago 2017.

GARCIA, V. G. & MAIA, A. G. Característica da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Bras. Est. Pop.* Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 395-418, jul/ dez 2014.

HAMMES, I. C. & NUREMBERG, A. H. A inclusão de pessoas com deficiência no contexto do trabalho em Florianópolis: relato de experiência no Sistema Nacional de Emprego. *Psicologia: Ciência e Profissão* [Revista online]. São Paulo, 35(3), p. 768-780, 2015.

LEÃO, M. A. B. G. & SILVA, L. S. Vivências de trabalhadores com deficiência: uma análise à luz da Psicodinâmica do trabalho. *Revista Bras. Saúde ocupacional*. São Paulo, 37 (125), p. 159-169, maio/agosto 2012.

POERSCH, A. L. & MERLO, A. R. C. Reabilitação profissional e retorno ao trabalho: uma aposta de intervenção. *Psicologia e Sociedade*. Belo Horizonte, n. 29, p. 1-10, dez 2017.

RODRIGUES, C. V. C. et al. Funcional independence profile of people with physical disabilities. *Revista Fisioter. Mov.* Curitiba, v. 32, p. 1-8, 2019.

SANTOS, J. C. & CARVALHO-FREITAS, M. N. Reinserção profissional: o trabalho após a aquisição de uma deficiência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 184-197, maio 2018.

TOLDRÁ, R. C. et al. Desafios para inclusão no Mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. *Revista Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 21, n. 2, p. 158-165, maio/agosto 2010.

VACARO, J. E. & PEDROSO, F. S. Desempenho dos segurados no serviço de reabilitação do Instituto Nacional de Seguridade Social. *Acta Fisiátrica*. São Paulo, v. 18, n. 4, p. 200-205, 2011.

VARGAS, A. C. et e al. Percepção dos usuários a respeito de um serviço de reabilitação profissional. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, v. 42, n. 11, p. 1--10, jan 2017.

VASCONCELOS, R. N. C & RUIZ, E. M. Formação de médicos para o SUS: a integração ensino e saúde da família – revisão integrativa. *Revista Brasileira de Educação médica*, Brasília, v. 39 (4), p. 630-638, 2015.

VITOR, M. R. C. A. & FREITAS, M. N. C. Valores Organizacionais e Concepções de deficiência: a percepção d pessoas incluídas. *Revista Psicologia: Ciência e profissão*, v. 32 (4), p. 792-807, 2012.

**Capítulo 35 - DOI:10.55232/1085002.35**

**MODELAGEM MATEMÁTICA APLICADA À  
AGRICULTURA DO DISTRITO DE NOVA MATRONA  
(SALINAS - MG)**

**Agnaldo Monteiro Farias, Rafaela de Souza Coutrim, Leonardo Martins do  
Nascimento, Anderson Vantuir Nobre Vieira**

**RESUMO:** O presente trabalho visa analisar o papel da Modelagem Matemática na atividade agrícola da comunidade do distrito de Nova Matrona, município de Salinas-MG. O desenvolvimento do trabalho ocorreu a partir de entrevistas realizadas com alguns produtores da região e do Conselho Comunitário Matronense (CCM) e Associação dos Moradores e Produtores de Nova Matrona, de onde foi possível coletar alguns dados tais como receita e lucros por pés de tomates plantados no anos de 2015. Assim, utilizando a técnica de ajuste de curvas por meio do Método dos Mínimos Quadrados (MMQ) foi possível obter funções que relacionam a quantidade de pés de tomate plantados com o custo e com a receita obtida. Ao aplicar o MMQ, como modelo matemático usado na agricultura do distrito para análise de tendências, espera-se possibilitar aos produtores da região uma estimativa do que se pode gerar de custos e lucros nas próximas plantações.

**Palavras-chave:** Modelagem Matemática, Método dos Mínimos Quadrados, Agricultura



## **INTRODUÇÃO**

Muitos problemas do cotidiano podem ser modelados matematicamente por meio de funções, por exemplo, podemos citar problemas envolvendo o conceito de Custo, Receita ou Lucro. Sendo assim, funções são excelentes ferramentas de solucionar e representar questões atuais, bem como simular graficamente uma situação problema (FORTES et al, 2014). Elas têm um papel importante na modelagem de situações encontradas no cotidiano, pois sua aplicação no campo da Matemática e em outras ciências é vasta.

Frente a esse panorama, procurou-se conectar a matemática com alguma atividade que tivesse relação com a realidade. Sendo assim, escolheu-se o tema “agricultura” a produção de tomate, que é uma das atividades agrícolas predominantes da região de Nova Matrona.

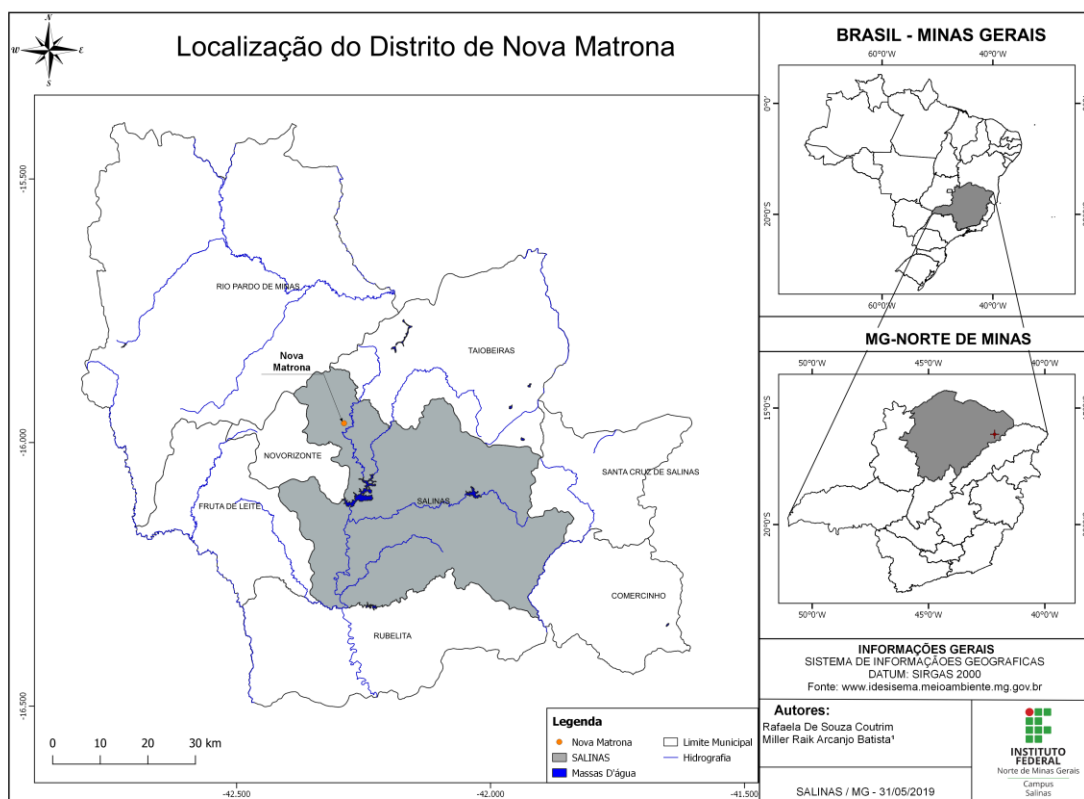
O distrito de Nova Matrona é uma comunidade situada na cidade de Salinas-MG no Norte de Minas Gerais, uma Região Fisiográfica do Chapadão do Itacambira - Vale do Jequitinhonha, Microrregião do Alto Rio Pardo, na área de abrangência da SUDENE e CODEVALE, conforme apresentado na Figura 1 (COUTRIM, 2021).

A região de Nova Matrona possui uma vasta área de produção agrícola, destacando três tipos de produtos: tomate, pimentão e pepino. Sabe-se que se produz muito, mas não existe uma base de dados confiável e atualizada dos índices de produção, receitas, custos e vendas. Com isso percebe-se uma certa dificuldade para o planejamento estratégico de desenvolvimento e potencialização agrícola da região por parte dos produtores (COUTRIM, 2021).

No presente trabalho tem-se como objetivo analisar o papel da Modelagem Matemática na atividade agrícola da comunidade do distrito de Nova Matrona. Busca-se inicialmente conhecer quem são os produtores, o quanto produzem, quanto custa essa produção e o custo dessa produção. Com essa base de dados, será possível montar um mapa da produção, identificando os desafios e os nós críticos do agronegócio local, bem como subsidiar a busca por meios e recursos para desenvolver o processo de produção, custeio e vendas, gerando um aumento produtivo da cadeia agrícola de região.

Posteriormente, a partir do uso do Método dos Mínimos Quadrados (MMQ), construiu-se modelos matemáticos para ajuste de curvas permitindo assim uma análise de tendências e previsões de valores não testados (não coletados).

**Figura 1- Mapa da localização de Nova Matrona**



**Fonte: Autoria própria (2019)**

De acordo com BASSANEZI (2011), fazer um ajuste de curvas significa simplesmente determinar os coeficientes de uma função, dada genericamente a priori, de modo que, no intervalo de valores considerado, esta função e os dados coletados sejam próximos. Uma maneira de verificar se a função de ajuste oferece uma boa estimativa para os dados coletados é obtendo-se o seu coeficiente de correlação de Person (R). Quanto mais próximo de 1 estiver  $R^2$  (chamado de coeficiente de determinação), mais preciso será o ajuste (FILHO; JÚNIOR, 2009).

O MMQ é uma ferramenta matemática muito utilizada no processo de estimar o comportamento de um experimento a longo prazo. Ele consiste em aproximar dados experimentais por um modelo matemático (“funções”), de modo a minimizar os erros

dessas previsões, dando assim, maior credibilidade para a análise de tendências de um experimento (BASSANEZI, 2011).

Este trabalho se justifica diante da falta de conhecimento de muitos produtores da comunidade matronense quanto a estimativa de produção de lavouras, e acreditamos que a Modelagem Matemática, por meio do MMQ, pode oferecer uma estimativa do custo médio e da receita média obtidos relacionados à quantidade de pés dos produtos que se deseja plantar.

Desse modo, ao aplicar o MMQ como modelo matemático usado na agricultura do distrito de Nova Matrona para análise de tendências de experimento, espera-se possibilitar aos produtores da região uma estimativa do que se pode gerar de custos e lucros nas próximas plantações.

## **METODOLOGIA**

O trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória, quanti-qualitativa, uma vez que busca analisar o papel da modelagem matemática na atividade agrícola da comunidade do distrito de Nova Matrona.

Na pesquisa exploratória, o pesquisador precisa desenvolver ideias e entendimentos através de referências encontradas nos dados, e não em se preocupar em apontar e comprovar hipóteses. Contudo, em busca de fundamentações teóricas, construiu um levantamento bibliográfico, observações feitas com cautela, assim como entrevistas e questionários como procedimento técnico e material para coleta de dados (VIEIRA, 2009).

Na pesquisa quanti-qualitativa o pesquisador combina elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa (ex., uso de perspectivas, coleta de dados, análise e técnicas de inferência qualitativas e quantitativas) com propósito de ampliar e aprofundar o conhecimento e sua corroboração (JOHSON et al, 2007).

O trabalho tem seu início no distrito de Nova Matrona (Salinas-MG) com pesquisa e coleta de dados realizados com alguns produtores, o Conselho Comunitário Matronense (CCM) e a Associação dos Moradores e Produtores do distrito. No primeiro momento obteve-se alguns dados relacionado à produção de tomates no ano de 2015.

Os produtores e proprietários entrevistados foram escolhidos a partir de uma lista pré-elaborada pelas instituições: Conselho Comunitário Matronense e Associação dos Moradores e Produtores de Nova Matrona. Foi realizada uma entrevista individual em local a ser determinado pelo entrevistado, onde foi possível analisar e coletar os dados relativos, tais como quantidade de pés plantados, receita média e custo de insumos do produto no ano de 2015.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste tópico são apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida sobre o uso do MMQ como modelo matemático usado na agricultura do distrito de Nova Matrona a partir de dados coletados em 2015.

**Tabela 1 – Valor médio da produção de tomates em 2015**

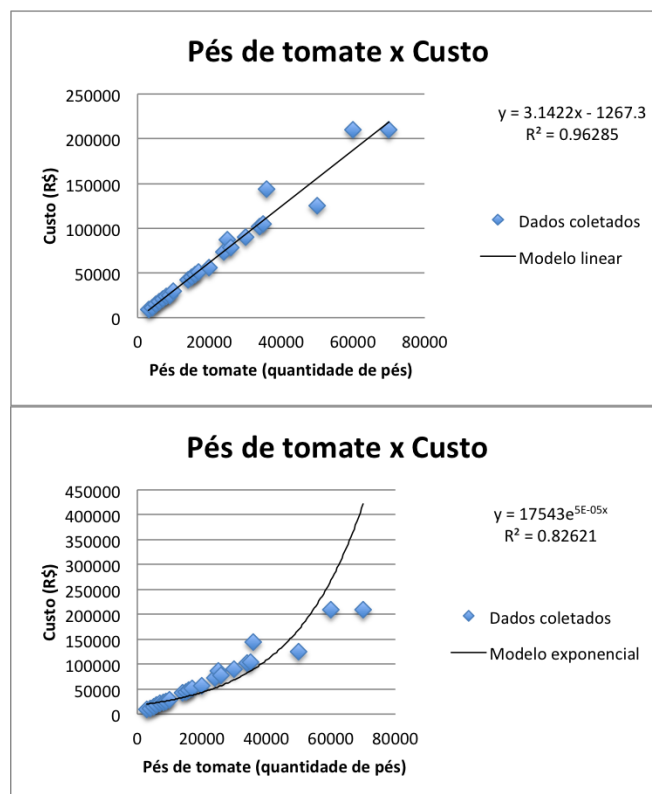
Pés de tomate plantados (un.)	Custo médio (R\$)	Receita média (R\$)
3000	9.000,00	21.000,00
4000	10.800,00	24.000,00
5000	15.000,00	37.500,00
6000	17.430,00	40.600,00
7000	21.167,00	48.070,00
8000	23.400,00	63.360,00
9000	24.750,00	67.500,00
10000	29.125,00	67.500,00
14000	42.000,00	112.000,00
15000	45.000,00	95.000,00
16000	48.000,00	114.400,00
17000	51.000,00	136.000,00
20000	56.000,00	148.490,00
24000	73.200,00	187.000,00
25000	87.500,00	200.000,00
26000	78.000,00	182.000,00
30000	90.000,00	180.000,00
34000	102.000,00	238.000,00
35000	105.000,00	210.000,00
36000	144.000,00	252.000,00
50000	125.000,00	350.000,00
60000	210.000,00	420.000,00
70000	210.000,00	532.000,00

**Fonte: Autoria própria e CCM (2019)**

Na Tabela 1, anteriormente, é exposto o valor médio resultante dos dados obtidos pela produção de tomates em 2015, onde foram calculados o custo médio (em R\$) e a receita média (em R\$) da produção de acordo com a quantidade de pés de tomates plantados (em unidade) durante o ano de 2015. A partir dos dados coletados, faz-se um ajuste linear, por meio do Método dos Mínimos Quadrados, para obter de forma ótima uma função de análise de tendência na relação entre a quantidade de pés de tomates plantados e o custo e a receita obtida.

Considerando o custo médio, apresentado na Tabela 1, dos insumos no plantio de tomates no distrito de Nova Matrona no ano de 2015 aplicamos dois modelos de ajuste linear: o modelo linear e o modelo exponencial. Como resultados preliminares, na Figura 1 mostram-se os gráficos obtidos considerando esses dois modelos e o valor calculado dos seus respectivos coeficientes. De acordo com o coeficiente de determinação ( $R^2$ ) do dois modelos mostrados, o modelo linear apresenta um melhor coeficiente de determinação. Assim, dentre os dois, o modelo linear é o que melhor descreve os dados fornecidos para o custo de insumo no plantio de pés de tomate.

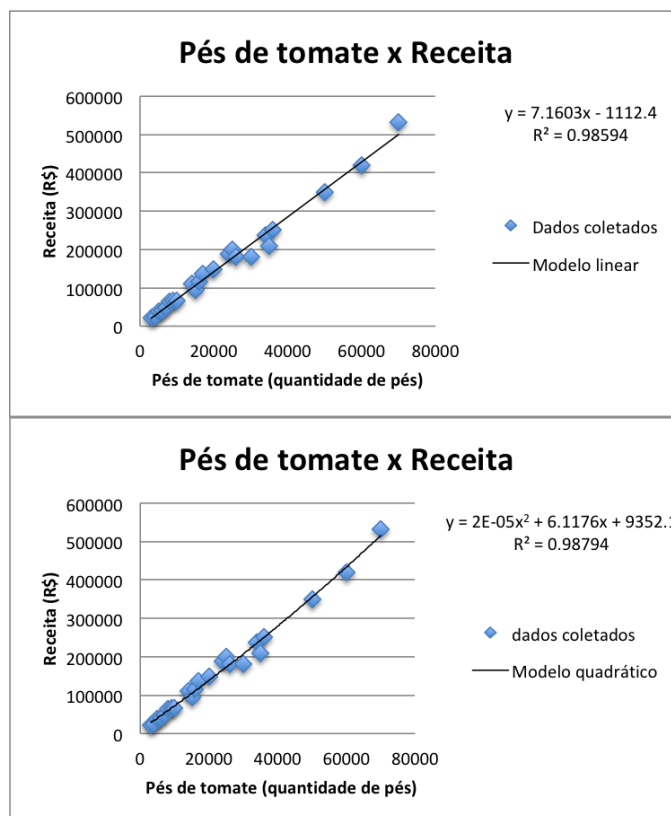
**Figura 1 – Ajuste de curvas para a quantidade de pés de tomate x Custo médio.**



Fonte: Autoria própria (2019)

Analogamente, considerando a receita média após a colheita, na Figura 2 mostram-se os gráficos obtidos considerando dois modelos: um modelo linear e um modelo quadrático. Dentre esses dois, o modelo quadrático é o que melhor descreve os dados fornecidos para a receita média, pois apresenta o coeficiente de determinação ( $R^2$ ) mais próximo de 1.

**Figura 2 – Ajuste de curvas para a quantidade de pés de tomate x Receita média.**



Fonte: Autoria própria (2019)

Neste capítulo, vimos por meio da modelagem matemática, via MMQ, que é possível fazer um ajuste de curvas para a análise de tendência e previsões para duas situações problema - Custo e Receita – na produção de tomates na comunidade de Nova Matrona, distrito Salinas-MG no ano de 2015. A partir daí, um produtor dessa comunidade pode ter uma estimativa, antes do plantio, do custo médio e/ou da receita média obtidos relacionados à quantidade de pés de tomates que se deseja plantar.

## CONCLUSÃO

Por meio da modelagem matemática, via MMQ, foi possível fazer um ajuste de curvas para a análise de tendência e previsões para duas situações problema - Custo e

Receita – na produção de tomates na comunidade de Nova Matrona, distrito Salinas-MG. Desse modo, um produtor da comunidade pode obter uma estimativa, a priori, do custo médio e da receita média obtidos relacionados à quantidade de pés de tomates que se deseja plantar. Aqui não se considera algum empecilho que pode afetar as plantações, tais como: doenças, falta de água e outros.

Como frisado desde o início, um dos objetivos foi introduzir o conceito do MMQ como ferramenta para fornecer, com maior credibilidade, uma análise de tendências de um experimento. Acreditamos que o trabalho contenha as diretrizes e os meios para a consecução dessa meta, além de proporcionar boas possibilidades de exploração desses conteúdos correlatos.

Vale ressaltar que este trabalho é parte de uma pesquisa maior, e maiores informações quanto a outros tipos de cultivares plantados e outros dados coletados são apresentados em COUTRIM (2021).

Por fim, reputamos que este trabalho possa servir de catalizador para futuras pesquisas em torno do tema abordado, visto que nenhuma pesquisa é capaz de encerrar um assunto dando-os por finalizado, mas, que por outro lado, abre leques contínuos de investigações.

### **Agradecimentos**

Agradecemos ao IFNMG pelo apoio e ao Conselho Comunitário Matronense (CCM) e a Associação dos Moradores e Produtores de Nova Matrona.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BASSANEZI, R.C. Ensino-aprendizagem com Modelagem matemática. 3ª Ed., Editora Contexto, 2011.

COUTRIM, R.S. Modelagem matemática aplicada na agricultura do distrito de Nova Matrona (Salinas/MG) [tcc]. Minas Gerais: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG/Salinas; 2021.

FILHO, D.B.F.; JÚNIOR, J.A.S. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson ( $r$ ). Revista Política Hoje, Vol. 18, no. 1, 2009.

FORTES, E.V. et al. O uso de modelagem matemática no ensino de funções nas séries finais do ensino fundamental: Um estudo de caso. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/26414>. Acesso em: 02 abr. 2019.

JOHNSON, R.B. et al. Para uma definição de métodos mistos pesquisa. In: Journal of Mixed Methods Research, 2007. v.1, n.2, p.112-133.

VIEIRA, S. Como elaborar questionário. São Paulo: Atlas, 2009.



**Capítulo 36 - DOI:10.55232/1085002.36**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES: FOCO NA LEI  
10.639/03 - ANÁLISE DE DOCUMENTOS DO  
NEDER/SEMED/MACEIÓ**

**Victoria Lannusa Vieira Tigre, Mariana Santos Faria, Valéria Campos  
Cavalcante**

**RESUMO:** Este artigo, é o recorte de uma pesquisa documental realizada com base nos documentos do Núcleo da Diversidade Étnico-Racial/NEDER, o objetivo primordial é problematizar a formação continuada dos professores da SEMED/Maceió, no tocante a aplicabilidade da Lei 10639/03. Levando em consideração que a grande maioria das crianças e jovens matriculados na Rede Municipal de Maceió são negras e negros, mas não se reconhecem, compreende-se a importância de se valorizar aspectos culturais, costumes do povo negro no currículo das escolas municipais. Como metodologia utilizamos a análise documental de documentos do Núcleo da Diversidade Étnico-Racial/NEDER, setor responsável na SEMED pela discussão e formação de professores na área étnico-racial. Após toda pesquisa constatamos que as ações do NEDER, incluindo a proposta de formação, prioriza debates acerca do processo identitário dos estudantes negros, como preconiza da Lei 10639/03. Entretanto, mesmo com a obrigatoriedade da legislação vigente no município, o que se observa, em muitas escolas da Rede Municipal de Maceió é a resistência de educadores em repensar sua prática, bem como a ausência de discussões que abordem cultura e identidades Afro no currículo das escolas.

**Palavras-chave:** Diversidade Étnico-Racial. Formação de Professores. Lei 10639/03.

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surge a partir da proposta da disciplina eletiva de Educação e Diversidade Étnico-Racial, no curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas, bem como a partir de nossas vivências enquanto servidoras/estagiárias da rede municipal de educação de Maceió e pedagogas em formação, o presente artigo procura problematizar o cumprimento da Lei 10639/03 nas redes municipais de Maceió, mais especificamente analisando a formação de professores.

Diante destes dilemas, nos inquietamos ao observamos que apesar de ser garantido por lei, o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira continua sendo esquecido nos espaços de aprendizagem das escolas públicas da rede municipal. Notamos, portanto, uma resistência advinda dos docentes quanto ao inserir questões étnico-raciais nos currículos cotidianos.

Dentro deste contexto, alguns docentes não conseguem extrapolar os conteúdos contido nos livros didáticos, e apresentam uma preferência exclusiva ao tripé: ler, escrever e contar. Questões acerca da história e cultura Afro-brasileira são silenciadas. Assim, o objetivo deste texto é analisar os documentos que fundamentam a seguridade da aplicabilidade da lei 10.639/03 nas escolas da rede municipal de Maceió.

Metodologicamente este artigo se organiza contemplando três questões que são fundamentais para essa discussão. I. Afirmação de Identidades Negras no Brasil – histórico entre o legal e o real, II. A luta negra no Brasil na atualidade – legislação e identidades, III. Formação de professores na rede municipal de Maceió: foco na lei 10.639/03.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. Afirmação de identidades negras no brasil – histórico entre o legal e o real

Na década de 1960, durante a ditadura militar o movimento negro amarga a marginalidade no Brasil, é perceptível um cenário nacional marcado pelo controle da

liberdade de expressão, nesse sentido, o movimento negro perdeu um pouco de sua grandiosidade quanto as suas conquistas em decorrência de lutas por diversos direitos.

É possível indagar aqui que durante as décadas de 1970 e 1980 a população afro-brasileira, e todo o restante da população, compartilharam do mesmo dissabor de estar em uma sociedade em que a grande maioria das situações são injustas e tornam os sujeitos reféns. O uso da força foi adotado com o intuito de reprimir todo movimento popular, qualquer que seja a organização política.

Segundo Domingues (2004, p.13)

O Golpe Militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. [...] Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil. [...] A reorganização política da pugna anti- racista apenas aconteceu no final da década de 1970, no bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil. ( DOMINGUES, 2007, p.111 apud MINAS; LIMA, 2016, p. 13)

Fica muito explícito que os mais diversos exemplos de discriminações raciais eram percebíveis, a luta se configurava um tanto quanto árdua. Sobre esse momento histórico Munanga e Gomes (2006) afirmam que:

Durante o ato público que acompanhou a manifestação, ocorreu a unificação de várias organizações negras, nascendo assim o Movimento Negro Unificado, mais conhecido como MNU. O MNU tomou-se uma das principais entidades negras da atualidade, possui um caráter nacional, com sedes em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e em-outros--- estados. A luta contra a discriminação racial, as propostas para a superação do racismo na educação escolar, a discussão da questão racial dentro dos partidos da esquerda brasileira, a formação de lideranças políticas negras para atuar nas esferas políticas são algumas das muitas ações do

MNU desde a sua fundação. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 129)

A discussão pública da questão racial foi para a marginalidade de modo que o movimento negro precisou reunir forças populares (como o sindical, estudantil, das mulheres e dos gays) que entraram em cena no país.

O nascimento do MNU<sup>1</sup> significou um marco na história do protesto negro do país. Novos rumos foram consolidados a partir do nascimento do Movimento Negro Unificado, as percepções de educação tiveram prioridades e o olhar atento para as necessidades de grupos étnico-raciais foi notório. Obviamente, esse novo norte de processos educativos em prol das corporações étnico-raciais se concretizou a partir da luta exacerbada, nada foi perpetuado sem a resistência do Movimento Negro, porém ainda assim, existem muitos impasses em decorrência dessa preexistência.

Na década de 1980, o MNU foi a mais importante organização a levantar a bandeira em defesa da democracia racial brasileira; no seu primeiro congresso defendeu-se portanto:

[...] a organização política da população negra; transformação do movimento negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, e a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.

---

<sup>1</sup> Em 18 de Junho de 1978, surge na frente das escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 07 de Julho o Movimento Negro Unificado que naquele momento convoca os Negros e Negras e a população em geral a Reagir a Violência Racial a qual estávamos submetidos. Havia naquele momento um silêncio por conta do Período de Ditadura Militar, mesmo assim negros que encarnaram o espírito de Zumbi dos Palmares, Steve Biko, Malcom X, Nzinga, Dandara, Acotirene, Luiza Mahin e tantos outros Líderes do Povo Negro no Brasil e no mundo, não se silenciaram naquele 7 de Julho de 1978. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mnu-as-lutas-e-bandeiras-ainda-sao-as-mesmas-de-1978/> Acesso em: 26. Julh. 2018.

Assim, a luta contra o racismo começa a se consolidar juntamente com a luta do trabalhador que tende a ir contra as ideias da exploração capitalista. Com vivência de uma

fase tão complexa e desigual, os negros percebem que a exploração socioeconômica atinge de modo diferenciado os negros e brancos e para que a superação do racismo seja consagrada, é necessário que somemos esforços na luta contra a desigualdade social e racial. Portanto, é necessário um olhar atento para esses dois eixos de modo coletivo. (MUNANGA; GOMES, 2004).

Com o processo de democratização do país, ainda na década de 1980, foram criados centenas de grupos afro-brasileiros por todo o território nacional. É percebido um momento de grande importância na atuação dos negros e negras brasileiros, no que se refere as suas ações políticas. Seguimos nesta luta até os dias atuais.

Considerando esse contexto, Nilma Lino Gomes (2011), traz indagações constatando que o movimento negro luta diariamente e arduamente. Algumas questões relevantes valem citar, a partir de suas reivindicações,

O Movimento Negro reivindica que a questão racial deveria ser compreendida como uma forma de opressão e exploração estruturante das relações sociais e econômicas brasileiras, acirrada pelo capitalismo e pela desigualdade social. Essa postura traz tensões no interior dos grupos reivindicativos dos anos 80 e 90. A esquerda brasileira é cobrada a se posicionar contra a exploração capitalista e também contra o racismo. Tal cobrança acabou por desvelar a forma insidiosa de o racismo se propagar, inclusive, dentro dos setores considerados progressistas. Ao depositar todas as forças de superação do capitalismo via a ruptura da estrutura de classes e instauração do socialismo, a esquerda brasileira com seus discursos e práticas políticas acabava por alimentar a ideia de que a questão racial estava subsumida na classe e desprezava a luta do Movimento Negro. Esse processo trouxe, no final dos anos 80 e início dos anos 90, tensões, críticas e rupturas entre integrantes do Movimento Negro, os partidos de esquerda

e as entidades dos ditos novos movimentos sociais. (GOMES, 2011, p.3).

Com a Constituição Federal de 1988<sup>2</sup> ficou efetivado que a educação se tornasse um direito social, ou seja, todos os sujeitos inseridos no âmbito comunitário precisam ter espaço para os processos educativos, priorizando assim, a educação para todos. Podemos perceber que a partir da década de 1990, o Movimento Negro passa a ser totalmente direcionado para os anseios da educação, trataremos dessa questão no próximo item.

## 2.2. A luta negra no brasil na atualidade – legislação e identidades

Ao mencionarmos a amplitude da identidade e seus mais variados conceitos, é imprescindível uma observação de modo minucioso ao enfatizar que a construção da identidade define o sujeito e sociedade em detrimento com os principais aspectos sociais, sejam eles políticos, profissionais, aspectos de gênero, etnias, pontos etnocêntricos, questões mediante ao preconceito, o racismo, entre outros. De acordo com Kabengele Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p, 177-178).

---

2 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 25. Julh.2018

.Ao guiarmos as questões em prol da identidade negra, Nilma Lino Gomes (2005), faz uma reflexão em que a idealização da identidade negra não deve abstrair os processos de identidade, quanto a sua amplitude, e quanto a sua complexidade. A autora expõe que esses processos possuem percepções sociais e pessoais, estão interligadas e tendem a construir a vida social.

A autora reafirma conforme citado por Louro (apud GOMES, 2005, p.42-43)

que:

Enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, nomeada em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais.

Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nesse processo, nada é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes, ou até contraditórias, (GOMES, 2005, p. 42-43), seguindo esse pensamento de reafirmar identidades negras no Brasil, diante da insistência do racismo, os intelectuais, políticos e o Movimento Negro procuraram construir documentos que reafirmassem os direitos sociais em nosso país, sobretudo, com a garantia da discussão na educação básica e superior com enfoque nos direitos à diversidade étnico-racial.

É necessário ressaltar que no Brasil vivemos um racismo ambíguo, sendo alicerçado em uma constante contradição, podendo ressaltar que:

A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de

profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, 2005, p. 46).

Para além da negação do racismo, vivemos na atualidade ainda o agravamento a perpetuação do mesmo na sociedade brasileira, conforme nos mostram as estatísticas que comprovaram a existência deste em nossa sociedade que demonstraram como ele é um fator de agravamento da situação de exclusão e desigualdade vivida pelas camadas populares brasileiras, (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 129).

Considerando esses índices, e tomando como referência a área educacional, intelectuais, políticos e o Movimento Negro procuram reafirmar o direito a uma educação justa para afrodescendentes na educação básica e superior, que traga um enfoque nos direitos à diversidade étnico-racial, e a reafirmação da identidade negra. Para isso, criaram-se vários documentos na área educacional que garantisse esses direitos, entre eles podemos citar: A Lei 10.639 de 2003

A Lei 10.639 de 2003 e suas respectivas formas de regulamentação (resolução CNE/CP 01/2004 e parecer CNE/CP 03/2004) vinculam-se à garantia do direito à educação. Elas o requalificam incluindo neste o direito à diferença. A sua efetivação como política pública em educação vem percorrendo um caminho tenso e complexo, no Brasil (GOMES, 2010, p.8).

A lei em questão trouxe novas reflexões acerca de políticas afirmativas voltadas para a relevância de particularidades da cultura negra e também da propagação de expressar o quanto o Movimento Negro lutou para que fosse percebido no ambiente escolar brasileiro a importância de aceitação de todos os povos, em especial os negros.

Assim, a Lei 10.639/03 e suas diretrizes precisam ser compreendidas dentro do complexo campo das relações raciais brasileiras, sobre o qual incidem. Isso significa ir além da adoção de programas voltados para a diversidade étnico-racial, realizados de forma aleatória e descontínua. Neste aspecto a Lei 10.639/03 avança quando garante que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e



particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Implica a inserção da questão racial nas metas educacionais do país, no Plano Nacional da Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão da escola e nas práticas pedagógicas e curriculares de forma mais contundente, conforme nos indica GOMES (2010, p. 09) :

Essa legislação precisa ser entendida como fruto de um processo de lutas sociais e não uma dádiva do Estado, pois enquanto uma política de ação afirmativa ela ainda é vista com muitas reservas pelo ideário republicano brasileiro, que resiste em equacionar a diversidade. Este ideário é defensor de políticas públicas universalistas e, por conseguinte, de uma postura de neutralidade da parte do Estado. Essa situação, por si só, já revela o campo conflitivo no qual se encontram as ações, programas e projetos voltados para a garantia do direito à diversidade étnico-racial desencadeadas pela Lei 10.639/03, no Brasil. (GOMES, 2010, p. 9).

Diante de tais afirmações é mais que fundamental ter o discernimento da Lei 10.639/03 em prol de sua amplitude que ultrapassa as paredes de uma escola, elas se fundamentariam uma época de luta, de sangue derramado através de um povo que queria apenas o seu espaço e o respeito que era seu por direito.

Quando mencionamos políticas de ação afirmativas, é importante trazer especulações sobre as cotas raciais que foram implementadas no Brasil após uma vasta luta em função da constitucionalidade no país. Nilma Lino (2012) descreve que:

A partir dos anos 2000, o movimento negro intensificou ainda mais o processo de ressignificação e a politização da raça, levando a mudanças internas na estrutura do Estado como, por exemplo, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003. Além disso, várias universidades públicas passaram a adotar medidas de ações afirmativas como forma de acesso, em especial, as cotas raciais. Como já foi dito, as políticas de ações afirmativas fazem parte das discussões internas desse movimento social desde os anos de 1980 e, paulatinamente, passaram a ocupar um lugar de destaque na sua pauta de reivindicações. Isso provocou discordâncias e dissensos entre setores políticos e intelectuais que divergiam dessa orientação (Fry et al., 2007). (GOMES, 2012, p.739)

É imprescindível salientar que a luta de cotas no ensino superior deve ser percebida a partir dos ideais que permeiam um enfrentamento justo e necessário. Ao direcionarmos nossas concepções mediante a importância de ações afirmativas, e do mérito da garantia da ascendência social dos negros, é salientado por Munanga e Gomes que:

Não é por falta de mérito que os negros são majoritariamente pobres no Brasil. Trata-se de uma consequência de nossa longa história de escravidão, racismo e violência. Também não é por falta de mérito que os negros são minorias nas universidades. (...). Trata-se da consequência das desigualdades de oportunidades educacionais e sociais, que marcam o nosso país. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 189).

Pois bem, com a redemocratização, as ações afirmativas criadas para melhoria do lugar que o negro tinha na sociedade, a criação da lei que colocava como obrigação da educação os ensinamentos de um povo que até então eram invisíveis, o país vivenciava um momento bastante significativos, esse tipo de percepção e necessidade de educar tinham prioridades políticas.

### 2.3. Formação de professores na rede municipal de maceió: foco na lei 10.639/03

A Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED), iniciou reflexões sobre a temática da Diversidade Étnico-Racial no ano de 1995, sendo uma das secretarias pioneiras no Brasil a assumir essas discussões na formação dos professores.

Nesse período, iniciou-se formações continuadas, que retratavam as questões étnico-racial na secretaria. A partir dessas formações criou-se o NEDER - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade Étnico-Racial, através da Portaria n°.13, de 23 de maio de 2005, cuja meta principal era rever a prática pedagógica dos professores sobre a valorização da diversidade étnico-racial, indígena na sociedade, conforme documento abaixo:

[...]“Criar o núcleo de Estudos, e pesquisas sobre a Diversidade Étnico- racial, com o objetivo de colaborar, efetivamente, para a mudança de paradigmas com relação à desigualdade racial presente na sociedade brasileira;” (MACEIÓ,2005).

Com a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Diversidade Étnico-Racial – NEDER foi disposto no Plano Anual de Trabalho (PTA), o mesmo foi aprovado pelo Ministério da Educação por meio da CULTAFRO, cujo número do convênio 862015/2006 concebido pelo FNDE/MEC, com o cadastro de número 23400.006403/2006-59. Mencionamos este convênio para explicar o quanto o mesmo foi importante para as concretizações das formações continuadas dos professores, evidenciando a identidade do sujeito negro e negra na escola.

O objetivo do NEDER é conduzir a Rede Municipal de Ensino de Maceió quanto à importância de valorizar a identidade e a história do negro e índios em Alagoas. Segundo o documento a exclusão desses povos é mais que visível, é real, é escancarado no âmbito social, nesse sentido, as escolas, e os professores da Rede Municipal necessitam trabalhar esses temas em suas aulas. De acordo com a Resolução n° 003/2017, é imprescindível que:

Art. 1º Instituir normas e orientações complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para incluir, no currículo escolar das Instituições de Ensino do Sistema de Ensino de Maceió, a obrigatoriedade da temática História e culturas Afro-brasileiras, Africanas e Indígenas. (MACEIÓ, 2017).

Como se pode constatar o documento acima citado indica a inclusão do estudo

étnico-racial no currículo das escolas da Rede municipal. Entendendo que o

reconhecimento através dos conteúdos apresentados também tem o poder de desenvolver a cultura e o pertencimento de um povo. Tornar legitimado as Relações Étnico-raciais dentro do currículo das escolas significa valorizar a diversidade do país e em específico de Alagoas/Maceió.

Há ainda neste documento a solicitação do redimensionamento nos projetos políticos-pedagógicos das escolas para que se incluam as discussões sobre as Relações Étnico-raciais nas instituições, conforme normatiza o Art. 2º da resolução:

Art. 2º As instituições públicas e privadas de Educação Básica, integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Maceió, redimensionarão seus projetos políticos-pedagógicos, a fim de contemplar, no currículo escolar, a inserção de conteúdos que atendam às finalidades e objetivos estabelecidos nas Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais. (MACEIÓ, 2017).

Ainda de acordo com a Resolução nº 003/2017 – COMED, os conteúdos referentes à História e as Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena, que se encontram no Projeto Político Pedagógico deverão ser explorados a partir do que chamamos de propostas pedagógicas e mediante ao plano de ensino.

Art.3º a proposta curricular deve contemplar conteúdos programáticos em suas dimensões culturais, filosóficas, religiosas, políticas, sociais, econômica e de produção de bens culturais, materiais e imateriais, referentes às culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena na formação da sociedade e demais orientações pertinentes às temáticas oriundas desta resolução.

Art.4º A educação das relações Étnico-Raciais e o estudo da História e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena serão desenvolvidos por meio de conteúdo, competências, atitudes e valores a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e suas/seus professoras/es, com o apoio e acompanhamento dos órgãos do Sistema de Ensino, através do COMED, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Diversidade Étnico-Racial – NEDER/SEMED, das entidades mantenedoras e coordenação

pedagógica, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP nº 01/2004, nas Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e Lei Estadual nº 6.814/07.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o Estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros, dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira, o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas sociais, religiosas, econômicas, políticas e cultural, pertinentes à História do Brasil e de Alagoas, incluindo as orientações da Lei Estadual nº 6.814/07

§ 2º Os conteúdos referentes a história e culturas afro-brasileira, africana e afro-alagoana dos povos indígenas brasileiros e indígenas alagoanos serão ministrados, no âmbito de todo o currículo escolar, e todas as áreas de conhecimento desenvolvidas por todas as Instituições de ensino, públicas e privadas, que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Maceió, observada sua autonomia. (MACEIÓ, 2017).

Cumprindo o que estabelece nesta legislação oficialmente o NEDER procura sistematizar a formação continuada para professores da educação com foco na temática negra. Diante do reconhecimento de negros e negras no espaço escolar há que se considerar que os antigos modos de se fazer educação já não cabem mais, deve-se, portanto, construir novos paradigmas educacionais mais abrangentes.

§ 5º A secretaria Municipal de Educação de Maceió, por meio do NEDER, e as mantenedoras das Unidades de ensino da rede privada devem proporcionar, de forma sistemática, formação continuada aos profissionais da educação, promovendo cursos, seminários, mostras pedagógicas, oficinas, intercâmbios e outras modalidades de estudo e aperfeiçoamento, estimulando e garantindo a participação, no que diz respeito aos dispositivos desta Resolução.

§ 6º O NEDER/SEMED, através da formação continuada, e a coordenação pedagógica das instituições de ensino promoverão o aprofundamento de estudos, para que as/os professoras/es concebam, organizem e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, inserindo as temáticas desta Resolução nas diversas Áreas do Conhecimento e nos diferentes componentes curriculares ofertados. (MACEIÓ, 2017).

Levando em consideração que a grande maioria das crianças e jovens matriculados na Rede Municipal de Maceió são negras e negros, mas não se reconhecem, compreende-se a importância de se valorizar aspectos culturais, costumes do povo negro no currículo das escolas municipais. Todas as ações do NEDER, incluindo a proposta de formação, priorizam exatamente esses debates acerca do processo identitário dos estudantes, e debates sociais sobre o lugar do negro na sociedade que precisam ser feitos, conforme explícito no documento:

Art. 6º O ensino de História e Culturas Africana, Afro-Brasileira, Indígena e Indígena alagoana tem como objetivos o reconhecimento e a valorização das identidades, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas das nações brasileira, indígenas, europeias e asiáticas, em especial comunidades quilombolas e povos indígenas na formação do estado de Alagoas, além de:

I- conhecer, valorizar e divulgar o patrimônio histórico-cultural, afro-brasileiro e indígena;

II- promover competências, conhecimentos, atitudes e valores nos educandos, despertando-os para o respeito às identidades étnico-raciais e para a valorização da diversidade na formação multicultural e pluriétnica da sociedade brasileira e da cultura alagoana;

III- superar concepções e práticas discriminatórias e racistas;

IV- produzir novos conhecimentos;

V- propiciar a efetivação de políticas públicas que reconheçam o valor das contribuições das culturas africanas, afro-brasileira, indígena-alagoana, na formação da nação brasileira;

VI- desenvolver, entre a população afrodescendente e a indígena, o reconhecimento positivo de sua pertença étnico-racial;

VII- reconhecer e valorizar as identidades, histórias e culturas dos afro-brasileiros, dos povos africanos e indígenas. (MACEIÓ, 2017).

Diante desta normativa, a rede municipal assume que se discuta no espaço das escolas de Maceió questões que envolva o povo negro e suas identidades, considerando ainda a mulher negra, tolerância religiosa, cultura negra, e outras questões que podem auxiliar os educandos a fortalecer suas identidades.

No entanto, mesmo com a obrigatoriedade da legislação vigente no município, e com todo aparato legal o que se observa, em muitas escolas da Rede Municipal de Maceió, são as resistências de educadores em repensar sua prática em decorrência da Lei 10.639/03. Percebemos, portanto, que mesmo com a promulgação da referida Lei e com a oferta das formações do NEDER nas escolas não são abordadas as questões étnico-raciais em sala.

Diante de nossa pesquisa foi constatado que no cenário geral público escolar e social permearam no processo e na concretização de mudanças, mas a escola resiste a essas transfigurações, considerando a base metodológica nas escolas, na sua grande maioria permanece com os mesmos princípios. Um ensino automatizado, focado no ato de ler, escrever e contar.

A preferência nas formações de professor são as questões que abrangem alfabetização, letramento e ensino da matemática, sendo assim, são deixadas de lado questões culturais, identitárias e sociais. Constatada a existência do NEDER e os documentos (portarias, pareceres e resoluções) que asseguram oferta de formações aos professores com a temática a partir das questões étnico-racial, afro-brasileira e indígena, percebemos que a ausência de discussões nas escolas é advinda, sobretudo, da resistência dos próprios professores que optam por temáticas que envolvam conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, finalizamos estas indagações ressaltando a importância do NEDER e de ações que possibilitem a formação continuada para professores focadas na Lei 10.639/03. As instituições de ensino de Maceió devem perceber as medidas que podem criar para eliminar essa cultura racista e preconceituosa. É, justamente, a partir das perspectivas da formação continuada que o primeiro passo de inserção das questões étnico-raciais deve ser propagado.

Sabendo da imensa diversidade existente em sociedade, podemos observar o “diferente” em todo lugar, e por consequência, torna-se necessário a inserção de todos os indivíduos, independentemente de sua cultura e/ou etnia, raça no contexto social, e isso deve ser proveniente do sistema da facilidade na qual os docentes devem expressar nas escolas. Já que a escola se constitui como o principal local no qual ocorre a interação.

Dessa forma, é perceptível a importância de haver essa interação entre a escola e o contexto social, pelo fato de que as crianças adentram ao ambiente educacional carregadas de experiências vivenciadas em sua vida. E, por isso, a escola deve lapidar esses conhecimentos trazidos pelos discentes, e concomitantemente, tornar a sala de aula um lugar prazeroso e capaz de envolver a todos, a fim de desencadear um trabalho conjunto. O trabalho do racismo nesse âmbito deve inteirar-se exatamente no que diz respeito aos métodos da não exclusão do sujeito que tende a ser diferente daquilo que eu sou. A formação em prol das questões étnico-raciais tende a desenvolver a inserção do negro no âmbito educacional.

Perceber o valor dos povos indígenas, afro-brasileiros, é uma tarefa necessária na educação, porém a desvalorização dessa cultura ainda é bastante presente. A partir do momento em que a escola não acha necessária a formação para esses questionamentos culturais e percepções de identidade dos indivíduos negros na instituição educacional, estamos lidando com o racismo e a exclusão de pessoas que fazem parte do contexto histórico do país.



## REFERÊNCIAS

DOMINGUES, Petrônio. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento

BRASIL, Lei LDB. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. **MEC/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade– Brasília, 2006.**

GOMES , Nilma Lino. **Alguns conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Secretária de educação continuada,

DOMINGUES, Petrônio. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento

BRASIL, Lei LDB. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. **MEC/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade– Brasília, 2006.**

GOMES , Nilma Lino. **Alguns conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Secretária de educação continuada, alfabetização e diversidade – Brasília: Ministério da Educação, 2005 – Coleção para todos.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 27, n. 1, 2010.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Movimento negro e educação. In: Educação como exercício de diversidade.** – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2005.

Leis Abolicionistas no Brasil: **As leis abolicionistas no Brasil, resumo, história, significados e efeitos, Lei Eusébio de Queiróz , Lei do Ventre Livre.** Disponível em:<[https://www.historiadobrasil.net/brasil\\_monarquia/leis\\_abolicionistas.htm](https://www.historiadobrasil.net/brasil_monarquia/leis_abolicionistas.htm)>.

Acesso em: 28. Jul. 2018

LINO GOMES, Nilma. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, 2012.

MACEIÓ, Secretaria Municipal de Educação. Portaria n. 13, de 23 de maio de 2005.

MACEIÓ, Secretaria Municipal de Educação. Resolução n° 003, de 15 de setembro de 2017. **Diário oficial do município**, Maceió, AL, p. 2, set. 2014.

MINAS, Egléia Adalgizo; LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra. **O movimento negro, a constituição de 1988 e a questão da territorialidade na preservação de uma cultura: a comunidade remanescente do quilombo da caçandoca.** Revista da

**Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 8, n. 20, p. 06-22, out. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em:

<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/5>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Global Editora, 2006.

## **PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS: REFLEXÃO NO OLHAR DA PSICOLOGIA**

**Bárbara Muriel Pereira de Moraes**

**RESUMO:** Os profissionais de saúde, em sua grande parte, não se encontram preparados adequadamente para atuar na comunicação de más notícias, assim, as instituições os preparam para o auxílio no processo de recuperação da saúde, mas não os capacitam para a comunicação efetiva e acolhedora. Atualmente, o psicólogo hospitalar vem sendo inserido na área com a proposta de ser um facilitador também nessas situações, porém, muitas vezes, os demais profissionais desconhecem a função do mesmo, e por isso tendem a não valer-se de seu trabalho. **OBJETIVO:** Analisar a atuação dos profissionais em hospitais frente à necessidade de transmissões de informações que podem ser críticas aos pacientes e, como os psicólogos podem contribuir para melhor aceitação por parte dos receptores de tais notícias. **MÉTODO:** Trata-se de um artigo de revisão com uma abordagem qualitativa. **Resultado:** Constatou-se a carência na formação de profissionais aptos em exercer suas respectivas funções de forma integralizada e valorizando a subjetividade do indivíduo de maneira a também promover saúde mediante a uma comunicação humanizada. Isso, com base em alguns estudos que apontam que, mais da metade dos pesquisados nos hospitais em questão não souberam relatar a importância de uma conversa efetiva e/ou alguma estratégia de comunicação de más notícias, alguns profissionais ainda, tendem a não considerar o auxílio do psicólogo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É notória a necessidade de se oferecer uma educação permanente aos trabalhadores em saúde, além de se inserir o psicólogo na equipe multidisciplinar de forma mais contextualizada para os demais profissionais.

**Palavras-chave:** Profissionais de saúde, psicologia hospitalar, más notícias.

## **INTRODUÇÃO**

Em qualquer etapa da vida, a comunicação se faz um processo imprescindível nas relações humanas. Seja ela na dimensão verbal ou não verbal, é através dela que, desde o início da vida de um indivíduo, são estabelecidos os vínculos, intermediadas as aprendizagens e facilitada a construção de uma identidade.

Em situações de adversidades na vida do indivíduo, como em um contexto da necessidade de permanência hospitalar, seja por qualquer motivo, a importância da comunicação não se faz menos notória, muito pelo contrário, ela muitas vezes se apresenta ainda mais significativa e construtiva. Pois, em tais contextos, o que se faz mais evidente e tem poder de mudar situações, seja para melhor ou pior, é a necessidade de que informações sejam passadas e recebidas, com isso, a maneira de como são comunicadas essas informações faz toda a diferença para a continuidade e qualidade dos serviços de saúde que serão prestados e, em como o próprio paciente vai lidar com seus processos.

A comunicação adequada traz vários benefícios quando exercida adequadamente, porém seu conteúdo nem sempre vem carregado de boas informações, tal situação é denominada de “comunicação de más notícias”. De acordo com BUCKMAN (1992), uma má notícia é aquela que causa algum dano ou sofrimento e torna a percepção do paciente negativa em relação ao seu futuro.

A comunicação de más notícias se faz presente no cotidiano dos hospitais e é geralmente realizada pelo profissional de medicina e conta, em cada vez mais unidades hospitalares, com o acompanhamento do profissional de psicologia. Porém, essa experiência de receber uma informação é transpassada diretamente pelas vivências subjetivas dos pacientes e seus familiares, indo muito além do que o profissional diz. Sendo assim, apesar da comunicação de más notícias ser muito atrelada a prognósticos de terminalidade da vida, uma notícia pode se fazer má ou não para um indivíduo de acordo com sua subjetividade, com seu contexto de vida e sobretudo com o significado que ele atribui às situações que lhe acometem. Ou seja, a identificação de uma doença crônica, a necessidade de um procedimento cirúrgico, a perda de uma gestação, a necessidade de uma internação, e tantas outras eventualidades às quais todo o ser humano está sujeito, se configuram, assim, em más notícias.

Com isso, este artigo tem como objetivo analisar a importância e o manejo dessa significativa ferramenta, que é a comunicação, nos ambientes hospitalares, levantando as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde na comunicação de más notícias e analisar o papel do psicólogo na intermediação dos processos de comunicação entre paciente-equipe-família, contextualizando também, os modelos de comunicação recomendadas para tal finalidade.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa trata se de uma revisão bibliográfica sobre comunicação de más notícias, com um olhar voltado para a psicologia hospitalar. Foi realizado um levantamento de artigos pelos sites Google Acadêmico, Scientific Electronic Library online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). Foram utilizados os seguintes descritores: comunicação de más notícias; psicologia hospitalar; equipe multidisciplinar na comunicação de más notícias e estratégias de comunicação na psicologia.

## **EQUIPE MULTIDISCIPLINAR E A COMUNICAÇÃO**

A equipe multidisciplinar conta com uma variedade de profissionais da saúde, dentre eles: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, assistentes sociais e etc. Independentemente da área de atuação, é necessário que todos conheçam as estratégias e técnicas de comunicação, pois, apesar do papel da maioria desses profissionais não ter como base um processo terapêutico, a convivência com seus pacientes e familiares é diária e a maneira como é feito esse contato interpessoal é capaz de ditar a qualidade do tratamento e a adesão do paciente às orientações e recomendações do profissional.

A transmissão de atenção, empatia e cuidado deve ser inerente a qualquer pessoa e, sobretudo, a um profissional da saúde. Porém, nesse estudo, foi questionado se de fato a equipe multidisciplinar se encontra apta a exercer esse trabalho mais humanizado, que vai além das práticas e técnicas de suas respectivas funções cotidianas. Neste contexto, se entende “apta” como, se existe o conhecimento da importância da comunicação na percepção da equipe multidisciplinar e se são utilizadas estratégias adequadas para este fim.

Uma pesquisa realizada em instituições de São Paulo, com participação de 303 profissionais de saúde atuantes em cuidados paliativos, revelou que, a equipe considera de suma importância a comunicação no processo de morrer, mas que evitam essa interação com seus pacientes por não possuírem preparo teórico e suporte emocional para tal fim. Além disso, cerca de 57% dos profissionais não foram capazes de citar nenhuma estratégia de comunicação verbal e apenas 15,2% conseguiram citar cinco estratégias não verbais. (ARAÚJO & SILVA, 2012).

As maiorias dos estudos encontrados, que tratam dessa atuação da equipe na comunicação de más notícias, estão vinculadas aos cuidados paliativos, sendo assim, essa revisão terá como referencial a comunicação nessa área, mas com base nessas pesquisas é possível levar essa realidade de distanciamento dos profissionais de saúde para outros contextos, considerando que, para a psicologia, a dor não é mensurável, sendo assim, não existe uma maior que a outra e todas devem ser cuidadas, ou seja, em todos os contextos se encontram a vulnerabilidade e a necessidade de uma comunicação acolhedora.

Tal evitação de entrar em contato com o sofrimento do outro não é apenas desconfortável e prejudicial somente ao paciente, também se mostra como uma dificuldade da equipe exercer seu trabalho. De acordo com ARAÚJO & SILVA (2012), “Pesquisa inglesa realizada com 110 enfermeiras paliativistas demonstrou que habilidades de comunicação parecem ser fatores determinantes para que as mesmas sintam-se mais confiantes e seguras [...]”. Sendo assim, a falta de conhecimento atrapalha os profissionais a se sentirem seguros e pode afetar suas funções cotidianas. Afinal, é compreensível que médicos e enfermeiros, por exemplo, se sintam desconfortáveis e acabem ficando “sem jeito” ao se depararem com a dor e frustrações dos pacientes e familiares, com isso, acabam por apenas realizar suas funções e utilizar jargões técnicos ao se comunicarem, buscando o distanciamento e evitando comprometer seu próprio emocional.

É essencial, entretanto, a mudança dessa realidade, pois, a percepção do profissional de saúde permite a compreensão dos questionamentos e angústias do paciente para que sejam sanadas as dúvidas e aprimorados os procedimentos médicos de acordo com as necessidades evidenciadas. Além disso, a maior efetividade da comunicação ajuda o profissional a diminuir o sentimento de impotência diante do

sofrimento do outro e também diminui a sensação de desamparo por parte do paciente. Com esse vínculo instaurado o processo saúde/doença ocorre de maneira mais harmônica com menos interrupções e conflitos.

## **O PAPEL DA PSICOLOGIA HOSPITALAR**

Entende-se como função do profissional de psicologia, a análise das questões internas do indivíduo e como estas afetam o comportamento, auxiliando na superação de traumas e outras situações difíceis que possam prejudicar a pessoa e/ou atrapalharem seu crescimento e desenvolvimento inter e intrapessoal.

De acordo com ANGERAMI-CAMON (2006 apud ALMEIDA, 2015) o psicólogo hospitalar não realiza a psicoterapia dentro dos moldes do setting terapêutico, o objetivo é minimizar o sofrimento causado pelo processo de hospitalização, dando ênfase nas consequências emocionais decorrentes dessa adaptação. Sendo assim, se tal papel de cuidado emocional é do psicólogo, por que a necessidade de preparação na comunicação da equipe multidisciplinar?

Apesar do psicólogo(a) já possuir toda essa preocupação na hora de se comunicar, assim como, a respeito dos sentimentos do paciente e da família, é o profissional de medicina quem comunica o prognóstico, já que é ele quem possui esse conhecimento técnico a respeito dos procedimentos efetuados. Além disso, a equipe multidisciplinar a todo o momento se apresenta a esse paciente, fazendo visitas periódicas e realizando procedimentos, sendo assim, se nessas visitas ele não tiver a comunicação adequada isso prejudicará o trabalho mais amplo realizado pelo psicólogo(a) e também o tratamento realizado com esse profissional que não conseguiu estabelecer uma conexão. Ademais, apesar da pandemia da covid-19 ter aumentado o número de psicólogos hospitalares, evidenciando a importância do mesmo, muitos hospitais ainda não contam com seu suporte, sendo ainda mais necessário a boa interação da equipe com seus pacientes e famílias.

Sendo assim, o profissional de psicologia será uma ponte no tratamento desse paciente, facilitando as relações entre paciente, equipe e família. Ele terá maior disponibilidade de acompanhamento do paciente em comparação com o restante da equipe que tem diversas demandas. Assim, desde a entrada do paciente no hospital,

antes mesmo de qualquer diagnóstico, o psicólogo(a) já estabelecerá um vínculo e já se aprofundará nas preocupações e necessidades do paciente e da família, esse suporte irá ajudar na definição do momento mais adequado para se comunicar qualquer notícia, por exemplo, conseguindo identificar melhor o que já é esperado por esse sujeito e seus cuidadores, suas ansiedades e temores e qual a melhor forma de se comunicar com eles.

O profissional de psicologia também pode ser de grande suporte à equipe multidisciplinar, apoiando tanto o emocional dessa equipe como buscando facilitar as interações com os pacientes em seus procedimentos onde o profissional possa estar sentindo dificuldades em lidar com determinadas situações. É importante frisar tal função, pois, muitas vezes a equipe desconhece o trabalho do psicólogo, e o que permeia é a ideia equivocada de que suas funções vagam por objetivos diferentes, sendo assim, acabam não se valendo da ajuda que muitas vezes necessitam.

Assim, o profissional de psicologia pode se fazer presente também juntamente com o médico(a) na hora de repassar as informações, dando apoio ao colega na hora de se comunicar e também aos ouvintes. Em vista que, é importante se fazer presente nesse momento em que foi passada uma informação delicada, caso surja outra emergência que exija a presença do médico(a), o psicólogo(a) poderá dar continuidade à atenção dos receptores da notícia dando o suporte necessário.

Ou seja, a equipe se comunicará com o paciente buscando demonstrar compaixão, sanando as dúvidas, buscando melhorar os procedimentos, de modo a deixá-lo mais confortável e, demonstrando que o ambiente é acolhedor e que ninguém está indiferente às suas dores. Já o psicólogo(a) ajudará a adaptação do paciente nessa nova realidade, assim como, a ressignificar o momento e a má notícia recebida, como os planos que podem ter sido frustrados, as preocupações que uma internação possa estar causando, questões financeiras comprometidas pelo afastamento do emprego e etc.

Ele estará atento não somente ao paciente, mas também à família que precisa de tanto apoio quanto quem está acometido por alguma doença. Buscará saber como a família tem convivido com a preocupação, se o cuidador principal está sobrecarregado e, em casos em que o paciente possa ser o principal provedor da casa ou em que o cuidador esteja enfrentando dificuldades por ter outros dependentes de seu cuidado, por



exemplo, ele poderá acionar outros profissionais que poderão dar suporte a essa família, como a assistência social.

Ele atuará como facilitador também da interação dessa família com o paciente, sendo que, muitas vezes a preocupação do paciente com seus entes queridos e vice-versa, faz com que ambos se isolem e não se expressem adequadamente, gerando um distanciamento que prejudica a recuperação gerando estresse e ansiedade para ambas as partes.

Sendo assim, o profissional de psicologia vai se ater a todas as dimensões que envolvem o sujeito, assim como minimizar os impactos das más notícias favorecendo a vivência do processo saúde/doença. Poderá também atuar amenizando as experiências negativas vivenciadas pelos colegas de equipe e auxiliando na boa comunicação, evitando equívocos que possam causar ao paciente sofrimento e ressentimento, gerando assim, melhor aceitação e ajustamento do paciente e da família.

Ou seja, a psicologia se atem a todas as dimensões do sujeito, por isso, considera importante a comunicação adequada por todos que cercam aquele paciente, sabendo que, naquele momento toda a equipe faz parte do campo vital daquela pessoa e por isso todos influenciam e impactam diretamente em seu estado emocional e conseqüentemente de saúde. E que, a comunicação inadequada pode promover um desserviço aos que já foi trabalhado com o paciente.

## **ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO**

As estratégias de comunicação não estão relacionadas com o tempo de experiência do profissional nem com habilidades natas. Elas podem ser apreendidas com a capacitação adequada e, deve ser direcionada ao alívio do sofrimento, tendo como foco a valorização da pessoa e não da doença. Deve-se buscar sempre a honestidade ao se comunicar e garantir que a mensagem esteja sendo entendida verdadeiramente.

De acordo com BASTOS BR et al (2016), a equipe deve estar pronta para responder às dúvidas de maneira segura e, ser devidamente treinada para a comunicação

de más notícias de forma que a própria comunicação funcione de maneira terapêutica, seja transparente e estabeleça vínculo de confiança com a equipe.

A construção de modelos científicos para comunicar uma má notícia é fundamental para que esta comunicação ocorra de maneira adequada, alicerçada pela ética do cuidado e respeito pelo ser humano. (GOBBI, 2020).

Para facilitar essa comunicação algumas estratégias verbais e não verbais podem ser utilizadas. O Protocolo SPIKES, por exemplo, tem como objetivo facilitar a abordagem de assuntos delicados, de maneira adequada e que possa trazer mais segurança ao profissional e mais clareza ao paciente, sendo composto por seis etapas:

1. **Setting-up:** É a preparação para a conversa, pode-se ensaiar mentalmente o diálogo, pensar em um lugar mais privado para que a conversa aconteça e escolher alguém da confiança do paciente para acompanhá-lo. Procura-se estar a uma distância não muito grande e escutar atentamente.

2. **Perception:** Consiste em avaliar qual é a percepção do paciente, o que ele já sabe e quais são suas expectativas, podendo também corrigir possíveis ideias equivocadas e prepará-lo para a compreensão da informação.

3. **Invitation:** Aqui, se convida o paciente para o diálogo, buscando saber o quanto de informação e detalhes ele quer ouvir ou se prefere que outra pessoa tome as decisões.

4. **Knowledge:** Informando o paciente. É recomendado avisar que dará uma má notícia de forma a amenizar a surpresa. Informa-se a respeito da condição do paciente de forma gradual e compreensível, parando para avaliar o entendimento a respeito do que está sendo dito.

5. **Emotions:** O paciente pode responder de forma emocional, com choro, silêncio, espanto... É importante demonstrar empatia e responder de maneira afetiva, com palavras e gestos que demonstrem compreensão e carinho.

6. **Strategy and summary:** Resumo e estratégias. Se o paciente estiver pronto para prosseguir com a conversa, repassa-se o que foi dito de maneira acessível,

confirmando se foi entendido e mostra-se que existe um plano a ser seguido, seja o tratamento curativo ou não, ele não estará sozinho.

Além do protocolo SPIKES, que é mais verbal, há outras estratégias não verbais que complementam a comunicação e a torna mais efetiva como: o toque afetivo, o olhar empático, o sorriso, a proximidade física, a escuta ativa, o meneio positivo da cabeça e etc.

Fazendo o uso adequado dessas e outras estratégias de comunicação, será possível decifrar informações importantes que ajudarão a diminuir a angústia e o medo dos receptores, propiciando uma assistência de maior qualidade e voltadas às reais necessidades do paciente e de sua família.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nas pesquisas e nos benefícios constatados da adequada comunicação, fica evidente que a comunicação de más notícias não é apenas o momento em que se repassa uma informação delicada, mas que, ela se constitui em um processo que se inicia desde as primeiras interações com o paciente, na construção do vínculo e da confiança que, se faz necessário ainda antes de um prognóstico, e que continua no acompanhamento posterior ao que foi recebido.

Tal comunicação necessita ser treinada por toda a equipe multidisciplinar em vista que, segundo TRAIBER & LAGO (2012) “Devido ao despreparo com a transmissão de notícias ruins, muitos médicos podem prejudicar o paciente, por exemplo, atrasando a discussão de um prognóstico reservado até que seja solicitado pela família, gerando estresse e ansiedade para ambos.”

Percebe-se que, ainda que muitos profissionais reconheçam a importância da comunicação para o tratamento do paciente, a maioria não se considera preparada para se comunicar efetivamente. Em complemento, “percebemos que, embora seja importantíssimo saber se comunicar, ainda é escassa a inclusão do tema no ensino superior em saúde e nos programas de educação continuada de muitas instituições hospitalares” (BASTOS, BR et al, 2016).

É importante a capacitação para a transmissão de más notícias assim como para

a comunicação humanizada de maneira geral, é necessário que tal tema seja incluído nas instituições de ensino superior de forma mais concreta, e seja reforçado continuamente em capacitações oferecidas pela própria instituição de saúde.

O acompanhamento do psicólogo hospitalar pode ajudar na adaptação do paciente e da família à situação, assim como amenizar o sofrimento causado pela permanência hospitalar e pela comunicação de más notícias, pode também ajudar a equipe com as próprias questões emocionais e auxiliar na aplicação das ferramentas e estratégias de comunicação, como o protocolo SPIKE. Sua atuação ajuda, assim, a unificar e harmonizar as relações paciente-equipe-família, mas reconhece a necessidade da preparação e capacitação de todos os profissionais na adequada comunicação para melhor efetividade do trabalho e manutenção do bem estar de todos os envolvidos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BASTOS BR. et al. Formação dos ANGERAMI-CAMON, V. D. et al. Psicologia Hospitalar: Teoria e prática. Edição 1. São Paulo: Pioneira Thomson Learning; 1994.

Araújo MMT, silva MJP. estratégias de comunicação utilizadas por profissionais de saúde na atenção à pacientes sob cuidados paliativos. rev esc enferm usP. 2012;46(3):626-32.

Profissionais de Saúde na Comunicação de Más Notícias em Cuidados Paliativos Oncológicos. Revista Brasileira de Cancerologia 2016; 62(3): 263-266.

COSTA AP, Poles K, Silva AE. Formação em cuidados paliativos: experiência de alunos de medicina e enfermagem. 2016;20(59):1041-52

Cruz, C.O., & Rierall, R. (2016). Comunicando más notícias: o protocolo SPIKES. Diagn Tratamento, 21(3), 106-108. doi: [http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1365/rdt\\_v21n3\\_106-108.pdf](http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1365/rdt_v21n3_106-108.pdf)

Duarte AC, Almeida DV, Popim RC. A morte no cotidiano da graduação: um olhar do aluno de medicina. Interface (Botucatu). 2015; 19(55):1207-19

GOBBI, Malena Batecini. Comunicação de más notícias: um olhar da psicologia. *Diaphora*, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 66-69, 2020. Even3. <http://dx.doi.org/10.29327/217869.9.2-10>.

Petrilli AS, Pascalicchio APA, Dias CG, Petrilli RT. O processo de comunicar e receber o diagnóstico de uma doença grave. *Diag Tratamento*. 2000;5(1):35-9

SILVA MJP. Comunicação de Más Notícias. *O Mundo da Saúde*, São Paulo - 2012;36(1):49-53.

Silva MJP. Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. São Paulo: Loyola; 2010.

TRAIBER, C.; LAGO P. M. Comunicação de más notícias em pediatria. *Boletim Científico de Pediatria*, Rio Grande do Sul, v.1, n.1, 2012

## **USO DA ASTRONOMIA COMO ABORDAGEM MOTIVACIONAL NO ENSINO DAS DISCIPLINAS DE CIÊNCIAS E FÍSICA**

**Cristian Erik Costa de Souza., Roberto Ferreira dos Santos, Ícaro Ruan Rodrigues Peixoto, Guilherme Meireles, João Lucas Costa Souza, Wagner Pinho, Thiago Garcia Soares, Maria Sônia Veloso**

**RESUMO:** O presente projeto faz parte de uma das atividades do grupo PET-Física da universidade Federal de Roraima, a atividade “Adote um Petiano” que foi desenvolvido em uma escola da prefeitura em Boa Vista-RR no ano de 2021. A ideia dessa atividade surgiu com a necessidade de aplicar a astronomia nos ensinamentos iniciais das ciências exatas, como a disciplina de Ciências que é estudada no ensino fundamental e a Física que é estudada no ensino médio. Um dos caminhos utilizados para a aplicação da astronomia foi na parte que busca motivar os alunos a aprender essas disciplinas, que são vistas como complicadas, com cálculos maçantes e conceitos complicados. Usando a Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel, foi possível demonstrar a importância do uso de tecnologias contemporâneas como forma de despertar o interesse nos alunos e através da mesma teoria instigar os estudantes a edificarem seus próprios conhecimentos, seguindo etapas de aprendizagem que buscam essa concepção.

**Palavras-chave:** Ciências Exatas, Motivação, Teoria da Aprendizagem Significativa

## **INTRODUÇÃO**

Este projeto está relacionado com uma atividade realizada no grupo PET-Física, chamada “adote um petiano”, na qual consiste em um petiano escolher um professor que irá orientá-lo durante a sua presença no grupo PET, realizando trabalhos como produção de artigos ou trabalhos experimentais, como principal objetivo a introdução e orientação do petiano em áreas de pesquisa e ensino.

O principal problema encontrado na hora da montagem dessa atividade foi a ideia de como a astronomia poderia motivar os alunos quando o assunto é as matérias de exatas? Como a disciplina de Ciências que temos no ensino fundamental e as aulas de Física que temos no ensino médio. Isto porque é visível que a aprendizagem da física na sala de aula tem sido um problema tanto para alunos quanto para os professores, e também a relação de interesse dos alunos com a disciplina, pois muitas das vezes ela é apresentada com um olhar mais técnico o que faz com que muitos vejam a Física como uma matéria exaustiva e percam o interesse por ela, segundo Moraes (2009. p.1).

Essa atividade tem como principal objetivo buscar utilizar a astronomia como uma ferramenta para o ensino de ciência (Física) entre os alunos do fundamental 1 (entre o 1º e o 5º ano), como também do ensino médio das escolas, criando ou aumentando a curiosidade e o interesse dos alunos do porquê as coisas são como são, pois, é essa a principal razão do motivo de estudarmos ciência e assim entender se uma outra abordagem, utilizando a astronomia como principal ferramenta, poderia mudar a forma que os alunos enxergam as disciplinas exatas, baseando-se na teoria da aprendizagem significativa de Ausubel (2004).

## **METODOLOGIA**

A atividade ocorreu em uma escola municipal de Boa Vista-RR, em uma turma do 3º ano do fundamental 1, com um total de 18 alunos. A realização dessa atividade ocorreu pelo convite da professora da turma juntamente com a coordenação para comigo. A pesquisa ocorreu de forma qualitativa, buscando analisar o desenvolvimento dos alunos em cada etapa do projeto. Os instrumentos de coleta foram: observações, questionários e notas de campo e o desempenho dos alunos na avaliação propostas durante o processo.

A linha de ensino foi dívida em três momentos, cada um ocorrendo em um dia,

que seguiram o seguinte cronograma de atividades: O **Momento 1** serviu para realizar uma análise do conhecimento que os alunos possuem sobre o assunto abordado, com perguntas relacionadas a astronomia, tais como: Se pudesse descrever o nosso sistema solar, como seria? Quais as diferenças do nosso planeta Terra para os outros corpos celestes do nosso sistema solar? O que é a astronomia para você? No dia seguinte houve o **Momento 2**, sendo uma apresentação geral pela minha parte sobre os assuntos iniciais de astronomia, com base nas perguntas do momento anterior, para assim esclarecer e apresentar dados sobre esse assunto, com tópicos que dão a liberdade de discursões na sala de aula, como a importância de olhar para o céu e como isso ajudou a ciência a evoluir, os estudos iniciais da astronomia e os estudos atuais da Astronomia, também foi citado conceitos gerais com a formação do universo, os principais corpos celestes presentes no nosso universo, finalizando com uma ideia geral de como é organizado e explicado a vida de uma estrela. Ao fim dessa aula foi passado um trabalho que serviria como método avaliativo, dando início no **Momento 3**: Uma montagem de maquetes que abordam temas de astronomia como o Sistema solar, o planeta Terra, o Sol e suas camadas, com cada aluno montando a sua própria maquete com o meu auxílio e o da professora, juntamente com a ajuda dos pais em casa.

## **RESULTADOS E DISCURSÃO**



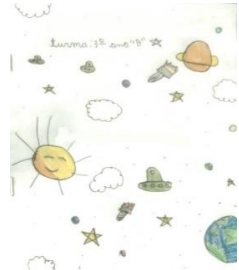
A atividade feita no **Momento 1**, que serviu como método de análise da turma, inicialmente foram feitas as seguintes perguntas: Se pudesse descrever o nosso sistema solar, como seria? O que é a astronomia para você?

Através dessas perguntas foi solicitado aos alunos que eles fizessem desenhos como forma de resposta. A mostra alguns dos desenhos realizados por alguns dos alunos e suas principais características.

**Tabela 1: Desenhos e suas características feitas pelos alunos**

a) Desenho do Nicolas: As cores são coerentes com o habitual, é possível notar que para o aluno os pontinhos brilhantes que vemos no céu não são o	b) Desenho da Bianca: A aluna tinha muitas dúvidas sobre como representar os corpos celeste que ela conhecia, como Saturno ou a Lua, então resolveu fazer aquilo que ela tinha mais certeza, como	c) Desenho da Lohana: A aluna foi bem criativa na hora de fazer o desenho, ela perguntou se podia não só por os corpos
--	---	--



<p>mesmo que as estrelas e que não há uma diferença do céu na nossa atmosfera para o espaço sideral, pois na sua visão as nuvens se encontram fora da Terra.</p>	<p>a Terra o Sol e as estrelas distantes.</p>	<p>celestes, mas também os foguetes que são lançados ou naves alienígenas.</p>
		

Fonte: Autoria própria (2022).

Com esses desenhos apresentados pelos alunos, foi possível observar que todos apresentam basicamente as mesmas ideias confusas sobre:

- A organização dos corpos celestes no sistema solar;
- A ideia de proporção de tamanho, onde na maioria dos casos a terra é bem maior que os outros planetas;
- A clara ideia de que o Sol e as estrelas que normalmente vemos a noite são astros diferentes;
- Não conhecer todos, ou a maior parte, dos planetas que compõem o nosso sistema solar;

Também é importar salientar outras indiferenças que poucos demonstraram na hora de desenhar, como as nuvens se encontrarem fora da atmosfera da Terra e uma pergunta feita por um aluno que era: “todos os corpos no universo são bem redondos?”, logo após foi possível notar que outros também possuíam essa dúvida.

Nesse momento, a pergunta foi usada como porta de entrada para começar o **Momento 2** citado no tópico anterior, onde partindo da pergunta: “todos os corpos no universo são bem redondos?”, iniciou-se a aula que tinha como objetivo apresentar para a turma assuntos iniciais de astronomia, com tópicos que seguiam os assuntos encontrados no livro didático usado na tal turma.

Como forma de complemento nos estudos, foi utilizado slides apresentando fotos como imagens dos instrumentos usados no estudo astronômico, fotos tiradas do céu noturno, imagens que buscam resumir a organização do universo, assim como representações da nossa galáxia, do nosso sistema solar, o Sol e os objetos astronômicos que o compõem, como os planetas, satélites naturais, cinturões de asteroides entre outros (figura 1).

**Figura 1: Apresenta das fotos em Slide**



**Fonte: Autoria própria (2022).**

A ideia de apresentar essas fotos como forma de chamar a atenção dos alunos e aumentar a curiosidade deles ocorreu conforme foi imaginado, muitos dos alunos não conheciam esses assuntos apresentados, onde até mesmo aqueles que já conheciam ficaram admirados com as imagens demonstradas, principalmente naquelas que mostravam a imensidão do universo, ou a grandiosidade da nossa estrela mãe, o Sol.

Para finalizar essa aula, uma atividade que seria trabalhada durante a semana foi passada para eles, sendo essa atividade a mesma proposta no **Momento 3**, tendo como ideia a montagens de maquetes que abordam temas de astronomia como o Sistema solar, o planeta Terra, o Sol e suas camadas entre vários outros exemplos.

A ideia da aplicação dessa atividade surgiu do fato de que no livro didático dos alunos já constava essa atividade, nas quais já mostrava os materiais que seriam necessários e a forma de montagem, porém como forma de deixar o assunto mais rico e poder usar essa atividade como base de análise de aprendizagem dos alunos, surgiu a ideia de transformar

esse momento em uma “mini feira de ciências”, na qual cada aluno deveria montar seu próprio sistema solar, tendo como base os conhecimentos que eles adquiriram nos primeiros momentos dessa aula e como uma forma de se “autocorrigirem”, já que muitos fizeram desenhos do sistema solar e com o que foi apreendido, era possível que eles conseguissem enxergar seus erros e assim aprenderem com suas próprias observações.

Os alunos foram acompanhados durante a semana, tirando dúvidas com os professores e fazendo comentários sobre a montagem, sendo observado que no decorrer da semana os alunos estavam se saindo melhor do que se foi imaginado, muitos concluíram a atividade bem rápido, o que foi ótimo, já que assim foi possível notar a dedicação e a vontade deles em fazer a “mini feira de ciências”.

O dia da apresentação ocorreu de forma perfeita, a “mini feira de ciências” recebeu o título: **Projeto descobrindo universo**, a maioria dos alunos conseguiram trazer suas maquetes (vide figura 2), todas de diferentes formas e cada uma com a cara de cada aluno.

A apresentação ocorreu da seguinte forma: Outras turmas da escola foram chamadas para ver a maquetes, onde cada um dos alunos apresentou seus trabalhos, comentando sobre algum tema do sistema solar que mais chamava-lhe a atenção (figura3).

**Figura 2: Maquetes dos alunos**



Fonte: Autoria própria (2022).

**Figura 3: A apresentação dos alunos na “Mini feira de ciências”**



Fonte: Autoria própria (2022).

Dentre os temas que eles apresentaram estava a posição dos planetas no sistema solar, o tamanho, forma e cores dos planetas, o cinturão de asteroides que se encontra entre Marte e Jupiter, quais são os planetas rochosos e os gasosos, os anéis de Saturno, o Sol e a sua importância para o sistema solar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O momento 3 serviu como método avaliativo, pois com ele tivemos uma clara visão da aprendizagem da turma em um geral, tendo em vista que grande parte dela se interessou pela atividade, onde cada um buscou por conta própria a melhor forma de montar a maquete e conseguir apresentar o que eles mais acharam interessante sobre os assuntos estudados, fazendo com que a “Mini feira de ciências” fugisse do cotidiano deles e ao mesmo tempo sendo algo agradável tanto para a turma quanto para os outros alunos das outras salas que foram acompanhar as apresentações.

Por fim, foi possível notar que os alunos possuem uma aptidão maior na hora de aprender os conceitos científicos quando a astronomia é introduzida, de forma correta, nas aulas e na hora de realizar as atividades propostas, porém não se sabe se essa ideia pode ser aplicada em outras disciplinas mais avançadas, como as Físicas do ensino médio, por isso o presente trabalho ainda continua em andamento, visando sua aplicação em

turmas que os alunos possuam um embasamento, tanto físico, quanto matemático maior.

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL, D. S. Estudo de uma sequência didática na perspectiva de Ausubel para alunos do sexto ano do ensino fundamental sobre astronomia. 2015. 162 p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Ensino de Física) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: ><https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6750><. Acesso em: 10 jul. 2021.

MORAES, J. U. P. A visão dos alunos sobre o ensino de física: um estudo de caso. Scientia Plena, Sergipe, v. 5, n. 11, p. 1-7, Nov. 2011. ISSN 1808-2793. Disponível em: ><https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/736><. Acesso em: 10 jul. 2021.

OLIVEIRA FILHO, K. S. Astronomia e Astrofísica. 4. ed. rev. Rio Grande do Sul: Livraria da Física, 2017. 614 p.

SILVA, B. L. Estudo de uma proposta didática sociointeracionista para abordar astronomia no sexto ano do ensino fundamental. 2019. 76 p. Dissertação (Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática) - Instituto de Ciências Exatas e Geociências, Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: ><https://www.upf.br/ppgecm/menu-principal/dissertacoes-e-teses/dissertacoes-defendidas><. Acesso em: 14 jul. 2021.

## **FAKE NEWS NA ERA PÓS-VERDADE: O COMBATE À DESINFORMAÇÃO EM ÉPOCA DE PANDEMIA**

**Kellen de Lima Rocha, Raimunda Mota dos Santos**

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo compreender as formas de reduzir a desinformação nas redes sociais e o engano nos compartilhamentos de informações falsas, buscando assim a importância da verdade. Não é de hoje que mentiras são propagadas, mas em tempos de pandemia, essa proliferação aumentou, sendo motivo de grande preocupação, levando o Senado a aprovar o projeto de Lei nº 2.630/2020 “Lei das Fake News”, em 30 de junho de 2020. Tornou-se imprescindível identificar faixa etária e grau de instrução de quem compartilha Fake News, independente de raça, sexo, religião ou opinião política. Esse fenômeno se tornou global e a internet se tornou um campo fértil para disseminação de notícias falsas. A internet se tornou um poderoso instrumento para quem intencionalmente divulga essas notícias. Provavelmente, outra razão que justifique o repasse de notícias falsas, é o desejo de ajudar alguém. Hipoteticamente pode-se compartilhar notícias falsas, somente por falta de conhecimento para a busca da verificação da verdade. A pesquisa realizada neste trabalho pode ser classificada como exploratória e recorre inicialmente à revisão bibliográfica, a fim de apresentar conceitos de Fake News na Era Pós-Verdade, visando descrever a disseminação desse conteúdo para a escrita desse artigo.

**Palavras-chave:** Fake News, Compartilhamentos, Covid-19

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo se propõe compreender as formas de reduzir a desinformação nessa batalha digital com as Fake News<sup>1</sup>, que tem ganhado notoriedade mundialmente pelo seu poder destrutivo, apesar de provavelmente outra razão que justifique essa desinformação seja o desejo de ajudar alguém.

Hipoteticamente, o compartilhamento dessas notícias falsas, pode ser fruto do desconhecimento dos meios para verificação da verdade. De qualquer maneira, as Fake News podem apresentar uma narrativa para fomentar as opiniões e pontos de vista de alguém com o intuito de desinformar ou exaltar qualidade e defeitos a imagem de empresas, organizações, instituições, atores, políticos etc.

O artigo visa compreender também os altos índices da disseminação de Fake News, em meio a Pandemia da COVID-19<sup>2</sup>. Em seu bojo, um breve histórico do processo das notícias falsas no decorrer da história da humanidade, nos anos em que Adolf Hitler<sup>3</sup> governou a Alemanha, na perseguição às mídias, na avalanche de desinformação nas redes sociais, como Instagram e Facebook, e no combate à alienação dessas propagações mentirosas.

Diante disso, o presente artigo, apresenta um estudo descritivo, com o intuito de identificar quais elementos podem conter indícios que caracterizam as fontes de informação fidedigna na disseminação de conteúdos e as fontes de desinformação, propagadores de Fake News.

### **Contextualização do termo Fake News**

A proliferação de mensagens falsas, em meio a uma pandemia, se consolida principalmente pelo negacionismo<sup>4</sup> diante o quadro de letalidade do Coronavírus e,

---

<sup>1</sup> Informação falsa que é transmitida ou publicada como notícia, motivada por razões políticas ou para fins fraudulentos.

<sup>2</sup> Doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves.

<sup>3</sup> Adolfo Hitler, foi um político alemão que serviu como líder do Partido Nazista, Chanceler do Reich e Führer da Alemanha Nazista de 1934 até 1945. Como ditador do Reich Alemão, ele foi o principal instigador da Segunda Guerra Mundial na Europa e figura central do Holocausto.

<sup>4</sup> Ideologia da pessoa que nega ou não aceita um fato comprovado e documentado, analisando esse fato com argumentos ou pontos de vista sem fundamentos históricos; revisionismo: negacionismo da ciência.

também, por brigas no campo político, apresentando distorção de fatos com a finalidade de falsificação na política, trazendo com isso um sofrimento Mundial com o impacto dessas informações. Muitos não sabem, mas, Hitler chegou ao poder sem nunca ter sido eleito, chegou como o “salvador da Pátria”, propagando informações inverídicas. Assim, esse método de distribuição de Fake News é usado em qualquer campo da vida humana, que se queira atingir.

O termo Fake News alcançou popularidade justamente no campo da política no ano de 2016, nas disputas eleitorais para o cargo de presidente dos Estados Unidos da América (EUA).

Mas a propagação de notícias falsas existe desde a época de Jesus Cristo, quando a caminho do povoado de Cesareia, Jesus pergunta aos apóstolos: “Quem dizem os homens que eu sou?”. As respostas refletem os boatos da época: “Alguns dizem que é João Batista, outros que é Elias ou algum outro dos profetas”. Uma, infinidade de histórias sem fundamento continuaram surgindo nestes dois milênios desde a passagem do Nazareno pela Terra.

Cidadãos escolarizados são facilmente enganados por notícias que oferecem inverdades, algumas são com teor humorístico e outras, claramente possuem o objetivo de injuriar a imagem de algum “inimigo”, outras por reforço de crença religiosa, cultural, etc.

Fake News se define nas circunstâncias ou contexto em que é atribuída grande importância, sobretudo social, política e jornalística, a notícias falsas ou versões verossímeis dos fatos apurados da verdade objetiva. Dada à importância e o impacto que as Fake News exercem na vida de bilhões de pessoas, é essencial estudar esse fenômeno e analisar meios de combater a sua propagação, as causas e efeitos desse fenômeno.

A Pós-Verdade (Post-Truth), também ganhou repercussão no ano de 2016 e foi eleita a palavra do ano, mas continua em alta nos tempos atuais e parece perdurar por muitos anos. Pós-Verdade não é a mesma coisa que mentira. Os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal.

Na prática desta modalidade, os cidadãos são massacrados por inverdades, desistem de tentar buscar a verdade e passam a aceitar a desinformação, ainda que sem



consciência plena disso, e o que resta é escolher a versão que mais lhe traz segurança. Assim, a honestidade e a exatidão não são mais consideradas como maior prioridade nas trocas políticas, sociais, culturais e etc.

## **AS “FAKE NEWS” NA ERA PÓS-VERDADE**

A Pós-Verdade é um neologismo<sup>5</sup> que deu um novo sentido a uma “verdade” já existente. No fluir dos acontecimentos, diversas notícias falsas foram publicadas nos meios de comunicação em geral, e, consumidas pela população. Historicamente, a informação era controlada pelos grandes meios de comunicação, entretanto, até mesmo um grande meio de comunicação não está isento de cometer alguma falha ao transmitir uma mensagem falsa.

As Fake News são tão antigas quanto às notícias verdadeiras, mas, essa expressão, ganhou grandes proporções em novembro de 2016, nas eleições presidenciais norte-americanas.

Como candidato e presidente, Donald Trump<sup>6</sup> depreciou a suposição de que o líder do mundo livre deve ter ao menos uma familiaridade obliqua com a verdade: de acordo com o site PolitiFact, que checa informações e é ganhador do Prêmio Pulitzer, 69% das declarações de Trump são “predominantemente falsas”, “falsas ou mentirosas”. (D’ANCONA, 2018, p. 20).

A sua massificação toma dimensões na propagação por pessoas dispostas a aceitá-las e compartilhá-las, essa é à base das Fake News. As facilidades do acesso a informações permitem que, com isso, seja fácil a circulação desse tipo de conteúdo, tornando assim a disseminação global, seja por vídeo, imagens ou textos. Devemos estar alerta com o que compartilhamos para não sermos penalizados.

É necessário que as pessoas reconheçam seu papel dentro da comunicação e parem de acreditar em tudo que leem e desconfiem mais, sejam mais críticos. Se ler algo que gostaria de repassar, mas está com dúvidas, informe-se primeiro. A internet é um veículo de comunicação em massa excepcional, mas pode ser usado para o bem ou para o mal.

---

<sup>5</sup> Emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes, na mesma língua ou não. Atribuição de novos sentidos a palavras já existentes na língua.

<sup>6</sup> Ex-presidente dos Estados Unidos da América.

As Fake News “quebram” qualquer chance de um diálogo:

O surto das chamadas “notícias falsas” é a combinação de duas coisas: a polarização da sociedade civil e as redes sociais. E uma das dimensões desta guerra é o compartilhamento, seja para atacar o inimigo ou reforçar a posição do usuário. (ORTELLADO, 2018, Youtube).

Em 1933, ano em que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha, foi criado o Volksempfänger, que significava “rádio do povo”, a “ideia” era criar um rádio popular, vendido a preço baixo, mas, só se podia ouvir as rádios alemãs, captar sinal de outras emissoras estrangeiras, era perigoso. As estações alemãs, funcionavam sob censura e pregavam o nazismo. Acredita-se que já naquela época tinham sido produzidos Sete Milhões de notícias falsas.

No Brasil de hoje, 120 milhões de usuários compartilham Fake News através de dispositivos de aplicativos e redes sociais. (CAMPOS, 2018, p. 22).

Na versão moderna do autoritarismo – em que governantes não rasgam a Constituição, nem dão golpes de Estado Clássicos, mas corroem as instituições por dentro -, não é necessário censurar a internet. Nas “democracias liberais”, segundo o vernáculo do primeiro – ministro húngaro Viktor – Orbán, basta inundar as redes sociais e os grupos de Whatsapp com a versão dos fatos que se quer emplacar, para que ela se torne verdade e abafe as outras narrativas, inclusive e, sobretudo, as reais. (CAMPOS, 2018, p. 14).

No que diz respeito à política, a avalanche de desinformações muitas vezes é impulsionada com recursos de marketing. No Facebook<sup>7</sup> ou Instagram<sup>8</sup> se pode pagar para o conteúdo atingir um número grande de pessoas. Quanto mais esse conteúdo se destaca, mais ele recebe “cliques e curtidas”. Muitos escritórios políticos também contam com sistemas automatizados, os chamados robôs ou bots, para dar engajamento a seus conteúdos e disseminar o seu ponto de vista.

Os americanos chamam isso de Firehosing<sup>9</sup> (fire hose – mangueira de incêndio). Cujo objetivo é disseminar uma informação mentirosa em grande escala, levando as pessoas a aceitar esses conteúdos como verdadeiro:

O presidente americano Donald Trump e o seu colega brasileiro Jair Bolsonaro, também são fervorosos adeptos de procedimento, só viável pela

---

<sup>7</sup> Mídia Social e Rede Social Virtual, lançada em 4 de fevereiro de 2004 por Mark Zuckerberg e seus colegas de Faculdade.

<sup>8</sup> Instagram é uma Rede Social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como Facebook, Twitter, Tumblr, etc.

<sup>9</sup> Técnica de propagação de mentiras em larga escala e em fluxo constante, com o objetivo de afogar a opinião pública com mensagens e conseguir o monopólio da primeira impressão sobre determinados assuntos. (Scottini, Alfredo. Dicionário. Inglês – Português, Ed. Todolivre, 2019, p.464).

multiplicidade de fontes de informação disponíveis hoje com a internet e as redes sociais. (CAMPOS, 2018, p. 20).

Ao longo do tempo a história registrou diversos casos de Fake News no meio político, com as celebridades e até com pessoas comuns. A título de exemplos temos o caso do político e general Marco Antônio, que cometeu suicídio ao ser influenciado pela notícia falsa da morte de sua mulher, Cleópatra, por suicídio. O caso da atriz Glória Pires, que teve sua vida devastada com a Fake News que seu marido Orlando Moraes, estaria vivendo um caso com sua enteada, na época com 15 anos. (Rosa, 2007)

E quem nunca recebeu uma mensagem, falando sobre um carro preto que já sequestrou várias crianças?

Segundo D'Ancona, (2018) na política, isso só é possível porque os sentimentos que motivam os eleitores a apoiar os subqualificados presidentes Trump e Bolsonaro, foi a ideia que esses candidatos eram diferentes e talvez resolveriam suas ansiedades e esperanças por um futuro melhor.

Para o mesmo autor ainda comenta que:

Eles perderam seus empregos, os bancos executaram suas hipotecas, depois veio o divórcio, a mulher e os filhos foram embora e o carro foi retomado. Não tiram férias há anos e estão presos a planos de saúde de quinta categoria. Basicamente, perderam tudo o que tinham, exceto uma coisa [...], o direito de votar. (D'ANCONA, 2018, p. 36).

O Brasil passava por um momento complicado, principalmente econômico, e, Jair Messias Bolsonaro, aparecia como a solução para o Brasil apesar de seus pensamentos controversos com declarações consideradas retrograda e de mau gosto.

## **Desinformação e combate a alienação**

O uso de notícias Fake como forma de manipulação, na vida de cidadãos e cidadãs não é algo incomum em governos, principalmente. A Era das Fake News, vem desenvolvendo vários meios de combatê-las, seja através de Leis, de especialistas em reputação, de grupos em redes sociais. No mundo, diversas pessoas, governos, empresas e celebridades sofrem impactos com notícias falsas.

Essas campanhas de desinformação preparam o terreno para a era pós-verdade e são letais para a democracia. Uma pessoa passa para o grupo familiar, que espalha para outros grupos e rapidamente se atinge a meta proposta.

De fato, nunca houve um modo mais rápido e mais poderoso de espalhar uma mentira do que postá-la. Conclui-se que há lucros a serem auferidos da linha de produção de embustes caça-cliques – afirmações médicas não científicas, teorias excêntricas, visões imaginárias de discos voadores ou de Jesus (...) Nunca o antigo adágio<sup>10</sup> de que a mentira viaja muito mais rápido do que a verdade pareceu tão atual. (D'ANCONA, 2018, p. 54).

Do mesmo modo que cada indivíduo, cada ser humano, constrói uma imagem de si próprio, e, dos outros, os grupos de pessoas, também constroem imagens sobre o que pensam de si mesmos, e sobre a sociedade na qual estão inseridos. Para esse último, é dado o nome de “opinião pública”. A imprensa profissional, que trabalha com fatos, e não achismo tenta inserir um sistema de valores dentro dessa “opinião pública”.

Como sabemos, Fake News circulam com muito mais velocidade que as notícias verdadeiras. Segundo um estudo do Massachusetts Institute of Technology, notícias falsas têm probabilidade 70% maior de serem retuitadas do que as verdadeiras. E as verdadeiras levam seis vezes mais tempo que as Fake News para atingir o número padrão de 1.500 pessoas. (CAMPOS, 2020, p.239).

Nos últimos anos, temos assistido uma forma completamente nova de se fazer política e de se posicionar culturalmente. A rixa entre “opiniões” deixou de ser tímida para ser franca e agressiva. Essa briga entre a massa e a elite midiática tem gerado prejuízos sem tamanho.

O usuário busca por sensações e os manipuladores de mídia sabem disso. O caos é um ambiente propício para a manipulação. Por outro lado, o sistema anterior da credibilidade também tem seus problemas de dependência de grandes estruturas e na ligação com investimentos e ideólogos que determinam os critérios do leitor (DEROSA, 2019, p.27).

A Fake News pode apresentar uma narrativa e fomentar as opiniões e pontos de vista, com um único objetivo, a desinformação. A exemplo das Eleições Americanas, o termo Fake News, também foi muito usado na eleição Presidencial do Brasil em 2018. E, essa eleição ficou marcada por um grande número de desentendimentos familiares e entre amigos, colocando “por terra” o ditado: política e religião não se discute. O motivo de tanto desentendimento? Fake News! (CAMPOS, 2020. p. 197).

E, por falar em política e religião. Lá na bíblia, já se falava em Fake News. O próprio Jesus foi alvo de Fake News durante diversos momentos de seu ministério. Quando Jesus dá às mulheres a missão de propagar as Boas Novas de que Cristo ressuscitou, líderes religiosos tramam para que essa notícia se abafe e outra seja dada no lugar:

---

<sup>10</sup> Sentença moral de origem popular; anexim, ditado, provérbio.

Ordenaram o seguinte: - Digam que os discípulos dele vieram durante a noite, quando vocês estavam dormindo, e roubaram o corpo. “Se o governador souber disso, nós vamos convencê-lo de que foi isso mesmo o que aconteceu, e vocês não terão nenhum problema”. (MT 28:13-14).

Através da Bíblia temos a oportunidade de conhecer o caráter, os princípios e os valores de Deus. Uma das coisas que Ele mais valoriza é a sua Palavra, é a Verdade. “Seja, porém, a tua palavra: Que o “sim” de vocês seja sim, e o “não”, não, pois qualquer coisa a mais que disserem vem do Maligno. (Mt 5:37)”. Se há pessoas que tiram alguma vantagem disso, entre elas não deve ser encontrado um cristão fiel. Desde sempre, a orientação de Deus é clara: “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo” (Êx 20:16).

Infelizmente essa prática cresce a cada dia na igreja, indo contra a Palavra de Deus. Com o nome de Fake News, a mentira continua sendo prejudicial, tanto quanto foi no Éden<sup>11</sup>.

É necessário haver nas pessoas um reconhecimento de seu papel no quadro de comunicação. As Fake News, “quebram” qualquer chance de um diálogo e, falando metaforicamente, pode-se dizer que esse tipo de notícia é um vírus que contamina a comunicação e promove manifestações das mais diversas.

E, falando de vírus, vivemos em meio a uma pandemia no cenário mundial, a COVID-19, um vírus que a transmissão acontece de uma pessoa doente para outra por contato próximo, por meio de gotículas de saliva, pelo espirro, tosse e catarro.

Nesse cenário, diversas Fake News foram publicadas e consumidas pela população, muitas dessas notícias questionavam as evidências científicas e eram disseminadas por alguns governantes, expondo a população à propagação de condutas inadequadas. Refletir sobre Fake News atualmente é pensar nas publicações com base nas evidências científicas e levar à população para melhor entendimento da verdade. Mas, não é incomum que as Fake News se utilizem de nomes de autoridades e cientistas, para plantar condutas equivocadas voltadas para pessoas leigas e que não procuraram buscar a veracidade da fonte.

## **Fontes de informação**

---

<sup>11</sup> Paraíso que Deus criou aqui na Terra segundo à Bíblia, para que o homem vivesse e cuidasse dele.

São frequentemente aperfeiçoadas pelas tecnologias da comunicação e pelo avanço da Internet. Páginas Sociais como o Twitter, Facebook e Instagram, por exemplo, já tem criado medidas para combater a disseminação de Fake News. Dentre essas medidas está à exclusão de posts e até de contas que faltam com a veracidade da informação. Alguns sites e agências brasileiras desenvolveram ferramentas que ajudam a checar a veracidade das informações.

Dentre elas existe a Agência LUPA<sup>12</sup>, primeira do setor de checagem de fatos a ser criada no Brasil. Ela está ligada ao site Folha de S. Paulo e seus trabalhos estão diretamente ligados a fatos compartilhados em período de eleição. O envio de mensagens com conteúdo duvidoso pode gerar pânico desnecessário e desinformação em massa.

Circulou nas redes sociais a partir do Twitter, em dezembro de 2018 e foram compartilhadas 2,3 mil vezes só no Facebook, a “notícia” de que a jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de S. Paulo teria sido condenada a pagar Duzentos Mil Reais de indenização ao presidente eleito, Jair Bolsonaro (sem partido), “por acusá-lo de propagar Fake News via WhatsApp.

A agência Lupa procurou a assessoria do Supremo Tribunal Federal e apurou que essa informação não constava no sistema do STF. Ainda vale ressaltar que foi criada uma conta Fake no Twitter do STF. Essa conta Fake tratava-se de um perfil de sátiras e carregava um logotipo semelhante ao do STF. A semelhança com a conta oficial era tão grande que a piada passou a ser levada a sério, com milhares de compartilhamentos. Nesse processo de insinuação, Patrícia Mello Campos descreve:

Não entendo por que a imprensa precisa investigar, criticar e fiscalizar os governos. O presidente vai além. “Ele quer convencer as pessoas de que quem lê jornais fica ‘desinformado’”, e de que elas deveriam consumir informação diretamente das redes sociais dele e de seus apoiadores, sem filtros (CAMPOS, 2020, p.167).

As bombas midiáticas de Jair Messias Bolsonaro atacam princípios democráticos e está virando rotina. Ele decidiu atentar contra a democracia ao censurar o Jornal Folha de S. Paulo numa licitação de jornais com o Governo Federal, seguindo métodos de governantes ditadores. Os ataques de Bolsonaro à imprensa livre e a perseguição a jornalistas servem como estímulo para os criadores de Fake News, legitimados pelo discurso mentiroso do presidente.

---

<sup>12</sup> LUPA é uma lente ampliadora de imagem e, por isso teve esse nome escolhido para a primeira agência de Fact Cheking (Verificação de Notícias) do Brasil.

A primeira lição do manual de combate à imprensa é sufocar a mídia em termos econômicos. Os jornais já vivem um contexto financeiro difícil no mundo. Há anos passam por crise em seu modelo de negócios. Poucos veículos conseguem ter lucro, mesmo com a combinação de assinaturas e anúncios on-line. (CAMPOS, 2020, p.168).

Portanto, a pós-verdade está onde a ética não parece ser mais aceitável, surge como uma falta de comprometimento com a verdade. Para tanto, para que haja a pós-verdade é preciso dominação de meios de comunicação que veiculem as informações necessárias para a massa. Essas prioridades da pós-verdade no século XXI, são em partes, uma resposta para as mudanças no mundo.

### **Derrotar a Pós-Verdade**

A pós-verdade não é uma tendência passageira e, a pior resposta é a passividade diante dos acontecimentos. Todos nós devemos nos tornar editores e, filtrar, checar e avaliar o que lemos. O consumo de Fake News nos define. Compras on-line nos importam mais do que combater Fake News nas mídias sociais e isso estimula a passividade, que é muito importante para a pós-verdade. Não foram as armas e os exércitos que acabaram com a Guerra Fria, foi o homem, ele saiu às ruas e deu um basta. A coragem e a persistência são recompensadas com a verdade.

Nesse sentido, essas abordagens teóricas nos permite uma reflexão nas manifestações da disseminação de Fake News nas redes sociais, WhatsApp, na repercussão da imprensa e na vida de quem é vítima desses boatos. Pregar Fake News é não saber respeitar e tolerar o outro.

Pós-Verdade pode ser conceituada como afirmação e resolve problemas complexos com soluções simples. Algumas mídias fazem checagem, mas, outras usam a desinformação quando é de seu interesse. Cabe ressaltar que notícias falsas existem desde a época de Jesus Cristo, mas hoje, tomam proporções numa velocidade absurda.

Portanto, a sobrecarga de informações é muito grande, mas a responsabilidade de compartilhamentos de notícias sem os mínimos cuidados é de todos nós. Reduzir as formas de desinformação nas redes sociais e o engano nos compartilhamentos de informações falsas é o caminho para a busca da verdade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender, as formas de reduzir a desinformação nas redes sociais e o engano, nos compartilhamentos, de informações falsas, buscando assim, a importância da verdade e a maneira como os fatos são propagados, atingindo níveis insustentáveis no Brasil. O objetivo principal da criação e disseminação de notícias falsas seja para exaltar qualidades ou buscar difamar a imagem de alguém.

A partir do momento que esse conteúdo falso é “viralizado”, por meio de compartilhamentos nas redes sociais, toma uma proporção de difícil alcance, levando possivelmente a um impacto devastador na vida de quem se deseja atingir. Outra razão que justifique o repasse de notícias falsas, é um verdadeiro desejo de ajudar alguém.

Para Vera Jourová, vice-presidente de Valores e Transparências da Comissão Europeia, os ataques à democracia promovida pela gigantesca onda de desinformação em todo o mundo, ganha espaço em todos os setores da sociedade.

No livro “A Era do Escândalo”, de Mário Rosa, se faz inúmeras críticas aos veículos de comunicação e aos profissionais, que constroem seu dia-a-dia em danos irreparáveis com base em seu próprio ponto de vista.

Neste sentido, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, como as mudanças foram drásticas no cotidiano dos Brasileiros, e do mundo, essas mudanças, foram acompanhadas por um crescimento de informações desenfreadas e sem precisão, divulgadas todos os dias pelos meios de comunicação ou pelas redes sociais. Em consequência disso, foi criada a segunda mazela pandêmica, o que eles chamaram de “infodemia”, termo muito usado por eles, para classificar a informação como falsa e que compromete a credibilidade do respaldo científico.

Neste aspecto, pretende-se com este artigo compreender o fenômeno de propagação de notícias falsas, com uma velocidade imediata, alcançando milhões de pessoas em todo o mundo, em meio à primeira pandemia mundial, na era pós-verdade. Esse termo define as circunstâncias ou contexto em que é atribuída grande importância, sobretudo social, política e jornalística, a notícias falsas ou versões verossímeis dos fatos, com apelo às emoções e às crenças pessoais, em detrimento de fatos apurados ou da verdade objetiva (Ex.: A mentira e os boatos alimentam a pós-verdade; o tema do momento é o pós-verdade nas redes sociais). Enquadrando-se tipologicamente em uma



investigação de caráter histórico, exploratório, e recorrem inicialmente à revisão bibliográfica usando como instrumentos de fontes, livros sobre a temática. Livros esses que visam evidenciar suas buscas, análise e crítica das versões contraditórias e confere a validade e veracidade dos fatos.

Portanto, em tese, as Fake News sustentam a pós-verdade como uma política de desinformação que se aproveita da fragilidade, da falta de ética nos ambientes virtuais, no cotidiano das pessoas, passando também por questões de crenças religiosas, culturais, de raças e colocando em questão até abordagens científicas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

D'ANCONA, Matthew. Pós – Verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News. 1ª Ed. [Brasileira]. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DEROSA, Cristian. Fake News: Quando os jornais fingem fazer jornalismo. 1ª. Ed. Florianópolis – SC: Estudos Nacionais, 2019.

JOUROVÁ, Vera. A democracia vai sobreviver às fake news. [www.b9.com.br](http://www.b9.com.br), 2021. Disponível em: <https://www.b9.com.br/140847/sxsw-2021-democracia-fake-news-plataformas/?highlight=fake%20news>. Acesso em: 16 de mai. 2021.

MELLO, Campos Patrícia. A Máquina do Ódio: Notas de uma repórter sobre fake News e violência digital. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORTELLADO, Pablo. Polarização e Fake News: Casa do Saber. São Paulo, 2020. 1h:36m. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=raqR3Ng5xls>. Acesso em: 20 de Mar. 2021.

ROSA, Mário. A Era do Escândalo: Lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagens. 4ª. Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2007.

**Capítulo 40 - DOI:10.55232/1085002.40**

**EDUCAÇÃO FÍSICA, DANÇA, PODER E RESISTÊNCIA:  
REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE DE UMA  
PROFESSORA DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE JUIZ  
DE FORA A PARTIR DE TEORIZAÇÕES  
FOUCAULTIANAS**

**Anderson José de Oliveira, Wilson Alviano Junior, Neil Franco**

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva analisar, através de teorizações foucaultianas, a prática docente de uma professora que atua com a temática dança em suas aulas dentro do componente curricular Educação Física. São utilizados como referência os trabalhos de Michel Foucault (1988, 1989, 2016), Coletivo de Autores (1992), Luci Bertoni (2001), dentre outros, além de documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018). Fizemos uso de metodologia qualitativa através de um estudo de caso apoiado em pesquisa bibliográfica e documental. Foi possível perceber que a docente, sujeito da presente pesquisa considera sua formação inicial insuficiente para tematizar as aulas de dança no ambiente escolar, sendo necessário uma formação complementar para a realização desse trabalho. Ela sofre a influência do poder exercido por instituições religiosas que em muitos momentos não permitem que ela realize o trabalho da maneira como gostaria. Também sofre influência do poder exercido por instituições educacionais, tendo que direcionar suas aulas totalmente vinculadas ao que está exposto nas matrizes curriculares que tem acesso como a BNCC (2018). No entanto ela resiste conversando com suas crianças questões vinculadas a religião para além dos muros da Igreja e também propõe discussões que ultrapassam o que é proposto pela BNCC. Finalizamos com a compreensão de que o trabalho na escola necessita para além de uma formação acadêmica uma formação que se dá no chão da escola.

**Palavras-chave:** Educação Física, Dança Educação, Foucault

## **INTRODUÇÃO**

A Educação Física escolar é constituída por inúmeras temáticas que perpassam pelos jogos e brincadeiras, pela ginástica, pelas lutas, pelos esportes, pela dança, dentre outros elementos da cultura corporal.

Dos componentes da cultura corporal, voltamos nossas análises para a dança pois, apesar dessa temática ser regulamentada por documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) e dentro desse documento estar presente em dois componentes curriculares – Artes e Educação Física; mesmo sendo uma temática defendida de ser trabalhada na escola por diversos autores como Isabel Marques (2012) e Strazzacappa (2011), o trabalho com dança na escola ainda é inexpressivo.

Pensando, especificamente, no componente curricular Educação Física esse quadro se repete, pois as aulas se voltam principalmente para a temática desportiva, ficando a dança relegada a um segundo plano.

Esse quadro deu origem a questão da tese de doutorado de um dos autores, que é: saber quem são e como trabalham os professores de Educação Física que abordam em suas aulas a temática dança nas redes públicas e particulares de ensino da cidade de Juiz de Fora.

Tendo em mãos o material selecionado para a escrita da referida tese, selecionamos as falas de uma das professoras de Educação Física devido a sua ampla experiência tanto na educação básica quanto no ensino superior (na formação de outros professores de educação física) para discutirmos como a temática dança é trabalhada na escola. Objetivamos, assim, fazer algumas análises em relação a prática dessa docente a partir de teorizações foucaultianas.

Entendemos que a dança é um elemento da cultura corporal legítimo e necessário de ser trabalhado na escola. Devido a esse fato, pretendemos dar visibilidade a docentes que atuam com essa temática no ambiente escolar. Segundo Coletivo de Autores (1992) abordar diferentes elementos da cultura corporal na escola permite aos estudantes compreenderem a realidade social através da relação que esses elementos possuem com questões sociopolíticas como a ecologia, preconceitos sociais, dentre outros.

Existem inúmeros discursos que podem ser contextualizados e problematizados no ambiente escolar através da dança e que permitam aos alunos refletirem sobre a realidade na qual estão inseridos. Dessa maneira, tematizar a dança no ambiente escolar

é essencial, por isso é relevante discutir sobre a prática dos professores que trabalham com essa manifestação cultural, algo que é proposto no presente artigo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

São referenciais para este estudo, dentre outros, Michel Foucault (1988, 1989, 2016), Coletivo de Autores (1992), Luci Bertoni (2001), Rudolf Laban (1990), Margareth Rago (2019), além de documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018).

## **ABORDAGEM METODOLÓGICA, CONTEXTO DA PESQUISA**

O presente trabalho é resultado de um estudo de caso apoiado em pesquisa bibliográfica e documental, a partir de entrevista semiestruturada enfocando a prática de uma docente de Educação Física que atua em suas aulas com a temática dança. Para subsidiar as discussões buscamos referendar nossas análises na perspectiva foucaultiana.

Os estudos de caso colocam em evidência ligações casuais “[...] entre intervenções e situações da vida real; o contexto em que uma ação ou intervenção ocorreu ou ocorre; o rumo de um processo em curso e maneiras de interpretá-lo; o sentido e a relevância de algumas situações-chave nos resultados de uma intervenção.” (MINAYO, 2014, p. 164). No que se refere à pesquisa bibliográfica, segundo Telma Lima e Regina Miotto (2007), é uma forma de análise que tem como foco dar subsídio teórico a um objeto de estudo, trazendo elementos que fundamentam a análise dos dados que serão pesquisados. Já a entrevista semiestruturada é um procedimento que conta com um roteiro que deve ser formulado de tal maneira que permita uma flexibilidade nas conversas e, assim, poder assimilar temas diferentes do que se havia pensado inicialmente e que são levados pelo sujeito que está sendo entrevistado (MINAYO, 2014).

A entrevista, acima citada, faz parte de um material coletado para escrita de uma tese de doutorado de um dos autores, pertencente ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora<sup>1</sup>, que objetiva analisar a prática de docentes de Educação Física que atuam com a temática dança nas aulas de Educação

---

<sup>1</sup> Essa entrevista foi coletada para a escrita de uma tese de doutorado que está registrada e aprovada no conselho de ética da Universidade Federal de Juiz de Fora, constando no parecer número 4.764.577.

Física e também em projetos de dança no contraturno escolar dos alunos em escolas públicas e privadas do município de Juiz de Fora.

No roteiro utilizado para a realização da entrevista continham os seguintes questionamentos: primeiro nome do entrevistado; idade; ano que formou em Educação Física; escola que atua (pública estadual, pública municipal ou privada); qual a etapa do ensino que trabalha (fundamental 1, 2 ou médio); com quais anos trabalha; quanto tempo leciona Educação Física. Além disso: quais temáticas aborda em suas aulas? Se a temática dança é trabalhada e de que forma? Quais os estilos de música são utilizados? A cultura que os alunos levam para a sala de aula é considerada na montagem das aulas? Quais as dificuldades encontradas? Você encontra dificuldades relacionadas ao gênero dos alunos? Você encontra dificuldades relacionadas a religião dos alunos? Você atua em projetos no contraturno dos alunos? Qual a diferença do trabalho da dança na Educação Física, em projetos curriculares e projetos no contraturno dos alunos? A partir de quais referenciais a temática dança é trabalhada? A formação que você teve em sua graduação te deu elementos suficientes para trabalhar com a temática dança? Quais disciplinas você cursou na faculdade relacionadas a dança ou que te ajudam a trabalhar com essa temática na escola? Você conhece e o que você conhece sobre a BNCC? A publicação da BNCC trouxe mudanças em sua prática docente? Com a publicação da BNCC novas temáticas que antes não eram abordadas passaram a ser abordadas? Como foi o seu trabalho na escola em que atua durante o ensino remoto devido a pandemia da Covid 19? Nesse período você conseguiu abordar todas as temáticas que abordava no período de ensino presencial? Fale sobre as diferenças do ensino remoto para o ensino presencial. Você conseguiu abordar a temática dança durante o ensino remoto? Como foi o processo de retorno as aulas presenciais após o ensino remoto? Você está conseguindo trabalhar da mesma forma que trabalhava antes da pandemia? Você quer falar algo mais sobre sua prática docente como dança ou com Educação Física?

A entrevista que deu origem a este artigo foi gravada, transcrita e devolvida a entrevistada para que ela fizesse as correções que achasse necessárias e assinasse um termo de validação da entrevista. Foi explicado a ela que em qualquer momento antes da publicação da referida tese suas falas poderiam ser retiradas dessa pesquisa de doutorado. Além disso, foi esclarecido também que a identidade dela seria preservada.

É importante dizer que, devido aos limites do presente trabalho, nem todas as falas coletadas dessa docente foram utilizadas nas reflexões desenvolvidas neste trabalho. A professora sujeito dessa entrevista foi selecionada, dentre as outras entrevistadas para a

confeção da tese de doutorado, anteriormente referendada, por possuir uma longa experiência atuando com a temática dança na Educação Básica e, também por ter sido, por um período de tempo, professora em instituições de ensino superior, trabalhando assim na formação de outros docentes para atuação com a dança em aulas de Educação Física.

## **ALGUNS DADOS DA ENTREVISTADA**

A docente entrevistada<sup>2</sup>, aqui denominada como professora kn, tem 51 anos de idade, formou-se em Educação Física no início da década de 1990 e no ano de 2021 trabalhava com educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em duas escolas públicas de Juiz de Fora, nos turnos da manhã e da tarde.

Após graduada, adquiriu experiência em dança a partir de uma especialização que cursou nesta área, com carga horária de 937h, em uma instituição do estado da Bahia. Ao retornar para Juiz de Fora, começou a atuar com projetos extracurriculares de dança que aconteciam no horário contraturno dos alunos. Nos últimos cinco anos, a educadora optou por lecionar somente Educação Física escolar, após ser efetivada em um cargo, na rede de ensino em que trabalha. Em outro cargo, atua como contratada. Dentro de suas aulas, atua com diferentes temáticas curriculares, no entanto, daremos ênfase aqui em sua prática com a dança, devido ao fato desse ser o foco do presente trabalho.

A professora Kn diz que tem facilidade de atuar com essa temática pelo fato de possuir experiência de 20 anos em sua vida profissional na dança. A sua prática se dá mais pela questão da liberdade de movimentos dos alunos, dos processos de criação, do seu conhecimento do próprio corpo e da sua expressividade. A seguinte fala exemplifica o modo como ela atua com a temática dança.

Eu trabalho dentro da experiência, movimentos que ele tem. Trago também outros movimentos para eles experimentarem, mas eu trabalho muito em cima da experiência de movimentos deles, a criatividade deles e eles vão aprendendo com a experiência dos outros coleguinhas. Então, o modelo de movimento (...) que ele tem, ele vai passar para o outro. Isso muito através de brincadeiras. Muitas brincadeiras e jogos de dança. Atividades de dança muito envolvidas com brincadeiras, brincadeiras cantadas. Tenho muitas turmas de educação infantil, brincadeiras cantadas, brincadeiras de roda também... É mais nesse sentido. Não reservo técnica, não reservo modalidades de dança, só algumas experiências (Professora Kn, 2021).

---

<sup>2</sup> Essa entrevista foi realizada em maio de 2021.

A docente disse que as músicas com que trabalha são de diferentes estilos, como o samba, forró, músicas instrumentais, músicas infantis, cantigas de roda, trabalhando na perspectiva de Rudolf Laban<sup>3</sup>: o espaço, o tempo, a fluência. Segundo ela, é considerado o conhecimento que o aluno traz para a aula no que se refere a sua forma de se expressar através do movimento.

## **A DANÇA NA ESCOLA E MICHEL FOUCAULT**

Em relação aos dados expostos até aqui, é importante destacar que a docente atuou em boa parte de sua vida profissional com a temática dança. Para desenvolver inicialmente esse trabalho, foi necessário, segundo ela, fazer uma especialização na área de dança. Ela considera que sua formação durante a faculdade não foi suficiente para oferecer subsídios para o trabalho com dança no ambiente escolar. Foi necessário recorrer a uma formação complementar para que ela sentisse segurança para executar tal trabalho. Essa informação leva a pensarmos que a formação inicial em Educação Física ainda é deficitária para que os futuros professores sintam segurança para trabalhar com as diferentes temáticas pertencentes ao universo desse componente curricular<sup>4</sup>.

Falando ainda das músicas com que trabalha, a educadora relatou-nos que nas comunidades em que atuava, no momento em que realizamos a entrevista, não era comum as crianças ouvirem funk, mas que em outras comunidades que lecionou tal estilo musical era bastante comum.

As minhas comunidades não têm muito funk nessa faixa etária, é mais sertanejo. São músicas muito adultas. Então, eu procuro trabalhar com eles músicas infantis e eles gostam demais. A comunidade que eu trabalho até o terceiro ano [...] são meninos muito crianças; porque eu já trabalhei em outras comunidades e as crianças ouviam muito funk, muita adultização, das crianças. [...] eu tive uma experiência em que elas tinham movimentos de adultos, experiências adultizadas mesmo, músicas de funk erótico, mas que eu pude trabalhar também nesse sentido. Levava o funk, levava outras letras de música. Adolescentes que eu trabalhava no projeto de dança, a gente estudava aquelas letras que a gente estava dançando. Refletia sobre aquilo, sobre os movimentos. Foi muito legal. Eu consegui trabalhar com os adolescentes educação sexual através do funk. Os pré-adolescentes traziam muitas músicas de funk, pois os pais escutavam. (Professora Kn, 2021).

---

3 Rudolf Laban foi um dançarino, coreógrafo, teatrólogo, musicólogo, intérprete, considerado como o maior teórico da dança do século XX e como o "pai da dança-teatro". Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rudolf\\_Laban](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rudolf_Laban). Acesso em 28.01.2022

<sup>4</sup> Tal constatação sobre problemas na formação inicial do professor de Educação Física para trabalhar com a temática dança também aparece no trabalho de Mônica Ehrenberg (2014).

Mesmo não havendo, nos momentos iniciais da realização da entrevista, citações feitas pelo entrevistador em relação ao funk, esse ritmo apareceu em vários momentos. A professora fala, inclusive, na realização de movimentos adultizados pelas crianças. Não houve maiores explicações sobre o que seria isso, mas foi possível inferir que seriam movimentos extremamente sensualizados e que não seriam adequados para serem produzidos por crianças, pois elas não têm maturidade suficiente para lidar com alguns aspectos da manifestação cultural funk, pensando principalmente em “palavreados” que não seriam adequados para a faixa etária dos estudantes com os quais trabalha ou danças extremamente sensualizadas, ou até mesmo sexualizadas, que deveriam estar fora de uma proposta de dança para crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

O fato de o funk aparecer, mesmo não havendo uma conversa inicial por parte do entrevistador, ocorreu também em outras entrevistas realizadas com outros professores que atuam com dança no sistema público de ensino, coletadas para a construção da tese de doutorado anteriormente citada. Parece, tendo em vista tal realidade, que o funk (tanto a música, como a dança) está fortemente vinculado aos estudantes que frequentam as escolas públicas da cidade de Juiz de Fora. Devido a esse fato, convém destacar que em relação a esse ritmo, Bertoni (2001) ressalta que a música de mercado pode seduzir as crianças através da sensualidade das danças e também das letras, podendo, de alguma maneira, comprometer o desenvolvimento infantil.

Além disso, segundo Laban (1990), a dança como uma proposta educativa não está relacionada à produção ou repetição de danças sensacionais, mas se refere à atividade criativa que a dança proporciona ao estudante. Ao debruçar sobre os dizeres de Laban (1990) e também Bertoni (2001), entendemos a importância da escola e do trabalho com dança ali realizado como uma forma de se construir práticas corporais significativas para os alunos. Entendemos que o funk, assim como expressa a professora, está vinculado à cultura dos alunos, no entanto, é necessário que a escola discuta elementos dessa manifestação cultural, permitindo aos discentes refletirem sobre aquilo que eles estão consumindo, trabalhando assuntos de relevância social (como educação sexual), assim como expõe a professora em sua fala.

Antes de continuar as reflexões aqui desenvolvidas, deixamos claro que não nos colocamos contrários ao funk. Pensamos que esse ritmo, bem como suas danças, estão intimamente vinculados à cultura brasileira. Muitas músicas relacionadas a esse estilo



musical mostram a realidade social existente nas periferias do nosso país<sup>5</sup>. Existem, no entanto, algumas expressões oriundas do funk que trazem mensagens equivocadas, como disseminar comportamentos violentos, consumo de drogas<sup>6</sup> e também a vulgarização da imagem da mulher.

A popularidade de tais músicas entre os adolescentes, assim como é dito pela professora Kn, pode ser entendida através de conceituações foucaultianas relacionadas ao exercício do poder. Segundo Foucault (1989), o poder não é exercido de uma maneira homogênea, de uma classe ou grupo em relação a outra classe ou grupo, não podendo ser dividido entre a parte que o detém e a parte que é submetida ao mesmo. O poder é exercido em redes, estando as pessoas na posição tanto de exercer o poder como sofrer sua influência. O poder não se aplica, mas passa através das pessoas.

Somos levados a entender, a partir do pensamento de Foucault (1989) e também Bertoni (2001), que existe um segmento da indústria da música que exerce forte influência em relação ao que esses jovens e também seus responsáveis escutam e vivenciam em seu cotidiano. Dessa forma, existe uma rede de exercício do poder que culmina na popularidade de certas músicas de funk, dentro das escolas. Os pais sofrem influência da indústria da música e ao mesmo tempo influenciam seus filhos, que continuam esse processo influenciando seus colegas de turma. A fala da docente em relação ao funk em instituições que lecionou exemplifica essa situação. É interessante destacar que, às vezes, essa mensagem equivocada trazida pela música não é percebida por pessoas que cantam ou dançam tais melodias. Essa situação é exemplificada pela docente através da seguinte fala:

O que que eu pude perceber: essas músicas são muito eróticas, mas nós como adultos sabemos o que as músicas estão cantando. Crianças e muitos adolescentes não sabem, não entendem o que é aquela letra. Não presta atenção [sic]. É interessante porque eu fui estudar a letra e eles não prestavam atenção na letra. [...] As crianças não 'sacam' mesmo. Elas vão rebolando até o chão, com o dedinho na boca. Elas não 'sacam' o que que é isso (Professora Kn, 2021).

---

5 Como exemplo, podemos citar a música de CIDINHO; DOCA. Eu só quero é ser Feliz. Disponível em <https://www.lettras.mus.br/cidinho-e-doca/885060/>. Acesso em 30.01.2022

6 Sobre funk com apologia à violência e consumo de drogas ver Ferreira (2021). Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2021/Funk-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-den%C3%Bancia-e-apologia-ao-crime#:~:text=A%20m%C3%BAstica%20E2%80%9CMigu%C3%A9%20%9D%2C%20parceria,d en%C3%Bancia%20de%20apologia%20ao%20crime>. Acesso em 30.01.2022

Além dessa questão vinculada à música que muitos adolescentes escutam, temos também, na visão da professora entrevistada, questões vinculadas ao poder exercido por pessoas ligadas a instituições religiosas, que buscam interditar a prática de dança por parte das crianças na instituição escolar na qual ela atua. A seguinte fala remete a tal questão:

Eu não tenho esse problema em relação ao gênero... Bem, às vezes, é da religiosidade. De alguns que querem participar de alguma coreografia [...] Mas existe isso também, montar coreografia para uma festa na escola e participa quem quer e eu dou sorte porque as crianças participam muito, tanto as meninas quanto os meninos, e eles criam porque eu deixo eles criarem a coreografia. E aí eles gostam mais ainda e participam ativamente daquela construção, então não tem problema. O único problema é que se for apresentar, as crianças não podem porque o pai não deixa. Aí tem uns que falam assim: “ô tia, eu quero ensaiar, mas você não conta para o meu pai não (risos).” E aí, dentro da aula de Educação Física, eles fazem e quando eles vão apresentar, eles não vão porque a religião não permite (Professora Kn, 2021).

Segundo Foucault (2016), o corpo está posicionado dentro de poderes bastante estreitos, que propiciam a ele limitações, proibições e obrigações. O controle é realizado através de uma coerção constante, de tornar o corpo algo próximo à mecânica. Esses métodos permitem um expressivo controle nas operações corporais, impondo uma relação de docilidade e utilidade. Esses métodos de controle podem ser compreendidos através do conceito de biopolítica.

Foucault entende a biopolítica como uma forma de manifestação do poder, através da qual mecanismos da vida biológica das pessoas são colocados dentro da gestão política de um Estado, sendo assim, gerenciados e administrados. É central na biopolítica o estabelecimento de mecanismos de controle que não mais estarão direcionados aos corpos individuais, mas sim direcionados a populações, propiciando censuras em grupos sociais diversos de acordo com o interesse político desejado (COPETTI; WERMUTH, 2020). Assim, com o objetivo de manter um controle sobre os corpos das pessoas, criando indivíduos passivos e dóceis, é estabelecida por algumas instituições religiosas uma censura sobre qualquer movimento que não esteja vinculado ao universo gospel, tendo em vista que a dança propicia ao corpo uma liberdade de movimentos que muitos religiosos querem domesticar, manter sob um domínio coercitivo. O próprio Foucault era extremamente crítico em relação ao cristianismo. Rago (2019) faz uma reflexão que exemplifica esse posicionamento:

Sua crítica devastadora do cristianismo, além do mais, permitiu entender como se formou historicamente uma noção de sujeito – o “sujeito de desejo” –, associada à ideia da culpa e do pecado, levando, conseqüentemente, à

exigência da renúncia de si, assim como da obediência permanente a um outro, como forma de purificação e de salvação (RAGO, 2019, p. 3).

Analisando as duas situações enfrentadas pela docente, é possível notar que existe um confronto de tendências no ensino de dança na escola. Ao mesmo tempo em que existe uma pressão para se trabalhar a dança de uma maneira extremamente sexualizada, exercida por alguns alunos, muitas vezes não adequada para a idade das crianças, existe também uma pressão que limita a forma de se expressar dos discentes através da dança, devido a questões religiosas.

Além de preocupar-se com as aulas em questão, existe a necessidade de a docente lidar com diferentes dificuldades relacionadas a sua prática pedagógica. No entanto, recorrendo novamente a Foucault (1988), existindo poder, existe também resistência, e a resistência jamais se encontra exterior ao poder.

É possível ver, na prática dessa docente, que mesmo havendo uma pressão forte para o consumo de determinada música, ela resiste propondo, a partir dessas melodias, um trabalho vinculado à educação sexual, trazendo uma compreensão crítica em relação ao que as crianças estão ouvindo.

No que está relacionado à questão religiosa, a professora também “resiste”, trazendo reflexões para suas aulas, assim como mostra o seguinte trecho:

Eu aproveito a questão para discutir. Então a gente senta na rodinha e vamos conversar. Por que você não pode dançar? O que a sua religião entende? Quem tem outra religião e pode dançar (...). É tudo na linguagem deles, pois eles são muito pequenos, dentro do que eles entendem. E aí a gente discute essa questão da dança e da religiosidade. Tem religiões que podem dançar [sic], que permite, tem religiões que não permitem a dança e tem religiões que permitem a dança, mas somente como música religiosa. É isso que eu faço. Trabalhar a dança na escola não significa só dançar, pode conversar sobre dança, conversar sobre o conteúdo dança. Eu trabalho dentro desta proposta (Professora Kn, 2021).

A última parte da fala da docente remete à ideia de que a dança é algo que está além da execução de movimentos, em consonância com Izabel Marques (2012, p. 25), ao explicar que: “A dança, se entendida como arte, é a relação de vários componentes, relação entre diferentes campos de significação.” Neste contexto, trabalhar com dança é também discutir com os alunos os diferentes significados que a dança possui.

Acreditamos que essa postura da professora é importante, uma vez que proporciona aos alunos a possibilidade de refletirem sobre sua realidade. A atuação da docente demonstra o seu comprometimento em resistir a diferentes pressões advindas de

diferentes lugares – a indústria da música, a família, a religião. No entanto, é angustiante ver essa realidade da escola brasileira, na qual o professor tem que se justificar e se desdobrar para trabalhar com uma temática que é legítima dentro do ambiente escolar.

## **BNCC EM FOCO**

Para além das questões citadas anteriormente, a educadora deve contemplar em suas aulas a vinculação do seu trabalho com elementos contidos na BNCC, pois a partir de 2017, essa base tornou-se obrigatória para a formulação dos currículos dentro do território nacional, além de ter que lidar com o Ensino Remoto, devido à necessidade de distanciamento social por conta da pandemia da Covid 19. Sobre esses aspectos, pode ser citada a seguinte fala:

Com essas aulas online nós ficamos muito mais íntimos da BNCC [...] E esse planejamento tem que ser feito mensalmente e você tem que colocar lá as habilidades, os objetivos, os campos de experiência da educação infantil. Então a gente ficou íntimo daquilo porque a gente tem que colocar no papel. Ah, tá! O conteúdo que você tá trabalhando tá dentro de qual campo de experiência? De qual objeto de estudo? Qual habilidade? Então a gente ficou muito mais íntimo da BNCC. Não tem como não conhecer a BNCC a partir dessas aulas online (Professora Kn., 2021).

Analisando a vivência da professora, ela estabelece uma leitura que insere uma perspectiva favorável a aproximar sua visão com a BNCC, ao propor aulas planejadas a partir dessa base, abordando, inclusive, as temáticas que ali estão, como a dança ou o jogo. Se aproxima também por empregar estratégias para resolver desafios e melhorar a aprendizagem das práticas corporais abordadas em suas aulas (item 2 das competências específicas da Educação Física) e também por interpretar e recriar valores, sentidos e significados atribuídos às diferentes práticas corporais e aos sujeitos envolvidos com elas (item 6 das competências específicas da Educação Física) (BRASIL, 2018). Isso pode ser percebido quando ela leva para a sala de aula discussões relacionadas à religião e dança e também através da ressignificação das danças e músicas extremamente sexualizadas, que são trazidas pelos alunos, promovendo discussões em torno da temática sexualidade.

Esse mesmo trabalho da professora pode ser considerado também um momento de resistência em relação às proposições da BNCC, se olhado através de um outro aspecto. Na versão homologada desse documento oficial, no ano de 2017, houve a supressão do Tema Transversal “Orientação sexual”, presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais

(BRASIL, 2000)<sup>7</sup>. Ainda existe a proposição de temas transversais na BNCC, mas a discussão sobre gênero e/ou sexualidade foi extraída. A proposição inicial, quando da elaboração dos PCN, era de que após dez anos esses parâmetros seriam revistos e readequados à realidade social e educacional. Somente 20 anos depois essa revisão é realizada e, o que antes era um parâmetro curricular se torna uma normativa a ser seguida.

Neste caso, a invisibilidade das questões de gênero e/ou sexualidade no currículo pela BNCC demarca um período de retrocesso, enquanto a vida social nos apresenta demandas identitária emergentes que carecem de serem revistas, discutidas e problematizadas no âmbito escolar, com o intuito de minimizar os processos de exclusão evidentes na sociedade brasileira. Ainda que mergulhados neste contexto de retrocesso, a resistência faz-se presente na prática pedagógica da professora Kn ao propor discussões vinculadas a sexualidade em suas aulas.

Sobre a BNCC, não serão realizadas novas discussões. Talvez isso possa ser feito em um novo trabalho, tendo em vista que a entrevista com a professora, sujeito do presente texto, permitiria outras reflexões. No entanto, essas reflexões ultrapassariam os limites aqui propostos. Pode ser que a partir de novas análises surjam novos trabalhos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos, através deste trabalho, fazer algumas reflexões sobre a prática docente de uma professora de Educação Física que atua em suas aulas com a temática dança, partindo de teorizações foucaultianas. Inicialmente, é importante ressaltar, novamente, que existem muitos elementos sobre a prática dessa educadora que não foram abordados devido aos limites do presente texto. Ela possui um longo histórico de atuação com a dança-educação; sendo assim, sua vivência em dança é riquíssima.

As falas dela nos levam a pensar que a formação inicial do professor de Educação Física não instrumentaliza esse profissional a trabalhar com a temática dança no ambiente escolar. Compreendemos assim que o trabalho na escola necessita para além de uma formação acadêmica uma formação que se dá no chão da escola.

É no chão da escola que a prática dessa educadora é repleta de nuances que ultrapassam o saber ensinar determinado conteúdo ou temática. Em sua prática existem momentos de resistência relacionados a situações diversas, que perpassam pela existência

---

<sup>7</sup> Sobre a supressão de assuntos vinculados à sexualidade na BNCC, ver: OLIVEIRA, Anderson José de; SALVADOR, Nayara Rios Cunha. Currículo, Educação Física e BNCC: onde está Wally, o gênero e a sexualidade. *Revista de Estudos Interdisciplinares*. v.2, n. 3, p. 1-20, maio/jun. 2020.

no ambiente escolar, de músicas trazidas pelos discentes de forte cunho sexual, com a pressão exercida por integrantes da comunidade escolar ligados a determinadas religiões, que buscam um aprisionamento do corpo humano. Adicione-se a essas situações, o fato de ter também que lutar para sobreviver em um país como o Brasil, no qual a educação não é tratada como prioridade pelos governantes.

Mesmo com esse ambiente conflituoso, não é incomum encontrarmos professores que resistem, buscam uma prática pedagógica reflexiva, trabalham a dança para além de aspectos técnicos e execução de movimentos estilizados. A professora, sujeito de análise deste trabalho, é um exemplo de professores que possuem esse comprometimento.

Tendo em vista tal cenário, encerramos esse texto, desejosos de que em um futuro próximo a educação seja prioridade em nosso país e que o professor possa atuar na escola focado na aprendizagem de seus alunos e não tendo que lidar com cenários tão adversos, como os que foram relatados no presente estudo.

## REFERÊNCIAS

- BERTONI, Luci Mara. Arte, indústria, cultural e educação. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, n. 54, p. 76-81 ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/NXKsK9Xc45TgB9TJqp4ycrz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06.02.2022
- BRASIL. Orientação sexual. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade nacional e orientação sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. v. 10, p. 107-161.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- COPETTI, Dhyani Colpo; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. O conceito de biopolítica em Michel Foucault: uma análise a partir do sistema prisional brasileiro. In: XXVIII Seminário de Iniciação Científica, 28, 2020, Ijuí. **Anais [...]** Injuí: Online, 2020. p. 1-5. Disponível em <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/17848/16582#:~:text=O%20fil%C3%B3sofo%20franc%C3%AAs%20Michel%20Foucault,%20ser%20gerenciados%20e%20administrados>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- EHRENBERG, Mônica Caldas. A dança nos cursos de licenciatura em Educação Física: diagnósticos e possibilidades. In: EHRENBERG, Mônica Caldas; FERNANDES, Rita de Cássia; BRATIFISCHE, Sandra Aparecida (org.). **Dança e educação física: diálogos possíveis**. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014. p. 41-66.

FERREIRA, Luã. Funk: criminalização, denúncia e apologia ao crime. Jan., 2021. Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2021/Funk-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-den%C3%Bancia-e-apologia-ao-crime#:~:text=A%20m%C3%BAstica%20%E2%80%9CMigu%C3%A9%E2%80%9D%2C%20parceria,den%C3%Bancia%20de%20apologia%20ao%20crime>. Acesso em 30 jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

LABAN, Rudolf. **Dança educativa moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.

LETRAS. CIDINHO; DOCA. Eu só quero é ser Feliz. **LETRAS**. Disponível em <https://www.letras.mus.br/cidinho-e-doca/885060/>. Acesso em 30.01.2022.

LIMA, Telma. Cristina Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, p. 37-45. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 fev. 2022.

MARQUES, Isabel A. **Interações**: crianças, dança e escola. São Paulo: Blucher, 2012.

MINAYO, Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MULTISHOW. Funk ostentação: saiba tudo sobre o gênero que conquista cada vez mais fãs citando carrões, bebidas e roupas de marca, 2016. Disponível em <https://multishow.globo.com/musica/noticia/funk-ostentacao-saiba-tudo-sobre-o-genero-que-conquista-cada-vez-mais-fas-citando-carroes-bebidas-e-roupas-de-marca.ghtml>. Acesso em 30.01.2022. Acesso em: 20 fev. 2022.

RAGO, Margareth. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. In: Dossiê, Biopolítica e governamentalidade em Saúde. **Interface**. Botucatu, SP, fev. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/ccCCbt4pcXx4CTWhX8JnBmc/abstract/?lang=pt>. Acesso em 06.02.2022.

STRAZZACAPPA, Márcia. A Dança e a Formação do Artista. In: STRAZZACAPPA, Márcia; MORANDI, Carla. **Entre a arte e a docência**: a formação do artista de dança. 4. ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2011, p. 10-69.

WIKIPEDIA. Rudolf Laban, 2015. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rudolf\\_Laban](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rudolf_Laban). Acesso em 28.01.2022.

## **TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NO JORNALISMO: UM OLHAR FOLKCOMUNICACIONAL PARA UMA PRÁTICA HUMANIZADA**

**Gleilson Medins de Menezes**

**RESUMO:** A efemeridade da vida e o crescimento mutante dos processos comunicacionais e informacionais, aceleram cada vez mais a produção de notícias. Em meio a um turbilhão de informações e complexidades sociais, o trabalho do jornalista como um agente crítico transformador da sociedade vai ficando cada vez mais em segundo plano nas redações dos jornais, rádios, TVs e na internet. No que tange ao ensino do jornalismo é preciso que haja um engajamento maior por parte da academia para fomentar ainda mais a prática humanizada do jornalismo, para que os recém-formados jornalistas e/ou comunicólogos não sucumbam diante da insensível produtividade do jornalismo industrial, focado na objetividade dos fatos e na replicação ideológica dos principais interesses das elites dominantes. O artigo apresenta, entre outras alternativas possíveis, a folkcomunicação como instrumento catalisador e difusor das temáticas sociais mais distantes da agenda pública midiática hegemônica.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Processos comunicacionais; Ensino; Mercado de trabalho; Folkcomunicação.



## **INTRODUÇÃO**

Os fenômenos comunicacionais na contemporaneidade são marcados por interações socioculturais reticulares e convergências tecnológicas, em função da internet, como percebemos nas discussões sobre cultura digital e seus impactos na sociedade global, propostas por autores como Lévy (1999) e Lemos (2013). A vida cotidiana na chamada “era da informação” é mediada e midiaticizada e, conforme Castells (1999), os meios de comunicação interligam sujeitos e interesses econômicos, manifestações culturais, modelos educacionais e decisões políticas.

Tais características socioculturais e tecnológicas, materializadas pelo impacto das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), são absorvidas nos processos de produção jornalística, que, segundo Ferrari (2016), passaram a ser condicionados pelo dinamismo, multimídia e instantaneidade. Nesse sentido, o jornalismo online ou digital é considerado uma linguagem híbrida, devido à complexidade que envolve seus processos de produção (misturando textos, imagens, áudios, infográficos, links) e difusão pelas redes da internet. Portanto, exige múltiplas habilidades do profissional dedicado à atividade jornalística e indica que os processos comunicacionais deixam a linearidade e passam a ser compreendidos por uma rede de sistemas inter-relacionais e interdependentes.

Diante das transformações dos processos comunicacionais na sociedade e no jornalismo, Bertrand (2002) propõe a observância de alguns critérios para assegurar a responsabilidade social do jornalismo e fortalecer sua autonomia em relação aos riscos de reduzir a atividade aos ditames do mercado. Neste contexto o autor sugere: 1.) o estabelecimento de protocolos de deontologia; 2.) a implementação de observatórios e fóruns permanentes dedicados à análise e ao debate sobre as práticas jornalísticas; 3.) a qualificação da interação entre os jornalistas e o público; 4.) a criação de estruturas de reflexão dentro das empresas de comunicação, capazes de fazer valer os princípios éticos ao invés das imposições comerciais; 5.) o desenvolvimento de processos de formação continuada de jornalistas, tanto voltada às habilidades técnicas como à reflexão e análise crítica sobre as interdependências inerentes ao campo.

Sendo assim, o objetivo deste artigo surge da necessidade de fomentarmos a discussão sobre o papel do jornalismo na sociedade e as tendências contemporâneas de

suas práticas profissionais, diante da crise nos veículos da grande imprensa (jornais, TVs e rádios). Este é um debate que já vem sendo estabelecido em nível mundial por diferentes abordagens teóricas. Contudo, é importante fomentá-lo em âmbito local/regional e, desse modo, ampliarmos as reflexões sobre o futuro do jornalismo na Amazônia.

Cabe salientar que se trata de um exercício de aproximações, com base em revisão bibliográfica, com aportes teóricos da comunicação e do jornalismo, sem a efetivação de estudos de campo e nem da aplicação de uma metodologia imbuída na obtenção de resultados para um diagnóstico pragmático (baseado em dados estatísticos, com públicos dirigidos, aplicação de questionários, etc.) acerca desta temática. O intuito é fazermos alguns apontamentos (com base na literatura e na experiência prática vivida e/ou observada pelos autores deste artigo) e, a partir disso, tirarmos indicativos que possam nos orientar em estudos posteriores, mais detalhados e aprofundados.

Diante disso, sugerimos uma aproximação com a folkcomunicação (a comunicação voltada às problematizações das camadas populares e marginalizadas da sociedade) para a proposição da ideia de um folkjornalismo. A teia interdisciplinar tecida pelo campo de ação da folkcomunicação, inclinada à prática jornalística, deslumbra um amplo leque de possibilidades para o profissional da comunicação difusor de informações e construtor de juízos de valor na sua audiência. Por meio de um olhar complexo e humanizado focado na subjetividade das ações humanas, o folkjornalista tem a capacidade e a oportunidade de desnudar cenários escondidos, riquezas culturais obscurecidas pelo olhar elitizado dos grupos hegemônicos, revelando tensões sociais inerentes à vários campos distintos, que por vezes tem interesses diferentes dos grupos de poder que orquestram a agenda da grande mídia.

Acreditamos que a postura folkcomunicacional agregada ao fazer jornalístico corrobora (e melhor as resume) com todas as outras variantes que apresentamos neste texto, por conta da sua postura positivamente transgressora a qualquer expressão de subalternização e obscurecimento de acontecimentos sociais importantes dentro das camadas sociais populares. O olhar folkjornalístico se opõe e resiste às amarras do jornalismo industrial de mercado e tenta resgatar o espírito formador da profissão jornalística que é o de levar informação e reflexão aos diversos públicos. Buscando elucidar o pensamento crítico em todos os cidadãos a fim de promover efetivamente a

prática da cidadania dentro de um espaço democrático de circulação de ideias e informações.

## **CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO JORNALISTA BRASILEIRO**

A categoria profissional do jornalista brasileiro se consolidou a partir dos anos de 1950, com a expansão dos meios de comunicação de massa e após a criação dos primeiros cursos universitários, o que também contribuiu para a consolidação de um habitus e um ethos relativos à conduta profissional (SODRÉ, 2011; MELO, 2012). Mas, no século XXI esse modelo enfrenta uma “crise” sem precedentes, diante de novos ideários e até mesmo uma nova deontologia (código de conduta) para o jornalismo (PENA, 2015).

Em decorrência da internet e das novas tecnologias digitais, a sociedade vem passando por profundas transformações culturais nas últimas décadas. A convergência midiática nos meios de comunicação impactou nos processos de produção jornalística no século XXI, exigindo um novo perfil para os profissionais da área, inclusive fazendo questionar algumas de suas mitologias, como a questão da neutralidade objetiva e da imparcialidade<sup>1</sup>, além disso:

O aumento dos imperativos comerciais nos grupos de imprensa fragilizou a autonomia do trabalho jornalístico. Essas evoluções (tecnológicas e mercadológicas) foram acompanhadas de ataques aos princípios deontológicos, o que contribuiu para uma degradação da imagem social dos jornalistas. Num turbilhão de mudanças, a profissão não sofreu passivamente essas transformações. Com um dinamismo desigual de acordo com o país, ela se adaptou, precisou inovar dentro da tensão entre a pressão comercial e a distância reflexiva das pressões encontradas (NEVEU, 2006, p. 157-158).

---

<sup>1</sup> No Brasil, até meados do século XX, não havia a imposição de neutralidade e objetividade jornalística, pois a função dos periódicos era comentar os acontecimentos. Com a imposição hegemônica do estilo estadunidense, ancorado na factualidade, objetividade, imparcialidade e credibilidade das informações, formalizaram-se técnicas, manuais de redação, sistematização de livros didáticos e a instrumentalização do ensino universitário para sua prática (SODRÉ, 2011; MELO, 2012).

Ao mesmo tempo em que se diversificaram as possibilidades de atuação em funções derivadas das novas demandas, como a de social mídia (profissional voltado para as redes sociais da internet), reduziram-se as oportunidades de trabalho em funções tradicionais do jornalismo, especialmente em veículos impressos, já que em muitos casos o desenvolvimento da tecnologia e dos recursos multimídia “redefiniram as competências profissionais, ameaçando banalizar o jornalismo num continuum das profissões da comunicação” (NEVEU, 2006, p. 157). Em todo o mundo, observa-se o enxugamento drástico do quadro de funcionários em jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, ao observar-se redações que antes empregavam dezenas de jornalistas transformando-se em células de produção com poucos profissionais, mas com características multimídia. Além disso, há também a perda no protagonismo na produção e disseminação de informações.

De acordo com Figaro (2013), o mercado impõe ao jornalista uma atualização constante no uso de ferramentas digitais de prospecção, apuração e edição de informações. É fundamental ter habilidades e competências que permitam a atuação em diversas plataformas (impressa, TV, rádio, internet) e em diferentes linguagens (verbal, escrita, sonora, fotográfica, audiovisual, hipertextual). Ou seja, além das habilidades de apuração, produção e redação de notícias, precisa ter conhecimentos de produção e edição audiovisual, elaboração de infográficos, design, marketing, linguagens de programação e curadoria de dados online.

A pulverização do jornalismo online, de sites de notícias, de blogs e das ferramentas das redes sociais inovaram formatos, estilos e rotinas de produção e difusão de informações. Contudo, nem sempre a qualidade da apuração, o tratamento do material, a ética e a idoneidade das fontes são questões prioritárias, pois a rapidez da disseminação de informações e as demandas comerciais dos veículos reduziram o tempo para reflexão e elaboração das notícias. Esta reestruturação do mercado profissional jornalístico<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que antes do advento da internet, na década de 1950, houve mudanças significativas no jornalismo brasileiro, importadas do modelo estadunidense, com a adoção de padrões técnicos, éticos e estilísticos, fazendo emergir a ideia de objetividade e neutralidade, enraizando o padrão de construção do *lead* (quem, o que, quando, onde, como, por quê?) e da pirâmide invertida (elaboração do texto com a disposição das informações na ordem decrescente de importância), que foram incorporadas das redações ao ensino universitário posteriormente. Com a passagem do jornalismo político-literário para o jornalismo empresarial/industrial, observou-se um conjunto marcante de transformações administrativas, redacionais, editoriais, gráficas e profissionais. Fundando, assim, no imaginário da objetividade e fidelidade aos fatos, sua legitimidade institucional, social e deontologia. Nas décadas de 1980 e 1990, uma nova sistematização das estruturas organizacionais das empresas, com foco na estratégia de negócios, interferiu na forma de gestão das redações e, conseqüentemente, na formação de novos profissionais (SODRÉ, 2011).

começou no fim da década de 1990 e se acentuou na última década, conforme Figaro (2013). A autora reforça que neste contexto, a precarização dos vínculos empregatícios também contribuiu para as transformações das relações de trabalho, ao abrir-se o caminho legal para outras formas de contratação, como freelancers, contrato de pessoa jurídica (PJ) e terceirizados, incidindo em um mercado ainda mais instável, com baixa remuneração e ocasionando problemas físicos e emocionais aos profissionais, devido às pressões das rotinas de trabalho.

Neveu (2006) usa a expressão “jornalismo de mercado” para delinear esse cenário marcado por quatro aspectos centrais. Conforme o autor, o primeiro se traduz na prioridade dada a algumas editorias propícias a maximizar os públicos, com foco nas soft news, informações-serviço, conteúdos emocionais-sensacionalistas e reportagens romanceadas com personagens reais em detrimento de coberturas mais críticas e aprofundadas, que não se limitam apenas a fornecer notícias, mas inter-relacionem as complexidades e tensões no mundo. O segundo aspecto é relacionado com a mão de obra jornalística e estratégias que vêm enfraquecendo a qualidade profissional, como estágios gratuitos (com estagiários realizando atividades que deveriam ser realizadas por profissionais), *freelancers* e contratações temporárias, que muitas vezes elevam para os 30 anos de idade a obtenção do primeiro registro profissional em carteira, além de publicações de materiais oriundos de assessorias e agências institucionais (NEVEU, 2006).

Em terceiro lugar, é indiscutível a tendência global da perda de autonomia das redações para os departamentos de gestão de negócios e marketing nas empresas de mídia, face às pressões por mais leitores, telespectadores, ouvintes e internautas. O quarto aspecto e, talvez, o mais perigoso, conforme Neveu (2006, p. 60), é que todas estas mudanças objetivas acabam sendo interiorizadas e naturalizadas pelos jornalistas “não como pressões, mas como avaliação de sua competência”, o que enfraquece o poder de resistência e aproxima cada vez mais o jornalismo do entretenimento banal.

As percepções do jornalismo e as mudanças operacionais nas práticas profissionais também influenciaram transformações nos cursos de jornalismo nos últimos anos, que passaram a ter um teor mais técnico-operacional, especialmente nas universidades privadas, segundo Figaro (2013). Para a autora, esta característica não deveria se contrapor a uma formação cultural humanística e crítica, nem ao conhecimento

teórico das diferentes linguagens comunicacionais. Mas, as contingências operacionais do mercado têm sido priorizadas em detrimento da mobilização de saberes e da capacidade de inter-relacionar fatos, dados e acontecimentos, refletindo-se em uma produção jornalística cada vez mais fragmentada, descontextualizada e inconsistente, observa Figaro (2013).

Ainda conforme a autora, na esteira destas transformações, a produção de conteúdo jornalístico é cada vez mais encarada como uma mercadoria qualquer, quando o “valor” da informação deveria ser percebido como um instrumento de cidadania, cultura e educação, pois o direito à informação é um dos alicerces de uma sociedade democrática, garantido na Constituição Brasileira e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Atualmente, o fazer jornalístico incorporou outras formas de produção, tendendo a espetacularizar os fatos, fragmentar conteúdos e pulverizar, contudo, procura resguardar a legitimidade da representação de objetividade para seus discursos. Assim, percebe-se que as mudanças na sistemática do campo jornalístico expressam-se como um processo de (re) configuração constante, pela inter-relação e interdependência de diferentes agentes sociais (sujeitos jornalistas, a sociedade, as instituições, os valores em vigência, o sistema político-econômico, entre outros).

Esta conjunção de fatores, também determina a transformação nos currículos acadêmicos, nas percepções sobre a identidade do jornalista e na forma de transmissão dos saberes práticos. Entretanto, essa relação não ocorre de forma simultânea, pois o mercado e as exigências profissionais andam numa velocidade maior que a incorporação de suas demandas ao ensino universitário.

Nesse sentido, no compasso das transformações da sociedade contemporânea e seus reflexos nos processos comunicacionais, torna-se extremamente relevante questionar o que é ser jornalista e qual seu papel social, especialmente quando pensamos na realidade amazônica. Essa compreensão pode nos apresentar algumas pistas para fortalecer as práticas de ensino e aprendizagem, bem como a observância das dificuldades no mercado profissional e os nichos de alternativas que se abrem. Seja na segmentação de noticiários públicos específicos, em empreendimentos individuais ou de coletivos de mídia, assessorias especializadas, ou no jornalismo cidadão, independente e contra hegemônico.

## UM JORNALISMO PÓS-INDUSTRIAL

Se o campo profissional se expande num sentido multimídia, esvazia-se nas mídias tradicionais, expondo um cenário onde ainda não é possível vislumbrar com clareza um horizonte de certezas. A incerteza, aliás, é o que marca este processo. Mas, algumas pistas são perceptíveis, como crescimento de mídias corporativas. A expansão das assessorias de comunicação, especialmente voltadas à gestão das redes sociais de empresas privadas, ONGs, instituições públicas ou personalidades, produziram um novo nicho para a atuação profissional, congregando cerca de 40% dos jornalistas brasileiros em atuação, conforme Mick e Lima (2013).

Os meios digitais e as possibilidades de empreender pelas plataformas *online* tornam-se alternativas mais viáveis para os profissionais da área, considerando o “inchaço” de profissionais no mercado em decorrência do aumento de cursos universitários nas últimas décadas. Conforme Mick e Lima (2013), até o início da década de 1970 eram 18 escolas de jornalismo no Brasil, até 1980, 51 cursos, em 1990 já havia 61 escolas. O grande boom ocorreu entre 2000 e 2010, quando o número chegou a 317 cursos, com as políticas de expansão do ensino superior no país, desenvolvidas nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

As transições das práticas jornalísticas e das condutas organizacionais neste sistema, articulam-se conforme os interesses dos diversos agentes no processo. Desse modo, devido às consequentes transformações do *habitus* profissional, é imprescindível retomarmos à discussão sobre a formação profissional e o ensino universitário desta prática. No lastro desta reflexão, vemos a configuração de um profissional multifacetado, que além de apurar, redigir e editar notícias precisa adquirir habilidades multimídia, planejar ações e pensar de forma estratégica. Mas, como aliar estas demandas ao comprometimento de uma formação humanística crítica? Será que é possível encontrar harmonia na aparente oposição entre estes polos? Como fomentar o pensamento e a prática de um jornalismo amazônico?

No entremeio destes questionamentos, podemos sugerir a possibilidade de que os processos socioculturais envolvidos nesta sistemática poderiam estar forjando não só uma nova segmentação, mas uma nova identidade para o jornalismo, em um espaço fluido, redefinindo o papel social do jornalismo na chamada era da convergência, numa

sociedade cibercultural e em rede, marcada por narrativas transmídia (LÉVY, 1999; CASTELLS, 1999; JENKINS, 2008; LEMOS, 2013; FERRARI, 2016).

Nesta desconstrução ou reconstrução, que como já apontamos ocasiona uma mudança de *habitus* e também do *locus*, devido ao deslocamento dos jornalistas (dos meios tradicionais e institucionalizados para meios alternativos) e da descentralização do poder dos emissores, a relação entre os sujeitos e instituições envolvidos também se altera. Os processos comunicacionais são reticulares e não lineares, devido a interação entre produtores, meios e receptores (que também se tornam produtores em potencial). Amalgamando, assim, o jornalismo midiático e factual do noticiário com o entretenimento, a emoção e as narrativas transmídia, sem necessariamente deixar de ater-se aos princípios éticos da atividade jornalística.

Nesse sentido, em função das novas tecnologias da comunicação e das transformações globais no campo profissional, uma série de desafios se impõem aos cursos universitários e aos professores de jornalismo, especialmente com a implementação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o jornalismo, acentuando um perfil mais multimídia aos cursos do Brasil. O mercado exige profissionais que além das técnicas jornalísticas e domínio em relação às novas tecnologias, tenham um olhar abrangente que interligue conhecimentos de outras áreas da comunicação como a publicidade, as relações públicas, o marketing, a gestão de negócios, o *design* e a produção audiovisual. Para Lopes e Silva (2016).

É preciso criar procedimentos, disciplinas, metodologias de ensino e aprendizado e processos pedagógicos que levem em conta essa natureza fluída do jornalismo contemporâneo. Ou seja, que evidencie o declínio do jornalismo tradicional, e principalmente o papel dos meios de comunicação como instituições não mais as únicas mediadoras de informações perante a sociedade. Na nova dinâmica, jornais, rádios, TVs, portais e sites, blogs, etc, juntam-se às outras tantas instituições como Estado, igreja, escola ou mesmo família como produtoras e fomentadoras das informações que circulam; e que levem em conta o jornalismo enquanto prática social, inserida em diferentes contextos de produção, onde o presente é particularmente marcado pela ruptura dos limites espaciais e temporais que caracterizavam as experiências jornalísticas na modernidade (LOPES; SILVA, 2016, p. 150).



Ainda segundo os autores, a formação jornalística precisa evidenciar a contextualização entre teoria e saberes práticos ao cenário contemporâneo e, nesse sentido, os professores necessitam se readequar e se capacitar às necessidades da nova lógica produtiva do campo jornalístico, preenchendo as lacunas entre as realidades acadêmicas e as necessidades mercadológicas.

Faz-se necessário também estarmos atentos às múltiplas identidades do jornalista contemporâneo e suas atuações em diversos setores, com habilidades e competências. Isso sem deixar de lado a parte crítica e teórica as quais as instituições de educação não podem abrir mão por suas vocações históricas e culturais. As universidades e, especificamente, os cursos de jornalismo localizados em todo o país, não podem se permitir um preparo de profissionais com foco somente voltado para as redações jornalísticas: as vagas neste setor são cada vez escassas. Projetam-se, em perspectiva renovadora, oportunidades para os profissionais da área, oferecidas na denominada “mídias das fontes” e legadas ao gerenciamento de redes sociais e atividades ligadas à internet (LOPES; SILVA, 2016, p 150-151).

Os novos arranjos econômicos do campo jornalístico que se apresentam atualmente nos dão pistas sobre o que se projeta para o futuro, mostrando arranjos alternativos e suas formas de sustentação, outras formas de fazer, e na percepção do que é jornalismo, diante da relação com as tecnologias e o público na organização do trabalho. Especialmente na quebra dos monopólios da grande mídia, surgem outras vozes e olhares que precisam ser evidenciados. O olhar crítico e o debate sobre as tensões que envolvem estas inter-relações e interdependências precisam ter reflexo na formação universitária, seja na postura dos educadores, na condução dos conteúdos e na criatividade dos estudantes.

Pena (2015) aponta algumas tendências e alternativas para o jornalismo contemporâneo, entre elas o jornalismo de resistência, o jornalismo comunitário, o jornalismo digital e as reportagens assistidas por computador<sup>3</sup>. Conforme o autor, o

---

<sup>3</sup> Estas são apenas algumas entre as tendências apontadas para o futuro do jornalismo. Outros autores trabalham com vertentes ainda mais diversificadas, como podemos perceber em Ito e Rocha (2019), que destacam também a atuação do jornalista como curador de notícias, as audiências ativas na TV e os processos de seleção de notícias, a auto mediação e os ciberativismos, o *App journalism* (jornalismo de aplicativos), novas arquiteturas da informação, produção de hipermídia e realidade virtual, dentre outras. Uma das tendências mais polêmicas tem sido o uso da inteligência artificial na substituição de jornalistas humanos em redações de periódicos diários, que se utilizam dos sistemas automatizados de linguagem,

jornalismo de resistência manifesta-se por meio de um exercício de solidariedade e ativismo, com ideias e práticas que não se rendam às pressões mercadológicas, preconceitos, estereótipos e limitações. A obrigação do jornalismo de resistência, difundido sobretudo em veículos alternativos aos grandes conglomerados de mídia (mas, também atuando nos grupos hegemônicos), é o compromisso de buscar a verdade, funcionar com independência aos poderes político-econômicos e manter lealdade com os cidadãos (PENA, 2015).

O jornalismo comunitário, embora aproximado da ideia de jornalismo de resistência, segundo Pena (2015, p. 185), se desenvolve a partir da participação e da identidade em comum entre os sujeitos. Seu compromisso não é apenas factual, mas também social. Assim, “atende às demandas da cidadania e serve como instrumento de mobilização social”. Nesse segmento, os processos comunicacionais são mediados pelos próprios grupos, com o intuito de “substituir modelos padronizados e estereotipados de apreensão da realidade por estratégias simbólico-discursivas que ressaltem a visão da comunidade sobre si mesma, reforçando suas identidades e valores” (PENA, 2015, p. 188). Desse modo, o jornalismo comunitário busca evitar as lógicas comerciais do mercado midiático e garantir a manifestação da alteridade.

A tendência mais difundida, sem dúvida, é o jornalismo digital, que surgiu com o advento da internet e também é chamado de webjornalismo, ciberjornalismo, jornalismo online, dentre outros. O jornalismo digital revolucionou as rotinas de produção noticiosa e as relações profissionais. Pena (2015, p. 176) define esta prática como “a disponibilização de informações jornalísticas em ambiente virtual, o ciberespaço, organizadas de forma hipertextual com potencial multimidiático e interativo”. O desenvolvimento dessa vertente ganhou força a partir de meados dos anos de 1990 e se consolidou na primeira década do século XXI. Inclusive, agravou a crise e o aumento das demissões nas redações tradicionais, já que demanda de uma estrutura mais enxuta para sua produção. Seu desenvolvimento impactou na transformação em todas as fases da produção jornalística e recepção das notícias, mas “o grande desafio do jornalismo digital é encontrar sua linguagem e democratizar suas interfaces” (PENA, 2015, p. 183).

---

chamados “bots” ou robôs (*softwares* que produzem textos a partir da leitura de banco de dados e de relatórios) programados para produzir conteúdo informativo.

O contexto do jornalismo digital, com a implementação de portais, *sites* e *blogs*, refletiu na descentralização da disseminação de informações pelos meios hegemônicos, segundo Pena (2015), tanto que os grandes grupos migraram para o online. Contudo, mesmo com a potencialidade de trazer outras abordagens e qualificar as informações nos meios alternativos, também se proliferou a produção e propagação de notícias falsas (*fake news*) ou para a disseminação deliberada de histórias destinadas a enganar. Nesse sentido, o termo “pós-verdade” reflete o contexto de fragmentação das fontes noticiosas e das audiências ativas, denotando as circunstâncias nas quais os fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que os apelos à emoção e às crenças pessoais – especialmente em relação às notícias difundidas e replicadas pelas redes sociais da internet.

Isto traz a necessidade de redobrar os cuidados com a apuração e a checagem de dados, o que pode ser feito por meio da utilização de instrumentos tecnológicos que aproximem os jornalistas das fontes primárias. O jornalismo de dados e as reportagens assistidas por computador se constituem pela intermediação entre jornalistas e sistemas tecnológicos, aliando métodos científicos de investigação sociocultural e psicossocial, proporcionando mais qualidade aos segmentos especializados, “assim a informação terá mais utilidade e poderá ser analisada com muito mais critério por quem precisa dela”, indica Pena (2015, p. 175).

Outra questão apontada por Pena (2015, p. 205) é a importância da convergência entre o ensino universitário e a prática jornalística, para aparar as arestas que desnecessariamente marcam a dicotomia entre a academia e o mercado profissional. Nesse sentido, reforça a relevância da implantação de um jornalismo científico na própria universidade, “com a criação de uma imprensa própria, articulada com a lógica interna da academia e com as rotinas produtivas dos veículos de informação, unindo-as, e não as separando”. O autor diz que é preciso compreender o funcionamento de ambas as realidades e encontrar pontos em comum, viabilizando o exercício prático em agências de comunicação, jornais, rádios e TVs nas próprias universidades, com a participação intelectual e criativa da comunidade acadêmica.

Assim, conforme o autor, é possível fomentar o desenvolvimento de um jornalismo mais crítico e interpretativo, produzindo conhecimento sobre a sociedade. No entanto, para a eficácia desse sistema, é imprescindível a autonomia das instituições de

ensino e sua responsabilidade sobre as produções. Para Pena (2015, p. 210), é preciso perceber que na contemporaneidade “os discursos já não são mais autônomos e a ação comunicativa já não se faz por transferência, e sim por ressonância. A cidadania está no plural, na diversidade, na simplicidade”.

## **FOLKJORNALISMO: “MICROFONES PARA AS VOZES SUFOCADAS”**

Dentro dessa discussão sobre possibilidades alternativas para a atuação do profissional jornalista frente ao cenário complexo da comunicação que historicamente se desdobra mudando os comportamentos das sociedades e das profissões, pode-se apontar a folkcomunicação como uma dessas ferramentas comunicacionais contra hegemônicas capaz de dar voz aos "marginalizados" e de criar novas possibilidades de abordagens jornalísticas que transcendam o rigor industrial da produção *hard news*.

A folkcomunicação é uma teoria da comunicação genuinamente brasileira criada pelo jornalista pernambucano Luiz Beltrão ainda na década de 1960, porém, seu reconhecimento e difusão se deu apenas na década de 1980, após a publicação do seu icônico livro *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. Para Beltrão (1980) a folkcomunicação pode ser entendida como todo conhecimento e/ou comunicação forjada no seio dos grupos sociais marginalizados (urbanos e rurais) de forma horizontal e artesanal, onde a sua principal linguagem é a folclórica (conhecimento tradicional transmitido pela oralidade).

Como já foi dito, o jornalismo acompanhou todas as transformações sociais e tecnológicas para se constituir como é hoje. Neste complexo inter relacional a folkcomunicação agregou uma vasta taxionomia e modelou-se ao estudo de vários objetos onde a subjetividade das ações humanas (sobretudo as invisibilizadas) ganham destaque; a partir daí nasce o folkjornalismo. Uma possibilidade polifônica de representar os mais diversos anseios sociais dentro das camadas populares da sociedade. E dentro desta seara de convergência o folkjornalismo absorve os agentes folkcomunicacionais e os conjuga dentro do contexto da cibercultura.

Beltrão e seus intérpretes, como José Marques de Melo, Roberto Benjamim, Cristina Shmidth, Osvaldo Trigueiro, entre outros, perceberam que a maioria das tensões

sociais nascem nas camadas sociais subalternas e/ou marginalizadas; culturalmente, geograficamente ou midiaticamente. O folkjornalismo, portanto, identifica essas invisibilidades e emerge com pautas inovadoras, contra hegemônicas, que desafiam os valores-notícia habituais, forjados nas amarras do produtivismo industrial do jornalismo de mercado.

Mas não há um campo específico no mercado para um folkjornalista. A luta diária deste profissional nas redações é pela aceitação de suas pautas reflexivas, com textos de profundidade (mesmo na TV) e valorização da experiência narrada por seus personagens, e dar vazão a este tipo de conteúdo também nas mídias digitais, um ambiente ainda bastante elitizado mediaticamente.

Esta pode ser uma alternativa interessante a quem pretende se lançar ao mercado, mas sem deixar de aprofundar temáticas culturais pungentes, mas ignoradas pela mídia de massa. O folkjornalismo pode transitar num organismo conhecido como "imprensa popular" ou até mesmo na "imprensa de vanguarda". A função do jornalismo na folkcomunicação constitui-se, principalmente, no seu potencial de mediador desses meios e agentes, tanto na construção da identidade popular dos públicos marginalizados, como no seu fortalecimento e manutenção, quando se fala na transmissão do etnoconhecimento e na estruturação de uma sabedoria popular.

O folkjornalismo foi um dos primeiros apontamentos de Luiz Beltrão para a constituição do lastro conceitual da sua taxionomia. Beltrão (2001) sugere a prática do folkjornalismo porque nota uma prática singular de produção de conteúdo, onde o folkjornalista não se prende apenas ao acontecimento factual, mas também a todos os rumores, ideias e toda sorte de signos comunicacionais que estiverem dispersos no ambiente comunicando algo. Até mesmo o silêncio dos personagens fala alguma coisa, e o folkjornalista está sempre atento para perceber e notar isso.

Trata-se de uma forma humanizada de narrar os acontecimentos ou de representar bem seus principais personagens, mostrando a atmosfera da história exatamente como ela se apresentou ao jornalista (de forma perfeita e/ou imperfeita, com inúmeras versões), passando inevitavelmente pelo seu crivo interpretativo. Segundo Beltrão, o folkjornalista "exagera, carrega nas tintas, acrescenta ou reduz a ocorrência, buscando dessa forma melhor sensibilizar seu público. Não se trata, porém, de um processo de deformação, mas

de um meio de adequar a informação à mentalidade do receptor. É um trabalho jornalístico de paixão, de calor, de integração com o pensamento e as necessidades do público. Daí sua popularidade, a sua aceitação" (BELTRÃO, 2001, p. 258).

Quando o folkjornalista consegue fazer isso é a apoteose do pleno exercício da alteridade e da democracia comunicacional. É quando podemos visualizar plenamente a prática do jornalismo como "uma forma social de conhecimento", como define Adelmo Genro Filho (1987) em *O segredo da pirâmide*, com a capacidade (e o direito) de informar, opinar, dissertar e interpretar todos os fatos que orquestram as transformações sociais da humanidade. Um jornalismo de princípios éticos latentes, efetivos, e que pudesse por em evidência todas as demandas sociais sem segregação midiática (explícita ou velada). Talvez algo utópico para os dias de hoje, porém, necessário e encorajador àqueles que ainda acreditam em um jornalismo de verdade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Algumas provocações emergem dessa discussão: como construir um jornalismo que dê conta da complexidade da sociedade contemporânea, especialmente no contexto amazônico? Ou, mais especificamente, como formar um jornalista com habilidades e competências para atuar neste cenário? É possível pensar a formação profissional para além da competência laboral? Se for possível, como construir um pensamento jornalístico a partir das perspectivas que normalmente são invisibilizadas, como dar voz e protagonismo à sociabilidades que costumam ser postas à margem das decisões?

A intenção aqui não é apresentar assertiva e presunçosamente respostas hipodérmicas a cada uma dessas perguntas, mas sim, provocar inquietações pertinentes a partir delas. Os apontamentos discutidos neste artigo se enquadram direta e/ou indiretamente em cada uma dessas questões, contudo, não servem de fórmula ou receita para a resolução destes problemas. Haja vista a complexidade dos contextos e cenários sociais de cada região do Brasil. Muito do que foi discutido aqui passa pelo tipo de formação acadêmica que cada profissional tem acesso em sua cidade ou Estado (as ementas dos cursos de jornalismo do país são distintas), os tipos de sociedades locais e regionais (grupos sociais populares e hegemônicos) são diferentes; as pessoas, os interesses sociais e econômicos, a política, a geografia...

Neste contexto, a apropriação do folkjornalismo é pertinente porque vislumbra novos caminhos tanto para a teoria da folkcomunicação quanto para a prática humanizada do jornalismo, tão abandonada pelas ementas eminentemente técnicas dos cursos de jornalismo pelo Brasil afora. Como afirma Marques de Melo, o campo de ação que a folkcomunicação desperta ampliou o raio de observação dos fenômenos comunicacionais. E o jornalismo pode (e deve) apropriar-se desta perspectiva multiangular para enxergar, se aproximar, descrever e interpretar os fenômenos do mundo. O folkjornalismo tem a capacidade de prever e/ou (re) criar os fatos (descortinar acontecimentos escondidos, provocá-los), coisa que a rotina mercadológica das redações não pode fazer porque quase não há tempo para a reflexão. É o oposto ao que temos visto. Um jornalismo preso ao factual, refém do acaso, do imediatismo e da mediocridade reativa, episódica.

Diante disso, o jornalismo também pode ser um instrumento para discutir possíveis dicotomias, esclarecer os tensionamentos, apresentar assuntos relevantes e complexos em uma linguagem acessível, valorizar a alteridade e a acessibilidade, trazer novos olhares sobre a realidade sociocultural e formas de representar o mundo (estética, ética e politicamente). Ou seja, o jornalismo pode sensibilizar a sociedade de forma reflexiva e crítica, possibilitando a participação democrática e a promoção pluralizada da cidadania.

São questões que devem ser refletidas profundamente, debatidas de forma dialógica e que deste processo surjam alternativas e ações que possam ser implementadas para que, enfim, a partir de uma prática mercadológica amparada em uma boa instrução acadêmica (inovadora, moderna e subjetivamente comprometida com a formação dos sujeitos jornalistas) e com cenários administrativos mais flexíveis e sensíveis a essa formação, possamos ter profissionais comprometidos com a apuração justa e correta dos acontecimentos, respeitando o direito à informação do cidadão. E que no exercício do seu dever profissional, utilize a comunicação com ética e responsabilidade, atuando dentro dos princípios universais de justiça e democracia. Servindo efetivamente como um agente transformador da sociedade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BERTRAND, Claude Jean. O arsenal da democracia: os sistemas de responsabilização da mídia. Bauru, Edusc, 2002.

BELTRÃO, Luiz. Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERRARI, Pollyana. Comunicação digital na era da participação. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

FIGARO, Roseli. As mudanças no mundo do trabalho do jornalista. São Paulo: Atlas, 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

ITO, Liliana de Lucena; ROCHA, Paula Melani. Transformações do Jornalismo na Nova Ecologia dos Meios. Aveiro: Ria Editorial, 2019.

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2008.

LEMOS, André. A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Boanerges; SILVA, Rafael. O papel do professor nos novos rumos do jornalismo brasileiro. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n. 35, p. 137-153, jan./abr. 2016.

MELO, José Marques de. História do jornalismo: itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico. Florianópolis: Insular, 2013.

NEVEU, Érik. Sociologia do jornalismo. São Paulo: Loyola, 2006.

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.



## **PERFIL POSTURAL DE ADOLESCENTES PRATICANTES DO BALÉ CLÁSSICO**

**Viviane Maria Moraes de Oliveira, Esther Santos Mendes**

**RESUMO:** O balé clássico tem sido uma das atividades físicas mais procuradas visando à melhoria na postura de crianças e adolescentes, sendo apontado como uma modalidade de dança que pode ocasionar ganhos no que se refere ao alinhamento postural e a postura considerada mais adequada biomecanicamente. Todo o trabalho realizado neste estilo de dança desenvolve-se a partir da postura e colocação do corpo, condição necessária para transmitir leveza, equilíbrio e graciosidade nos movimentos. No entanto, embora esta dança possua benefícios para os seus praticantes, também pode ser responsável por lesões e alterações na postura. Observa-se que devido a gestos e posições extremas exigidas durante sua prática, o balé pode contribuir para a adoção de padrões posturais impróprios. A técnica do balé clássico, ao longo do tempo, tem se baseado na exigência de uma amplitude articular cada vez maior, com altas demandas de flexibilidade, estabilidade e força, nesse caso a coluna e os membros inferiores acabam sendo bastante sobrecarregados. Além disso, como resultado de elevadas horas de repetição de gestos em busca da melhoria da execução, tem sido observado em bailarinos o desenvolvimento de problemas posturais como anteversão pélvica, joelho em valgo, hiperlordose lombar, entre outros. Em vista disso, este estudo teve como objetivo identificar o perfil postural de adolescentes de 11 a 14 anos praticantes de balé clássico na cidade do Recife, para isso participaram 57 adolescentes com idade entre 11 e 14 anos praticantes de balé em escolas especializadas da Região Metropolitana do Recife onde foram avaliados através de uma análise postural por fotos na vista lateral direita. As fotografias foram inseridas no programa Corel Draw X3 para a avaliação postural. Como critério à análise da postura dos participantes a pelve foi classificada como neutra, anteversão ou retroversão. O tronco foi considerado neutro, anteriorizado e posteriorizado e o joelho foi classificado como neutro, flexo e hiperextendido. Dentre as bailarinas estudadas 77,2% apresentaram algum tipo de alteração postural; 26% postura relaxada, 21% apresentavam postura hiperlordótica, 28% cifótica-lordótica e apenas 1,8% apresentou postura retificada. Concluiu-se que a maioria das adolescentes estudadas apresentaram algum tipo de alteração na postura com destaque à padrões posturais hiperlordóticos.

**Palavras-chave:** Crescimento e desenvolvimento, postura, dança

## **INTRODUÇÃO**

É consenso entre diversos autores, definir postura como a posição corporal no espaço e a disposição relativa de todos os segmentos corporais formando um arranjo global (DORE; GUERRA, 2007; KENDALL et al., 2007). A boa postura é aquela que melhor ajusta o sistema musculoesquelético do indivíduo e distribui todo esforço de suas atividades da vida diária. Sendo assim, uma postura adequada seria econômica do ponto de vista funcional e energético. Já a má postura, ou postura inadequada, pode ser percebida quando ocorre uma relação defeituosa entre os vários seguimentos do corpo, produzindo um estresse nas estruturas de suporte corporal, tornando-se mais difícil manter um equilíbrio eficiente nas bases de sustentação do corpo e podendo acarretar um arqueamento da coluna vertebral, o qual torna alguns músculos alongados e outros encurtados permanentemente (VERDERI, 2002).

A atividade física sistematizada através de uma modalidade esportiva tem se destacado como uma ferramenta para promover a saúde e minimizar os danos causados à postura do adolescente (SEDREZ et al., 2015; PRATI; PRATI, 2006). O envolvimento numa atividade física ou esportiva é mais um fator que pode repercutir diretamente na postura adotada pelo adolescente. A prática de atividade física, especificamente de esporte competitivo é capaz de ocasionar adaptações à postura do adolescente, alterações que podem se tornar definitivas durante a idade adulta (SEDREZ et al., 2015). A inatividade física normalmente se relaciona a hábitos posturais inadequados, como sentar de maneira incorreta e passar muito tempo diante da televisão, porém as repercussões da prática de atividade física na postura têm sido consideradas de maneira controversa, compreende-se que tanto contribui para uma melhoria do alinhamento postural quanto desencadeia (BOSSO; GOLIAS, 2012).

O balé clássico corresponde a uma modalidade artística que apresenta uma tradição histórica de mais de 500 anos. Sua técnica consiste em posições e movimentos elaborados e codificados baseados em uma exigência estética estabelecidas especialmente durante o período Renascentista (VAGANOVA, 1969). Também se trata de uma atividade que exige de seus praticantes o desenvolvimento de muitas habilidades físicas em busca de uma perfeição para a execução dos passos e movimentos específicos, todos realizados a partir de um alinhamento do corpo (MOLLER; MASHARAWI, 2011).

Além de proporcionar uma melhor desenvoltura, socialização, musicalidade e ritmo ao praticante, Cavallo (2006) ressalta que na técnica do balé clássico serão exigidos alguns princípios de postura e colocação do corpo que devem ser mantidos em todos os movimentos executados durante as aulas, e assim uma boa postura, controle e conhecimento do corpo se destacam como benefícios para o indivíduo. Lima *et al.* (2013) acrescentam que por essas razões, boa parte das meninas que procuram auxílio para correção postural são encaminhadas por especialistas à prática do balé. Os pais se sentem motivados a matricular seus filhos, especialmente meninas, desde muito cedo em classes de balé (MOLLER; MASHARAWI, 2001). Contudo, Prati; Prati (2006) chamam a atenção ao fato de que apesar do balé clássico trabalhar com fundamentos biomecânicos e físicos cientificamente pertinentes, tal atividade precisa ser bem orientada e executada para não gerar transtornos a saúde do praticante.

É notório que os movimentos realizados durante a prática do balé requerem desempenho com elevada exigência técnica, envolvendo posições articulares extremas e grandes esforços musculares. Sendo uma atividade que apresenta posturas sustentadas e movimentos repetidos de grande amplitude articular, principalmente de tronco e quadril, nos quais se trabalha de maneira exaustiva a região lombar, frequentemente, o balé clássico tem sido apontado em diversas pesquisas como fonte de lesões e desequilíbrios musculares, dessa maneira grande parte das bailarinas clássicas apresenta, em algum momento de suas vidas, lesões musculoesqueléticas (FRAÇÃO *et al.*, 1999). Aquino *et al.* (2010) identificaram que o nível elevado de demandas físicas exigidas na prática do balé clássico, se relaciona ao movimento exigido e ao impacto no solo e pode levar a uma alta prevalência de lesões em bailarinas clássicas. O balé é uma prática que exige bastante repetição nos movimentos o que, segundo Almeida e Dumont (2007), pode ocasionar sobrecarga no aparelho locomotor e desequilíbrios musculares, conseqüentemente aumentando a predisposição a lesões.

Como resultado de elevadas horas de repetição de gestos em busca da melhoria da execução, características que envolvem o processo de formação na dança clássica, tem sido observado na literatura que em bailarinas o desenvolvimento de problemas posturais como a hiperlordose lombar, essa alteração na postura tem sido atribuída à fraqueza na musculatura abdominal, ou ainda, à maior existência de força nos músculos lombares comparado aos músculos abdominais (GELABERT, 1986).

Existem cinco posições (da primeira a quinta posição) que são consideradas básicas nesse estilo de dança. Caracterizam-se pelo posicionamento dos pés no solo.

Todas elas exigem uma rotação externa de membros inferiores, sempre devendo se iniciar da articulação coxo-femoral até promover a rotação dos pés, sendo considerado normal um valor de 90° para estas rotações (KHAN *et al.*, 1995).

Duas particularidades existentes no balé clássico são as posições *en dehors* e “pontas dos pés”, ambas se caracterizam como princípios básicos da técnica clássica e são adotadas desde cedo e aprimoradas durante todo treinamento do bailarino. A rotação externa de 90 graus da articulação do quadril caracteriza o movimento conhecido como *en dehors*. Durante esta posição é exigida uma ativação dos músculos flexores do quadril, que devem realizar uma inclinação pélvica posterior, é o que se conhece por “encaixe de quadril”. Esse movimento possibilitará a realização de um *en dehors* partindo de tal articulação e se estendendo pelas articulações dos joelhos e tornozelos (AQUINO *et al.*, 2010).

O fato de a aquisição e melhoria do *en dehors* serem fatores constantes na prática do bailarino onde, desde os estágios iniciais realizam grande esforço para atingir a rotação ideal, despertou interesse de alguns autores em buscar compreender se existem adaptações anatômicas por repetição desse movimento “antinatural”, sendo provável que mesmo na iniciação técnica, o balé já possa interferir na postura no que se refere à rotação externa do quadril na busca da execução do *en dehors*. Simas; Melo (2000) acreditam que a boa colocação postural da bailarina está no encaixe de quadril, essa postura evitará que o peso do tronco ao realizar o movimento de *en dehors* caia para a região lombar, prejudicando o equilíbrio, e podendo causar alterações posturais.

A estabilidade do corpo e a sustentação sob um novo eixo de equilíbrio podem ser apontadas como habilidades motoras fundamentais em bailarinas clássicas, isso ocorre pela necessidade de utilização das “sapatilhas de ponta” exclusivamente pelo sexo feminino (DORNELES *et al.*, 2014). Esses calçados são específicos dessa modalidade de dança, e são introduzidos buscando adquirir a postura tradicionalmente conhecida como “pontas dos pés. A posição “pontas dos pés” caracteriza-se por uma flexão plantar de grande amplitude e, para que a bailarina consiga realizar os movimentos corretamente, arcos plantares, e bordo anterior dos pés ficam comprimidos dentro da sapatilha, formando as principais regiões de sustentação, o que demanda um grande esforço neuromuscular, fisiológico e ósseo. Para que ocorra a movimentação correta dentro da técnica do balé clássico sob esta nova base de equilíbrio é necessário que ocorra uma hiperextensão de joelho e controle extremo da articulação do tornozelo (PICON *et al.*, 2002).

Outro quesito observado na literatura quanto às repercussões do balé na postura é o desalinhamento postural devido a um trabalho unilateral. Fração et al. (1999) identificaram em seus estudos elevada prevalência de escoliose em bailarinas, atribuindo tal resultado ao treino assimétrico durante alguns exercícios, principalmente durante a execução de coreografias. Os efeitos da prática unilateral podem ser percebidos a partir das tendências posturais das bailarinas.

É importante ressaltar que o balé clássico visa trabalhar o corpo bilateralmente, os exercícios presentes nas aulas sempre são realizados priorizando um dos lados do corpo e em seguida o mesmo exercício é repetido priorizando o lado oposto. Porém, Simas; Melo (2000) destacam que no treinamento dos movimentos específicos a praticante repita o gesto motor pelo lado de sua preferência (dominante) em busca de melhores resultados na técnica e execução do movimento, caracterizando uma prática unilateral. Prati; Prati (2006) apontam que por comodidade individual da bailarina o lado de preferência tem predominado durante os movimentos enquanto o outro lado sustenta o peso do corpo durante a sua execução. Dessa maneira os músculos podem se desenvolver desarmonicamente, possibilitando o aparecimento de dores musculares e até mesmo alteração postural.

Dentre os problemas mais encontrados decorrentes dos desequilíbrios posturais provenientes da prática de balé clássico encontram-se as dores na região lombar. Existem evidências de que a dor lombar em bailarinas pode estar associada a fatores como rotação da coluna, disfunções de outras articulações, como sacroilíaca e pés, desequilíbrios musculares, além da execução inadequada da técnica (DORE; GUERRA, 2007).

De acordo com Bernstein; Cozen (2007), dor na região lombar pode ter relação com a hiperlordose lombar. A hiperlordose lombar corresponde ao aumento da concavidade na região inferior da coluna, normalmente associada à inclinação anterior da pelve uma vez que, segundo Kendall *et al.* (2007) a curva lombar e a posição pélvica são inseparáveis não havendo hiperlordose lombar sem anteversão da pelve.

As causas para a existência da hiperlordose lombar são diversas, porém no que se refere à prática esportiva, em esportes onde predominam movimentos que tendem a forçar uma posição de arqueamento da região dorsolombar da coluna a existência dessa disfunção é frequente. Além disso a repetição cíclica do movimento como ocorre no balé, podem ser desencadeantes de problemas posturais pelo próprio processo efetuado para a automatização dos gestos. Por outro lado, outro fator que interfere na acentuação da

curvatura lombar é a fraqueza na musculatura abdominal, ou ainda maior existência de força nos músculos lombares comparado aos músculos abdominais (GELABERT, 1986).

Sabe-se que os músculos abdominais exercem importante função estabilizadora na região lombar e na coluna como um todo, auxiliando na manutenção da boa postura (BERGMARK, 1989). Prati; Prati (2006) constataram que a força e a resistência abdominal de bailarinas encontram-se abaixo dos padrões de normalidade esperados para essa população, o que pode comprometer o equilíbrio entre a musculatura anterior e posterior do tronco (músculos antagonistas). Assim, embora em sua pesquisa tenham encontrado níveis de resistência abdominal suficientes para uma população normal, concluíram que numa população de bailarinas seria necessário um nível mais elevado, pois além da necessidade de desempenho físico eficaz nessa atividade física, existe a necessidade de manutenção do equilíbrio corporal geral, seja pela harmonia muscular do corpo ou por compensação devido à sobrecarga em regiões corporais específicas decorrentes das técnicas do balé.

Apesar de ser discutido com frequência na literatura as repercussões que o balé pode acarretar à postura de bailarinos profissionais, quando se trata de adolescentes, onde a prática dessa atividade é comum, ainda são escassos os estudos. Bailarinas adolescentes apresentam uma rotina diferenciada, com carga horária semanal, intensidade de treino e tempo de prática normalmente inferior à de adultos profissionais, fatores que certamente repercutem de maneira diferente nas adaptações posturais, e por isso necessitam ser levados em consideração na busca de compreender a postura dessa população específica. Dessa forma esse estudo teve como objetivos identificar o perfil postural de adolescentes de 11 a 14 anos praticantes de balé clássico na cidade do Recife.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de um estudo observacional, no qual foi analisada uma amostra por conveniência composta por 57 adolescentes do sexo feminino com idade entre 11 e 14 anos, matriculadas em cinco escolas de formação em balé clássico da cidade do Recife-PE e Região Metropolitana.

A coleta de dados foi realizada no período de fevereiro a junho de 2016. Foram excluídas do estudo adolescentes obesas, adolescentes que estivessem fazendo uso de

medicamentos controlados, portadoras de distúrbio musculoesquelético (deformidades no pé, membros inferiores ou coluna), alteração vestibular e com déficit cognitivo grave, que pudessem dificultar a compreensão da pesquisa.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco (CAEE: 50166915.6.0000.5208). O recrutamento das adolescentes foi realizado nas escolas de formação em balé que autorizaram a realização do estudo. A adolescente era convidada a participar da pesquisa mediante esclarecimento sobre o objetivo, procedimentos, relevância, riscos e benefícios do estudo. As adolescentes que foram autorizadas pelo responsável e concordaram em fazer parte do estudo deveriam ter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado e assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido conforme a resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em pesquisa do Ministério da Saúde.

As participantes foram submetidas a uma avaliação antropométrica (que incluiu medida do peso e altura); uma autoavaliação do desenvolvimento e maturação sexual (Estadiamento de Tanner) e uma análise postural no plano sagital (PERRY *et al.* 2008). Os procedimentos foram realizados nas escolas de dança nas quais as adolescentes estavam matriculadas por avaliador previamente treinado onde as participantes deveriam estar descalças, trajando *collant* utilizado na aula de balé e cabelos presos.

Uma vez aferidas as medidas de peso e altura foi realizado o cálculo do IMC. Para o cálculo do índice IMC/idade foi utilizada a calculadora do BVS (Atenção Primária a Saúde). Foram utilizados os pontos de corte recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para classificação do estado nutricional de adolescentes de acordo com a idade. Dessa maneira o estado nutricional da adolescente foi classificado como Baixo peso (< percentil 3), Eutrofia ( $\geq$  percentil 3 e < percentil 85), Sobrepeso ( $\geq$  percentil 85 e < percentil 97) e Obesidade ( $\geq$  percentil 97) (WHO, 2007).

Para essa avaliação, as adolescentes, trajando *collant* utilizado na aula de balé e cabelos presos, foram posicionadas descalças, de pé, com o olhar adiante, em local previamente marcado e numa sala bem iluminada e reservada, permitindo a privacidade da avaliada. Foram realizados registros fotográficos do corpo com uma câmera digital Cannon PowerShot A800 10.0 Mega Pixels na vista lateral direita. As fotografias foram inseridas no programa Corel Draw X3 para a avaliação postural. Onde, posteriormente, para a análise da concordância interavaliador quanto à classificação da postura, foi utilizado o coeficiente Kappa e interpretado conforme Landis & Koch (1977).

Foram usadas semiesferas de isopor de 3 cm fixadas no corpo com fita dupla face do tipo VHB para marcação dos pontos anatômicos: processo espinhoso de C7, processo espinhoso de T12, espinha íliaca pósterio-inferior - EIPS, espinha íliaca ântero-superior - EIAS, trocânter maior do fêmur, cabeça da fíbula e maléolo lateral (SMITH *et al.* 2011). Essas marcações auxiliaram na classificação do posicionamento da pelve, tronco, joelho e classificação da postura global. Para avaliação da postura primeiramente foi traçada uma linha paralela ao solo, depois traçada a linha de prumo, perpendicular ao solo, passando rente ao marcador do maléolo lateral externo em direção ao topo da cabeça.

Quanto à classificação global, a postura foi considerada neutra quando o acrômio, o grande trocânter e o maléolo lateral se encontram alinhados formando um ângulo aproximado de 180°. A postura relaxada (*sway*) é aquela onde a pelve é neutra ou existe uma pequena retroversão, e o tronco se encontra posteirorizado. A postura foi considerada achatada (*flat*) quando houve uma inclinação posterior da pelve (retroversão), e o tronco se encontra neutro ou projetado para frente (anteriorizado). A postura foi considerada hiperlordótica quando existe a anteversão da pelve e o tronco se encontra neutro. A postura cifótica-lordótica se caracterizou como a inclinação anterior da pelve aumentando a lordose (anteversão) e o tronco anteriorizado (SMITH *et al.* 2011). Os dados foram processados e analisados através do Software SPSS 20 e expressos em números absolutos percentuais, mediana, média e desvio padrão através da análise visual em tabelas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Foram estudadas 57 bailarinas, com idades entre 11 e 14 anos (média 12,6, desvio padrão 0,9), a maioria foi classificada como eutróficas (47/57; 82,5%) e se encontravam na fase infantil ou impúbere de acordo com a maturação sexual; 35% (20/57) das adolescentes estudadas relataram a presença de dor nas costas nos últimos três meses. As características da amostra estão apresentadas na tabela 1.

Tabela 1 - Caracterização da amostra

<b>Característica da Amostra</b>	<b>Valor</b>
----------------------------------	--------------



---

	<b>Média (Desvio padrão)</b>
<b>Idade</b>	12,67 ( $\pm$ 0,93)
<b>Peso</b>	45,96 ( $\pm$ 7,65)
<b>Altura</b>	1,56 ( $\pm$ 0,75)
<b>IMC</b>	18,65 ( $\pm$ 2,38)
	<b>N (%)</b>
<b>Estado nutricional</b>	
Eutrofia	47 (82,5)
Baixo peso	2 (3,5)
Sobrepeso	8 (14)
<b>Maturação sexual - mamas N (%)</b>	
Impúbere	37 (64,9)
Púbere	20 (35,1)
<b>Maturação sexual - pelos pubianos N (%)</b>	
Impúbere	39 (68,4)
Púbere	18 (31,6)

---

Dentre as bailarinas avaliadas 47% (27/57) praticam balé há mais de cinco anos, apenas 14% (8/57) iniciaram a prática do balé visando benefícios posturais. Além dos exercícios específicos de balé. Essas informações encontram-se detalhadas na tabela 2.

Tabela 2 - Características relacionadas à prática do balé clássico

<b>Variáveis</b>	<b>Valor N (%)</b>
<b>Tempo de prática</b>	
5 anos ou menos	30 (52,6)
Acima de 5 anos	27 (47,4)
<b>Volume de prática</b>	
3 horas ou menos	32 (56,1)
Acima de 3 horas	25 (43,9)
<b>Nível técnico no balé</b>	
Básico	9 (15,8)
Intermediário	42 (73,7)
Avançado	6 (10,5)
<b>Motivo prática do balé</b>	
Melhorar a postura	8 (14,0)
Outro	49 (86,0)

Dentre as bailarinas estudadas 77,2% (44/57) apresentaram algum tipo de alteração postural. Vinte e seis por cento (15/57) postura *sway*, 21% (12/57) apresentavam postura hiperlordótica, 28% (16/57) cifótica-lordótica e apenas 1,8% (1/57) apresentou postura achatada (*flat*). Essas informações juntamente com a classificação da postura quanto ao posicionamento da pelve, tronco, cabeça, joelho e a concordância interavaliador para a avaliação da postura encontram-se na tabela 3.

Tabela 3 - Classificação da postura, posicionamento da pelve, tronco, cabeça e joelho das adolescentes avaliadas

<b>Classificação da Postura</b>	<b>Valor N (%)</b>	<b>Concordância Interavaliador* (IC95%)</b>
<b>Posicionamento da pelve</b>		
Neutra	29 (50,8)	0,96 (0,89 - 1,03)
Anteversão	27 (47,4)	
Retroversão	1 (1,8)	
<b>Posicionamento do tronco</b>		
Neutro	27 (47,4)	
Anteriorizado	15 (26,3)	1
Posteriorizado	15 (26,3)	
<b>Posicionamento da cabeça</b>		
Neutra	47 (82,5)	
Anteriorizada	6 (10,5)	0,84 (0,67 - 1)
Posteriorizada	4 (7)	
<b>Posicionamento do joelho</b>		
Neutro	29 (50,9)	0,85 (0,73 - 0,97)
Flexo	21 (36,8)	
Hiperextendido	7 (12,3)	
<b>Postura Global</b>		
Neutra	13 (22,8)	1

<i>Sway</i>	15 (26,3)
Hiperlordótica	12 (21,1)
Achatada ( <i>flat</i> )	1 (1,8)
Cifótica-lordótica	16 (28)

---

\* Índices de concordância Kappa (Landis & Koch, 1977)

Ao analisar a postura da adolescente que pratica balé pudemos perceber que a maioria apresenta algum tipo de alteração, com destaque aos padrões posturais hiperlordóticos. Esses achados corroboram com diferentes estudos empíricos onde a presença de hiperlordose lombar, ou postura hiperlordótica, em bailarinas foi identificada (DORE; GUERRA, 2007; SIMAS; MELO, 2000). É provável que essa alteração postural em praticantes de balé ocorra devido à contração sustentada dos músculos posteriores do tronco, que agem principalmente durante os movimentos de hiperextensão do tronco, bastante exigidos nessa atividade (MOLLER; MASHARAWI, 2011).

Embora esse resultado seja bastante comum na literatura entre praticantes de balé, principalmente em nível profissional, em crianças e adolescentes esse tipo de alteração pode ainda não ser evidente. Macêdo *et al.* (2021) identificaram em seu estudo feito com crianças praticantes de balé que na classificação da postura global, estas apresentaram a postura neutra ou adequada, e atribuiu como uma possível explicação para esse tipo de postura a idade das participantes do estudo. Por serem ainda muito jovens e terem pouco tempo de prática da modalidade, alterações posturais atribuídas a essa prática ainda não ocorreram, já que de acordo com Prati e Prati (2006) para que ocorresse um desenvolvimento técnico elevado e capaz de levar à aquisição de determinadas tendências posturais, seriam necessários mais de sete anos de prática de dança.

Alguns exercícios físicos podem contribuir para a adoção de diferentes comportamentos posturais, devido à ativação de determinados grupos musculares repetidas vezes sem que haja um trabalho suficiente da musculatura antagonista. Conforme Aquino *et al.* (2010) a bailarina clássica apresenta uma maior ativação dos músculos extensores do tronco e flexores do quadril, criando uma rotação anterior da pelve associada ao pobre controle da musculatura abdominal. A pelve neutra foi a mais observada em nosso estudo, embora quase metade das bailarinas estudadas tenham

apresentado pelve em anteversão, um dos indicativos, de acordo com Smith *et al.* (2011), para classificar a postura em hiperlordótica.

A retroversão da pelve não foi uma alteração postural que se destacou nos achados dessa pesquisa, onde apenas uma das bailarinas estudadas apresentou essa condição. Vale ressaltar que a pelve em retroversão deve estar presente durante toda movimentação e posições adotadas pela bailarina, esse movimento é conhecido como “encaixe do quadril”, e é caracterizado por uma contração isométrica dos flexores do quadril e músculos da região abdominal (GELABERT, 1986).

Embora o “encaixe do quadril” seja constante durante a execução da técnica da dança clássica, observa-se com o resultado desse estudo que, possivelmente, ele não é suficiente para realizar uma alteração na postura da praticante de balé, fato já discutido por Coltro; Campelo (1987). Mesmo com a realização desse movimento repetidas vezes, o fortalecimento dos músculos da região lombar, em contraposição à pouca ênfase no trabalho da musculatura abdominal, acaba se sobressaindo, favorecendo um desequilíbrio muscular que pode contribuir para a presença da anteversão da pelve enquanto alteração postural mais observada entre bailarinas (GELABERT, 1986; SIMAS; MELO, 2000).

Pudemos constatar também, que a maioria das bailarinas não apresenta alterações quanto ao alinhamento do joelho. Metade das adolescentes estudadas apresentaram joelho neutro. Esses resultados divergem dos encontrados na literatura (MEIRA *et al.*, 2011). Khan *et al.* (1995) destacam que a hiper mobilidade articular presente em bailarinos pode contribuir para a presença de hiperextensão no joelho.

Alguns estudos têm demonstrado que a hiperextensão dos joelhos é uma característica frequente e, muitas vezes, desejada entre bailarinas profissionais, pois considera-se, na técnica clássica, que essa condição contribui para a melhor execução de alguns movimentos, principalmente no que diz respeito à exercícios realizados nas “pontas dos pés” (PICON *et al.*, 2002). Além disso, durante a realização de alguns movimentos com o uso das sapatilhas de ponta, há a exigência que os joelhos estejam em plena extensão para uma melhor estética na execução (PICON *et al.*, 2002), fator que irá exigir uma maior ativação do quadríceps femoral, o que com o tempo poderá contribuir para a hiperextensão dos joelhos.

Estudos anteriores que identificaram a existência de hiperextensão dos joelhos em praticantes de balé foram realizados com bailarinas adultas ou que se encontravam em nível profissional (MEIRA *et al.*, 2011). Estudos referentes ao posicionamento dos joelhos, envolvendo bailarinas adolescentes, não apresentam destaque na literatura, dessa

forma, é possível que essa alteração só venha a ocorrer após alguns anos de prática do balé com o uso das sapatilhas de ponta.

Embora em nossa pesquisa não tenha sido mensurado há quanto tempo as adolescentes estudadas utilizam sapatilhas de ponta, supõe-se que, devido à idade delas, as que fazem uso desse calçado, o fazem há pouco tempo. Conforme é observado na literatura, não existe um consenso quanto a idade correta para a iniciação nas sapatilhas de ponta, entretanto, na maioria das vezes, seu uso começa por volta dos 11, 12 anos, quando a extremidade inferior é forte suficiente para manter o equilíbrio sem a ajuda proporcionada pelo contato de todo o pé no chão. De acordo com Picon *et al.* (2002), a sapatilha de ponta, associada a movimentos específicos, contribui para o desenvolvimento de lesões, uma vez que esse tipo de calçado não é desenhado a fim de proteger os pés contra estresses físicos. Dorneles *et al.* (2014), através de um levantamento bibliográfico, identificaram que o antepé é a região que mais recebe pressões devido aos impactos de intensas sobrecargas quando se utilizam sapatilhas de ponta. Por essa razão considera-se importante que somente após a puberdade a adolescente possa utilizar as sapatilhas de ponta, e ainda assim verificando as condições físicas e preparatórias individuais da aluna para receber o esforço e sobrecarga exigidos.

## **CONCLUSÕES**

O balé clássico é uma atividade que desenvolve nos praticantes percepção, condutas psicomotoras, coordenação, equilíbrio, tônus, lateralidade, noção espacial, noção temporal, ritmo, relaxamento e respiração e é comumente indicada por especialistas como alternativa que auxilia na correção postural. Porém, o estresse repetitivo e mecânico nas estruturas fisiológicas, bem como o alto nível de exigência por uma flexibilidade excessiva, características dessa modalidade, são capazes de promover modificações anatômicas, biomecânicas e físicas que podem desestabilizar o equilíbrio funcional dos praticantes ao longo dos anos de prática, facilitando o aparecimento de alterações posturais.

De modo que, é possível perceber que o histórico de atividade física, ou seja, os movimentos realizados durante a prática do balé podem influenciar a postura, causando modificações anatômicas e aumentando o risco de lesões e dores articulares e musculares,

podendo comprometer não só a *performance* na dança, mas a qualidade de vida do praticante.

Diante das evidências encontradas nesta pesquisa foi possível constatar que a maioria das bailarinas estudadas apresentaram algum tipo de alteração na postura com destaque à padrões posturais hiperlordóticos caracterizado pela anteversão pélvica. Dessa forma, é possível concluir que o balé contribui para o desenvolvimento de alterações na postura da adolescente, gerado principalmente por um esforço repetitivo e intenso nas estruturas. Em consequência disto, em uma postura incorreta os desvios posturais podem dar origem a desconfortos, dores ou incapacidades e a amplitude dele vai se relacionar com a gravidade e persistência dos defeitos. Logo, na má postura há sobrecarga mecânica que poderá levar ao aparecimento de síndromes dolorosas devido à alteração dos padrões músculoesqueléticos, que podem ocasionar desvios posturais permanentes.

Diante disso, considera-se importante a realização de avaliações posturais em bailarinos em vista da realização de intervenções que contribuam na sua reeducação postural e conseqüentemente na melhoria da sua qualidade de vida.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, H. S. de; DUMONT, L. M. P. Análise estática e radiológica da hiperlordose lombar como consequência do en-dehors na 1º posição dos pés no ballet clássico. *Fisioterapia Brasileira*, São Carlos, v. 8, n.6, p. 405-408, 2007.

AQUINO, C. F. DE *et al.* Análise da relação entre dor lombar e desequilíbrio de força muscular em bailarinas. *Fisioterapia em Movimento (Impresso)*, Curitiba, v. 23, n. 3, p. 399–408, 2010.

BERGMARK, A. Stability of the lumbar spine. *Acta Orthopaedica*, Copenhagen, v. 60, n. s230, p. 1–54, 1989.

BERNSTEIN, R.M.; COZEN, H.. Evaluation of back pain in children and adolescents *Am Fam Physician.*, Leawood, v.76, n.11, p. 1669–1776, 2007

BOSSO, L. R.; GOLIAS, A. R. C. A postura de atletas de ginástica rítmica: Análise através da fotometria. *Res. Bras. Med Esporte*, São Paulo v. 18, n. 5, p. 333–337, 2012.

CAVALLO, P. R. O balé clássico e psicomotricidade: uma nova proposta de ensino da dança. Monografia (Pós-graduação em Psicomotricidade) - Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, mai.2006. Disponível em:  
<<http://www.avm.edu.br/monopdf/7/PATR%C3%8DCIA%20RIBEIRO%20CAVALL%20O.pdf>>. Acessado em: 01/08/2015.

DORE, B. F.; GUERRA, R. O. Sintomatologia dolorosa e fatores associados em bailarinos profissionais. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 77–80, 2007.

DORNELES, P. P. et al. Análise Biomecânica relacionada a lesões no ballet clássico. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 13, p. 15, 2014.

FRAÇÃO, V. B. et al. Efeito do treinamento na aptidão física da bailarina clássica. *Movimento*, Porto Alegre, v. 5, n.11, p. 3-15, 1999.

GELABERT, R. Dancers' spinal syndromes. *J Orthop Sports Phys Ther*, Alexandria, v. 7, n. 4, p. 180–191, 1986.

KENDALL, F. P. et al. *Músculos, Provas e Funções, com postura e dor*. 5. ed. São Paulo: Manole, 2007. 528 p.

KHAN K. et al.. Overuse injuries in classical ballet. *Sports Med.*, London, v.19, n.5, p. 341-357, 1995.

LANDIS, J.R. e KOCH, G.G. The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, v.33, n.1, p. 159-174, 1977.



LIMA, L. R. O. *et al.* Perfil postural em escolares do 6º ao 9º ano, praticantes e não praticantes de ballet clássico de uma escola da rede particular da cidade de Timon-MA. *Revista Piauiense de Saúde, Floriano*, v. 2, p. 15–21, 2013.

MACÊDO, *et al.* Perfil postural de crianças praticantes de diferentes modalidades de dança. *Arquivos em Movimento*. v.17, n.1, p. 34-55, 2021

MEIRA, G A J *et al.* Perfil postural da bailarina clássica: análise computadorizada. *Revista de Pesquisa em Fisioterapia*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 19-28, 2011.

MOLLER, A.; MASHARAWI, Y. The effect of first ballet classes in the community on various postural parameters in young girls. *Physical Therapy in Sport*, Philadelphia, v. 12, n. 4, p. 188–193, 2011.

PERRY *et al.* Reliability of sagittal photographic spinal posture assessment in adolescents. *Advances in Physiotherapy*. v. 10, p. 66-75, 2008.

PICON, A. P. *et al.* Biomecânica e “ballet” clássico. *Rev Paul Educ Fís*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 53–60, 2002.

PRATI, S. R. A.; PRATI, A. R. C. Níveis de aptidão física e análise de tendências posturais em bailarinas clássicas. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 80–87, 2006.

SEDREZ, J. A. *et al.* Fatores de risco associados a alterações posturais estruturais da coluna vertebral em crianças e adolescentes. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 72–81, 2015.

SIMAS, J. P. N.; MELO, S. I. L. Padrão postural de bailarinas clássicas. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 11, n. 1, p. 51–57, 2000.

SMITH, A. J. *et al.* Trajectories of childhood body mass index are associated with adolescent sagittal standing posture. *International journal of pediatric obesity*. v. 6, n. 2-2, p. 97-106, 2011.

VAGANOVA A. *Basic Principles of Classical Ballet*. 1 ed. New York: Dover Publications, 1969. 176 p.

VERDERI, E. L. P. O corpo não tem idade - educação física gerontológica. São Paulo: Fontoura, 2002. 152p.

WHO. Growth reference data for 5-19 years, WHO reference 2007. Disponível em: <<http://www.who.int/growthref/en/>> Acesso em: 29/06/2018

**Capítulo 43 - DOI:10.55232/1085002.43**

**JUVENTUDE EM VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS**

**Leandro Marcus Brandão, Viviane Bernadeth Gandra Brandão**

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo analisar a juventude em vulnerabilidade social fundamentado nos Direitos Humanos. A escolha da temática se dá devido às manifestações da questão social que a juventude brasileira em vulnerabilidade social vivencia e a falta na efetivação dos Direitos Humanos dessa população. Trata-se de um estudo teórico bibliográfico de caráter transversal, descritivo e qualitativo tendo como método crítico dialético, tendo como base teórica: legislações, livros e artigos científicos sobre a temática. Observou-se a importância de discutir e promover ações para a sociedade, especialmente a juventude em vulnerabilidade social sobre os seus direitos sociais, civis e políticos, sobretudo os Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Juventude, Vulnerabilidade Social, Direitos Humanos.

## **INTRODUÇÃO**

Definir juventude não é uma tarefa fácil, uma vez que na sociedade contemporânea o termo se apresenta com grande polissemia. Desse modo, é importante discutir a existência da juventude no plural, como Abramo (2008, p.43-44) enfatiza “de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição.” Observar que dificuldades parecidas implicam em consequências divergentes na vida dos jovens, pois este segmento social é por si só heterogêneo e dinâmico.

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é analisar a juventude em vulnerabilidade social em uma perspectiva dos Direitos Humanos. Uma vez que, os jovens brasileiros vivenciam as desigualdades cotidianamente, levando em consideração as questões sociais, como econômica, habitação, educação, cultura, lazer, saúde, emprego e etc. Isso resulta de uma distinção do modo de vida em relação aos que possuem condições socioeconômicas favoráveis. Consequentemente esta desigualdade aumenta quando estes problemas sociais são vividos pelas minorias, ou seja, grupos que estão à margem da sociedade, que são exemplificados pelos negros, LGBTQ+, mulheres, pessoas com deficiência e outros.

Vale ressaltar que a vulnerabilidade social se efetiva nos locais que originam ou que podem continuar processos de desigualdades, exclusões sociais de indivíduos, famílias que convivem em uma conjuntura de pobreza, privação, preconceitos e fragilidades sociais, econômicas e culturais.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo teórico bibliográfico de caráter transversal, descritivo e qualitativo tendo como método crítico dialético. Conforme Lira (2014, p. 26), a pesquisa qualitativa é sempre descritiva, pois as informações obtidas não serão necessariamente quantificadas, mas interpretadas.

Assim sendo, a pesquisa nas ciências sociais parte da realidade social, e esta é “essencialmente qualitativa” devido à dinâmica societária em que se desenvolve. Segundo Minayo (2015, p. 14):

A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica partiu dos teóricos da área de Juventude, Vulnerabilidade Social e Direitos Humanos para alcançar os objetivos propostos. Nesse sentido, para melhor compreensão do tema foram consultados legislações, livros, artigos científicos que abordam a temática entre outras fontes de dados disponíveis para consultas, sendo elas eletrônicas ou não.

Portanto, este estudo foi dispensado de apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa, devido à pesquisa ter caráter teórico-experimental, não havendo participação de seres humanos, bem como utilização de informações pessoais, não infringindo assim a resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Ao longo dos séculos, especificamente XX e XXI, a juventude foi ganhando novas concepções pelas teorias científicas, sociológicas e antropológicas que passaram a relacioná-la a fatores culturais e sociais. Evidentemente, os jovens se encontram em posições diferentes no campo social, mas independentemente de suas diferenças, os jovens brasileiros participam da reprodução social e cultural, mediante várias estratégias, para assegurar ou melhorar sua posição societária.

De fato, quando se fala em juventudes plurais, é imprescindível relacioná-las também às condições que lhe são oferecidas e demais especificidades. Como categoria social, a juventude propicia uma análise especial, pois nela se refletem de maneira particular as características gerais de outras idades, tornando-se possível ao jovem sua acumulação e internalização. Essa fase que, mais do que transição, apresenta diferentes abordagens e tratamentos, dá margem para múltiplas análises e interpretações.

Desse modo, a maneira mais comum de definir a população juvenil é estabelecer critérios para situá-la em determinada faixa etária. No Brasil, como mencionado, o Estatuto da Juventude de 2013 determina a idade entre 15 e 29 anos para caracterização de jovem. Destarte, as idades não são absolutas, visto que a noção de infância, juventude

e de vida adulta depende da formação humana, com a influência do campo econômico, social, político e cultural.

De acordo com a Síntese de indicadores sociais – SIS, pesquisa nacional feita pelo IBGE (2017), o número de jovens de 15 a 29 anos correspondia à população brasileira em 2016 de aproximadamente 48.9 milhões. Não houve nova pesquisa censitária após essa data.

Muitos estudos permeiam as três fases iniciais da vida do ser humano: infância, adolescência e juventude. Enquanto a infância é vista como um período de brincadeiras, a adolescência é considerada como uma fase de identidade e novas descobertas, a juventude marca o começo da vida adulta.

Nesse contexto, a adolescência é considerada a fase cujo núcleo central é constituído por mudanças no corpo, dos afetos, das referências sociais e relacionais. Por este motivo, para Dayrell, Leão e Reis (2007), essa fase não pode ser entendida como um tempo que termina, como um período de crise ou de trânsito entre a infância e a vida adulta, entendida como a última meta da maturidade.

Esse momento da vida, quando analisadas as particularidades de cada indivíduo, revela que a definição de juventude, considerando somente a faixa etária, pode ser insuficiente para conceituar este segmento. Pois esse pode se expressar de várias maneiras conforme o contexto histórico social de cada sujeito. Sendo assim, torna-se improvável a caracterização deste determinado grupo a partir do estereótipo ou definição acrítica que ainda hoje são acometidos por meio do senso comum. Porém, na conjuntura atual, a juventude lança-se na sociedade enquanto segmento que reivindica seu papel de sujeito e protagonista da história. Nesse sentido,

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas, sim, como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. (DAYRELL; LEÃO; REIS 2007, p.157-158).

Ao longo dos anos, a definição da juventude tem sido reformulada e diversos estudos a respeito do tema têm trazido definições mais abrangentes em relação ao jovem

da pós-modernidade<sup>1</sup>. Enquanto na modernidade há uma delimitação de aspectos sociais e biológicos, no mundo pós-moderno esses conceitos são reformulados e adquirem um novo sentido, englobando o jovem com novos valores culturais fundamentados nas políticas de consumo.

Nessa discussão, Groppo (2015) aborda as três teorias sobre a juventude sendo: tradicionais, críticas e pós-críticas. As tradicionais consideram a função de socialização secundária da juventude, ou seja, é por meio dela que se faz a internalização de regras e normas, é dos jovens que vem a delinquência e a fuga do que é normal. As teorias críticas, sem contestar a juventude como socialização secundária, traz a ideia de que os jovens participam efetivamente das transformações sociais, vinculando estes à estrutura social. Já as teorias pós-críticas abordam a juventude em uma posição pós-moderna, ou seja, caracterizada pela globalização e domínio do sistema capitalista.

Destarte Abramo (2014) traz o conceito de “moratória social”, que se relaciona ao tempo de passagem entre a infância e a vida adulta em que se favorece a busca por conhecimento e novas experiências, por isso a importância de trazer esse conceito. Esse tempo entre uma fase e outra pode ou não ser de fato utilizado pelo jovem para o aprendizado de habilidades que lhe trarão autonomia. O que determina a sua utilização ou não é o quanto a juventude se adéqua à construção simbólica idealizada pela sociedade, a qual este representa um jovem saudável, bonito e promissor.

O desenvolvimento das potencialidades do jovem é intimamente relacionado à qualidade de como se dão as relações sociais do meio no qual ele se insere. Existem várias formas de se desenvolver como sujeito. No entanto, existem os contextos de desumanização em que é tirada do indivíduo a oportunidade de desenvolver suas potencialidades, dessa forma ele acaba se construindo como sujeito dentro das suas possibilidades, mostrando assim um jeito próprio de viver (DAYRELL, 2003).

Sobre a moratória social, Groppo (2009, p.47) afirma:

Apesar daquela dimensão cidadã presente no modelo da moratória social, as análises progressistas dos anos 1960 sobre as rebeldias juvenis, informadas por este modelo, a rigor não romperam totalmente com o funcionalismo. Por baixo do modelo da moratória juvenil, ainda fazia o sistema funcionalista de integração social. Mas as diferenças são importantes: a integração ideal dos jovens só é possível via evolução da sociedade; esta evolução é necessária e só

---

<sup>1</sup> Teve sua origem no século XX, após começar o fim da guerra fria. Ela se insere em uma sociedade globalizada e capitalista, a qual proporciona a pluralidade, a descentralização, o rompimento de barreira territoriais e culturais. Bauman (1999) denomina a pós-modernidade como modernidade líquida.

possível, diametralmente, por meio da mobilização dos jovens, ou melhor, da canalização de sua mobilização já em curso em prol dos novos ideais sociais.

A moratória social representa o tempo que a sociedade dá ao jovem para que este viva de forma similar à vida adulto, mas sem as responsabilidades, permitindo-lhes assim se inserir na sociedade e ser mais autônomo. No entanto, a condição social do jovem reflete nessa fase de experimentação, variando, assim, o tempo de duração desse período.

A socialização é importante para este processo. Diante disso, a juventude se apresenta como uma categoria social, um meio para agrupar pessoas considerando características como os comportamentos e para atender a uma necessidade organizativa como estabelecer direitos, deveres e políticas para esse grupo. São sujeitos sociais, constroem em modo singular o ser jovem de acordo com seu cotidiano (GROPPO, 2015).

A juventude poder ser entendida em uma mesma vertente como uma condição social e um tipo de representação. Esta pode ser compreendida como um processo que soma mudanças físicas e biológicas inerentes ao desenvolvimento esperado com as interferências do meio físico, social e cultural. Então, a juventude não é um período que se finda, mas que se transforma e constitui o sujeito adulto. Construimos assim argumentos para entender que a juventude deve ser considerada também como uma produção cultural.

Parte-se da afirmação de que não há somente uma juventude, mas juventudes que se constituem em um conjunto diversificado com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade. A juventude por definição é uma construção social, uma produção de uma determinada sociedade, relacionada com formas de ver os jovens, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, grupo, contexto histórico entre outras. Ressalta-se que o emprego do termo juventudes no plural, antes de patrocinar uma perspectiva fracionada, na qual aparecem modelos de jovens separados, sinaliza a existência de elementos comuns ao conjunto dos jovens (ABROMOVAY; CASTRO, 2015, p.14).

Essas construções culturais e históricas referidas são determinantes nas significações atribuídas às idades da vida. Sendo assim, historicamente, a noção de juventude configura-se em sentidos diversificados, tendo as relações entre gerações como resultado dessas construções e diferenças culturais. A geração, neste caso, se relaciona ao período que o indivíduo se encontra e socializa dentro da história, ou seja, cada geração configura-se de acordo com a cultura e os sentidos que se encontram dentro da sociedade.



Corroborando o aspecto socio-histórico das gerações, Peralva (2007) considera que as idades da vida se constituem para além dos aspectos apenas biopsíquicos dos indivíduos, são também fenômenos históricos e sociais, sendo elas influenciadas pela modernidade no que se diz respeito aos costumes e comportamentos. Neste sentido, observa-se que os problemas e experiências vivenciados pelas gerações atuais se diferenciam de forma considerável das gerações passadas, principalmente pelos jovens, que estão inseridos em uma crescente globalização e precisam se adaptar às novas demandas de uma sociedade cada vez mais imediatista.

O tempo é um fator importante no que diz respeito aos conflitos sociais e às transformações sociais. A juventude se relaciona intimamente com o tempo, sob a perspectiva biológica e cultural, sendo ela parte fundamental para que se traduza e explique esses conflitos.

A sociedade se transforma e, juntamente com ela, a população. Por esse ângulo, Peralva (2007) considera que o jovem está vivendo um mundo novo, em que ele próprio está ajudando a construir, diferentemente do adulto que já vive as consequências de uma sociedade que está se decompondo. Assim, a experiência temporal se divide em duas categorias chamadas tempos interiores e exteriores.

O tempo interior diz respeito às experiências internas vividas pelo indivíduo como as emoções, enquanto o exterior é relacionado às esferas de pertencimento de cada indivíduo em ritmos diferentes.

A herança cultural é transmitida de uma geração para outra, de forma contínua, em se tratando da sociedade moderna, em que o indivíduo vai amadurecendo de forma gradativa, sem rupturas significativas entre as gerações. Como, por exemplo, em algumas sociedades tribais, existem rituais de passagem que marcam essas transições de gerações.

As fases da vida se tornam interdependentes umas das outras, construindo-se uma hierarquia em uma lógica voltada para o futuro, mas com o passado tendo significado para essa ação posterior, ou seja, a ordem social constituída anteriormente orienta as transformações da modernidade.

Silva e Lopes (2009) relacionam a juventude aos processos sociais e às relações sociais constituídas historicamente, em que o indivíduo se prepara para cumprir o papel de adulto dentro da sociedade. Pode-se entender que a juventude é um período contrastante com a maturidade, em que tudo é mais refletido e pensado, ainda pode ser

considerada como meio de renovação da sociedade, dada sua vitalidade e menor implicação quanto às normas sociais.

É habitual que o senso comum associe a juventude à quebra de regras, à fuga do que é normal, sem levar em consideração as angústias e os questionamentos que os eles trazem consigo, bem como o desejo de serem vistos como parte integrante da sociedade. Essa visão negativa que frequentemente é direcionada ao jovem, como ser considerado marginal, perigoso, inconsequente ou desinteressados, é vinda de uma sociedade que estigmatiza e estereotipa, sendo dependente, também, do contexto social e econômico que ele está inserido.

Todavia, Dayrell (2003) apresenta que, atualmente, a cultura tem se mostrado um lugar no mundo jovem, sendo este um espaço democrático, possibilitando experiências e espaço para que a juventude se construa como sujeito. Porém, ele alerta para o fato de que talvez a cultura se mostre um espaço mais aberto, justamente porque outros locais podem estar fechados a este público juvenil, principalmente em se tratando do pobre. Partindo-se dessa constatação, observa-se que, aos poucos, estes jovens estão ocupando os espaços públicos, por meios de movimentos sociais, ações políticas e/ou de lazer como as festas, os duelos dos “Dj’s”, “Mc’s”, “passinho”, grupos declamando poesias e construindo raps, funk nas praças, nas ruas, no lugar público.

As desigualdades sociais são processos que atingem a juventude, muitos vivenciam a falta de oportunidades ou escassas, restritas de trabalho e pela violência tanto física como simbólica. Sendo assim, a criação de políticas públicas voltadas para a juventude é uma necessidade.

Pensando-se na prática de grupos cotidianos, é de fundamental importância que os jovens se impliquem, participem de projetos, programas e políticas, uma vez que eles são e devem ser os protagonistas, por viverem essa realidade. As políticas públicas que compreendem a situação do jovem atualmente no Brasil ainda são recentes, mas aos poucos têm ganhado visibilidade.

A falta de oportunidades no mercado de trabalho, a dificuldade para lidar com a pobreza familiar, a exclusão social, assim como o precário acesso à educação e muitas vezes ao trabalho que ele executa contribuem para o aumento da violência e do tráfico de drogas (SILVA; LOPES, 2009).

Desse modo, a criação das políticas públicas consiste em minimizar as problemáticas em torno da juventude no Brasil como a saúde, a educação, lazer e a

segurança, principalmente em locais com maior índice de vulnerabilidade social. A participação da juventude na construção das políticas é considerada um eixo estruturante, colocando - a como sujeito de direito, parte ativa da sociedade, e não mais unicamente tutelado e dependente do Estado. Para que se avance nesse sentido, se mostra fundamental a efetividade dessa participação da juventude nas políticas e dos direitos já conquistados.

Por conseguinte, conforme Sposito e Carrano (2003), no Brasil, o tema juventude passou a ter maior visibilidade nos últimos quinze anos como produto da interseção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores, colocando os jovens como sujeitos capazes de agir e fazer interlocução política. Essa perspectiva de uma juventude autônoma, que luta por direitos específicos, por qualidade de vida e por respeito às especificidades e vicissitudes de sua faixa etária, se manifesta nos avanços dos direitos adquiridos para esse segmento, como a promulgação do Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852/2013, a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, ambos instituídos em 30 de junho de 2005, pela Lei 11.129.

Com a criação do Estatuto da Juventude em 2013, o jovem passa a ser reconhecido legalmente como sujeito de direito e participativo na sociedade:

Art. 4. O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I – a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II – o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III – a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV – a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto (BRASIL, 2013, p.27).

Os jovens são e devem ser protagonistas da sociedade, estarem presentes nas esferas públicas, participando das elaborações a execuções de ações que os promovam socialmente, os prevenindo dos problemas sociais recorrentes a ela, como a criminalidade e a violência dentre outros.

Ao contrário das gerações das últimas décadas, a juventude, atualmente, possui acesso aos meios tecnológicos e é mais informada, entretanto vivencia períodos de incertezas e de maiores cobranças, em que precisam buscar cada vez mais a qualidade em seus estudos para ingressar no mercado de trabalho. Também apresenta dificuldades para

tomar suas próprias decisões mediante a um futuro incerto e o excesso de informações muitas vezes apresenta-se nocivo quando o jovem opta pela criminalidade (ABRAMO, 2014).

Abromovay e Castro (2015) ressaltam que, apesar do índice de escolaridade entre os jovens ter aumentado, ainda permeia uma preocupação em relação à localidade, ao acesso, aos aspectos biológicos e sociais que variam de uma região para outra no Brasil, sendo as mulheres mais alfabetizadas que os homens, porém permanecem com menor salário no mercado profissional quando comparadas aos jovens homens com o mesmo índice de instrução.

De acordo com Souza e Paiva (2012), o índice de analfabetismo entre os jovens tem diminuído, sendo a taxa correspondente à região em que estão inseridos, além de considerar os ricos, têm mais acesso à educação de qualidade do que os pobres, que muitas vezes não completam os seus estudos e são mantidos em empregos informais. A preocupação em relação aos homicídios também tem aumentado, visto que, quanto maior a vulnerabilidade social, aumenta a violência em que este jovem está inserido.

O perfil da juventude atual alia-se a uma jornada dupla, conciliando o trabalho com o estudo, ao mesmo tempo em que ingressa no mercado de trabalho, ele busca sua qualificação por meio dos estudos. Conforme Abramo (2014), a dificuldade para ingressar em um mercado cada vez mais exigente permite que os jovens tenham acesso às políticas públicas que elaboram programas governamentais e inserem esse público muitas vezes excluído. Ao incluir a juventude nos programas sociais, deve-se contribuir para que ela tenha uma qualificação profissional, inclusão digital e ampliação do acesso a outros espaços profissionais.

Atualmente, podemos incluir as redes sociais como parte integrante das dimensões da vida social do jovem, tendo elas grande influência na integração social e cultural deste. Ao passo que as novas tecnologias de comunicação favoreçam e facilitem a socialização virtual, identificação e comunicação entre os jovens, podendo elas também se configurarem, em contrapartida, em uma forma de exclusão social num viés fático.

A influência da cultura de consumo sobre os jovens tem se tornado cada vez mais intensa, e se antes esse conceito abrangia os novos adultos, ele também tem se vinculado a crianças e adultos que estão inseridos nessa nova pluralidade cultural. No mundo globalizado, a busca por manter-se jovem cresce cada dia mais e delimitar o lugar do sujeito em uma das fases da vida torna-se mais difícil, pois muitas vezes há uma fuga para

não ocupar o lugar da velhice e da maturidade determinada pela própria indústria do consumo.

Diante desse contexto, a busca por um ideal jovem inverte valores sociais em que a sociedade não deseja mais corresponder a sua faixa etária, no entanto se tornarem mais velhos baseados em uma identidade cultural construída pela indústria massiva. A juventude também se insere nesse novo segmento criando uma falsa ideia de autonomia e liberdade em relação as suas próprias escolhas e contribuindo para uma cultura ainda mais capitalista que só aumenta a barreira entre as classes sociais.

Na medida em que a juventude tem mais oportunidades de participação de forma ativa e direta na sociedade em que está inserida, cada vez mais ela lança olhar sobre si mesma, de forma mais consciente de sua condição juvenil, apontando para responsabilidades e compromissos como algo que a caracteriza.

A situação juvenil, por sua vez, diz respeito aos mais variados percursos que são experimentados pelo que é possível e acessível a sua condição. Por esse caminho observo as configurações empíricas, conjunturais e específicas que se formam a partir da realidade vivida pelos jovens.

Ser jovem é situar-se na constituição global e interligada dos planos subjetivo, institucional e social. Cada experiência contribui para o processo histórico da condição juvenil. Nesse contexto, é necessário a efetivação dos Direitos Humanos, para que a Juventude em vulnerabilidade social tenha seus direitos garantidos. Por isso, é importante conceituar e contextualizar os direitos humanos.

Os Direitos Humanos, representam construções coletivas e princípios universais que têm como base a particularidade dos seres humanos. Deste modo, apresentam-se como produtos históricos, oriundos de um processo de luta travado pelo homem em busca de sua emancipação e melhores condições de vida. (BOBBIO, 1992)

Na esfera legal, cabe pontuar dois documentos cruciais à elaboração e garantia legal dos Direitos Humanos: A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão pela Assembleia Nacional Constituinte Francesa em 1789 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela ONU em 1948, sendo esta marcada pela ascensão dos direitos sociais.

A primeira declaração, editada em 1789, veio, conforme Bobbio (1992), representar mais que discussões teóricas no campo filosófico dos direitos humanos, mas

sim transformar direitos historicamente construídos em direitos empíricos, a qual concebeu como a tentativa de conversão do direito universal em positivo.

A mais recente Declaração dos Direitos Humanos de 1948 foi marcada por uma espécie de consenso no que tange à violação de tais direitos, visto que sua elaboração remete-se ao final da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, sendo, portanto, influenciada por um conflito ideológico, centrado em dois grandes blocos antagônicos, o socialista e o capitalista. Neste sentido, a Declaração foi obrigada a incorporar alguns preceitos socialistas, ainda que, em sua maioria, se fundamentasse nos moldes liberais.

Após a formulação deste documento e as posteriores discussões a respeito dos direitos humanos em Congressos, Protocolos e Pactos internacionais, assim a concepção de direitos toma proporções mais amplas e se direciona para o campo da “universalidade”, da “diversificação” e da “multiplicidade”, estes elementos foram cruciais para incorporar as quatro gerações de direitos. E, assim, os direitos humanos configuraram-se como todos os direitos fundamentais inerentes à condição de cidadania, tanto no âmbito coletivo quanto individual. (PRÁ, 2006).

Em seu livro, *Era dos direitos*, Bobbio (1992) chama atenção para a importância da perspectiva liberal no que se refere à fundamentação dos conceitos de democracia, cidadania e especialmente de direitos humanos.

Com o advento da Revolução Francesa, as ideias liberais se difundiram e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foram postos ao mundo, e assim as discussões sobre os direitos do homem tomaram proporções universais. No entanto, essa universalidade mostrou-se relativa, tendo em vista que esses direitos continuavam restritos ao cidadão capitalista, não se estendendo ao proletariado.

Com o surgimento dos pensamentos liberais, centradas no individualismo e no repúdio à intervenção estatal, defendia-se que os Direitos Cívicos e Políticos deveriam ser exercidos apenas por homens livres e autônomos, não se estendendo, por tanto, à classe trabalhadora. Dessa forma, a propriedade privada funcionaria como uma espécie de passaporte para a cidadania e para usufruto do direito, e este tenderia a se desfigurar, ou seja, perder seu caráter de processo histórico, popular e universal, estaria fadado, pois, a uma acessibilidade seletiva. Mas a sociedade civil, através de mobilizações em favor da classe trabalhadora e da universalização dos direitos, protestou contra essa arbitrariedade, e foi no bojo dessas reivindicações que emergiram os direitos sociais. (COUTO, 2004).

Os direitos da primeira geração, sendo eles os civis e os políticos, foram conquistados nos séculos XVIII e XIX. Estes direitos são identificados por sua natureza individual e se pautam entre outras coisas, na autonomia e proteção do indivíduo, além de se fundamentarem na ideia de liberdade e oposição ao poder ilimitado e opressor do Estado.

No que tange aos direitos da segunda geração, são mais recentes, datam do final do século XIX e início do século XX e se constituem como os direitos sociais e econômicos, cuja meta à busca pela igualdade de acesso aos bens produzidos e possuem como marco as lutas contra a desigualdade social e a exploração capitalista. Nesta nova geração, percebe-se, em detrimento da anterior, a necessidade de intervenção do Estado, visto que a ele é relegada a condição de provedor de tais direitos através da implementação de políticas sociais.

Ainda mais recente que os direitos sociais, os da terceira geração transcendem a titularidade individual e se fundamentam na solidariedade e na coletividade, dessa forma objetivam a pacificação de conflitos e relações harmoniosas entre os países. Constituem-se como: direito à paz, a proteção do meio ambiente, e a autodeterminação dos povos. (COUTO, 2004)

Os movimentos operários tiveram uma importância histórica fundamental para materializar, garantir e ampliar os espaços de lutas em prol dos direitos humanos, que até então estavam apenas no papel e atendiam aos interesses da classe burguesa. Com as inserções populares, direitos humanos foram saindo das discussões filosóficas e se tornando mecanismos práticos, estendendo-se para as classes proletárias. Porém, apesar dos esforços destes movimentos para a concretização de tais direitos, somente no século XX houve de fato, a incorporação jurídica dos econômicos e sociais, que nunca chegaram a ser contemplados pelas revoluções burguesas em sua plenitude. (TRINDADE, 2002)

O período de transição do século XIX para XX, será para sempre lembrado como o marco do movimento operário em busca de seus direitos, afinal, neste período o proletariado foi adquirindo uma força histórica para lutar pela efetivação e ampliação dos direitos humanos que até então estavam confinados no universo burguês.

As lutas proletárias por direitos políticos, econômicos, civis ou sociais, por mais modestas que fossem tiveram que enfrentar a fúria burguesa e a pressão estatal, o que gerou consequência (julgamentos e prisões arbitrárias, assassinatos em massa, cerceamento da imprensa, estado de sítio) que deixaram marcas profundas no processo

de configuração dos direitos humanos e, conseqüentemente, na história da humanidade. De fato, esse processo não aconteceu sem que muito sangue fosse derramado. (TRINDADE, 2002).

Percebe-se, logo, que o direito é um processo construído a partir da mobilização dos diversos sujeitos sociais, ou melhor, está associado a um contexto de reivindicações da sociedade civil a favor do combate as desigualdades sociais e a exploração capitalista. Dessa forma, negar o caráter histórico e popular do processo de construção dos direitos, bem como associar sua construção ao mero interesse das classes dominante em favor da propriedade, liberdade e seguranças dos mesmos, é se precipitar a um equívoco (COUTO, 2004).

A passagem para a concretização dos direitos, após anos de luta, seguiu, entretanto um caminho adverso das pretensões universais imbricadas teoricamente, devido a peculiar figura do Estado como principal mecanismo reconhecedor e garantidor dos direitos humanos, A realidade que este estudo apontará demonstra que todo aquele esforço da humanidade em criar direitos universais, superiores, legítimos e capazes de protegê-los de todo tipo de opressões, inclusive a realizada pelo próprio Estado, foi se submergindo. (BOBBIO, 1992).

Os Direitos Humanos, diante de uma fragilidade no âmbito das lutas sociais e de arbitrariedades políticas foram perdendo sua idealização universal, ao longo da história, tornando-se estruturas demasiadamente vinculadas à nacionalidade. Neste sentido, ter direito passou a significar um privilégio para o cidadão nacional, e por tanto não bastava apenas as condição de humano.

Observa-se que Bobbio (1992) ressalta que de nada adianta proclamar direitos se a sociedade não formular meios eficazes de garanti-los. Embora os direitos humanos sejam concebidos como naturais e universais, a cidadania ainda se traduz como uma concepção mais atual. Trata-se de uma construção importante historicamente quanto a estes direitos, já que são os direitos do cidadão que moldam os Direitos Humanos e não o contrário.

Os Direitos Humanos estão inter-relacionados com a construção da Cidadania, sendo que a efetivação do cidadão enquanto agente de transformações se consolida através da educação. Ressalta-se que a Educação é um direito social para todos e que deve ser oferecida com qualidade, conforme Constituição Federal.



## CONCLUSÃO

Observa-se que a juventude, enquanto categoria de análise, deve levar em consideração essa pluralidade que compõe e estrutura a subjetividade, que são moldadas e remodeladas pelos diferentes contextos, condições e posições ocupadas em cada espaço e lugar. Insta salientar ainda a influência que os paradigmas do desenvolvimento da sociedade moderna exercem sobre a categoria juventude, que tantas vezes a separa e reagrupa por meio de classes, situações econômicas ou culturais, esbarrando, como os demais segmentos, nas estruturas burocráticas da sociedade que a todo tempo estratifica e hierarquiza a população.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo foi alcançado, uma vez que foi discutido e analisado a juventude em vulnerabilidade social na perspectiva dos direitos humanos, promovendo uma compreensão na realidade atual.

Foram apresentados conceitos, contextualizações históricos, reflexões e análises que contribuem para que este estudo seja referência para outros pesquisadores da área. Espera-se que os direitos humanos da juventude em vulnerabilidade social seja efetivo, além de aumento de pesquisas sobre a temática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. *In:* ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto de Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer XVI**, n.1, p.13-25, 2015.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**, 4 ° Reimpressão, Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013 – **Estatuto da Juventude**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm)>. Acesso em: 05 de janeiro, 2023.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível? Ed. São Paulo, Cortez, 2004.

DAYRELL, Juarez; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana Batista. Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil. *In:* DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994

GROPPO, Luís Antônio. O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias jovens. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.14, n. 26, p. 37-50, 2009.

LIRA, B. C. **O passo a passo do trabalho científico**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. (Coleção Educação para Todos; 16). p.13-27.

PRÁ, Jussara Reis. Políticas Públicas, direitos humanos e capital social. In: M. Baquero, D. Cremonese (org.). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SILVA, Carla Regina; LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.2, p. 87-106, jul./dez. 2009.

SOUZA, Cândida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n.3, p. 353-360, set./dez. 2012.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

**Capítulo 44 - DOI:10.55232/1085002.44**

## **FOTODOCUMENTÁRIO, INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E POLUIÇÃO NO INTERIOR DO AMAZONAS: CONEXÕES METODOLÓGICAS**

**Ralf Cordeiro Batista, Marcelo Rodrigo da Silva**

**RESUMO:** Este artigo objetiva desenvolver uma reflexão acerca do uso do fotodocumentário como ferramenta de investigação científica sobre a poluição dos rios no entorno da cidade de Parintins, a partir dos resultados obtidos no Projeto de Iniciação Científica (Pibic), intitulado “A natureza do homem: documentário fotográfico sobre poluição dos rios em Parintins”. O projeto foi desenvolvido junto ao curso de Jornalismo do Icese/Ufam e objetivou representar, por meio de um fotodocumentário, a poluição dos rios provocada pelo homem no entorno da cidade de Parintins-AM. As fotografias exploraram linguagens técnicas e estéticas variadas e experimentais para expor os diversos esquemas cognitivos que representaram a relação nociva entre o homem e o rio na cidade. As imagens produzidas pela pesquisa foram vencedoras do Prêmio Expocom Norte 2021, na modalidade Produção em Fotojornalismo.

**Palavras-chave:** Fotografia Documental, Poluição, Parintins.

## **1. INTRODUÇÃO**

A poluição dos rios amazonenses pela ação do homem não é uma problemática recente, mas é motivo de preocupação constante. O processo de industrialização, a criação das cidades, o aumento populacional e, principalmente, o consumo exacerbado, tem contribuído constantemente para aumentar os impactos ambientais das atividades humanas, principalmente pela disposição inadequada dos resíduos sólidos.

Essa problemática se torna ainda mais preocupante em regiões banhadas por rios com é o Baixo Amazonas e, em especial, a cidade de Parintins. De acordo com Vasconcelos (2016), a cidade está situada em uma ilha, à margem direita do Rio Amazonas, a 369 km da capital, Manaus, em linha reta e 420 km por via fluvial. Parintins apresenta um ecossistema de várzea (48%), terra-firme (17%) e rios, além de lagos, igarapés e paranás (35%). Possui área territorial de 5.952 quilômetros quadrados (IDAM, 2009; IBGE, 2010). A várzea tem enchente anual acompanhando o regime do leito do rio Amazonas, que comanda a vida na região (TOCANTINS, 2000; STERNBERG, 1998). Os ribeirinhos vivem em palafitas fixas na várzea e podem ou não ter migração circular durante a cheia (ELOY, 2009). Há grupos que permanecem na várzea, nas grandes cheias, ajustando a altura dos cômodos; enquanto outros migram para a casa de parentes em terra firme.

A área urbana de Parintins ocupa 396 hectares. A cidade de Parintins está assentada numa ilha de terra firme. Contudo, a várzea é extremamente importante na vida do homem amazônico, por se encontrar nela boa parte do meio de subsistência na região. Ali se pratica o cultivo de culturas temporárias, a criação de animais e a pesca. Quando o rio Amazonas transborda e chega às casas dos moradores, alguns as adaptam para permanecerem no local até a vazante, outros mudam para áreas de terra firme. Compondo o mosaico cultural da Ilha Tupinambarana, Parintins limita-se com os municípios de Nhamundá (Norte), Barreirinha (Sul), Urucurituba (Oeste) e com o estado do Pará (Leste). O município possui 06 (seis) distritos: Mocambo, Caburi, Parintins, Vila Amazônia, Tracajá e Uaicurapá.

Como se não bastasse a população da cidade ultrapassar os cem mil habitantes, em Parintins não há adequado gerenciamento de resíduos sólidos. Segundo Cardoso Filho (2014), os resíduos domiciliares coletados diariamente têm como destino a lixeira pública da cidade, que está disposta a céu aberto em uma área da Ilha Tupinambarana.

Especificamente, a lixeira está localizada no bairro Dejard Vieira, próxima a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ao aeroporto Júlio Belém, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ao Instituto Federal do Amazonas (IFAM), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Social da Indústria (SESI). De mais a mais, ainda é perto do curso do rio Amazonas.

Segundo Santo (2016), a precariedade na gestão dos resíduos sólidos no município de Parintins tem potencial de interromper um dos principais canais logísticos da Ilha, que é o aeroviário, como deveras já ocorreu. A não existência de adequado serviço para gestão desses resíduos é, também, problema de saúde pública, devido a emissão de gases tóxicos, criação de ambiente propício para proliferação de vetores de doenças, contaminação do lençol freático pelo chorume, além de mau cheiro (ARAÚJO e PIMENTEL, 2015).

Parintins ainda é palco do “maior espetáculo de ópera a céu aberto da América Latina e o maior de folclore no mundo” (BRASIL, 2017b, p. 1), além de ser a capital nacional do Boi-Bumbá. Naturalmente, o festival gera benefícios econômicos para a cidade, porém, em decorrência da grande quantidade de pessoas que vem assisti-lo, e conseqüente aumento do consumo, são gerados 35% a mais de resíduos quando comparado com a média dos meses ordinários (BENTES, 2017).

O comportamento dos agentes sociais em um cenário tão demarcado pela presença de rios, lagos, igarapés e paranás demanda a atenção de um olhar curioso e preocupado com a manutenção de uma necessária relação de preservação e sustentabilidade sobre os recursos naturais. A produção de um fotodocumentário nesse contexto tornou-se um recurso valioso, estratégico e eficiente para a observação e registro dessas relações, bem como tornar público e dar mais notoriedade ao tema, convidando o público observador a refletir sobre o assunto em tela. A fotografia possui o potencial de atrair o olhar humano, retendo a atenção do observador, para conduzi-lo a uma imersão no interior do assunto abordado.

Dessa forma, este artigo desenvolve uma reflexão acerca do uso do fotodocumentário como ferramenta de investigação científica sobre a poluição dos rios no entorno da cidade de Parintins, a partir dos resultados obtidos no Projeto de Iniciação Científica (Pibic), intitulado “A natureza do homem: documentário fotográfico sobre poluição dos rios em Parintins”. O projeto foi desenvolvido junto ao curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez), da Universidade federal

do Amazonas (Ufam) e objetivou representar, por meio de um fotodocumentário, a poluição dos rios provocada pelo homem no entorno da cidade de Parintins-AM.

As fotografias exploraram linguagens técnicas e estéticas variadas e experimentais para expor os diversos esquemas cognitivos que representaram a relação nociva entre o homem e o rio na cidade. As imagens foram capturadas nas regiões do Porto da francesa, na Orla do Bairro União, no Porto Caçapava e na rampa do Mercado Municipal. O conjunto de fotografias resultado da pesquisa foi vencedor do Prêmio Expocom Norte 2021, na modalidade Produção em Fotojornalismo.

## **2. FOTOGRAFIA DOCUMENTAL**

Antes de iniciar as reflexões propriamente sobre o uso do fotodocumentário como instrumento de pesquisa científica, é necessário relacionar as correntes de pensamentos teóricos que orientaram a produção do projeto. As definições de fotografia documental têm em comum a preocupação com a verdade e a representação do real. Essa noção surgiu com o processo fotoquímico tradicional de geração das imagens, a partir da qual, julgou-se que a própria marca da luz sobre os suportes quimicamente tratados conferia a relação de verossimilhança entre a imagem e seu referente. Contudo, com o passar dos anos e o aprimoramento dos estudos sobre a fotografia, compreendeu-se que os sentidos presentes nas imagens permitem interpretações diversas que pode ir além daquele exato instante e espaço congelado.

Considerando o movimento pelo qual o fotógrafo faz da expectativa do instante o âmago de sua experiência, instante configurado pela espera do fotógrafo, Lissovsky (2006) retoma o trabalho de quatro fotógrafos: Sebastião Salgado, Diane Arbus, August Sander e Cartier-Bresson. Segundo o autor, o que há de comum entre esses quatro representantes do instantâneo clássico é que, para todos eles, o instante que advém é este que a-presenta. Seus modos de expectativa são orientados para o presente confluem para o presente. “É a partir disso que a imagem presentifica (seu sentido como intenção, qualidade, posição ou forma) que um discurso acerca do que a fotografia mostra pode vir a ser legitimamente formulado” (LISSOVSKY, 2006, p. 180).

Gisele Freund (1976) defende que a fotografia tem a capacidade de produzir com fidelidade o mundo exterior, uma capacidade advinda de sua técnica, o que outorga a ela um caráter documental e a coloca como o mais exato e íntegro processo de registro da vida social. Já Roland Barthes (1984) julga a fotografia em geral como sendo "não

verdadeira" porque ela nunca poderia mostrar a essência do fotografado. Segundo o autor, ela veicula apenas uma conhecida afinidade com o mundo visível, roubando uma identidade que ela nunca poderia ter.

Assim como ele, Philippe Dubois (1994), discute o realismo na fotografia e mostra diferentes posições que defendem o princípio de realidade próprio da relação da imagem fotoquímica com seu referente. Segundo ele, esse percurso se articula em três tempos: 1) a fotografia como espelho do real (o discurso da mimese); 2) a fotografia como transformação do real (o discurso do código e da desconstrução) e 3) a fotografia como traço de um real (o discurso do índice e da referência).

Para Lombardi (2008), a fotografia documental pode ser pensada como um conjunto de imagens que forma uma narrativa cujos traços indiciais se deslocam de acordo com o olhar de cada fotógrafo. Desse modo, qualquer objeto ou situação pode ser representado esteticamente de acordo com a ênfase pretendida pelo fotógrafo.

A autora defende que o trabalho fotográfico documental geralmente começa a ser desenvolvido a partir de um projeto elaborado, que requer algum tipo de apuração prévia, estudo, conhecimento e envolvimento com um tema. A fotografia documental se refere, portanto, a projetos de longa duração, que não sejam apenas o registro momentâneo e de passagem sobre determinado assunto.

### **3. PRODUÇÃO DO FOTODOCUMENTÁRIO**

Para o desenvolvimento do projeto que teve como resultado o fotodocumentário abordado neste artigo, foi feito, inicialmente, um estudo de campo e identificação de territórios, para localizar as áreas onde era mais visível a poluição dos rios em Parintins.

É válido salientar que foram tomados os devidos cuidados em respeito às normas sanitárias de combate e prevenção da contaminação pelo novo coronavírus. Sendo assim, as atividades de campo respeitaram o distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel, bem como respeitados os horários de toque de recolher instaurados no município.

Após a identificação das áreas, aconteceram as expedições fotográficas, tendo como assunto as ações e comportamento dos agentes sociais em sua relação com o rio, em Parintins. A observação do campo aconteceu por via terrestre, em expedições mensais, previamente agendadas conforme cronograma da pesquisa. Para a o registro das imagens, foi utilizada uma câmera modelo *Canon Rebel XS* e lente *Sigma Zoom 18-200mm*, cedida

pelo Laboratório de Fotografia do curso de Jornalismo do Icsez/Ufam. Durante as capturas fotográficas, evitou-se identificar os habitantes da cidade.

Concomitantemente ao estudo e produção de campo, também foi feita pesquisa bibliográfica para levantamento de dados científicos sobre a situação da poluição dos rios no entorno da ilha fluvial de Parintins.

As fotografias selecionadas receberam tratamento de luz e contraste utilizando-se o software *Adobe LightRoom* e editadas em preto e branco. O conjunto de imagens também foi publicado no blog *Panorama Ribeirinho*, projeto também desenvolvido junto ao curso de Jornalismo do Icsez/ufam.

A seguir é apresentada parte das imagens que compõem o fotodocumentário. O conjunto aqui apresentado é o mesmo vencedor da etapa regional do Prêmio Expocom 2021 na modalidade produção em fotojornalismo.

**Figuras 1 e 2: Porto da Francesa**



Fonte: autores da pesquisa. Autor: Ralf Cordeiro

**Figuras 3 e 4: Porto Caçapava**



Fonte: autores da pesquisa. Autor: Ralf Cordeiro

**Figuras 5 e 6: Porto Caçapava**





Fonte: autores da pesquisa. Autor: Ralf Cordeiro

**Figuras 7 e 8: Porto Caçapava e Porto da Francesa**



Fonte: autores da pesquisa. Autor: Ralf Cordeiro

**Figuras 9 e 10: Porto da Francesa**



Fonte: autores da pesquisa. Autor: Ralf Cordeiro

## **4. ALGUMAS DISCUSSÕES**

A produção do fotodocumentário permitiu perceber a importância da inovação nos processos metodológicos para o desenvolvimento científico de pesquisas relacionadas à sociedade e à preservação do meio ambiente. Mais do que o relato descritivo e do que a documentação dos dados extraídos a partir de visitas de campo ou da observação empírica

dos fenômenos, as fotografias permitem o compartilhamento das impressões in loco, na situação em que foram encontradas e testemunhadas pelos pesquisadores. As imagens enriquecem sensorialmente as sensações de proporção, texturas, perspectivas, profundidades e extensão, entre outras.

Ainda envolvendo as discussões apresentadas anteriormente no que diz respeito à questão da verossimilhança das imagens com a realidade fotografada, o fotodocumentário aqui apresentado e que foi resultantes de uma pesquisa de iniciação científica permite aos observadores maior riqueza de detalhes da situação registrada, com uma percepção espacial mais próxima do cenário de poluição e violência contra os rios verificado pelo estudante pesquisador.

Indo além da questão do compartilhamento do cenário real presenciado pelo pesquisador, o fotodocumentário permite, ainda, o elástico e expansão das linguagens e das formas de apresentação das informações científicas. Ou seja, a plasticidade da informação visual permite à investigação científica explorar a linguagem artística das fotografias, na medida em que estas detêm, em si mesmas, as potencialidades e os recursos estéticos que agregam aos registros visuais qualidades capazes de envolver o espectador em uma postura contemplativa para além daquela necessária à percepção do fato investigado.

Percebe-se, dessa forma, como se mostrou frutífero para o campo da investigação científica o uso do recurso fotodocumentário, tendo em vista que lança mão de perspectivas e abordagens interdisciplinares, relacionados os campos da sociologia, da comunicação e das artes para enriquecer a pesquisa e as discussões sobre questões sociais observadas e documentadas.

É necessário, ainda, salientar a capacidade de desenvolvimento técnico e artístico do próprio cientista investigador, no sentido de que ele mesmo desenvolve, pela sensibilidade artística e pela prática fotográfica, competências especiais e complementares que o municiarão de capacidades excepcionais em sua trajetória de investigação e de produção visual e comunicacional. A fotografia tem se apresentado como recurso cada vez mais dinâmico, principalmente com o constante desenvolvimento de recursos e tecnologias, o que a torna ainda mais interessante e necessária para experimentações e investigações científicas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A reflexão proposta neste artigo se apresenta como um estímulo ao uso e produção de fotodocumentários como ferramenta metodológica de investigação científica. Intenciona funcionar como um convite para instigar novos pesquisadores a também experimentarem o uso da linguagem fotográfica para enriquecer suas pesquisas e o compartilhamento das informações delas resultantes.

Compreende-se que os objetivos aqui percorridos e alcançados, assim como aconteceu com os objetivos do projeto de iniciação científica, cumpriram também a missão de promover atuações interdisciplinares entre os campos da comunicação, da sociologia e das artes com intuito de ampliar a atividade científica no interior do Amazonas.

O fotodocumentário “A natureza do homem” é, em si, um produto científico que resultou em uma linguagem híbrida: dados empíricos narrados visualmente a partir de uma expressão técnica e artística que exprime uma tensão latente entre a poética da sustentabilidade ambiental e a estética da agressão contra os rios e o meio ambiente amazônico.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, K. K.; PIMENTEL, A. K. A problemática do descarte irregular dos resíduos sólidos urbanos nos bairros Vergel do Lago e Jatiúca em Maceió, Alagoas. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 4, n. 2, 2015.

BARTHES, R. *A câmera clara*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

BENTES, E. *A produção de resíduos sólidos durante o Festival Folclórico de Parintins no Amazonas: garrafas pets e latas de alumínio*. 2017.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 13.571/2017 – Confere o Município de Parintins, no Estado do Amazonas, o título de Capital Nacional do Boi-bumbá. Brasília: Congresso Nacional, 2017b.

CARDOSO FILHO, G. T. et al. *Avaliação da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na cidade de Parintins/AM: desafios e oportunidades à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS*. 2014.

DUBOIS, P. *O ato fotográfico*. Campinas: Ed. Papyrus, 1994.

ELOY, L. *Diversidade alimentar e urbanização: o papel das migrações circulares indígenas no Noroeste Amazônico*. *Revista Anthropology of food* [Online], S6 |

December 2009, Online since 20 December 2009. Disponível em:  
<<http://aof.revues.org/6444>> Acesso em 20/06/2012.

FREUND, G. La Fotografia como documento social. Barcelona: Gustavo Gilli, 1976.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo Demográfico 2010: primeiros resultados. Disponível em: <<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>>. Acesso em 20/05/2021.

IDAM, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas. Plano Operativo Anual: Unidade local. Parintins: IDAM, 2009.

LISSOVSKY, M. A fotografia documental no limiar da experiência moderna. In: FATORELLI, A.; BRUNO, F. (orgs.). Limiares da imagem: tecnologia e estética na cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

LOMBARDI, K. H. Documentário Imaginário: reflexões sobre a fotografia documental contemporânea. In: Revista Discursos Fotográficos, Londrina, v.4, n.4, p.35-58, 2008.

PACHECO, J. B.; BRANDÃO, J. C. M.; CARVALHO, J. A. L. de (2012). Geomorfologia Fluvial do rio Solimões/Amazonas: Estratégias do povo varzeano do sudoeste do Careiro da Várzea. Revista Geonorte, Edição Especial, v.2, n.4, DEGEO/UFAM, Manaus (AM), p.542 – 554.

SANTO, V. C. de S. do *et al.* Gerenciamento do risco aviário no aeródromo de Parintins. Ciências Aeronáuticas-Unisul Virtual, 2016.

STERNBERG, H. O. A água e o homem na várzea do Careiro. 2ª ed. Belém: Emilio Goeldi, 1998. 248p.

TOCANTINS, L. O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia. 9ª ed. Manaus: Editora valer/Edições Governo do Estado, 2000.

VASCONCELOS, C. Pedagogia da Identidade: interculturalidade e formação de professores (TESE DE DOUTORADO), Universidade Federal do Amazonas, 2016.

## **A RELEVÂNCIA DA NEUROCIÊNCIA À EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Eliane Costa Andrade Ferreira, Thelma Helena Costa Chahini**

**RESUMO:** De acordo com Relvas (2012) a Neurociência quando dialoga com a Educação possibilita ao docente operacionalizar o processo ensino-aprendizagem com eficácia, visto que se trata de um estudo científico de como o cérebro pode aprender melhor e reter os conhecimentos de maneira significativa e prazerosa. Nesse sentido, Glia (2015) informa que a primeira infância é o período de maior desenvolvimento do cérebro humano, por ser esse o momento em que a arquitetura cerebral começa a se formar, passando por inúmeras mudanças anatômicas e funcionais que se iniciam na etapa pré-natal se estendendo até o início da vida adulta. Assim, o cérebro humano desempenha um grande papel frente aos estímulos e interações que circundam o ambiente vivenciado, por isso é importante que os educadores, especialmente os da Educação Infantil, conheçam esse incrível órgão humano, pois conhecendo sua estrutura e funcionamento conseguirão direcionar melhor suas práticas pedagógicas. No contexto, o presente estudo teve por objetivo investigar se os profissionais da educação infantil possuíam conhecimentos sobre a neurociência e se esses conhecimentos auxiliavam as atividades desenvolvidas com as crianças em relação ao desenvolvimento cognitivo e/ou aprendizagem delas. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória em duas instituições de educação infantil de São Luís/MA, uma pertencendo à rede pública municipal e outra à rede privada. Os participantes foram 4 docentes e 2 gestoras das referidas instituições. O critério de seleção da amostra foi por acessibilidade. Os dados foram coletados por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas. Os resultados sinalizam que apesar de todos os participantes ressaltarem a importância da neurociência aplicada à educação, esses ainda desconhecem como aplicá-la em benefício do desenvolvimento global das crianças. A instituição privada tem inserida em sua proposta pedagógica a referida ciência, mas a instituição pública ainda não, entretanto, a realidade da capacitação docente é convergente, visto que as professoras das duas instituições foram unânimes ao afirmar que ainda carecem de maior capacitação para operacionalizarem os conhecimentos da Neurociência, na Educação

Infantil. Palavras-chave: Neurociência. Educação infantil. Capacitação docente.

**Palavras-chave:** Neurociência. Educação infantil. Capacitação docente

## **INTRODUÇÃO**

É sabido na atualidade da relevância da neurociência para a aprendizagem, cujo estudo aponta para o reconhecimento e valorização do indivíduo como um ser único com anseios e necessidades ímpares. Não há dúvidas de que o cérebro humano desempenha um grande papel frente aos estímulos e interações que circundam o ambiente vivenciado, por isso é importante que educadores, particularmente os da Educação Infantil, conheçam este surpreendente órgão humano, uma vez que por meio do seu estudo possam entender sua estrutura e funcionamento, e assim conseguirem direcionar melhor sua prática pedagógica em sala de aula e, nesse contexto, é preciso conhecer a neurociência. Mas, afinal, o que a neurociência propõe para a Educação Infantil?

A neurociência é um campo de estudo atual, baseado em pesquisas científicas e não científicas, tendo sido influenciada pela filosofia grega até o que conhecemos na atualidade (RELVAS et al., 2012). Logo, esta surgiu a partir de inquietações do dia a dia, assim que o homem buscou entender de onde se originavam os pensamentos, emoções e sensações frente à realidade vivenciada. Tais experimentações levaram-no ao desenvolvimento do cérebro e à produção de conhecimento que, posteriormente, viria a ser chamada Neurociência.

Faz-se importante enfatizar, aqui, que essa é uma temática nova dentro do âmbito educacional, principalmente no que tange a Educação Infantil, porém de extrema relevância, por considerarmos a primeira infância, como o alicerce para o desenvolvimento do indivíduo. Partindo dessa premissa, acreditamos que a estimulação precoce fará o diferencial para o desenvolvimento cognitivo das crianças, pois, segundo pesquisas do Instituto GLIA (2015), que é referência em neurociência e infância, o período de maior desenvolvimento do cérebro humano ocorre na primeira infância, haja vista ser esse o momento em que a arquitetura cerebral começa a se formar, passando por inúmeras mudanças anatômicas e funcionais que se iniciam na etapa pré-natal estendendo-se até o início da vida adulta.

Nesse sentido, sobre o desenvolvimento do cérebro infantil, Estudos do Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância (2014 p.3) comprovam que a primeira infância é o período fundamental no desenvolvimento das estruturas e circuitos cerebral, assim como aquisição de habilidade futura mais complexa. Outrossim, se a criança, nesse período, tiver seu desenvolvimento integral saudável, terá maior facilidade de adaptação a diferentes ambientes e

aquisição de novos conhecimentos, possibilitando, assim, que ela tenha um bom desempenho escolar no futuro.

Portanto, em se tratando de educação escolar, especialmente na Educação Infantil, foco desse estudo, vale ressaltar que haja aprendizagem, faz-se necessário, no processo de aprendizagem, alguns requisitos, tais como: postura, prontidão e maturação, para que esta ocorra de modo satisfatório. Outro pré-requisito para a aprendizagem é o desenvolvimento infantil, como suporte maturacional para que a aquisição do conteúdo seja adequada, uma vez que a integridade dos sistemas sensoriais, perceptivos, atencionais e mnemônicos favorecem a absorção e reserva dos conteúdos (CIASCA, 2003).

Ainda segundo Ciasca (2003), a aprendizagem escolar necessita de uma memorização sequencial, ou seja, cada etapa dará sequência à etapa anterior. Por isso, a relevância do trabalho adequado na Educação Infantil, visto que esta deverá servir como base para os anos escolares posteriores.

O interesse despertado pelo tema advém da necessidade de apresentarmos aos educadores a relevância do estudo da neurociência no processo de ensino-aprendizagem das crianças da Educação Infantil, destacando sua eficaz contribuição para uma prática pedagógica heterogênea, ao fazer uma relação de como o cérebro se desenvolve e aprende.

Considerando os argumentos referidos, questionamos: quais saberes e práticas os docentes da Educação Infantil possuem sobre a Neurociência em relação ao desenvolvimento das crianças da pré-escola?

Ressaltamos, como hipótese, que a estimulação baseada na neurociência contribui de forma significativa para o desenvolvimento de crianças na Educação Infantil, uma vez que esta desenvolve práticas inovadoras que envolvem a criança em sua totalidade com relação aos seus aspectos psicossociais, biológicos e cognitivos. Assim, pelo que foi exposto e discutido até agora, neste estudo, enfatizamos a importância do conhecimento do cérebro por parte daqueles que ensinam: pais, professores, cuidadores, entre outros. No entanto, percebemos a fragilidade com relação aos saberes e práticas docentes, pois em ambas as instituições analisadas, o argumento mais apontado revela que tal ciência traz uma temática nova e, naturalmente, isto implica em conhecimentos menos superficiais e mais teórico-práticos acerca desse assunto.

Neste contexto, a proposta ao problema visava investigar se os profissionais da Educação Infantil possuíam conhecimentos sobre a neurociência e se esses conhecimentos auxiliavam as atividades desenvolvidas com as crianças em relação ao desenvolvimento cognitivo e/ou aprendizagem delas.

Desse modo, os objetivos específicos compreenderam: identificar os profissionais das instituições de Educação Infantil que trabalham com estímulos das funções executivas; observar o trabalho desenvolvido com as crianças na Educação Infantil dessas escolas e se o referido trabalho se baseia na neurociência; conhecer os saberes e as práticas dos profissionais da Educação Infantil em relação à Neurociência; descrever os saberes e práticas docentes em relação à relevância da neurociência e à estimulação das funções executivas ao desenvolvimento de crianças da pré-escola.

Nessa perspectiva, a finalidade da pesquisa tem o intuito de contribuir para a reflexão dos educadores das escolas pesquisadas e acima de tudo plantar a semente da inquietação na temática desse trabalho, para que a partir do conhecimento adquirido, possamos adotar práticas diferenciadas dentro de nossas escolas.

## **MÉTODO**

Desenvolvemos, para tanto, uma pesquisa exploratória, descritiva, pois segundo Gil (2008) esse tipo de pesquisa é apropriado para casos pouco conhecidos. É exploratória, porque tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. É descritiva, porque envolve o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico, sem a interferência do pesquisador (BARROS; LEHFELD, 2007).

Esta pesquisa foi realizada em 2 instituições de Educação Infantil, uma pública municipal – no caso, denominada de Escola A e a outra instituição, chamada de Escola B pertence à rede particular. No total, participaram desde estudo 6 profissionais da Educação Infantil sendo 4 professoras. Duas delas são da instituição A e estão identificadas como P1 e P2. Quanto as outras duas, da instituição B, foram identificadas na pesquisa como P3 e P4. No caso das duas gestoras, cada uma delas pertence às citadas instituições e foram identificadas como G1 e G2. Também são do sexo feminino, com faixa etária entre 25 a 50 anos.

Dentre as professoras entrevistadas, todas possuem formação em pedagogia e já atuam há mais de 2 anos na área; sendo que duas delas estão cursando pós-graduação na área da educação. Em relação às gestoras, as duas são pedagogas e já atuam na área educacional há mais de 5 anos. Ressaltamos, aqui, que uma delas possui especialização em neuroaprendizagem.



Os instrumentos utilizados na pesquisa foram observação não participante e entrevistas semiestruturadas aplicadas por meio de 01 roteiro contendo 6 questões. A observação foi baseada nas contribuições de alguns autores para comprovação das informações levantadas, recurso este que é muito utilizado nas pesquisas, podendo ser aplicado de forma individual ou aliado a alguma outra técnica de investigação, na qual pesquisador e pesquisa podem estar associados conforme esclarecido por Gil (2008).

As entrevistas semiestruturadas “são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo pré-estabelecido de interrogação” (GIL, 2008, p. 119).

A entrevista semiestruturada, teve por base a própria oralidade, ou seja, a comunicação oral entre as pessoas envolvidas no estudo, com o intuito de colher informação e levantar hipóteses. Ela foi previamente planejada para atender à necessidade da pesquisa, pois de acordo com Dencker (2000, p. 127) “o pesquisador deve planejar a entrevista delineando o objetivo a ser alcançado e cuidando de sua elaboração, desenvolvimento e aplicação”.

A coleta de dados iniciou-se primeiramente com a solicitação para pesquisa na Secretaria de Educação e junto à gestão da escola particular. As visitas foram previamente agendadas, explicados os objetivos da referida pesquisa, preenchidos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos, para que tomassem ciência do que tratava a pesquisa e os procedimentos que seriam realizados. O critério de seleção das instituições foi por acessibilidade.

Iniciamos a pesquisa realizando as observações, necessárias dentro das instituições já referidas anteriormente. Durante as atividades que eram realizadas em sala e no pátio, procedemos de forma espontânea, com duração de 10 a 20 minutos e as visitas aconteciam nas quartas e quintas-feiras, pois, segundo as professoras, eram os dias com maior frequência dos alunos.

Quanto às entrevistas, estas aconteceram em horário agendado previamente, dentro das instituições pesquisadas, levando-se em consideração os procedimentos éticos envolvendo seres humanos. Ressaltamos que todos os relatos foram gravados, para posterior transcrição e tabulação das informações coletadas.

## **RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Neste tópico são apresentados os resultados coletados por meio das entrevistas semiestruturadas com as professoras e gestoras das instituições de ensino A e B, cujas questões são comuns aos dois grupos, bem como as análises e discussões que se fizeram necessárias.

Ao serem questionadas sobre o que entendiam por neurociência, os relatos revelaram, que duas das entrevistadas não possuem muito conhecimento sobre o assunto, visto que segundo P1 a neurociência está voltada apenas para atividades e práticas de crianças com deficiência. P2 corrobora com a mesma resposta dada por P1. Já para P3 e P4 estas apresentam respostas já mais claras e coerentes, ao dizerem que é uma ciência com foco voltado ao sistema nervoso e cérebro, sendo que ambos são responsáveis ao favorecimento da aprendizagem.

Neste contexto, vale destacar Silva (2014), ao afirmar que a neurociência é uma ciência nova que estuda o sistema nervoso central e sua complexidade por meio de bases científicas, contribuindo na pedagogia para que educadores possam entender que existe um funcionamento cerebral, ou seja, existe uma anatomia e uma fisiologia num cérebro que aprende, e que cada sujeito é único.

As gestoras também apontam para essa perspectiva, para G1 a neurociência é uma ciência pautada em práticas adequadas e diferenciadas, cujo objetivo é o desenvolvimento integral da criança. Porém, G2 trata de forma clara e objetiva o que realmente vem a ser a neurociência, pois esta possui pesquisas e cursos voltados para essa temática.

Desse modo, vale ressaltar que por se tratar de um estudo recente esta temática ainda está muito associada a distúrbios mentais e de aprendizagem, e como já foi citado por Pereira (2014), isso se refere ao sujeito que aprende e que é único, independentemente de deficiências ou dificuldades todos, desde que sejam estimulados podem adquirir conhecimento como cita Relvas et al. (2012, p. 50) “qualquer indivíduo pode aprender, com limitações de tempo e de profundidade intelectual, mas para isto a metodologia deve ser correta pensando na potencialidade do aluno e não na sua limitação”.

Melhor dizendo, a neurociência como um estudo do sistema nervoso e cérebro vem contribuir com a pedagogia numa prática voltada para a valorização da individualidade da pessoa aprendente.

Na questão sobre a relevância da neurociência à Educação Infantil, os dados demonstram que as participantes foram unânimes ao afirmar que esta é de extrema importância, mesmo como instrumento para utilizar com as crianças com mais dificuldade como citou a

docente (P1). Mas também com o conhecimento desse desenvolvimento infantil e sua importância para aquisições futuras, aliado a mudanças de práticas por parte do professor como destacou a gestora (G2).

No contexto, o Núcleo Ciência pela Infância (2014) convém ressaltar, esclarece que a aprendizagem se inicia desde o começo da vida, antes mesmo de a criança entrar na escola. Enquanto ela cresce esse processo vai se desenvolvendo em todos os domínios: físico, cognitivo e socioemocional, o que significa dizer que o aprendizado acontece nos seus relacionamentos afetivos. Na verdade, a neurociência trabalha sobre aspectos.

Assim, é importante lembrar que a aplicação de práticas pedagógicas baseadas na neurociência deve se iniciar desde a primeira infância, pois esse período é propício a um maior e melhor desenvolvimento cerebral e cognitivo (ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS, 2006).

Diante do exposto, cabe apontar que o estudo da neurociência é muito importante na formação dos professores da Educação Infantil, tendo em vista que a infância é o melhor período para o crescimento das potencialidades, desenvolvimento do cérebro infantil e fortalecimento das sinapses que são essenciais para a aprendizagem.

Na questão que abordava se as professoras utilizavam a neurociência na Educação Infantil, como isso acontecia na prática e quais atividades realizavam. A docente (P1) pontuou mais uma vez para sua prática diferenciada com os seus dois alunos, particularmente, um com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e o outro com *déficit* de atenção, mas não citou os demais alunos. Já a docente (P2) relatou alguns aspectos, como o emocional e o cognitivo, por exemplo, mas não soube esclarecer como isso poderia ocorrer e nem quais atividades eram desenvolvidas. As gestoras informaram que tentam dar suporte na contribuição das práticas que estimulam a atenção e emoção, a exemplo de G1.

As outras professoras, P3 e P4, e gestora G2 relataram que o uso da neurociência ajuda a desenvolver todos os aspectos das crianças, quer sejam estes de caráter emocional, nas habilidades cognitivas, motoras entre outras, frisando que estas ocorrem de forma diferenciada nas brincadeiras planejadas como (pegar o macarrão com os dedinhos, colocar o pregador no varal, montar os cubos e blocos de encaixe, torre rosa) e projetos, contação de histórias, oficinas de estimulação para os bebês.

As atividades apontadas por G1 e pelo segundo grupo coadunam-se com aquilo que os autores tratam: a utilização da neurociência nessa faixa etária, pois para a Organización de los Estados Americanos (2006), estímulos e experiências na fase inicial do desenvolvimento exercem grandes influências na estruturação e funcionalidade do cérebro, refletindo

diretamente na qualidade das habilidades sensoriais, emocionais, intelectuais, sociais, físicas e morais inerentes a cada pessoa.

De acordo com os estudos de Melo e Valle (2005), é por meio do brinquedo e de sua ação lúdica que a criança expressa sua realidade, ordenando e desordenando, construindo e desconstruindo um mundo que lhe seja significativo. O brincar estimula a criança em várias dimensões, que incluem a intelectual, a social e a física.

Sendo assim, ressalta-se a valorização de uma prática pedagógica voltada para o que conhecemos sobre a neurociência na Educação Infantil, sendo esta pautada no brincar, pois essa atividade tem um sentido ímpar no desenvolvimento das crianças. Dessa forma, vale destacar a importância do brinquedo nas atividades lúdicas para o desenvolvimento integral da criança (VIGOTSKY, 1988).

Nesse sentido, Vygotsky (1988, p. 30) corrobora esclarecendo que:

Através do brinquedo, a criança aprende a agir numa esfera cognitiva sendo livre para determinar suas próprias ações. O brinquedo estimula a curiosidade e autoconfiança proporcionando o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e atenção.

Nesta perspectiva, apontamos para a necessidade de o educador perceber e utilizar-se dessa prática que é tão relevante para esse desenvolvimento. Com efeito, são estímulos gerados pelo ambiente e pelas atividades lúdicas que levam os neurônios a formar novas sinapses, e, assim, propiciar a aprendizagem. Ou seja, o cérebro reage aos estímulos do ambiente, ativando sinapses, tornando-as mais “intensas” (RELVAS et al., 2012).

Assim, na pesquisa, quando questionadas sobre quais os benefícios da utilização da neurociência ao desenvolvimento das crianças da Educação Infantil, a professora (P1) sinalizou a importância desse estudo novamente para os dois alunos, destacando as atividades diferenciadas que ela, com auxílio de outras profissionais como psicóloga e psicopedagoga vêm aplicando com os alunos como deficiência, pois como já foi dito anteriormente, esta tem se direcionado apenas para referido tipo de necessidade especial.

Neste sentido, citamos Relvas et al. (2012) quando afirmam que todas as crianças e cérebros são únicos e precisam de estímulos individuais. Portanto, não só aquelas que apresentam alguma dificuldade deveriam ser contempladas de forma individual, pois a neurociência contempla exatamente isso: o ser como único.

Já a docente P2 apenas citou ser de extrema importância a utilização da neurociência na Educação Infantil, pois nessa faixa etária estes estão em pleno desenvolvimento, porém percebemos na sua fala que tal relato era baseado apenas em conhecimento empírico.

No que diz respeito à mesma questão, as professoras P3 e P4, sinalizaram a importância de conhecerem mais a fundo as crianças e seus processos cerebrais e a partir disso potencializar atividades que beneficiem cada uma, baseado naquilo que puderam perceber de forma individualizada.

Quanto às gestoras G1 e G2, relatam que nessa fase a criança está em pleno desenvolvimento e, conhecê-la de forma biológica, também é importante para seu desenvolvimento cognitivo. G2 acrescentou ainda que a criança necessita também de estímulos do ambiente familiar, psicossocial e escolar, destacando ser imprescindível que os professores conheçam a neurociência, para que possam organizar melhor o seu planejamento, a fim de possibilitar o pleno desenvolvimento da criança.

Todas as participantes da pesquisa, tanto as da escola pública, quanto a particular, apontaram ser de extrema relevância a utilização da neurociência, porém mesmo sabendo disso, muitos são os questionamentos delas sobre como fazer uso dessas práticas, pois para tais educadoras, a Neurociência ainda é uma temática nova. Nesse sentido, Burke (2003 *apud* BATISTA; SANTIAGO JÚNIOR; SANTOS, 2015) destaca o amplo desafio para os educadores das instituições de ensino em descobrir, desenvolver e aplicar técnicas e métodos pedagógicos que respeitem e estimulem o processo natural pelos quais as pessoas apreendem por construção seus conhecimentos.

Nesse sentido, é importante destacar que os educadores precisam conhecer como o desenvolvimento desse cérebro infantil é importante para o desabrochar cognitivo e como utilizar-se esse conhecimento de forma adequada, como afirma Pereira (2014).

Portanto a partir do que foi apresentado, podemos inferir que a falta de um conhecimento mais aprofundado a respeito de quais atividades valorizam a neurociência em sala de aula ainda é um grande entrave para alguns educadores.

Desse modo, continuamos questionando as professoras e gestoras, se estas se sentem qualificadas para utilizar a neurociência com as crianças da Educação Infantil. As respostas apontaram uma unanimidade, pois todas foram taxativas em dizer não, mesmo com estudos oferecidos pela escola B, as professoras P3 e P4 citam a falta de formação na área e, principalmente, pouco tempo de estudo, as gestoras G1 e G2, também responderam de igual modo.

Diante do exposto, vale destacar que em comparação entre as escolas A e B, a escola A já possui um estudo e faz uso desse trabalho, ao passo que na escola B, os seus profissionais já ouviram falar em neurociência, mas, na prática, ainda não existe nenhum trabalho efetivo como pudemos observar.

Há, portanto, uma prática fragilizada por parte da instituição A, onde as atividades baseadas na neurociência eram realizadas de forma empírica nas contações de histórias, nas brincadeiras e jogos desenvolvidos pelas professoras, mas sem a real consciência de quais estímulos eram desenvolvidos a partir destas atividades.

Já na instituição B, as atividades iguais são desenvolvidas, porém são conduzidas e fundamentadas nesse estudo, conforme os dados das entrevistas das professoras. Destacamos que, de modo geral, a de falta orientação e principalmente de formação não só nessa, mas em muitas outras temáticas, aponta para a má qualidade na nossa educação pública municipal da rede de ensino pesquisada, quanto ao atendimento das nossas crianças na Educação Infantil.

Em relação ao período anterior à utilização da neurociência com as crianças e o período posterior. Perguntamos se houve ganho de conhecimento e, caso tenha havido, quais foram? Como resposta nenhuma das entrevistadas puderam apresentar comparativos que respaldassem sua prática. No caso das professoras P1 e P2, estas afirmam ter conhecimento do tema no ano anterior e a prática ainda é muito frágil. De igual modo, a mesma coisa afirmou a gestora G1. Já as professoras P3 e P4 e gestora G2 afirmaram não ter dados a comparar, porque a escola iniciou o funcionamento recente, portanto não possui dados de anos anteriores. Porém, a gestora G2 destaca que os resultados já apresentados no desenvolvimento das crianças matriculadas na escola, são satisfatórios para a instituição e principalmente para os pais.

Neste sentido, a pesquisa feita aponta para uma falta de resultados por ambas instituições, pois estas sinalizam que conhecem há pouco tempo a temática e o modo de como fazer uso desta. Logo, ainda não há como fazer comparações entre as crianças a partir do desenvolvimento dessa proposta.

Porém, as professoras destacam os ganhos considerados que as crianças apresentaram durante esse ano de trabalho (instituição A), pois a neurociência está inserida no planejamento e nas atividades realizadas. Dessa forma, corroboramos com essa afirmativa, pois verificamos que a intencionalidade da aplicação de atividades pautadas nesses conhecimentos, pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento integral das crianças, principalmente na primeira infância.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após o estudo feito sobre a temática: a neurociência no contexto da Educação Infantil é possível afirmar que a meta principal da educação é a aprendizagem, sendo que esta

se encontra diretamente ligada ao cérebro. A importância do conhecimento desse órgão (cérebro) por parte daqueles que ensinam: pais, professores, cuidadores, entre outros, torna-se indispensável. Percebemos que existe uma grande fragilidade com relação à prática docente, mesmo com o aumento das informações para a relevância dessa temática ao desenvolvimento das crianças da Educação Infantil.

Considerando os objetivos pretendidos neste estudo, investigamos se os profissionais da Educação Infantil possuíam conhecimentos sobre a neurociência e se esses conhecimentos auxiliavam as atividades desenvolvidas com as crianças em relação ao desenvolvimento cognitivo e/ou aprendizagem. Observamos que os profissionais das instituições pesquisadas conhecem muito pouco sobre a referida temática e tampouco, o uso em suas práticas. Portanto, a utilização da neurociência acontece com algumas limitações, as quais podem estar relacionadas à escassez de um conhecimento mais teórico, ou seja, menos empírico.

Constatamos que a carência de formações/capacitações também tem sido um entrave para uma metodologia diferenciada, pois as professoras ainda apresentam muita dificuldade em colocar em prática conhecimentos neurocientíficos em suas ações.

Estudos atuais sinalizam que a neurociência contribui de forma significativa para o processo de aprendizagem em qualquer segmento educacional, o que confirma a hipótese levantada: a estimulação baseada na neurociência contribui de forma significativa para o desenvolvimento de crianças na Educação Infantil.

Percebemos ainda que as práticas dos docentes com relação a essa temática baseadas na estimulação neurocientíficas contribuem para o desenvolvimento das altas funções executivas como linguagem, memória, escrita, atenção e percepção, fatores determinantes para o crescimento cognitivo. Atividades estas que foram desenvolvidas pela instituição particular, uma vez que todas as professoras e gestoras sinalizaram já conhecer a neurociência ou mesmo fazer uso dela dentro da instituição em que trabalham. Na pesquisa, estas são categóricas em afirmar a relevância dessa temática para o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, não só nos seus aspectos cognitivos, mas, sociais e psicológicos.

Isto é comprovado, na instituição anteriormente citada, quando apontamos para a evolução cognitiva do indivíduo a partir das práticas de atividades pautadas na neuroeducação que são desenvolvidas de forma consciente e apresentadas pelas professoras principalmente nas seguintes atividades: Contações de história – experiências lúdicas; Jogos de imitação - praticam a atenção, memória de trabalho, e autocontrole; Cantigas de Roda, músicas ou cantos com movimentos de mão - desenvolvem o autocontrole e a memória de trabalho, bem como a

linguagem; Os jogos de cartão e os jogos de tabuleiro - são ótimos para exercitar a memória de trabalho.

Ressaltamos que as atividades acima relacionadas fazem parte de todo um processo educacional infantil, voltado para neurociência, o que diferencia uma instituição para outra em sua intencionalidade utilização, dentro dessas. Pois, no âmbito público, mesmo as docentes que possuem conhecimento limitado acerca da neurociência não a desenvolvem de forma prática em suas vivências escolares por falta de um conhecimento mais abrangente que as possibilite aplicar de forma consciente atividades de cunho neuroeducativo.

Neste sentido, os dados das escolas pesquisadas, tanto da rede municipal quanto da escola particular em São Luís, ambas no Maranhão. E na temática aqui discutida, o que diferencia uma instituição da outra além da exorbitante diferença estrutural, é a prática pedagógica das professoras, pois as professoras da escola particular adotam atividades baseadas na neurociência de forma consciente e orientadas, por meio dos seus planos de aula. Já na outra instituição - a pública - as atividades baseadas em conhecimentos científicos são utilizadas, porém de forma mais empírica.

De fato, a instituição pública pesquisada, assim como muitas instituições de ensino, ainda não adota uma prática (consciente) voltada para os conhecimentos neurocientíficos, principalmente por se tratar de um tema atual, e ainda muito questionado por parte de pesquisadores e professores.

As professoras e gestoras das duas instituições pesquisadas afirmam que ainda carecem de formação, inclusive a que já adota tal prática, pois garante que muito ainda precisam aprofundar conhecimentos para que possa alcançar os objetivos esperados.

Consideramos, finalmente, que a aplicação da neurociência na educação maranhense ainda é pouco explorada, carente de mais pesquisas que respaldem sua prática, não como um novo método de ensino, mas como base para um novo olhar sobre o processo ensino-aprendizagem à luz dos processos cerebrais como origem da cognição e desenvolvimento humano.

## **REFERÊNCIAS**

BARROS, Aidil Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Makron, 2007.



BATISTA, Érika da Costa; SANTIAGO JÚNIOR, Clorijava de Oliveira; SANTOS, Ierecê Barbosa dos. Neurociência e Educação Infantil. **Fiped Brasil**, Campina Grande, v. 1, n. 4, p. 1-12, 2015.

BRITES, Clay. **Aspectos neurológicos da aprendizagem**: neurologia e desenvolvimento infantil na aprendizagem. Londrina: Neurosaber, 2016. Disponível em: <<http://neurosaber.com.br/wp-content/uploads/2016/08/ASPECTOS-NEUROL%C3%93GICOS-DA-APRENDIZAGEM.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

CAPOVILLA, Alessandro Gotuso et al. **Teste de stroop computadorizado**: programa de computador. Itatiba: Universidade São Francisco, 2005.

CAPOVILLA, Alessandro Gotuso; DIAS, Natália Martins. Desenvolvimento de habilidades atencionais em estudantes da 1ª a 4ª série do ensino fundamental e relação com rendimento escolar. **Revista Psicopedagogia**, v. 25, n. 78, p. 198-211, 2008.

CALL, N.:FEATHERSTONE, S. **Cérebro e Educação Infantil: como aplicar os conhecimentos da ciência cognitiva no ensino de crianças de até 5 anos**.2. ed. Porto Alegre: Penso,2012.

CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

CIASCA, Sylvia Maria (Org.). **Distúrbios de aprendizagem**: proposta de Avaliação Interdisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CONCENZA, Ramon M.; GUERRA, Leomar B. **Neurociência e educação**: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DENCKER, Ada de Freitas M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.

GESTÃO EDUCACIONAL. **A neurociência do desenvolvimento infantil aplicada à Educação**: entrevista com Suzana Herculano-Houzel, neurocientista também dirige o Laboratório de Neuroanatomia Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2003. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/29183/a-neurociencia-do-desenvolvimento-infantil-aplicada-a-educacao/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIA EDUCACIONAL. **Reforçar e praticar as habilidades de funções executivas com crianças desde a infância até a adolescência**. 2015. Disponível em: <<https://www.brain4child.com.br/neuroblog/294-reforcar-e-praticar-as-habilidades-de-funcoes-executivas-com-criancas-desde-a-infancia-ate-a-adolescencia?showall=1&limitstart=>>>. Acesso em: 10 set. 2017.

HENNEMANN, Ana L. **Neurociência no contexto histórico**. 2013. Disponível em: <<http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2013/10/neurociencia-no-contexto-historico.html>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

LEITE, Suely de Fátima Brito de Souza Calabri. **Neurociência: um novo olhar educacional**. 2012. Disponível em: <<http://anawanessabbastos.blogspot.com.br/2012/08/httpwwwwebartigoscomartigosneurociencia.html>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

MELO, Luciana; VALLE, Elizabeth. O brinquedo e o brincar no desenvolvimento infantil. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 40, p. 43-48, jan./mar. 2005.

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem**. 2014. Disponível em: <[https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/impacto\\_desenvolvimento\\_primeira\\_inf%C3%A2ncia\\_aprendizagem\\_NCPI.pdf](https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/impacto_desenvolvimento_primeira_inf%C3%A2ncia_aprendizagem_NCPI.pdf)>. Acesso em: 5 set. 2017.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. **Primeira infância: um olhar desde a neuroeducação**. Washington, DF, 2006. Disponível em: <<http://iin.oea.org/pdf-iin/RH/primera-infancia-por.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PEREIRA, Rafael Silva. **Programa de Neurociência: intervenção em leitura e escrita**. Viseu: Psico & Soma, 2014.

PRIMO, Pedro Carlos. **Neurociência no Brasil**. 2016. Disponível em: <[www.edumed.org.br/cursos/neurociencia/01/Monografias/neurociencia-brasil.doc](http://www.edumed.org.br/cursos/neurociencia/01/Monografias/neurociencia-brasil.doc)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

RELVAS, Marta Pires et al. **Que cérebro é esse que chegou á escola?** As bases neurocientíficas da aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

RIESGO, Rudimar dos Santos. Anatomia da aprendizagem. In: ROTTA, Newra Tellechea; RIESGO, Rudimar dos Santos; OHLWEILER, Lygia. (Eds.). **Transtornos da aprendizagem: Abordagem neurobiológica e multidisciplinar** Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 21-42.

SEABRA, Alessandra Gotuzo et al. (Orgs.). **Inteligência e funções executivas: avanços e desafios para a avaliação neuropsicológica**. São Paulo: Memnon, 2014.

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São F Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ZARO, Milton Antonio et al. Emergência da neuroeducação: a hora e a vez da neurociência para agregar valor à pesquisa educacional. **Ensaio Acadêmico**, v. 15, n. 1, p. 199-210, 2010.

**Capítulo 46 - DOI:10.55232/1085002.46**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS  
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DA  
REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

**Juliana Andreatta Faber, Adriana Gomes Alves**

Esta pesquisa, vincula-se à linha de pesquisa de Políticas de Educação Básica e Superior e ao grupo de pesquisa Observatório de Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí. De abordagem qualitativa, a pesquisa tem por objetivo analisar como ocorre a inclusão dos alunos com altas habilidades/superdotação (AHSD), nos anos iniciais da rede municipal de ensino de Balneário Camboriú, SC, na visão da equipe gestora e do corpo docente. Por meio de uma pesquisa de campo exploratória em dois Centros Educacionais Municipais (escolas), que atendem alunos com AHSD e alunos com indicativos de AHSD que se encontram em processo de identificação, matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com dois professores de sala, dois professores de área, dois professores de AEE, dois supervisores, dois diretores dos centros educacionais selecionados e dois representantes da equipe do Departamento de Educação Especial do município responsáveis por este atendimento. No decorrer das entrevistas, buscaram-se informações importantes sobre o atendimento educacional ofertado aos alunos com altas habilidades/superdotação no município. A construção de dados coletados foram analisados, seguindo os passos da análise de conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin. A partir desta análise percebemos a compreensão da equipe gestora e do corpo docente das escolas pesquisadas com relação à inclusão destes alunos. Caracterizamos o atendimento ofertado pelo município a estes alunos, apresentando quais estratégias são orientadas para a oferta deste atendimento educacional no ensino fundamental e no atendimento especializado. Incluso nestas estratégias, buscou-se compreender como o enriquecimento curricular e o Plano Educacional Individual (PEI), previsto pelo município, são implementados nos anos iniciais de forma a suprir as necessidades dos alunos com AHSD. O pressuposto teórico deste estudo está baseado nos referenciais de Renzulli (1978, 1986, 2004, 2014, 2016), Renzulli e Reis (1997, 2014) e de outros autores como Gardner (1983, 1995, 2000), Pérez (2008, 2018), Pérez e Freitas (2011, 2012, 2014, 2016) e Pérez e Renzulli (2022), que contribuem com as pesquisas voltadas aos alunos com altas habilidades/superdotação no âmbito educacional. Apesar das altas habilidades/Superdotação não ser um assunto recente, o processo de identificação e o atendimento a ser ofertado a estes alunos ainda é visto com muita complexidade pelos educadores em geral, carregados de barreiras e mitos que contribuem para a exclusão desse público. Os resultados da pesquisa apontam que há uma preocupação em ofertar o atendimento a estes alunos pelos responsáveis municipais e maioria dos demais profissionais envolvidos, porém ficou evidente a necessidade da priorização de formação continuada específica na área das AHSD, a serem ofertadas a todos os profissionais envolvidos no atendimento destes alunos.

A falta de informação permite que muitos mitos permaneçam entre os educadores, obstruindo o olhar, voltados às necessidades destes alunos, contribuindo com sua invisibilidade e com a falta do atendimento educacional que necessitam. Com relação ao atendimento ofertado a estes alunos nas escolas participantes da pesquisa, os resultados apontam que o município está buscando realizar o que se estabelece nas legislações vigentes, porém há uma discrepância entre as orientações propostas pelos responsáveis pela inclusão destes alunos no município e o que ocorre na realidade escolar. Concluiu-se que o PEI/PDI, adaptado pelo município a estes alunos, demonstrou-se um instrumento importante no atendimento educacional, os participantes da pesquisa compreendem sua importância, bem como a necessidade do enriquecimento curricular incluso nele; porém os resultados indicaram que há uma evidente falta de compreensão quanto à forma de elaboração deste instrumento, ainda se encontra muita insegurança por parte dos participantes, com relação à realização deste processo e em como prestar este enriquecimento no dia a dia escolar.

**Palavras-chave:** altas habilidades/superdotação. práticas pedagógicas. políticas públicas educacionais. atendimento educacional.

#### **Referências Bibliográficas:**

FREITAS, Soraia Napoleão; PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera. Altas habilidades/superdotação: atendimento especializado. Marília: ABPEE, 2012.

GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 356 p.

GARDNER, Howard. Inteligência: um conceito reformulado. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera. Altas habilidades/superdotação e a política educacional: uma cronologia de história de letras no papel e omissões na prática. Altas habilidades/superdotação: processos criativos, afetivos e desenvolvimento de potenciais, v. 1, p. 307-332, 2018.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera; FREITAS, Soraia Napoleão. Encaminhamentos Pedagógicos com alunos com Altas Habilidades/Superdotação na Educação Básica: o cenário brasileiro. Educar em Revista, v. 41, p. 109-124, 2011.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera; FREITAS, Soraia Napoleão. Manual de identificação de altas habilidades/superdotação. Guarapuava: Apprehendere, 2016.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera; FREITAS, Soraia Napoleão. Políticas Públicas para as Altas Habilidades/Superdotação: incluir ainda é preciso. Revista Educação Especial, v. 27, n. 50, p. 627-640, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14274>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PÉREZ, Susana Graciela Pérez Barrera; RENZULLI, Joseph S. From a Primary Source: Interview with Dr. Joseph Renzulli. RSEUS Revista Sudamericana de Educación, Universidad y Sociedad, Montevideo, vol.10, n.1, 96-109, mar., 2022. Disponível em: <https://plataformas.ude.edu.uy/revistas/rifedu/index.php/RSEUS>. Acesso em: 03 jan. 2023

RE NZULLI, Joseph S. Reflexões sobre a educação de superdotados: trabalhos críticos de Joseph S. Renzulli e Colegas / editados por Sally M. Reis, Ph. D. Estados Unidos: editor. II, 2016. 473

RE NZULLI, Joseph S. The three ring conception of giftedness: A developmental model for creative productivity. In: STERNBERG, R. J.; DAVIDSON, J. E. (Eds.). Conceptions of giftedness. New York: Cambridge University Press, p. 53-92, 1986.

RE NZULLI, Joseph S. What Makes Giftedness? Reexamining a definition. Phi Delta Kappan, v. 60, n. 3, p. 180-184, 1978. Disponível em: <https://gseuphsdlibrary.files.wordpress.com/2013/03/what-makes-giftedness.pdf> Acesso em: 08 out. 22

RE NZULLI, Joseph S. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. In: Revista Educação, Porto Alegre, ano 27, n. 1, v. 52, jan./abr. 2004.

RE NZULLI, Joseph. The schoolwide enrichment model: a comprehensive plan for the development of talents and giftedness. Revista Educação Especial, v. 27, n. 50, p. 539-562, 2014.

RE NZULLI, Joseph S.; REIS, Sally M. The Schoolwide Enrichment Model: A how-to guide for talent development. Waco, TX: Prufrock Press, 2014.

RE NZULLI, Joseph S. Introduction to identification of students for gifted and talented programs. In: S. M. REIS (Org. Serie) & J. S. RENZULLI (Org. Vol.), Essential Reading in Gifted Education: Identification of students for gifted and talented programs (Vol. 2., p. 23-34). Thousand Oaks, CA: Corwin Press & The National Association for Gifted Children. 2004.

**Capítulo 47 - DOI:10.55232/1085002.47**

**TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS: A GANÂNCIA HUMANA DIANTE A INOCÊNCIA INFANTIL**

**Bruna Lima Santos**

Há várias maneiras de entender o tráfico internacional de crianças, como: compreender cada vértice (meio de facilitação/lucro), ações de combate, o perfil das vítimas e criminosos e entre outros. No entanto, um dos principais caminhos é saber quem está envolvido nesse meio criminoso, seja facilitando ou intervindo no aliciamento da vítima. Os chamados facilitadores são indivíduos que levam essas crianças para ser negociadas, com o intuito de lucrar em cima dos valores humanos delas. Sendo assim, eles são indivíduos que cometem o maior desrespeito aos direitos inalienáveis de uma pessoa humana, assim como a ONU descreve. Logo, a vulnerabilidade social e inocência infantil se tornam o principal aliado para a realização do tráfico, considerando que após a análise de casos desse delito o perfil das crianças são de pessoas que partem de países subdesenvolvidos para servir em países desenvolvidos, por diferentes motivos. Assim, muitas saem de condições miseráveis para sobreviver ainda piores, onde a ganância sobrepõe suas vidas, pois, como Marx cita: "no capitalismo tudo vira mercadoria". Todavia, existem meios de intervenção para que o tráfico infantil não seja realizado, podendo ser feito pelas leis nacionais/internacionais, população e mídias sociais, mesmo que tenha indivíduos da lei que podem ajudar na facilitação, em alguns casos. Contudo, todos devem ter conhecimento do quão atual esse problema é e como ele vem renovando suas táticas de aliciamento constantemente. Essa observação foi realizada por dados da ONU, pois, quando comparados dados de 2016, em que quase um terço do total de vítimas de tráfico humano no mundo eram crianças, e 2021, em que 40% das denúncias do tráfico de pessoas em geral foram de crianças, número que atinge o nível global, mostrando-se um crescimento da prática criminosa. Em suma, o direcionamento dos olhares das pessoas a este delito, que infringe os direitos humanos e a lei, é preciso a criação de meios eficazes. Portanto, com a inovação da tecnologia atual e a criação de mídias sociais, redes de apoio e divulgação nesse meio, principalmente na área jornalística, são excepcionais. Além disso, a educação como base do conhecimento humano, pode impor palestras sobre o assunto em escolas e faculdades. Outrossim, a criação de dispositivos de denúncias adotados pela lei, assim como a renovação das leis que punem pessoas envolvidas na problemática, ajudam a evitar esse mal enraizado na sociedade.

**Palavras-chave:** Tráfico, crianças, facilitadores

**Referências Bibliográficas:**

SIQUEIRA, Priscila & QUINTEIRO, Maria. TRÁFICO DE PESSOAS: Quanto vale o ser humano na balança comercial do lucro?/ São Paulo: Ideias & letras, 2013.

**Capítulo 48 - DOI:10.55232/1085002.48**

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO MEDIADOR DOS  
PROCESSOS DE INCLUSÃO NA ESCOLA**

**Islânia Soares de Oliveira**

O Coordenador Pedagógico tem por papel ser o principal mediador no ambiente escolar, entre famílias, professores, equipe gestora e demais profissionais. Sendo assim, a atuação deste profissional é essencial, uma vez que busca compreender a realidade escolar e seus desafios no cotidiano educativo. Nesse contexto, esta monografia tem o objetivo geral analisar a revisão de literatura sobre atuação do Coordenador Pedagógico dirigida à inclusão de crianças com deficiência na educação infantil. O problema da pesquisa originou-se de experiências vivenciadas durante os estágios supervisionados, enquanto graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. A pesquisa evidencia-se como um estudo bibliográfico de natureza qualitativa. Na fundamentação teórica, abordará questões como, a educação inclusiva e a atuação do coordenador pedagógico como mediador dos processos inclusivos na educação infantil. Dessa forma, este trabalho utilizará o processo de coleta de informações por meios de artigos, teses, periódicos, livros e meios eletrônicos legais. Quanto ao método de análise dos dados será utilizado o método de análise de conteúdo.

**Palavras-chave:** Coordenador Pedagógico, Inclusão, Educação Infantil.

**Referências Bibliográficas:**

AGUIAR, L. G. Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. In: PLACCO, V. M.

N. de S.; SOUZA, V. L. T. (orgs.). O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. São Paulo: Edições Loyola, 2015. p. 141-157.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: disposições constitucionais pertinentes: Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990. 6ed. – Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. Brasília: Senado, 1988.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CONCEIÇÃO, L. F. Coordenação pedagógica e orientação educacional: princípios e ações em formação de professores e formação do estudante. Porto Alegre: Mediação, 2010

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, Políticas e práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.1994, Salamanca- Espanha.

FOGLI, B. F. C. S.; FILHO, L. F. S.; OLIVEIRA, M. M. N. S. Inclusão na educação: uma reflexão crítica da prática. In: SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 107-121.

MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T. Diferentes aprendizagens do coordenador pedagógico. In: PLACCO, V. M. N. de S.; SOUZA, V. L. T. (orgs.). O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. São Paulo: Edições Loyola, 2015. p. 47-61.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2007.

VASCONCELLOS, C. S. Processo de planejamento: In: \_\_\_\_\_. Planejamento: projeto de ensino – aprendizagem e projeto político pedagógico. São Paulo: Libertad, 2008

VEIGA, L.C.L. O Papel do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Brasília(DF): 2014.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. O coordenador pedagógico e a Formação de Professores: Intenções, Tensões e Contradições. São Paulo: Fundação Victor Civita e Fundação Carlos Chagas, 2011.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012.



**Capítulo 49 - DOI:10.55232/1085002.49**

**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PIBID/GEOGRAFIA/UPE/ CMN: MARACATU RURAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO 6º ANO**

**Rejane Barboza Silva, Eduardo dos Santos Silva, Maria Ezir Cabral Gomes do Nascimento, Ricardo Pedro da Silva, Helena Paula de Barros Silva**

O interesse em trabalhar maracatu rural no projeto do Programa Nacional de Iniciação a Docência- PIBID surgiu após reflexões promovidas pelos encontros com a supervisora e as coordenadoras. Além disso, essa temática faz parte do espaço em que os alunos estão inseridos, o próprio município de Nazaré da Mata, marcado pela forte expressão cultural e conhecido como terra do maracatu. Nesse sentido, esse estudo busca uma compreensão acerca do maracatu rural e seu desenvolvimento sociocultural na paisagem e no espaço geográfico, para tal, utilizam-se ferramentas digitais para contribuir no processo de ensino e aprendizagem nas aulas de Geografia dos alunos do 6º ano. Após um levantamento bibliográfico a respeito do Maracatu Rural, buscou-se desenvolver algumas atividades adaptadas ao ensino remoto para trabalhar a temática. As atividades em questão, estão sendo desenvolvidas pelos aplicativos do WhatsApp, Instagram, Google forms e TikTok. Na sala de aula digital, tem como intuito facilitar a comunicação entre estudantes e professores tornando-a mais eficiente e interativa auxiliando no processo de ensino aprendizagem. Todas as atividades desenvolvidas ao longo do projeto estão sendo postadas por meio de dois aplicativos, através do WhatsApp para todos os alunos, e na página do Instagram do projeto, que é aberta para a comunidade em geral, onde são postadas curiosidades, enquetes, encartes que relacionam o maracatu com o ensino de Geografia. O domínio e reconhecimento sobre a importância de entender o processo sociocultural do maracatu rural se dão a partir da construção de conceitos e habilidades que possibilitam o aluno ler e compreender os elementos que compõem o espaço. Nesse contexto, o PIBID contribui exponencialmente no processo de desenvolvimento de experiência e reflexões pedagógicas, e suas contribuições abrangem o processo de formação dos futuros professores de Geografia. Vale ressaltar que durante essa vivência, fomos instigados a refletir, analisar e desenvolver o projeto em uma realidade que nunca tinha sido apresentada. E desse modo, buscar novas metodologias de ensino e aprendizagem passíveis de aplicação nas aulas de Geografia e capazes de superar as dificuldades encontradas no período remoto.

**Palavras-chave:** Maracatu rural, PIBID, Ensino de geografia.

**Referências Bibliográficas:**

OLIVEIRA, S. A. de. Cultura popular e o maracatu rural: trilhando o caminho do espetáculo. Revista de Cultura e ciência, v.5, p. 58-70, 2011

**Capítulo 50 - DOI:10.55232/1085002.50**

**A MEDIAÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO NA ESCOLARIZAÇÃO  
DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA  
REGULAR**

**Osni Marques Junior**

O trabalho vinculado à Linha de Pesquisa Políticas para a Educação Básica e Superior e ao Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Educacionais, apresenta pesquisa em andamento abordando o tema “mediação do texto literário na escolarização de alunos com deficiência intelectual na escola regular” e tendo como problemática a indagação: Como se dá a aprendizagem estética de alunos com deficiência intelectual em experiências colaborativas de fruição estética, mediadas pela literatura, no contexto da escola regular? A partir desta questão problema, evidenciam-se os desafios de uma educação estética desses alunos por meio da mediação da leitura do literário, que provoca o pensar, o refletir e o experienciar possibilitando ao aluno a descoberta de cores, formas, som, sabores, texturas, odores. O objetivo geral da investigação consiste em compreender o processo de aprendizagem estética de alunos com deficiência intelectual em experiências colaborativas de fruição estética, mediadas pela literatura, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no contexto da escola regular. Os referenciais teóricos da pesquisa pautam-se na abordagem histórico cultural de Vigotsky, em particular nos seus estudos sobre imaginação e criação na infância (2018) e Problemas da Defectologia (2021). Agregam-se a esses estudos as contribuições de Neitzel (2016) sobre a mediação do texto literário e Duarte Jr (2001) sobre o saber sensível. Trata-se pesquisa qualitativa, de campo, do tipo pesquisa colaborativa envolvendo professores da sala regular e da sala de Recursos Multifuncional – SRM, cuja estratégias serão a observação e intervenção com três alunos com deficiência intelectual, sendo um do primeiro ano e dois do segundo ano do ensino fundamental de uma escola pública de Itajaí, SC. A intervenção prevê um trabalho de mediação de dois textos literários a saber: Druska de Neitzel (2018) e Olhos de Dragão, de Neitzel; Barros (2019), com experiências colaborativas de criação estética pelos alunos, tanto na Sala de Recursos Multifuncional - SRM, como na sala de aula, com os demais colegas. Neste sentido, espera-se que a pesquisa apresente uma relevância para os estudos do campo da educação estética e da educação especial, tendo a literatura como ato de contribuição para o desenvolvimento crítico, sensível e estético dos alunos e dos professores envolvidos no processo. Busca-se também construir experiências coletivas e colaborativas que propiciem aprendizagens qualitativas e de fruição estética entre estudantes com deficiência intelectual seus colegas de classe, professores e pesquisador, além da percepção do processo de recepção e interação do aluno com deficiência intelectual diante das experiências de representação simbólica, das emoções decorrentes dessas. Pensando na mediação do texto literário na escolarização dos educandos com deficiência intelectual no processo de ensino aprendizagem, supõe-se que estes não só podem avançar em termos cognitivos, como aprender a dar significados à experiência de outros mundos, a reverenciar outras culturas e saberes de texto

que se espalham, tomando para si a concepção de fruição estética. A experiência com o literário permite ampliar possibilidades de conhecimento de si, dinamizando as relações entre as palavras, as imagens e a imaginação com o mundo. Percebe-se que é possível correlacionar a aprendizagem sistemática e as experiências de fruição estética como sendo a base da estimulação e do engajamento do aluno no processo de aprender e de ressignificar o mundo. Assume-se, como professor da escola contemporânea, que o conhecimento inteligível não se dá apartado do sensível e a mediação estética é compreendida como um movimento de percepção do mundo pelos sentidos, o movimento que possibilita a ampliação dos nossos saberes sobre o mundo. Nessa perspectiva, a mediação do texto literário amplia as nossas possibilidades de entendimento não apenas pela razão, pela cognição, mas também pela imaginação, pelos sentidos e as potências estéticas.

**Palavras-chave:** Mediação Literária. Educação inclusiva. Deficiência Intelectual. Educação Especial.

**Referências Bibliográficas:**

DUARTE JUNIOR. O Sentido dos Sentidos: A Educação (dos) sentidos. Curitiba: Criar Edições, 2001.

NEITZEL, Adair de Aguiar. Druska. II: Mariana de Aguiar Neitzel. Tradução Louise Potter. Itajaí- SC, Univali, 2018.

NEITZEL, Adair de Aguiar; BARROS, Maria Lindamir Aguiar. Olhos de Dragão. II.: Mariana de Aguiar Neitzel. Tradução Louise Potter. Itajaí- SC, Univali, 2019.

VIGOTSKI, L.S. Imaginação e Criação na Infância: ensaio psicológico livro para professores; tradução e revisão técnica Zoia Prestes e Elizabeth Tunes.-1 ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2018.

VIGOTSKI, L.S. Problemas da Defectologia; tradução e revisão técnica Zoia Prestes e Elizabeth Tunes.-Vol.1.– São Paulo: Expressão Popular, 2021.

**Capítulo 51 - DOI:10.55232/1085002.51**

**T.H.O.R.: UMA METODOLOGIA BASEADA EM COACHING PARA EXPANSÃO DA CONSCIÊNCIA E AUTOCONHECIMENTO DE EMPRESÁRIOS CONTÁBEIS**

**Elenilza Carvalho Vargas, Amanda Reis Argolo de Almeida**

Os cursos de graduação de Ciências Contábeis de Salvador tem um design curricular composto, em sua maioria, com disciplinas técnicas de contabilidade e direito, com poucas contribuições da sociologia, gestão de pessoas e/ou psicologia, impactando diretamente na formação inicial de gestores desta área, por não terem desenvolvido habilidades de liderança e empreendedorismo. Tal cenário promove a seguinte indagação: Como promover o despertar da consciência dos empresários do ramo de contabilidade no que tange a seus desafios como gestores? Para responder a tal indagação, propõe-se aqui a metodologia de coaching para despertar da consciência e autoconhecimento dos gestores da área de Ciências Contábeis, enquanto motivador de progressão das habilidades de liderança e empreendedorismo, para superar os desafios e proporcionar qualidade de vida, valorização da classe contábil e crescimento sustentável para o negócio. Como marco teórico adotou-se o aspecto teórico fundamental da metodologia de coaching a partir dos conceitos de *selfie 1* e *selfie 2* (GALLWEY, 2016), que indicam um jogo interior que precisa ser decifrado e dos estudos da consciência como imprescindíveis para a compreensão do ser humano enquanto totalidade (BARRETO, 2009). Como participantes da pesquisa têm-se grupos de empresários contábeis de Salvador e região metropolitana. Metodologicamente, far-se-á encontros temáticos uma vez por semana, utilizando técnicas e ferramentas da metodologia coaching. Como resultados espera-se contribuir com mudanças no comportamento dos participantes, promovidos por autoconhecimento e elevação da consciência: melhoria na inteligência emocional, redução do estresse pela habilidade em medição de conflito e gestão de tempo, reforço na relação entre os profissionais, surgimento de ideias inovadoras provocadas pela discussão dos desafios em grupo, redução da rotatividade de funcionários ocorridas por excessos da liderança.

**Palavras-chave:** Consciência. Autoconhecimento. Coaching. Empresários. Contábeis.

**Referências Bibliográficas:**

BARRETO, Maribel. Os Ditames da Consciência. Salvador: Sathyarte, 2009.

FERRAZ, Eduardo. Seja a pessoa certa no lugar certo: saiba como escolher empregos, carreiras e profissões mais compatíveis com sua personalidade. São Paulo: Gente, 2013.

GALLWEY, W. Timothy. O jogo interior do tênis. São Paulo: Sportbook, 2016. 158 p. Tradução: Alexandre Sanches Camacho.

GARCIA, Héctor; MIRALLES, Francesc. Ikigai: os segredos dos japoneses para uma vida longa e feliz. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018. Tradução: Elisa Menezes.

HARFUSH, Karim Midlej. Em torno da fogueira: contos e dinâmicas para aquecer a empresa e sua vida profissional. Ibicaraí: Via Litterarum, 2015.

**Capítulo 52 - DOI:10.55232/1085002.52**

**O USO DOS EXERGAMES COMO ESTRATÉGIA PARA POTENCIALIZAR A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Karine Helena Morais, Adriana Gomes Alves**

As pesquisas em Educação, na contemporaneidade, buscam empregar aspectos ontoepistemológicos qualitativos que intentam uma abordagem metodológica enriquecedora da participação ativa de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa e a evidência dos trajetos trilhados por estes no processo de investigação da pesquisa. Este estudo, de caráter qualitativo, tem o objetivo de investigar o uso dos exergames como estratégia para potencializar a inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física. Desta maneira, e por acreditarmos que este tipo de estudo orienta o desenvolvimento de estudos futuros assim como novas investigações e esclarecendo quais métodos de pesquisa foram empregados em diferentes áreas, este estudo foi produzido primeiramente por meio de um levantamento bibliográfico. Os recursos tecnológicos presentes nas escolas, transformaram o modus operandi dos professores planejarem suas aulas, sendo preciso uma adaptação para o desenvolvimento do trabalho para obtenção de melhoria no processo de ensino-aprendizagem dos discentes. Seguindo esse pensamento, os exergames possuem uma tecnologia capaz de captar os movimentos dos jogadores e reproduzi-los sem o uso do joystick o que o difere dos demais consoles tradicionais, tendo em seus objetivos promover a interação física do jogador em uma realidade virtual (BOGOST, 2007). O console permite o delineamento de conteúdos, podendo ser jogado individualmente ou por vários jogadores simultaneamente, com interação social entre os jogadores (MOTA, 2020). Ainda, Braga (2001), evidencia os games como viabilidade de análise de um cenário simulado, de situações simuladas, considerando o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo e um estimulante a participação ativa de todos os educandos. A crítica com relação aos jogos eletrônicos serem sinônimo de malefícios mentais e corporais existe, porém, estudos vem na contramão dessa visão pessimista. Nesse sentido, encontramos em Mota (2020), a evidência dos exergames como uma ferramenta contributiva no processo de ensino e aprendizagem nas aulas de Educação Física Escolar; de Ribeiro (2015), que propõe os exergames como uma alternativa para falta de disponibilidade de quadra esportiva nas escolas, pensando nesta tecnologia como ferramenta digital de aprendizagem em sala de aula, propondo uma nova metodologia de ensino nas aulas de Educação Física; No estudo de Pontes (2016), que nos leva a uma visão importante com relação as tecnologias usadas na educação, afirmando que, sobre essas tecnologias, podem transformar o ensino e as formas estagnadas das quais a educação tradicional se apropriou; Salgado e Scaglia (2020), colaboram trazendo os exergames nas aulas de Educação Física Escolar como recurso didático para o ensino dos conteúdos, que permite novas formas de vivenciar uma modalidade esportiva, fazendo parte da cultura digital e entendem que os games transformam o jeito de ensinar e auxiliam a construção do processo educativo; os autores Finco, Reategui e Zaro (2015), constataram que a aplicabilidade dos

exergames para os alunos que se demonstravam desmotivados, apresentaram atitudes de cooperação com os colegas. Justificamos este estudo, tendo como objeto os exergames no contexto escolar como prováveis potencializadores no processo de ensino e aprendizagem utilizando-os como recurso pedagógico nas aulas de Educação Física, no interesse e motivação dos alunos, entretanto, observamos que há pouca ênfase nesta abordagem como ferramenta de inclusão de estudantes com deficiência. Nas aulas de Educação Física, é importante pensarmos no uso dos exergames como recurso didático disponibilizado aos professores, que apontam o aluno como agente ativo na criação do seu aprendizado, vivenciando práticas de movimentos corporais, que fazem parte da cultura corporal de movimento. Por achar importante a incorporação dos exergames nas aulas de Educação Física e a inserção da escola em uma cultura digital, salientamos a necessidade de que futuras pesquisas sejam realizadas sobre a utilização dos exergames como estratégia potencializadora para inclusão de alunos com deficiência.

**Palavras-chave:** Exergames, Educação física, Inclusão.

**Referências Bibliográficas:**

BOGOST, Ian. *Persuasive Games - The Expressive Power of Videogames*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2007.

BRAGA, Mariluci. Realidade Virtual e Educação. *Rev. Biol. Ciênc. Terra*, v. 1, n. 1, 2001.

FINCO, Mateus David; REATEGUI, Eliseo Berni; ZARO, Milton Antonio. Laboratório de Exergames: um espaço complementar para as aulas de Educação Física. *Movimento: Revista da Escola de Educação Física da UFRGS*, vol. 21, n. 3, p. 687-699, jul./ set. de 2015, Porto Alegre.

MOTA, Allan Kardec Alves da.; *O uso dos exergames na Educação Física Escolar na rede municipal de ensino de Serra Redonda – PB*. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba – Campina Grande/ PB. 2020.

PONTES, Tiago Magalhães.; *A contribuição das tecnologias nas aulas de Educação Física*. *Educação Física em Revista*, 2016, vol.10, nº 2, 47-60.

RIBEIRO, Silvana Durand Costa.; *O uso do exergame como ferramenta digital de aprendizagem no apoio à prática da Educação Física na escola pública de tempo integral*. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Computação Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) – Fortaleza/ Ceará. 2015.

SALGADO, Karen Regina.; SCAGLIA, Alcides José. Os exergames como recurso didático no ensino do atletismo na Educação Física Escolar. *J. Phys. Educ.* v. 31, e3146, 2020. DOI: 10.4025/jphyseduc.v31i1.3146.





## **O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E AS NOVAS PERSPECTIVAS ACERCA DO “PARADOXO” TEORIA X PRÁTICA**

**Elíude Dias Gondim**

A formação dos professores é um dos assuntos mais debatidos na atualidade, atrelado a este tema se discute os conceitos de teoria/prática e a relevância destes elementos para a formação docente. A partir da revisão bibliográfica sobre o tema e as experiências vivenciadas através do Programa de Residência Pedagógica de Língua Portuguesa (PRP) da UPE CMN, o presente trabalho buscou discutir como os elementos prática e teoria contribuem na formação social/profissional dos residentes. Assim como o homem, a educação e os processos de ensino/aprendizagem se aperfeiçoam diariamente. Diante das intensas transformações intelectuais, culturais e metodológicas que temos acesso, se torna inviável, em nossa atualidade, conceber a formação profissional sem o exercício supervisionado de sua respectiva prática. Segundo Rios (2000), em seu Dicionário Educacional do 3º Milênio, podemos definir prática e teoria do seguinte modo: PRÁTICA S.F.1. Ato ou efeito de prática.2. Maneira de proceder; uso. 3. Vivência, tirocínio, experiência. 4. Exercício.5. Saber, resultante da experiência.6. Hábito, rotina.7. Aplicação da teoria. 8. Discurso, conversação, conferência.9. licença dada a navegantes para se comunicarem com o porto ou cidade. \*Ant.: teoria. (RIOS, 2000, p.590) TEORIA S.F.1. Parte especulativa de uma ciência. 2. Conhecimento exclusivamente especulativo, ideal (\*opõe-se à prática). 3. Conjunto dos princípios fundamentais de uma ciência ou arte. 4. O conhecimento desses princípios. 5. Noções gerais. 6. Hipótese, conjectura utopia. \*Ant.: prática. (RIOS, 2000, p. 693) Inicialmente é possível observar uma evidente oposição entre os dois conceitos apresentados, entretanto a diferença não se limita ao campo lexical. A contraposição semântica revela uma fragmentação ainda maior entre os dois conceitos. Das nove definições dadas a palavra prática apenas uma menciona um contato entre os dois conceitos. Esse “binômio” conceitual possui uma dupla relevância, uma vez que, de modo significativo atua tanto na formação do professor quanto dos alunos que este forma. Complementando essa discussão, Pimenta e Lima (2010) afirmam que, as atividades denominadas “práticas” ocupam espaços desiguais na estrutura curricular e muitas vezes se apresentam de modo desvinculado das denominadas “teóricas”, recebendo cargas horárias menores e ocupando assim um lugar secundário nas grades curriculares. É nesse contexto que se insere o PRP. O programa possui como objetivo primordial aprimorar a formação dos discentes e promover mais uma junção, a articulação entre a teoria acadêmica e prática profissional por meio da imersão planejada, sistemática e multifacetada do graduando no ambiente escolar. Entre a Academia e a Escola nos questionamos : Seriam a teoria e a prática monólogos rivais? Podemos falar de uma prática sem um suporte teórico? ou Existe uma teoria que não se corporifique em uma prática? Não, todos os questionamentos anteriores podem ser respondidos com um NÃO. O saber docente não é formado apenas por práticas, ele também

nutrido por teorias, em uma troca contínua. Do mesmo modo, as teorias só se corporificam quando aplicadas ou ancoradas em uma situação/problemática real. Mediante estas afirmações, fica claro que teoria e prática são elementos de uma mesma moeda e estabelecem um íntimo diálogo. Se opondo a definição dada por Rios, Souza (2001, p. 7) define a relação teoria e prática como um todo único, sendo o uso desse todo uma marca da evolução. É importante destacar que dentro desta concepção não há hierarquia, mas uma complementação baseada na reciprocidade. Diante do exposto, podemos enxergar a Residência Pedagógica como um espaço de conexão entre as teorias e a prática dentro do espaço escolar. O programa pode ser visto como mais uma ferramenta de articulação entre a teoria e a prática pedagógica fomentando assim espaços contextualização, ressignificação, ampliação, dinamismo e olhar crítico, elementos obrigatórios para docentes e discentes da nossa era.

**Palavras-chave:** Imersão escolar; Dicotomia; Formação profissional.

**Referências Bibliográficas:**

RIOS, Dermalva Ribeiro. Novo dicionário educacional do 3º milênio da língua portuguesa. São Paulo, Difusão Cultural do livro, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, N. A. A relação teoria-prática na formação do educador. In: Anais da Semana de Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 22, p. 5-12, 2001.

**Capítulo 54 - DOI:10.55232/1085002.54**

**O USO PROJETIVO DOS DESENHOS E AS TÉCNICAS PROJETIVAS GRÁFICAS**

**Yan da Cruz Abreu, Jocélia Medeiros Ximenes, Larah Venir dos Santos Pequeno, Kelly Erisnalda de Moura Sousa Rodrigues, Maria Claudimila de Sousa Mota, Elizama Lopes Ribeiro**

Introdução: As técnicas projetivas, especialmente o grafismo, de maneira geral pode ser usado como forma de comunicação e tem funcionado como expressão do desenvolvimento geral e também como expressão de sintomas psicopatológicos. Nesse sentido, o uso destas técnicas, no contexto psicoterápico, vem sendo cada vez mais utilizado como ferramenta de contato, investigação e tratamento. Tais técnicas objetivam conhecer a estrutura e o funcionamento da personalidade de forma psicodinâmica, por meio da apresentação de estímulos ambíguos e neutros, que permite aos indivíduos se expressarem com liberdade. Operam de acordo com instruções que são verbalizações controladas e definidas que transmitem ao paciente o tipo de conduta esperada dele neste momento. Objetivo: Descrever a contribuição das técnicas projetivas gráficas no contexto de avaliação da personalidade. Método: Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, em que buscou conhecer o estado da arte da temática por meio da pesquisa em livros e artigos. Resultados: Os resultados apontaram que as técnicas projetivas gráficas possuem papel fundamental na avaliação da personalidade dos sujeitos, uma vez que facilitam a ocorrência dos mecanismos de projeção da personalidade, possibilitando a emergência e manifestação mais direta de aspectos que o sujeito não tem conhecimento, não quer ou não pode revelar, isso é, aspectos mais profundos e inconscientes. Conclusão: Conclui-se que no plano do diagnóstico psicológico, o grafismo, especialmente o desenho, tem ocupado lugar de destaque como instrumento indispensável. Sendo empregado em e como teste de desenvolvimento mental e de aptidões específicas. No entanto, os aspectos próprios dessas técnicas exigem mais do que em outros setores da medida psicológica, a exemplo dos testes psicométricos, pois perpassam um cuidado e discernimento que dependem em grande parte da experiência clínica do profissional psicólogo. Vale ressaltar que, uma boa formação teórica em psicologia da personalidade, psicopatologia e psicologia profunda, fornece um embasamento necessário, facilitando a tarefa da aprendizagem das técnicas projetivas.

**Palavras-chave:** Técnicas Projetivas dos Desenhos; Técnicas Projetivas Gráficas; Avaliação Psicológica.

**Referências Bibliográficas:**

CUNHA, J. A. Psicodiagnóstico – V, 5ª edição revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.

OCAMPO, M. L. S. de; ARZENO, M. E. G.; PICCOLO, E. G. de (& cols.). O processo de psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. 11. Ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

PASQUALI, L. (& cols.). Instrumentação Psicológica: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed, 2010.